

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALESSANDRO JOCELITO BECCARI

UMA TRADUÇÃO DA *GRAMMATICA SPECULATIVA* DE TOMÁS DE ERFURT
PARA O PORTUGUÊS: ACOMPANHADA DE UM ESTUDO INTRODUTÓRIO,
NOTAS E GLOSSÁRIO

CURITIBA

2013

ALESSANDRO JOCELITO BECCARI

UMA TRADUÇÃO DA *GRAMMATICA SPECULATIVA* DE TOMÁS DE ERFURT
PARA O PORTUGUÊS: ACOMPANHADA DE UM ESTUDO INTRODUTÓRIO,
NOTAS E GLOSSÁRIO

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Borges Neto (UFPR)
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina
Fernandes Salles Altman (USP)

CURITIBA

2013



PARECER

Defesa de tese do doutorando ALESSANDRO JOCELITO BECCARI para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Os abaixo assinados JOSÉ BORGES NETO, MARIA CRISTINA FERNANDES SALLES ALTMAN, CARLOS ALBERTO FARACO, ALESSANDRO ROLIM DE MOURA, MÁRCIO RENATO GUIMARÃES e LUIZ ARTHUR PAGANI argüiram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a tese:

UMA TRADIÇÃO DA *GRAMMATICÆ SPECULATIVA*, DE TOMÁS DE ERURT, PARA O PORTUGUÊS - ACOMPANHADA DE UM ESTUDO INTRODUTÓRIO, NOTAS E GLOSSÁRIO.

Procedida a argüição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Doutor em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
JOSÉ BORGES NETO		A
MARIA CRISTINA FERNANDES SALLES ALTMAN		X
CARLOS ALBERTO FARACO		Aprovado
ALESSANDRO ROLIM DE MOURA		A
MÁRCIO RENATO GUIMARÃES		Aprovado
LUIZ ARTHUR PAGANI		Aprovado

Curitiba, 26 de março de 2013.

Prof. Dr. Luis G. Bueno de Camargo

Coordenador

Luis Gonzales Bueno de Camargo
Coordenador
Matrícula SIAPE D/1915447

Dedico este trabalho à minha esposa, Tânia Frigo, que me acompanhou, incentivou e ajudou em todas as etapas de sua realização. E a meus pais, Alexandre e Terezinha, não só por sua imensa dedicação e sacrifícios em prol dos filhos, mas também porque nos ensinaram a gostar dos estudos e da vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, princípio e fim de tudo.

À minha família:

Meus irmãos, Marcos e Tony, pelo apoio;

Minha tia Nice, tios e primos, por sua amizade e animação;

Minha sogra, Suzana, por suas orações.

Aos professores:

Dr. José Borges Neto, por sua orientação certa nos momentos cruciais, pelas conversas, sempre enriquecedoras, pelo entusiasmo contagiante com relação às ideias, personagens e histórias da linguística;

Dr^a. Cristina Altman, por sua atenção, generosidade e exemplo;

Dr. Márcio Guimarães, que se dispôs a ler e avaliar uma versão incipiente deste trabalho e me emprestou valiosos livros e argutas observações;

Dr. Alessandro Rolim de Moura, por suas leituras atentas da tradução, pela prática de ensino e por todas as indicações instigantes;

Dr. Luiz Arthur Pagani, cujas respostas e comentários, sempre elucidativos e motivadores, esclareceram dúvidas e apontaram caminhos;

Dr. Carlos Alberto Faraco, pelas excelentes recomendações e pela constante solicitude;

Dr. Lucio Souza Lobo, pelas aulas de filosofia, pelas várias consultas;

Dr. Michael Covington, que, no começo de minhas investigações sobre o modismo, respondeu atenciosamente meus e-mails e enviou-me gentilmente uma cópia de seu livro, que foi, e ainda é, essencial para meu entendimento da sintaxe modista;

Dr. Rodrigo Gonçalves, que um dia me falou sobre os medievais como reflexão possível.

Aos amigos:

Roberta e Mercedes, por sua acolhida em São Paulo, pelas ideias de pesquisa;

Ignácio Dotto Neto, pela liberalidade bibliográfica, pelas valências;

Ednei, Joseane, Matheus, Diego e Fernanda, pelos grupos de estudo;

Ellton e Claiton, pelas conversas extra-acadêmicas;

Luzia e Wellington, pelo companheirismo;

Uilson, por me emprestar alguns de seus conhecimentos de informática.

À CAPES, pela bolsa, sem a qual as dificuldades teriam sido maiores.

E a todos aqueles que, de um modo ou de outro, contribuíram para a realização deste trabalho.

*Dicebat Bernardus Carnotensis nos esse quasi
nanos, gigantium humeris insidentes, ut
possimus plura eis et remotiora videre, non
utique proprii visus acumine, aut eminentia
corporis, sed quia in altum subvenimur et
extollimur magnitudine gigantea.*

Bernardo de Chartres (ca. 1080-1154) dizia que
somos como anões que se colocam nos
ombros de gigantes, para podermos ver coisas
mais remotas e mais numerosas que eles, não
pela acuidade da própria visão nem pela
eminência do corpo, mas porque somos
auxiliados e elevados para as alturas por sua
gigantesca grandeza.

Do *Metalogicus* de João de Salisbury
(Johannes Parvus), ca. 1120-1180.

RESUMO

Esta tese consiste de um estudo introdutório, um glossário e uma tradução anotada de uma obra que é relevante para a história do pensamento ocidental e está ainda inédita no mundo lusófono: a *Grammatica speculativa* de Tomás de Erfurt (ca. 1310). O objetivo específico da seção introdutória deste trabalho é responder a uma série de perguntas sobre a especificidade da gramática de Tomás de Erfurt, tais como o seu impacto e as maneiras como antecipou escolhas teóricas que a linguística ocidental faria nos séculos que se seguiram ao fim da Escolástica medieval. Os principais modelos teóricos utilizados na busca por essas respostas foram a Historiografia Linguística (HL) de Konrad Koerner (1989), a teoria sociológica e histórica para a formação de grupos de pesquisadores de Stephen Murray (1998) e a História e Filosofia da Linguística (HFL) de Pierre Swiggers (2004). De acordo com Koerner (1989, p. 55-6), o estudo da história de uma teoria linguística deve levar em conta tanto os seus fatores externos, que são seu meio intelectual ou clima de opinião, quanto seus fatores teóricos ou internos. Este trabalho assumiu como premissa essas duas dimensões da história das teorias linguísticas. Nesse sentido, a seção histórico-filosófica deste trabalho não apenas tenta localizar alguns dos desenvolvimentos mais relevantes feitos pelos antecedentes históricos da *Grammatica speculativa*, mas também procura esclarecer o contexto dos debates teóricos em que os modistas estavam envolvidos no início do séc. XIV. Ademais, em um sentido amplo, o objetivo deste trabalho é tornar-se uma ferramenta interpretativa para uma compreensão mais abrangente de uma obra escrita há mais de 700 anos em um contexto muito diferente do de hoje, mas que revela antecipações e particularidades consideráveis.

Palavras-Chave: História e filosofia da linguística. Historiografia linguística. Filosofia medieval. Gramáticas especulativas. Modistas. Tomás de Erfurt.

ABSTRACT

This thesis consists of an introductory study, a glossary and an annotated translation of a work which is relevant to the history of Western thought and is still novel to the Portuguese speaking world: the *Grammatica speculativa* of Thomas of Erfurt (ca. 1310). The specific objective of the introductory section is to answer a series of questions about the specificity of the grammar of Thomas of Erfurt such as its impact and ways in which it anticipated theoretical choices which Western Linguistics would make in the centuries following the end of Medieval Scholasticism. The main theoretical models used in the search for these answers were the Historiography of Linguistics (HL) of Konrad Koerner (1989), the sociological and historical theory for the formation of research groups of Stephen Murray (1998) and the History and Philosophy of Linguistics (HPL) of Pierre Swiggers (2004). According to Koerner (1989, p. 55-6), the study of the history of a linguistic theory must take into account both external factors which are its intellectual milieu or climate of opinion and its internal or theoretical factors. These two dimensions of the history of linguistic theories are here assumed as premises. Accordingly, the historical-philosophical section not only attempts to identify some of the most relevant developments made by the historical antecedents of the *Grammatica speculativa*, but also tries to clarify the context of the theoretical debates in which the *Modistae* were involved in the early XIV century. Moreover, in a broad sense, the goal of this thesis is to become an interpretative tool for a more comprehensive understanding of a work written more than 700 years ago in a context very different from that of today, but which shows considerable anticipations and particularities.

Keywords: History and philosophy of linguistics. Linguistic historiography. Medieval philosophy. Speculative grammars. Modistae. Thomas of Erfurt.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DIAGRAMA 1	- A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA COMO PARTE DA HISTÓRIA GERAL.....	24
FIGURA 1	- CORRENTES PARALELAS.....	25
FIGURA 2	- CONTINUIDADES VS. DESCONTINUIDADES.....	26
FIGURA 3	- ALTERNÂNCIA DE ÊNFASES (DESCRITIVAS VS. TEÓRICAS).....	27
FIGURA 4	- PROGRESSO RELATIVO E INFLUÊNCIAS EXTRALINGUÍSTICAS.....	29
DIAGRAMA 2	- OS PRÉ-REQUISITOS DE MURRAY.....	31
DIAGRAMA 3	- RETÓRICA DE REVOLUÇÃO VS. CONTINUIDADE.....	31
QUADRO 1	- A ORGANIZAÇÃO TÍPICA DE UMA UNIVERSIDADE MEDIEVAL.....	78
FIGURA 5	- O TRIÂNGULO SEMIOLÓGICO.....	89
FIGURA 6	- A CORRESPONDÊNCIA “MUNDO-INTELECTO-LINGUAGEM”.....	98
QUADRO 2	- AS DEZ CATEGORIAS DE ARISTÓTELES.....	101
QUADRO 3	- AS DEZ CATEGORIAS E SUA CORRESPONDÊNCIA COM OS MODOS DE SIGNIFICAR.....	105
DIAGRAMA 4	- OS MODOS DE SIGNIFICAR DO NOME.....	108
DIAGRAMA 5	- A ONTOLOGIA DE TOMÁS DE ERFURT.....	109
DIAGRAMA 6	- A METALINGUAGEM DOS MODOS DE SIGNIFICAR.....	111
DIAGRAMA 7	- OS MODOS ESSENCIAIS DE “SÁBIO”.....	114
DIAGRAMA 8	- OS MODOS ACIDENTAIS DE “SÁBIO”.....	115
DIAGRAMA 9	- OS TIPOS DE CONSTRUÇÃO.....	135
DIAGRAMA 10	- UMA CONSTRUÇÃO TRANSITIVA COMPLEXA.....	137
QUADRO 4	- OPOSIÇÃO PRINCÍPIO-TÉRMINO.....	140
QUADRO 5	- UM SENTIDO GENERALIZADO PARA O SISTEMA DE CASOS.....	143
QUADRO 6	- ESQUEMA DE SUBSTITUIÇÕES.....	145
QUADRO 7	- ESQUEMA DE SUBSTITUIÇÕES PROPORCIONAL.....	149
QUADRO 8	- AS CAUSAS DA CONSTRUÇÃO.....	150
FIGURA 7	- O TRIÂNGULO DE OCKHAM.....	166
DIAGRAMA 11	- TIPOS DE SUPOSIÇÃO E DE REFERÊNCIA.....	169
QUADRO 9	- O <i>ARTICULUS</i> COMO UNIDADE DIALÉTICA.....	219
QUADRO 10	- UM <i>ARTICULUS</i> DA <i>GRAMMATICA SPECULATIVA</i>	220

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 MÉTODO.....	20
2 A CONCEPÇÃO QUINTILIÂNICA DA GRAMÁTICA.....	37
2.1 <i>INSTITUTIO ORATORIA</i> : A GRAMÁTICA COMO PROPEDEÚTICA DA RETÓRICA.....	41
2.2 O ÁPICE DA TRADIÇÃO GRAMATICAL LATINA CLÁSSICA: DONATO E PRISCIANO.....	48
2.2.1 Donato.....	48
2.2.2 Prisciano.....	51
3 DOS ÚLTIMOS ROMANOS À REDESCOBERTA DE ARISTÓTELES: UM BREVE PANORAMA.....	57
3.1 DO FINAL DA ANTIGUIDADE TARDIA AO INÍCIO DA ALTA IDADE MÉDIA.....	58
3.2 DAS COLEÇÕES DE PARADIGMAS ÀS GRAMÁTICAS INSULARES.....	62
3.3 O RENASCIMENTO CAROLÍNGIO DOS SÉCULOS VIII E IX.....	64
3.4 OS ESTUDOS DA LINGUAGEM RETORNAM ÀS CIDADES.....	66
3.4.1 Um período de traduções e o retorno de uma controvérsia.....	69
3.4.2 A gramática associa-se à lógica e à metafísica.....	72
3.4.3 Um método para o discurso.....	74
3.5 NOVAS INSTITUIÇÕES, NOVO CURRÍCULO, NOVA GRAMÁTICA.....	77
3.5.1 Uma gramática universal há mais de 700 anos.....	82
3.6 CONCLUSÕES PRELIMINARES.....	84
4 UMA GRAMÁTICA DE CATEGORIAS MENTAIS.....	87
4.1 OS PRESSUPOSTOS DA TEORIA MODISTA.....	98
4.2 A METALINGUAGEM DA <i>GRAMMATICA SPECULATIVA</i>	110
4.2.1 Os modos essenciais e acidentais da palavra “sábio”.....	113
4.2.2 Analogia e proporção na sintaxe modista: <i>dependentia</i> , <i>compositio</i> , <i>significatio</i>	115
4.2.2.1 Construções complexas.....	129
4.2.2.2 A analogia do móvel aplicada à teoria do caso.....	138
4.2.2.3 As causas do discurso.....	150

4.2.3 A necessidade de uma ontologia realista moderada.....	152
5 O NOMINALISMO DE GUILHERME DE OCKHAM E O FIM DA ORIGINALIDADE MODISTA.....	160
6 A AURORA DO HUMANISMO: A FORÇA E A SUAVIDADE DAS PALAVRAS.....	179
6.1 DANTE: NATUREZA VS. ARTIFÍCIO.....	182
6.2 PETRARCA: <i>SONORITAS</i> COMO PRINCÍPIO.....	189
6.3 A CRISE INTELLECTUAL DO FINAL DO SÉC. XIII E O RETORNO DA CONCEPÇÃO QUINTILIÂNICA DA GRAMÁTICA.....	192
7 CONCLUSÃO.....	204
8 SOBRE ESTA TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DA <i>GRAMMATICA SPECULATIVA</i> DE TOMÁS DE ERFURT.....	216
9 UMA TRADUÇÃO DA <i>GRAMMATICA SPECULATIVA</i>, DE TOMÁS DE ERFURT, PARA O PORTUGUÊS.....	226
10 NOTAS DA TRADUÇÃO.....	408
REFERÊNCIAS.....	428
GLOSSÁRIO.....	438

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho inclui uma tradução e um estudo histórico, filosófico e linguístico de uma obra que é considerada historicamente o texto gramatical mais completo e representativo do movimento modista: a *Grammatica speculativa* de Tomás de Erfurt (ca. 1310). A tradução do texto integral da *Grammatica speculativa* (doravante GS), que é inédita para o português, é complementada por notas explicativas, uma introdução e um glossário que visam a uma melhor compreensão tanto dos aspectos teóricos ou internos, quanto dos contextuais ou externos, que definem a GS como parte do movimento modista (ca. 1270-1330) e da alta Escolástica (ca. 1150-1400).

A GS, originalmente intitulada *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa* (*Tratado dos modos de significar ou gramática especulativa*), foi provavelmente escrita entre 1300 e 1310 e apareceu na culminância do movimento modista (1270-1330), em plena alta Escolástica (1150-1400), inserindo-se, portanto, na tradição que Auroux (2009 [1994]¹) denomina GLE (Gramática Latina Estendida)². Assim sendo, a gramática de Tomás de Erfurt (doravante TE) é aqui abordada particularmente como fonte para a compreensão da história dos estudos da linguagem no contexto intelectual que antecedeu imediatamente o fim da Idade Média.

Entre 1270 d.C. e as primeiras décadas do século XIV, surge, nas universidades da França e do norte da Europa, uma série de tratados e comentários sobre os modos de significar das palavras que se assemelham à GS, mas que, em sua maioria, não continham todos os assuntos que poderiam, de acordo com a tradição Greco-latina e modista, ser tratados em uma gramática: a metalinguagem,

¹ O número entre colchetes refere-se ao ano da primeira edição. Este tipo de referência é utilizado por Altman (2004).

² Segundo Auroux (2009 [1994]), a tradição da Gramática Latina Estendida (GLE) começa a desenvolver-se a partir do momento em que o latim deixa paulatinamente de ser uma língua viva e passa a ser ensinado como idioma de cultura para falantes de outras línguas da Europa, principalmente depois do ocaso do Império Romano ocidental, ou seja, a partir do final do séc. V (ca. 476 d.C.). Assim, grosso modo, a GLE desenvolve-se a partir dos sécs. VI e VII d.C. como resposta pedagógica, principalmente da parte da Igreja Católica de rito latino, a uma série de motivações que não serão discutidas aqui, mas que, em sua origem, estão ligadas de uma forma geral à expansão missionária do cristianismo na Europa ocidental.

uma discussão das partes do discurso e um estudo da sintaxe – todos esses assuntos são tratados na GS. As ideias veiculadas nos escritos gramaticais dos modistas tornaram-se comuns entre o final da Idade Média e o início do Renascimento (i.e., entre o final do séc. XIII e o início do séc. XVI): o humanista João de Barros (ca. 1496-1570), autor da segunda gramática da língua portuguesa (publicada em 1540), no capítulo introdutório dessa obra, afirma ter a intenção de fazer uma gramática “não segundo convém à ordem da Gramática especulativa, mas como requer a preceitiva: usando os termos da Gramática latina [...] para não degenerar dela.” (1540, p. 8), o que pode demonstrar que as gramáticas modistas eram ainda, em pleno séc. XVI, um referencial do qual os novos gramáticos humanistas desejavam afastar-se. Como se verá nas seções seguintes deste trabalho, a tradição “preceitiva”, i.e., prescritiva, em que Barros quer incluir sua gramática, parece ser, de fato, muito diferente dos tratados e comentários explicativos, ou nocionais, dos gramáticos da tradição modista (BORGES NETO, 2007, p. 3).

Os autores dos tratados sobre os modos de significar ou gramáticas especulativas, que serão abordados nas seções posteriores deste trabalho, são chamados de *modistae*, “modistas” ou “gramáticos especulativos”, simplesmente devido ao assunto anunciado nos títulos de suas obras: *de modis significandi seu grammatica speculativa*. A teoria gramatical dos modistas recebe o nome de modística ou teoria especulativa pelo mesmo motivo.

O marco inaugural de uma das teses centrais do modismo, a ideia de uma gramática universal, localiza-se na *Summa grammatica* de Roger Bacon (ca. 1214-94),³ que veio a lume na década de 1250 (ZUPKO, 2011). Por essa definição, Roger Bacon é considerado um pré-modista (COVINGTON, 1984, p. 23) ou um antecedente imediato dos modistas (BURSILL-HALL, 1972, p. 20; KELLY, 2002, p. 102).

Devido ao contexto intelectual em que são formados – a alta Escolástica (ca.

³ Frequentemente considerada como a primeira formulação explícita de uma noção de gramática universal na história dos estudos da linguagem, Roger Bacon assim a expressa: [...] *grammatica una et eadem est secundum substantiam in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur* [...] “[...] a gramática é substancialmente a mesma em todas as línguas, embora varie acidentalmente [...]” (*Grammatica graeca*, II, 1, 2). A *Gramática grega* de Roger Bacon é dividida em partes que se subdividem em *distinctiones*, “distinções”, e estas em capítulos. Este trecho encontra-se no segundo capítulo da primeira distinção da segunda parte. A edição aqui empregada é a de Nolan e Hirsch (1902).

1150-1400) –, os modistas procuram dar um embasamento lógico-aristotélico à herança gramatical de base morfológica ou prescritiva que haviam herdado da Antiguidade tardia. Este legado passa pelo filtro de uma tradição centenária de comentários às obras de Donato (fl. 350 d.C.) e Prisciano (fl. 500 d.C.) que, a partir do séc. XII, acabam por encontrar em Aristóteles uma abordagem teórica para os problemas da linguagem (BURSILL-HALL, 1972, p. 17).

O que distingue os modistas dos estudiosos que se debruçaram sobre o problema da linguagem e que imediatamente os antecederam, como os carolíngios, por exemplo, é o fato de terem procurado aplicar os princípios explicativos da *scientia* aristotélica aos fenômenos da linguagem. Nesse sentido, utilizando-se do arsenal teórico-metodológico aristotélico, os modistas trabalharam na direção de entender a língua latina como um todo orgânico. Esse entendimento do latim estava em consonância com o pensamento medieval, segundo o qual uma língua somente poderia ser compreendida por uma disciplina regida por princípios e inferências que refletissem, na linguagem, as propriedades do mundo entendidas pela mente. Os modistas chamaram essa disciplina de gramática especulativa e seus princípios de modos de significar.

O *Tractatus* de TE aparece depois de 1310 e é considerado como o exemplar mais representativo das ideias amadurecidas do movimento modista (BURSILL-HALL, 1972; COVINGTON, 1984). De fato, de acordo com as proposições de Murray (1998), pode-se dizer que a GS é um produto do estágio final do movimento modista. Isso se constata na dimensão social ou externa do movimento modista: no final do séc. XIII, os modistas, centrados na Universidade de Paris, haviam atingido um sucesso perceptível em seu meio acadêmico, tal sucesso é atestado pelo grande número de tratados e comentários modistas que remetem diretamente para o ambiente escolástico da *lectio* e da *disputatio* (DE LIBERA, 1990, p. 21-30), que constituía os ambientes em que se punha em prática o método escolástico de argumentação.

Os modistas da geração de TE estavam cientes tanto do fato de proporem uma pesquisa desvinculada das letras clássicas quanto das críticas que recebiam da parte do nominalismo (COVINGTON, 1984). A gramática de TE pode, assim, ser entendida como um testemunho de um momento de continuidade (ALTMAN, 2004) da teoria modista. De fato, A GS é um manual didático que aparece na terceira e última geração do movimento modista e recolhe e sistematiza boa parte do acervo

das ideias originais e amadurecidas das duas primeiras gerações desse movimento (BOGES NETO; DASCAL, 2004).⁴

Como a GS representa tanto uma sistematização quanto um desenvolvimento da tradição modista anterior, seu estudo é importante porque as teorias nela contidas representam, em seu contexto histórico, não só uma evolução na compreensão humana do objeto-linguagem, mas também fornecem pistas para o entendimento da evolução de uma teoria linguística em todos os seus aspectos e em todas as suas fases: ideias originais, formação de um núcleo de estudiosos, execução de manuais, críticas de outros grupos, fim da originalidade, abandono aparente do programa. Além disso, de um ponto de vista mais amplo, um estudo de fatores intrínsecos e extrínsecos à GS pode não somente vir a auxiliar na explicação da gênese, funcionamento interno e queda produtiva da teoria modista em particular, mas também dar pistas sobre as causas mais gerais do fim da originalidade do quadro maior de que o modismo é só uma faceta, a saber, pode auxiliar na explicação da decadência do método escolástico a partir da segunda metade do séc. XIV. Nesse sentido, o fim da produtividade do modismo poderia ser um dado elucidativo ou pelo menos um indicador para uma melhor compreensão do fim da originalidade da primeira Escolástica.

Apesar da importância da GS, sabe-se pouco a respeito do seu autor, a não ser que foi professor da Universidade de Paris nas últimas décadas do sec. XIII e, supõe-se, que escreveu a GS entre 1300 e 1310 em Erfurt, na atual Alemanha. Presume-se também que fosse oriundo da cidade de Erfurt. Segundo Zupko (2011), seu trabalho mostra a influência de dois modistas que foram mestres da Faculdade de Artes de Paris: Radulfo Brito (ca. 1260-1309), da segunda geração de modistas, e Siger de Courtrai (ca. 1280-1341), contemporâneo de TE, o que sugere que ele estudou e talvez lecionou na Universidade de Paris. Além da GS, TE teria comentado o *Isagoge* de Porfírio, as *Categorias* e o *Da interpretação* de Aristóteles e também o anônimo *Livro dos seis princípios*. No âmbito pedagógico, há um

⁴ As teorias propostas por TE em sua gramática são exemplos de sistematização de ideias tradicionais. Por exemplo, com o intuito de oferecer uma explicação adequada do sistema de casos do latim, TE faz um cruzamento de noções que recebera da tradição gramatical anterior: um quadro para representar as declinações, como idealizado por Varrão (ca. 116-27 a.C.); o par origem-destino, que os modistas da segunda geração haviam derivado de uma analogia entre o discurso e a noção aristotélica de movimento físico; a ideia de que os nomes denotam substâncias e os verbos ações, que vem de Prisciano (fl. 500 d.C.); a noção de alteridade da metafísica de Aristóteles (ca. 384-322 a.C.).

pequeno livro seu de versos mnemônicos: o *Comentário em poesia “Fundamento dos meninos”*, que TE teria escrito para o ensino do latim para crianças. Esse pequeno livro foi editado por Gansiniec em 1960 (ZUPKO, 2011). Segundo esse editor, trata-se mais provavelmente de um resumo anônimo da GS e não de uma obra do próprio TE.

No séc. XIV e XV, a GS tornou-se o livro-texto modista padrão: existem mais de quarenta de seus manuscritos provenientes desse período que chegaram até os dias de hoje. A autoria da GS foi atribuída erroneamente ao escolástico João Duns Scotus e chegou a fazer parte de uma das edições mais recentes de suas *Obras completas*. Devido a isso, Charles S. Peirce e Martin Heidegger julgaram que a GS fosse obra de Duns Scotus. A tese de 1916 de Heidegger intitula-se *Die Kategorien und Bedeutungslehre des Duns Scotus*, mas a *Bedeutungslehre* é na verdade a GS.

Como será examinado com mais detalhe nesta Introdução, pode-se dizer que, ao menos em um sentido analógico aos modelos de Murray, os modistas representaram um grupo de linguistas autoconsciente que se constituiu em um núcleo irradiador de ideias originais por pelo menos três gerações. TE pertence à terceira e última dessas gerações e sua gramática surge ao fim de um processo em que o modismo, em suas primeiras duas gerações, já conhecera o sucesso com figuras de liderança como Boécio da Dácia, Radulfo Brito (ca. 1260-1309) e Siger de Courtrai, e agora, no início do séc. XIV, começava a sofrer fortes críticas de outros grupos, em especial dos nominalistas e dos averroístas latinos. No séc. XIV e XV, os gramáticos humanistas juntariam-se ao coro dos que desaprovavam as ideias modistas sobre a gramática latina. Entre os líderes dos grupos que fizeram críticas à teoria modista, destacam-se o averroísta latino Johannes Aurifaber (fl. 1333), os nominalistas Guilherme de Ockham (ca. 1288-1348) e Pierre d’Ailly (1350-1420) e o humanista Lorenzo Valla (1407-1457).

As críticas sofridas pelas teorias modistas por parte desses grupos constituem-se em um aspecto particular que esta tese tentou analisar. Acredita-se que uma consideração cuidadosa de tal aspecto pode resultar em um ganho no entendimento do aparente abandono repentino do programa modista de investigação dos fenômenos da linguagem logo após o aparecimento da GS: tal abandono parece ter ocorrido entre a segunda e a terceira década do séc. XIV.

Uma consideração mais atenta das críticas ao modismo também parece ter uma pertinência mais ampla. Segundo Percival (1995), parte dessas críticas

originam-se no seio de um grupo que ataca não só os modistas em particular, mas, mais diretamente, a Escolástica como um todo. Assim, de acordo com Percival (1995) e Covington (1984), o golpe de misericórdia contra o modismo pode ter sido a repercussão de um golpe maior: um crescente descrédito pelo modo medieval de pensar a língua natural por meio da lógica e a da metafísica aristotélicas. De fato, no final da Idade Média, a consideração do discurso pensado tornara-se muito mais prioritária do que o estudo do discurso falado e os humanistas, do séc. XIV em diante, começaram a interessarem-se sobretudo pelos aspectos fônicos, lexicais, históricos e retóricos não só do latim, mas também das línguas vernáculas. Curiosamente, o descrédito humanista pela lógica, que foi quase obliterante para o modismo, parece resultar tanto de uma atitude psicológica de desprezo quanto de uma atitude racional de crítica teórica. Como será visto na última seção deste trabalho, a determinação de qual dessas duas atitudes foi a mais forte parece depender do humanista em questão mais do que do humanismo entendido como uma escola de pensamento. De qualquer forma, a atitude teórica dos humanistas do séc. XIV e XV é de um modo geral, oposta à dos modistas: grandes cultores da retórica ciceroniana e da literatura latina clássica, os primeiros humanistas interessavam-se mais pelos estudos literários e filológicos do que pela dialética. Através de um trabalho de divulgação de ideias por meio de cartas literárias, iniciado por Francesco Petrarca (1304-1374), e sem precedentes na Idade Média, os humanistas rapidamente tornaram-se o grupo dominante nos estudos da linguagem nos dois séculos seguintes ao aparecimento da GS. No âmbito filosófico, o humanismo do séc. XIV foi platônico, agostiniano e patrístico em oposição ao pensamento aristotélico da Escolástica clássica do séc. XIII e XIV. Em suma, a partir do final do séc. XIV, o prestígio dos humanistas muda o interesse da comunidade dos estudiosos da linguagem, que abandonam os problemas sintáticos ou semânticos, a lógica aristotélica e o método escolástico para dedicarem-se a disciplinas cujo horizonte passa a ser a literatura romana clássica: os estudos filológicos, a lexicologia, a estilística, a prosódia e a crítica literária.

Sob a influência dos humanistas, os estudos da linguagem tornam-se ancilares à retórica e aos estudos das belas-letas. Como resultado disso, a gramática começou a deixar de ser vista como uma *scientia* autônoma na segunda metade do séc. XIV. Por essa época, o diálogo entre a lógica e os estudos da linguagem entra em um longo período, de aproximadamente cento e cinquenta anos,

de quase silêncio. Esse silêncio só será interrompido pela *Minerva* de Sanctius (Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600)) e, com maiores consequências para a história posterior da linguística, na *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* de Claude Lancelot (1615-1695) e Antoine Arnauld (1612-1694).

Nos parágrafos a seguir, serão apresentados tanto os quadros teóricos que são aqui utilizados na contextualização da GS na história dos estudos da linguagem quanto às metas específicas do presente estudo.

1.1 MÉTODO

Como foi dito acima, são dois os principais objetivos deste trabalho: traduzir a GS para o português e munir o leitor interessado com um guia introdutório para o seu estudo. Nesse sentido, quer-se atingir um público relativamente amplo: linguistas interessados na história de sua disciplina de estudo, filósofos que se interessem pela história das ideias linguísticas, estudiosos preocupados com a relação entre a história da gramática e a filosofia, historiadores que gostariam de saber mais sobre a produção intelectual das universidades medievais e todos aqueles que desejam conhecer uma faceta pouco visitada da Idade Média: a elaboração de teorias linguísticas originais durante o final da alta Escolástica.

Parte desse trabalho já tinha sido feita em uma monografia de conclusão de curso (BECCARI, 2007a) e em uma dissertação de mestrado (BECCARI, 2007b). Na monografia, foram discutidas as classes do verbo, do advérbio e do particípio e foram traduzidos os trechos da GS em que esses assuntos são tratados. Na dissertação, foram abordadas a metalinguagem, as classes do nome e do pronome, cujos respectivos trechos da GS também foram traduzidos. Além disso, tanto na monografia quanto na dissertação deu-se um tratamento inicial à sintaxe da GS.

No presente trabalho, além de uma tradução completa da GS, também foi feita uma revisão de textos anteriormente traduzidos e de um glossário que já estava presente na dissertação do proponente (BECCARI, 2007a, 2007b). Além disso, procurou-se esclarecer um pouco mais sobre as ideias sintáticas de TE, em especial sua teoria do caso.

Nas seções introdutórias, além de discutirem-se os antecedentes do modismo, uma boa parte das discussões relaciona-se a diferenças entre o

pensamento modista sobre a linguagem e suas contrapartes nominalista e humanista. Essa discussão visa a dar conta do embate de ideias que, do ponto de vista teórico, teria levado o modismo a deixar de ser produtivo a partir do início do séc. XIV.

Na última seção da parte introdutória, discutem-se brevemente algumas das opções que guiaram esta tradução da *GS* para o português. Por fim, no glossário, além de esclarecimentos sobre a terminologia modista específica da *GS*, são apresentadas explicações introdutórias a alguns termos técnicos escolásticos que são de uso comum na metalinguagem modista.

A história de uma teoria linguística deve levar em conta tanto os fatores externos que se constituem no meio intelectual, social e cultural que possibilitaram esta abordagem particular da descrição da linguagem, quanto fatores internos a esta teoria. Em vista disso, este trabalho empreendeu um estudo da *GS* que levasse em conta suas perspectivas tanto históricas e filosóficas quanto linguísticas. As seguintes questões serviram de guias para tal estudo: (i) como se constitui, historicamente, a visão específica da *GS* e em que sentido ela é diferente da visão de outros grupos, a saber, da perspectiva linguística dos romanos, dos latinos tardios, dos carolíngios, dos nominalistas, dos humanistas? (ii) Qual foi a sorte, i.e., a repercussão, das ideias modistas, especialmente na forma de críticas, diretas ou indiretas, que receberam imediatamente após o aparecimento da *GS*? (iii) De que maneira a *GS* antecipa escolhas teórico-metodológicas e conclusões sobre a linguagem que seriam elaboradas depois dela? (iv) Por que a teoria modista deixou de ser produtiva ou não mais suscitou ideias originais a partir da segunda década do séc. XIV? (v) Em que sentido a *GS* e o modismo podem ajudar a entender a perda de prestígio e originalidade da Escolástica a partir da segunda metade do séc. XIV? Desvinculada desses cinco questionamentos de caráter histórico, filosófico e linguístico, fez-se também uma pergunta de matiz filológico: (vi) qual seria a tradução mais apropriada em língua portuguesa para o latim escolástico dessa gramática?

Embora essas perguntas já tivessem sido tratadas em certa medida na dissertação de mestrado do proponente (BECCARI, 2007b), tais questionamentos exigiam respostas que partissem de um quadro teórico mais satisfatório. Esse é o caso especialmente das perguntas (i), (ii), (iii) acima, para as quais foram consideradas as opções teóricas da Historiografia Linguística (HL) de Konrad

Koerner, Stephen Murray, Michael Covington e Pierre Swiggers. Para dar respostas às perguntas (iv) e (v) foram utilizadas obras que auxiliaram no entendimento do contexto histórico e intelectual em que se inscrevem as gramáticas modistas, a saber: a Idade Média tardia e a alta Escolástica do séc. XIII e XIV. Nesse sentido, foram especialmente úteis os trabalhos de Jacques Le Goff e Jacques Verger para o contexto histórico e de Etienne Gilson e Alain de Libera para o contexto filosófico. A pergunta (vi) tem a ver com termos técnicos escolásticos e com construções típicas do gênero acadêmico a que pertence a GS: o cotejo com traduções para o português e para outras línguas modernas de textos latinos do período auxiliou muito nas respostas a essa pergunta e, conseqüentemente, para uma melhor elucidação do pensamento de TE. Nesse sentido, foram empregadas, na medida do possível, obras originais de outros modistas, especificamente as de Boécio da Dácia e Siger de Courtrai e edições das traduções da própria GS em inglês e espanhol. Foram levados em conta os trabalhos de pesquisa e tradução de Luis Farré (1947), para o espanhol, e de G. L. Bursill-Hall (1972), para o inglês, além dos extratos de autores medievais, modistas ou não, traduzidos por Michael A. Covington (1984) e L. G. Kelly (2002). Especificamente, foi consultada a tradução de A. C. S. McDermott das *Questões sobre o Prisciano maior ou modos de significar* de Boécio da Dácia (1980). Ademais, foram consultados os dicionários de Torrinha e de Saraiva, o *Oxford Latin dictionary*, e os *Dictionarii* de latim medieval de Firmin Le Ver, concluído em 1440 (conhecido como *DLV*), e de Guillaume Le Talleur (ou Le Tailleur), impresso por volta de 1490, que fazem parte da edição de 2004 da coleção *Corpus Christianorum*. Esses dicionários são anteriores ao dicionário de Du Cange, que é do final séc. XVII. Na verdade, o *Dictionarius* de Le Talleur serviu de fonte para o *Glossarium mediae et infimae Latinitatis* de 1678 de Charles du Fresne, sieur Du Cange (MERRILEES; MONFRIN, 2002).

Para as dúvidas específicas sobre a terminologia escolástica, consultou-se o *Thomas-Lexikon* de Schütz, que faz parte do *Corpus Thomisticum*: um site, existente desde 2006, em que constam tanto as obras completas de Tomás de Aquino quanto uma série de ferramentas de pesquisa direcionadas a essas obras. Nesse sentido, também consultaram-se o *Vocabulário técnico e crítico de filosofia* de Lalande (1999) e o dicionário de Abbagnano (2000). Além desses dicionários, também foram utilizadas as gramáticas de Freire (1983), Grimal *et al.* (1986) e Berge *et al.* (1956).

Com base nas ideias de Koerner (1989) para a Historiografia Linguística (HL), em termos metodológicos, este trabalho combinou dois conjuntos de abordagens que pareceram complementares para a compreensão da GS e da teoria modista que ela representa: 1) um conjunto de abordagens internas ou intrínsecas, que tentou dar uma explicação de seus pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos comparando-os e contrastando-os com ideias de grupos que possuíam pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos diferentes; 2) um conjunto de abordagens externas ou extrínsecas, que buscou compreender o contexto intelectual em que as teorias modistas surgiram, desenvolveram-se e, por fim, foram abandonadas como programa de investigação. Todavia, notou-se que essa distinção entre os aspectos teóricos (internos) e históricos (externos) é muitas vezes difícil, já que os aspectos teóricos parecem ser sempre respostas a estímulos externos, que são sempre apenas parcialmente traçáveis. Essa distinção só foi possível graças aos modelos de Koerner (1989) para a historiografia linguística: tais modelos foram decisivos, pois ajudaram a vislumbrar a lenta evolução que vai de uma ênfase descritiva e/ou prescritiva, que a Idade Média herdou dos gramáticos da Antiguidade tardia, até uma ênfase teórica ou explicativa, que chega a seu pleno florescimento com os gramáticos modistas do final do séc. XIII. No início do séc. XIV, há um retorno, da parte dos proto-humanistas, a uma ênfase mais descritiva e/ou prescritiva nos estudos da linguagem: uma ênfase que se aproxima de um ideal quintiliânico que fora desenvolvido na Antiguidade tardia (PEREIRA, 2006). Os modelos de Koerner, que são aqui adotados serão discutidos com mais detalhe nos parágrafos a seguir.

Segundo Swiggers (2004, p. 126), é necessário que o historiador adote modelos para seu trabalho de reconstrução de teorias linguísticas do passado: “En cuanto al nivel reconstructivo-sistemático, hay que subrayar la necesidad de categorización: el historiador no puede alcanzar su tarea historiográfica sin el recurso a categorías”. Nesse sentido, nos parágrafos a seguir, serão apresentadas as categorias assumidas neste trabalho como modelos para análise da GS em suas dimensões interna e externa. Essas categorias provêm do quarto ensaio de *Practicing linguistic historiography*, em que Koerner (1989) apresenta, em etapas, uma série de argumentos em prol de um modelo abrangente para a Historiografia Linguística (doravante HL), que pode ser traduzido para o português como “Modelo do progresso relativo e das influências extralinguísticas”.

Koerner constrói sua argumentação em prol desse novo modelo opondo-o principalmente a um modelo anterior, e tradicional, da história da ciência, que via o desenvolvimento do conhecimento científico como simplesmente um processo cumulativo e unidimensional, ou unidirecional, que, segundo Koerner, desconsidera duas classes de fatores que influenciam no surgimento, desenvolvimento e abandono de programas de pesquisa na história da linguística: 1) fatores internos, a saber: a existência de correntes de pesquisa paralelas (correntes *mainstream* e correntes *underground*), a alternância entre abordagens descritivistas e explicativas, continuidades e descontinuidades e, finalmente, os progressos, que são relativos aos próprios programas ou tradições em que se inscrevem; 2) fatores externos: sócio-políticos, econômicos e até psicológicos, que fazem parte do que Koerner chama de “clima de opinião” (1989, p. 55-7). O modelo que Koerner projeta em seu ensaio é bastante completo do ponto de vista de sua generalidade, pois esboça essas duas classes de fatores. Esse modelo baseia-se no argumento segundo o qual um historiador da linguística não deve ser apenas um linguista de profissão, mas deve também entender o “clima de opinião” (1989, p. 55-7) de um determinado período para que possa dar um sentido do mesmo não só a outros linguistas, mas também a um público mais geral. Koerner baseia a segunda parte desse argumento na tese segundo a qual a história da linguística faz parte do conjunto maior da história geral, que inclui a história intelectual e a história da ciência (KOERNER, 1989, p. 48-51). Essa inclusão que Koerner faz da história da linguística como parte da história geral pode ser representada pela seguinte diagrama:

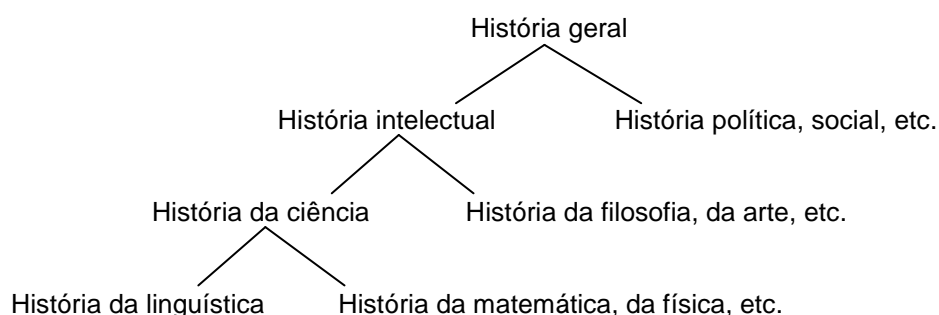


DIAGRAMA 1 - A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA COMO PARTE DA HISTÓRIA GERAL

FONTE: KOERNER, 1989, p. 48

Para tratar dos desenvolvimentos internos da GS, a opção deste trabalho é ater-se prioritariamente à primeira classe dos fatores propostos pelo modelo de Koerner: a classe de fatores internos listada acima. Essa opção parece justificar-se pelo caráter altamente teórico da pesquisa linguística durante a Idade Média: as universidades medievais eram ambientes de intensa especulação filosófica em que o conhecimento desenvolvia-se com base na prática de disputas dialéticas. Uma das principais fundamentações para essas disputas era o *corpus* aristotélico, em especial a lógica de Aristóteles. O desenvolvimento do saber medieval, portanto, dava-se por meio de progressos eminentemente teóricos, uma vez que tal progresso construía-se a partir, principalmente, da discussão de textos escritos e de embates de ideias.

Em sua argumentação por etapas, antes de chegar ao “Modelo do progresso relativo e das influências extralinguísticas”, que considera como mais completo e abrangente para o estudo da história da linguística, Koerner discute outras opções possíveis para o modelo tradicional, que, como se viu acima, ele qualifica como cumulativo e de sentido único. Entre essas opções, Koerner apresenta ao leitor um “Modelo de correntes paralelas”, que é descrito, de forma ilustrativa, assim:

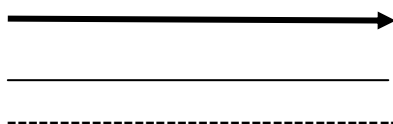


FIGURA 1 - CORRENTES PARALELAS (*MAINSTREAM VS. UNDERCURRENTS*)

FONTE: KOERNER 1989, p. 52

A figura acima ilustra um modelo de ciência oficial/central (*mainstream*) x ciência marginal/periférica (*undercurrents* ou *underground*). O desenvolvimento da corrente de ciência oficial é representado por uma linha espessa contínua, com uma seta à direita. As duas linhas paralelas abaixo, uma mais fina e outra tracejada, ambas sem setas, representam correntes paralelas de desenvolvimento científico. Essas correntes paralelas, embora sejam menos representativas, são concomitantes com o desenvolvimento da corrente oficial. A vantagem desse modelo é mostrar que pode haver, sincrônica e diacronicamente, mais de uma corrente em curso no

desenvolvimento da ciência. Sua desvantagem é mostrar somente um aspecto unidirecional e ininterrupto nesse desenvolvimento. Por exemplo, pode-se pensar no outro tipo de linguística universitária que era feito no final do séc. XIII e início do XIV: o estudo do latim para fins literários, que, naquele momento, representava uma corrente secundária em relação ao modismo da Faculdade de Artes de Paris.

Além do “modelo das correntes paralelas”, Koerner apresenta outro modelo alternativo ao enfoque tradicional, em que abstrai uma oposição de tipo “descontinuidade x continuidade”. Segundo Koerner, essa oposição é recorrente na história do desenvolvimento de teorias linguísticas. Nesse modelo, teorias linguísticas que foram abandonadas podem ser retomadas. Em seu ensaio, Koerner representa essa sucessão de abandonos e retomadas de teorias em um diagrama constituído de linhas interrompidas por traços verticais e espaços em branco. Nesse diagrama, as retomadas de correntes abandonadas, que retornam como teorias marginais, são representadas por linhas pontilhadas. O segmento central tem uma seta à direita e representa o momento em que uma teoria, que foi retomada marginalmente, tornou-se novamente *mainstream*. A vantagem aqui é indicar que teorias que haviam sido abandonadas ou esquecidas podem ser retomadas. Por exemplo, segundo Covington (1984), a teoria sintática da GS, que fora abandonada no início do séc. XIV, foi retomada no séc. XX por linguistas como Lucien Tesnière (1965) e pelo próprio Covington em seu trabalho de pesquisa em inteligência artificial. Pode-se pensar também que uma das ideias centrais do modismo, a noção de uma gramática universal, foi retomada pelos gramáticos de Port-Royal no séc. XVII. A desvantagem desse “modelo das continuidades vs. descontinuidades” das teorias linguísticas é que ele não indica qualquer padrão para esses abandonos e retomadas. Esse modelo pode ser representado graficamente assim:

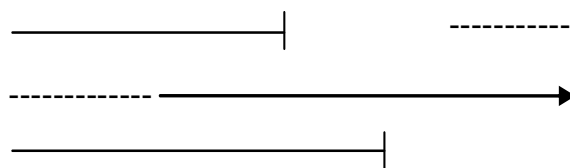


FIGURA 2 - CONTINUIDADES VS. DESCONTINUIDADES

FONTE: KOERNER, 1989, p. 53

O padrão que falta ao modelo representado pela FIGURA 2, acima, é suprido pelo modelo ilustrado pela FIGURA 3, abaixo:

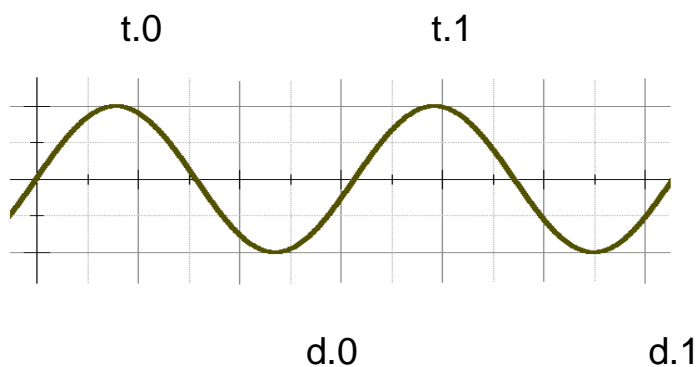


FIGURA 3 - ALTERNÂNCIA DE ÊNFASES (DESCRITIVAS VS. TEÓRICAS)

(**Legenda:** t = ênfases teóricas; d = ênfases descritivas)

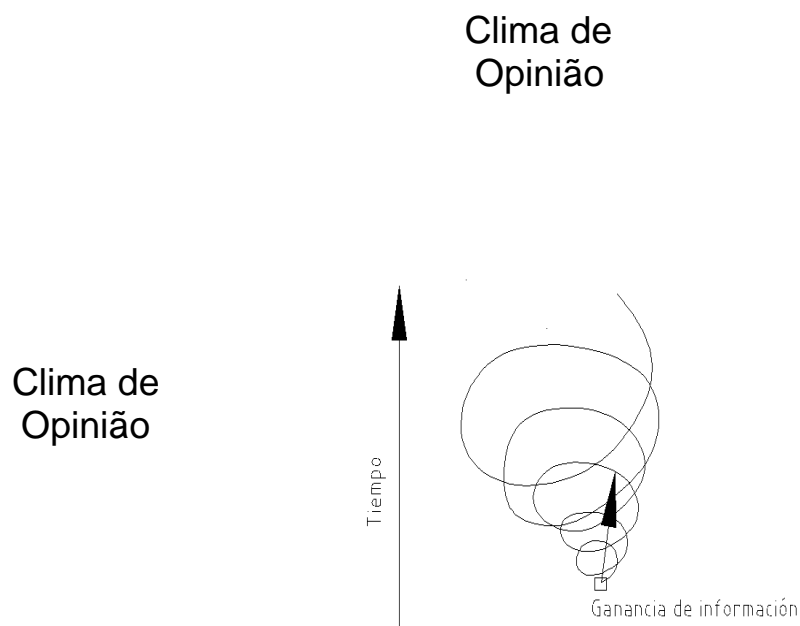
FONTE: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Som. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/iazzetta/tutor/acustica/introducao/som.html>> Acesso em 3 jul. 2011

A FIGURA 3 ilustra o “Modelo pendular” de Koerner (1989, p. 52). O caráter pendular desse modelo representa a regularidade que falta ao modelo anterior (FIGURA 2). Segundo Koerner, o padrão representado pela FIGURA 3 advém de uma alternância de ênfases na história da linguística do Ocidente: há períodos em que a linguística é mais voltada para os dados empíricos, mais indutiva, e períodos mais dedutivos, em que a pesquisa é mais orientada por noções teóricas. De um modo geral, essa alternância verifica-se, de fato, na história da linguística ocidental: há um período de orientação aos dados que vai da Antiguidade tardia ao final do séc. XII, e uma ênfase mais teórica que começa a ganhar força a partir do início do séc. XIII e atinge seu apogeu no final do mesmo século.

Um dos problemas do modelo pendular representado pela FIGURA 3 é que ele não deixa claro se elementos de ênfases anteriores podem ser reelaborados em uma ênfase atual. Outro problema é que esse modelo não leva em consideração influências extrateóricas: ideológicas, políticas, religiosas, filosóficas, etc. Além disso, o modelo da “alternância de ênfases” não leva em conta fatores externos às

teorias que poderiam influenciar na escolha de uma abordagem mais teórica ou mais voltada para os dados na pesquisa dos fenômenos linguísticos.

Para corrigir as deficiências dos modelos representados pela FIGURAs 1, 2 e 3, Koerner propõe o que chama de “modelo do progresso relativo e das influências extralinguísticas”. Esse novo modelo tem a vantagem de representar o desenvolvimento dialético da linguística ocidental, que, segundo Koerner, caracteriza-se por uma alternância progressiva entre pesquisas descritivas e especulações teóricas. Um modelo como esses representa não só evoluções pendulares, mas também longitudinais, e, assim, explica as sínteses que resultam de abordagens opostas. Tal modelo é necessário porque as retomadas de antigas ênfases são geralmente caracterizadas pela manutenção de ganhos da ênfase contrária que a antecedeu. Isso explica, por exemplo, que, embora os modistas retornem ao pensamento lógico de Aristóteles e dos estoicos, seu objeto de pesquisa seja as descrições do latim feitas pelos gramáticos da Antiguidade tardia. O mesmo se dá com relação aos humanistas, que retornam à Quintiliano, mas preservam noções da sintaxe modista. Em resumo, o modelo do progresso relativo e das influências extralinguísticas prevê tanto alternâncias de ênfases e sínteses quanto os climas de opinião que direcionam os desenvolvimentos das teorias linguísticas. Esse modelo pode ser representado assim:



Clima de Opini3o

(**Legenda:** A espiral ascendente, no centro, representa o crescimento do conhecimento linguístico, no âmbito de uma mesma tradiç3o, através do tempo. Esse crescimento é marcado por uma sucess3o de oscilaç3es entre focos mais te3ricos ou mais empíricos: o clima de opini3o ajuda a definir essa alternância)

FIGURA 4 - PROGRESSO RELATIVO E INFLUÊNCIAS EXTRALINGUÍSTICAS

FONTE: ROVIRA, N. L. Ejemplo de enseñanza... Disponível em: <
<http://www.mty.itesm.mx/rectoria/dda/rie16/rie231.htm>> Acesso em: 3 jul. 2011.

Como foi sugerido acima, o “modelo do progresso relativo e das influências extralinguísticas” pode guiar a exploraç3o não só de aspectos epistemológicos, te3ricos e metodológicos, mas também das camadas extrate3ricas que podem definir as prioridades intralinguísticas de um dado período. Nesse sentido, o historiador da linguística tem a opç3o de fazer uso desse modelo para analisar o jogo de influências extrate3ricas no período que seleciona. Em particular, tal modelo

permite ver além das descontinuidades de paradigmas recorrentes depois de longos intervalos de tempo, como aqueles historicamente derivados das especulações teóricas sobre as partes do discurso, que aparecem e desaparecem na história dos estudos da linguagem do Ocidente desde, pelo menos, Platão e Aristóteles.

Apesar de o modelo do progresso relativo e das influências extralinguísticas de Koerner (1989) parecer bastante satisfatório para uma abordagem geral do modismo, para um tratamento mais específico das influências externas que guiaram seu desenvolvimento como teoria, optou-se por um quadro teórico complementar, a saber: a teoria dos estágios ideais para a formação de grupos de pesquisadores proposta por Murray (1998). Essa escolha fundamenta-se no fato de que GS surgiu no interior de um movimento particular na história da linguística, o modismo, e que esse movimento convivia teórica e socialmente com outros movimentos que possuíam opiniões diferentes e até mesmo divergentes sobre a linguagem e seu estudo.

No primeiro capítulo de seu livro sobre a linguística norte-americana no séc. XX, Murray (1998) introduz a teoria Mullins-Griffith (1972) sobre a formação de grupos de pesquisadores, em que efetua uma especificação das revoluções científicas kuhnianas no que diz respeito à formação desses grupos no período que vai de Bloomfield a Chomsky e seus seguidores. Murray formaliza essa teoria depois de considerar a hipótese de que pequenos grupos de cientistas, coerentes e autoconscientes de sua condição de grupo, são capazes de provocar mudanças teóricas. Nesse capítulo, Murray identificará “paradigma” com “teoria”, pois considera o surgimento de novos grupos científicos a partir de mudanças teóricas particulares e não de revoluções globais (1998, p. 5) como o faz Kuhn (2009 [1962])⁵.

Na seção 1.5 (1998, p. 22-26) do primeiro capítulo de seu livro, o autor formaliza a teoria Mullins-Griffith ao abstrair dela dois modelos de análise: um funcionalista, para a formação de um grupo científico qualquer, e outro de conflitos, que opõe grupos ditos de ruptura a outros que enfatizam continuidade (Murray, 1998,

⁵ De qualquer forma, na nota 10 (p. 5) desse mesmo capítulo, Murray afirma que Kuhn teria autorizado essa identificação entre paradigma e teoria: “Kuhn (1962) used ‘paradigm’ in many ways (...) Kuhn (1970b) distinguished exemplars, theories, and a general approach. I think that his 1962 book aimed mostly at the highest level of shifts in cosmology (homocentrism, evolution, relativity). My concern in this book is with paradigms in the sense of theories. For the vitally important still less global sense of ‘paradigm’ I used ‘exemplar’”.

p. 23). Na subseção 1.5.3 do mesmo capítulo, Murray representa sua abstração da teoria Mullins-Griffith por uma soma de pré-requisitos:

BOAS IDÉIAS + LIDERANÇA INTELLECTUAL + LIDERANÇA ORGANIZACIONAL → UM GRUPO

DIAGRAMA 2 - OS PRÉ-REQUISITOS DE MURRAY

FONTE: MURRAY, 1998, p. 25

Murray também propõe um modelo de conflitos com variáveis definidoras da escolha de uma retórica revolucionária em oposição a uma retórica de continuidade:

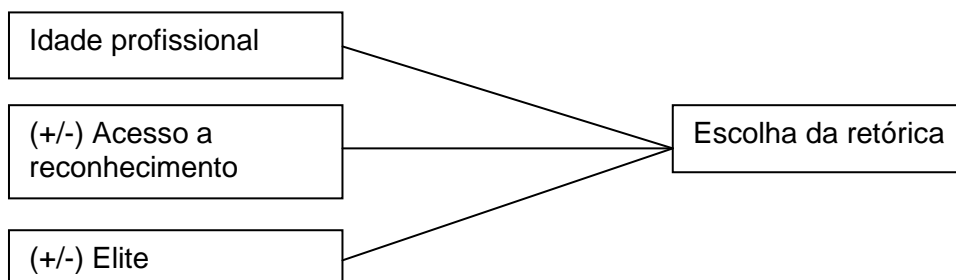


DIAGRAMA 3 - RETÓRICA DE REVOLUÇÃO VS. CONTINUIDADE

FONTE: MURRAY, 1998, p. 25

Na última seção do capítulo, 1.6 (1998, p. 25-6), Murray assevera que a teoria Mullins-Griffith é geral, i.e., não é aplicável exclusivamente a qualquer disciplina (MURRAY, 1998, p. 25). Sendo assim, trata-se de uma teoria que poderia ser aplicada a grupos pertencentes a outros momentos da história da linguística. Nesse sentido, os pré-requisitos e/ou variáveis da teoria geral Mullins-Griffith talvez fossem adaptáveis não só à história social da ciência de períodos mais recentes nos estudos da linguagem (séc. XX), mas também à história social da linguística de períodos anteriores ao séc. XVIII.

Ressalte-se, todavia, que qualquer adaptação do modelo de Murray deve obviamente abstrair as grandes diferenças entre os grupos de linguistas norte-americanos da segunda metade do séc. XX, aos quais Murray aplica seu modelo, e grupos de linguistas pertencentes a outros contextos históricos. Por exemplo, o

clima de opinião dos pensadores modistas, nominalistas e humanistas do final do séc. XIII e início do séc. XIV é, sem nenhuma dúvida, muito diferente dos contextos intelectuais da linguística ocidental posterior ao séc. XVIII. Apesar disso, é possível fazer uma analogia entre dois dos pré-requisitos de Murray para a formação de um grupo científico qualquer, como ilustrados no DIAGRAMA 2, e duas das características do movimento modista, em que se insere a GS: 1) liderança intelectual, da parte de pensadores como TE (fl. 1310) e Boécio da Dácia (ca. 1240-80), entre outros; 2) boas ideias: em sintaxe e semântica, como as noções originais de dependência, composição, significação e modos de significar e uma sofisticada teoria do caso nominal, entre outras inovações.

O modelo de conflitos de Murray (DIAGRAMA 3), embora não seja facilmente aplicado ao caso modista, poderia ser utilizado analogicamente para uma análise aproximada do advento do humanismo a partir do início do séc. XIV. Nesse sentido, Dante Alighieri (ca. 1265-1321) e Francesco Petrarca (1304-1374), que são os pensadores originais do proto-humanismo, poderiam ser entendidos como intelectuais marginais, uma vez que não só não se vinculam ao sistema universitário, mas também, no caso de Petrarca, criticam-no tenazmente. De fato, Petrarca, durante toda a sua vida intelectual, polemizou contra o pensamento escolástico que era predominante na produção do saber oficial de sua época. Dante, por sua vez, elogiou um vernáculo que, como se sabe, não era a língua oficial da universidade nem das relações diplomáticas ou da Igreja. Portanto, embora o modelo de conflitos de Murray não lhes seja aplicável de maneira estrita, pode-se pensar que Dante e Petrarca foram veiculadores de uma retórica de ruptura em relação ao discurso escolástico oficial.

A GS aparece no último dos quatro estágios ideais propostos por Murray em sua teoria (1998, p. 14-21), no qual um grupo de estudiosos, frente ao apoio ou às críticas que recebe de outros grupos, conscientiza-se de sua existência como grupo independente. Segundo Murray, esse quarto estágio é também aquele em que o grupo se institucionaliza. A aplicação desse aspecto da teoria de Murray ao movimento modista pode parecer anacrônica, uma vez que os mestres modistas formavam-se e lecionavam principalmente na Universidade de Paris e, assim, da segurança de suas cátedras, estariam em um ambiente aparentemente imune às críticas que os levariam a uma autoconsciência como defensores de uma teoria com características próprias. Além disso, os modistas, como detentores de cátedras, não

teriam a necessidade de buscar o reconhecimento oficial de suas ideias ou de institucionalizarem-se. Por fim, embora não impossível, seria realmente difícil comprovar um intercâmbio contínuo de ideias entre os integrantes do movimento modista.

Entretanto, embora o ambiente universitário medieval fosse realmente muito diverso de um ambiente acadêmico dos dias de hoje, é possível levar em consideração ao menos um aspecto da carreira universitária dos integrantes do modismo que possibilite uma abordagem comparativa da GS, em que esta, apesar das suas peculiaridades, possa ser entendida como um produto do último dos quatro estágios ideais propostos por Murray em sua teoria. Esse fator tem a ver com a ocupação de vagas para o magistério na Universidade de Paris, que concentrava o maior número de modistas no final do séc. XIII.

A ocupação de vagas, na Universidade de Paris, acontecia em um sistema de rodízio. Em média, um doutor regular de teologia, que era o cargo mais estável da faculdade mais importante, não ocupava a mesma posição por mais de dez anos (VERGER, 1999, p. 142). Os mestres da Faculdade de Artes eram uma população ainda mais flutuante que a dos doutores (VERGER, 1999, p. 143). No caso dos mestres, o curto período no magistério era, em geral, visto mais como um estágio de formação do mestrando com vistas à obtenção do grau de mestre (VERGER, 1999) do que como um posto permanente. O próprio TE não parece ter permanecido em Paris por muito tempo, uma vez que é provável que tenha escrito a GS em Erfurt e não em Paris (ZUPKO, 2011).

As vagas no magistério eram divididas entre diferentes grupos que frequentemente defendiam ideologias diferentes: franciscanos, dominicanos e outras ordens regulares, por um lado, e seculares, por outro, que disputavam essas posições de diversas maneiras. Como será visto nas seções finais deste trabalho, no início do séc. XIV, do ponto de vista de seus pressupostos ontológicos, esses grupos, grosso modo, dividiam-se em seitas de realistas e de nominalistas. Portanto, o rodízio de cátedras entre seitas diferentes é um fator importante para o entendimento de uma possível aplicação, mesmo que metafórica, do modelo de conflitos de Murray ao movimento modista: as cátedras poderiam ser ocupadas por mestres e doutores de inclinações filosóficas até mesmo antagônicas.

Uma instância clássica do antagonismo entre as diferentes seitas de escolásticos oriundos da Universidade de Paris é o *De unitate intellectus contra*

averroístas (A unidade do intelecto contra os averroístas) – um dos principais tratados de Tomás de Aquino e uma de suas obras mais representativas depois da *Suma Teológica*. Escrito na década de 1270, nesse tratado encontram-se argumentações de Tomás de Aquino contra partidários de certas doutrinas que são tradicionalmente identificadas com o averroísmo latino. Traços desse pensamento acham-se, por exemplo, nas ideias de um contemporâneo e colega de Tomás de Aquino na Universidade de Paris: o modista Boécio da Dácia (GILSON, 1998, 703-5). Boécio da Dácia, em um tratado intitulado *De summo bono (Do bem supremo)*, defende que a verdadeira felicidade, o bem supremo, consiste na vida filosófica. Essa tese imediatamente pareceu herética para aqueles que defendiam a vida contemplativa como a existência mais ideal. Tal suspeita de heresia levaria à condenação oficial de sua tese e Boécio da Dácia teria de deixar Paris, no final do séc. XIII, por conta dessa e de outras condenações.

Embora suas ideias gramaticais não atentassem contra a fé católica, os modistas tiveram que se defender de críticas de correntes divergentes de pensamento sobre a linguagem dentro do ambiente acadêmico. Frente a essas críticas, pensadores como TE, cientes de possuírem ideias próprias, procuraram defender seus pontos de vista. Essas defesas aparecem ao longo de toda a GS, nos muitos contra-argumentos que, como se verá nas seções finais deste trabalho, são construídos por TE para a defesa de seus pontos de vista modistas sobre a linguagem. Portanto, embora, de fato, não exista uma institucionalização do modismo na Universidade de Paris do final do séc. XIII, parece haver, de acordo com o quarto estágio ideal de Murray, uma consciência dos modistas de serem integrantes de um movimento frente ao antagonismo de outros grupos.

Na verdade, contemporaneamente e nas décadas seguintes ao surgimento da GS, a teoria modista começou a ser objeto de fortes críticas da parte de líderes de grupos de estudiosos que passaram a ter grande prestígio em Paris e em Oxford, bem como nos demais centros de difusão de cultura letrada da Europa ocidental. Segundo Covington (1984, p. 120-6), entre esses líderes rivais, destacam-se Johannes Aurifaber (fl. 1333), Guilherme de Ockham (ca. 1288-1348) e Pierre d'Ailly (1350-1420). Este último chegou a escrever um tratado antimodista, o *Destructiones modorum significandi*. No séc. XV, com a hegemonia humanista dos estudos da linguagem, Lorenzo Valla (1407-1457) chegara a acusar os modistas de serem disseminadores de um latim corrompido (PERCIVAL, 1995, p. 148).

Provavelmente como resultado dessas críticas, a partir das primeiras décadas do séc. XIV e quase imediatamente após o aparecimento da GS, a teoria modista foi rapidamente abandonada como programa de investigação por boa parte da comunidade dos estudiosos da linguagem das grandes universidades. Esse abandono poderia ser interpretado tanto como o fim de um paradigma e a sua substituição por outro (KUHN, 2009, p. 30) quanto como o resultado da refutação de um programa de pesquisa devido ao surgimento de fatos novos e teorias que, aparentemente, administravam melhor esses fatos (LAKATOS, 1979). Ademais, poderia-se pensar também que, de acordo com um modelo possível de história oriundo do quadro teórico da historiografia linguística (KOERNER, 1989), o abandono repentino da teoria modista represente uma descontinuidade (cf. FIGURA 2) provocada parcialmente por um contexto extralinguístico específico: o prestígio pessoal dos supracitados líderes de grupos rivais como Johannes Aurifaber, Guilherme de Ockham, Dante Alighieri e Francesco Petrarca. O surgimento de tais lideranças teria sido decisivo para o rápido abandono do empreendimento modista em prol de pesquisas mais relacionadas às *nouvelles vagues* dos estudos da linguagem representados pelas escolas nominalista e, sobretudo, humanista, que são coetâneas ao modismo a partir do final do séc. XIII e início do séc. XIV.

A ênfase na figura de um líder intelectual, no final da Idade Média, é muito importante para a compreensão da história intelectual desse período, pois é sem precedentes na história intelectual do Ocidente. Essa ênfase é reconhecida como um dos marcos de transição entre o Medievo e a Renascença e está ligada ao surgimento de um novo tipo de intelectual, menos vinculado a instituições tradicionais: o humanista (GILSON, 1998; VERGER, 1999; LE GOFF, 2003). O prestígio intelectual dos críticos do modismo parece ser, portanto, um fator muito importante no entendimento do fim do modismo como movimento produtivo de ideias originais.

Como se disse acima, este trabalho tem a intenção de aplicar o modelo em espiral ascendente de Koerner (FIGURA 4) à história da linguística medieval para tentar vislumbrar uma provável sucessão entre ênfases mais descritivas e prescritivas, na Antiguidade tardia e baixa Idade Média, e uma ênfase teórica ou explicativa dos gramáticos modistas, a qual, por sua vez, segue-se um retorno dos humanistas a uma ênfase mais descritiva e prescritiva. Como também se disse, essa ênfase mais descritiva e prescritiva da linguística ocidental no período aqui

tratado parece aproximar-se do ideal quintiliânico para os estudos da linguagem (PEREIRA, 2006).

Quintiliano (c. 30-96 d.C.), nos capítulos sobre o ensino e o aprendizado da gramática de sua *Institutio oratoria*, parece ter sido o transmissor dessa ênfase para o pensamento linguístico posterior. Assim, para uma compreensão inicial do conteúdo das ideias gramaticais de Quintiliano, será discutida, na seção imediatamente a seguir, aquilo que aqui será chamado de concepção quintiliânica da gramática, que parece ser o núcleo e a origem da ênfase descritiva e prescritiva dos estudos da linguagem posteriores.

Na terceira seção, será apresentado, primeiramente, um panorama do que foi o desenvolvimento dos estudos da linguagem da Antiguidade tardia, com ênfase especial no pensamento de Élio Donato (fl. 350) e Prisciano Cesariense (fl. 500 d.C.). Em seguida, na mesma seção, observar-se-á a influência da retomada dos estudos da lógica aristotélica e da fundação das primeiras universidades europeias do séc. XIII no desenvolvimento dos estudos da linguagem. Como será visto, esse panorama parece descrever uma lenta progressão de uma ênfase mais descritiva, prescritiva e filológica para uma ênfase mais teórica, guiada pela lógica.

Na seção 4, será recriado, de forma resumida, o paradigma da GS com a utilização de um exemplo de análise. Na seção 5, o modelo nominalista será apresentado também por meio de um exemplo de análise. A recriação desses paradigmas com o auxílio da aplicação de seus modelos de análise é acompanhada da crítica nominalista ao modismo e da possível defesa que o modismo teria feito, ou poderia ter feito, frente às censuras nominalistas. O objetivo das seções 4 e 5 é, portanto, medir as forças da argumentação teórica das duas escolas e tentar entender se a predominância nominalista deu-se prioritariamente em virtude da força de sua argumentação ou por motivos extrateóricos.

Finalmente, na seção 6, serão discutidas as ideias dos proto-humanistas do séc. XIV, que instauram uma separação entre a lógica e os estudos da linguagem e, além disso, são definidoras do tipo de linguística predominante no Ocidente até o séc. XVII. Como se verá na seção 6, a linguística humanista voltou a guiar-se pelo princípio dos melhores usos, que é central na concepção quintiliânica da gramática.

2 A CONCEPÇÃO QUINTILIÂNICA DA GRAMÁTICA

O que será aqui chamado de a concepção quintiliânica da gramática ou programa quintiliânico para os estudos da linguagem corresponde à versão romana da opção filológica de gramáticos alexandrinos como Dionísio da Trácia (fl. séc. II a. C.) e Apolônio Díscolo (séc. II d.C.) para a gramática, que, para a língua grega, seria “uma gramática do grego de caráter normativo-descritivo” (BORGES NETO; DASCAL, 2004, p. 44-51). Quintiliano dará uma finalidade específica à opção filológica dos alexandrinos ao basear-se em um raciocínio aparentemente muito prático, porém, idealizante: se o bom usuário da língua tem condições de vencer demandas públicas com maior facilidade é para o maior benefício da comunidade que os cidadãos de bem devam ser os melhores usuários da língua. Quintiliano retoma um antigo ideal romano, que está resumido nos *Praecepta ad filium* de Catão (ca. 234-149 a. C.), e resume-se na seguinte definição: *Orator est, Marce fili, uir bonus, dicendi peritus* “O orador é, meu filho Marcos, um homem de bem que é experimentado na arte de discursar”⁶ (frag. 14 (80)⁷ *apud* PEREIRA, 2006, p. 26). Como se vê, outra diferença entre Quintiliano e os alexandrinos é a primazia que este dá ao discurso falado. Mas esta primazia não deve ser sobre-enfatizada: como será visto a seguir, no pensamento quintiliânico, o ensino e o aprendizado do discurso escrito é tanto fundamental quanto concomitante ao falado: *Nam et scribendi ratio coniuncta cum loquendo est, et enarrationem praecedat emendata lectio, et mixtum his omnibus iudicium est [...]* “Com efeito, tanto as regras da escrita se combinam com a do falar, como uma leitura correta precede a explicação e um juízo crítico permeia a ambas” (I, IV, 3)⁸. Assim, “se cabia à Gramática determinar, a partir do exame dos autores que formavam o cânone clássico, que usos da língua eram ‘legítimos’, cabia à Retórica, então atualizar no *discurso* aqueles usos, com vistas a torná-los eficientes em seu propósito” (PEREIRA, 2006, p. 49). Portanto, embora a gramática sirva à retórica, esta é indissociável daquela.

⁶ Todas as traduções de excertos da *Institutio oratoria* contidas nesta seção são de Pereira (2006).

⁷ CALDER III, W. M. *Vir bonus, discendi peritus*. In: **American journal of philology**. Baltimore, v. 1, n. 108, 1987. p. 168-71.

⁸ As citações da *Institutio oratoria* de Quintiliano seguem as divisões do texto constantes na *Loeb Classical Library*; assim, “I, IV, 3” deve ser lida como “a terceira parte do quarto capítulo do primeiro livro.”

Quintiliano sintetiza em duas metas o aprendizado da gramática: 1) *recte loquendi scientia*, que é o conhecimento das regras usuais (consagradas pelos autores e oradores clássicos) do bem ler, escrever e, acima e antes de tudo, falar; 2) *enarratio poetarum*: a interpretação/explicação dos poetas, i.e., dos autores clássicos (I, IV, 2). O tipo de objeto selecionado pela gramática defendida por Quintiliano não difere grandemente daquele apontado pelo alexandrino Dionísio da Trácia: as obras dos autores consagrados. Na verdade, segundo Robins (1983, p. 24), a *Téchnē grammatikē* de Dionísio da Trácia (fl. 144 a. C.) “começa com uma exposição do contexto de estudos gramaticais tal como era visto pelos alexandrinos”. No início dessa exposição há uma definição de gramática (*grammatikē*) que lembra a *enarratio poetarum* ou “explicação dos poetas” de Quintiliano: “Gramática é conhecimento empírico do comumente dito <nas obras > dos poetas e prosadores.” (ROBINS, 1983, p. 21). De fato, na *Téchnē*, segundo Swiggers e Wouters (1995⁹, p. 95 *apud* CHAPANSKI, 2003, p. 70), esse conhecimento empírico equivale aos “dados extraídos do domínio prático, exaustivo inclusive, de textos canônicos”. Entretanto, um dos traços característicos *enarratio poetarum* quintiliânica é seu conteúdo ideológico: Quintiliano propõe uma gramática voltada para a formação dos futuros oradores/cidadãos romanos. De qualquer forma, a seleção de textos de autores consagrados como objeto de estudo permanecerá em Quintiliano, e em toda a tradição gramatical latina posterior. Essa ainda será a característica principal do maior responsável pela transmissão dessa tradição para a Idade Média, Prisciano (fl. 500), cuja obra mais importante, as *Institutiones grammaticae*, “consiste na descrição sistemática do latim da literatura clássica” (ROBINS, 1983, p. 44).

⁹ SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. *Tékhne et empeiria: la dynamique de la grammaire grecque dans l'Antiquité à la lumière des papyrus grammaticaux.* **Lalies** 15. p. 83-101, 1995.

Segundo Percival (1995, p. 148), o humanismo irá redescobrir a obra Quintiliano de uma maneira muito concreta: “Poggio Bracciolini discovered two complete manuscripts of Quintilian’s *Ars oratoria*, a work which introduced the humanists to the state of the grammatical knowledge and speculation in the first century AD”. Essa redescoberta, a partir do séc. XV,¹⁰ aponta para um retorno aos ideais clássicos num sentido muito amplo: político, artístico e pedagógico. Os humanistas farão uma releitura do ideal da *Institutio oratoria* (doravante *Institutio*) para a formação linguística do futuro cidadão romano e tentarão transplantá-lo para o seu próprio contexto político em suas gramáticas do latim e das línguas vernáculas. Esse retorno confirma-se no trabalho linguístico do humanista e gramático espanhol Antonio de Nebrija, por exemplo, em suas *Introductiones latinae* (ca. 1488), em que, segundo Esparza e Calvo (NEBRIJA, 1996, p. xvii), “es patente [...] la transición de um paradigma de gramática general a una concepción quintiliánica de la gramática.”

Contudo, pode ser duvidoso descrever essa nova ênfase descritiva/normativa (ou filológica) do humanismo do séc. XV como um retorno do Ocidente ao modelo quintilânico, porque, entre o final do séc. I e Sanctius e Port-Royal, o único período em que a gramática latina não foi predominantemente normativa parece ter sido as últimas três décadas do séc. XIII, em que se insere o movimento modista cujo auge é a GS.

Nesse sentido, os modistas seriam o resultado de uma descontinuidade no longo período que vai da gramática latina antiga aos humanistas, em que a predominância foi majoritariamente a do modelo latino tradicional estabelecido por Quintiliano no final do séc. I d.C. Os primeiros indícios dessa descontinuidade começam a aparecer com os comentários às *Institutiones grammaticae* de Prisciano durante o Renascimento Carolíngio. Entretanto, a mudança para uma ênfase mais teórica só parece ocorrer, de fato, depois da tradução completa do *corpus* lógico

¹⁰ Durante Quintiliano, o humanista florentino Poggio Bracciolini (1380-1459) descobriu e divulgou vários exemplares de obras antigas, tanto literárias quanto técnicas, que se consideravam perdidas e que foram de grande influência nos vários aspectos da produção intelectual e artística da Renascença. Por exemplo, o *De architectura* de Vitrúvio (ca. 80-15 a. C.) foi também redescoberto e divulgado por Poggio. A divulgação desses textos antigos seria grandemente facilitada pelas novas tecnologias de impressão do séc. XV: os blocos xilográficos para a impressão de páginas inteiras de livros curtos – como a *Ars minor* de Donato (fl. 450) – e a prensa de tipos móveis inventada por Johanness Gutenberg o Concílio de Constança, que acontece entre 1414 e 1418, além da *Institutio oratoria* de (ca. 1398-1468) por volta de 1440.

aristotélico para o latim, a partir de meados do séc. XII, e da fundação das universidades no séc. XIII. Como se verá ao longo deste trabalho, essa descontinuidade é mais evidente no movimento modista, que foi mais produtivo nas três últimas décadas do séc. XIII. O caráter transitório dessa mudança é atestado pela curta duração do movimento modista, que começa em 1270 e não apresenta ideias originais depois do aparecimento da GS, ca. 1310.

Devido à força da predominância da gramática normativa latina, um entendimento da concepção quintiliânica pode deixar mais claros os motivos de sua influência duradoura no quadro daquilo que Auroux (2001) chama de gramática latina estendida (GLE) e ressaltar o fato de o movimento modista ter sido uma interrupção na continuidade do modelo descritivo e prescritivo dos estudos da linguagem que foi predominante da Antiguidade tardia à baixa Idade Média.

A pessoa que legou ao Ocidente essa concepção, Quintiliano, nasceu em Calagurris – atual Calahorra, Espanha. Quintiliano, *Marcus Fabius Quintilianus* (ca. 30-96 d.C.), em sua *Institutio*, parte de um ideal para a formação dos futuros cidadãos/oradores romanos: *Sit ergo nobis orator quem constituimus is qui a M. Catone finitur uir bonus dicendi peritus* [...] “Seja o orador que formamos aquele que Catão definiu: um homem bom, perito no falar [...]” (XII, I,1). Como fica evidente a partir de uma leitura especialmente do livro XII da *Institutio*, Quintiliano partia do princípio, muito comum na Antiguidade, de que o estilo é o homem. Portanto, segundo Quintiliano, quando um cidadão levado pela malícia, e, portanto, possuidor de uma *perniciosa eloquentia*, supera em palavras um bom cidadão, essa superação é ilusória: embora o *uir bonus* esteja com a razão, falta-lhe justamente aquilo que Quintiliano propõe à sociedade romana: um programa compreensivo de formação cultural, que o futuro orador deve seguir escrupulosamente da infância até o ingresso na vida pública (CONTE; PIANEZZOLA, 2004, p. 725-6). Com esse mesmo projeto em mente, antes de escrever a *Institutio*, Quintiliano teria escrito (por volta de 88 d.C.) um tratado intitulado *De causis corruptae eloquentia* (*Das causas da eloquência corrompida*), em que defende, justamente, que a decadência da oratória, cujo produto é a *perniciosa eloquentia*, está enraizada na decadência dos costumes (CONTE; PIANEZZOLA, 2004, p. 725).

Embora a associação imediata que Quintiliano faz entre discurso e moral pareça precipitada para ouvidos hodiernos, segundo Kennedy (1962¹¹, p. 145 *apud* PEREIRA, 2006, p. 26), é necessário lembrar que “[...] a palavra pronunciada significou para a Antiguidade muito do que a razão significou para o século dezoito, envolvendo tanto capacidade intelectual quanto a função do orador na sociedade, além de inventividade e poder pessoal [...]”. A retórica de Quintiliano é, portanto, a “arte da linguagem na confluência do pensamento com a ação” e “é dessa ideia que parte toda a sua metodologia e todo o seu sistema” (DESBORDES¹², 1995, p. 65 *apud* PEREIRA, 2006, p. 26). O programa quintiliânico para os estudos da linguagem, portanto, é estabelecido, sobretudo, em função de uma ideologia de moral pública: o orador perfeito e o *uir bonus* devem se identificar e isso para o bem da sociedade. É tarefa de pedagogos, gramáticos e *patresfamiliae* fazerem com que esse ideal se materialize.

2.1 *INSTITUTIO ORATORIA*: A GRAMÁTICA COMO PROPEDEÚTICA DA RETÓRICA

Do ponto de vista gramatical, a *Institutio* de Quintiliano apresenta uma lista de conteúdos e soluções para problemas gramaticais, métodos de ensino e uma projeção da abrangência do saber que se esperaria de um gramático latino. Na verdade, essa lista, que aparece nos capítulos 4 a 9 do primeiro livro da *Institutio*, representa uma coletânea de resultados da pesquisa linguística romana anterior: desde as questões sobre analogia vs. anomalia do *De lingua latina* de Varrão (ca. 116-27 a. C.), passando pelos tratados de retórica de Cícero, até chegar a dois coetâneos de Quintiliano, que ele classifica como os gramáticos mais importantes de sua época: Rêmio Palêmon (ca. 5-65 d.C.) e Probo¹³ (ca. 20-105). Uma segunda característica da *Institutio* é que Quintiliano tem a sua disposição todo o acervo literário do que seria conhecido como o período clássico da literatura romana: o séc.

¹¹ KENNEDY, G. A. An estimate of Quintilian. In: **American journal of philology**. Baltimore, v. 2, n. 83, 1962. p. 130-46

¹² DESBORDES, F. **Concepções sobre a escrita na Roma antiga**. Tradução de MORETO, F. M. L.; GUACIRA, M. M. São Paulo: Ática, 1995.

¹³ O *Appendix Probi*, escrito provavelmente entre os sécs. III e IV d.C., é uma obra, seguramente apócrifa, que atesta a fama desse gramático na Antiguidade tardia.

I a.C. Para os fins aqui discutidos, o método que Quintiliano estabelece para o ensino da gramática será definidor da *ars grammatica* que será produzida no mundo latino dos quatro séculos posteriores: Donato (séc. IV) e Prisciano (séc. VI) serão os responsáveis pela transmissão desse modelo da Antiguidade tardia para a Idade Média.

Como foi visto acima, há na *Institutio* uma fundamentação ideológica para o ensino da *ars grammatica*: a função de ensinar ou aprender a linguagem dos autores romanos consagrados é, acima de tudo, um dever cívico e, mais do isso, uma responsabilidade que um homem romano de boa índole deve assumir. Segundo Quintiliano, o domínio que o orador honesto (*uir bonus*) possui da arte do bem falar, que se fundamenta tanto na boa e extensiva leitura dos autores consagrados quanto no bom e fluente escrever, deve resultar na vitória das demandas em prol do bem público (PEREIRA, 2006, p.32).

Quintiliano escreve seus capítulos sobre a gramática durante o principado de Domiciano (81-96 d.C.) (GRANT, 1978, p. 252). Até o séc. II d.C., esse é o texto latino mais completo e amplo sobre o conteúdo e o método de ensino da gramática latina clássica. Para Taylor (1995, p. 87), embora Quintiliano seja um retórico e não um gramático, a *Institutio* é a melhor fonte para se conhecer a arte da gramática no séc. I d.C.: “Quintilian is not himself a grammarian, but his text is our best source for early imperial grammar”. O esquema em que Quintiliano organiza seu resumo dos conteúdos da gramática antecipa a organização da *ars grammatica* latina que se impõe como modelo na Antiguidade tardia. De acordo com esse esquema, o gramático começa por ensinar a seus alunos o estudo dos sons (i.e., a fonologia) em seguida, ensina-lhes a derivação das palavras, as partes do discurso, as declinações e conjugações (i.e., a morfologia) e, por último, os vícios e as virtudes da fala, em particular, os barbarismos e os solecismos (i.e., a estilística).

No primeiro livro da *Institutio*, ao apresentar o que considera serem os fins práticos da gramática, Quintiliano não faz menção do bem escrever, *recte scribendi*, mas apenas do bem falar, *recte loquendi*. O provável motivo da ausência de menção ao bem escrever é que o ensino da linguagem consagrada – do uso normativo – era, ao menos em sentido ideal, subsidiário à capacidade de articulação falada que o futuro orador teria de demonstrar para sair vitorioso nas demandas públicas. Essa vitória, segundo Quintiliano, adviria através de uma linguagem não apenas aceitável, mas também altamente persuasiva porque inspirada nos usos

linguísticos dos clássicos da retórica, especialmente nas obras de Cícero. A escrita era, portanto, não um fim em si mesmo, mas apenas um instrumento de aprendizado dos modelos mais aceitáveis das expressões a serem usadas mais tarde no discurso falado, em especial, no ambiente forense. Essa valorização da fala é evidência de que o estudo da gramática, no contexto da *Institutio* de Quintiliano, está intimamente ligada à etapa seguinte do curso de estudos dos jovens romanos: a *ars rhetorica*.

Na *enarratio poetarum* são explicados os mitos, são ensinadas as figuras de linguagem, a escansão de versos, as palavras raras, os lugares comuns e a licença poética. A *enarratio poetarum* não é a parte da gramática menos valorizada por Quintiliano. A *enarratio poetarum* providenciaria uma assimilação ao discurso forense de elementos poéticos que dariam ao futuro orador uma aura de familiaridade com os autores consagrados: o efeito seria o respeito e a atenção de sua audiência. Quintiliano indica um exercício já tradicional para esse fim: a prática de uma modalidade de leitura treinada, que se fundamenta em um conhecimento adequado da arte poética em língua latina: correta escansão, corretas aspirações, respeito às quantidades, pausas, uso adequado de barbarismos e palavras incomuns e compreensão das figuras de linguagem.

Saliente-se que a *enarratio poetarum* não se limita apenas ao estudo das obras poéticas isoladamente, mas também inclui uma atenção especial ao seu uso por oradores famosos. É nesse sentido que Pereira (2006, p.183), ao fazer uma tradução alternativa dessa expressão, sugere “explicação dos autores” no lugar de “explicação dos poetas”. O texto a seguir é exemplo de tal procedimento metalinguístico:

Confiemos, em suma, nos maiores oradores, que tomam para si os poemas dos antigos quer para dar crédito a seus argumentos, quer para ornamentar seu discurso. Com efeito, principalmente em Cícero, por exemplo, mas freqüentemente também em Asínio e outros, que são os mais próximos no tempo, vemos inserirem-se versos de Ênio, Âcio, Pacúvio, Lucílio, Terêncio, Cecílio e de outros, não apenas por uma questão de erudição, mas também pelo deleite que representam, quando os ouvidos respiram da aspereza forense em meio aos prazeres da poesia (I, VIII, 10-11).

O ensino da terceira e última parte tradicional do aprendizado da gramática, a *enarratio historiarum*, segundo Quintiliano, poderia levar a preocupações com minúcias e detalhes inúteis e, portanto, era tida por ele com certas ressalvas:

A isso acrescentará a explicação das histórias, mas avaliando-as e pondo de parte as ocupadas com o que é inútil. Com efeito, é suficiente expor aquelas que são aceitas ou ao menos lembradas por autores célebres [...] Pois quem perscruta cada página, mesmo as que não são dignas de leitura, é bem capaz de gastar energias com uns contos de carochinhas. Por outro lado, os comentários dos gramáticos estão forrados dessas coisas, mal conhecidas até mesmo por quem as escreveu (I, VIII, 18-19).

Analiticamente, pode-se dizer que a aplicação de conceitos e procedimentos consagrados na *ars grammatica* ao tempo de Quintiliano faz parte daquilo que ele elenca como as subdivisões principais da 1ª parte (*recte loquendi scientia*) dos estudos gramaticais: 1) a distinção entre vogais, consoantes e semivogais; a derivação (sincrônica e diacrônica); a definição das partes do discurso; as declinações (verbos e nomes); o ablativo instrumental; 2) os *uitia uirtutesque orationis* – vícios e virtudes de estilo, que se constituíam no estudo dos barbarismos, dos solecismos e da eufonia. Em sua apresentação dessas subdivisões, ao discutir sobre a determinação do número das partes do discurso, Quintiliano menciona Rêmio Palêmon, seu antigo mestre: “Outros, porém, apoiando-se em autores idôneos, admitem oito partes, como Aristarco e, em nossa época, Palêmon, [...]” (I, IV, 20). Essas duas subdivisões da 1ª parte dos estudos gramaticais poderiam também ser descritas como: 1) fonologia e morfologia; 2) estilística da fala e da escrita. Ao ensino da fonologia e da morfologia, Quintiliano chama de *commentariolum*, porque não exige do professor mais que um conhecimento técnico e limitado da gramática latina. Essa parte inicial do ensino da gramática poderia ser relegada, portanto, ao gramatista, um professor de línguas menos especializado do que o gramático e que sucedia ao pedagogo no, grosso modo, curso usual de estudos de um jovem romano ao final do primeiro século d.C.

Ao estudo dos vícios e virtudes da linguagem, tanto falada quanto escrita, *uitia uirtutesque orationis*, Quintiliano dedica uma longa discussão que culmina na definição das três qualidades principais da língua normatizada pelo uso: deve ser

possuidora de *ratio*, “razão” (que se deriva da *analogia*¹⁴), de *uetustas* (antiguidade), que lhe adiciona majestade, e *auctoritas* (autoridade), que se confirma no uso (*consuetudo*) de prosadores e poetas consagrados:

Tanto quem fala quanto quem escreve deve observar regras. A linguagem se funda sobre razão, antiguidade, autoridade e tradição. A razão se baseia principalmente na analogia e por vezes também na etimologia. Uma certa majestade e, como diria, uma certa santidade recomenda o que é antigo. Quanto à autoridade, costuma ser buscada a oradores e historiadores; (I, IV, 1-2)

Ao final de sua exposição sobre os conteúdos gramaticais e seu método de ensino, que, como já se viu, resumem-se na arte de falar (e ler e escrever) corretamente e na explicação dos autores, Quintiliano finaliza ao sugerir que, além do ensino dos conteúdos tradicionais, os professores de gramática também devem administrar exercícios adicionais de composição aos seus alunos: a redação de paráfrases das fábulas (de Esopo) e das vidas de homens ilustres. Essas paráfrases, além de firmarem a norma escrita padrão, também reforçariam o caráter dos aprendizes como seu conteúdo moral. Quintiliano explica o método de aplicação desse tipo de exercício e a faixa etária a que devem ser aplicados. O mestre espanhol acredita que esse tipo de exercício, ao vir depois do aprendizado da gramática, ajudará os alunos a não chegarem totalmente despreparados às escolas de retórica:

Acrescentemos, porém, à incumbência dos gramáticos alguns princípios da eloquência que se deverão ensinar àqueles que ainda não estão, pela idade, capacitados a compreender o retor. Que aprendam os alunos, pois, a narrar com uma linguagem elegante e em nada exagerada as fábulas de Esopo, que logo sucedem as histórias das nutrizas; depois, a cobrar-se a mesma simplicidade no estilo. Primeiro, analisando os versos, depois, explicando-os, empregando outras palavras, e, finalmente, com maior ousadia, fazendo deles uma paráfrase, na qual se permitirá, desde que fique preservada a idéia do poeta, abreviar e embelezar o texto. (I, IX, 1-2)

¹⁴ Se não a maior, talvez uma das maiores controvérsias dos estudos da linguagem na antiguidade, o debate entre analogistas e anomalistas consistia em saber se a linguagem humana, em sua compreensão e funcionamento, era dominada por um princípio racional de regularidade (analogia) ou por mero acaso ou conveniência (anomalia) (ROBINS, 1983, p. 13). Para Quintiliano, a analogia é útil na determinação da quantidade das vogais em certas formas verbais – por exemplo, o infinitivo – , e também no ensino das declinações e da determinação do gênero em latim. Todavia, Quintiliano observa que a analogia é muitas vezes inconsistente como regra geral e, por isso, deve ser vista como uma invenção humana e um produto de seu próprio uso continuado (TAYLOR, 1995, p. 110).

Nas palavras do próprio Quintiliano: “se a gramática não estabelecer os alicerces seguros para o futuro orador, tudo o que tiver edificado irá por terra [...]” (I, IV, 5). Para Quintiliano, portanto, a partir do exame dos autores que formavam o cânone clássico da literatura latina – poetas como Virgílio e oradores como Cícero –, a gramática tinha como meta dupla determinar os usos legítimos do latim e transmitir aos alunos os conhecimentos gerais existentes nas obras literárias. À retórica cabia emular (*emulare*) esses usos e utilizar esses conhecimentos gerais em seus discursos. Com essa imitação ou emulação, esperava-se, o discurso se tornaria persuasivo o bastante para vencer demandas públicas. No sentido que lhe dá Quintiliano, a gramática é o estudo de obras exemplares com o intuito de extrair sua beleza, imitá-las e até superá-las no contexto do discurso forense. Fica, portanto, claro que, segundo a metodologia quintiliânica, toda a aprendizagem com base na leitura e imitação, falada e por escrito, dos textos consagrados era preparatória para a argumentação em voz alta dos discursos forenses: a gramática deveria ser uma propedêutica da oratória e o verdadeiro orador deveria ser, com base na fórmula estoica de Catão, o *uir bonus, dicendi peritus* “um homem bom, experimentado na arte da persuasão”. Nesse sentido, o gramático e o retórico são mais importantes que o filósofo, uma vez que cabe ao gramático e ao retórico, e não ao filósofo, ensinar ao bom cidadão a arte de emular os usos mais excelentes da língua e, assim, defender o interesse público.

Apesar de todo o idealismo de utilidade pública da concepção quintiliânica de gramática e de retórica presente na *Institutio*, a imitação da linguagem consagrada dos autores com vistas a vencer demandas públicas tinha se tornado uma realidade distante ao tempo de Quintiliano. No final do primeiro século, dificilmente um cidadão romano teria condições de se opor às vontades do *princeps* ou às de seu círculo de magnatas. Conforme defendem Conte e Pianezzola (2004, p. 726), o debate público teria se tornado anacrônico na realidade política do início do Império. De acordo com esses autores, em tal contexto, o núcleo ideológico da *Institutio*, como parte de um programa que objetiva formar cidadãos honestos vencedores de demandas públicas em prol do bem comum, pode ser entendido muito mais como produto de um ideário saudosista de um passado utópico do que como um projeto a ser perseguido naquele momento. Todavia, apesar de a forma de governo republicana não ser mais que uma lembrança ao final do séc. I d.C., havia, nessa

época, romanos das classes sociais privilegiadas cujas inclinações filosóficas eram republicanas (GRANT, 1987, p. 252), o que pode indicar que o projeto quintiliânico, como elaborado na *Institutio*, não deva ser entendido como meramente um exercício estético.

Do ponto de vista da história das ideias linguísticas, no programa quintiliânico, em que a gramática é vista como ancilar à retórica, combinam-se duas perspectivas: 1) uma clara opção normativa, uma vez que a língua latina é vista como um conjunto de formas predefinidas e passíveis de serem descritas, prescritas e imitadas; 2) a consciência de que essas formas/regras são aceitas como as melhores devido ao seu uso pelos usuários de maior prestígio (os autores latinos consagrados à época de Quintiliano).¹⁵

Como será visto a seguir, no limiar da Idade Média, o auge e o início da superação do programa quintiliânico advirão de uma nova abordagem das *Institutiones grammaticae* de Prisciano (fl. 500 d.C.). Nas *Institutiones grammaticae* de Prisciano, observam-se influências aristotélicas, como, por exemplo, a ideia de que o nome significa a substância e o verbo o acidente da ação. Essa influência da linguagem filosófica e lógica na gramática latina começa um processo de mudança de foco para uma gramática progressivamente mais nocional e cada vez menos descritivista ou normativa: esse processo se acelerará a partir de 1150 com o início da tradução completa para o latim do *corpus* filosófico aristotélico e de seus comentaristas árabes.

Os humanistas, sucessores imediatos dos medievais na tradição dos estudos gramaticais latinos, retornarão em muitos aspectos à noção da gramática como propedêutica dos estudos retóricos, históricos e literários e, dessa forma, as noções diretrizes do programa quintiliânico começarão a ser retomadas a partir do séc. XIV e XV.

¹⁵ Swiggers enumera algumas aproximações do que chama de “conceptualizações do objeto linguagem ao longo da história da linguística”: a língua definida como conjunto de regras ou como convensão social são duas dessas conceptualizações (2003, p. 127-8).

2.2 O ÁPICE DA TRADIÇÃO GRAMATICAL LATINA CLÁSSICA: DONATO E PRISCIANO

Segundo Robins (1983, p. 42), Quintiliano recupera em sua gramática boa parte das teorias linguísticas dos gregos e suas controvérsias, que, em grande parte, foram as mesmas dos romanos. No entanto, como viu-se no caso particular da concepção de gramática da *Institutio*, dois fatores parecem distinguir a linguística romana do séc. I e II d.C. da linguística grega anterior: 1) há uma ênfase no uso linguístico das formas consagradas do latim literário para fins retóricos; 2) existe uma sistematização descritiva da gramática, que é possível a partir do horizonte de retrospectão em que se encontram os gramáticos romanos a partir de Quintiliano (séc. II d.C.). Nesse sentido, os trabalhos gramaticais de Donato (séc. IV) e Prisciano (séc. VI), que se encontram no final da Antiguidade tardia (entre o séc. III e séc. VI d.C.), representam tanto o ápice da gramática latina clássica quanto a transmissão dessa disciplina para a Idade Média (PEREIRA, 2006, p. 56).

2.2.1 Donato

A *ars grammatica* produzida entre os sécs. III e VI d.C. que exerce maior influência na posteridade medieval imediata é a *Arte menor* de Aélío Donato (fl. 350). Embora não se saiba muito sobre a vida de Donato, sabe-se que ocupou uma das cadeiras municipais de professor de gramática em Roma e que foi mestre de Jerônimo de Strídon (ca. 347-420), o famoso São Jerônimo da tradução *Vulgata* (latina) da Bíblia.

De um modo geral, a obra de Donato é ordenada da seguinte forma: primeiramente há um estudo sobre fonologia, depois, em uma série de perguntas e respostas, apresentam-se as partes do discurso, por último, estuda-se a estilística. Dezotti (2011, p. 14-5) identifica dois esquemas de exposição do conteúdo gramatical nas *Arte menor* e *maior* de Donato: 1) uma “estrutura conceitual em forma de pirâmide, regida pelo princípio da correlação hiperonímia-hiponímia” (DEZOTTI, 2011, p. 14), em que, no topo da pirâmide há uma definição geral da categoria linguística e, na base, há casos específicos que servem como exemplos (esse esquema perpassa toda a gramática); 2) “o segundo esquema diz respeito à ordem de apresentação dos capítulos” (DEZOTTI, 2011, p. 15): um tratado básico,

catequético (em sistema de perguntas e respostas), sobre as partes da oração (que a tradição intitulou *Ars minor*) e três tratados “avançados”, em que Donato discute: prosódia e poética (no 2.º tratado); um aprofundamento sobre as partes da oração (no 3.º); os vícios (barbarismo, solecismo, outros) e virtudes (metaplasmo, figuras, tropos) da oração (no 4.º). Aos três tratados avançados deu-se o nome de *Ars maior*. Nos 2.º, 3.º e 4.º tratados, Donato organiza sua análise de maneira progressiva: começa-se pelos sons vocais, *voces* (entendidos como letras), que se combinam em sílabas, que formam palavras (*dictiones*), que, finalmente, dão origem a sentenças ou orações (*orationes*).

O método do esquema piramidal pode ser resumido em três etapas: definir (a essência da parte da oração) → especificar (seus acidentes) → ilustrar (com citações de autores clássicos). Segundo Dezotti (2011) esse esquema de análise segue o padrão aceito na Antiguidade greco-latina para o gênero *ars* ou *tékhnē*¹⁶ e é aplicável a qualquer disciplina (ou arte); além disso, baseia-se, em sua brevidade, em um princípio de mnemotécnica: aprendem-se as regras por primeiro e depois as exceções. Ademais, a apresentação de uma regra seguida de casos particulares fundamenta-se no modelo descritivo “palavra & paradigma”¹⁷, que foi o modelo adotado tanto por Donato e Prisciano quanto pelos gramáticos latinos tardo antigos e da alta Idade Média. Os únicos desvios desse modelo serão os textos gramaticais especulativos que começarão a surgir a partir da segunda metade do séc. XII. O esquema piramidal de análise e o método catequético-pedagógico da *Ars minor* podem ser ilustrados pelo trecho a seguir, em que Donato faz uma apresentação do caso nominal latino suprida de um só paradigma:

¹⁶ As transliterações dos termos e textos gregos em letras do alfabeto latino seguirão a correlação de caracteres adotada pela revista *Classica* (19.2, 2006), da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC), de acordo com a Nota “Normas para a transliteração de termos e textos em grego antigo” de Prado (2006, p. 298-9), a não ser que se trate de citações de outros autores, que utilizem um sistema diferente.

¹⁷ No modelo “palavra & paradigma” uma palavra como *nauta* é o nominativo de “marinheiro” e *nautae* é o genitivo da mesma palavra. Assim, Donato não entenderia *naut-* como um radical, cujo tema seria *nauta-*, que teria o sentido básico de “marinheiro” e a terminação *-a-e* como marcadores, respectivamente, do morfema classificatório de 1.ª declinação do latim clássico (ou vogal temática) e do morfema de genitivo *-i* (grafado como *-e* na 1.ª declinação clássica). Em resumo, o modelo “palavra & paradigma” difere de modelos que reconhecem a existência de unidades autônomas de significado menores que as palavras.

Casus nominum quot sunt?

Sex.

Qui?

Nominativus, genetivus, dativus, accusativus, vocativus, ablativus. per hos omnium generum nomina pronomina participia declinantur hoc modo: *magister* nomen appellativum, generis masculini, numeri singularis, figurae simplicis; casus nominativi et vocativi, quod declinabitur sic: nominativo *hic magister*, genetivo *huius magistri*, dativo *huic magistro* [...].

Quantos são os casos do nome?

– Seis.

Quais são?

– O nominativo, o genetivo, o dativo, o acusativo, o vocativo, o ablativo. Por meio desses (casos), nomes, pronomes e participios de todas as espécies são declinados deste modo:

mestre.NOM¹⁸: um nome apelativo, de gênero masculino, de número singular, de forma simples; os casos do nominativo e do vocativo declinam-se assim: no nominativo, este mestre.NOM, no genetivo, deste mestre.GEN, no dativo, para/a este mestre.DAT (...) (*Ars minor* 586, 16-25 H)¹⁹.

Esse método simples de exposição, com perguntas e respostas, com poucos exemplos e poucos paradigmas deixa claro que a *Ars minor* é um texto gramatical estritamente pedagógico. Nesse sentido, segundo a distinção de Luhtala (1995, p. 122), a *Ars minor* de Donato é uma gramática da categoria *school-grammar* ou *Schulgrammatik*, que, segundo a mesma autora, distingue-se de gramáticas de tipo *regulae* (de regras), porque estas trazem coleções de paradigmas apresentados em ordem alfabética (ou de outras maneiras) e que são complementados com listas de exemplos. Assim, enquanto as gramáticas de tipo *Schulgrammatik* são obras de consulta, as gramáticas de tipo *regulae*, não só oferecem uma exposição sistemática das categorias gramaticais, mas também exemplificam essas explicações por meio de vocábulos e de frases retirados de obras de autores latinos. É esse o caso da *Institutio de nomine et pronomine et verbo* de Prisciano, que foi recentemente traduzida para o português (DE CONTO, 2009).

¹⁸ Doravante, serão utilizadas abreviações como: NOM, AC, etc. para os casos “nominativo”, “acusativo”, etc.; MASC, FEM, N para “masculino”, “feminino”, “neutro”; P, 3PL, 1PS, 3PS, PL, S para “pessoa”, “terceira pessoa do plural”, “primeira pessoa do singular”, “terceira pessoa do singular”, “plural” e “singular”; PRON.INDEF para pronome indefinido; PRON.INTERROG para pronome interrogativo; PRES.IND para “presente do indicativo”; INF para “infinitivo”; AT para “ativo”; DEP para depoente.

¹⁹ As citações da *Ars minor* e *Ars maior* de Donato serão feitas de acordo com as edições disponíveis no site *Corpus Grammaticorum Latinorum* (CGL), que oferece um acervo eletrônico de obras gramaticais da Antiguidade tardia, a maioria das quais provenientes de edições recentes. Na citação acima, 586 refere-se à página da edição da *Ars minor* (HOLTZ, 1981) em que se encontra esse excerto e os números 16-25 às linhas dessa página, a letra “H” representa a inicial do editor.

Ainda segundo Luthala (1995, p. 122), há outros dois tipos de gramática da Antiguidade tardia que influenciaram os gêneros gramaticais do Medievo: os comentários que acompanhavam o estudo de textos literários em salas de aula romanas, e aquilo que a autora chama de *parsing grammars*, que tinham nas *Partitiones* de Prisciano seu modelo original. Nas gramáticas de tipo *parsing* faziam-se análises de tipo “palavra-por-palavra” de textos latinos clássicos, como a Eneida de Virgílio. O gênero *parsing grammar*, ou gramática de análise, tornou-se popular durante toda a Idade Média.

A *Ars minor* de Donato, embora seja uma gramática de tipo *Schulgrammatik* pela brevidade que caracteriza sua didática, difundiu-se sobremaneira principalmente no início da alta Idade Média ao servir de modelo para as gramáticas pedagógicas de tipo *regulae* que surgiram entre os sécs. VI e IX d.C. Além de suplementarem o esquema piramidal básico da *Ars minor* com listas de paradigmas nominais e verbais, e exemplos bíblicos e clássicos, as gramáticas pedagógicas *regulae* medievais traziam discussões de dificuldades específicas de falantes do latim como segunda língua: são autênticos manuais escolares de latim para estrangeiros. Pode-se dizer, portanto, que a *Ars minor* de Donato foi a principal das ancestrais das gramáticas pedagógicas da alta Idade Média.

2.2.2 Prisciano

Prisciano (fl. 500 d.C.) escreve suas obras gramaticais, a *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, as *Institutiones grammaticae* (doravante *Institutiones*) e as *Partitiones* em contexto bizantino, no séc. VI (HOVDHAUGEN, 1995, p. 116), portanto seu público alvo eram falantes do grego como língua nativa. As *Institutiones*, obra de Prisciano que começa a ter forte influência no pensamento linguístico medieval pelo menos a partir de Anselmo (ca. 1033-1109), são, de acordo com a classificação apresentada na seção anterior, uma mistura de *Schulgrammatik* com elementos de gramáticas *regulae* e formam uma espécie de compêndio para o estudo do latim como língua estrangeira.

Certamente por escrever em contexto grego, a influência da cultura gramatical grega, em especial a de Apolônio Díscolo (fl. séc. II) é inseparável do trabalho de Prisciano. Para entender essa interrelação é necessário, primeiramente, ater-se minimamente à tradição gramatical grega concomitante à latina, que produziu o

pensamento gramatical de Apolônio, o que será feito nos parágrafos imediatamente a seguir.

Nos séculos I e II da era cristã, surge um renascimento linguístico em Alexandria, que estava sob influência de Roma desde o séc. I a.C. Como a elite romana era bilíngue – comunicava-se em latim e grego – qualquer desenvolvimento dos estudos da linguagem em grego tinha o potencial de influenciar o pensamento linguístico romano. Esse foi o caso com o aparecimento da obra de Apolônio Díscolo, no séc. II d.C. Segundo R. H. Robins (1983, p. 29), Apolônio Díscolo escreveu um grande número de livros, apesar de que muito pouco do que escreveu chegou até os dias de hoje. Apolônio reaproveitou muito do que Dionísio da Trácia escrevera em sua *Tékhnē*, especialmente no que diz respeito à repartição das palavras em oito classes de palavras e suas definições. Todavia, Apolônio inovou em seu uso mais proveitoso da terminologia de origem filosófica que Dionísio empregara na *Tékhnē*. Por exemplo, Apolônio definiu o pronome como participante da substância (*ousía*) do nome e não apenas como a palavra que substitui o nome, como Dionísio fizera. Como se sabe, “substância” é uma categoria da lógica aristotélica, logo, o emprego gramatical que Apolônio faz de uma noção da lógica aristotélica projeta na reflexão linguística uma ênfase diferente da filológica. O desenvolvimento desse tipo de reflexão gramatical aristotélica teria o seu pleno florescimento nas gramáticas modistas do séc. XIII.

Segundo Taylor (1995, p. 87), a abordagem de Apolônio não se resume apenas ao emprego esporádico da terminologia aristotélica para explicar fenômenos da linguagem isolados. Apolônio inaugura uma maneira orgânica de pensar a gramática que assume três princípios gerais para a reflexão linguística: 1) existem soluções racionais para todos os problemas da linguagem; 2) existem soluções análogas para problemas análogos, 3) a linguagem é lógica e possui regras fixas e qualquer desvio dessas regras pode ser explicado racionalmente. Sendo assim, Apolônio Díscolo mostra-se um analogista flexível ao postular que a análise gramatical é regida por princípios que são capazes de explicar tanto as regras quanto as suas exceções. Ademais, Apolônio postula um mesmo processo combinatório em todos os níveis de organização de uma língua (letras que se combinam e formam sílabas, sílabas que formam palavras, palavras que formam frases). Em resumo, a abordagem de Apolônio é racionalista e analogista (TAYLOR, 1994, p. 563). Essa postura em relação à linguagem será acolhida pelos latinos

tardios, pelos cristãos, tanto bizantinos quanto romanos, e será bem recebida pelo pensamento monoteísta de escolásticos muçulmanos e judeus. De importância definitiva para a tradição latina posterior, essa maneira filosófica de refletir sobre a linguagem é incorporada à gramática latino-bizantina por Prisciano.

Pode-se afirmar que Prisciano está para a gramática medieval como Aristóteles está para a lógica do mesmo período. Para se ter uma idéia de sua importância é suficiente fazer-se uma menção geral à quantidade de manuscritos medievais das *Institutiones* que sobrevivem até os dias de hoje: centenas.

Na primeira parte de sua gramática, sua *Ars maior (Arte maior)*, que compreende seus primeiros 16 livros, Prisciano concentra-se no estudo das classes de palavras (morfologia): seu emprego de exemplos e suas análises morfológicas estão entre as mais exaustivas da história da linguística. Na segunda parte, conhecida como *Ars minor (Arte menor)*, que compreende os livros XVII e XVIII das *Institutiones*, encontram-se as ideias sintáticas de Prisciano. A morfologia e a sintaxe de Prisciano – que são racionais e analógicas – têm um débito pesado para com Apolônio Díscolo. Essa influência é corroborada pelas menções que o próprio Prisciano faz a Apolônio, enquanto adapta para o latim os modelos gregos de sua gramática. Um exemplo da adaptação de um procedimento da gramática de Apolônio empregado por Prisciano é a análise de orações subordinadas em orações sinônimas, coordenadas e simples; outro exemplo de adaptação de procedimentos é o estudo de orações elípticas com base em orações completas.

Prisciano segue ainda, nas *Institutiones*, o modelo de Apolônio ao fazer uma analogia entre a organização das letras na palavra e organização das palavras nas sentenças: o nível da palavra e o nível da sentença igualam-se para Prisciano, como o faziam para Apolônio. Ao seguir o racionalismo de Apolônio, Prisciano afirma que as oito partes da oração formam um conjunto ordenado como é o das letras do alfabeto. Essa ordem seria a seguinte: [(nome > verbo > particípio > pronome) (> advérbio > conjunção > preposição > interjeição)]²⁰. Com relação a esse conjunto ordenado, a única diferença na GS é que os capítulos sobre o pronome aparecem depois dos capítulos sobre o nome e não depois dos sobre o particípio, entretanto a

²⁰ Os colchetes compreendem as oito classes de palavras; o sinal ">" significa: precede/é anterior a; os parênteses separam os subconjuntos das quatro partes declináveis das quatro partes indeclináveis.

ideia de ordenação entre as partes é a mesma de Prisciano e Apolônio. Segundo Prisciano (*Institutiones* 3, 116, 1-11²¹), o nome e o verbo aparecem por primeiro porque não há sentença perfeita (proposição) em que não haja um nominal e um verbal ao menos implícitos. Ademais, nas *Institutiones*, o nome vem antes do verbo porque a substância é anterior à categoria accidental da ação. O particípio, cujo significado essencial depende tanto do nome quanto do verbo, vem logo depois destes. O pronome vem depois do particípio, porque o seu lugar depois do nome foi ocupado pelo verbo e pelo particípio. As quatro classes declináveis, em bloco, antecedem as quatro partes indeclináveis, porque os traços morfossemânticos das palavras declináveis correspondem às propriedades de entidades reais: homens, templos, montanhas, etc., enquanto que as partes indeclináveis tem significados estritamente intraproposicionais.

Segundo Covington (1984, p. 7), assim como Donato, Prisciano utiliza o modelo “palavra & paradigma”, em que não há unidades significativas menores que palavras. Nesse sentido, na análise morfológica de Prisciano, uma palavra como *puella* é o nominativo de “menina” e *puellae* é o genitivo da mesma palavra. Assim, Prisciano não entenderia *puell-* como um radical que tem o sentido básico de “menina” e os morfemas *-a* e *-i* (grafado como *-e* na 1.^a declinação clássica) como marcadores, respectivamente, de vogal temática e do genitivo que acrescentariam novos significados ao lexema *puell-*.

De acordo com Covington (1984, p. 7), o método das restrições de distribuição em ordem linear (*distributional constraints*), que funciona satisfatoriamente com relação ao paralelismo que Prisciano faz entre letras, sílabas e palavras não se adapta bem à ordem de palavras do latim, que é altamente variável. De qualquer forma, o distribucionalismo de Prisciano pode ser reduzido a uma regra principal: uma palavra sempre constrói-se com (*construitur cum*) ou exige (*exigit*) outra na sentença (1984, p. 7). A noção de paralelismo entre fonologia e sintaxe seria rejeitada pelos modistas, que explicariam a sintaxe em termos quase estritamente semânticos e não se interessariam pelos estudos fonológicos. De fato,

²¹ O método de referências às *Institutiones* de Prisciano aqui adotado é semelhante ao usado para as *Ars minor* e *maior* de Donato (cf. nota 19). Dessa forma, “3, 116, 1-11” significam, nessa ordem, o 3.º livro das *Institutiones grammaticae* (parte da edição dos *Grammatici Latini* (GL) de Keil), página 116, linhas de 1 a 11. O texto, com esse modo de referência, encontra-se no *site* CGL constante no item Referências deste trabalho.

pode-se dizer que os modistas identificam sintaxe com gramática, pois, para eles, trata-se da mesma *scientia*.²²

A estrutura sintática de Prisciano é analógica: os segmentos fonológicos, que ele chama de *litterae* ou *elementa* (*Institutiones* 2, 6, 6-43, 19), juntam-se para formar sílabas (*syllabae*), que formam palavras (*dictiones*), que formam orações (*orationes*). Prisciano define a oração ou sentença como uma sequência gramatical de palavras que manifesta um pensamento completo: *ordinatio dictionum congrua, sententiam perfectam demonstrans* (2, 57, 27). Nessa estrutura, todos os constituintes funcionam analogicamente: assim como a letra *h* só pode acontecer em início de sílaba e a sílaba *prae* ocorre sempre em início de palavra, o pronome relativo só pode ocorrer no início no começo de uma oração.

O trecho a seguir é um exemplo do tipo de discussão linguística desenvolvida por Prisciano em suas *Institutiones*:

Quattuordecim sunt litterae terminales nominum²³, quibus Latinus utitur sermo: vocales omnes, semivocales similiter omnes absque **z** et **f**, quam magis mutam esse, cum de litera tractabamus (in primo libro) ostendimus, praeterea mutae tres **c t d**, ut 'sophista', 'mare', 'gummi', 'Cicero', 'cornu', 'sol', 'templum', 'numen', 'Caesar', 'virtus', 'pax', 'lac', 'aliud', 'Bogud', 'caput'. In Graecis autem invenitur etiam **y**, ut 'Dory', nomen oppidi Pontici, et 'Aepy'. Staius in quarto Thebaidos:

et summis ingestum montibus Aepy.

In **a** desinentia nomina sive Latina seu Graeca, masculina vel feminina vel communia, addita **e** faciunt genitivum in **ae** diphthongum, ut 'hic scriba', 'huius scribae'; 'haec Musa', 'huius Musae'; 'hic et haec auriga'.

Quatorze são as letras terminais dos nomes das quais se serve a língua latina: todas as vogais e todas as semivogais semelhantemente, com exceção de **z** e **f**, que mostramos ser mais muda quando (no primeiro livro) tratávamos das letras. Além disso, há três mudas: **c**, **t**, **d**. Exemplos: 'sophista' (sofista), 'mare'(mar), 'gummi'(goma), 'Cicero'(Cícero), 'cornu'(chifre), 'sol'(sol), 'templum'(santuário), 'numen' (divindade), 'Caesar' (César), 'virtus'(coragem), 'pax' (paz), 'lac'(leite), 'aliud' (outro),

²² Gilson (1998, p. 686), ao citar um manual anônimo anterior a meados do séc. XIII, explica como os medievais distinguem entre *philosophia* e *scientia*: para eles, "*Philosophia* designa a busca e a descoberta das causas... *scientia* designa um *habitus* da alma, isto é, a posse estável de um certo saber." Um *habitus* é uma habilidade que o indivíduo adquiriu e tem sempre, e dificilmente perde; por exemplo, saber tocar órgão é um *habitus* de um organista. A gramática é uma *scientia* e não uma *philosophia* porque sua análise da linguagem parte de um conjunto de postulados (ou causas, na linguagem aristotélica) que são estabelecidas pela *philosophia*. Nesse sentido, a gramática é uma ciência como a música e a retórica. A *philosophia* é subdividida em três ramos: a filosofia natural (matemática, física, metafísica), a filosofia moral (direito), a filosofia racional (lógica e dialética). Os princípios da gramática/sintaxe especulativa dos modistas são estabelecidos pelas filosofias natural (física e metafísica) e racional (lógica).

²³ São práticas comuns a Prisciano em suas *Institutiones*: expor todas as possibilidades de letras que podem finalizar as palavras de uma classe e dar esclarecimentos sobre prosódia.

‘Bogud’(Bogud, rei da Maurîtânia), ‘caput’ (cabeça). Porém, em grego encontra-se também o **y**, como em ‘Dory’, nome de uma cidade do Ponto, e ‘Aepy’, na quarto livro da Tebaida de Estácio: “(...) e Aepy assentada em seus cumes (...)”²⁴

A desinência latina ou grega em **a**, masculina, feminina ou comum, adicionada de **e**, forma o genitivo em **ae** ditongo, como em ‘este scriba.NOM.MASC’, ‘deste scriba.GEN.MASC’; ‘esta musa.NOM.FEM’, ‘desta musa.GEN.FEM’; ‘este/esta auriga.NOM.MASC./FEM’ (*Institutiones* 2, 195, 11-20).

Nesse excerto podem-se observar algumas das características da gramática de Prisciano discutidas acima: a preocupação pedagógica suscitada pelo contexto bizantino específico em que Prisciano trabalhava (há uma comparação entre o caso genitivo latino e o grego); todas as possibilidades de combinações de letras em final de palavra no sistema do latim são apresentadas, bem como suas exceções e a explicação dessas exceções; a apresentação da letra desinencial *e* como *elementum* que se adiciona para a transformação do nominativo em genitivo singular de 1.^a declinação; a corroboração da discussão morfológica com uma citação de um autor clássico, nesse caso, Públio Papínio Estácio (45-96 d.C.).

Pode-se afirmar com relativa segurança que as *Institutiones* de Prisciano legaram à baixa Idade Média as diretrizes racionais e universalistas que permitiriam aos modistas do séc. XIII e XIV entenderem a gramática como um saber a ser enquadrado nos padrões aristotélicos de dedução a partir de princípios gerais, o que garantiria à gramática o estatuto de uma ciência autônoma. Embora majoritariamente morfológica e pedagógica, sua organização racional e sua linguagem filosófico-aristotélica inauguram a possibilidade dos desenvolvimentos nocionais que a Idade Média efetuará a partir de uma longa tradição de comentários que culminariam em críticas e na formação de uma nova perspectiva gramatical no Ocidente: a de uma gramática de categorias universais.

²⁴ Esta é uma citação do livro IV do poema épico *Tebaida* de Públio Papínio Estácio (45-96 d.C.). Inspira-se no mito dos sete contra Tebas: a história de como os filhos de Édipo lutaram pelo trono da Tebas grega. A Aepy que Prisciano utiliza como exemplo de palavra possuidora da letra “y” em latim é o nome de uma cidade da Grécia antiga que ficava próxima a Olímpia.

3 DOS ÚLTIMOS ROMANOS À REDESCOBERTA DE ARISTÓTELES: UM BREVE PANORAMA

Na Idade Média, os trabalhos de Prisciano e Donato foram constantemente imitados e adaptados e, com o advento da filosofia escolástica do séc. XII, os livros XVI e XVII das *Institutiones* de Prisciano começaram a ser cada vez mais comentados e criticados.

Sob a influência do pensamento linguístico da Antiguidade tardia, os estudos da linguagem no Medievo tiveram um longo e diversificado desenvolvimento que começa com as primeiras gramáticas do latim do início da baixa Idade Média, calcadas na *Ars minor* de Donato, e vai até às gramáticas modistas do final do séc. XIII, cuja teoria faz uma síntese entre as ideias linguísticas de Prisciano e as categorias lógico-metafísicas de Aristóteles.

Para uma maior clareza de análise, o período de cerca de 700 anos (do séc. VI ao séc. XIII) entre os últimos gramáticos romanos e os primeiros modistas pode ser dividido em cinco momentos: 1) um esforço de preservação do patrimônio linguístico latino através de gramáticas pedagógicas voltadas principalmente para populações cujo latim afastava-se cada vez mais do padrão clássico; 2) a composição dos primeiros comentários às gramáticas mais importantes da Antiguidade tardia, a saber, aos textos gramaticais de Donato e Prisciano; 3) o surgimento do gênero das gramáticas pedagógicas para falantes do latim como segunda língua (antes do séc.VII); 4) a redescoberta de Prisciano por gramáticos que foram produtivos durante o Renascimento carolíngio do séc. VIII e IX; 5) a recuperação integral, por meio de traduções para o latim, do *corpus* lógico e científico aristotélico a partir do séc. XII. Como esse longo período já foi tratado na dissertação de mestrado que antecedeu este trabalho (BECCARI, 2007b), ele será aqui apresentado de forma mais abreviada, em uma descrição que se restringirá a uma apresentação cronológica das subdivisões dos cinco momentos supracitados. Além disso, essa descrição tentará abranger os focos principais dos estudos da linguagem nesses cinco momentos e, concomitantemente, procurará fazer um resumo dos fatores externos, ou climas de opinião, que podem estar relacionados a escolhas e métodos nos estudos linguísticos desse período.

3.1 DO FINAL DA ANTIGUIDADE TARDIA AO INÍCIO DA ALTA IDADE MÉDIA

No âmbito dos estudos da linguagem, dos sécs. V a VII d.C., houve uma ênfase na preservação do patrimônio gramatical antigo. A característica mais marcante desse período é, por um lado, a exigência de uma cuidadosa exegese bíblica para a transmissão fiel do texto sagrado na pregação e na liturgia. Por outro lado, houve, no mesmo período, uma preocupação com a manutenção do padrão do latim escrito clássico como testemunham as gramáticas latinas e os manuais ortográficos da Antiguidade tardia. Pode-se, portanto, dizer que o foco dos estudos linguísticos ocidentais nesse período é tanto pedagógico quanto exegético e lexicológico (LUHTALA, 1995, p.122).

Nos parágrafos a seguir, serão destacados algumas personagens e fatos históricos definidores da ênfase pedagógica, exegética e lexicológica que direcionou a reflexão linguística entre o final da Antiguidade tardia e os primeiros séculos da alta Idade Média. Tentar-se-á demonstrar que as personagens aqui destacadas representam aspectos definidores tanto para a história intelectual quanto para a história do pensamento linguístico no Ocidente medieval.

A importância da influência de Donato como gramático pode ser sentida no trabalho de um de seus alunos mais famosos: Jerônimo de Strídon (ca. 347-420). Comissionado pelo papa Dâmaso em 383 d.C., Jerônimo traduz a Bíblia para o latim a partir da tradução grega do Antigo Testamento, a *Septuaginta* (surgida ca. 132 a.C. em Alexandria), e do Novo Testamento, originalmente escrito em grego. Além disso, Jerônimo também utilizou textos originais em hebraico, que coligiu durante uma estadia na Palestina. A coleção de 27 livros atualmente conhecida como o Novo Testamento foi escrita entre os anos 40 e o final do séc. I d.C. Os 27 livros do Novo Testamento foram considerados canônicos pelo Sínodo de Hipona em 393 d.C. O Consílio de Cartago, liderado por Agostinho de Hipona, em 397, reiterou essa decisão. A primeira lista contendo todos os livros da Bíblia hoje conhecidos é de ca. 400 d.C.

Como se disse anteriormente, Donato (fl. 350) foi o professor de gramática de Jerônimo, o que evidencia que os focos pedagógico e exegético desse período aparecem praticamente juntos.

Bento de Núrsia (fl. 530) é importante para a história da preservação e desenvolvimento da cultura latina Ocidental, visto que foi o organizador de um

sistema de vida monástica que, com seus *scriptoria*, bibliotecas e escolas permitiram o florescimento do pensamento cristão que definiria a visão intelectual de mundo que seria preponderante no Ocidente até pelo menos o Renascimento do séc. XV. O marco inicial desse sistema é a *Regra de São Bento*, que define desde as horas de sono e de trabalho até o correto manuseio de códices, que são considerados ferramentas de trabalho.

Talvez um dos traços mais importantes da *Regra* para a história dos estudos da linguagem seja que nela é estabelecido um princípio de equilíbrio entre trabalho manual, trabalho intelectual e oração. Trata-se do *ora et labora*, que é, ainda nos dias de hoje, o lema da Ordem Beneditina, em que o *labora* é entendido tanto como trabalho físico quanto intelectual. O estatuto de trabalhador para os homens e mulheres de saber seria adotado nos mosteiros (masculinos e femininos), escolas catedrais e universidades do Ocidente medieval, em que o labor intelectual preservou o entendimento beneditino de um trabalho cujo produto é o conhecimento. Atestam a importância desse reconhecimento, as muitas gramáticas e comentários gramaticais escritos por monges principalmente durante o Renascimento Carolíngio e a alta Idade Média.

A importância da Ordem Beneditina para a compreensão do desenvolvimento intelectual do Ocidente é altamente considerável, pois, no início da Idade Média, os mosteiros foram os únicos refúgios da cultura clássica latina, a qual, de outra forma, teria provavelmente em grande parte se perdido entre o séc. VI e o Renascimento carolíngio do séc. VIII e IX, que também foi o resultado do trabalho de monges como Bonifácio (ca. 680-754) e Alcuíno de York (ca. 730-804).

Em sua *Ars breviata*, Agostinho de Hipona (ca. 354-430) toma a *Ars minor* de Donato como modelo. Usa citações da Bíblia, de Cícero e de Virgílio. Essa mescla de autores cristãos e não cristãos marcaria profundamente a percepção da Idade Média com relação a fontes não cristãs de conhecimento: se o conhecimento pode advir de fontes extrabíblicas, inclusive para a interpretação da própria Bíblia, então, os filósofos e gramáticos gregos e romanos do período anterior ao cristianismo e aqueles pertencentes a convicções paralelas ao da cristandade medieval (o judaísmo e o islamismo) ao darem respaldo a vários pontos da revelação cristã, poderiam também ser tidos como autoridades.

Outro gramático, teórico e organizador de estudos importante, nascido algumas décadas depois da morte de Agostinho, foi Cassiodoro (ca. 490-583). No

que concerne à história dos estudos da linguagem, Cassiodoro é autor do *De orthographia*, em que tenta reaproximar o latim escrito do séc. VI do padrão clássico. O *De orthographia* é parte de uma obra maior: *Institutiones divinarum et saecularium litterarum* (*As instituições das letras teológicas e seculares*), um projeto de preservação do legado cultural clássico e cristão. O esforço de Cassiodoro na manutenção da herança clássica fundamentava-se na convicção de que a manutenção do padrão clássico auxiliaria na compreensão mais esclarecida tanto dos textos sagrados da tradição cristã quanto dos textos profanos, que auxiliariam na compreensão da revelação cristã. Nesse sentido, as ideias de Cassiodoro aproximam-se muito das de Agostinho e são respostas às necessidades do mundo novo que surgia imediatamente antes e logo depois da queda do Império romano do Ocidente (476 d.C.).

Em sua vida quase centenária, Cassiodoro, que construíra sua carreira política como um renomado jurista e literato romano, foi cônsul em Roma (ca. 514) e mestre da administração (*magister officiorum*) do reino ostrogodo da Itália, em Ravena (ca. 523). Viveu também em Constantinopla, onde atuou como consultor jurídico-teológico. Nos últimos anos de sua vida (a partir de ca. 557), transformou sua *villa* de *Vivarium*, localizada na costa do mar Jônico, em um mosteiro, tornando-se, assim, líder de uma comunidade religiosa. Essas mudanças fazem de Cassiodoro um exemplo vivo das transformações sociais, políticas e culturais pelas quais a Europa passou no complexo período entre o séc. V e VI d.C.: um mundo que tendia à interioridade. Na vila-mosteiro de *Vivarium*, Cassiodoro fundou o primeiro *scriptorium* e a primeira biblioteca monacal, ambientes de trabalho intelectual em que os monges tinham como disciplina a cópia e a preservação de manuscritos tanto cristãos quanto não cristãos. É desnecessário comentar a importância desses ambientes e dessas atividades para o futuro cultural da Europa anterior à invenção da imprensa de tipos móveis. É de se notar, enfim, que, em *Vivarium*, Cassiodoro também organizou uma escola médica e estabeleceu como uma das prioridades de seu *scriptorium* a cópia de textos médicos e de ciência natural tais como as obras de Galeno (ca. 129-217 d.C.), Hipócrates (460-370 a.C.) e Discórides (fl. 50-60 d.C.). Não é exagero pensar que, sem os esforços práticos e teóricos de indivíduos como Cassiodoro, a história posterior do Ocidente seria, no mínimo, muito diferente.

A Idade Média latina receberá seu conhecimento gramatical da Antiguidade tardia (séc. III-VII d.C.) através principalmente das *Institutiones grammaticae* de

Prisciano Cesariense (fl. 500) e das *Artes grammaticae* (*Ars minor* e *Ars maior*) de Donato (fl. 350). Prisciano, um gramático romano residente em Bizâncio, escreve obras gramaticais para o ensino do latim a falantes do grego: *Institutiones grammaticae*, *Institutio de nomine et pronomine et verbo* e *Partitiones*.

A importância de Boécio (ca. 480-525) para a história do pensamento linguístico ocidental durante a Idade Média está ligada ao seu trabalho como tradutor e comentador de Aristóteles. Boécio traduz para o latim o *Isagoge* de Porfírio (fl. 329) e o *De interpretatione* (*Da Interpretação*) de Aristóteles, além de ser também autor de uma paráfrase da teoria das categorias de Aristóteles encontradas num texto avulso denominado *Dez Categorias*. Como será visto a partir da subseção 3.4.2, o cânon latino da lógica aristotélica, até o séc. XII, consistirá nas traduções e comentários feitos por Boécio no séc. VI. Esse cânon será conhecido como *logica vetus* e representará a primeira fase do diálogo entre lógica e gramática que culminará na tentativa de síntese entre Prisciano e Aristóteles pelos modistas do final do séc. XIII. Durante o Renascimento carolíngio, entre o final do séc. VIII e durante o séc. IX, haverá um interesse renovado pela arte da lógica, que se reflete no estudo dessas traduções e comentários de Boécio.

Cassiodoro foi o antecessor imediato de Boécio na função de organizador da administração (*magister officiorum*) do reino ostrogodo da Itália. Cassiodoro e Boécio são, portanto, contemporâneos. Enquanto Cassiodoro é o definidor de muitas das instituições medievais posteriores, como os *scriptoria* dos mosteiros e o estudo da filosofia grega, Boécio é o iniciador da reflexão medieval sobre o pensamento lógico de Aristóteles e é, depois de Cícero (106-43 a.C.), o principal tradutor da filosofia grega para o latim antes do ano 1000.

Esse período se fecha com um gênero de texto cujo objetivo é preservar os conhecimentos consagrados de um patrimônio tido como clássico: a enciclopédia de saberes acumulados pela Antiguidade. Isidoro de Sevilha (ca. 560-636) escreve vinte livros de *Etymologiae sive origines* (*Etimologias ou origens*), em que transmite à posteridade uma versão cristã dessa enciclopédia de saberes do mundo antigo.

Por fim, é de se observar que, depois de Bento de Núrsia, Cassiodoro, Boécio e Agostinho de Hipona, a produção cultural desse período estará delimitada geograficamente aos confins do mundo ocidental: a Espanha visigótica ariana e as distantes ilhas britânicas. Além disso, em sentido amplo, note-se que é uma cultura de preservação mais do que de ideias originais, que sobreviverá na zona rural em

mosteiros cuja missão principal é a de serem portais entre este mundo e o transcendente.

3.2 DAS COLEÇÕES DE PARADIGMAS ÀS GRAMÁTICAS INSULARES

Entre os sécs. VI e VIII, uma ênfase pedagógico-prescritiva surge em paralelo à preocupação exegética e de preservação do patrimônio clássico e doutrinal do período imediatamente anterior. Essa nova ênfase impõe-se em virtude da necessidade de preparação de cleros locais não romanizados para a evangelização de populações que viviam ou fora do *limes* do antigo Império romano, como os anglos e os saxões na Grã-Bretanha, ou que se haviam transferido para regiões que lhe pertenceram, como os visigodos na Península Ibérica. A escolha da *Arte menor* de Donato aponta principalmente para essa necessidade prática então vigente de catolicizar essas populações. O estudo da gramática latina não deixa de ser ancilar a preocupações hermenêuticas, mas, a partir dessa perspectiva cristã de evangelização, o método de ensino do latim por meio da *ars grammatica* que vinha de Donato teve que ser adaptado às novas necessidades de falantes nativos de línguas germânicas. Note-se que o conhecimento do latim para o clero tornara-se essencial para um rito latino cada vez mais homogêneo, para os estudos dos clássicos, tanto profanos quanto sagrados, e para as comunicações internacionais. Pode-se dizer que é a partir desse momento que surge a tradição que Auroux (2001) resumiu na sigla GLE (Gramática Latina Estendida)²⁵.

Note-se que, embora essa nova ênfase pedagógico-descritiva não substitua o foco exegético e lexicológico do final da Antiguidade tardia, ela se tornou paralela a esses focos, a partir aproximadamente do séc. VI d.C., pelos motivos apresentados acima.

Depois da queda do Império romano do Ocidente (final do séc. V), começaram a entrar em circulação coleções de paradigmas isolados, conhecidos como *Declinationes nominum* (*Declinações dos nomes*) ou *Coniugationes verborum* (*Conjugações dos verbos*) (LUHTALA, 1995, p. 123), que se modelavam na *Ars minor* de Donato e eram adaptadas às necessidades das novas populações da Europa ocidental que não tinham o latim como língua materna. Preocupado com a

²⁵ Cf. nota 2 acima.

evangelização dessas populações, em 596 e em 601, o papa Gregório I (ca. 540-604) envia 40 monges e muitos códices para York, atual Inglaterra. Cem anos depois, a elite do clero inglês, segundo o testemunho do historiador Beda o Venerável (fl. 700), não só era proficiente em latim, mas também tinha um bom domínio do grego e conhecia profundamente a jurisprudência romana. Tal foi o êxito das missões cristãs na Grã-Bretanha do séc. VI e VII que, cerca de cem anos mais tarde, começam missões inversas: de *scholars* britânicos para a Europa continental. As missões britânicas na Europa continental seriam em grande parte responsáveis pela elaboração e pela irradiação das reformas carolíngias do séc. VIII e IX e, portanto, daquilo que ficou conhecido como o Renascimento carolíngio. É importante ressaltar que Gregório I foi o papa que estabeleceu o canto chamado de gregoriano, assim chamado em sua homenagem, o que é mais um indício da preocupação da Igreja católica romana em estabelecer um clero “latino” nas ilhas britânicas. Essa preocupação justificava-se: havia uma Igreja celta local que se afastava da doutrina católica em alguns pontos, como na definição da data de celebração da Páscoa, e que aparentemente não se interessava pela cristianização dos invasores anglos e saxões.

Juliano de Toledo (ca. 642-690) e anônimos irlandeses, como o autor de uma gramática intitulada *Ars ambrosiana*, escrevem comentários exegéticos das gramáticas da Antiguidade tardia, principalmente dos textos gramaticais de Donato. O objetivo desses comentários era elucidar dificuldades estilísticas e questões sobre geografia e mitologia relacionadas aos textos dos latinos tardios e da literatura clássica.

O gênero de gramáticas pedagógicas insulares, que foram gramáticas do latim que começaram a ser produzidas nas ilhas britânicas a partir do séc. VI, tem como objetivo principal apresentar o quadro das inflexões das partes do discurso de maneira o mais completa possível – com paradigmas e muitos exemplos e com ênfase na classe dos nomes. São exemplares as gramáticas do irlandês Tatwine (fl. 734 d.C.) e do inglês Bonifácio (LUHTALA, 1995, p. 124).

O gênero da gramática pedagógica insular é o resultado de um trabalho de recortes, colagens, paráfrases e reorganização do material oriundo de fontes gramaticais essencialmente da Antiguidade tardia – principalmente de Donato, mas, no período carolíngio, também das *Institutiones* e dos outros textos gramaticais de Prisciano. Todavia, consultavam-se também fontes recentes: outras gramáticas

insulares ou coleções de paradigmas. Como o Renascimento carolíngio foi feito principalmente por estudiosos britânicos, esse gênero de gramáticas acabou sendo definidor do tipo de gramática latina elementar que seria feita na Europa até o surgimento das escolas catedrais, que apareceriam nos incipientes centros urbanos do início do segundo milênio e levariam o ensino do latim, e de toda a herança clássica e agora também medieval, para fora dos mosteiros.

3.3 O RENASCIMENTO CAROLÍNGIO DOS SÉCULOS VIII E IX

Durante o séc. VIII, os antepassados imediatos de Carlos Magno, em consonância com os pontífices romanos, sentiram que era necessário melhorar a qualidade intelectual e espiritual do clero nos territórios das atuais França, Itália, Áustria e Alemanha. Como resultado dessas preocupações, Carlos Magno, que seria coroado imperador em 25 de dezembro de 800 d.C., funda uma escola em seu palácio e manda chamar professores das ilhas britânicas, da Espanha e do sul da Itália para fazerem parte de seu corpo docente (GILSON, 1998, p. 224).

A vinda de monges britânicos para o Continente foi definidora para o futuro da educação na Europa, porque o estudo da filosofia, da retórica e da gramática foi revitalizado e desenvolvido com a chegada de mestres como os gramáticos Alcuíno (ca. 730-804) e Winfrid (ou Bonifácio – ca. 680-754), o enciclopedista Rabano Mauro (ca. 780-856) e o metafísico João Escoto Erígena (ca. 815-877). Esses religiosos, além de organizadores eclesiásticos e fundadores de mosteiros e escolas em grande parte da Europa central, foram, algumas vezes, pensadores originais em mais de uma disciplina (LUHTALA, 1995, p. 126; GILSON, 1998, 227-67). Por exemplo, Alcuíno escreve um texto no estilo das gramáticas pedagógicas insulares, porém, há duas novidades: 1) sua doutrina das partes do discurso é derivada diretamente das *Institutiones* de Prisciano, o que significa que Alcuíno reintroduz o Ocidente à principal gramática da Antiguidade tardia; 2) Alcuíno coloca lado a lado as definições da gramática de Prisciano e as da lógica de Aristóteles para as partes do discurso. Pode-se, portanto, dizer que é a partir da gramática de Alcuíno que a *Ars maior* de Prisciano, que é constituída pelos livros XVII e XVIII das *Institutiones* e cujo assunto é a sintaxe latina, começa a ser comentada mais extensivamente. O resultado de três séculos de comentários a esses dois livros representam uma das maiores

contribuições para a sintaxe modista que chegaria ao seu maior desenvolvimento no final do séc. XIII e início do XIV.

A partir do Renascimento carolíngio do séc. VIII e IX, o estudo das artes liberais: trívio (gramática, retórica e dialética) e quadrívio (aritmética, geometria, música, astronomia) torna-se o fundamento dos estudos na Europa ocidental, e o será até o fim da Idade Média. A partir dos esforços, principalmente de Carlos Magno e de Alcuíno, são abertas escolas em todas as dioceses do Sacro Império e nelas são ensinados o saltério, o solfejo, o canto litúrgico, o cômputo eclesiástico e a gramática. O estudo do trívio e do quadrívio, currículo proposto por Boécio (séc. VI), passara a ser tradicional. As minúsculas carolíngias foram apenas uma das contribuições originais das reformas de Carlos Magno. Esse novo tipo de escrita das letras do alfabeto latino facilitou grandemente a cópia e a redação de documentos e a comunicação internacional em um mundo em que os textos escritos eram de difícil confecção.

Nesse contexto de mudanças políticas, litúrgicas e educacionais, surgem igualmente os primeiros indícios de uma mudança gradual nos estudos da linguagem na direção de preocupações mais teóricas que pedagógicas, mais semânticas que morfológicas. Essas preocupações teóricas, possuidoras de um caráter incipiente de análise gramatical filosófica, podem ser pensadas em quatro momentos: 1) uma busca da *raison d'être* das partes do discurso; 2) essa razão é explicada a partir de uma assimilação de noções da lógica pela gramática: por exemplo, a combinação “sujeito-predicado”, da lógica aristotélica, passa a ser vista como equivalente da combinação “nome-verbo” da gramática tradicional; 3) estabelece-se uma tradição de análise gramatical de textos a partir do modelo das *Partitiones* de Prisciano²⁶; 4) começam a aparecer reflexões filosóficas sobre categorias linguísticas e estas tornam-se alternativas aos interesses pedagógico ou exegetico. Essas preocupações podem ser constatadas a partir da observação dos métodos de análise que aparecem em textos originários do contexto carolíngio. Por exemplo, durante os sécs. IX e X são feitas diversas tentativas no sentido de se

²⁶ As *Partitiones* e as *Institutiones* de Prisciano são redescobertas pelos carolíngios ao mesmo tempo em que textos sobre a lógica aristotélica começam a ser estudados. Disso resultam: 1) a criação do método *parsing*, que consiste numa série sistemática de perguntas e respostas sobre a razão de ser de uma parte do discurso em um determinado texto; 2) questões sobre a lógica da sintaxe que levarão à assimilação gradual de conceitos da lógica pela gramática. As implicações filosóficas da gramática de Prisciano começavam a ser desenvolvidas.

analisarem as palavras de acordo com as dez categorias da lógica aristotélica. Uma tentativa como essa é feita por Sedúlio Escoto (fl. 860), que utiliza o método de análise das classes de palavras com base nas categorias de Aristóteles em seu comentário da gramática de Prisciano. Sedúlio procede assim na análise das maneiras de se definir o nome: “Os tipos de definição, de acordo com os gramáticos, são em número de seis. A primeira é a definição de acordo com a substância: o nome é uma classe de palavras com caso. A segunda é a definição de acordo com o som: o nome é um tipo de nota. A terceira é a definição de acordo com propriedades específicas: o nome pode significar um objeto ou um conceito e pode ser próprio ou comum. A quarta é a definição de acordo com os acidentes: o nome tem seis acidentes. A quinta tem a ver com a quantidade: o nome é uma das oito partes do discurso. A sexta é a definição de acordo com a etimologia: o homem é assim chamado porque vem de húmus e de humor.”²⁷ Segundo Luhtala (1995), os detalhes da assimilação gradual das preocupações dialéticas pelos estudos da linguagem do período carolíngio ainda não foram investigados. Trata-se, portanto, de um campo aberto para futuras pesquisas em história e epistemologia da linguística.

3.4 OS ESTUDOS DA LINGUAGEM RETORNAM ÀS CIDADES

Os séculos XI e XII são marcados pelo resurgimento da vida urbana acompanhado de um novo despertar comercial e cultural: emergência da burguesia; nascimento das escolas catedrais que originariam as universidades dos séculos posteriores; contato com o mundo árabe ocidental, na Península Ibérica, e oriental, como resultado das cruzadas: desse contato resultariam a tradução completa do *corpus* filosófico aristotélico para o latim bem como as traduções latinas de obras originais de outros filósofos gregos antigos e também de pensadores bizantinos, árabes e judeus. O centro da vida escolar passa dos mosteiros, localizados no campo, para os centros urbanos, situados nas escolas catedrais. Em termos de avanços tecnológicos, são do séc. XII, por exemplo, os primeiros relógios mecânicos, a bússola, o astrolábio, os moinhos de água e o estilo arquitetônico gótico.

²⁷ Tradução de: LAW V. *apud* LUHTALA, 1995, p. 127.

No que se refere aos estudos da linguagem, pouco depois da virada do segundo milênio, há o início de uma tendência teórico-explicativa que se estabelece nas novas escolas criadas junto às catedrais dos centros urbanos europeus. Depois de um período de cerca de 400 anos em que a cultura letrada fora preservada e desenvolvida em mosteiros localizados principalmente no campo, o patrimônio cultural letrado europeu voltava para as cidades. A produção intelectual monástica fora feita majoritariamente por clérigos ligados a ordens cenobíticas, em especial à ordem beneditina. Com as escolas catedrais dos novos centros urbanos, esse quadro se modifica, pois os alunos não são mais unicamente educados para a vida monástica, mas também para trabalharem como especialistas em direito civil e canônico, redigirem documentos oficiais e administrarem cortes, dioceses, comunas ou gerirem a indústria, o comércio e o sistema bancário que emergiam em alguns pontos específicos do continente europeu, por exemplo, nas principais cidades do norte da península Itálica.²⁸ Não tardou para que esse novo grupo de clérigos seculares e de leigos letrados começasse a alterar o foco dos estudos da linguagem, que até aquele ponto tinha sido a exegese bíblica e a patrística de viés principalmente neoplatônico e cujo expoente máximo fora Agostinho de Hipona. Essa mudança de foco significou uma consideração mais atenta da filosofia grega, em especial do *corpus* aristotélico, cuja porta de entrada fora, desde Boécio (séc. VI), a lógica.

Durante o séc. XI, a ênfase dos estudos linguísticos permanece morfológica e pedagógica, i.e., descritiva e prescritiva, e os estudos literários predominam. Os mestres da escola da catedral de Chartres preocupam-se, em seus escritos, com a manutenção de um padrão clássico da língua e da literatura, embora as referências aos clássicos convivam com explicações filosóficas redigidas em uma linguagem mais técnica que já difere consideravelmente do latim dos autores romanos. De qualquer forma, parece haver, no séc. XI e até meados do séc. XII, um interesse crescente pelo estudo da lógica ao lado das preocupações exegéticas tradicionais.

²⁸ A escola da Catedral de Chartres, fundada na segunda década do séc. XI por Fulberto (ca. 952-1020) é uma das escolas catedrais mais importantes do período do ponto de vista de sua produção intelectual. Outra importante escola situou-se na montanha de Mon martre (*Mons martiri*), nos arredores de Paris, onde o dialético Pedro Abelardo (ca. 1079-1142) lecionou. As escolas catedrais são as ancestrais diretas das universidades do início do séc. XIII.

Exemplo de uma espécie de equilíbrio entre lógica e literatura é Abelardo (ca. 1079-1142), que, junto a Anselmo (ca. 1033-1109), é o maior expoente do pensamento dialético do período entre o final do séc. XI e início do XII. Abelardo, autor da *Logica ingredientibus (Lógica para principiantes)*, “cita correntemente Cícero, Sêneca, Virgílio, Horácio, Ovídio (...) aprecia a cultura pagã (...) é autor de um poema didático e de hinos cujos méritos literários atestam (...) que a influência dos clássicos latinos exerceu-se profundamente sobre seus (dele e de Heloísa) espíritos” (GILSON, 1998, p. 417). Ao enfatizar a importância do renascimento do interesse pelos clássicos latinos no séc. XII, Gilson (1998, p. 416) afirma que “é importante notar até que ponto o espírito do século XII é mais próximo do dos séculos XV e XVI do que será o espírito do século seguinte”. Esse espírito também se manifesta na escolha filosófica dos pensadores do chamado renascimento do séc. XII: o *Timeu* de Platão é seu grande livro de referência e não a *Metafísica* de Aristóteles, que o será dos escolásticos do século seguinte. Portanto, no séc. XII, não há ainda uma hegemonia da lógica sobre os estudos literários, embora haja um interesse amplo pela dialética nas escolas catedrais.

Essa preocupação pela manutenção ou imitação de um padrão clássico para o latim continua forte no Ocidente até a primeira metade do séc. XII. A partir da segunda metade do séc. XII, o Ocidente como que abandona Platão e opta pela lógica aristotélica para explicar as causas dos fenômenos em geral, inclusive dos fenômenos da linguagem. Nesse novo contexto, as preocupações linguístico-estéticas tornam-se desimportantes nas novas faculdades de artes das universidades que despontam no início do séc. XIII. A partir desse momento, os autores clássicos romanos tornam-se pouco estudados nas grandes instituições de ensino: se, por um lado, a Faculdade de artes da Universidade de Paris será antes de tudo dedicada à lógica e a dialética, a de Universidade de Oxford, por outro lado, verá, já na primeira metade do séc. XIII, o aparecimento de pensadores como Robert Kilwardby e Roger Bacon, que propõem um critério inédito para o conhecimento: a experiência empírica. Esse critério foi apenas um dos resultados das traduções latinas do séc. XII de tratados e comentários filosóficos redigidos originalmente em árabe.

3.4.1 Um período de traduções e o retorno de uma controvérsia

O motivo do rápido desinteresse das universidades do início do séc. XIII pelo estudo e imitação da literatura clássica latina e da exegese bíblica patrística parece sem dúvida ter sido causado pelas novas traduções de Aristóteles e de seus comentaristas muçulmanos principalmente na península Ibérica. Essas traduções são feitas principalmente na Espanha, por iniciativa dos arcebispos de Toledo, e também no sul da península Itálica, a partir de meados do séc. XII. Domingo Gundisalvo (ca. 1110-1181), primeiro diretor da Escola de Tradutores de Toledo (ca. 1130), com João de Espanha (fl. 1150), um judeu falante do árabe e do vernáculo, é encarregado oficialmente pelo bispo de Toledo, Raimundo de Toledo (fl. 1140), da tradução de textos dos mais diversos assuntos do árabe para o vernáculo e deste para o latim. Os principais autores traduzidos são os intérpretes árabes, judeus e gregos de Aristóteles: a *Metafísica* e os tratados sobre lógica de Avicena (ca. 980-1037), o *Divisão das ciências* de Al-Farabi (ca. 870-950), o *Livro de introdução à arte das demonstrações da lógica* de Alexandre de Afrodísia (fl. 200 d.C.), o *Sobre o intelecto* de Al-Kindi (ca. 801-873), os tratados teológicos de Al-Ghazali (ca. 1059-1111), etc. (DE LIBERA, 1998, p.344-48). Esses textos exercerão uma influência constante e decisiva no pensamento latino do séc. XIII ao XV.

Também no séc. XII ressurgem textos da lógica aristotélica que há muito consideravam-se como perdidos: as traduções latinas de Boécio (séc. VI) de três livros do *Organon* (*Tópicos*, *Primeiros Analíticos* e *Refutações Sofísticas*) são encontrados (DE LIBERA, 1998, p.250-51). Antes do séc. XII, o mundo latino só conhecia esses textos através dos comentários de Boécio e liam-se e comentavam-se apenas os outros dois livros do *Organon*: as *Categorias* e o *Da Interpretação*, traduzidos para o latim também por Boécio. Esses dois livros, para os quais Boécio também escrevera comentários, constituíram-se nos textos básicos para o entendimento da lógica aristotélica até o séc. XII e seriam chamados a partir do séc. XIII de *logica vetus* (a velha lógica). Finalmente, aparece a tradução latina do livro que faltava para que o *corpus* latino da lógica aristotélica se completasse: os *Segundos Analíticos*, traduzido por Tiago de Veneza entre 1125 e 1150.

Além das novas traduções do *corpus* lógico de Aristóteles e de seus comentaristas árabes e judeus, outro fator, pelo menos tão importante quanto essas traduções para o crescimento do interesse da intelectualidade medieval pela lógica e

pela dialética, foi uma controvérsia em que a intelectualidade do Ocidente se encontrou entre os sécs. XI e XII. Em linhas gerais, pode-se dizer que foi uma controvérsia entre os novos dialéticos das cidades e os antigos teólogos dos mosteiros. Tais mosteiros, devido ao antiquíssimo ideal cristão-heremítico de *fuga mundi* (fuga do mundo), e também devido às condições socioeconômicas do mundo pós-romano, encontravam-se majoritariamente na zona rural.

A Europa ocidental do séc. XI conhece um tipo de novo de intelectual. Os dialéticos do séc. XI e XII são clérigos, em outras palavras, são cônegos ou outros indivíduos ligados às dioceses que se subordinavam aos bispos e aos abades dos mosteiros próximos às cidades e não mais exclusivamente monges. Além desses indivíduos, os clérigos que lecionavam podiam ser, no caso de Paris, até mesmo “professores *agregés* (agregados a um corpo docente) que tinham recebido do monge encarregado (nesse caso, de um mosteiro próximo à Paris), em nome do bispo, a *licentia docendi*, o direito de ensinar” (LE GOFF, 2003, p. 44). Segundo Le Goff (2003, p. 44), esses *agregés*, pela fama de sua independência de pensamento, acabavam por atrair um grande número de alunos “a suas casas particulares e aos claustros de Saint-Victor ou de Sainte-Geneviève que se abrem para eles.” Entre os primeiros dialéticos, destacam-se Fulberto (ca. 952-1028), que estabeleceu a escola da catedral de Chartres, Berengário (falecido ca. 1080), que se utilizou da dialética e da metafísica aristotélicas para criticar a doutrina da transubstanciação, Roscelino (ca. 1050-1125), fundador do nominalismo medieval e acusado de heresia contra o dogma trinitário, e, sem dúvida o mais eminente deles, Pedro Abelardo (ca. 1079-1142), que ficou tão famoso pelo conhecido escândalo trágico em que se envolveu quanto por seu virtuosismo dialético.

Enquanto esses clérigos dialéticos limitavam-se a ensinar as regras do pensamento de acordo com a silogística de Aristóteles para usos práticos, por exemplo, para o direito e a medicina, provavelmente seu trabalho era bem recebido pelas autoridades tanto seculares quanto eclesiásticas. Todavia, a partir do momento em que sua dialética era aplicada a uma crítica do dogma ou da política, surgiam inevitáveis inquietações. No que tange ao dogma, essas inquietações faziam-se ouvir através da pregação e dos escritos que vinham dos mosteiros.

Os teólogos que criticaram os dialéticos dos nascentes centros urbanos eram monges, também conhecidos como religiosos regulares, isto é, regidos por uma regra, como a de São Bento, por meio da qual pautavam seu dia-a-dia com orações,

estudo e trabalho. Idealmente, o alvo último da vida de um monge é a vida divina ou santa e, portanto, com certeza, não se trata de uma existência dirigida principalmente à resolução de problemas filosóficos. Todavia, algumas proposições heréticas de pensadores de prestígio como Berengário e Roscelino, levaram monges como Pedro Damiano (ca. 1007-1072) e Bernardo de Claraval (ca. 1090-1153) a perguntarem à Cristandade de seu tempo: a fé e a revelação precisam da lógica e da razão? A resposta tradicional, que foi a que eles defenderam, é que a razão deve auxiliar e não atrapalhar a fé do cristão. Ou seja, na opinião desses monges, uma razão que coloca em cheque os dogmas dificulta mais do que auxilia no desenvolvimento espiritual dos fieis.

A controvérsia entre clérigos dialéticos e monges teólogos colocava frente a frente os antigos detentores do patrimônio cultural do Ocidente, os monges, e seus novos administradores: os intelectuais dos novos centros urbanos da alta Idade Média. Segundo Gilson (1998, p. 281-88), os dialéticos venceram: seu virtuosismo e o fascínio da vida urbana atraíram um grande número de discípulos para suas escolas. Como resultado disso, os estudos passaram definitivamente dos mosteiros (do campo) para as catedrais (das cidades) e, nos séculos seguintes, para as universidades.

O uso que a teologia do séc. XIII faz da lógica e da metafísica aristotélicas dá igualmente testemunho da vitória dos dialéticos. Nesse contexto de grande prestígio da lógica e da dialética, não chega a ser surpreendente que os estudos gramaticais de viés filológico, como a exegese bíblica, e o cultivo das belas letras e das outras artes liberais tenham sido relegado a um plano mais modesto nas faculdades de artes das novas universidades do séc. XIII. Na verdade, nesse novo clima de opinião, todas as *scientiae* (ciências) só atingiam seu estatuto “científico” quando consideradas como aplicadoras fidedignas do esquema dedutivo ensinado pelo *Organon* a seus campos de estudo particulares.

Parece paradoxal, mas a mesma dialética que preocupou monges como Pedro Damiano e Bernardo de Claraval guiou uma nova abordagem monástica para os problemas da linguagem. Tal abordagem é importante para o entendimento do pensamento linguístico teórico do séc. XIII. Um dos principais iniciadores dessa nova abordagem foi provavelmente Anselmo, abade de Bec e depois arcebispo da Cantuária (ca. 1033-1109), um monge beneditino. Com seu opúsculo *O gramático*, Anselmo associou, de maneira definitiva para o Medievo posterior, problemas

linguísticos e filosóficos. Segundo Alain de Libera (1998, p. 297) a pergunta de Anselmo: “Como conciliar as descrições semânticas de Prisciano e de Aristóteles?” (...) servirá de horizonte a toda a semântica medieval latina”. Em seu *De grammatico*, a pergunta específica de Anselmo parece ser: como palavras que significam coisas diferentes (“homem” e “gramático”) podem fazer referência à mesma coisa no mundo? Em seu *O gramático*, Anselmo responde a essa pergunta com um encadeamento discursivo estritamente silogístico: os problemas da língua natural passam a ser analisados com o auxílio de raciocínios válidos.

Como será visto na seção seguinte deste trabalho, o séc. XII preparou o caminho para que a gramática passasse, no séc. XIII, a ser entendida mais como uma *scientia sermonicalis* (uma ciência do discurso) do que como uma mera propedêutica para a exegese bíblica, os estudos literários e as demais artes liberais.

3.4.2 A gramática associa-se à lógica e à metafísica

Em seus escritos, Pedro Helias (ca. 1100-1166), que foi discípulo do neoplatônico Thierry de Chartres (ca. 1100-1150) e mestre em Paris, associou claramente lógica e gramática e diferenciou esta última dos estudos literários. A gramática é pensada por ele como uma disciplina autônoma, filosófica, e sem relação necessária com os estudos literários. Sua *Summa super Priscianum* é um tratado sobre as *Institutiones* de Prisciano. A premissa básica desse tratado é que todos os fenômenos linguísticos descritos por Prisciano deveriam ser explicados, semanticamente, de acordo com sua função na língua latina. Em seu tratamento da sintaxe, Pedro Helias distingue entre construções item-a-item e sentenças: para ele, os elementos da linguagem são combináveis em estruturas binárias. Essa noção é a pedra fundamental da gramática de dependências sintáticas que será desenvolvida pelos modistas do final do século seguinte. As análises sintáticas da GS, que partem do princípio de que só existem combinações item-a-item, são radicalmente diferentes das análises que postulam combinações sentença-a-sentença. As gramáticas de tipo *Phrase-structure*, por exemplo, como as que seguem o modelo gerativo padrão, postulam o princípio de que só há combinações entre sentenças. Segundo Covington (1984, 1990, 1994), postular o princípio de que toda construção sintática ocorre sempre entre itens lexicais e não entre sentenças permite uma análise mais econômica de línguas que possuem uma

ordem de palavras mais livre, como o grego antigo, o russo, o coreano e o latim. Essa economia ficará mais clara na apresentação que será feita na seção 4.2.2 deste trabalho.

Existe também uma tradição de glosas anônimas que começou com as anotações escritas nas margens dos dois livros sobre sintaxe da gramática de Prisciano e que se estendeu dos sécs. IX ao XI. A partir do séc. XI, essas glosas começam a aparecer independentemente do seu contexto marginal e passam a ser usadas como textos auxiliares à leitura do *Prisciano menor*. Esses comentários glosados eram bastante desorganizados e seu objetivo era meramente servir de material de apoio para a leitura de Prisciano. Outra descoberta recente é que algumas das figuras centrais do renascimento do séc. XII, como Guilherme de Conches (fl. 1125) e Pedro Helias, além de escreverem um tipo mais organizado de comentários glosados, fizeram uso de glosas de autores anteriores para escreverem comentários sobre sintaxe que eram independentes da leitura simultânea de Prisciano. Ao mesmo tempo, começam a surgir tratados originais sobre sintaxe, como os que são atribuídos a Roberto de Paris e ao inglês Roberto Blund (LUHTALA, 1995, p. 128).

A gramática começa a ser estudada como uma ciência aristotélica no séc. XII com pré-modistas como Guilherme de Conches (ca. 1080-1154), mestre da escola da catedral de Chartres. Em seu comentário sobre a gramática de Prisciano, Guilherme de Conches critica a inadequação da abordagem de Prisciano na descrição da língua latina: a falta de consistência teórica que se materializa (BURSILL-HALL, 1971, p. 21) no uso incoerente que Prisciano faz de critérios semânticos e morfológicos em sua classificação das palavras. Segundo Guilherme de Conches, embora Prisciano tivesse feito do significado o seu único critério, ao afirmar [...] *non aliter possunt discerni a se partes orationis, nisi uniuscuiusque proprietates significationum attendamus* “não há outra forma de distinguir as partes do discurso entre si a menos que atentemos para a significação das propriedades de cada uma” (*Institutiones* 2, 55, 4-5), na prática, ele manteve a classificação morfológica que tomara de empréstimo dos alexandrinos sem desenvolver maiores explicações semânticas. Em seus *Modi significandi sive quaestiones super Priscianum maiorem* (*Modos de significar ou questões sobre o Prisciano maior*), Boécio da Dácia (ca. 1240-1280), um gramático modista da primeira geração, criticará Prisciano justamente nesse sentido:

[...] *cum Priscianus non docuit grammaticam per omnem modum sciendi possibilem in ea, sua doctrina est valde diminuta, unde constructiones multas dicit, quarum...causas non assignat, sed solum eas declarat per auctoritates antiquorum grammaticorum [...]*

[...] como Prisciano não explica a gramática por meio do conhecimento de seu funcionamento interno, sua teoria é muito limitada. Daí que tire muitas conclusões gratuitas, que justifica recorrendo à autoridade dos gramáticos antigos [...] (*Quaestiones*, A, 9)²⁹.

É de se notar que as primeiras críticas à gramática de Prisciano por suas inconsistências teóricas surgem concomitantemente à divulgação das novas traduções do *corpus* lógico aristotélico e de seus comentadores. O resultado dessas críticas é constado em textos gramaticais que procuram dar as *causae inventionis* (razões lógico-filosóficas) das classes de palavras e da sintaxe de acordo com um método aristotélico de argumentação. Esses esforços culminariam nos textos modistas do final do séc. XIII.

3.4.3 Um método para o discurso

O pensamento da Idade Média latina caracteriza-se, acima de tudo, por um método de ensino e aprendizagem fundamentado na dialética aristotélica: o método escolástico. Esse método começa a ser usado na resolução de contradições teóricas, principalmente no campo da teologia, mas também em outras disciplinas, a partir do séc. XI, nas escolas catedrais dos novos centros urbanos europeus, como Chartres e Paris. O método escolástico é um desenvolvimento do sistema educacional romano, que, como se viu na seção 2 deste trabalho, priorizava o estudo filológico da linguagem dos autores consagrados para fins retóricos. Devido à importância desse método no pensamento medieval, costuma-se chamar a filosofia medieval de “filosofia escolástica” ou, mais frequentemente, de “Escolástica”. A Escolástica medieval costuma ser dividida cronologicamente em baixa (do séc. XI a 1150) e alta (de 1150 a 1400).

²⁹ As 134 *Quaestiones* de Boécio da Dácia foram editadas, introduzidas e traduzidas por Mc.Dermott (1980). Em sua edição, McDermott dividiu essas questões em seis conjuntos de temas específicos, que indicou por meio de títulos e pelas letras de A a F. A questão “A, 9” faz parte do grupo de questões sobre a natureza da gramática em geral.

Fiel a suas origens filológicas e retóricas, a Escolástica medieval parte sempre da discussão textual, i.e., do debate sobre o texto, e, assim, está muito mais centrada nos livros e no raciocínio dedutivo do que na análise experimental ou no estudo indutivo dos dados acessíveis aos sentidos.

O método escolástico fundamenta-se em dois pilares básicos: 1) uma rotina escolar pautada por uma sequência de estratégias de ensino e aprendizagem e 2) critérios para a verificação do uso correto dos elementos que compõem essa sequência. Os elementos ou estratégias de que se constitui a rotina escolástica são: (i) primeiramente o mestre dá uma lição, *lectio*, que é uma leitura explicada de um trecho da Bíblia ou de uma outra autoridade, que pode ser antiga ou moderna, sagrada ou profana; em seguida, os alunos redigem *reportationes* (anotações), em que anotam *loci communes*, que são os assuntos, as palavras, os pensamentos ou as frases significativas mencionadas pelo mestre a partir da leitura comentada; concomitantemente, os alunos fazem *glosae interlineares/marginales*, anotações interlineares ou marginais, sobre o texto discutido; (ii) *quaestiones* (questões): o próprio mestre recorda as dúvidas tradicionais acerca dos problemas de interpretação que o texto apresenta: nesse momento há o esclarecimento de dúvidas a partir do levantamento da problemática a ser resolvida; (iii) *disputationes*: quais seriam as melhores respostas? Inicia-se o debate dialético em que há proposições a favor e contra uma determinada resposta ou solução das *quaestiones* do item (ii).

Uma observação superficial dos elementos acima atesta para uma cobrança de capacidade de memorização de uma diversidade de conteúdos tanto da parte de alunos quanto de professores: como sempre, faz-se uso da tradição e é necessário ter na memória uma grande quantidade de informações, o que é reforçado pela dificuldade de acesso a textos escritos (códices) ou mesmo à escrita (pergaminhos eram de difícil confecção). De fato, uma das características e subprodutos do método escolástico foram o uso e a invenção de mnemotécnicas, talvez para compensar essa falta de acessibilidade ao registro escrito. Outro elemento que também dá testemunho da importância da memória para a educação formal nesse período é o nome que se dava para as provas: eram chamadas de *reparationes*, que, grosso modo, pode ser traduzido como “reproduções”.

Os critérios do método escolástico são em número de quatro: (i) *ratio* (a forma correta da demonstração), que consiste no uso de silogismos válidos: de acordo com

a lógica aristotélica, há 19 formas legítimas para esses silogismos; (ii) uma resposta deve procurar pautar-se pela *auctoritas* (opinião) estabelecida por *consuetudo* (consenso) de autoridades antigas e recentes – caso isso não seja possível de imediato, há uma hierarquia de autoridades a serem consultadas antes que se chegue à proposição de uma resposta original; (iii) *concordia*: a realidade última do mundo medieval está na perspectiva da fé cristã, que é uma atitude comum na Idade Média; logo, pressupõe-se uma harmonia natural entre razão e revelação, embora não se suponha que essa seja uma harmonia fácil³⁰; (iv) *experientia* que produz *certitudo* (confirmação empírica): a *experientia* é defendida por Roger Bacon (ca. 1220-1292) como critério de desempate em seu *Opus maius*. Roger Bacon é um dos pensadores do século de maior originalidade da Escolástica, o séc. XIII.

Pode-se dizer que o método escolástico chega à sua forma medieval definitiva no final do séc. XIII, uma vez que o século seguinte, o séc. XIV, vê surgir um período de crítica interna às grandes construções de pensamento da Escolástica do século anterior. Essas críticas internas virão principalmente da parte do nominalismo, cujo expoente maior será Guilherme de Ockham. Concomitantemente às críticas nominalistas, o humanismo mudará gradativamente o foco da intelectualidade do final do séc. XIV de preocupações dialéticas para uma atenção maior aos estudos literários. Os humanistas, que serão o grupo dominante nos estudos da linguagem dos sécs. XV e XVI, também privilegiarão mais a filosofia de Platão do que a de Aristóteles. Consequentemente, o séc. XV testemunhará um grande enfraquecimento da originalidade do método escolástico, que se reduzirá,

³⁰ Como o demonstra Gilson (1998, p. 511-2), essa harmonia pressuposta foi uma construção árdua do pensamento medieval: atesta-o, por exemplo, o esforço intelectual de um pensador como Tomás de Aquino em sua *Summa teologiae* (*Suma Teológica*): uma obra enciclopédica em que esse pensador italiano faz uma concordância minuciosa entre a doutrina cristã-católica medieval e o aristotelismo do séc. XIII. Outro exemplo da dificuldade dessa harmonização são as linhas de pensamento averroísta latina e nominalista dos séc. XIII e XIV, em que o uso do método escolástico leva a conclusões filosóficas diferentes dos ensinamentos católicos da baixa Idade Média. Essa discrepância, a partir do séc. XIV, acarreta uma separação entre razão e revelação e, como resultado disso, entre especulação filosófica e teologia que tem consequências visíveis na filosofia moderna.

em grande parte, à repetições de modelos estabelecidos até o final do séc. XIII e criticados no séc. XIV.

3.5 NOVAS INSTITUIÇÕES, NOVO CURRÍCULO, NOVA GRAMÁTICA

No início do séc. XIII, a universidade ou *universitas magistrorum et scholarium* (universidade de mestres e estudantes) toma o lugar das escolas catedrais do séc. XI e XII e dos mosteiros dos séculos VI ao X como centros de ensino superior e de irradiação de novas ideias filosóficas e linguísticas. A Universidade de Paris é instaurada, por decreto papal, em 1219 e a de Oxford em 1231. Embora Paris e Oxford tenham sido os principais centros de difusão do conhecimento letrado no séc. XIII, não se pode deixar de mencionar as universidades de Bologna e de Montpellier, que, embora menos cosmopolitas que Paris e Oxford, foram importantes centros de estudo de especialidades, respectivamente: do direito e da medicina. De qualquer forma, para a finalidade a que se propõe este trabalho, a Universidade de Paris é sem dúvida a instituição mais importante, pois é nela que, a partir de 1270, formam-se e ensinam os mestres modistas que criaram e veicularam as novas ideias que tomarão corpo na gramática de Tomás de Erfurt, ele próprio um mestre de Paris.

Embora a organização das universidades variasse muito no tempo e no espaço, o seguinte quadro pode dar uma ideia de como organizavam-se tipicamente as faculdades de uma universidade do séc. XIII:

FACULDADES SUPERIORES³¹			
TEOLOGIA ³²			
MEDICINA		DIREITO	
		CANÔNICO	CIVIL
FACULDADE DE ARTES			
QUADRÍVIO			
ARITMÉTICA	GEOMETRIA	MÚSICA	ASTRONOMIA ³³
TRÍVIO			
LÓGICA (SILOGÍSTICA E DIALÉTICA)		RETÓRICA	
GRAMÁTICA			

QUADRO 1 – A ORGANIZAÇÃO TÍPICA DE UMA UNIVERSIDADE MEDIEVAL

O currículo e a bibliografia das disciplinas e cursos universitários medievais eram definidos por estatutos aprovados pela autoridade eclesiástica. O primeiro estatuto da Universidade de Paris é de 1219 e marca o início dessa universidade como instituição. A faculdade de artes dividia-se em duas etapas: 1) o trívio, que durava dois anos e, segundo Le Goff (2003, p. 105) correspondia aproximadamente a um *baccalauréat* ou ensino médio francês de meados do séc. XX; 2) o quadrívio, que era estudado por 4 anos. O ingresso na faculdade de artes acontecia geralmente aos 14 anos de idade. Ao final de uma estadia de 6 anos, o estudante poderia obter o grau de doutor em artes. No séc. XIII, os estudos de dialética eram mais fortes na

³¹ Este quadro baseia-se, em grande parte, na descrição geral feita por Le Goff da Universidade de Paris durante o séc. XIII (2003 [1987], p. 93-110). Trata-se de uma generalização e, portanto, não representa a organização dessa universidade em nenhum momento específico do séc. XIII.

³² A carreira de estudos universitários deveria ser vista, idealmente, de uma perspectiva *bottom-up*: os estudos gramaticais eram tidos como fundamentais e os teológicos eram considerados os mais avançados do percurso acadêmico.

³³ No séc. XIII, sob a influência da nova classificação das ciências veiculada pela tradução latina da *Divisão das ciências*, o *De scientiis* de Al-Farabi, as artes do quadrívio passaram a ser conhecidas como *scientiae doctrinales* (ciências doutrinárias), que equivalem a um conjunto de disciplinas “matemáticas”: as aritméticas pura e econômica, as geometrias pura (teórica) e mista (aplicada), a ciência dos aspectos ou óptica, as músicas pura e instrumental, a ciência dos pesos e as ciências sobre os mecanismos ou artes mecânicas: agricultura, tecelagem, etc. (SCHNEIDER, 2004, p. 129).

Faculdade de artes de Paris, os de retórica eram a especialidade de Bolonha, os de medicina eram muito desenvolvidos em Montpellier. No séc. XIV, Oxford tornar-se-ia famosa por sua lógica, sua matemática e sua física.

A partir dos 20 anos de idade, os estudantes que continuassem seus estudos (a grande maioria não continuava) poderiam optar por 6 anos de estudos na Faculdade superior de medicina, no caso de Paris, ou 7 anos de estudos teóricos e um ano de preparação para o doutorado, o que contabilizava um total de oito anos na Faculdade superior de direito de Montpellier no início do séc. XIV.

A teologia era a carreira acadêmica mais longa: o grau de doutor não poderia ser outorgado antes dos 35 anos de idade. Nos primeiros seis anos, o estudante era ouvinte de disputas sobre a Bíblia e dos *Quatro livros das sentenças de Pedro Lombardo*. O doutoramento vinha depois de dois estágios: um magistério bíblico que durava cerca de seis anos e um magistério sentenciário³⁴ por aproximadamente 4 anos. Segundo Le Goff (2003, p. 105), a formação completa de um teólogo escolástico poderia chegar a 15 anos.

Nas Faculdades de artes, estudava-se todo o *corpus* aristotélico, principalmente o *Organon*,³⁵ no caso de Paris, além de Prisciano, Donato, Euclides e Ptolomeu e as traduções, comentários e opúsculos de Boécio e de outros autores da Antiguidade clássica e tardia. Além disso, estudavam-se obras recentes como as *Summulae logicales* de Pedro Hispano (1210-1277). Nas faculdades de medicina, estudavam-se a grande suma de Avicena e outros tratados árabes e seus comentaristas, bem como Hipócrates e Galeno. Nas faculdades de direito, liam-se, comentavam-se e discutiam-se a chamada *vulgata* que era formada a partir do *Corpus juris civilis* e dos éditos e constituições posteriores ao Código de Justiniano; além destes, o *De inventione* de Cícero era comentado, especialmente em Bolonha.

³⁴ O mestre biblista e o mestre sentenciário liam, comentavam e debatiam respectivamente: passagens da Bíblia e das *Sentenças de Pedro Lombardo*. As *Sentenças* eram uma coleção de passagens de autores bíblicos e patrísticos que foram comentados por Pedro Lombardo (ca. 1094-1164), um renomado teólogo escolástico do séc. XII. Seu título original era *Libri quatuor sententiarum* (*Os quatro livros das sentenças*). As sentenças eram conclusões acerca de opiniões teológicas debatidas sobre os mais diversos pontos de doutrina: desde o significado da unidade na Trindade até se um pecado pode ser a causa de um pecado.

³⁵ O ensino da filosofia de Aristóteles, inicialmente apenas tolerado, só foi admitido oficialmente, na Universidade de Paris, pelo estatuto da Faculdade de Artes de 1255 (VERGER, 1999, p. 34).

No caso dos estudantes de direito canônico, o estudo englobava todos os decretos que formavam o *Corpus juris canonici* e sua tradição de comentários.

O currículo das universidades medievais era organizado por listas de livros. Ao examinarem-se essas listas para o início do séc. XIII percebe-se o aumento do interesse pelo estudo da lógica aristotélica no séc. XIII em relação ao séc. XII: enquanto no currículo do séc. XII (1140), da escola de Chartres, há quatorze livros sobre lógica, sete dos quais são de autoria de Boécio e cinco de Aristóteles, no currículo de 1210, da nascente Universidade de Paris, há nove títulos originais do *corpus* lógico-aristotélico contra dois de Boécio (PRICE, 1990, p.220).

Como se disse na seção introdutória deste trabalho, os professores não permaneciam por muito tempo nas mesmas instituições de ensino. Mesmo um escolástico de renome como Tomás de Aquino (ca. 1224-1274), que foi professor em Paris por duas ocasiões (1256-59 e em 1272), não permaneceu por muito tempo nas mesmas posições acadêmicas: dividiu sua breve vida (49 anos) entre o magistério superior, assuntos eclesiásticos e a Ordem dos Pregadores, vivendo entre Colônia, Paris, Anagni, Orvieto, Roma, Viterbo e Nápoles, permanecendo, em média, menos de três anos em cada localidade. Tomás de Aquino não foi exceção: de um modo geral, os mestres e doutores escolásticos do final do séc. XIII poderiam ser comparados mais a *visiting professors* do que a catedráticos de uma universidade do séc. XX.

A chegada de novos professores, muitas vezes de lugares distantes da Europa, como no caso de Boécio da Dácia (= da Dinamarca) (ca. 1240-1280), e um ambiente de constantes disputas dialéticas (e políticas) diminuía as chances da criação de um pensamento excessivamente hegemônico. De fato, até mesmo artigos de fé essenciais, como a criação *ex nihilo*, a encarnação, ou a autoridade papal, não ficavam imunes a essas disputas. As questões teológicas eram provavelmente as mais debatidas, porque o aristotelismo árabe havia surgido como uma opção teórica para o pensamento agostiniano tradicional.

No final do séc. XIII, o líder da Universidade de Paris é o reitor da Faculdade de Artes. Reelegível, porém, com um mandato que não passa de três meses, o reitor era eleito pelos procuradores escolhidos pelas quatro “nações” de estudantes *artistas*, que correspondiam, aproximadamente, aos seus lugares de origem: havia a nação francesa, a picarda, a normanda (de estudantes oriundos do sul da Europa) e a inglesa (ingleses, escoceses, irlandeses, alemães, dinamarqueses, etc.). A função

do reitor é acima de tudo de gestão financeira, pois está à frente da faculdade com o maior número de alunos (LE GOFF, 2003, p. 102-3). Em Oxford, o reitor recebeu o nome de chanceler e foi, inicialmente, um representante do bispo de Lincoln, pois este residia a duzentos quilômetros de Oxford (LE GOFF, 2003, p. 95). Segundo Le Goff (2003, p. 104), o poder da universidade medieval como corporação de ofícios fundamentava-se em “três privilégios essenciais: a autonomia jurisdicional – no quadro da Igreja, com algumas restrições locais, e o poder de apelação ao papa –, o direito de greve e de secessão e o monopólio dos graus universitários.

No início do séc. XIII, além do *corpus* lógico, todo o conjunto da obra aristotélica era conhecido e comentado nas escolas catedrais e universidades nascentes da Europa latina, o que já incluía os livros de filosofia natural: a *Física*, o *De anima*, o *Do céu* e a *Metafísica* (DE LIBERA, 1998, p.250-51). A tradução integral do *corpus* lógico-aristotélico para o latim acontece entre 1150 e 1250 e o currículo da Faculdades de Artes da Universidade de Paris, a partir das primeiras décadas do séc. XIII, concentra-se, como se viu acima, em torno do estudo desse *corpus*.

A GS é o reflexo linguístico do método escolástico que fora desenvolvido no ambiente da universidade medieval ao longo do séc. XIII: basta uma leitura superficial dos artigos da GS para que seja constatado o alto grau de influência do *corpus* aristotélico latino nela presente. De fato, como se sabe, o aristotelismo medieval direcionou toda a especulação filosófica da alta Escolástica e não só os estudos da linguagem. Nesse sentido, a GS e os outros trabalhos gramaticais modistas são um dos resultados do aumento quantitativo e qualitativo do interesse pela lógica aristotélica, que se reflete no método escolástico e no novo currículo das recém-estabelecidas universidades. Como será visto na subseção a seguir deste trabalho, o tributo da teoria modista da GS à lógica aristotélica, e ao pensamento aristotélico como um todo, é altamente considerável.

Em resumo, pode-se dizer que uma nova instituição, a universidade medieval, com seu novo currículo, que não apenas pressupunha, mas também dispndia um esforço considerável no estudo e desenvolvimento da lógica aristotélica, foi o berço em que a gramática especulativa floresceria, principalmente na Universidade de Paris, nas últimas três décadas do séc. XIII.

Como se vê, a gramática especulativa, assim como a universidade, é um produto da alta Escolástica. Ademais, sem grande chance de erro, é possível

considerar a gramática especulativa como o gênero que melhor sintetiza o pensamento linguístico que a Idade Média produziu.

3.5.1 Uma gramática universal há mais de 700 anos

Uma definição de gramática universal, que aparece pela primeira vez em 1250, originou-se, ao mesmo tempo que uma proposta de método experimental³⁶, da mente de um franciscano inglês que viveu há mais de 700 anos: Roger Bacon (ca. 1220-1292). É uma afirmação de Roger Bacon, na introdução de sua gramática do grego (ca. 1250), que resume, pela primeira vez no Ocidente, a noção de gramática universal: *grammatica una et eadem est secundum substantia in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur* “a gramática é a mesma em todas as línguas, embora varie acidentalmente”³⁷. Essa é a primeira definição explícita de uma gramática universal na história da linguística do Ocidente. Cerca de vinte anos mais tarde, um grupo de gramáticos, que passaram a ser conhecidos como modistas, em sua maioria dinamarqueses, partiria dessa noção baconiana de gramática universal e das ideias de linguístas do século anterior, principalmente as de Pedro Helias, para criar a primeira gramática de dependências sintáticas da história da linguística européia: uma gramática cujos pressupostos submetem-se aos princípios da lógica e da metafísica aristotélicas.

As ideias linguísticas dos modistas, que compõem uma nova teoria sobre a linguagem de ontologia realista moderada ou conceitualista, irradiaram-se para o norte da Europa a partir da Universidade de Paris por meio de mestres de artes dinamarqueses, e também ingleses, franceses e alemães, como Boécio da Dácia (ca. 1240-1280), Radulfo Brito (ca. 1260-1309), Siger de Courtrai (ca. 1280-1341) e TE (fl. 1310). O modismo compreendeu três gerações de gramáticos: a 1.^a e a 2.^a

³⁶ Na Europa latina, é no início do séc. XIII, que, na Universidade de Oxford, surgem as primeiras especulações a respeito de um método experimental como critério para a verificação de uma conclusão teórica. Essas reflexões encontram-se, principalmente, nos escritos dos escolásticos ingleses Robert Kilwardby (ca. 1215-1279) e Roger Bacon, que além de teorizarem sobre um método experimental foram cientistas *de facto* e escreveram sobre os resultados de seus trabalhos em tratados sobre óptica, semiótica e pragmática. Fora do contexto britânico, por exemplo, o escolástico alemão Alberto Magno (ca. 1193-1280), mestre de Tomás de Aquino, divulgou pesquisas sobre botânica, também em um tratado dedicado a esse assunto. Portanto, as primeiras propostas de um método experimental e as primeiras observações de dados empíricos a partir desse método foram levadas a efeito por escolásticos do séc. XIII e, assim, antecederam por mais de dois séculos o *Novum organum* de Francis Bacon (1561-1626).

³⁷ Cf. nota 3 acima para a fonte deste excerto.

foram gerações de pensadores originais como Boécio da Dácia, Radulfo Brito e outros, a 3.^a foi uma de divulgadores e sistematizadores: como Siger de Courtrai e TE.

TE escreveu duas gramáticas: o *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa* (depois de 1310) e o *Fundamentum puerorum*. Também são atribuídos a ele três comentários a Aristóteles (*Categorias*) e um a Porfírio (*Isagogue*).

De um modo geral, o modismo se caracteriza por: 1) uma recepção das categorias morfológicas das gramáticas de Prisciano e Donato, em que é feita uma tentativa de dar uma explicação lógico-metafísica (nocional) para as classes de palavras; 2) uma sistematização da sintaxe, que é a parte originalmente modista da teoria, por ser a primeira teoria ocidental em que se apresenta a noção de dependência sintática.

As gramáticas modistas dominaram o cenário dos estudos da linguagem no final do séc. XIII: existe um grande número de manuscritos modistas que foram editados no final de década de 1970 pela equipe de Jan Pinborg na Dinamarca que atestam para esse predomínio.

A partir da década de 1320, o modismo começa a sofrer fortes críticas de pensadores que adotavam uma ontologia de orientação nominalista e se opunham ao conceitualismo dos modistas, que propunha, por exemplo, a noção de entidades mentais. Entre os pensadores que criticaram as ideias modistas, o mais prestigiado deles foi sem dúvida o franciscano inglês Guilherme de Ockham (ca. 1288-1348), cujo pensamento é discutido em uma seção posterior deste trabalho.

No final do séc. XIV, o modismo também sofreu a oposição de humanistas de grande prestígio: por exemplo, é desse período um tratado antimodista escrito por um humanista de renome: o *Desctructiones modorum significandi* de Pierre d'Ailly (ca. 1351-1420). D'Ailly fora reitor da Universidade de Paris, o que demonstra que, no final do séc. XIV, o modismo já caíra em descrédito até mesmo em seu lugar de origem, ou seja, na Faculdade de Artes da Universidade de Paris.

Talvez o fator mais importante para uma total refutação retórica do modismo foi, não o nominalismo, mas a ascensão do humanismo, um movimento que, como se sabe, viria a causar uma mudança radical no pensamento do Ocidente. A partir de cerca de 1350, sob influência de pensadores como Dante Alighieri e Francesco Petrarca, os estudiosos da linguagem voltaram-se novamente para as letras

clássicas (latinas) e, em consequência disso, a filologia, a retórica, a poética e a história substituem os interesses medievais pela lógica e pela gramática que haviam concentrado os esforços da intelectualidade até meados do séc. XIV. Esse retorno às belas letras já havia acontecido duas vezes na Europa ocidental durante a Idade Média: nos renascimentos dos sécs. IX e XII, mas nunca na proporção do que acontecera no séc. XIV. Com a substituição do latim pelas línguas vernáculas e com uma certa laicização do conhecimento, a linguagem passara a ser vista mais como uma construção reformável humana do que como um reflexo de uma ordem universal. Além disso, no contexto das ideias filosóficas, um novo neo-platonismo laico e não mais acadêmico contrapõe-se fortemente, em especial no pensamento de Petrarca (1304-1374), ao predomínio da escolástica aristotélica das universidades, que eram instituições controladas por clérigos.

Embora o modismo tenha desaparecido como movimento produtivo no séc. XIV, noções como “modo de significar”, “dependência” e “regência” continuaram a ser usadas em gramáticas humanistas latinas e vernaculares posteriores: mais do que refutado, o modismo parece ter sido desconsiderado pelos humanistas na maior parte dos sécs. XV e XVI.

3.6 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Uma rápida leitura dos fatos acima discutidos, permite algumas observações gerais sobre a história dos estudos da linguagem e o clima de opinião na Europa ocidental entre o séc. IV d.C. e o séc. XIII: em primeiro lugar, o final da Antiguidade tardia (sécs. V e VI) foi um período de tentativa de salvaguarda do patrimônio cultural romano. Portanto, a preocupação pela manutenção do padrão clássico do latim, nos estudos da linguagem (em Cassiodoro, por exemplo), e, num sentido mais abrangente, de uma compilação enciclopédica dos saberes dos antigos (Isidoro de Sevilha), são as preocupações maiores dessa fase de transição entre o final da Antiguidade tardia e o início do baixo Medievo: há uma clara tentativa de preservação das formas linguísticas e da cultura de um passado monumental (BORGES NETO; DASCAL 2004, p. 45). Além disso, o fim do latim como língua falada pelo vulgo, a partir da queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) e a expansão do cristianismo latino criaram a necessidade de adaptação do tipo de gramática *regulae* às novas necessidades de evangelização de não falantes do

latim: desse esforço surgem as gramáticas pedagógicas, que, em sua variante insular (britânica), acabam sendo muito eficazes na formação de um número significativo de clérigos falantes do latim e conhecedores do grego antigo. Esses clérigos, em um movimento inverso (das ilhas britânicas para o continente europeu) devolveriam para a Europa, no período carolíngio (sécs. VIII e IX), o padrão linguístico clássico do latim juntamente com o patrimônio letrado da Antiguidade.

O Renascimento carolíngio foi, portanto, o restabelecimento de um padrão linguístico latino clássico e uma nova possibilidade da Europa ocidental explorar seu próprio patrimônio cultural. Um dos frutos dessa exploração foi a redescoberta das traduções e comentários de Boécio (séc. VI) dos livros sobre lógica de Aristóteles e um encontro com os livros XVI e XVII das *Institutiones* de Prisciano (séc. VI): ou seja, na história da linguística ocidental, a lógica e a gramática recomeçaram a ver-se frente a frente no pensamento dos gramáticos carolíngios. Isso havia ocorrido antes em Platão, em Aristóteles e nos estoicos.

A partir do diálogo *De grammatico* (*O gramático*) de Anselmo (ca. 1033-1009) e do início da tradução do *corpus* completo da obra aristotélica, que se dá principalmente em Toledo (atual Espanha) a partir de aproximadamente 1150, há uma tendência para a análise linguística fundamentar-se mais e mais em premissas lógico-filosóficas. Nesse sentido, no séc. XI e XII o foco dos estudos da linguagem no Ocidente passa a ser gradativamente mais teórico que descritivo ou normativo, embora a ênfase descritiva seja ainda predominante no decorrer de todo o séc. XII. Nas palavras de Gilson, “A tradição romana da *eloquentia* perpetuou-se, modesta mas continuamente, desde a chegada de Alcuíno à França até o fim do séc. XII” (1998, p. 494). O fundamento para a manutenção desse padrão de *eloquentia* era, principalmente, o estudo cuidadoso das obras de Cícero, Quintiliano e Agostinho de Hipona e da poesia latina clássica.

Outra característica do séc. XII, que se opõe ao séc. XIII, é sua ênfase no estudo do pensamento platônico e patrístico em oposição ao pensamento aristotélico. Na verdade, as novas traduções latinas da metafísica e da lógica de Aristóteles, e de seus comentadores árabes, não tiveram o tempo e o impacto suficientes para dominar as escolas catedrais ao longo de todo o séc. XII (GILSON, 1998, p. 414).

Todavia, essa situação mudaria já no início do séc. XIII, com a tradução e difusão das obras lógicas de Aristóteles no mundo latino. A partir desse momento, o

tempo consagrado ao estudo dos clássicos romanos é sacrificado cada vez mais em prol dos estudos da recém-redescoberta lógica aristotélica. Segundo Gilson (1998, p. 495):

Vemos aparecer, então, uma cultura de tipo novo, baseada no mínimo de gramática exigido para o uso corrente do latim de todo escolar, (uma cultura) constituída pelo estudo da lógica e da filosofia de Aristóteles e coroada pelo estudo de uma teologia cuja técnica se inspira nessa lógica e nessa filosofia.

Um dos últimos frutos dessa nova cultura será o pensamento linguístico nocional ou teórico, i.e., dedutivo, das gramáticas modistas. Tal pensamento tornar-se-á hegemônico, de fato, somente nas últimas três décadas do séc. XIII, na Faculdade de Artes da Universidade de Paris.

Portanto, no final do séc. XIII, essa opção nocional, que se tornara a opção dos mestres de gramática dos *studia generalia* (estudos gerais/universais) ou *universitates magistrorum et scholarium* (universidades de mestres e estudantes), passa a concentrar as atenções do grupo de pesquisadores de maior prestígio na época: os ocupantes das cadeiras de gramática da Faculdade de Artes da Universidade de Paris. Esse grupo dividia-se entre clérigos seculares e membros das ordens mendicantes, os dominicanos e os franciscanos, que ensinavam de acordo com um método escolástico que se encontrava no ápice do seu desenvolvimento como técnica de ensino e aprendizagem (ULLMANN, 2000, p. 57). Ressalte-se que pré-modistas como Roger Bacon e modistas como Bóecio da Dácia (ca. 1240-1290), Radulfo Brito (fl. 1300) e TE (fl. 1310), além da autoria de textos gramaticais, foram também importantes filósofos escolásticos que produziram comentários e tratados de viés aristotélico sobre uma diversidade de assuntos.

Pode-se dizer, então, que, no final do séc. XIII, há na Faculdade de Artes da Universidade de Paris um conjunto organizado de pensadores que produzem idéias originais, entre os quais há figuras de liderança intelectual como Radulfo Brito e Boécio da Dácia. Tendo em vista essas duas constatações, é possível uma analogia entre a constituição histórica e social do movimento modista e a soma de pré-requisitos que constituem o modelo para a análise da formação de grupos de pesquisadores, que são postulados por Murray (1998, p. 25) para a formação de um grupo científico qualquer: “boas idéias + liderança intelectual + liderança organizacional → um grupo (de pesquisadores)”.

4 UMA GRAMÁTICA DE CATEGORIAS MENTAIS

Embora a GS possua ideias originais, por exemplo, sobre a sintaxe e a teoria do caso latino, ela representa, acima de tudo, um trabalho de sistematização e divulgação dos resultados das pesquisas das duas gerações de modistas anteriores. Sendo assim, a GS pode ser entendida como sendo majoritariamente um manual de gramática modista que apareceu no período de ciência normal do modismo (KUHN, 2009 [1962]) ou, levando-se em conta a constatação de Murray (1998, p. 20),³⁸ pode-se dizer que a GS é um produto do estágio mais avançado do movimento modista, um estágio em que, segundo Murray (1998, p. 21), uma publicação pode ser utilizada para salvaguardar a prioridade das ideias de um grupo dominante de pensadores. Uma analogia com o modelo de Murray parece fazer sentido, porque a GS é considerada o texto gramatical modista mais completo descoberto até o presente: possui capítulos introdutórios à metalinguagem modista, capítulos sobre as classes de palavras e uma longa discussão sobre sintaxe. Além disso, depois da GS, não há notícias de textos modistas em que constem novidades teóricas.

De um modo geral, a história dos estudos da linguagem no Medieval indica um lento movimento que vai de um foco mais descritivo e pedagógico para um foco mais teórico e nocional. Esse gradativo direcionamento para um linguística mais nocional começa no período carolíngio e se intensifica somente a partir da tradução para o latim do *corpus* completo da lógica aristotélica no séc. XIII. Portanto, uma leitura geral dos fatores marcantes elencados em uma cronologia dos estudos da linguagem nesse período sugere a possibilidade de enquadramento dos desenvolvimentos da linguística medieval em um modelo pendular de alternância entre ênfases mais descritivas e ênfases mais teóricas (KOERNER, 1989, p. 53) como o descrito pela FIGURA 3 da seção introdutória deste trabalho. De um modo geral, esses desenvolvimentos parecem coincidir com esse modelo.

³⁸ Na nota 29 do primeiro capítulo de seu livro *Theory groups and the study of language in North America: a social history*, Murray afirma: "Textbooks are an indication that a perspective has reached a juncture at which a general inventory of progress and reinterpretation of disciplinary history is possible and/or indicate sufficient group consciousness that thought is given to indoctrinating newcomers in the faith. Consolidation may indicate waning momentum, rather than constituting any necessary cause of development (...)" (1994, p. 20). Essa diminuição de ímpeto (*waning momentum*) parece verificar-se imediatamente depois do aparecimento da GS (ca. 1310), pois não há, pelo menos a partir das obras consultadas pelo proponente, indícios textuais de ideias modistas originais a partir dessa data.

Como foi discutido nas seções anteriores, o aristotelismo medieval é a base teórico-metodológica da GS. Nesse sentido, uma exposição das ideias linguísticas contidas nas obras de Aristóteles é imprescindível para a compreensão da GS. Nesse sentido, tal discussão será feita nos parágrafos a seguir.

No início do *De interpretatione (Da Interpretação)*, Aristóteles define o nome, *ónoma* (II, 16a 20-1)³⁹, o verbo, *rhéma* (III, 16b 6-7) e a frase, *lógos* (IV, 16b 27-9). Nessas três definições, Aristóteles adota um modelo de tipo “palavra & paradigma” ao considerar o nome e o verbo como expressões significativas elementares que não podem ser divididas em outras partes significativas menores. Na mesma obra, Aristóteles define uma outra ideia que teria futuro na história dos estudos da linguagem, pois seria desenvolvida por programas de correspondência posteriores, tais como o estoico, o modista, o de Port-Royal e o chomskiano. Segundo Swiggers (2004), esses programas têm em comum o pressuposto de que há uma relação de correspondência entre o mundo, a mente e a linguagem. A noção aristotélica da correspondência “mundo-mente-linguagem” é assim definida:

Ἔστι μὲν οὖν τὰ ἐν τῇ φωνῇ τῶν ἐν τῇ ψυχῇ παθημάτων σύμβολα, καὶ τὰ γραφόμενα τῶν ἐν τῇ φωνῇ. καὶ ὡς περ οὐδὲ γράμματα πᾶσι τὰ αὐτά, οὐδὲ φωναὶ αἱ αὐταί· ὧν μέντοι ταῦτα σημεῖα πρῶτως, ταῦτα πᾶσι παθήματα τῆς ψυχῆς, καὶ ὧν ταῦτα ὁμοιώματα, πράγματα ἤδη ταῦτά.⁴⁰

As palavras faladas são símbolos das afecções de alma, e as palavras escritas são símbolos das palavras faladas. E como a escrita não é igual em toda a parte, também as palavras faladas não são as mesmas em toda a parte, ainda que as afecções de alma de que as palavras são signos primeiros, sejam idênticas, tal como são idênticas as coisas de que as afecções referidas são imagens⁴¹ (*Da Interpretação* I, 16a 4-9).

Portanto, segundo Aristóteles, embora haja sons distintos em línguas distintas, esses sons convencionais podem traduzir fonicamente conceitos que são

³⁹ As referências às obras de Aristóteles utilizarão o código de Bekker como nas edições da *Loeb Classical Library*. Por exemplo, “*Da Interpretação* I, 16a 4-9”, nessa ordem, significa: 1.º livro, página 16, linhas 4 a 9 da edição de 1831 de Immanuel Bekker do *Da Interpretação*. Como os textos foram impressos em duas colunas nas páginas da edição de Bekker, o “a” de “16a” quer dizer que o excerto acima encontra-se na coluna da direita da página 16.

⁴⁰ Esta citação do *Da Interpretação* em grego original é oriunda da edição de 1996 constante na *Loeb Classical Library*.

⁴¹ Tradução de Gomes (1985).

os mesmos para os falantes de qualquer língua. Se essa relação triádica “coisas → afecções da alma → símbolos sonoros (ou escritos)” for entendida da perspectiva de um triângulo semiológico, em que se represente a sequência “referente no mundo (*referend*) → imagem mental (*image*) → símbolo fônico (*symbol*)”, é possível ilustrá-la da seguinte forma:

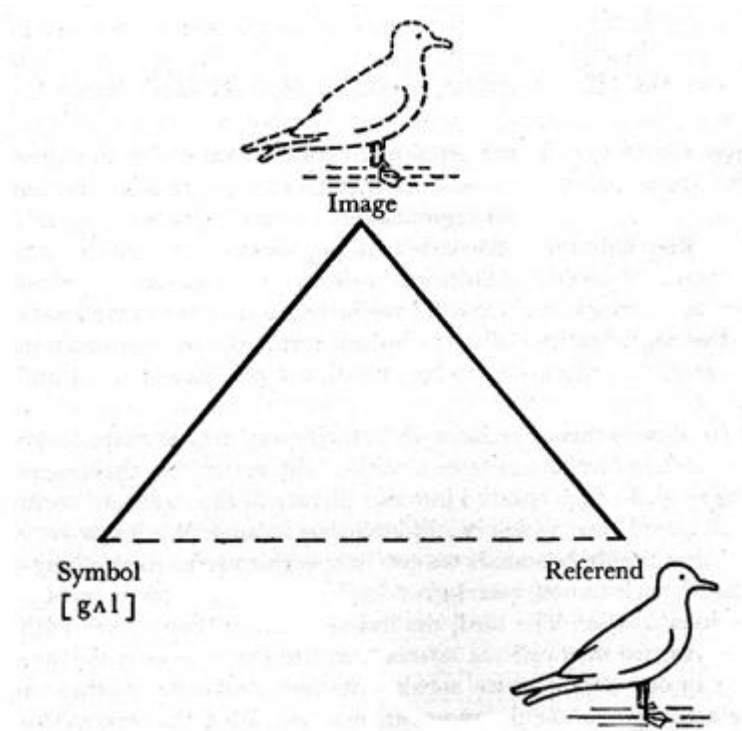


FIGURA 5 - O TRIÂNGULO SEMIOLÓGICO

FONTE: ANDERSSON, F. Group μ and... Disponível em: <<http://revues.unilim.fr/nas/document.php?id=3280>> Acesso em: 21 de mar. 2012.

Segundo Neves (2001, p. 37), ao definir o nome e o verbo dessa forma, Aristóteles instaura a distinção entre uma primeira e uma segunda articulação da linguagem. A essa segunda articulação corresponde o *stoikheîon*, que, para os estoicos, era a menor unidade material da significação. Em suas *tékhnai*, como na *Tékhnē perì phōnēs* de Diógenes da Babilônia (séc. III a. C.), os estoicos fazem uma distinção semelhante a de Aristóteles ao distinguirem na linguagem o elemento fônico, *phōné*, da palavra, *léxis*, e da oração, *lógos* ou *lektón*, em que a palavra, como som articulado, corresponde ao *stoikheîon*. Todavia, os estoicos

acrescentariam uma dimensão peculiar aos estudos do significado aristotélicos ao analisarem as consequências psicológicas da afecção mental.

Segundo Bastos e Oliveira (2010, p. 32), o esquema geral da gnosiologia dos estoicos pode ser resumido em quatro etapas: 1.^a representação, *phantasia*, que é equivalente à afecção da alma de Aristóteles; 2.^a compreensão, *katálēpsis*: ato da alma, com que esta sinaliza que foi afetada e afirma a presença da afecção; 3.^a representação compreensiva, *phantasia kataleptiké*: é a representação da afecção compreendida pela alma, esta representação compreensiva é chamada de *lektón* (significado); 4.^a assentimento, *synkatáthesis*: a alma afirma a representação compreensiva. Os significados (*lékta*) são entendidos como incorpóreos. A ideia de que as proposições mentais fossem incorpóreas iria de encontro às necessidades teológicas das grandes religiões monoteístas que, a partir do séc. I a.C., com pensadores como Filo de Alexandria (ca. 20 a.C. - 50 d.C.), começavam a utilizar conceitos do pensamento estoico em sua trabalho exegético.

Durante a Idade Média, em virtude de controvérsias teológicas no interior das tradições monoteístas, a doutrina aristotélica sobre a mente contida no *De anima* (*Da alma*) tornou-se muito importante tanto para muçulmanos quanto para judeus e cristãos. Segundo a tradução latina dessa doutrina, a mente toma conhecimento das coisas ao assumir suas formas (*species*). É como se, ao perceber um objeto, a mente plasmasse uma cópia desse objeto com sua própria substância mental e, assim, gerasse uma réplica psíquica a partir da percepção do objeto pelos sentidos. Nesse sentido, as percepções das coisas produziram estados ou modificações na mente: os conceitos. Os medievais entendiam que essa doutrina era um desenvolvimento da explicação do funcionamento da mente que Aristóteles apresentara no primeiro capítulo do *Da interpretação*. Ao que tudo indica, os medievais não tiveram acesso direto às ideias dos estoicos sobre esse assunto, mas conheceram-nas indiretamente através dos comentadores árabes de Aristóteles.

Segundo a epistemologia estoica, o estado ou modificação na alma, que resulta de um processo abstrativo, é uma cópia mental incorpórea (*phantasma*) de uma coisa exterior à mente. Disso se deduz que existem duas noções elementares na teoria da representação estoica: 1) a ideia de que existem objetos mentais incorpóreos; 2) a teoria de que há uma sucessão delimitada de fases na formação dos conceitos.

Avicena (Ibn-Sina) (ca. 980-1037) chama a representação mental de *ma'na*, em árabe, que em latim medieval foi traduzido por *intentio*. Na epistemologia medieval, a *intentio* era entendida como um sinal natural da alma, que era chamado de natural porque apontava para objetos reais/naturais fora da mente. Antes de Avicena, Porfírio (ca. 232-304 d.C.), latino tardio, em seu *Isagoge* (BARNES, 2003), um comentário às *Categorias* escrito em grego, distinguiu entre representações de primeira ordem, que representam coisas singulares, e de segunda ordem, que representam classes de coisas: *prima et secunda intentio* – na tradução que Boécio faria para o latim entre o final do séc. V e o início do séc. VI. Em seu comentário, Porfírio divide a representação de segunda ordem em gênero e espécie. Como será visto na seção 4.1 deste trabalho, a aplicação da distinção “gênero-espécie”, como definida por Porfírio, é um dos traços mais visíveis da lógica de tradição aristotélica na metalinguagem da GS.

Avicena diz que a mente aplica as representações de segunda ordem às de primeira. Assim, por exemplo, em “Sócrates é um sábio”, “sábio” seria uma representação de segunda ordem (um predicado) que se aplica ao indivíduo “Sócrates”, que, por sua vez, afigura-se em uma representação mental de primeira ordem. Segundo Avicena, a lógica trata apenas dos *ma'ani* que são representações de segunda ordem ou formas mentais. Em outras palavras, para Avicena, os gêneros e as espécies são as abstrações das formas das entidades do mundo que a mente utiliza para pensar a realidade, sendo que as coisas em si mesmas são incognoscíveis, embora perceptíveis aos sentidos. Desse modo, Avicena parece ter antecipado Gottlob Frege ao entender que a representação subjetiva do referente (*prima intentio*) é incomunicável e o sentido comum (*secunda intentio*) é o objeto próprio da lógica e da linguagem (FREGE, 1978, p. 65). De qualquer forma, como resultado dessa opção pelas estruturas do pensamento e não pelos dados empíricos, a teoria do conhecimento de Avicena afirma que o conhecimento está relacionado ao estudo de noções abstratas e não à consideração dos indivíduos em si mesmos, o que, na verdade, não lhe parece possível:

Subiectum vero logicae, sicut scisti, sunt intentiones intellectae secundo, quae oponuntur intentionibus primo intellectis, secundum quod per eas pervenitur de cognito ad incognitum, non in quantum ipsae sunt intellectae et habent esse intelligibile, quod esse nullo modo pendet ex materia, vel pendet ex materia sed non corporea.

O objeto de estudo da lógica são as *intentiones secundae*, que devem ser acrescentadas às primeiras, porque é através das segundas que se faz possível examinar o desconhecido (i.e., examinar os referentes das *intentiones primae*) por meio do conhecido (i.e., por meio das classificações lógicas). Todavia, esse exame das representações de primeira ordem não depende delas serem inteligíveis ou cognoscíveis, uma vez que não se conhece nada (diretamente) da matéria, embora a representação de segunda ordem dependa de um tipo de matéria, apesar dessa matéria não ser corpórea. (1508⁴² *apud* KNEALE, W.; KNEALE, M, 1962, p. 235)

Segundo Kelly (2002, p.4), a visão de mundo da filosofia greco-árabe do início do Medievo, de que Avicena compartilhava, diferia da cosmologia cristã do mesmo período em pontos importantes. Porém, a partir da redescoberta de Aristóteles (séc. XII) e das versões latinas dos pensadores árabes, as duas cosmovisões se tornariam muito mais próximas. Para o pensamento cristão, antes da influência árabe, o universo organiza-se em uma escala de perfeições e de participações na existência absoluta – Deus. Essa escala começa com os seres menos perfeitos e que participam minimamente do ser divino, e termina em Deus, o único de quem se pode afirmar a existência necessária. Em contraste, na visão árabe, Deus é um macrocosmo e os elementos do mundo são microcosmos que, em sua organização, refletem a divindade. Conseqüentemente, no pensamento árabe, o conhecimento não se dá pela comparação e classificação dos elementos do mundo em uma escala de perfeições, mas sim pela dedução de princípios gerais que se refletem em todos os elementos do conjunto desses elementos. Como resultado de sua opção hermenêutica, enquanto a ciência latina do início do Medievo direcionava-se para o dado, a ciência árabe do mesmo período orientava-se para a teoria. As *Etimologias* de Isidoro de Sevilha (séc. V) são um exemplo do esforço latino de coleta de informações isoladas. A ciência árabe, que tem origem no helenismo alexandrino, sempre operou como um programa aristotélico de provas e demonstrações cujo objetivo era a explicação da natureza. O Ocidente começaria a adotar esse sistema a partir das traduções para o latim das obras filosóficas em árabe que o veiculavam.

Em sua *Divisão das ciências*, Al-Farabi estabelece como axioma que todas as ciências baseiam-se em regras universais e que, portanto, essas regras podem

⁴² AVICENA. *Philosophia prima*. In: **Avicennae opera**. Veneza: s.n., 1508.

ser transferidas de uma ciência para a outra (KELLY, 2002, p. 5).⁴³

Nas palavras de Kelly, “In its Arabic guise Aristotelian science became a programme of proof and demonstration whose goal was the explanation of nature” (KELLY, 2002, p. 5). A ciência de Al-Farabi, e de Avicena, no sentido mais estrito, é, portanto, a ciência do conhecimento dos princípios ou das regras de pensar de maneira ordenada e precisa, i.e. de acordo com a tradição da lógica aristotélica e estoica. O caráter essencial dessa ciência do método é que o conhecimento dos princípios lógicos é transferível para todas as outras artes ou ciências, como a gramática, por exemplo, e funciona como elemento de organização interna dessas artes ou ciências: “An essential part of its character was the use of systems from one science to organise others. Medicine held a central place in this interdisciplinary science [...]” (KELLY, 2002, p. 5). No caso particular da gramática, é na *Divisão das ciências* que por primeira vez aparece a distinção entre *grammatica speculativa* e *grammatica specialis*, que são duas ciências distintas, já que a gramática especulativa estudará os princípios mais gerais ou universais da linguagem, enquanto a gramática especial interessar-se-á pelo estudo das especificidades das línguas particulares (SCHNEIDER, 2004, p. 125).

As representações de segunda ordem ou formas lógicas de Avicena são os elementos que compõem a metalinguagem da ciência interdisciplinar (KNEALE, W.; KNEALE, M., 1962, p. 235) sugerida por Al-Farabi no *Divisão das ciências*.

Na opinião de Avicena, as formas lógicas, que ele considera como constituintes da linguagem da alma, existem independentemente dos dados sensíveis:

In eis autem quae sunt extra non est essentialitas nec accidentalitas omnino nec est aliquod complexum nec incomplexum nec propositio nec argumentatio nec cetera huiusmodi. Cum autem volumus considerare ad hoc ut sciamus eas, necesse est eas colligere in intellectu, et tunc necessario accident illis dispositiones quae sunt propriae tantum intellectui.

⁴³ Na *Divisão das ciências*, além do axioma da universalidade das regras científicas, Al-Farabi oferece uma “sistematização da totalidade das ciências conhecidas à época, dividindo-as em seis grupos:” 1) ciências da linguagem, 2) lógica, 3) matemáticas (aritmética, óptica, astronomia, música e teoria dos pesos), 4) ciências naturais, 6) ciências civis (política). Ressalte-se que a biblioteca que dá suporte ao estudo das ciências propostas por Al-Farabi corresponde ao *corpus* Aristotélico completo. Esse tratado foi traduzido para o latim duas vezes durante a Idade Média (STORCK, 2003, p. 27).

Nas coisas fora da mente não existem nem a essencialidade, nem a acidentalidade, nem as composições, nem as unidades, nem as proposições, nem os argumentos, nem absolutamente nada desse tipo. Portanto, quando desejamos examinar essas coisas de forma a podermos conhecê-las, é necessário captá-las por meio do intelecto e, em seguida, organizá-las de acordo com as disposições que são próprias do intelecto. (1508⁴⁴ *apud* KNEALE, W.; KNEALE, M., 1962, p. 235)

Os latinos aprenderam dos pensadores árabes essa distinção entre as formas lógicas independentes e as coisas-em-si e, ao mesmo tempo, recuperaram os princípios da heurística aristotélica. O núcleo dessa heurística baseia-se em um método dedutivo para obter conhecimentos sobre qualquer efeito, i.e., fenômeno, a partir de causas comuns. No séc. XIII, a lógica e a metafísica aristotélicas proveriam o Ocidente com esse método e com uma teoria da causalidade. A tradição gramatical latina, por sua vez, corroboraria a direção geral desse método com sua *consecutio temporum*, em que um efeito não pode anteceder sua própria causa (ECO, 1989, p. 164). Como resultado, o mundo latino estava pronto para conceber uma gramática nocional que explicasse as causas e não apenas os efeitos superficiais da linguagem.

Uma vez reconhecida a existência de uma linguagem mental que expressa o significado das coisas e das propriedades do mundo e que antecede os discursos escrito e falado, foi possível ao Ocidente imaginar uma gramática universal que contivesse os princípios do entendimento humano da realidade. De fato, a ideia de uma gramática mental tornar-se-ia tão preponderante nos estudos da linguagem da Idade Média, que o mais destacado dos pensadores nominalistas do séc. XIV, Guilherme de Ockham, em sua *Summa logicae*, escrita por volta de 1323, chegou a afirmar que os termos mentais poderiam ser classificados como verbos, substantivos e demais partes do discurso: [...] *Nam sicut vocum quaedam sunt nomina, quaedam sunt verba, quaedam sunt aliarum partium [...] et consimiliter est de scriptis, sic intentionum animae quaedam sunt nomina, quaedam verba, quaedam sunt aliarum partium [...]* “Pois, assim como algumas das palavras são nomes, algumas verbos, algumas são de outras partes (do discurso) [...] e igualmente com relação às (palavras) escritas, assim também algumas das intenções da alma são nomes,

⁴⁴ AVICENA. *Logica*. In: **Avicennae opera**. Veneza: s.n., 1508.

algumas verbos, algumas de outras partes” (*Summa logicae* II, 3, 1).⁴⁵

O pensamento de Avicena também parece ter tido uma influência importante na definição do conceito-chave do modismo: a noção de modo de significar. Como se viu acima, Avicena distingue entre termos de primeira representação, como o indivíduo “Sócrates”, e termos de segunda representação, como “sábio”. Com base nessa distinção, João Duns Scotus (ca. 1266-1308) refletirá sobre o significado de termos mentais de segunda ordem como “sábio” e “sabedoria”. Por exemplo, qual é a diferença semântica entre termos aparentados como “sábio” e “sabedoria”? Por que as ocorrências:

- (1) Sócrates é um sábio.
- (2) ? Sócrates é a sabedoria.

São diferentes? (1) e (2) têm algo em comum? Por que (2) parece intuitivamente menos aceitável do que (1)? Duns Scotus responderá que ambos “sábio” e “sabedoria”, em (1) e (2), representam essencialmente a mesma coisa: uma qualidade. Todavia, fica claro para Duns Scotus que “sabedoria” significa essa qualidade em si mesma sem qualquer vínculo de dependência a um sujeito. De fato, isso evidencia-se com o simples teste de substituição de “sábio” em (1) por “sabedoria” em (2) – não se tratam de termos imediatamente intercambiáveis. Como explicar a diferença de significação entre esses dois termos?⁴⁶ Duns Scotus responde essas perguntas ao utilizar uma distinção que é crucial para o entendimento da teoria modista: o que distingue “sábio” de “sabedoria” nas

⁴⁵ Este excerto é oriundo da primeira seção do terceiro capítulo da segunda parte da *Summa logicae*.

⁴⁶ Anselmo (ca. 1033-1109) tinha atacado um problema semelhante em seu diálogo *De grammatico* (*O gramático*), em que a pergunta principal é: “o gramático” faz referência a alguma coisa que é possuída por alguém, i.e., a uma qualidade (propriedade), ou é uma substância independente? (DE LIBERA, 1998, p. 295). Anselmo explica que, embora “o gramátic-o” e “a gramátic-a” diferenciem-se linguisticamente apenas por letras que equivalem a suas desinências de gênero (Prisciano), esses dois termos diferenciam-se logicamente (Aristóteles) pelo fato de “a gramática” significar sempre um sujeito e “o gramático” significar duas coisas: diretamente, significa um predicado (um termo acidental concreto) i.e., “ser um conhecedor de gramática”; indiretamente, “o gramático” significa uma substância (sujeito) ou o possuidor desse predicado: “um conhecedor de gramática”. Segundo Anselmo, “o gramático” não pode significar o sujeito de uma proposição de maneira direta porque é impossível pensá-lo sem o estatuto de predicado: alguém pode ser chamado de “gramático”, como em “O gramático faz gramática”, mas o significado lógico (primeiro) do termo “gramático” é sempre o de um predicado. Desse modo, no *De grammatico*, Anselmo separa significado lógico de gramaticalidade: o sujeito gramatical pode equivaler ao predicado lógico. As preocupações semânticas de Anselmo ajudaram a abrir caminho para uma tradição na filosofia da linguagem que procura esclarecer as distinções entre pensamento gramatical e pensamento lógico: os nominalistas foram os principais representantes dessa tradição no contexto medieval.

ocorrências (1) e (2) não é sua significação essencial, mas os seus modos de significar (*modi significandi*) essa significação essencial. Enquanto “sabedoria” significa a qualidade “possuir a sabedoria” de maneira absoluta, sem levar em conta sua inerência em qualquer “sábio” particular, “sábio”, em (1), significa que uma substância singular, Sócrates, participa, i.e., tem parte, da qualidade “possuir a sabedoria”, que a “sabedoria”, em si mesma, tem de maneira irrestrita. Portanto, de acordo com essa distinção de Duns Scotus, “sábio” significa o aspecto concreto da qualidade accidental “possuir esta sabedoria” e “sabedoria” faz referência ao aspecto abstrato, e também real, dessa qualidade. Ao significar uma qualidade inerente a uma substância particular, “sábio” pode funcionar tanto como sujeito quanto como predicativo do sujeito em ocorrências de tipo “sujeito + predicado”. Já o termo “sabedoria”, que faz referência a um universal, sempre faz parte do sujeito e nunca do predicado de uma proposição, a não ser na construção autorreferencial “A sabedoria é a sabedoria” ou em construções em que se fazem analogias como “Deus é a sabedoria”.

Na verdade, para Duns Scotus, a qualidade universal “possuir a sabedoria” jamais poderia estar intimamente ligada a um único sábio, porque, nesse caso, não haveria mais do que um sábio no mundo – o que evidentemente não acontece – e “sábio” seria apenas um sinônimo de “sabedoria”. Segue-se que “a sabedoria” é uma “natureza comum”, um universal, que pode servir de sujeito para várias ocorrências de tipo “sujeito + predicado”, como, por exemplo, “A sabedoria é útil”, “A sabedoria é bela”, mas que não pode ocupar, do ponto de vista da lógica, a posição de predicativo do sujeito, como pode parecer em (2). Em resumo, de acordo com a noção de modo de significar, são dois modos diferentes (*modi significandi*) da qualidade comum “sabedoria” que são veiculados, respectivamente, em “sábio” e em “sabedoria” nas ocorrências (1) e (2). Em (1), “sábio” significa a participação de um indivíduo, Sócrates, em uma qualidade universal ou comum: a sua “posse de uma parte da sabedoria”. A palavra “sabedoria”, por sua vez, significa a posse absoluta (*simpliciter*) de uma qualidade, porque, de fato, a sabedoria absoluta é a sabedoria *per se*. Portanto, os modos de significar essenciais de “sábio” e “sabedoria” são as causas explicativas (lógico-metafísicas) de sua classificação como palavras – respectivamente, como um adjetivo e um substantivo – e dos tipos de posições que devem ocupar em construções sintáticas de um ponto de vista lógico.

A noção de modo de significar fornece para a gramática a causa primeira ou *causa inventionis* que Al-Farabi exigira de todas as ciências demonstrativas: dar explicações regidas por princípios. Com essa noção, a gramática passara a ser entendida como a ciência especulativa dos modos de significar.

R. H. Robins (1983, p.58), identifica o advento das gramáticas modistas do final do séc. XIII como mais um subproduto do empenho escolástico em prol da unificação das ciências. A modística é um exemplo claro desse esforço. No sistema gramatical especulativo, a descrição das classes de palavras que havia sido efetuada pela Antiguidade tardia (Donato e Prisciano) é submetida à lógica e à metafísica aristotélicas que haviam sido interpretadas e desenvolvidas de acordo com o pensamento monoteísta.

Para que a integração da gramática ao *corpus* científico aristotélico ocorresse era necessário que fossem estabelecidos princípios gerais que a harmonizassem com o conceito de ciência aristotélica veiculado pelo pensamento árabe e reconhecido pela Escolástica cristã. Uma vez estabelecidos esses princípios, ou essas regras gerais, seria possível derivar todas as regras secundárias que estabeleceriam a gramaticalidade ou agramaticalidade de uma sentença em uma dada língua. Como foi visto anteriormente, no que diz respeito ao modismo, o primeiro desses princípios é a noção de modo de significar.

Para que a gramática pudesse realmente ser considerada uma ciência demonstrativa era necessário também que suas regras mais gerais se aplicassem a todas as línguas. Dessa forma, a ciência da gramática poderia funcionar como um espelho em que os termos e as proposições da lógica (as *primae et secundae intentiones*) refletissem a verdade sobre as coisas. As gramáticas especulativas, que começam a aparecer a partir dos anos 1270, constituíram-se no novo tipo de gramática que tentou satisfazer esses critérios de ciência medieval para os estudos da linguagem. Essa satisfação é representada pelos textos gramaticais dos modistas, em que se incorpora, de uma maneira sistemática e detalhada, a filosofia e a lógica da linguagem que as Antiguidades clássica e tardia, o período carolíngio e a Escolástica desenvolveram (BURSILL-HALL, 1972, p. 20).

4.1 OS PRESSUPOSTOS DA TEORIA MODISTA

De acordo com McMahon (1980, p. 145), segundo a metateoria modista, os modos de significar de uma palavra não podem ser estabelecidos sem que se distingam primeiramente as propriedades intramentais e extramentais a que esses modos correspondem. Nesse sentido, antes de mais nada, é preciso que o modista enumere quais são os modos de ser ou propriedades físicas a que um certo conceito corresponde. Em seguida, ele precisa correlacionar esses modos de ser (ou propriedades físicas) com os modos dessas propriedades serem entendidas pela mente, os quais, somados, constituem o conceito. Finalmente, os modos das propriedades serem entendidas pelo intelecto podem ser correlacionados aos modos de significar da palavra em questão, à qual o conceito corresponde. Os modistas fazem uso das dez categorias da lógica aristotélica para fazer essas correlações: cada modo de uma coisa ser no mundo (cada uma de suas propriedades) corresponde a uma proposição que se enquadra em uma das dez categorias de Aristóteles. À soma das proposições lógicas (ou modos de entender) que perfazem um conceito correspondente à soma dos traços semânticos (ou modos de significar) que constituem uma palavra. Ambas, proposições e traços, correspondem às propriedades físicas das coisas no mundo (ou modos de ser). Essas correlações podem ser representadas assim:



FIGURA 6 - A CORRESPONDÊNCIA “MUNDO-INTELECTO-LINGUAGEM”

É bom salientar que a ideia de Duns Scotus e dos gramáticos modistas de que a entidade pode ser expressada linguisticamente de vários modos é derivada diretamente de Aristóteles. Na *Metafísica* (Livro Γ (gama) IV, 1003b33-4), Aristóteles afirma: *Tò dè òn légetai mèn pollakôs, allà pròs èn kai mían tinà phýsin kai oukh homonýmos [...]*, que Guilherme de Moerbeke (ca. 1215-1286) traduziu como: *Ens*

autem multis quidem dicitur modis; sed ad unum et ad unam naturam aliquam et non aequivoce (IV, 2, 297).⁴⁷ A tradução para o português, dessa versão para o latim de Guilherme de Moerbeke, poderia ser: “O ente é dito de vários modos, mas (sempre) de um (ente) e de uma certa natureza e não com equívoco”.

As categorias de Aristóteles, da perspectiva da Escolástica do fim do séc. XIII, podem ser entendidas como os dez conjuntos mais gerais das propriedades metafísicas do mundo. Lyons (1979, p. 286), a respeito da doutrina escolástica das categorias de Aristóteles, afirma: “Na filosofia aristotélica (e escolástica), as categorias eram as diferentes maneiras, os modos, pelos quais se podia atribuir propriedades às coisas: e partia-se do princípio de que os diferentes modos de predicação representavam diferenças no mundo objetivo, diferentes modos de ‘ser’.” A teoria gramatical modista realmente parece partir desse pressuposto. Todavia, como observa Allan (2004, p. 329), Aristóteles, nas *Categorias* (VIII, 11a 23-32), enfatiza que o conhecimento gramatical, tal como o conhecimento da música, não corresponde ao conhecimento de algo externo à gramática:

ἡ μὲν γὰρ ἐπιστήμη, γένος οὔσα, αὐτὸ ὅπερ ἐστὶν ἑτέρου λέγεται (τινὸς γὰρ ἐπιστήμη λέγεται), τῶν δὲ καθ’ ἕκαστα οὐδὲν αὐτὸ ὅπερ ἐστὶν ἑτέρου λέγεται, οἷον ἡ γραμματικὴ οὐ λέγεται τινὸς γραμματικὴ οὐδ’ ἡ μουσικὴ τινὸς μουσικὴ [...] οἷον ἡ γραμματικὴ λέγεται τινὸς ἐπιστήμη, οὐ τινὸς γραμματικὴ, καὶ ἡ μουσικὴ τινὸς ἐπιστήμη λέγεται, οὐ τινὸς μουσικὴ.⁴⁸

Com efeito, o conhecimento, sendo gênero, ele próprio é dito de uma coisa – pois é conhecimento de alguma coisa, mas nenhum dos conhecimentos particulares é, ele próprio, dito de outro. Por

⁴⁷ Guilherme de Moerbeke assessorou Tomás de Aquino, já que este não tinha um conhecimento profundo do grego. Sua atividade tradutora se estende de 1262 a 1272. Revisou traduções já existentes da *Metafísica*: livros I-XI; traduziu o livro XII. Traduções latinas completas (com os livros XIII-XIV) só apareceriam a partir de 1450 com a tradução do Cardeal Basílio Bessarion (1403-1472) e a do jesuíta português Pedro da Fonseca – o Aristóteles português (1528-1599) – entre 1577-1589. Durante a alta Escolástica, Tomás de Aquino não estava sozinho em seu desconhecimento do grego: de um modo geral, os escolásticos não liam nesse idioma e, por isso, dependiam de traduções como as de Moerbeke. Embora não seja este o objetivo deste estudo, a comparação com os textos originais de traduções medievais latinas do *corpus* aristotélico pode ajudar o estudioso contemporâneo a entender melhor a maneira como a Idade Média interpretou e desenvolveu as ideias de Aristóteles. TE, por exemplo, parafraseia passagens de obras e cita termos aristotélicos somente em latim escolástico e nunca no grego original. No caso específico do excerto acima, na GS, os termos que Moerbeke utiliza, *ens* e *modus*, são constantemente utilizados por TE em sua gramática, o que dá indícios de que esses termos, que representam noções fundamentais da modística, podem ter sua origem nas traduções de Moerbeke.

⁴⁸ Esta citação das *Categorias* em grego original é oriunda da edição de 1996 dessa obra, constante na *Loeb Classical Library*.

exemplo, a gramática não se diz gramática de alguma coisa, nem a música é dita música de alguma coisa [...] a gramática é dita conhecimento de alguma coisa, mas não gramática de alguma coisa, e a música conhecimento de alguma coisa, mas não música de alguma coisa.⁴⁹

De qualquer forma, a interpretação de Lyons é corroborada pela opinião do filósofo Gilbert Ryle (2009, p. 178-84), segundo a qual Aristóteles estabeleceu um conjunto das categorias mais gerais da realidade⁵⁰. O método de Aristóteles para estabelecer esse conjunto foi o de fazer uma lista de proposições sobre uma mesma entidade qualquer do mundo, por exemplo, sobre Sócrates. Em seguida, ele diferenciou cada uma dessas proposições de acordo com o predicado que atribuiu a ele – nesse caso, a Sócrates –, por exemplo: “um metro e oitenta de altura”, “tem oitenta quilos”, etc. são proposições classificadas como predicados que denotam as “quantidades” de Sócrates; “tem barba”, “olhos castanhos” denotam suas “qualidades”; “filósofo”, “cidadão ateniense”, etc., suas “condições” ou “estados”, etc. Segundo Aristóteles, existem dez tipos de perguntas gerais que podem ser usadas para classificar qualquer predicado como esses. Essas perguntas distribuem esses predicados-repostas em famílias ou tipos (predicados de quantidade, de qualidade, de relação, etc.), que correspondem às dez categorias tradicionais da lógica de Aristóteles: substância, quantidade, qualidade, relação, tempo, lugar, posição, condição (estado), ação e paixão (*Categorias* IV, 1b 25-2a 10). O quadro abaixo procura demonstrar como as dez categorias são estabelecidas a partir desse processo de perguntas e respostas:

⁴⁹ Tradução de Teixeira da Mata (2005).

⁵⁰ Embora, de acordo com Pini (2002, p. 2) e Angioni (2006, p. 34), essa afirmação seja duvidosa do ponto de vista do atual estado da arte da história da filosofia, a epistemologia modista só parece fazer sentido se as categorias de Aristóteles forem pensadas como classes gerais de predicados.

CATEGORIAS	GREGO (Transliteração) ⁵¹	LATIM (séc. XIII) ⁵²	TRADUÇÃO (Arguição)	EXEMPLOS (Respostas) ⁵³	TRADUÇÃO Estabelecida
PROPOSIÇÃO	<i>Katēgoríai</i> ⁵⁴ (= inqueritos)	<i>Praedicamenta</i> (= <i>oratio in aliquem</i>)	Tipos de Perguntas (pronomes interrogativos e infinitivos no grego original, excetuando-se a 1ª categoria)	Tipos de respostas possíveis	Categorias
Sujeito (<i>sub-iectum</i> = o que subjaz)	<i>Ousia</i> (= 1 coisa; 2 propriedade/pos-se/bem)	<i>Substantia</i> (= <i>res</i>)	<u>O quê?</u> / Que coisa?/ Quem?	Um animal racional	Substância
Predicado (<i>prae-dicatum</i> = o que é dito diante de algo/alguém)	<i>Posón?</i>	<i>Quantitas</i>	<u>Quanto?</u> /Que tamanho?	Tem 80 kg.	Quantidade
	<i>Poión?</i>	<i>Qualitas</i>	<u>Como?</u> /Parecido com quem/o quê?	Calvo	Qualidade
	<i>Prós tí?</i>	<i>Relatio</i>	<u>Qual relação?</u>	Marido de Xântipa	Relação
	<i>Pou?</i>	<i>Ubi?/Locus</i>	<u>Onde?</u>	Está em Atenas.	Lugar
	<i>Poté?</i>	<i>Quando?/Tempus</i>	<u>Quando?</u>	No séc. V a.C. (ca. 469-399 a.C.)	Tempo
	<i>Keísthai</i> (estar)	<i>Situs</i>	<u>Em que posição?</u>	Está em pé.	Postura /Posição
	<i>Échein</i> (ter)	<i>Habitus</i>	<u>Qual seu estado?</u>	Acordado/ Vigilante	Estado /Condição
	<i>Poiéin</i> (fazer)	<i>Actio</i>	<u>Faz o quê?</u>	Faz partos de ideias.	Ação
<i>Páschein</i> (sofrer)	<i>Passio</i>	<u>Sofre o quê?</u>	É admirado por seus discípulos.	Paixão	

QUADRO 2 – AS DEZ CATEGORIAS DE ARISTÓTELES (ca. 384-322 a.C.)

O método de Aristóteles para classificar as proposições ou asserções sobre qualquer entidade (substância) no mundo é feito de acordo com as dez categorias (perguntas) supracitadas. Assim, é como se cada vez que Aristóteles necessitasse classificar alguma coisa, ele simplesmente perguntasse: “de que tamanho?”

⁵¹ *Categorias*, IV, 1b25-2a10

⁵² SCHÜTZ, Ludwig, *Thomas-Lexikon*. In: *Corpus Thomisticum*, 2006. Disponível em: <<http://www.corpusthomicum.org/tlp.html#praedicamentum>> Acesso em: 9 de maio de 2011

⁵³ Qualquer uma das respostas, exceto a primeira, pode ser transformada em uma pergunta de tipo: Quem...? O quê...? Qualquer dessas respostas sempre resultará na mesma substância/ente: Sócrates, i.e., no possuidor dos predicados, e nunca em um outro predicado – esse é um procedimento para identificar a substância e distingui-la dos acidentes/predicados.

⁵⁴ Termo originalmente (antes do séc. IV a. C.) usado no contexto jurídico das demandas públicas: etimologicamente, pode ser traduzido como “inqueritos”.

(quantidade), “com que(m) se parece?” (qualidade), “casado com quem?” (relação), etc. No caso da classificação de “Sócrates”, há proposições que servem de respostas para alguma das perguntas sobre ele, como, por exemplo: “de que tamanho?” “ – um metro e oitenta de altura”, “ – oitenta quilos”, etc.; “com que(-m) se parece?” “ – com um filósofo grego”, “ – com Pitágoras”, etc., e outras não, como “ – no mercado” para “de que tamanho?” ou “ – em pé” para “com que(m) se parece?”. Dessa forma, basta que duas asserções respondam à mesma pergunta para serem classificadas na mesma categoria. Além disso, ao se afirmar que “Sócrates **se parece com Pitágoras**” e que “Sócrates **está em Atenas**”, sabe-se que Sócrates está incluído na categoria da substância, porque quaisquer afirmações que respondam a qualquer uma das nove perguntas a respeito dele incluem Sócrates na categoria da substância. Enquanto a categoria da substância exprime a característica essencial de uma entidade – no caso de Sócrates, “ser um animal racional” –, as outras nove incluem apenas proposições sobre os acidentes, ou qualidades contingentes, dessa entidade.

Outra maneira de definir a substância é transformar as proposições (respostas) de uma mesma categoria em perguntas, como em: “quem se parece com Pitágoras?”; “quem tem um metro e oitenta?”. Essas perguntas selecionam o termo possuidor desses predicados – nesse caso, Sócrates – e o classificam como um dos termos que pode ser classificado como uma substância com tais e tais acidentes.

A doutrina aristotélica das dez categorias foi um dos dois principais pressupostos da teoria modista. O outro pressuposto principal está intimamente ligado à noção de substância (a principal das dez categorias) e é este: a existência de uma entidade (ou substância) precede quaisquer modificações/acidentes que a ela sobrevenham, metafisicamente: *ENS* → *ESSE* (Leia-se: o *ens* (o ser da entidade/da substância⁵⁵) precede fisicamente o *esse* (o ser isto ou aquilo/o ser neste ou naquele estado neste ou naquele momento)). Ou seja, assume-se que a

⁵⁵ *Ens* foi traduzido até aqui como “o ser da substância” ou “o ser da entidade”, mas pode também ser traduzido simplesmente como “o ser”. O *ens* deve ser entendido como o atributo mais geral de todas as coisas acessíveis ao intelecto por meio dos sentidos: a existência pura e simples dessas coisas. Segundo Duns Scotus, o *ens* (*ens* = o ser) é o primeiro e principal objeto de estudo da metafísica (GILSON, 2010, p. 125-80).

existência de um ser precede sua caracterização. Analogicamente, os modistas leram essa precedência da entidade como: *SUPPOSITUM* → *APPOSITUM* (Leia-se: o suposto (um nominal) faz referência a uma substância no mundo, por isso, antecede logicamente o seu aposto, que se refere a um acidente, ou predicado, dessa substância). Entenda-se aqui *suppositum* como “posto em lugar de”, no sentido em que o suposto faz referência (lógica e linguisticamente) a alguma coisa no mundo. Segue-se que os modistas entendem que a estrutura geral da sentença corresponde à estrutura geral da realidade, e esta, por sua vez, corresponde à estrutura geral da proposição mental. Essa precedência ontológica pode ser ilustrada por esta símile: uma substância precede quaisquer de seus acidentes como alguém precede a sua própria imagem no espelho.

Segundo a terminologia modista, predicados como “se parece com Pitágoras” e “tem um metro e oitenta” correspondem a duas das propriedades ou modos de ser da substância “Sócrates”. Esses modos de ser (*modi essendi*) são entendidos pelo intelecto por meio dos modos de entender (*modi intelligendi*) que lhes correspondem e recebem significados da linguagem por meio de modos de significar (*modi significandi*). Assim, os modos de entender e de significar são os correlatos, respectivamente, intelectuais e linguísticos dos modos de ser. Estes, por sua vez, equivalem a conjuntos de tipos de asserções similares que podem ser feitas a respeito de uma determinada coisa ou entidade no mundo. Essas asserções constituem às categorias ou famílias de proposições que definem essa entidade.

Na teoria modista, as classes de palavras denotam propriedades que são instâncias das categorias de Aristóteles. Dessa forma, o nome é a classe de palavras que significa, acima de tudo, a estabilidade (o estado) ou permanência das coisas no mundo, que é a característica mais geral da categoria da substância. Ademais, embora o nome corresponda prioritariamente à categoria da substância, a classe dos nomes pode significar uma propriedade não só das coisas individualmente, mas também de conjuntos de coisas semelhantes. Os medievais chamavam esses conjuntos de coisas semelhantes de espécies: “árvore”, “animal”, “pedra”, “montanha”, etc., eram entendidos como nomes que fazem referência a espécies (classes). Nesse sentido, enquanto o nome “Sócrates” refere-se a uma única substância, o nome “cavalo” refere-se a uma espécie de substâncias.

Como uma espécie supõe uma qualidade comum – “ser animal” é a qualidade de “animal”, por exemplo –, esses nomes de espécies, ou nomes comuns,

instanciam tanto a categoria da substância, porque são nomes de coisas, quanto a categoria da qualidade, porque indicam uma qualidade compartilhada por um conjunto de substâncias. Todavia, a atribuição de uma qualidade pode acontecer de diversas maneiras (modos): as palavras “sábio”, “verde”, “ateniense”, embora refiram-se a qualidades, referem-se a diferentes tipos de qualidades. Em “sábio” tem-se a propriedade da qualidade de uma substância individual que participa de um universal: a sabedoria. Em “verde”, tem-se uma referência a uma qualidade comum que depende de uma substância: a folhagem pode ser verde, mas a cor verde não se apresenta por si só ao sentido da visão. No terceiro caso, “ateniense”, tem-se a referência a uma qualidade específica, mas que se restringe a um determinado grupo de substâncias: os nativos da cidade de Atenas. Segundo a teoria modista, “sábio”, “verde” e “ateniense” têm em comum o fato de serem nomes de qualidades, mas denotarem qualidades diferentes por possuírem modos de significar distintos: a possibilidade de referirem-se a uma qualidade é seu modo mais geral de significar, o qual têm em comum; a possibilidade de referirem-se a qualidades específicas são seus modos especiais de significar. No caso de “sábio”, têm-se, então, ao menos quatro modos de significar: o modo de um ente (nome), o modo da apreensão determinada (nome), o modo da comunicação de uma espécie (nome comum), o modo de aderir a uma substância (adjetivo). Como possuidor desses quatro modos de significar, “sábio”, de acordo com a teoria modista, pode ser classificado como um “nome comum adjetivo”.

O verbo é a classe de palavras que significa, prioritariamente, a mudança de estado das coisas e, assim, pode significar propriedades que instanciam as categorias aristotélicas do tempo, da ação, da paixão, do estado e da posição. A conjunção é a classe de palavras que significa as relações entre as coisas e as conjunções individuais refletem diferentes instâncias da categoria da relação. Na verdade, segundo a teoria modista, para todas as palavras de uma língua, podem-se fazer associações com as dez categorias através das propriedades que são significadas por meio dos modos de significar dessas palavras. Ou seja, para cada um desses modos, há uma proposição correspondente sobre o mundo que se inclui em alguma das dez categorias.

Na teoria modista das classes de palavras, as correspondências entre propriedades que instanciam categorias e alguns aspectos (modos) mais gerais do nome e do verbo podem ser ilustradas assim:

MUNDO		MENTE		
		INTELECTO	LINGUAGEM	
Categoria Metafísica	Propriedades: Modos de ser (instâncias físicas das categoria metafísicas)	Modos de entender	Modos de significar	Classe de Palavra ⁵⁶
Estado → (<i>Habitus</i>)	Estado + Permanência → (matéria)	Modos de coentender: coocorrem (1) o estado e a permanência de um ente (<i>modus entis</i>) e (2) sua apreensão determinada .	Modos essenciais de cossignificar: (1) um ente (<i>modus entis</i>) e (2) sua apreensão determinada .	Nome (1, 2) ⁵⁷ (modo mais geral)
Qualidade →	Apreensão determinada → (forma)			
Qualidade + Quantidade →	Comunicação numérica de uma forma substancial →	Modos de coentender: coocorrem (3) a comunicação de uma forma substancial na (2) apreensão determinada de (1) um ente.	Modo subalterno de cossignificar (3) a forma comum substancial de (1) um ente que é (2) apreendido por si mesmo (por ex., “árvore”, “montanha”, “pedra”, etc.)	Nome (1, 2) comum substantivo (3) ⁵⁸
Qualidade →	Apreensão determinada →			
Estado →	Estado + Permanência →			
Qualidade + Quantidade →	Comunicação numérica de uma forma acidental →	Modos de coentender: coocorrem a (4) comunicação de uma forma acidental , a qual, na (2) apreensão determinada de (1) um ente, (5) adere a este.	Modo subalterno de cossignificar (4) uma forma comum acidental que é (2) apreendida como (5) aderindo a (1) um ente (por ex., “arbóreo”, “montanhês”, “pétreo”, etc.)	Nome (1, 2) comum adjetivo (4, 5)
Qualidade →	Apreensão determinada →			
Estado →	Estado + Permanência →			
Qualidade →	<u>Ser isto ou aquilo</u> → (de maneira participativa)			
Qualidade →	<u>Ser isto ou aquilo</u> → (de maneira absoluta)	Modo de entender (I) o ser/ o movimento/ o devir/ o distar (o diferenciar-se da substância)/a mudança/a sucessão de estados de um ente	Modo essencial de significar (I) o ser/o movimento/o devir/o distar/a mudança/a sucessão	Verbo (I) (modo mais geral)
...etc.	...etc.	...etc.	...etc.	...etc

QUADRO 3 – AS DEZ CATEGORIAS E SUA CORRESPONDÊNCIA COM OS MODOS DE SIGNIFICAR

⁵⁶ Os modos de significar de cada parte do discurso (*pars orationis*) correspondem a um número de propriedades de coisas fora da mente (*proprietates rerum* ou *modi essendi*) por meio de um conjunto de proposições mentais (*modi intelligendi*) que correspondem a essas propriedades.

⁵⁷ (1, 2) aqui significam que a classe dos nomes, em sua acepção mais geral, tem dois modos essenciais de significar: (1) o modo da apreensão determinada e (2) o modo de um ente, que correspondem, respectivamente, à forma e à matéria do modo de significar mais geral do nome.

⁵⁸ Na GS, antes da divisão da classe dos nomes nas subclasses “nome comum adjetivo” e “nome comum substantivo”, existe uma distinção entre nomes próprios e comuns. Os nomes próprios são divididos em quatro subclasses: próprios, prenomes, agnomes e cognomes.

Como se vê no quadro acima, a correspondência entre as classes de palavras e as categorias aristotélicas é intermediada pelos modos de entender (ou coentender) e de significar (ou cossignificar). Por exemplo, os modos de entender e significar o estado e a permanência (*modus entis*) e a apreensão determinada fazem a ponte entre as categorias do estado e da qualidade e o nome substantivo. No caso dos nomes comuns, essencialmente, um nome “**cossignifica**”, i.e., faz uma referência linguística coordenada (*modi significandī*) a três entendimentos mentais (*modi intelligendī*) de três propriedades do mundo (*modi essendī*): 1) uma forma ou qualidade comum que identifica um ente como sendo de uma mesma espécie: uma cadeira, um homem, uma mesa, etc.; 2) a permanência habitual dessa entidade no tempo e no espaço (*modus entis*), que lembra o princípio da identidade ($a \rightarrow a$),⁵⁹ 3) a apreensão determinada dessa substância. A apreensão determinada pode ser de substâncias independentes, como “Sócrates”, de substâncias comuns (espécies), como “filósofo”, e de acidentes (propriedades) de substâncias, como “pálido”.

O modo do comum divide-se em dois modos subalternos: 1) o modo de estar por si mesmo (ou de ser independente), que é um modo de significar essencial dos nomes comuns substantivos; 2) o modo de significar a aderência à uma substância (ou modo de aderir), que é um modo de significar essencial dos nomes comuns adjetivos.

Além de modos essenciais, como os apresentados no QUADRO 3, TE descreve modos respectivos ou funcionais que garantem as ligações sintáticas entre as partes do discurso nas sentenças. Por exemplo, o modo acidental respectivo nominativo garante que um nome próprio como “Sócrates” funcione como o sujeito de uma sentença. Assim, por meio do modo respectivo nominativo, o nome “Sócrates” pode ser o elemento independente de uma sentença de tipo “nome (nominativo) + verbo (pessoal)”. O modo acidental do número significa a unidade do indivíduo a que o nome “Sócrates” faz referência. Já o modo do gênero significa que o nome “Sócrates” faz referência ao gênero masculino. Como os modos essenciais, os modos acidentais correspondem a uma das dez categorias conforme esta se

⁵⁹ Esse princípio é talvez a mais conhecida das tautologias da lógica proposicional e é um dos três princípios fundamentais da lógica conhecidos desde Aristóteles – os outros dois são os princípios da não contradição, $\sim (a \& \sim a)$, e o do terceiro excluído, $(a \vee \sim a)$. Na verdade, o princípio da identidade pressupõe o da não contradição, porque, se uma coisa não pode ser entendida como sendo e não sendo igual a si mesma ao mesmo tempo e nas mesmas circunstâncias, logo, **se** essa coisa é igual a si mesma, **então** ela é igual a si mesma.

apresente por meio de um modo de entender de uma propriedade física: o modo accidental do número corresponde à categoria da quantidade e o modo do gênero masculino corresponde à categoria da ação.

Como se viu até aqui, os modistas utilizam as dez categorias como um instrumento para estabelecer os modos de significar, os quais fazem a ligação entre as propriedades das coisas do mundo e as significações das palavras que representam essas propriedades. Além disso, as dez categorias eram utilizadas para determinar quais desses modos eram mais ou menos essenciais em uma classe de palavras. Assim, o modo da comunicação de uma espécie ou forma accidental é mais importante do que o modo de estar por si mesmo para a definição do nome comum, mas o modo de aderir é mais importante na definição do nome comum adjetivo. Ou seja, o uso das dez categorias permite que os modistas derivem e hierarquizem seus modos: o resultado é a metalinguagem da teoria modista.

Na GS, a hierarquização dos modos de significar é feita entre modos mais gerais, modos subalternos e modos especiais. Os modos mais gerais definem as características mais essenciais de uma classe de palavras, os modos subalternos as características compartilhadas com outras classes, os modos especiais representam os tipos ou classes específicas de palavras que constituem uma parte do discurso ou classe de palavras. O diagrama abaixo representa essa hierarquização para a classe dos nomes:

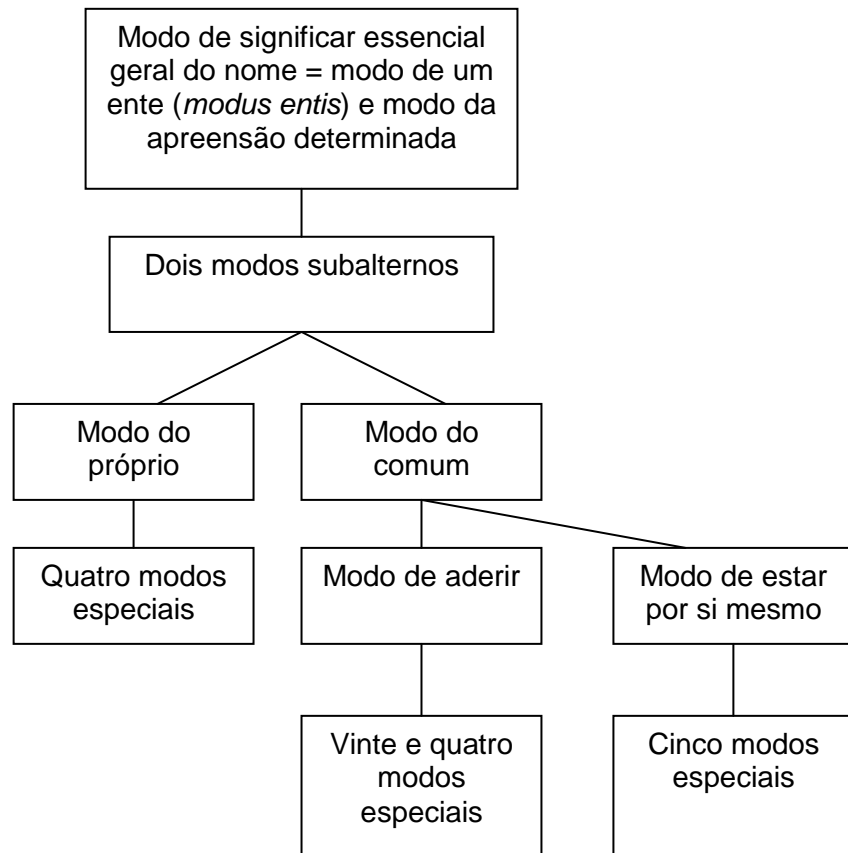


DIAGRAMA 4 - OS MODOS DE SIGNIFICAR DO NOME

FONTE: BURSILL-HALL, 1972, p. 358

É importante observar que os modos de entender e de significar **cossignificam** as propriedades das coisas e não meramente as significam: como uma coisa do mundo nunca apresenta-se com uma única propriedade, sempre haverá mais de um modo possível para uma mesma coisa. Por exemplo, a substância “Sócrates” só pode ser definida como pertencente à categoria da substância a partir da análise de suas outras categorias accidentais ou acidentes (as outras nove categorias). Nesse sentido, tendo em vista que os modos de entender e de significar coentendem e cossignificam as propriedades das coisas, o processo por meio de que os modos de significar são derivados das propriedades das coisas, de acordo com a ontologia modista da GS, pode ser ilustrado assim:

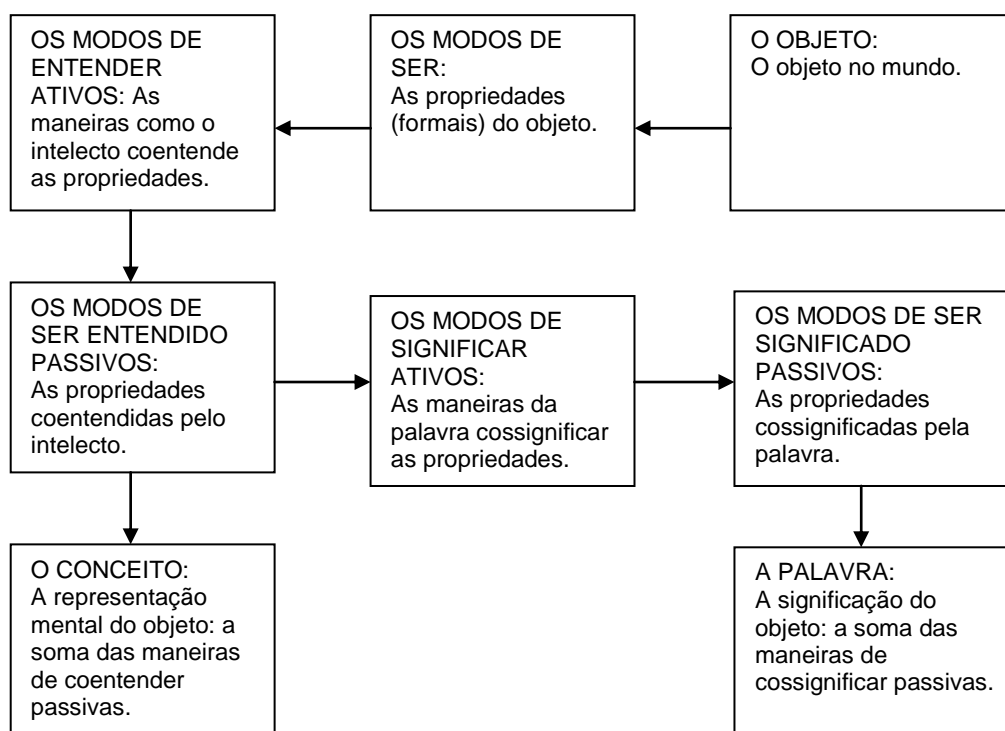


DIAGRAMA 5 - A ONTOLOGIA DE TOMÁS DE ERFURT

FONTE: COVINGTON, 1984, p. 32

Em resumo, pode-se dizer que, a partir da noção de correspondência “mundo-intelecto-linguagem”, TE sistematizou uma classificação das palavras através de um método combinatório das correspondências entre: 1) as categorias aristotélicas, 2) as propriedades gerais do mundo (*modi essendi*), 3) os modos de entender (*modi intelligendi*), 4) os modos de significar (*modi significandi*) e 5) as partes do discurso (*partes orationis*). Esse método classificatório será exemplificado com mais detalhes nos parágrafos a seguir.

4.2 A METALINGUAGEM DA *GRAMMATICA SPECULATIVA*

A correspondência “mundo-intelecto-linguagem” aponta para uma completa dependência da linguagem na estrutura da realidade na forma que lhe é veiculada pelas categorias mentais. A linguagem explícita, portanto, a relação entre as coisas e o que se pode entender delas. TE identifica as oito classes de palavras como o produto final desse processo (BURSILL-HALL, 1971, p.114-24). Ademais, na exposição de sua metalinguagem, o autor da *Grammatica speculativa* demonstra que os modos de significar tanto permitem a distinção das propriedades das coisas que são designadas pelas classes de palavras quanto explicam sua interação sintática.

De acordo com a ontologia modista ilustrada no DIAGRAMA 5, acima, as palavras possuem um feixe de modos de significar que denotam certas propriedades do universo, tanto gerais quanto particulares. No interior das palavras, esses modos de significar organizam-se hierarquicamente. Como se viu anteriormente, TE divide os modos de significar em três classes: o modo mais geral, o modo subalterno e o modo mais especial. O modo mais geral denota a propriedade ou as propriedades mais essenciais da classe de palavras em questão. Por exemplo, a classe dos nomes significa duas propriedades mais essenciais, uma material, que compartilha com a do pronome, e outra formal, que a distingue das outras classes de palavras, respectivamente: a propriedade da permanência de uma substância no tempo e no espaço e a propriedade da apreensão determinada dessa substância. Os modos subalternos denotam as propriedades menos gerais de uma classe, como, por exemplo, a propriedade da quantidade, que é característica dos nomes comuns. Por fim, os modos mais especiais denotam as propriedades mais específicas das diferentes espécies de palavras de uma mesma classe. No caso da classe dos nomes, os nomes comuns adjetivos possessivos⁶⁰ denotam a propriedade que as substâncias têm de participarem de uma determinada qualidade universal, por exemplo, “possuir sabedoria” ou “ser um sábio”. Esse tipo de adjetivo encontra-se em:

(1.1) Sócrates é um sábio.

⁶⁰ Cf. GS, XII, 21: as vinte e quatro espécies de adjetivos discutidas por TE.

Em (1.1), a propriedade denotada pelo adjetivo possessivo “sábio” refere-se à posse da propriedade “ser um sábio” por parte de substâncias como Sócrates, Platão, Aristóteles, etc.

Na metalinguagem da GS, todas as palavras são classificadas por meio desses três modos hierarquizantes: o modo mais geral, o modo subalterno e o modo mais especial. Esse metacritério classificatório pode ser representado assim:

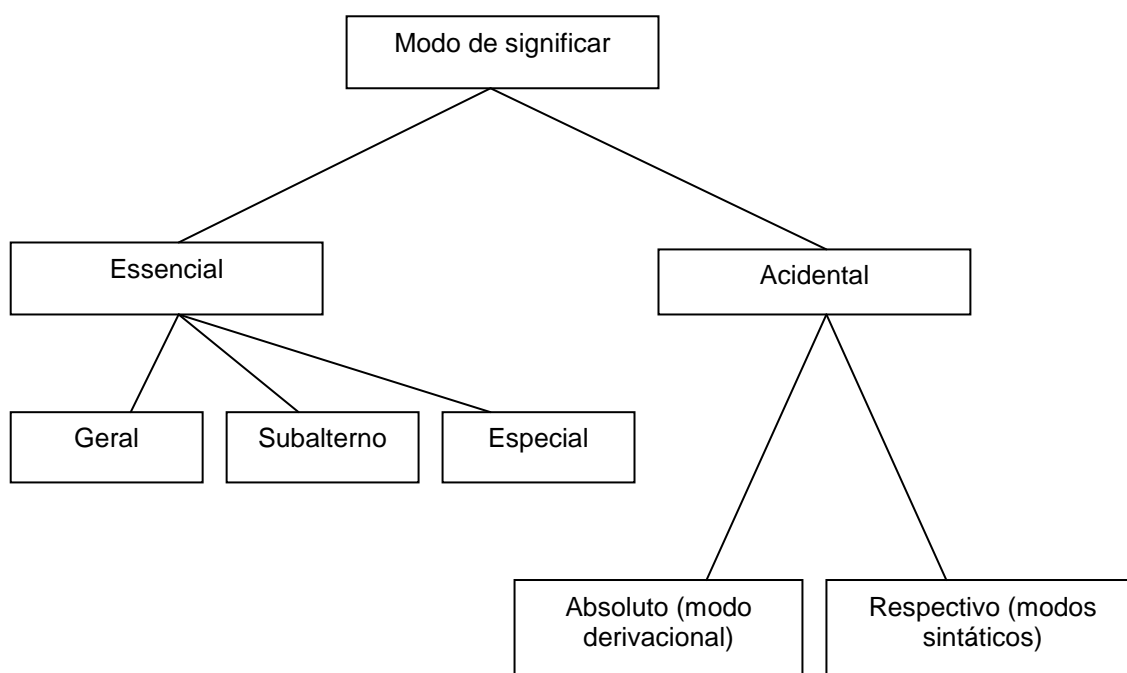


DIAGRAMA 6 - A METALINGUAGEM DOS MODOS DE SIGNIFICAR

FONTE: BURSILL-HALL, 1972, p. 42 e 324

Como foi visto acima, os modos de entender (*modi intelligendi*), no intelecto, correspondem às propriedades ou modos de ser no mundo. No caso de propriedades como “ser um sábio”, TE chama os modos mais gerais de entender essa propriedade de “modo de um ente (*modus entis*)” e “modo da apreensão determinada” (BURSILL-HALL, 1972, p. 152). Os nomes têm o “modo de um ente” em comum com os pronomes, já “o modo da apreensão determinada” é específico dos nomes e, como se disse acima, os distingue de todas as outras classes de palavras. O modo da apreensão determinada é a capacidade que o intelecto tem de atribuir a propriedade “ser um sábio” a uma substância determinada/específica no

mundo. Já o “modo de um ente (*modus entis*)” corresponde aos princípios elementares da metafísica e da lógica aristotélicas: a noção de permanência espaço-temporal de um ente e o princípio da identidade:

$$(3) \quad “a \rightarrow a”$$

Assim, no esquema das classes de palavras da gramática latina tradicional, os nomes, em seu sentido mais geral, constituem a classe de palavras que expressa a apreensão determinada das coisas: nesse sentido, “sábio” equivale a “este sábio” e nenhum outro. Entretanto, uma vez que nomes como “sábio” podem significar tanto indivíduos quanto propriedades de indivíduos – “este sábio” ou simplesmente “ser um sábio” – TE entende que deve haver também um outro modo de significar a distribuição da qualidade “ser um sábio” para diversos indivíduos (BURSILL-HALL, 1972, p. 156). Essa distribuição é chamada de comunicação e é entendida como outra das propriedades do mundo que os nomes significam. Essa propriedade da comunicação de uma qualidade comum,⁶¹ é subalterna em relação à propriedade da apreensão determinada. Segue-se que o modo da comunicação da forma, ou qualidade comum, é um modo de significar subalterno.

A propriedade da distribuição ou comunicação de uma espécie é derivada das categorias aristotélicas da qualidade e da quantidade, que se manifestam no mundo através da propriedade da distribuição de uma qualidade a uma pluralidade de indivíduos (BURSILL-HALL, 1972, p. 156). Na linguagem existem nomes como “humano”, “branco”, “negro” que têm um modo de significar correspondente a essa propriedade comunicável nas coisas do mundo (BURSILL-HALL, 1972, p. 162). Para TE, os nomes que comunicam espécies, i.e., formas típicas de coisas ou propriedades de coisas, correspondem aos nomes comuns das *Institutiones* de Prisciano. De acordo com essa análise, uma palavra como “sábio” pode ser classificada não somente como “nome”, mas também como “nome comum”.

Se o nome comum “sábio” significa a qualidade ou propriedade comum “ser um sábio”, obviamente difere de nomes como “Sócrates” ou “Platão”, que se referem somente a indivíduos e não a propriedades comuns ou espécies de indivíduos.

⁶¹ Na metafísica medieval, a qualidade comum também pode ser chamada de forma, espécie ou natureza.

Além disso, como não existem propriedades soltas no mundo, o nome comum “sábio” deve possuir também um modo de significar a dependência da propriedade “ser um sábio” em entidades nomeadas por termos como “Sócrates” e “Platão”. TE denomina esse modo de significar a dependência da propriedade na coisa que qualifica de “modo de aderir” (*modus adjacentis*), que significa simplesmente que uma propriedade não existe isoladamente no mundo, mas sempre adere à essência de alguma substância. Portanto, esse modo de aderir corresponde à dependência ontológica de uma propriedade em uma entidade no mundo. O modo de aderir é o modo de significar mais característico de um tipo específico de nomes comuns: os nomes comuns “adjetivos”. Assim, de acordo com as classificações de TE vistas até aqui, “sábio” é um “nome comum adjetivo possessivo” (BURSILL-HALL, 1972, p. 162).⁶²

4.2.1 Os modos essenciais e acidentais da palavra “sábio”

Segundo a classificação de TE, “sábio” possui cinco modos essenciais: 1) o modo de significar um ente (*modus entis*), que os nomes têm em comum com os pronomes; 2) o modo da apreensão determinada, que só é encontrado nos nomes; 3) o modo do comum, que é o modo essencial subalterno que compreende a subclasse dos nomes comuns; 4) o modo de aderir, que delimita os adjetivos; 5) o modo de denominar o outro de acordo com a posse de uma qualidade, que é o modo essencial especial dos adjetivos possessivos como “sábio”, “pétreo” e “arbóreo”.

⁶² O adjetivo é uma invenção da Idade Média: os nomes adjetivos não constam nas gramáticas da Antiguidade tardia, especificamente nas *Artes* de Donato (séc. IV d.C.) ou nas obras de Prisciano (séc. VI d.C.). A noção de um nome adjetivo parece ter sido, portanto, uma invenção medieval (ROBINS, 1983, p. 67).

Os cinco modos essenciais do adjetivo “sábio” podem ser representados assim:

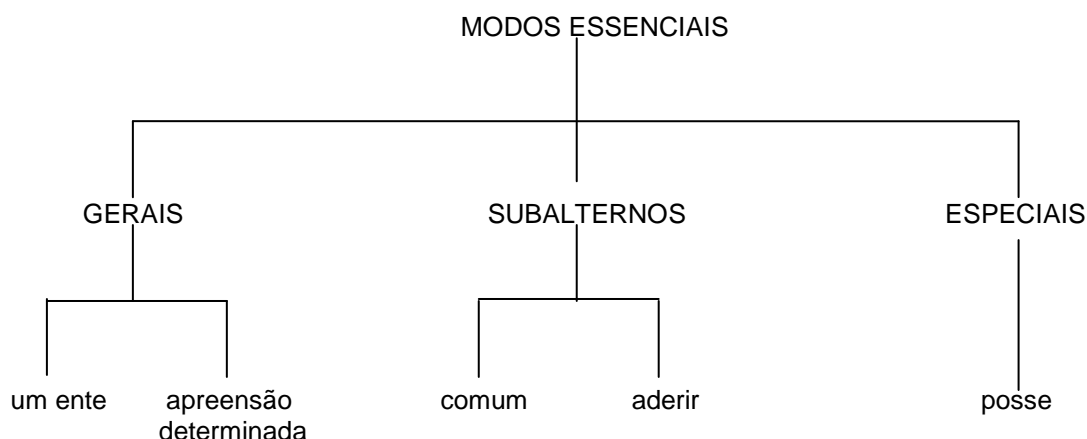


DIAGRAMA 7 - OS MODOS ESSENCIAIS DE “SÁBIO”

Além desses cinco modos essenciais, o nome comum “sábio” tem outros dez modos acidentais: um modo absoluto ou derivacional, que possibilita a distinção entre um tipo primitivo e uma forma derivada que o nome pode assumir devido a seu significado: por exemplo, as distinções entre “sabedoria” (tipo) e “sábio” (forma) ou “monte” (tipo) e “montês” (forma). Note-se que o critério para distinguir tipo de forma é metafísico e não morfológico: a forma é partícipe da essência absoluta do tipo. Além do modo acidental absoluto, “sábio” possui três modos acidentais respectivos ou sintáticos: os modos do gênero, do número e da pessoa. Por fim, a significação de “sábio” é constituída pelos seis modos acidentais respectivos dos casos, de que se derivam os seis casos da gramática latina tradicional. Se, por um lado, os modos essenciais e o modo acidental absoluto dão à palavra (*vox*) “sábio” o estatuto de vocábulo ou item lexical (*dictio*), seus modos acidentais respectivos, por outro, permitem-lhe funcionar como uma parte do discurso (*pars orationis*)⁶³.

Se o método classificatório de TE para os nomes for seguido, o vocábulo “sábio” pode ser classificado como um “nome comum adjetivo de espécie”. Os modos acidentais de “sábio” podem ser representados assim (em negrito):

⁶³ Segundo essa classificação, enumeram-se quinze modos de significar para o nome adjetivo “sábio”.

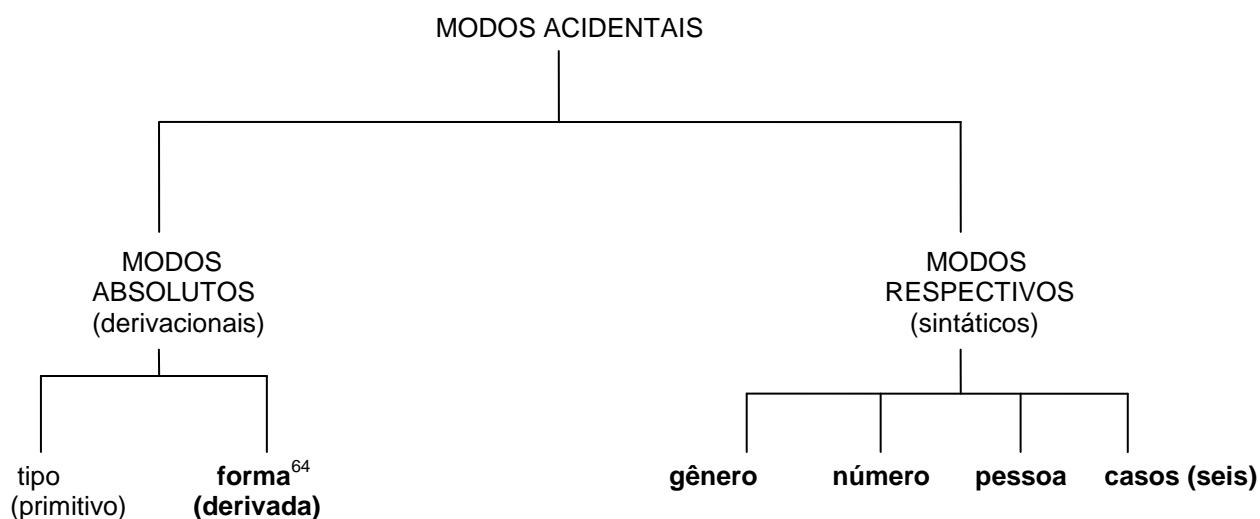


DIAGRAMA 8 - OS MODOS ACIDENTAIS DE “SÁBIO”

Além de adjetivos possessivos como “sábio”, “pétreo” e “arbóreo”, TE classificou outras vinte e três espécies de nomes adjetivos, entre elas: o nome comum adjetivo diminutivo, como “potrinho”; o nome comum adjetivo pátrio, como “inglês”; o nome comum adjetivo negativo, como “nenhum”, etc. (BURSILL-HALL, 1972, p. 163-70).

4.2.2 Analogia e proporção na sintaxe modista: *dependentia*, *compositio*, *significatio*

A GS é, segundo Covington (1990, 1998), uma gramática de dependências sintáticas, que esse autor abrevia como *DG* (*Dependency Grammar*) (1992). Segundo o mesmo autor (1984), a GS pode ser classificada como uma *DG* porque apresenta uma teoria fundamentada em uma noção comparável àquela do *stemma* de Lucien Tesnière em seus *Éléments de syntaxe structurale* (1965 [1959]). Tendo como pressuposto essa e outras analogias entre a linguística atual e aquela anterior ao séc. XIX, os recursos da linguística dos sécs. XX e XXI, tais como representações arbóreas, quadros de oposições e abreviações podem ser utilizados, por exemplo, na representação de estruturas sintáticas e na ilustração da teoria do caso de TE e

⁶⁴ Os modos acidentais de “sábio” aparecem em negrito.

de outros modistas. Assim, na esteira de Covington (1984), é possível empreender um trabalho de hermenêutica dos textos modistas que se utilize de conceitos e representações gráficas da linguística atual. Embora tais recursos não procurem mostrar como os modistas pensavam a sintaxe do latim, o que seria um anacronismo, ajudam, no entanto, o historiador da linguística a entender esse pensamento a partir de sua própria perspectiva, no início do séc. XXI.

Na sintaxe de TE, os “modos acidentais respectivos” (= sintáticos) de um nome permitem que esse nome funcione sintaticamente, i.e., “respectivamente” às outras partes do discurso de que esse nome é uma parte. Os modos acidentais respectivos do nome, ou do adjetivo, são: o modo do gênero, o modo do número, o modo da pessoa e os modos do caso. Como se disse na seção anterior, estes últimos são os seis casos da gramática latina tradicional: o nominativo, o acusativo, o genitivo, o dativo, o ablativo e o vocativo.

Todas as regras de funcionamento sintático das palavras na gramática de TE são derivadas de um único princípio: os modos de significar de uma parte do discurso dependem semanticamente dos modos de significar de outra parte do discurso. Como consequência disso, na gramática de TE, qualquer discurso é analisado em uma relação de tipo: “o modo de significar da parte x depende do modo de significar da parte y”. De acordo com esse princípio de análise, uma sequência como:

(4) *Albus Socrates currit bene.*

[O pálido Sócrates corre bem.]⁶⁵

deve ser analisada em três construções:

(5) *Albus Socrates.* (em que *Albus* depende de *Socrates*)

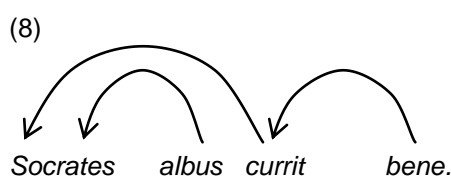
(6) *Socrates currit.* (em que *currit* depende de *Socrates*)

(7) *Currit bene.* (em que *bene* depende de *currit*)

Na sintaxe da GS, para cada construção, há um termo dependente, que TE chama de aposto (*appositum*) e um termo independente ou determinante, que ele

⁶⁵ Ao que tudo indica, essa é uma das ocorrências favoritas e originais de Tomás de Erfurt (BURSILL-HALL, 1971, 1972, 1995; COVINGTON, 1984; BORGES NETO; DASCAL, 2004).

chama de suposto (*suppositum*). O suposto de uma construção é sempre o termo que faz a referência mais direta a um referente no mundo. Nesse sentido, em “Corre bem”, “bem” é o aposto de “Corre”, porque o número e a pessoa indicados em “Corre” referem-se diretamente a um referente no mundo, i.e., a uma substância, enquanto “bem” refere-se a uma qualidade dessa substância. Como foi visto anteriormente, na metafísica de TE, a existência de uma entidade ou substância precede quaisquer de seus atributos ou acidentes: se não há substância não há acidentes e nunca pode haver acidentes sem o nexos de uma substância. Sócrates é Sócrates antes de ser pálido, filósofo, ateniense, sábio, etc. Como a classe dos nomes é entendida como a classe de palavras que faz referência a substâncias no mundo, em uma frase dada em que haja um nome substantivo, o nome será visto como a parte do discurso de que todas as outras partes dessa mesma frase dependem. Assim, em (4), a dependência geral no nome pode ser representada por setas convergentes como em:



Em (8), as setas vão de elementos dependentes a elementos menos dependentes – *bene* depende de *currit* –, e de elementos dependentes ao elemento independente: *currit* depende de *Socrates* e *albus* depende de *Socrates*. De fato, como resultado da influência da metafísica aristotélica na análise sintática de TE, todas as partes do discurso de uma sentença que contenha um nome substantivo em função de sujeito dependerão desse nome direta ou indiretamente.

Nesse tipo de análise, o funcionamento de um adjetivo como “sábio” em posição atributiva é semelhante ao funcionamento de um adjetivo como *albus* (pálido) em (5):

(5.1) *Albus Socrates*.
[O pálido Sócrates]

Albus em (5) pode ser entendido como tendo o mesmo significado básico que teria se estivesse em posição predicativa:

(9) *Socrates est albus.*

[Sócrates é/está pálido.]

De fato, para TE, a ocorrência (9) pode ser entendida como uma explicitação do verbo “ser” implícito em (5).

Na verdade, os gramáticos medievais viam o verbo “ser” como implícito em todas as construções de tipo “nome + verbo/particípio/adjetivo”, por dois motivos: 1) como se viu antes, toda substância no mundo “existe” (*est*) antes de ter este ou aquele atributo: Sócrates “é Sócrates”, é um *ens per se* (um ser por si) antes de “ser pálido”, de “ser ateniense”, de “ser filósofo”, etc.; 2) no discurso, um nome em posição predicativa pode ligar-se a um nome substantivo por meio de uma flexão do verbo “ser”: “Sócrates é ateniense”, “Platão é filósofo”, etc. O significado dessa flexão do verbo “ser” (*esse*) do predicativo era visto pelos medievais como dependente do significado do *ens* (do ser) do sujeito, que lhe é ontologicamente anterior: “Sócrates (*ens*) é ateniense (*esse*)”. De acordo com o programa de correspondências assumido por TE, essa dependência “nome adjetivo →⁶⁶ nome substantivo” poderia ser entendida assim: o verbo “ser” (acidental) implícito no nome adjetivo não tem significado completo sem o significado do verbo “existir” (substancial) implícito no nome substantivo. O *est* explícito em sentenças como (9) acumula esses dois significados.

TE entendia o aspecto predicativo do verbo “ser” como um modo acidental presente na raiz de todos os verbos e o denominava “modo da composição”, que exigia a conexão do verbo ou do predicativo (aposto) com o sujeito (suposto): [...] *et tamen hoc verbum est in omni verbo includitur, tanquam radix omnium; ideo compositio omni verbo inhaeret, per quam verbum distans a supposito ad suppositum principaliter inclinatur [...]* “O verbo “é” está implícito em todos os outros verbos, enquanto raiz de todos eles. Portanto, é principalmente através da composição, que é inerente a todo verbo, que o verbo distancia-se e tende ao

⁶⁶ A seta (→) representa a dependência do predicativo (nome adjetivo) no sujeito (nome substantivo).

suposto” (GS XXVII, 52⁶⁷). Portanto, o modo da composição é, segundo TE, o principal responsável pela conexão entre um verbo e um nome em uma construção de tipo “nome-suposto + verbo-aposto”. De acordo com essa noção de composição, utilizando-se da redução à cópula, em uma sentença como:

6.1) *Socrates currit.*
[Sócrates corre.]

Derivam-se as sentenças:

(10) *Socrates est* (= Sócrates existe) ← *est currens* (= há um corredor).
(em (10) a seta aponta a direção da dependência do aposto no suposto)

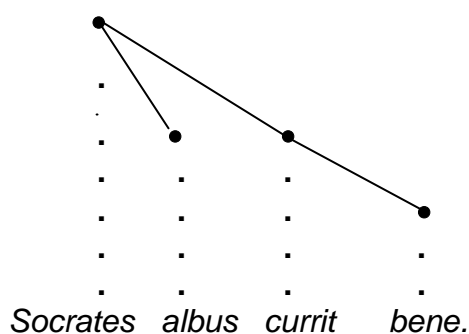
Fundamentalmente, a ideia de dependências sintáticas, no modismo, baseia-se na distinção entre o *ens* (o atributo “existir” de uma substância particular) e o *esse* (o atributo “ser desta ou daquela forma”, que se refere aos acidentes/características de uma substância particular). Quando transferida à sintaxe, essa distinção ontológica correlaciona-se com a diferença entre modo de significar o *ens* (o ser) por si mesmo, que é denotado por um nome substantivo como “Sócrates”, e o modo de significar a ligação, por exemplo, de um verbo como “corre” com um nome substantivo. Ou seja, a diferença entre “Sócrates” e “corre” é análoga à distinção entre *ens* (a existência pura e simples), que é predicável de substâncias como Sócrates, e o *esse* (ser isto ou aquilo), que corresponde a todos os demais atributos de substâncias como Sócrates. Outros acidentes similares a “corre” poderiam ser atribuídos a Sócrates: “ser ateniense”, “ser condenado”, “estar saudável”, “estar deitado”, etc., mas “o ser (o *ens*) de Sócrates” é um predicado anterior e inclusivo de todos esses predicados secundários. Por sua generalidade, a filosofia medieval chama o predicável *ens* (ente) de transcendental.

Portanto, o modo da composição, com sua noção de *compositio* fundamentada no pressuposto da redução universal à cópula para todos os verbos, permitiu aos modistas entenderem a relação “N(nome)-V(verbo)” como uma fórmula de tipo “N + V”, em que “V = est + N”. Ressalte-se que esse pressuposto justifica-se com base no princípio metafísico da anterioridade ontológica da categoria da

⁶⁷ Deste ponto em diante, as referências à GS seguirão este critério: os capítulos aparecerão em algarismos romanos e os parágrafos em algarismos arábicos.

substância em relação às outras categorias (seus acidentes). Em outras palavras, a relação de dependência do verbo para com o nome corresponde à relação de dependência das propriedades das coisas (acidentes) para com as coisas (substâncias) de que são acidentes. No caso da ocorrência (8) acima, essa dependência do verbo, e das outras partes do discurso, no nome pode ser representada assim:

(8.1)



(**Legenda:** as linhas ligam elementos menos substanciais (em posições mais baixas) a elementos mais substanciais (em posições mais altas)).

FONTE: COVINGTON, 1984, p. 39

Em (8.1), vê-se ilustrada a ideia de que há dependências de elementos inferiores em elementos superiores da sentença e uma dependência do conjunto dos elementos inferiores em um único elemento superior a todos. Essa dependência que converge para um único elemento é importante do ponto de vista do significado completo do enunciado: há um nome, um termo (término), no final do discurso, que garante a enunciação e comunicação de um sentido lógico e, portanto, completo.

A noção de dependências sintáticas reaparece na ideia de uma *hiérarchie des connexions* para as partes do discurso das sentenças nas reflexões do linguista francês Lucien Tesnière (1893-1954) em seus *Éléments de syntaxe structurale* (1965 [1959]). Embora os princípios de análise de Tesnière se pareçam muito com as noções sintáticas de TE, deve-se observar, em primeiro lugar, que os modistas não representavam suas análises sintáticas esquematicamente, como o faz Tesnière com seus *stemmates*. Também há outra diferença, provavelmente mais importante, pois é de caráter metafísico: os modistas justificam sua escolha do nome substantivo

como núcleo ou elemento mais importante da sentença ao interpretarem que os modos de significar do nome substantivo o tornam a categoria linguística que mais corresponde às coisas reais ou concretas do mundo. Nesse sentido, quando um modista diz “cadeira”, pensa que esse nome corresponde a um conceito mental de uma coisa concreta, i.e., que existe realmente algo cuja soma de suas propriedades corresponde ao que se entende por “cadeira”. Sendo assim, se, de acordo com a teoria modista, a linguagem corresponde à realidade, o elemento da linguagem em que essa correspondência é mais completa é a classe dos nomes das coisas reais e, portanto, o nome deve ser tido como o núcleo da sentença.

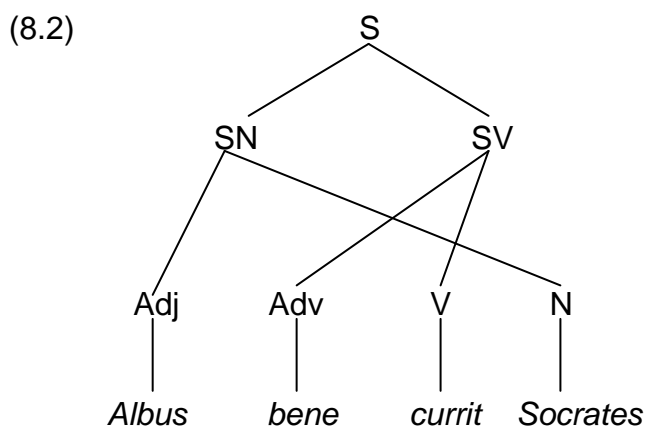
Tesnière provavelmente não assumia um tipo de correspondência “mundo-mente-linguagem” tão estrita quanto à dos modistas, porque, embora o nóculo verbal de sua sintaxe seja geralmente o elemento para o qual todos os outros elementos convergem, essa convergência não é dirigida sempre para um elemento verbal (implícito ou explícito) em todas as sentenças:

Le noeud des noeuds est généralement un noued verbal, ainsi qu'il ressort des exemples cités jusqu'ici. Mais rien n'empêche, qu'une phrase ait pour central un noeud substantival, adjectival ou adverbial. Le cas est surtout fréquent dans la conversation courante et dans les titres d'ouvrages littéraires. (TESNIÈRE, 1965, p. 15)

Na verdade, Tesnière não propõe a existência de classes de palavras hierarquicamente superiores a outras e, aliás, entende que pode haver línguas em que não haja distinção entre verbos e substantivos. O que ele postula como universal linguístico é uma montagem (*agencement*) de um ou vários nóculos como estrutura de base de qualquer língua natural (1965, p. 101).

Alguns aspectos importantes da teoria modista também reaparecem no final do séc. XX, no trabalho do linguista estadunidense Michael Covington.⁶⁸ Segundo Covington (1990, 1992, 1994), o latim faz parte de um conjunto de línguas que possuem uma variação muito grande na ordem das palavras: por exemplo, é possível pensar em uma sentença que tenha o mesmo sentido básico de (8), mas que possua uma ordem diferente de palavras:

⁶⁸ O livro de Covington (1984) sobre sintaxe modista é provavelmente a obra mais completa sobre o assunto.



Em (8.2), os constituintes do SV, *bene* e *currit*, intervêm entre os constituintes do SN. Para Covington essa intervenção de constituintes representa um problema para uma gramática de tipo *Phrase-structure*, com a Gramática Gerativa (GG). Línguas como o latim e o grego antigo permitem que haja um número muito grande de possibilidades de combinação ou rearranjo de itens de uma mesma sentença. No entanto, em uma gramática de tipo *Phrase-structure grammar* (PSG), em que a análise é feita a partir de sintagmas (SNs, SVs, etc.) e de regras de combinação, *Phrase-structure rules* (PS-rules), esses rearranjos necessitam de uma multiplicidade de regras de recombinação, uma vez que uma gramática de tipo *Phrase-structure* distingue estruturas superficiais e profundas. Na perspectiva de Covington, a solução é desistir da redução a estruturas subjacentes (e de arranjos e rearranjos) e simplesmente postular que a variação na ordem das palavras de uma sentença explica-se a partir das regras semânticas implícitas nos próprios itens lexicais (regras lexicais) e, assim, descartar as regras sintagmáticas. Dessa forma, o intérprete teria um trabalho interpretativo menor, pois analisaria relações gramaticais (relações lexicais) que ligariam itens, e não sintagmas, entre si.

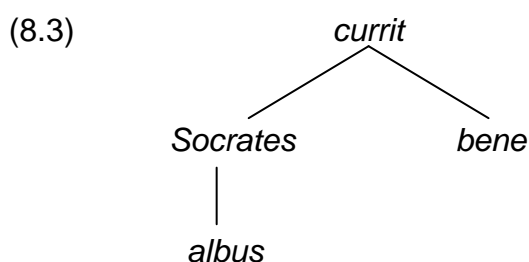
Nesse paradigma alternativo e mais econômico, que Covington chama de *DG* (*Dependency Grammar*), a estrutura é analisada a partir de uma única regra geral: o sentido de um item lexical depende do sentido de outro item lexical.⁶⁹ A palavra dependente é chamada de *non-terminant* e a palavra independente é chamada de *terminant* ou núcleo (*head*) da sentença. Em (8), por exemplo:

O “non-terminant” *albus* depende do “terminant” *Socrates*.

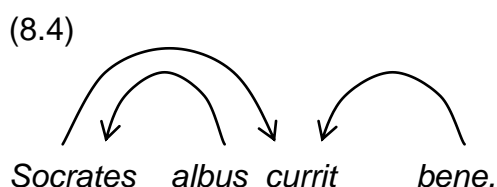
O “non-terminant” *bene* depende do “terminant” *currit*.

E, em uma convergência final, o “non-terminant” *currit* depende do “terminant” *Socrates*.

Covington acolhe o postulado de Tesnière segundo o qual, nas línguas indoeuropeias, o verbo é geralmente a parte do discurso para a qual todas as outras partes convergem (1954). Nesse sentido, Covington e Tesnière ofereceriam para (8.2) a representação:



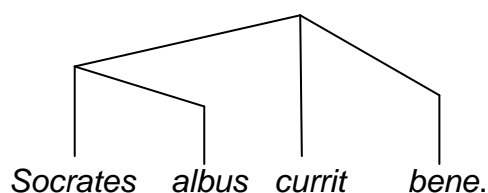
Covington (1984, 1990, 1994) chama (8.3) de uma *D-tree* (*dependency tree*) e também sugere uma representação que indique as direções das dependências:



Observe-se que, de um modo geral, as representações de Covington e de Tesnière diferem da representação da análise modista de (8) quanto à classe de palavras que representa o núcleo do significado da sentença e quanto ao sentido da dependência. Covington também oferece uma representação de (8) com um enfoque na distinção entre o núcleo e os subnúcleos da sentença:

⁶⁹ A *DG* prescinde de sintagmas e de transformações.

(8.5)



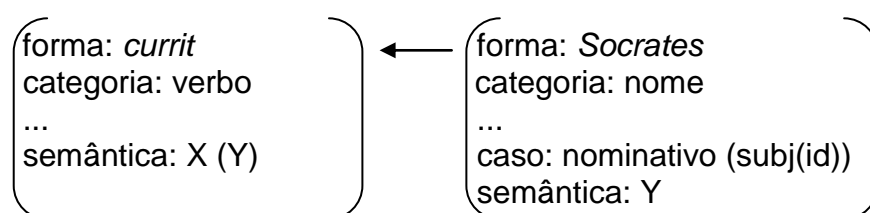
As *D-rules* (regras de dependência) de Covington para ocorrências como (8.5) são escritas com traços semânticos variáveis (gênero, número, caso, etc.) que unem argumentos (dependentes) a funtores (núcleos) – essas regras são composicionais. Tais regras formalizam essa *DG*. Por exemplo, para a ocorrência:

(6.2) *Socrates currit.*

[Sócrates corre.]

Covington propõe uma *DG-rule* – a regra verbo-nome – que ele representa, de forma simplificada, assim:

(6.3)

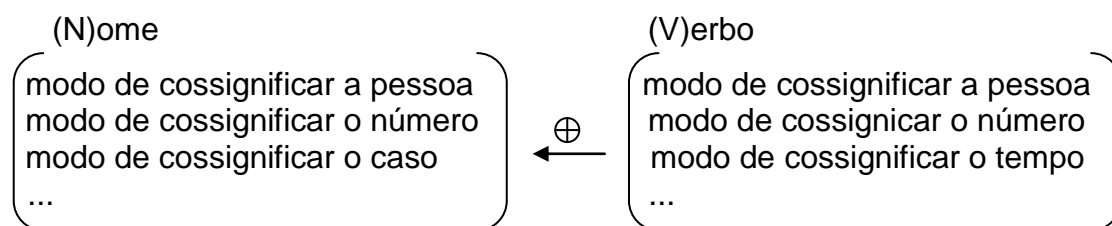


A *DG-rule* acima explicita o conceito central das *DGs*: o significado de uma palavra X é incompleto sem o significado de outra palavra Y , mas não o contrário. Ou seja, Y depende de X porque preenche o significado de X . Como na lógica do Cálculo de Predicados de Primeira Ordem, em que um argumento (s) preenche um predicado de um lugar (Cx) e tem-se uma fórmula atômica (Cs), na *DG*, $X(C)$ é o núcleo preenchido pelo sentido de $Y(s)$, que é o termo dependente. É simples entender a aplicação que Covington vê da *DG* para línguas cuja ordem de palavras nas sentenças é variável: como é controlada por regras de combinação de traços semânticos, a relação de dependência sintática entre um item lexical e outro é

sempre a mesma independentemente da posição desses itens nas sentenças. Essencialmente, trata-se de uma relação item-processo em que ocorre o preenchimento de predicados por argumentos.

A interpretação modista da ocorrência (6.2), poderia ser representada assim:

(6.4)



(Legenda: \oplus = modo da composição; a seta indica a relação entre o elemento dependente (V) e o elemento determinante (N) da construção)

Como se viu acima, de acordo com a sintaxe modista, o que possibilita uma construção de tipo “N + V”, em (6.2), é o fato de o verbo “corre” possuir um modo accidental da composição (*compositio*). Como também foi visto, esse modo é derivado da redução à cópula, em que construções de tipo “N + V” são interpretadas como estruturas superficiais de uma estrutura profunda de tipo “N + est + N”. Viu-se também que o modo accidental da composição corresponde linguisticamente à dependência do esse (do ser isto ou aquilo), da qualidade, no *ens* (no ser independente) da substância qualificada. Segue-se que o modo da composição é o modo que antecede à união entre os outros modos de significar que fazem parte de uma construção de um nome com um verbo pessoal (N + V): o modo da pessoa, o modo do número e os modos do modo (indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo, infinitivo).

Além disso, segundo TE, em uma construção de tipo “N + V”, o modo de cossignificar o tempo, que é próprio dos verbos, é complementar ao modo de cossignificar o caso, que é próprio do nome – e ambos dependem do modo da composição. Nesse mesmo tipo de construção, os modos de cossignificar a pessoa e o número são modos accidentais que o verbo precisa receber do nome, porque, segundo TE, para cada modo no nome deve haver um modo correspondente no verbo:

[...] *est sciendum quod quandoque constructibile dependens habet aliquos modos significandi, non ex proprietatibus suae rei per se, sed ex proprietatibus rei constructibilis terminantis; et tunc inter illos modos significandi exigitur similitudo, et non proportio; ita quod constructibile terminans debet habere modos significandi constructibilis dependentis, ut patet de constructione adiectivi cum substantivo, et in constructione suppositi nominativi casus cum verbo personali.*

[...] deve-se saber que algumas vezes o construtível dependente possui alguns modos de significar que não fazem parte de suas propriedades essenciais, mas das propriedades do construtível determinante. Nesse caso, entre esses modos de significar exige-se a similitude e não a proporção. Assim, o construtível determinante deve possuir os modos de significar do construtível dependente, como fica evidente na construção de adjetivo com substantivo e na construção de suposto de caso nominativo com verbo pessoal (GS LIII, 113).

TE chama a simetria entre dois modos de significar de *conformitas* (conformidade). De acordo com o excerto acima, TE distingue dois tipos de conformidade em construções de tipo “nome + verbo”: a similitude (*similitudo*) e a proporção (*proportio*). A proporção é a conformidade entre dois modos diferentes, porém complementares. Segundo Covington (1984, p. 64), o termo *proportio* é anterior ao modismo:

The term *proportio*, which I translate as ‘complementary pairing’, refers to a relation between two entities in which they are not identical, but nonetheless in some sense belong together. This is the term used to refer to the relation of proportionateness between cause and effect in Aristotle’s Posterior analytics (I, 1-5).

A similitude (*similitudo*) é a conformidade entre os modos que os adjetivos, particípios e verbos recebem/refletem dos nomes. Isso se deve ao caráter acidental de adjetivos, particípios e verbos: essencialmente, os membros dessas três classes de palavras significam qualidades de substâncias. Segue-se, por exemplo, que o modo acidental da pessoa e o modo acidental do número do verbo pessoal não pertencem ao verbo pessoal, mas ao nome suposto: o verbo os tem da mesma forma que a palidez de Sócrates em “O pálido Sócrates” tem o gênero masculino, i.e., acidentalmente.

Assim, em uma construção de tipo “N + V”, enquanto o modo complementar de um ente (*modus entis*), no nome, é proporcional ao modo do ser (*modus esse*) no verbo, o modo complementar do número, no verbo, é similar ao modo do número no nome.

Como foi visto nesta discussão da sintaxe da GS, há semelhanças e diferenças entre uma *DG* (*Dependency Grammar*), como a postulada por Covington, e uma gramática modista do séc. XIII. Por exemplo, uma *DG-rule*, como (6.3), é obviamente diferente de uma interpretação modista, como (6.4), pelo fato de a primeira partir de um princípio da lógica (do Cálculo de Predicados) e a segunda ser fundamentada em uma determinada percepção metafísica da realidade. Todavia, em um sentido mais amplo, a GS é um tipo de *DG*, uma vez que participa dos mesmos pressupostos básicos de qualquer *DG*: 1) uma construção simples é constituída de não mais do que dois elementos; 2) existe uma relação hierárquica de dependência entre esses elementos.

Essas noções fundamentais da *DG*, segundo Covington (1990, p.1), seguem uma tradição descontínua que começa na Idade Média, com TE (fl.1310) e os outros gramáticos do movimento modista (1270-1350), reaparecem, séculos mais tarde, em Tesnière (1954, 1959) e são retomadas pelo próprio Covington, e por outros linguistas (SCHUBERT, 1987;⁷⁰ FRASER, 1989⁷¹ *apud* COVINGTON, 1990, p. 8), em seu trabalho de linguística computacional a partir dos anos 1970.

Se, por um lado, Covington e outros linguistas pressupõem a lógica do cálculo de predicados como suporte para suas análises linguísticas, enquanto TE e os modistas fundamentam-se na lógica e na metafísica aristotélicas em sua sintaxe, não é difícil constatar as semelhanças entre os pressupostos da combinação item-a-item e da noção de dependência na GS de TE e as assunções das *DGs* atuais. Entretanto, se Tesnière e Covington, em particular, assemelham-se aos modistas em suas propostas de um tipo de dependência sintática, ao mesmo tempo, distanciam-se deles com relação a uma definição mais precisa de suas motivações ontológicas: os modistas eram aristotélicos convictos e, na realidade, tinham como meta principal de seu programa de pesquisa fazer da gramática uma ciência aristotélica.

Um outro linguista que, como Tesnière, viveu entre os sécs. XIX e XX, Otto Jespersen (1860-1943), parece partilhar com os modistas do sentido de anterioridade lógico-metafísica dos nomes substantivos concretos sobre as outras

⁷⁰ SCHUBERT, K. **Metataxis**: a contrastive dependency syntax for machine translation. Dordrecht: Foris, 1987.

⁷¹ FRASER, N. M. Parsing and dependency Grammar. **UCL working papers in Linguistics**. London: University College London. v. 1, p.296-319, 1989.

classes de palavras. Como se verá nos parágrafos a seguir, Jespersen aproxima-se mais do pensamento aristotélico de TE e do modismo sobre a dominância natural de certas classes de palavras sobre outras do que o faz Tesnière, por exemplo.

Jespersen chama de *composite denomination* a ação de nomear qualquer coisa ou pessoa por meio de uma frase. Segundo ele, nas *composite denominations*

há sempre uma palavra de importância suprema e uma ou mais palavras que a modificam e estão unidas a ela por meio do que o linguista dinamarquês chama de subordinação (*subordination*). Tais palavras são chamadas de adjuntos e são entendidas como secundárias (*secundaries*). Para Jespersen, entre as classes de palavras, os substantivos, entendidos como concretos, i.e., enquanto se referem a coisas reais, como “pedra”, e não a coisas abstratas, como “beleza”, são o que ele chama de palavras primárias (*primaries*) das línguas (1951 [1924], p. 96-8).

Segundo Jespersen, o que distingue um substantivo concreto de um substantivo abstrato ou mesmo de seu uso como adjetivo, do ponto de vista gramatical e psicológico, é o que ele chama de maior grau de especialização: os nomes substantivos concretos correspondem a um número restrito de objetos específicos no mundo, que são entendidos como possuidores de uma existência real. Essa noção de Jespersen, de uma especialização dos substantivos concretos, fica clara no seguinte parágrafo de sua obra *The philosophy of grammar*, em que o autor dinamarquês defende a anterioridade lógica dos substantivos concretos em relação aos adjetivos:

(...) on the whole substantives are more special than adjectives, they are applicable to fewer objects than adjectives, in the parlance of logicians, the extension of a substantive is less, and its intension is greater than that of an adjective (JESPERSEN, 1951, p. 75).

Jespersen une os conceitos de subordinação e especialização do substantivo para dar fundamento à sua noção de sujeito:

In every sentence there are some elements (secondary words) which are comparatively fluid or liquid, and others (primary words) that are more firmly fixed and resemble rocks rising out of the sea. The subject is always a primary, though not necessarily the only primary in the sentence; this amounts to saying that the subject is comparatively definite and special, while the predicate is less definite, and thus applicable to a greater number of things (JESPERSEN, 1951, p. 150).

A especialização que Jespersen vê no nome substantivo, e que o caracteriza como a parte suprema do discurso, é compartilhada por TE. Na GS, o nome é a principal parte do discurso não só por ser a mais complexa, i.e., aquela que possui o maior número de acidentes (traços semânticos), mas também porque esses acidentes (*modi significandi*) correspondem ao maior número de modos de entender (*modi intelligendi*) da mente e de ser (*modi essendi*) do mundo que uma parte do discurso é capaz de expressar. De fato, na teoria modista, o nome é a principal classe de palavras porque seus modos de significar mais gerais correspondem a propriedades do mundo que podem ser entendidas como os substratos mais essenciais de que se podem derivar conhecimentos positivos sobre quaisquer entidades. Esses conhecimentos positivos são, na verdade, todas as proposições accidentais que podem ser afirmadas a respeito de cada uma dessas entidades. Como toda proposição pressupõe um verbo, a classe dos verbos é, depois da dos nomes, a principal classe de palavras:

Ad hanc intentionem Commentator IV Phys. Cap. 14, dicit quod duo sunt modi principales entium, scilicet modus entis, et modus esse, a quibus sumpserunt grammatici duas partes orationis principales, scilicet nomen et verbum, sub nomine comprehenditur pronomen, sub verbo participium.

Era essa a intenção do Comentador do quarto livro da *Física*, capítulo 14, ao dizer que há dois modos principais nos entes, a saber, o modo de um ente e o modo do ser, e que era deles que os gramáticos derivaram as duas principais partes do discurso, a saber, o nome e o verbo, sendo que o pronome está compreendido no nome, e o participio no verbo. (GS VIII, 15).

Como se viu até aqui, as ideias de dependência sintática e de subordinação entre as partes do discurso no pensamento dos modistas reaparecem em linguistas contemporâneos como Tesnière, Jespersen e Covington. Essa recorrência de noções na história do pensamento linguístico, embora pareça desconexa, pode ser um indício da influência duradoura das categorias do pensamento aristotélico na linguística ocidental.

4.2.2.1 Construções complexas

A discussão da sintaxe modista que foi feita acima tentou demonstrar, principalmente, a importância da noção de dependência nas construções básicas da teoria sintática da GS, que são construções de não mais do que dois elementos.

Uma vez que essa dependência é assumida pelos modistas como sendo sempre de tipo item-a-item e nunca entre sintagmas (ou sentenças), resta esclarecer como TE explicava construções de três ou mais elementos, como, por exemplo:

(11) *Socrates legit libros.*

[Sócrates lê livros.]

O que diferenciaria, segundo TE, verbos intransitivos, como *currit* (corre), de verbos transitivos como *legit* (lê)? TE explica essa diferença com o auxílio de uma analogia da física de Aristóteles aplicada à cópula gramatical. No segundo livro da *Metafísica* (II, 994a 3), Aristóteles discute o problema das séries infinitas e postula a existência de um *principium motus*, “princípio do movimento”. Segundo Aristóteles, todo movimento teria um princípio, porque *Neque enim ex materia hoc ex hoc in infinitum progredi est possibile* “Nem mesmo do ponto de vista da causa material é possível progredir disto àquilo de modo infinito”. Segundo a demonstração de Aristóteles nesse capítulo da *Metafísica*, a postulação desse princípio garante tanto a possibilidade do movimento, ou distanciamento, dos objetos físicos quanto o ponto de partida e de chegada de um discurso significativo sobre o mundo, qualquer que seja esse discurso. O discurso seria, portanto, um fenômeno semelhante ao deslocamento de um corpo entre dois polos opostos no sentido de que ambos teriam um ponto de partida e um de chegada ou um retorno ao ponto de partida.⁷² Nos parágrafos a seguir, de maneira sucinta, será visto como TE aplica essas noções metafísicas na explicação de um período formado por mais de três elementos, i.e., em que ocorra mais de uma construção de dois elementos.

⁷² Paradoxalmente, na física do movimento aristotélica, toda mudança física começa com um motor que não pode ser movido: “o primeiro movente” (*primum movens*). A teoria do movimento aristotélica é discutida no primeiro capítulo do terceiro livro da *Física* (200b12-201b15, 205a6-7). Aristóteles parte da distinção “potência-ato” para explicar o movimento dos objetos: com exceção do motor primeiro, nenhum objeto é necessariamente imóvel, pois está sempre imbuído de um potencial de mover-se ou de ser movido. Baseada na física aristotélica, a astronomia pré-copernicana conceberia o movimento dos corpos celestes no interior de esferas rotatórias e concêntricas, sendo o empíreo do primeiro motovente imóvel a mais externa delas (COVINGTON, 1984, p. 144).

Em suas reflexões sintáticas, as ocorrências usadas por TE e por outros modistas eram geralmente afirmações, ou negações, de três tipos: “nome + verbo”, “(nome +) verbo + nome” e “nome + nome”. Assim, um exemplo típico de sentença modista seria:

(6.3) *Socrates currit.*

[Sócrates NOM.MASC.S. corre.PRES.IND.3PS.]

Como foi visto acima, os modistas analisavam sentenças como (6.3) por meio de um procedimento que consistia em reduzi-las a sentenças de tipo “nome + est + nome”:

(6.3.1) *Socrates est currens.*

[Sócrates NOM.MASC.S. é.PRES.IND.3PS. corredor.NOM.MAS.S.]

No séc. XIII, a cópula passou a ser entendida de acordo com uma analogia do movimento físico (*motus*) de um móvel que percorre a distância entre duas substâncias no mundo (COVINGTON, 1984, p. 79-82). Na GS, o movimento discursivo só é possível porque o verbo possui um modo de significar essencial que o diferencia do nome: tal modo cria a distância ou separação entre o nome e o verbo. Essa separação linguística é correlata à separação ontológica entre *ens* e *esse*. O modo da separação entre o nome e o verbo é o *modus distantis*, que, segundo TE, é um dos aspectos mais gerais da essência de todo e qualquer verbo: *Modus significandi generalissimus essentialis verbi est modus significandi rem per modum esse, et distantis a substantia* “O modo de significar essencial mais geral do verbo é o modo de significar a coisa por meio do modo do ser e (do modo) do distar da substância” (GS XXV, 44). Assim, o que garantiria que o significado da ação denotada pelo sujeito (seu *esse*) se distinguisse do significado do próprio sujeito (seu *ens*) seria, basicamente, a existência de um “modo do distante” (*modus distantis*) ou “modo de distar da substância” no verbo.⁷³

Com base na analogia do movimento, a diferença básica entre verbos transitivos e intransitivos torna-se bastante simples: enquanto os verbos intransitivos, como “corre”, “nasce”, etc., significam um distanciar-se *sine termino/sine*

⁷³ Para uma discussão um pouco mais detalhada dos modos de significar do verbo, cf. a monografia do proponente (BECCARI, 2007a).

significatione (sem objetivo definido/sem um “fim” explícito), os verbos transitivos, como “ler”, “construir”, etc., significam a mesma *distantia* (deslocamento do discurso), porém *cum termino/cum significatione*. Os verbos intransitivos significam uma distância que retorna ao princípio do discurso: descrevem, pois, um movimento (*motus*) circular.

Assim, nas construções intransitivas “Sócrates corre” e “O pálido Sócrates”, o limite da distância significada por um verbo, adjetivo ou particípio não vai além de uma autoreferência. Embora essas construções sejam ambas intransitivas, i.e., façam referência ao mesmo referente no mundo, há uma diferença entre elas: a primeira é intransitiva de atos (*intransitiva actuum*), porque possui um verbo, e a segunda é intransitiva de pessoas (*intransitiva personarum*), porque não possui um verbo.

Quando possuem um término, os deslocamentos que as construções da GS denotam são retilíneos e ligam dois referentes no mundo. Nesse caso, têm-se construções transitivas de atos, como “Sócrates lê o livro”, ou transitivas de pessoas, como “O filho de Sócrates”. Ressalte-se que, na construção intransitiva, o distanciamento denotado pelo verbo ou adjetivo em relação à substância, ou referente no mundo, não vai além (não transita) deste para outro referente no mundo e é análogo a um deslocamento circular.

No caso das construções transitivas, há um distanciamento entre um referente e outro no mundo: a ação vai de “Sócrates” a “o livro” e do “o filho” a “de Sócrates”, que são três referentes distintos no mundo aos quais essas construções fazem referências. Note-se que as construções transitivas não precisam conter verbos: “O filho de Sócrates” é uma construção transitiva somente de pessoas (nomes que denotam referentes), porque faz duas referências simples a dois referentes no mundo e não contém um verbo. Em resumo, como as construções sintáticas da GS são sempre de não mais do que dois elementos, a distinção entre construções transitivas e intransitivas marca a oposição entre construções cujos elementos fazem referência a um mesmo referente no mundo ou a dois referentes distintos (COVINGTON, 1984, p. 37). TE, com base em Prisciano (*Institutiones* 3, 127, 15-20), deixa claro que a distinção entre intransitividade e transitividade é uma questão de referência dos elementos da construção:

Et inde est, quod antiqui grammatici dantes definitiones constructionis transitivae, et intransitivae, dabant eas per idem, et diversum, dicentes, constructionem intransitivam esse illam, in qua constructibilia pertinent ad idem, vel tanquam ad idem videntur pertinere; constructionem autem transitivam esse illam, in qua constructibilia pertinent ad diversa, vel videntur pertinere ad diversa.

E é por isso que os gramáticos antigos, ao darem as definições de construção transitiva e intransitiva, davam-nas pelo mesmo e pelo diferente, dizendo que a construção intransitiva é aquela em que os construtíveis pertencem, ou parecem pertencer apenas, ao mesmo, e que a construção transitiva é aquela em que os construtíveis pertencem, ou parecem pertencer apenas, a coisas diferentes (GS XLVII, 93).

TE chama o “sentido explícito” do deslocamento da ação verbal nos verbos transitivos de *significatio* (significação), considera-o um modo accidental respectivo (sintático) e assim o define: *Significatio ergo accidentalis est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum significat proprietatem dependentiae ad quem libet obliquum post se* “Portanto, a significação accidental é o modo accidental de significar do verbo mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência em qualquer oblíquo depois si” (GS XXIX, 58). Ao citar a autoridade de Pedro Helias, talvez o mais importante entre os gramáticos pré-modistas do séc. XII, TE reforça a ideia de “movimento para um fim” que vincula à *significatio*: *Et hoc patet per Petrum Heliam, qui per significationem accidentalem vult intelligere modum transeuntis, id est, modum dependentis ad quemlibet obliquum post se* “Essa definição fica clara em Pedro Helias, que dá a entender por significação accidental o modo da transitividade, isto é, o modo (do verbo) de depender de qualquer oblíquo posposto” (GS XXIX, 58).

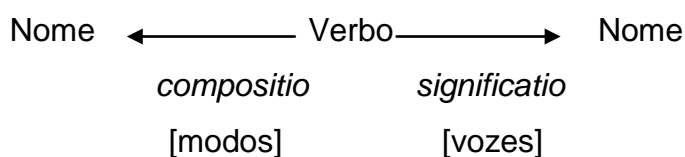
A noção de *significatio* é, portanto, proporcional à de *compositio*: se a *compositio* oferece uma analogia metafísica para a conexão “nome-verbo”, a *significatio* explica a causa da construção “verbo-nome” através de uma analogia física.⁷⁴ Bursill-Hall afirma (1972, p. 74) que as noções de *compositio* e *significatio* parecem ser contribuições originais de TE para a teoria do verbo e o mesmo autor assevera que a proporcionalidade do esquema criado por TE com essas duas

⁷⁴ Essa procura de correspondências entre categorias da linguagem e estruturas da realidade inclui a teoria modista de Tomás de Erfurt no que Swiggers chama de um programa de correspondência na história dos estudos da linguagem: “Comme représentants typiques de ce programme, on peut mentionner Platon, Aristote, les modistae, les grammariens-philosophes du XVIIe et du XVIIIe siècle, Gustave Guillaume et Noam Chomsky (et leur disciples)” (SWIGGERS, 2004, p. 130).

noções atinge o que ele chama de uma verdadeira satisfação estética: “real aesthetic satisfaction” (BURSILL-HALL, 1972, p. 73).

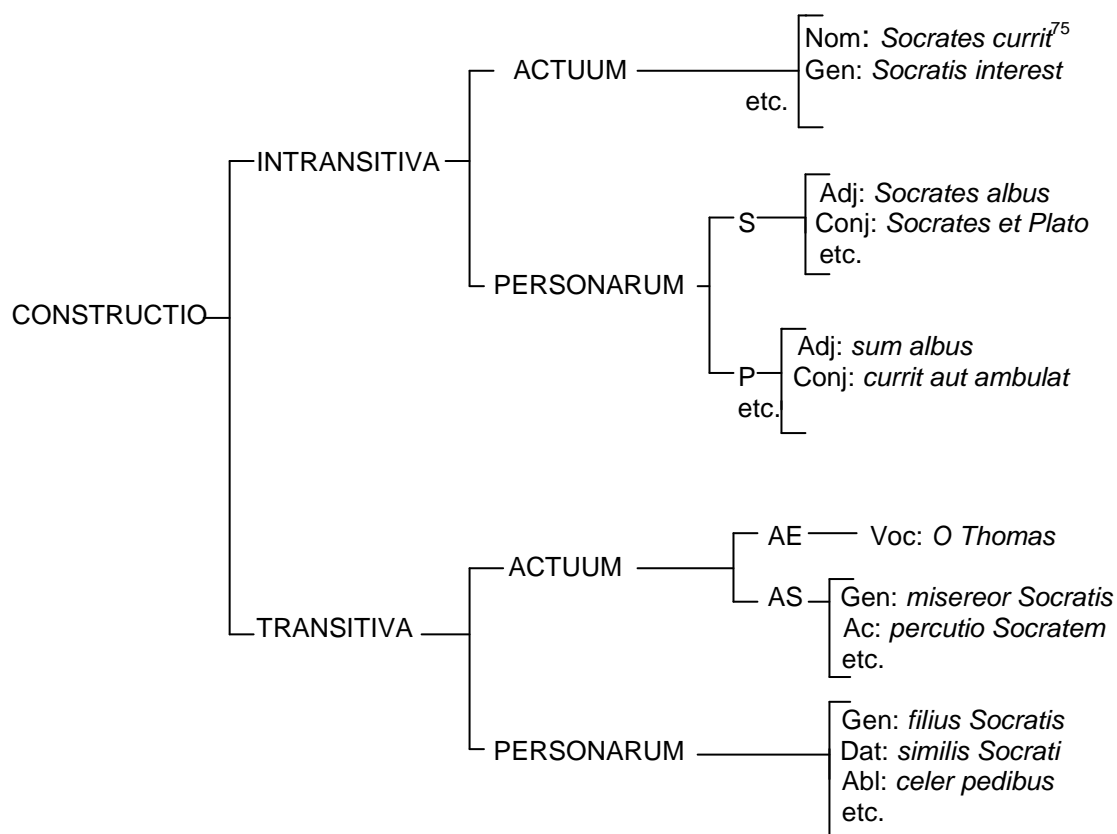
TE utiliza a distinção “matéria vs. forma”, da metafísica aristotélica, para indicar as qualidades (i.e., as formas “visíveis”) tanto da *compositio* quanto da *significatio* (GS XXX, 59-60). A *compositio* é um modo acidental (material) do verbo que se expressa, segundo TE, por modos verbais acidentais (formais): indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo, infinitivo. Os modos verbais são, assim, as formas (as qualidades) da *compositio*, que se comporta como a matéria dessas formas. Já as qualidades, ou formas, da *significatio*, que também é um modo acidental do verbo, são representadas pelas vozes verbais: ativa, passiva, neutra, comum, depoente.

As relações de *significatio* e *compositio* em uma construção complexa de tipo “nome + verbo + nome” podem ser representadas assim:



FONTE: BURSILL-HALL, 1972, p. 74

A classificação completa dos tipos de construção descritos na GS, pode ser resumida no diagrama a seguir:



(**Legenda:** S (Sujeito), P (Predicado), AE (Ato Estimulado), AS (Ato Significado))

DIAGRAMA 9 - TIPOS DE CONSTRUÇÃO

FONTE: COVINGTON, 1984, p. 38

De acordo com os tipos de construção da sintaxe de TE, a ocorrência

(11.1) *Socrates legit libros.*

[Sócrates.NOM.MASC.S. lê.PRES.IND.3PS livros.AC.PL.]

NOM.MASC.S.**princípio**.PRES.IND.3PS.**distância**.AC.PL. **término**

é uma construção transitiva de atos complexa, pois pode ser entendida como a soma de duas construções simples:

⁷⁵ As traduções das construções contidas neste diagrama (de cima para baixo) são: “Sócrates corre”, “De Sócrates é o interesse”, “O pálido Sócrates”, “Sócrates e Platão”, “Estou/sou pálido”, “Corre e caminha”, “Ó Tomás!”, “Apiedo-me de Sócrates”, “Bato em Sócrates”, “O filho de Sócrates”, “Parecido com Sócrates”, “Rápido com os pés”.

(i.e.) de uma construção intransitiva de atos:

(12) *Socrates legit.*

[Sócrates.NOM.MASC.S. lê.PRES.IND.3PS]

NOM.MASC.S.**princípio**.PRES.IND.3PS.**distância (circular)**

e, na redução à cópula, de uma intransitiva de pessoas:

(12.1) *Socrates est lector.*

[Sócrates.NOM.MASC.S. é. PRES.IND.3PS. leitor.NOM.MASC.S.]

NOM.MASC.S.**princípio**.PRES.IND.3PS.**distância**.NOM.**princípio**

A outra construção que compõe (11.1) é uma construção transitiva de atos:

(13) *(Ille) Legi(-t) libros.*

[(Ele.NOM.MASC.S.) lê.PRES.IND.3PS livros.AC.PL.]

(NOM.MASC.S.**princípio**.)PRES.IND.3PS.**distância**.AC.PL.**término**

Que pode ser interpretada como uma construção transitiva de pessoas:

(13.1) *Lector est librorum.*

[Leitor.NOM.MASC.S. é.PRES.IND.3PS. de livros.GEN.MASC.PL]

NOM.MASC.S.**princípio**.PRES.IND.3PS.**distância**.GEN.MASC.PL.**término**

A construção menor (13) define a transitividade da construção maior (11.1). No todo, (11.1) é uma construção transitiva porque significa que a ação verbal “lê” distancia-se (*modus distantis*) do modo da substância (*modus entis*) que a principia (*compositio*), e é terminada (*significatio*) pelo modo de outra substância (*modus entis*): o movimento tem uma origem, percorre uma distância e chega a um término (tem um sentido, i.e., uma significação (*significatio*), um fim). Ressalte-se que, para qualquer construção (simples ou complexa), o critério fundamental para a definição do tipo de construção (transitiva ou intransitiva) é o número de referências: a um ou a dois referentes no mundo. Com base na análise e interpretações acima, (11.1) pode ser entendida como:

bem”, que é considerada intransitiva porque é constituída de duas construções intransitivas, a saber: “O pálido Sócrates” e “corre bem”. Essas duas construções são intransitivas porque fazem referência a uma mesma entidade no mundo.

Pelo que foi visto acima, fica claro que a oposição princípio-término é uma das noções mais fundamentais da sintaxe modista da GS, uma vez que permite uma distinção entre construções transitivas e intransitivas. Como será visto na subseção a seguir, existe outra aplicação importante dessa noção que é essencial para o entendimento da sintaxe da GS: a teoria do caso.

4.2.2.2 A analogia do móvel aplicada à teoria do caso

Conforme se viu nos parágrafos anteriores, TE utiliza uma analogia com o movimento físico para distinguir entre construções transitivas e intransitivas. Ele utiliza essa mesma distinção como uma noção geral para a sua teoria do caso, que, como será visto a seguir, é parte integrante da teoria de dependências sintáticas que se encontra nos últimos capítulos da GS.

TE apresenta e define o modo do caso da seguinte forma:

Consequenter de casu dicamus. Iuxta quod notandum, quod in rebus inveniuntur quaedam proprietates communes, scilicet proprietas principii, et proprietas termini. Item, inveniuntur quaedam proprietates generales in rebus, scilicet proprietas, ut quod est aliquid in se, vel quod est alterum; et proprietas cuius est aliud; et proprietas, ut cui est, et cui aliquid datur; et sic de consimilibus, quae repraesentatur per inflexionem huius nominis quod, cuius, et cui, etc., et a primis proprietatibus oritur casus, qui est modus significandi nominis. Sed a secundis proprietatibus superadditis primis oriuntur differentiae casus, vel casuum. Casus igitur est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo, nomen proprietatem principii, vel termini consignificat. Et secundum harum proprietatum diversitatem, cum aliis proprietatibus superadditis, casus in sex species partitur, scilicet nominativum, genitivum, dativum, accusativum, vocativum, et ablativum.

Em seguida damos uma descrição do caso. Em que se deve observar que, nas coisas separadas, encontram-se certas propriedades comuns, a saber: a propriedade do princípio e a propriedade do término. Igualmente, são encontradas certas propriedades gerais nas coisas, a saber: a propriedade

“enquanto o ‘que’ é algo em si ou o ‘que’ o outro é”, a propriedade “enquanto ‘de quem’ o outro é”, a propriedade “enquanto ‘para quem’ e ‘à qual’ outra coisa é dada”, e assim das outras propriedades semelhantes a essas, que são representadas pelas flexões do pronome *quod* (“que”): *cuius* (“de quem”), *cui* (“à qual”), etc. Embora o caso origine-se das primeiras propriedades, é da adição das segundas propriedades às primeiras que se originam as diferenças entre os casos. Portanto, o caso é o modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome cossignifica a propriedade do princípio ou a propriedade do término e, de acordo com a diferença entre essas propriedades e as outras propriedades adicionais, o caso é dividido em seis espécies, a saber, em nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo (GS XIX, 32).

No excerto acima, TE apresenta a distinção “princípio-término” como um sentido generalizado para uma primeira diferenciação entre os modos do caso nominal. Em posse dessa oposição, TE explicará os modos de cada caso de acordo com a sua referência (posicional) à distinção “princípio-término” de duas maneiras diferentes: 1) enquanto o nominal com marcação de caso funciona somente como o princípio ou somente como o término de uma ação, 2) enquanto esse nominal pode funcionar tanto como o princípio quanto como o término de uma ação ou substância (GS XIX, 32-3). Trata-se, portanto, do cruzamento de dois critérios gerais: um critério posicional ou sintático com um critério semântico, sendo esse critério semântico oriundo da oposição entre os significados gerais das categorias aristotélicas da ação e da substância. Além disso, no mesmo excerto, TE especifica as outras seis propriedades não sintáticas (semânticas) de que se originam os sentidos particulares que explicam a diferenciação do sistema em seis casos individuais. Por fim, TE representa essa diferenciação com cinco elementos do paradigma do pronome relativo *quod* (“que”): *cuius* (“de que”), *cui* (“para que”), etc.

Em suma, a teoria do caso da GS, em suas dimensões sintática e semântica, é construída nocionalmente assim: uma distinção posicional “princípio-término”, que se origina da analogia do móvel da física aristotélica, é cruzada com os significados gerais das categorias da ação e da substância; a esse cruzamento adicionam-se os significados das seis propriedades casuais específicas, os quais são representados pelo paradigma de *quod*. Como será visto nesta seção, TE parte dessas noções para efetuar uma sistematização completa da estrutura de funcionamento do caso nominal latino.

Blake (1994, p. 36) chama o uso analógico da distinção princípio-término, ou origem-destino, para uma teoria do caso de “sentido generalizado”. Segundo Blake (1994, p. 38), durante a Idade Média, a ideia de sentido generalizado para um sistema de casos aparece nos trabalhos de dois gramáticos bizantinos: um humanista, Teodoro Gaza (ca. 1398-1475) e um escolástico, Máximo Planudes (ca. 1260-1305). Para o mesmo autor, essa noção também ocorre nos escritos do modista Simão da Dácia e reaparece na linguística histórico-comparativa alemã do início do séc. XIX: encontra-se nos escritos de linguistas como Rask, Bopp e Wüllner, que utilizam o termo ***Gesamtbedeutung*** (*whole/aggregate meaning*) para designar o sentido generalizado e os sentidos específicos que a ele se agregam (BLAKE, p. 38). Blake também aponta para a pesquisa de Hjelmslev sobre o sistema de casos de uma língua esquimó da Groenlândia nos anos 1930. O próprio Hjelmslev (1978, p. 32) declara que Máximo Planudes teria desenvolvido um sistema localista de oposições semelhante ao seu quando utilizou uma única noção para sua teoria do caso: o sentido generalizado. Além de considerar a teoria de Planudes como a melhor que se fez para os casos nominais do grego, Hjelmslev viu nessa noção um antecedente histórico do sistema que ele mesmo criou para o sistema de casos de sua língua esquimó (1978, p. 32).

Em sua teoria do caso nominal do latim, TE generaliza a oposição “princípio-término” para todo o sistema de casos. TE entende a distinção princípio-término como correspondente à característica mais geral do sistema de casos e serve-se dessa distinção, que é o sentido generalizado de sua teoria do caso, para fazer uma classificação geral dos seis casos do latim: os modos dos casos podem significar só o princípio, só o término ou ambos. Por exemplo, ele utiliza essa distinção para explicar a diferença geral de sentido entre o nominativo e o acusativo em construções transitivas do tipo de (11.1), como mostra o quadro a seguir:

	Nominativo	Acusativo
Princípio	+	-
Término	-	+

QUADRO 4 - OPOSIÇÃO PRINCÍPIO-TÉRMINO

TE refina sua teoria por meio de cruzamentos da oposição geral “princípio-término” com as categorias metafísicas da substância e da ação, que são usadas para expressar os sentidos particulares (agregados) de cada caso. A partir desses cruzamentos, são especificados os casos que correspondem: 1) ao princípio ou ao término de uma substância – casos adnominais (em frases de tipo “nome-nome”); 2) ao princípio ou ao término de uma ação – casos adverbiais (“nome-verbo”/“verbo-nome”); 3) tanto ao princípio quanto ao término de uma substância ou ação indiferentemente – casos que podem ser tanto adnominais quanto adverbiais (todos os tipos de frases dos parênteses anteriores). O caso nominativo, por exemplo, denota a propriedade geral de “ser o princípio da ação verbal” e a propriedade particular de “ser o outro” da relação “nome-verbo/verbo-nome”. A partir desses cruzamentos, Tomás de Erfurt apresenta um sistema para explicar o significado e a função sintática de cada palavra com marcação de caso na língua latina. Tal sistema é resumido e exemplificado no esquema abaixo:

1 Princípio (construções intransitivas)

1.1 Princípio de uma ação somente: Nominativo (**quod**⁷⁶)

(10.3) *Socrates* →⁷⁷ *currit*.
Sócrates.NOM.MASC.S. corre.PRES.IND.AT.3PS.

1.2 Princípio de uma ação: Genitivo (**cuus**)

(15) *Socratis* → *interest*.
A Sócrates.GEN.MASC.S. interessa.PRES.IND.AT.3PS.

2 Término (construções transitivas)

2.1 Término de uma ação ou substância indiferentemente: Genitivo (**cuus**)

2.1.1 Término de uma ação:

(16) *Misereor* → *Socratis*.
Tenho pena PRES. IND 1PS. de Sócrates.GEN.MASC.S.

2.1.2 Término de uma substância:

(17) *Filius* → *Socratis*.
o filho.NOM.MASC.S. de Sócrates.GEN.MASC.S.

2.2 Término de uma ação ou substância indiferentemente: Dativo (**cui**)

2.2.1 Término de uma ação:

(18) *Faveo* → *Socrati*.

⁷⁶ Conforme o Quadro 5, abaixo, TE utiliza formas declinadas do pronome relativo/interrogativo latino *qui/s, quae, quod (quid)* para formalizar seu sistema.

⁷⁷ A seta indica o movimento “princípio → término” que pode ser de tipo “nome → verbo”, “verbo → nome”, “nome → nome” ou “interjeição → nome”.

Sou favorável.PRES.IND.AT.1PS. a Sócrates.DAT.MASC.S.

2.2.2 Término de uma substância:

- (19) *Similis* → *Socrati*.
Semelhante.ADJ. a Sócrates.DAT.MASC.S.

2.3 Término de uma ação ou substância indiferentemente: Ablativo (**a quo**)

2.3.1 Término de uma ação:

- (20) *Utor* → *togā*.
Faço uso.PRES.IND.DEP.1PS. de uma toga.ABL.FEM.S.

2.3.2 Término de uma substância:

- (21) *Celer* → *pedibus*.
Rápido.ADJ. com os pés.ABL.MASC.PL.

3 Término ou Princípio de uma ação somente – construções transitivas ou intransitivas

3.1 Término de uma ação: Acusativo (**quem**)

- (22) *Percutio* → *Socratem*.
Bato.PRES.IND.AT.1PS. em Sócrates.AC.MASC.S.

3.2 Princípio de uma ação:

- (23) *Video Socratem* → *currere*.
Vejo.PRES.IND.AT.1PS. Sócrates.AC.MASC.S. correr. PRES.INF.AT.

4 Término de uma ação estimulante apenas: Vocativo – construções transitivas

- (24) *O* → *Thomas*.
Ó.INTERJ Tomás!.VOC.MASC.S

FONTE: COVINGTON, 1984, p. 78

A generalização da noção “princípio-término” no sistema que TE implementou para o caso nominal do latim, com seus cruzamentos com o significado das categorias da substância e da ação, pode ser representada, levando-se em conta as ocorrências (10.3) a (24) do esquema acima, por meio do seguinte quadro:

	Nominativo	Acusativo	Genitivo	Dativo	Ablativo	Vocativo
Princípio	+	+	+	-	-	-
Término	-	+	+	+	+	+
Ação (P.)	+	+	+	-	-	-
Ação (T.)	-	+	+	+	+	-
Substância (P.)	-	-	-	-	-	-
Substância (T.)	-	-	+	+	+	-

(**Legenda:** P.= Princípio; T.= Término.)

QUADRO 5 - UM SENTIDO GENERALIZADO PARA O SISTEMA DE CASOS

Além de oferecer uma teoria geral do caso nominal latino, TE também discute a regência das preposições de ablativo (como *ab*, *ex*, etc.) e nominativo (como *ad*, *in*, etc.) e sua relação com a teoria do caso nominal nos capítulos da GS que dedica aos modos acusativo e ablativo (GS XIX, 32-3) e à preposição (GS XLI 80-XLII 83). Como se trata da discussão de um assunto complexo e o presente trabalho quer apenas introduzir o leitor à teoria geral do caso nominal da GS, reserva-se uma abordagem mais minuciosa da teoria modista do caso da preposição para os resultados de futuras pesquisas sobre esse assunto.

É provável que, na história da linguística ocidental, o primeiro esquema em linhas e colunas para a representação do sistema de casos do latim tenha sido o descrito por Varrão no livro X do seu *De língua latina* (VALENZA, 2010, p. 161). Para representar a sua teoria do caso nominal, TE desenvolveu um esquema de substituições, que já existia na tradição das gramáticas especulativas (KELLY, 2002

p. 93), em que ele utiliza os elementos declinados do paradigma do pronome relativo/interrogativo latino *qui/s, quae, quod/quid* para identificar “a outra coisa” (*alterum*) sobre a qual algo é dito no discurso. Segundo Kelly (2002, p. 93), essa explicação do significado de um caso como “algo (*quid*) dito sobre outra coisa (*alterum*)” vem da definição do verbo do *De interpretatione* de Aristóteles (I, 16b 6): segundo essa definição, o verbo é usado para afirmar ou negar algo a respeito de outro elemento do enunciado em que se encontra. Como uma construção sintática modista básica é sempre constituída apenas de dois elementos (um dependente e um determinante), o *alterum* (o outro), no esquema de substituições de TE, é normalmente o suposto, i.e., o elemento determinante (independente) da relação “dependente-determinante” da sintaxe modista. Como se disse anteriormente, esse elemento independente – por exemplo, o N (nominal) de uma construção de tipo “N (nome) + V (verbo)” – refere-se, direta ou indiretamente, a uma entidade no mundo. Ademais, o elemento representado pela forma pronominal é geralmente um nominal de construções de tipo “N + V”, “V + N”, “N + N” e “interjeição + N”. As definições dos casos, que são explicitadas por meio das substituições pelas formas declinadas do paradigma pronominal, são elencadas no quadro a seguir:

Casos: ⁷⁸	Substituições: <i>Qui (-s), quae, quod/quid</i> - “que/m”
<i>Nominativus designat rem</i> ⁷⁹ [O nominativo designa a coisa]	<i>ut quod est alterum.</i> enquanto “ <u>que/m</u> (princípio)” é o outro.]
<i>Acusativus designat rem</i> [O acusativo designa a coisa]	<i>ut quem est alterum.</i> enquanto “ <u>que/m</u> (término/princípio)” é o outro.]
<i>Genitivus designat rem</i> [O genitivo designa a coisa]	<i>ut cuius est alterum.</i> enquanto “ <u>de que/m</u> (princípio/término)” é o outro.]
<i>Dativus designat rem</i> [O dativo designa a coisa]	<i>ut cui alterum acquiritur vel datur.</i> enquanto “ <u>para que/m</u> (término)” o outro é adquirido ou dado.]
<i>Ablativus designat rem</i> [O ablativo designa a coisa]	<i>ut quo est alterum.</i> enquanto “ <u>em/sem/com/de/por que/m</u> (término)” é o outro.]
<i>Vocativus designat rem</i> [O vocativo designa a coisa]	<i>in ratione termini tanquam dependens actus exerciti</i> de acordo com o término, enquanto dependente de uma ação estimulante]

QUADRO 6 - ESQUEMA DE SUBSTITUIÇÕES

FONTE: KELLY, 2002, p. 93

Segundo TE (GS XIX, 32), o modo nominativo, cuja representação no esquema de substituições acima é *quod* (“que”), significa o outro que principia a ação do verbo em sequências de tipo “nome-verbo”. Se o nome com marcação de nominativo é um predicativo do sujeito isso não significa que ele seja o término da distância verbal, porque o predicativo faz parte de uma construção intransitiva,

⁷⁸ Na GS (XIX, 32), o caso vocativo é definido assim: “O caso vocativo é o modo de significar de acordo com a propriedade do término da ação que depende de uma **ação estimulante ou impelidora**, sem o acréscimo de nenhuma das propriedades adicionais mencionadas acima. Isso significa que, por exemplo, ao se dizer “Ó Henrique!” (o *Henrice*), esse vocativo só tem a propriedade de terminar a ação enquanto é dependente dessa ação estimulante ou impelidora.” TE distingue entre o *actus exercitus*, aqui traduzido como “ação impelidora/estimulante”, e o *actus significatus*, “ação significadora”. No exemplo de TE, o falante perfaz o ato de chamar alguém (Henrique) ao usar a interjeição e o vocativo – o *Henrice*. A ação significadora faz parte do constativo correspondente em que se constata esse ato. Assim, o constativo correspondente a o *Henrice* “Ó Henrique!” é algo como *voco Henricum* “Chamo Henrique”. Para TE, o vocativo é o término de uma ação estimulante somente, porque o modo do vocativo não tem nenhum significado (função) adicional além da realização do estímulo mental que o acionou (“enquanto é dependente dessa ação estimulante ou impelidora”).

⁷⁹ As sentenças desta coluna são concluídas na coluna seguinte.

autoreferencial, em que a distância não sai dos limites referenciais do princípio (*terminus a quo*), que é o suposto da construção. Portanto, em uma construção “nome-verbo”, o modo nominativo significa sempre o princípio de uma ação.

O modo acusativo significa o outro que normalmente é o término ou o fim da ação do verbo, mas que também pode ser o seu princípio de maneira simples (*simpliciter*) em construções de acusativo com infinitivo. A representação do modo acusativo no esquema de substituições é *quem* (“quem”) ou *ad quem* (“na direção de que/m”).

O modo genitivo, cuja representação no paradigma pronominal é *cuius* (“de que/m”), significa que o outro (o nominal substituído pelo pronome), além de funcionar como princípio ou término de uma ação ou término de uma substância, significa também que a coisa ou pessoa, à qual o nominal com marcação de genitivo se refere, possui algo e este é seu sentido agregado.

O ablativo, que é representado por *quo* (“a quem”), significa, em primeiro lugar, o término de uma ação ou substância, e, em segundo lugar, que alguma coisa, à qual o nominal com marcação de ablativo se refere, adquire ou recebe algo.

Finalmente, o vocativo, que não é representado por um elemento declinado do paradigma pronominal, significa a realização simples de um estímulo mental.⁸⁰

Comparando-se o esquema de substituição do QUADRO 6 com o QUADRO 5 e o esquema que contém as ocorrências (10.3) a (24), não é difícil de entender porque TE empregou um paradigma pronominal como uma espécie de formalização de sua teoria do caso. Por exemplo, é mais econômico dizer que o ablativo significa *ut quo* (“enquanto ‘em/sem/com/de/por que/m’”), tendo em mente seu sentido generalizado e seus sentidos adicionais (agregados), do que explicitar a matizada sintaxe do caso ablativo da língua latina a partir de um levantamento dos tipos de construções de ablativo. Na verdade, a ausência de um levantamento desse tipo e a utilização de uma formalização para o sistema de casos do latim é uma evidência do forte direcionamento teórico da teoria do caso de TE.

Uma característica interessante, do ponto de vista da história das ideias, é que a teoria do caso da GS, bem como, em seu aspecto geral, a teoria modista são sistemas em que há uma busca consciente por proporção. Por exemplo, para os

⁸⁰ Cf. nota 78.

modos de coentender ativos dos conceitos da mente correspondem os modos passivos de ser coentendido das propriedades das coisas do mundo, para o modo do caso no nome corresponde um modo proporcional do tempo no verbo, e assim por diante.

Nessa busca por relações proporcionais, TE, em sua teoria do caso, identifica no verbo um modo *ut ipsum est alterum*, que pode ser traduzido como “enquanto ‘o próprio’ é o outro”. A definição desse modo do verbo é proporcional à definição que se encontra na primeira linha do esquema de substituição do QUADRO 6. De acordo com essa definição, em uma construção de tipo “Nome (nominativo) + Verbo (3ª pessoa do singular)” haveria, no verbo pessoal, um modo *ut ipsum est alterum*, “enquanto ‘o próprio’ é o outro”, que seria proporcional ao modo *ut quod est alterum* do nome com marcação de nominativo. O modo *ut ipsum est alterum* representa o modo da ação do verbo enquanto iniciada pelo modo nominativo do nome (pelo outro) da construção “N + V”. Ou seja, o que parece ser próprio (*ut ipsum*) do verbo pessoal (= o significado da ação verbal) é, na verdade, propriedade do outro, i.e., a ação pessoal significada pelo modo nominativo do nome, que é o outro (*alterum*) da construção “N + V”.

Nesse outro esquema, que é proporcional ao do QUADRO 6, para o modo genitivo *ut cuius*, há, igualmente, um modo proporcional representado por *ut ipsum est alterius*, “enquanto ‘o próprio’ é de outro”. Nesse caso, o “de outro” (*alterius*) equivale à forma pronominal (*cuius*) da terceira linha do esquema de substituições do QUADRO 6 e o “o próprio” (*ipsius*) corresponde àquilo que pertence ao “outro” (*alterum*) da mesma linha no QUADRO 6, i.e., o sentido agregado do genitivo. Assim, em uma construção de tipo *Socratis interest*, “É do interesse de Sócrates”, o verbo *interest* tem um modo *ut ipsum* que significa que esse verbo pessoal tem um modo de significar “enquanto (aquilo que é) de si mesmo” (*ut ipsius*) – i.e., enquanto sua significação verbal – é, na verdade, posse de outro: *ut alterius* (“enquanto ‘de outro’”). Em outras palavras, o modo *ut ipsum est alterius* do verbo *interest* indica simplesmente que o significado da ação verbal desse verbo (o interesse), em *Socratis interest*, pertence ao “outro” (*alterius*) membro da construção, i.e., o interesse é “de Sócrates”. Já o nome com marcação de genitivo, *Socratis*, na mesma construção, tem um modo *ut cuius* (“enquanto ‘de quem’”) que indica que a significação do verbo *interest*, ou qualquer outra coisa, pertence-lhe e depende dele. Como “Sócrates” faz referência a uma entidade concreta no mundo (uma

substância) e o verbo *ininterest* faz referência a uma ação (um acidente), a correspondência entre o pressuposto modista da prioridade da essência (*ens*) e a conformidade dos modos *ut ipsius* do verbo *interest* e *ut cuius* do nome *Socratis* explicam satisfatoriamente a dependência do verbo no nome com marcação de genitivo na construção *Socratis interest*.

Para o modo dativo *ut cui* do QUADRO 6, existe um modo proporcional no verbo entendido *ut ipsum est, quod alteri datur vel acquiritur*, “enquanto ‘o próprio’ é o que é dado a ou adquirido para outro”. Aqui o “próprio” (*ipsum*) representa a significação da ação verbal e o “a/para outro” (*alteri*) equivale à forma pronominal da quarta linha do esquema de substituições do QUADRO 6. TE exemplifica as construções de dativo com sentenças como *faveo Socrati* “Sou favorável a Sócrates”.

Uma correspondência semelhante às do dativo e do genitivo é feita para o modo do caso ablativo. O modo do vocativo é definido simplesmente como o término da ação estimulante (*actus exerciti*) da interjeição latina o “ó” em construções como *o Henrice* “Ó Henrique!”.

Portanto, em seu sistema de casos, ao estabelecer modos proporcionais no verbo, TE utiliza um paradigma *ut ipsum* (ou *ut alterum*) para os verbos que é proporcional ao paradigma *ut quod* dos nomes para a formalização de sua teoria do (GS XIX, 32). De maneira esquemática, essa formalização pode ser representada assim:

Modos Proporcionais aos Casos:	Substituições: <i>ipsum, ipsius/alterum, alterius, etc.</i> [o próprio, do próprio/o outro, do outro, etc.]
<i>Modo nominativo proportionatur in verbo modus</i> ⁸¹ [Para o modo nominativo é proporcional no verbo o modo	<i>ut ipsum est alterum.</i> enquanto “o próprio” é o outro.]
<i>Modo acusativo proportionatur in verbo modus</i> [Para o modo acusativo é proporcional no verbo o modo	<i>ut ad alterum vel modus verbi simpliciter.</i> enquanto “na direção do outro” ou o modo simples do verbo.]
<i>Modo genitivo proportionatur in verbo</i> ⁸² <i>modus</i> [Para o modo genitivo é proporcional no verbo o modo	<i>ut ipsum est alterius.</i> enquanto “o próprio” é do outro.]
<i>Modo dativo proportionatur in verbo modus</i> [Para o modo dativo é proporcional no verbo o modo	<i>ut ipsum est quod alteri datur.</i> enquanto “o próprio” é o que é dado ao outro.]
<i>Modo ablativo proportionatur modus dependentis sub modo</i> [Para o modo ablativo é proporcional um modo de depender sob o modo	<i>ut altero.</i> enquanto “em/sem/com/de/por outro.]
<i>Modo vocativo proportionatur modus</i> [Para o modo vocativo é proporcional o modo	<i>vocantis vel exercitantis in adverbio “o”</i> de chamar ou estimular no advérbio “ó”.]

QUADRO 7 - ESQUEMA DE SUBSTITUIÇÕES PROPORCIONAL

FONTE: GS XIX, 32-3

Eco assevera que a Idade Média herdou da Antiguidade a ideia de que a beleza equivale à proporção (*proportio*) entre as partes de um corpo. O mesmo autor afirma que essa foi uma das noções clássicas mais bem acolhidas pelo pensamento medieval (1989, p. 45-59). Segundo ele, a *proportio* é, na verdade, o princípio estético supremo para as letras, as artes e a filosofia durante todo o Medievo. Dada essa valorização da proporção no clima de opinião em que o modismo se inscreve, é apenas normal que a sintaxe da GS, e sua teoria do caso, sempre a busquem conscientemente. Um dos resultados dessa procura é o sentido de satisfação estética constatado por Bursill-Hall (1972, p. 73) no equilíbrio entre os modos da *compositio* e da *significatio*, que, segundo ele, é uma das contribuições mais originais do modismo para a história das ideias linguísticas.

⁸¹ As sentenças desta coluna são concluídas na coluna seguinte.

⁸² Como foi visto anteriormente, a sintaxe do caso da GS contempla construções sem verbos, mas o quadro acima, com exceção do vocativo, limita-se a construções de tipo “nome-verbo”.

4.2.2.3 As causas do discurso

Para completar sua discussão sobre sintaxe, TE empresta mais uma noção metafísica de Aristóteles: a das quatro causas ou princípios das coisas que existem. Aristóteles identifica quatro tipos de causas gerais para a existência atual das coisas: material, formal, eficiente e final (GS, XLV, 88-9). Para entender a ideia por trás dessa postulação de quatro causas gerais para a existência das coisas, basta um exemplo simples: ao esculpir uma estátua de mármore, um escultor necessita de uma quantidade de um determinado tipo de mármore (causa material), precisa ter em mente um plano de execução para sua obra (causa formal), tem de, efetivamente, fazer seu trabalho (causa eficiente) e, por fim, precisa ter uma motivação para produzir seu trabalho (causa final). TE utiliza o conceito desses quatro princípios para explicar os princípios gerais que permitem que uma construção seja gramatical e completa. Esses princípios, que são chamados de *principia construendi* (princípios de construir), são representados no quadro a seguir:

MATERIAL	<i>constructibilia</i> (construtíveis): pares de vocábulos com estatuto gramatical de partes do discurso.
FORMAL	<i>unio constructibilium</i> (combinação dos construtíveis): é a combinação dos modos de significar desses pares de partes do discurso.
EFICIENTE	(a) INTERNA: em que atuam os modos de significar relevantes das partes do discurso (seus modos de significar acidentais respectivos): o caso, o tempo, o gênero, o número, etc. (é a dimensão mecânica das relações). (b) EXTERNA: é a ação do intelecto humano que constrói as sentenças.
FINAL	é a enunciação de um julgamento: a expressão de um conceito composto/completo da mente (reduzível a uma proposição de tipo “sujeito + predicado”).

QUADRO 8 - AS CAUSAS DA CONSTRUÇÃO

FONTE: ROBINS, 1980, p. 238

Em sua sintaxe, TE identificou essas causas, ou princípios, como estágios de um processo lógico, linear e cumulativo: as causas formal e eficiente interna pressupõem a causa material, as causas eficiente externa e final pressupõem as causas formal e eficiente interna.

TE chama a causa material do discurso de construção (*constructio*) e a considera a primeira disposição (*passio*) do discurso. A *constructio* nada mais é que o emparelhamento de duas partes do discurso: um suposto (independente) e um aposto (dependente). Covington chama esse primeiro estágio de “pairing of words” (1984, p. 62). Essa construção simples, composta de um par de palavras, é pressuposta pelas outras causas, simplesmente porque não há discurso sem palavras. Todavia, duas palavras juntas não formam necessariamente uma construção gramatical: “*Sócrates correm”, por exemplo, é agramatical. Consequentemente, TE identifica uma segunda disposição (*passio*), que corresponde às causas formal e eficiente interna do discurso, a qual ele denomina gramaticalidade (*congruitas*). A gramaticalidade é o resultado da atuação mecânica dos modos de significar das partes do discurso, que precisam estar em conformidade (*conformitas*) para que a construção seja gramatical.

A completude (*perfectio*) é a última das três disposições (*passiones*) do discurso. A completude é constatada pela capacidade de uma construção transmitir um conceito completo da mente do emissor para a mente do interlocutor: [...] *signum perfectionis constructionis est generare perfectum sensum in animo auditoris* [...] “o sinal da completude da construção é gerar um sentido completo na mente do ouvinte” (GS LIV, 117). Esse sentido completo significa que o significado de uma construção completa precisa ser sempre, de alguma forma, verificável no mundo, i.e., deve afirmar ou negar algo (*quid*) sobre alguma coisa (*alterum*) no mundo. Covington (1984, p. 71), assevera a função comunicativa da completude como um diferencial explicativo da teoria modista e como um ponto de consenso entre os modistas:

One point on which all the Modistae agree is that the completeness of the sentence is defined by its ability to carry out its communicative function, which is to express a compound concept and thereby convey a complete thought to the hearer; that is, for them, the concept ‘complete sentence’ has a functional basis rather than being defined by an arbitrary formation rule like Chomsky’s $S \rightarrow NP VP$.

A exposição dessa base funcional para as construções sintáticas, que completa a descrição da sintaxe latina da GS, foi, sem dúvida, um dos objetivos do programa modista que TE perseguiu com sucesso.

4.2.3 A necessidade de uma ontologia realista moderada

De acordo com o que foi discutido até aqui, é possível concluir que a teoria sintática da GS é uma tentativa consciente de concordância com o aristotelismo medieval em sua busca de relações proporcionais que gerem organicidade para essa teoria. Ademais, pode-se afirmar que a sintaxe modista pressupõe uma ontologia conceitualista de viés realista. Uma das consequências da assunção dessa espécie de ontologia é que esse tipo de conceitualismo permite uma abordagem psicológica da linguagem: os modos de significar são entendidos como entidades reais da mente assim como os modos de ser são vistos como entidades reais do mundo.

Como conceitualista de viés realista e correspondentista estrito, TE vê a sintaxe de uma língua natural (o latim) como uma janela para o entendimento do funcionamento da mente humana e, ao mesmo tempo, para a compreensão dos modos de ser (universais) das propriedades do mundo, que são refletidos especularmente no intelecto por seus modos de serem entendidos. Como resultado disso, para TE e para os outros modistas, a gramática não é apenas uma propedêutica para o estudo da retórica, como parece propor Quintiliano. De fato, para os modistas, a gramática deve ser entendida como a *scientia sermonicalis* por excelência, a primeira das ciências do discurso, porque é somente através de uma compreensão adequada do funcionamento da linguagem que se podem fazer afirmações precisas sobre o intelecto, sobre o mundo e sobre a própria linguagem.

São exatamente essas pressuposições conceitualistas de viés realista do modismo que servirão de principal combustível para as pesadas críticas da parte do líder mais prestigiado de um grupo de estudiosos da linguagem que tinham pressupostos ontológicos opostos ao modismo: o nominalista Guilherme de Ockham. No séc. XIV, as críticas de nominalistas de prestígio como Ockham resultarão, em um período de tempo surpreendentemente breve, no fim da originalidade do modismo como movimento. Essas críticas serão discutidas na seção 5 deste trabalho. Antes disso, porém, é necessária uma breve introdução ao tipo de

argumentação conceitualista que pode ser encontrado na GS. Essa argumentação, embora não seja declaradamente antinominalista, deixa entrever uma necessidade de afirmação e defesa de assunções epistemológicas modistas fundamentais. Essa argumentação, claramente defensiva, é apresentada na subseção a seguir.

Como se viu nas subseções anteriores deste trabalho, o nome é a principal classe de palavras da GS, porque, de acordo com a ontologia modista, o nome é o tipo de palavra que mais corresponde às coisas reais ou concretas do mundo. Nesse sentido, na teoria modista, nomes substantivos parecem corresponder estritamente a substâncias concretas. Todavia, essa correspondência estrita entre nomes substantivos e entidades reais poderia representar um problema para a teoria modista na medida em que há nomes que, aparentemente, não denotam entidades reais: nomes como “ficção”, “nulidade”, “ninguém”, “negação”, “nada” não parecem fazer referência a qualquer coisa que pudesse ser classificada como uma substância, no sentido aristotélico, já que tais substâncias seriam simplesmente desprovidas de quaisquer acidentes ou qualidades reais. Uma vez que essas “substâncias” não possuem qualidades, que, na modística, equivalem a seus modos de ser (*modi essendi*), também não existiriam para elas modos ativos de entender, no intelecto (*modi intelligendi activi*), nem modos de significar (*modi significandi activi*) nas palavras. Ou seja, do ponto de vista nominalista pareceria que, de acordo com a teoria modista, nomes como “nada” e “ninguém” não representariam nada nem no pensamento nem no mundo, o que os colocaria fora da premissa modista de que deve haver necessariamente uma correspondência de tipo “mundo-mente-linguagem” para que haja um discurso significativo sobre o mundo.

A solução de TE para o problema teórico dos nomes aparentemente sem referência no mundo real foi modificar a definição de nome que a linguística da Idade Média havia herdado das gramáticas da Antiguidade tardia. Prisciano e Donato haviam definido o nome como a classe de palavras que denota uma substância com qualidade. De acordo com essa definição, um nome deveria corresponder a uma entidade ou a uma propriedade no mundo que possuísse alguma característica perceptível aos sentidos. Na nova definição de TE, entretanto, “substância” é substituída por “permanência” e “estado”, e “qualidade” é substituída por “apreensão determinada”. Pode parecer curioso para um leitor moderno, mas, na verdade, TE reinterpreta a definição de Prisciano e Donato como se essa reinterpretação fosse, na verdade, uma interpretação – aquilo que esses gramáticos queriam dizer

originalmente –, ao fazer isso, TE segue o princípio escolástico de não contradizer autoridades amplamente aceitas:

Hos modos significandi expresserunt grammatici antiqui in definitione nominis, cum dixerunt, nomen significare substantiam cum qualitate, dantes intelligere per significare substantiam, modum substantiae, qui est modus entis sumptus a proprietate rei, quae est proprietas habitus et permanentis, quae primo et principaliter in substantia reperitur; per qualitatem vero, modum qualitatis, qui est modus determinatae apprehensionis, sumptus a proprietate formae et qualitatis, qui est modus determinationis. Nomen ergo est pars orationis significans per modum entis, vel determinatae apprehensionis.

Os gramáticos antigos, em sua definição do nome, expressaram esses modos de significar ao declararem que o nome significa a substância com qualidade. Por “significar a substância”, eles dão a entender que o nome significa por meio do “modo de significar a substância”, que é o modo de um ente; tal modo é derivado da propriedade da coisa, que é a propriedade do estado e da permanência. De fato, a propriedade do estado e da permanência é encontrada primordialmente na substância. Por “com qualidade”, os gramáticos antigos dão a entender o modo da qualidade, que é o modo da apreensão determinada, derivado da propriedade da forma e da qualidade: um modo da determinação. O nome é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de um ente e da apreensão determinada. (GS VIII, 16).

De acordo com essa “nova” definição modista, um nome pode referir-se também a entidades possuidoras de uma existência apenas intramental. De fato, essa nova definição do nome permite pensar que todos os nomes referem-se a coisas que possuem permanência temporal, sejam elas intramentais ou parte do mundo extramental. Assim, trata-se de uma definição mais abrangente que a anterior.

Antes de apresentar essa reformulação da definição do nome, TE atacara especificamente o problema dos nomes das coisas que a filosofia medieval chamava de privações, como a “cegueira”, que era entendida como “a privação da visão”. TE dá a seguinte resposta àqueles que, segundo ele, consideram os modos de significar das privações como inexistentes:

luxta quod sciendum, quod licet privationes non sint entia positiva extra animam, sunt tamen entia positiva in anima, ut patet IV Met. Text 9, et sunt entia secundum animam; et quia eorum intelligi est eorum esse, ideo eorum modi intelligendi erunt eorum modi essendi. Unde nomina privationum, per suos modos significandi activos, non erunt consignificativa falsa, quia cum modi intelligendi privationum reducuntur ad modos intelligendi habitus (nam privatio non cognoscitur nisi per habitum), ideo modi essendi privationum tandem ad modos essendi habitus reducuntur.

[...] Além disso, é necessário saber que, embora as privações não sejam entes positivos fora da mente, são, todavia, entes positivos na mente. Isso fica claro no texto 9 do quarto livro da *Metafísica*.⁸³ São, portanto, entes mentais, e uma vez que ser entendido é o seu ser, o seu modo de entender será o seu modo de ser. Como resultado disso, os nomes das privações não serão cossignificativamente falsos por meio de seus modos de significar, porque, como os modos de entender das privações se reduzem aos modos de entender de características circunstanciais, os modos de ser das privações, igualmente (pois as privações não se conhecem a não ser por meio de características circunstanciais), serão reduzidos aos modos de ser dessas características circunstanciais. (GS II, 6).

Segundo TE, os nomes de privações e negações (“surdez” e “ninguém”, por exemplo) formam conjuntos de pares de conceitos que são logicamente contrários no contexto do mundo intramental: tudo/nada, visão/cegueira, alguém/ninguém, etc. Fora da mente, os contraditórios correspondentes a essas negações e privações formam pares como: não tudo/tudo, não visão/visão, não alguém/alguém. Embora a cegueira não exista como uma entidade do mundo, existe, apesar disso, no mundo extramental, um conjunto de circunstâncias que se somam para formar o contraditório da visão: a não visão. Para TE, se esse contraditório, a não visão, é constatável no mundo por meio de um conjunto de “propriedades” (as características da cegueira), então, o conjunto de modos de entender essas propriedades, na mente, corresponde a um conjunto de modos de ser intelectuais (psicológicos). Esses modos de ser do intelecto correspondem, precisamente, ao conjunto das características constatáveis da não visão. Logo, embora a cegueira, *stricto sensu*, exista apenas na mente como o contrário da visão, o seu contraditório, a não visão, tem propriedades constatáveis no mundo: *duo contradictoria extra animam sunt duo contraria secundum animam* (GS, VIII, 16) “duas coisas contraditórias fora da mente são duas coisas contrárias na mente”.⁸⁴

Fica claro, portanto, que TE atribui existência a entidades mentais que não representam dados positivos no mundo fora da mente: de fato, os modos de significar de “cegueira” referem-se a uma série de circunstâncias negativas

⁸³ *Metafísica* V, 1022b 23-1023a 7.

⁸⁴ Essa distinção entre contrários e contraditórios encontra-se na *Metafísica* 1018a 20-39. De acordo com a classificação dos termos da proposição da lógica aristotélica, na mente, “sábio” é o contrário de “insensato”. Fora da mente, tudo que não é idêntico a “sábio” é seu contraditório: o “não sábio”; assim, não só os insensatos, mas também as árvores, as pedras, os cavalos, etc. são “não sábios”. “Ninguém me ensinou a voar” é um exemplo clássico de sentença contraditória da lógica medieval, porque o sujeito “ninguém” pode ser reduzido a “não alguém” (LUCE, 1970, p. 21-3).

(privativas) relacionadas analogicamente à ausência de uma entidade positiva (a visão) e, conseqüentemente, dá-se o nome de “cegueira” a uma somatória de modos de entender que não correspondem a qualquer conjunto de propriedades positivas no mundo real. Apesar de sua inexistência empírica, de acordo com a teoria de TE, é só por meio desses modos de entender “não objetivos” (negativos/privativos) que o intelecto é capaz de conceber o conceito correspondente à não entidade “cegueira”, que é entendida como a ausência (a privação) da visão. Como consequência disso, pode-se dizer que TE atribui um tipo de existência psicológica real a classes de entidades apenas intramentais: as classes de entidades, ou conceitos, que são formadas por modos de coentender negativos (não objetivos), a saber, as classes das privações. Como resultado dessa inclusão de modos não objetivos no conjunto dos modos possíveis, pode-se concluir que a ontologia de TE inclui todos os modos de entender, tanto aqueles que correspondem diretamente a propriedades reais, no mundo, quanto aqueles que resultam em criações não mais que intramentais. Pode-se concluir também que essa atribuição de existência a entidades psicológicas comprova claramente que o conceitualismo (ou realismo moderado) é uma opção *sine qua non* feita pelo autor da GS.

A questão ontológica sobre a atribuição de algum tipo de existência a entidades abstratas tais como os modos de entender e os modos de significar da teoria de TE, foi muito importante no desenvolvimento da filosofia medieval. Nesse contexto, a entidade mais debatida foi aquilo que os escolásticos chamavam de universal.

De um modo geral, da perspectiva dos pensadores medievais, o universal é entendido como uma entidade mais genérica que os modos de entender e de significar dos modistas. As linhas mestras do debate sobre a natureza dos universais começam no séc. XI e, pode-se dizer, ultrapassam os limites da Escolástica medieval e estendem-se até os dias de hoje, por exemplo, na linguística, no debate entre aqueles que postulam uma gramática universal, e inata, e aqueles que defendem a língua como uma aptidão adquirida de maneira completa no convívio social.

Além da relevância para a história do pensamento, o debate medieval a respeito da natureza dos universais parece pertinente para um entendimento das diferenças teóricas que levaram um pensador como Guilherme de Ockham a criticar os pressupostos ontológicos da teoria modista: o contexto intelectual dessas críticas

encontra-se justamente no debate duradouro que a questão sobre a natureza dos universais suscitou na Idade Média. No que tange à filosofia medieval, tal debate costuma ser chamado de “a querela dos universais”: um confronto em que, grosso modo, nominalistas como Ockham contrapuseram-se a conceitualistas de viés realista como TE e Duns Scotus.⁸⁵ Portanto, para entender as razões das críticas de Ockham ao modismo é necessário saber o que a Escolástica entendia pelo termo “universal”, o que será feito, de maneira sucinta, no parágrafo a seguir.

De um modo geral, na filosofia da Idade Média,⁸⁶ um universal pode ser entendido como um conceito comum abstraído de um número de substâncias entendidas como possuidoras de uma forma comum. Os homens, por exemplo, são substâncias que podem ser entendidas como possuidoras de uma forma comum: há em Sócrates, Platão e Aristóteles algo que os faz homens e não árvores: sua forma específica comum. Além disso, os universais são conceitos que possuem aplicabilidade tanto geral quanto específica: um conceito de gênero, como “animal”, por exemplo, é aplicado tanto a “homem” em “O homem é um animal”, quanto a “ovelha” em “A ovelha é um animal”; já um conceito de diferença específica, como “racional”, por exemplo, é aplicado a “homem” para diferenciá-lo de “ovelha” em “O homem é um animal racional”.⁸⁷

Grosso modo, a pergunta sobre os universais recebeu três respostas na metafísica medieval: a realista, que atribui existência real aos universais; a realista moderada, que lhes atribui uma existência também mental; a nominalista, que lhes

⁸⁵ Para uma visão de conjunto das maneiras como os universais eram entendidos pela filosofia medieval, cf. Leite Junior (2001), que disserta sobre o problema dos universais em três autores pertencentes a momentos distintos do desenvolvimento da compreensão dos universais na Idade Média: Anício Boécio (ca. 480-525), Pedro Abelardo (1079-1142) e Guilherme de Ockham (ca. 1288-1348).

⁸⁶ O debate medieval sobre a natureza dos universais é rico e complexo. O resumo apresentado nesta introdução é, pois, grandemente limitado e não faz jus, nem de longe, a essa riqueza e complexidade: sua única intenção é a de tentar introduzir ao leitor a noção de universal na Idade Média e o debate que fora então fundado e que, de certa maneira, perdura até os dias de hoje, por exemplo, na discussão da natureza dos termos teóricos das teorias linguísticas. Para uma introdução incomparavelmente superior e mais completa do que esta à questão dos universais na Idade Média, o leitor é remetido ao livro de Alain De Libera (1990).

⁸⁷ Ou seja, os gêneros diferenciam-se em espécies por meio de diferenças específicas: no exemplo acima, “ovelha” e “homem” são espécies do gênero “animal” que podem ser diferenciadas entre si por meio de uma diferença específica da espécie “homem”: “racional”. A sistematização da distinção entre gênero, espécie e diferença específica foi feita por Porfírio (ca. 234-304 d.C.) em seu *Isagoge*. Uma tradução comentada do *Isagoge* foi feita recentemente para o inglês por Barnes (2003).

atribui uma existência apenas mental e é, pode-se dizer, um conceitualismo estrito. Essas três respostas representaram as três correntes gerais de pensamento ontológico na Idade Média: o realismo, o nominalismo e o realismo moderado (BORGES NETO; DASCAL, 2004, p. 39).

O ápice do debate medieval sobre a realidade dos universais começa no fim do séc. XIII e estende-se até o final do período da história da filosofia ocidental que é conhecido como a alta Escolástica (ca. 1150-1400). Nesse período, destacam-se alguns pensadores que estiveram no centro desse debate: Guilherme de Ockham, João Duns Scotus, Tomás de Erfurt, Boécio da Dácia, Siger de Courtrai e Radulfo Brito.

Ockham estudou a referência dos termos da proposição, na lógica, e sua resposta para a questão dos universais está em uma referência estrita entre termos e coisas. Segundo esse lógico inglês, se para cada termo da linguagem existir uma e somente uma coisa ou propriedade de uma coisa no mundo, o problema estará resolvido: “é o mesmíssimo o objeto do sentido e do intelecto” diz Ockham em seus *Quodlibeta Septem* (Ockham, 1979, p. 358). Para Ockham, portanto, o universal é simplesmente o nome ou conceito que se refere a uma coisa ou propriedade.

Para o realista moderado João Duns Scotus, existe uma classe de universais reais que independem do intelecto humano: “Platão [...] menciona no *Timeu* um exemplar fabricado e um não fabricado [...] o exemplar criado é a representação universal causada pela coisa; o exemplar incriado é a ideia na mente divina.” (SCOT, 1979, p. 247). Portanto, para Duns Scotus, os universais da mente divina são anteriores ao mundo⁸⁸ e, assim, existe ao menos uma classe de universais que antecede e independe do mundo para existir.

Como foi visto anteriormente, TE e os outros modistas resolveram o problema dos universais com uma classe de entidades mentais: os modos como o intelecto humano percebe (coentende) as propriedades das coisas do mundo.

⁸⁸ Grosso modo, o realismo de Duns Scotus pode ser definido como um platonismo cristão: os universais não fabricados são anteriores ao mundo por serem idéias na mente divina.

De acordo com o modismo, os universais da mente (os conceitos) são constituídos de conjuntos de modos reais com os quais o intelecto coentende as propriedades das coisas. Esses modos mentais são tão reais quanto os modos de ser (as propriedades) das coisas extramentais.

TE, tal como Duns Scotus, é um realista moderado: os modos de entender (*modi intelligendi*), que são as proposições universais do intelecto humano, têm, para ele, existência tão real quanto as propriedades universais das coisas fora da mente. Na verdade, essa existência é necessária: as disposições universais das coisas do mundo (*rationes essendi*) têm que existir realmente, no mundo, para que a sua correspondência com os modos de entender (*modi intelligendi*) seja verificável, i.e., para que os modos de entender e os conceitos que constituem não sejam meras ficções (*figmenta*) da mente humana.

Na seção a seguir, será feita uma reconstrução hipotética de uma análise ockhamista do nome “sábio” como parte da sentença “Sócrates é um sábio”, que se deseja contrapor à análise modista que foi exposta na seção 4.2, acima, de acordo com a qual “sábio” é classificado como um “nome comum adjetivo possessivo”. O objetivo de se fazer essa análise do adjetivo “sábio” nos termos da teoria nominalista de Ockham é demonstrar que, ao basear-se em assunções ontológicas opostas às da GS, o sistema do *Venerabilis Inceptor*⁸⁹ produz uma classificação de “sábio” que é muito diferente daquela inferível da classificação modista da seção 4.2. Mais importante que isso, essa reconstrução exemplifica a teoria da suposição de Ockham, com seus princípios de parcimônia ontológica, os quais, como se verá, operam como uma navalha obliterante contra os múltiplos modos mentais que, como se viu acima, são fundamentais para a teoria modista.

Em resumo, o exemplo de análise que é apresentado a seguir tenciona a demonstrar a incompatibilidade do modismo frente ao nominalismo ockhamista, pois tal incompatibilidade parece dar suporte a uma das hipóteses centrais deste trabalho: o amplo prestígio das ideias nominalistas no meio universitário medieval um fator considerável para a compreensão do fim abrupto da originalidade modista.

⁸⁹ Literalmente: “o Iniciante Venerável”. Ockham foi reconhecido como um lógico tão brilhante que recebeu permissão das autoridades eclesiásticas para lecionar nas faculdades de artes antes da obtenção do grau de mestre em teologia, o qual nunca haveria de obter.

5 O NOMINALISMO DE OCKHAM E O FIM DA ORIGINALIDADE MODISTA

As primeiras décadas do séc. XIV veem surgir uma nova fase na alta Escolástica, que se caracteriza pela supremacia do nominalismo nas universidades. Esse predomínio, da parte dos nominalistas, é obtido como resultado de uma luta acirrada contra os realistas, que representavam o pensamento escolástico tradicional do séc. XIII. O realismo do séc. XIV herdara suas linhas mestras de pensadores como Tomás de Aquino, Duns Scotus e Boaventura (ca. 1221-1274). Os nominalistas chamavam os seguidores desses pensadores da Escolástica clássica de *antiqui* (antigos) e a si mesmos de *moderni* (modernos). Boehner e Gilson confirmam que a ascensão do nominalismo foi rápida, mas difícil:

A 'via moderna' ou corrente dos 'nominales', que não se deve designar simplesmente como ockhamismo, não demorou em fixar-se definitivamente na universidade de Paris, bem como em quase todas as universidades da Europa. Sucedia, por vezes, que as próprias autoridades civis se intrometessem nas tempestuosas lutas entre as várias correntes, auxiliando ora uma ora outra a conquistar a supremacia absoluta, ou, pelo menos, a garantir-lhes a igualdade de direitos (1970, p. 553).

Além da combatividade, Boehner e Gilson também enfatizam a independência de pensamento dos nominalistas: “[...] a via moderna apresenta um maior número de pensadores independentes, que não se sentiam comprometidos com nenhuma tradição de escola” (1970, p. 553-4). Embora, como asseveram esses dois autores, o nominalismo do séc. XIV não deva ser confundido com o nominalismo ockhamista, Guilherme de Ockham, segundo Boehner e Gilson, foi “o impulsor decisivo” da via moderna do séc. XIV. O ponto crítico do debate de Ockham contra os realistas é sem dúvida a questão dos universais e boa parte do seu trabalho intelectual será na direção de provar a inexistência de entidades abstratas intervenientes entre o mundo e a mente.

Em sua *Ordinatio*, uma coleção de aulas de teologia dadas entre 1317 e 1319, Ockham fala da impossibilidade da existência de universais fora da mente, por ele chamados de naturezas. Para Ockham, a existência de universais ou naturezas implicaria em uma duplicação impossível da natureza dos indivíduos:

[...] pensam alguns que o universal está de algum modo [...] nos indivíduos, ainda que não distinto realmente deles, mas apenas formalmente. Dizem então que em Sócrates há uma natureza humana contraída a Sócrates por uma diferença individual, não distinta realmente dessa natureza, mas formalmente. Logo, a natureza e a diferença individual não são duas coisas, mas uma não é formalmente a outra.

Essa opinião, entretanto, me parece de todo improvável. Prova: Nas criaturas nunca pode haver alguma distinção [...] se as coisas não são distintas. Portanto, se entre esta natureza (o universal “humano”) e esta diferença (o indivíduo “Sócrates”) há uma distinção qualquer, precisa haver coisas realmente distintas. Provo a menor em forma silogística:

Esta natureza (“humano”) não se distingue formalmente desta natureza (“humano”);
 ora, esta diferença individual (“Sócrates”) distingue-se formalmente desta natureza (“humano”);
 logo, esta diferença individual (“Sócrates”) não é esta natureza (“humano”).
 (OCKHAM, 1979 [ca. 1317-9], p. 362-3)

Como consequência do silogismo acima, Ockham indica que uma coisa não pode ser comum e particular ao mesmo tempo:

Igualmente, a mesma coisa não é comum e própria; ora, conforme eles⁹⁰, a diferença individual é própria, mas o universal é comum, não sendo, portanto, a diferença individual comum; logo, nenhum universal é a mesma coisa que a diferença individual. (OCKHAM, 1979 [ca. 1317-9], p. 363)

Na verdade, para Ockham, o conceito universal ou natureza e o indivíduo são exatamente a mesma coisa: o universal só existe, linguisticamente, como um nome que se dá a uma classe de indivíduos e nada mais. Sendo assim, o nome de uma propriedade ou de um indivíduo não tem existência nenhuma separadamente do indivíduo ou da propriedade a que faz referência: “A diferença individual é realmente a natureza: portanto, a diferença individual é a natureza” (OCKHAM, 1979 [ca. 1317-9], p. 363).

Na *Ordinatio*, aquilo que os realistas chamam de universal é, para Ockham, um sinal (*signum*) mental que a mente fabrica a partir das semelhanças entre as coisas apreendidas pelos sentidos. Também na *Ordinatio*, Ockham denomina essa fabricação de *fictum* (representado), que é “uma cópia, isto é, uma duplicação (intelectual) da *res* (coisa) apreendida. Na mesma obra [...] afirma que o *fictum* é *quoddam idolum* (uma certa imagem) que espelha a realidade intuída” (SANTOS, 2005, p. 64). O verbo utilizado por Ockham para descrever a ação imitativa do intelecto frente à coisa no mundo é *fingere*, que, segundo o *Dicionário latino-*

⁹⁰ Esses “eles” a quem Ockham atribui essa duplicação das entidades são pensadores realistas e conceitualistas como TE e Duns Scotus.

português de Torrinha, tem, entre outras, estas duas acepções: “formar com qualquer substância plástica; representar” (1942, p. 337). De acordo com a primeira dessas acepções, que corresponde ao sentido de *fictum* na *Ordinatio*, um conceito pode ser entendido como uma representação de coisas do mundo, que é fabricada pelo intelecto que a molda a partir da substância da própria mente.

Se o posicionamento de Ockham frente aos universais, na *Ordinatio*, faz dele um conceitualista, fica claro que não se trata do mesmo conceitualismo de viés realista dos modistas: não se atribui qualquer realidade a entidades como os modos de ser (*modi essendi*), que são, na ontologia modista, as propriedades que manifestam os universais para o intelecto. Esses universais manifestos, ou formas, são, na verdade, as espécies inteligíveis da epistemologia realista do séc. XIII que o *Venerabilis inceptor* esforçava-se por refutar por meio de sua teoria da suposição.

Para Ockham não existem universais, ou espécies inteligíveis, no mundo ou fora dele, como defendem os realistas, mas apenas *signa* (sinais), na mente, que fazem referências a conjuntos de coisas e a propriedades de coisas fora da mente. Sendo assim, os modos de ser (*modi essendi*) – que são, na verdade, os constituintes dos universais e que precisam ter existência real para que as correspondências da teoria modista não se rompam – ficam completamente excluídos da ontologia de Ockham. Em uma obra posterior à *Ordinatio*, o posicionamento antirrealista de Ockham ficará bem estabelecido: *Hoc tamen apud me omnino certum est, quod nec passionem animae nec univesales sunt aliqua res extra animam et essentia rerum singularium* “Isto, entretanto, me é totalmente certo: nem as afecções da alma nem os universais são alguma coisa fora da alma ou essência de coisas singulares” (*Expositio in librum Perihermeneias Aristotelis* I, 10, 371).

De acordo com Boehner e Gilson (1970 [1954], p. 538-40), as ideias de Ockham com respeito à natureza do universal, na mente, como *fictum*, sofreram uma evolução em sua *Expositio in librum Perihermeneias Aristotelis* (*Exposição das Categorias de Aristóteles*), escrito entre 1321 e 1324. Na *Ordinatio*, Ockham considerara o universal como uma substância mental, como algo objetivo na mente. Na *Expositio*, porém, o pensador inglês passa a ver o universal apenas como um acidente ou qualidade da substância mental. Na verdade, nesse novo sentido, Ockham passa a ver o universal não como possuidor de uma existência objetiva, mas apenas subjetiva: é uma propriedade (acidente) cujo sujeito (substância) é a

mente. Na *Expositio*, o *fictum* passa a ser chamado de *conceptus*, que é entendido como aquilo que a mente concebe quando estimulada, ao longo do tempo, por coisas e/ou propriedades percebidas como semelhantes entre si pelos sentidos. O *conceptus* é, pois, uma representação ou imitação da semelhança entre esses estímulos. Além disso, ressalte-se que a existência do *conceptus* é apenas intelectual porque ele é uma qualidade, um acidente, da substância mental. Portanto, é uma memória de acidentes similares recorrentes, que a inteligência associa por suas semelhanças, que constitui um conceito: as muitas coisas brancas, ou brancuras, com que a mente se depara no mundo produzem o conceito a que se dá o nome “branco”, que é apenas o nome de todas as brancuras particulares com que o sentido da visão se deparou e foram recolhidas na memória. Com isso fica clara a definição que aparece na décima terceira questão das *Quodlibeta septem*, uma coleção de disputas da mesma época da *Expositio*: [...] *universale non est aliquid extra animam; et certum est quod non est nihil; igitur est aliquid in anima non objective [...] (sed) subjective, et per consequens est una qualitas mentis* “o universal não é algo fora da mente; certamente não é nada (= é alguma coisa); portanto, é algo na mente – não de um modo objetivo, mas subjetivo – por consequência, é uma qualidade da mente.”

Segundo Santos (2005, p. 67), para Ockham, há uma necessidade teológica para que os universais não sejam coisas objetivas, porque, se assim o fossem, seriam eternos, o que significaria que Deus não teria sido livre para criar o mundo, uma vez que os conceitos, que correspondem às coisas singulares e suas propriedades, seriam *ficta ab aeterno* (fabricados desde a eternidade). Como coeternas com Deus, as formas ou espécies inteligíveis, a que os conceitos corresponderiam, restringiriam a liberdade divina, já que essas ideias eternas, ou espécies inteligíveis, seriam coexistentes com Ele. Portanto, pode-se dizer que Ockham sente a necessidade de provar que os conceitos devem ser entendidos como qualidades/acidentes contingentes e não como substâncias autossubsistentes por motivações teológicas.

Na verdade, a liberdade divina é um tema que subjaz a boa parte do pensamento de Ockham como teólogo. A noção de uma liberdade divina irrestrita para criar o mundo, independente de ideias eternas, será muito influente no pensamento teológico a partir do séc. XIV. Influenciará, por exemplo, a doutrina sobre o livre arbítrio de um ex-aluno da Universidade de Erfurt: o agostiniano

Martinho Lutero. É certamente um assunto instigante, mas que ultrapassa de longe os limites deste trabalho.

A resistência de Ockham em atribuir objetividade a qualquer coisa que não possa ter um referente no mundo aponta para os princípios de parcimônia ontológica, que se constituem no que a tradição chamou de “a navalha de Ockham”. Parte da ideia encontra-se em uma das fontes dos trechos supracitados, a *Ordinatio*, onde há uma frase que dá a restrição desse princípio de parcimônia: *Nunquam ponenda est pluralitas sine necessitate* “a pluralidade nunca deve ser proposta sem necessidade”. Segundo Gilson (1998, p. 797-8), essa máxima, interpretada de acordo com o empirismo de Ockham, equivale aos dois princípios de parcimônia:

- 1) Só existem substâncias singulares e suas qualidades constatáveis.
- 2) Nada se acrescenta ao princípio anterior sem necessidade ([...] *non est ponendum sine necessitate* [...]).

Esses dois princípios empiristas estão sob a regência de um princípio supremo de economia ontológica: *Entia non sunt multiplicanda sine necessitate* “as entidades não devem ser multiplicadas sem necessidade”. Segundo Boehner e Gilson (1970 [1954], p. 539-40), coerente com esse princípio, Ockham entendeu que o *fictum* não poderia ser, *stricto sensu*, uma coisa singular objetiva:

[...] em atenção ao princípio de economia, que proíbe multiplicar as coisas além do estritamente necessário à explicação dos fatos, adotou a chamada teoria da inteligência (*intellectio*). Segundo essa teoria, o universal outra coisa não é senão o pensamento (real) pelo qual as coisas são pensadas; o universal é, pois, um acidente da alma [...]

Assim, da perspectiva ockhamista, o conceito, como acidente da alma (= da mente), só pode ser entendido como universal enquanto predicado universal: *tamen universalis per praedicationem non pro se sed pro rebus, quas significat* “todavia, é universal por predicação, não por causa de si mesmo, mas por causa das coisas (do mundo) a que se refere” (*Ordinatio*).

Na opinião de Ockham, os nomes das línguas naturais são representações convencionais, e muitas vezes imprecisas, dos conceitos mentais. Consequentemente, as palavras, faladas ou escritas, não refletem, de forma

necessária, nem as estruturas do pensamento nem, como resultado disso, a natureza do real. Nesse sentido, a correspondência que o nominalismo ockhamista defende é de tipo “mente-mundo”, não de tipo “mundo-intelecto-linguagem”.

Na verdade, as línguas naturais representam um problema para a teoria da suposição. Ockham entende que as expressões da língua natural são sinais falíveis que estão subordinados a conceitos mentais precisos sobre indivíduos e propriedades do mundo (COVINGTON, 1984, p. 123-4). Como resultado disso, na filosofia de Ockham, a linguagem cotidiana, ou língua natural, é considerada, no mínimo, confusa, e a única linguagem capaz de discorrer sobre o mundo de maneira clara e precisa é o discurso do pensamento, a saber: a lógica.

De acordo com Ockham e sua escola, não existem diferentes maneiras ou modos de ser nas coisas que sejam empiricamente observáveis nas palavras. Existem, na verdade: 1) coisas singulares; 2) propriedades dessas coisas singulares; 3) conceitos que remetem direta ou indiretamente a essas coisas e propriedades; 4) palavras, que são sons convencionais/sem significado intrínseco, cuja capacidade limita-se, na melhor das hipóteses, a sinalizar conceitos. Ademais, segundo Spade (2006, p. 100-17), o programa ockhamista reduz as dez categorias de Aristóteles a apenas duas: a substância e a qualidade, o que dispensa um correspondentismo estrito entre categorias, propriedades, modos, conceitos e palavras.

Portanto, para Ockham, uma palavra pode ser analisada em apenas duas partes: um som convencional e o significado desse som. Além disso, cada significado ou conceito pode ser referido a um indivíduo ou a uma propriedade de um indivíduo no mundo. Com relação aos modos de significar, essa compreensão nominalista da palavra tem duas consequências: 1) como o som, em si mesmo, não tem significado nenhum, ele não pode equivaler a nenhum modo de significar; 2) como o sentido (sinal) ou conceito refere-se diretamente a uma substância ou a uma propriedade de uma substância constatáveis no mundo, não há necessidade de nenhum modo de entender que intermedeie essas referências. Como, de acordo com a restrição ockhamista de parcimônia ontológica apresentada acima, nada se deve acrescentar sem necessidade ao primeiro princípio, logo, os modos de significar são, do ponto de vista da navalha de Ockham, supérfluos, e, assim sendo, podem ser descartados (COVINGTON, 1984, p. 120-2).

A figura abaixo é uma tentativa de interpretação da epistemologia de Ockham de acordo com a *Expositio*:

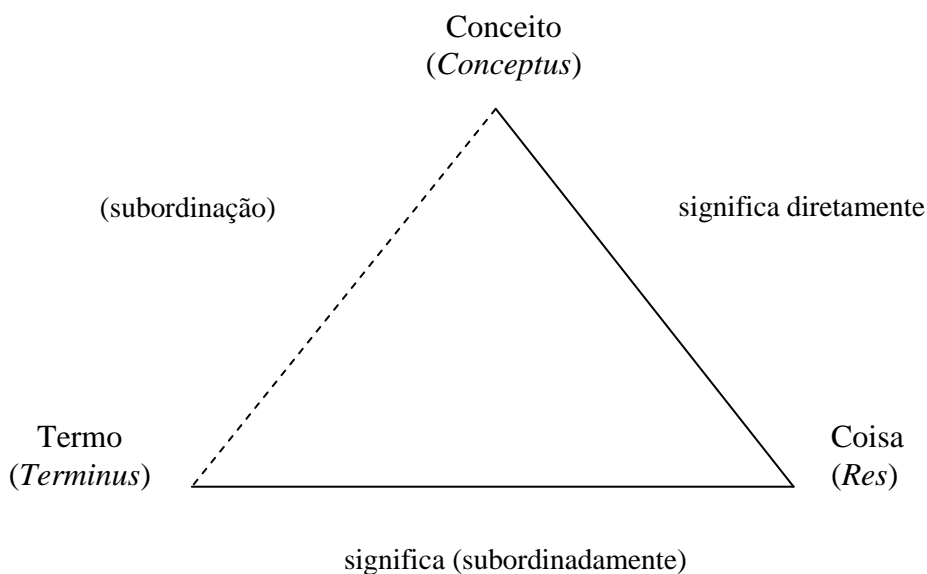


FIGURA 7 - O TRIÂNGULO DE OCKHAM

FONTE: ECO, 1989, p. 63

Na figura acima, o conceito faz referência direta à coisa, e/ou a suas propriedades, no mundo. Entenda-se que o conceito equivale, na mente, ao conhecimento abstrativo (*notitia abstrativa*) que resume um conjunto de conhecimentos intuitivos (*notitiae intuitivae*) que a memória armazenou a partir das apreensões particulares, pelos sentidos, de coisas ou propriedades semelhantes.

Na mesma figura, a palavra é o termo (*terminus*) conotativo ou denotativo que também faz uma referência direta à coisa, porém, esta referência é subordinada ao conceito. Como será visto a seguir, a imprecisão da referência das palavras das línguas naturais é evidência de sua subordinação aos conceitos.

Para se ter uma ideia de como Ockham interpretaria um nome como “sábio” e observar a diferença entre um tratamento ockhamista e a abordagem de TE, que foi vista na seção anterior, é necessário seguir os passos do que seria uma análise nominalista. Tal análise hipotética será feita, a seguir, no contexto de uma breve apresentação da evolução da teoria da referência nominalista: a teoria da suposição. Essa apresentação e a análise subsequente são introdutórias à teoria ockhamista e

baseiam-se essencialmente na apresentação da teoria da suposição feita por Alain de Libera (1990, p. 35-41).⁹¹

No séc. XIII, a lógica reconhecia quatro propriedades para os termos de uma sentença: 1) a significação – a capacidade de um termo evocar um conceito na mente – ; 2) a suposição – a capacidade de um termo categoremático⁹² de fazer referência a um indivíduo no mundo –; 3) a copulação – a função referencial de um termo categoremático dependente (adjetivo ou participio) que se liga a um termo categoremático independente –; 4) a apelação – a referência direta de um termo categoremático antecedido do pronome dêitico “este/a” a um indivíduo no mundo, i.e., sua função ostensiva: como em “este/esse/aquele é Sócrates” ou “este/esse/aquele é Platão” (PERLER, 1995, p. 139).

Para Ockham, a única propriedade dos termos que realmente pode ser utilizada em uma teoria de referência de condições de verdade (= na lógica) é a suposição. Entre os tipos de suposição,⁹³ Ockham aponta a suposição pessoal – que faz referência direta a uma e somente uma entidade predicável no mundo, como “Sócrates” – como única opção logicamente válida.

A suposição pessoal subdivide-se em uma díade: 1) suposição discreta e 2) suposição comum. Da suposição comum, por sua vez, derivam-se outros dois subtipos: a suposição determinada e a suposição indeterminada. As seguintes sentenças exemplificam cada uma desses três tipos de suposição:

- (25) Sócrates corre. (suposição discreta)
- (26) Um sábio corre. (suposição comum determinada)
- (27) O/Todo sábio corre. (suposição comum indeterminada)

Em (25), a referência ao indivíduo é direta. Em (27), a referência é a todos, a

⁹¹ Para uma discussão mais aprofundada dos tipos mais importantes de suposição reconhecidas pelos lógicos medievais cf. SPADE, 1982, p. 188-196.

⁹² Um termo categoremático é qualquer palavra que possa ser usada como núcleo do sujeito ou do predicado de uma proposição e que, isoladamente, signifique por si mesma (PERLER, 1995, p. 138).

⁹³ Segundo Alain de Libera, na Idade Média, três tipos de suposição eram tradicionalmente classificadas: 1) a suposição material, como em “‘Sá-bio’ é um dissílabo”; 2) a suposição simples, como em “‘sábio’ é uma espécie”; 3) a suposição pessoal, como em “Sócrates é ‘sábio’” (DE LIBERA, 1990, p. 38-9).

cada um e a quaisquer indivíduos corredores. Em (26), a referência é a um indivíduo de um grupo de indivíduos que parecem possuir propriedades semelhantes: “serem corredores”. Nesse sentido, (26) equivale a “um entre os sábios corre”. Como se verá nos parágrafos a seguir, a atribuição do nome “sábio” a propriedades semelhantes, embora aparentemente inevitável do ponto de vista da língua natural, é arbitrária da perspectiva de um nominalismo estrito.

Note-se que, com a suposição comum indeterminada (27), tenta-se fazer a distribuição do nome comum “sábio” a todos os corredores singulares, evitando-se, assim, completamente o universal. De fato, essa subdivisão da suposição pessoal tem como função ir exaustivamente dos termos (nomes que fazem referência) aos referentes em si.

Que tipo de referência teria um termo como “sábio” no quadro da teoria da suposição? No empirismo ockhamista, uma proposição afirmativa singular é verdadeira se e somente se o sujeito e o predicado dessa proposição referem-se à mesma coisa no mundo. Por exemplo, na sentença:

(1.2) Sócrates é um sábio.

O nome “Sócrates” corresponde a um termo categoremático absoluto, porque se refere a uma substância real: Sócrates. Nessa mesma sentença, (1.2), o nome “sábio” corresponde a um termo categoremático conotativo, porque, embora refira-se a Sócrates de maneira primária, também conota, i.e., refere-se de maneira secundária, a uma propriedade de Sócrates, que parece, aos sentidos, ser semelhante a propriedades que outros indivíduos parecem possuir. A partir das semelhanças sensíveis entre essas propriedades, impõe-se às substâncias que as possuem um nome arbitrário: “sábio”.

Do ponto de vista nominalista, em (1.2), “sábio” é um nome que se refere a uma e somente uma substância real, de maneira primária, e a um e somente um acidente ou propriedade real, ou qualidade inerente a esta substância particular, de maneira secundária. A sabedoria de Sócrates não é a mesma que a de Platão ou a de Aristóteles. O empiricismo ockhamista reside justamente em sua ênfase na existência de coisas irrepetíveis e de suas propriedades absolutamente particulares. Nesse sentido, a propriedade “ser um sábio”, em (1.2), não pode ser compartilhada, porque é inerente à substância “Sócrates” e não subsiste sem ela. Assim, “sábio”,

em (1.2), não se refere a uma qualidade universal separada ou compartilhável, mas única e exclusivamente a uma qualidade irrepitível e empiricamente constatável de um único indivíduo no mundo: Sócrates. Portanto, da perspectiva de um ockhamismo estrito, entender (1.2) como referindo-se a Sócrates como “um sábio entre outros sábios” é um entendimento inexato da sabedoria do mestre de Platão. Para o nominalismo de Ockham, esse tipo de inexatidão aponta para a limitação das línguas naturais: em “mentalês”, e no mundo real, a sabedoria e todas as outras propriedades reais são inseparáveis das substâncias singulares constatáveis de que se predicam. Nesse sentido, em (1.2), o “um” de “um sábio” quantifica uma propriedade como inerente a uma substância numericamente una e indivisível.

Em resumo, de acordo com uma leitura estrita da teoria da referência ockhamista, o termo categoremático conotativo “sábio” em (1.2) tem suposição determinada ao atribuir a propriedade “ser um sábio” a um determinado indivíduo no mundo: Sócrates.

Segundo essa interpretação da teoria da suposição, as classificações dos termos “Sócrates” e “um sábio”, em (1.2), podem ser encontradas no seguinte diagrama:

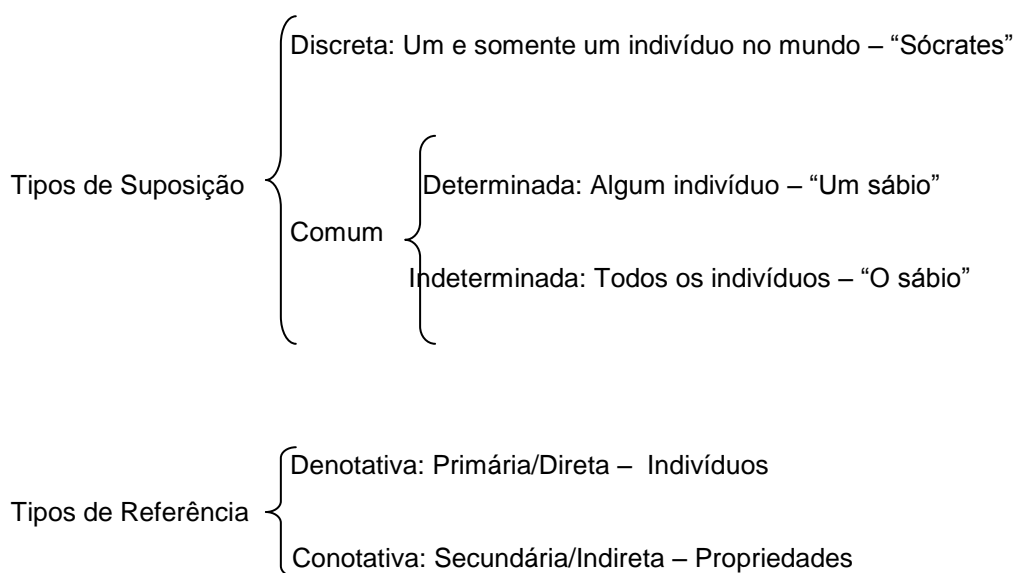


DIAGRAMA 11 - TIPOS DE SUPOSIÇÃO E DE REFERÊNCIA

FONTE: DE LIBERA, 1990, p. 35-45

Portanto, segundo a teoria da suposição dos termos da proposição de Ockham, como esquematizada no diagrama acima, o adjetivo “sábio”, em (1.2), é um “termo categoremático conotativo de suposição comum determinada”.

Como observou Covington (1984, p. 123-4), para o nominalismo de Ockham, não há uma correspondência necessária ou precisa entre língua natural, cognição e mundo: o traço gramatical de gênero, por exemplo – diferentemente do traço de número – é desnecessário na teoria da referência dos termos de Ockham, porque o gênero não tem nenhuma função na satisfação do valor de verdade das proposições nessa teoria (COVINGTON, 1984, p. 123). Nesse sentido, uma sentença gramatical como:

(1.3) Sócrates é um sábio.

Tem o mesmo valor de verdade para a teoria da suposição de Ockham que a sentença, que seria agramatical em português, mas não em latim ou em inglês médio:

(28) * Sócrates é uma sábia.

Coerente com sua ontologia, Ockham, em sua *Summa logicae*, explica que há nomes adjetivos das línguas naturais, como os encontrados em (1.3) e (28), que, além de serem convenções arbitrárias, referem-se ao mesmo termo de uma proposição mental, porque qualidades como “ter sabedoria” prescindem de um traço de gênero para serem entendidas.⁹⁴ A lógica do Cálculo de Predicados de Primeira Ordem parece dar respaldo a esse entendimento de Ockham, pois tanto (1.3) quanto (28) podem ser instâncias da mesma forma lógica:

(29) Sx ⁹⁵

⁹⁴ O fato de Guilherme de Ockham ter sido provavelmente falante nativo do inglês médio, em que não há traço morfológico de gênero para a maioria dos adjetivos, talvez possa ter servido de confirmação intuitiva em uma constatação teórica como essa. Além disso, em latim (a segunda língua de Ockham), *sapiens* pode ser de gênero masculino, feminino ou neutro.

⁹⁵ Nessa forma lógica, uma constante “s”, que pode representar o termo “Sócrates”, pode preencher a variável “x” do predicado de um lugar “Sx”. Pode-se pensar então em uma fórmula atômica de tipo “Ss” em que: “s” = “Sócrates” e “S” = “é um sábio”. O fato do predicado de um lugar “Sx” da fórmula “Ss” ser escrito, em língua natural, como “sábio”, *sapiens* ou *wise* não altera em nada o sentido formal de “Sx” como funtor de uma só valência ou predicado de um só lugar. Em “mentalês”, (28) é perfeitamente aceitável.

O preenchimento do predicado “Sx” em (29), de fato, não depende de um traço gramatical de gênero. Além disso, a teoria da suposição de Ockham parece antecipar um princípio básico do cálculo de predicados da lógica clássica das primeiras décadas do séc. XX: o sentido de um predicado é preenchível pelo sentido de um argumento.

De acordo com o primeiro princípio de parcimônia empirista de Ockham, o predicado “S” e a variável “x” em (29) devem possuir alguma referência empírica: alguém que possua a propriedade particular “ser um sábio”, i.e., um sábio singular no mundo. A ênfase empírica da lógica de Ockham tem soluções originais para o problema de entidades atualmente inexistentes, ou porque já não existem ou porque ainda existirão, ou porque são meras ficções. Assim, a teoria da suposição reconhece que os referentes dos termos de uma proposição podem não existir seja porque deixaram de existir (como Sócrates) seja porque são ficcionais (como a quimera) ou futuros, como aqueles que ainda não nasceram. Entretanto, as soluções que a teoria da suposição dá para o problema da referência desses inexistentes não serão exploradas aqui, uma vez que isso não seria essencial para esta discussão, que deseja meramente introduzir o leitor às consequências interpretativas das diferentes opções ontológicas do realismo de TE frente ao conceitualismo nominalista de Ockham.

O argumento de Ockham pela equivalência entre (1.3) e (28) oferece um contraexemplo interessante a propósito do traço de gênero na GS, porque TE não parece ter tido êxito em dar uma explicação semântica convincente sobre o gênero dos nomes e pronomes do latim em seu capítulo sobre o gênero dos nomes. Na verdade, do ponto de vista empirista do nominalismo de Ockham, as explicações de TE sobre o gênero são completamente inadequadas. Isso porque o melhor que TE pôde fazer no sentido de uma explicação do traço de “gênero” foi tentar aplicar a distinção aristotélica “ato-potência” para dar conta de todos os nomes do latim. Ao aplicar essa distinção, TE define o gênero feminino assim: *Genus foemininum est modus significandi rem sub proprietate patientis, ut petra, mulier* “O gênero feminino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do paciente, como *petra* (“rocha”), *mulier* (“mulher”)” (GS XVI, 27). A leitura dessa definição não deixa claro qual seria “a propriedade do sofrer uma ação” análoga entre *petra*, pedra, e *mulier*, mulher, que fosse visível nessas palavras e correspondesse à propriedade “ter a

propriedade de sofrer uma ação” empiricamente observável no mundo. De acordo com a teoria de TE, só uma correspondência como essa, entre o formato da palavra, seu sentido, modos de cossignificar, e uma propriedade do mundo justificaria semanticamente o gênero feminino, porque a correspondência estrita “mundo-intelecto-linguagem” é um pressuposto fundamental da teoria modista.

O problema é que, mesmo do ponto de vista da gramática latina tradicional, tal correspondência fica sem respaldo. Isso verifica-se por meio de um exemplo simples como:

(30) *Vir percutitur a muliere.*
[O homem é espancado pela mulher.]

Em (30), uma sentença na voz passiva em latim, “homem” (*vir*) é o paciente e “mulher” (*mulier*) o agente da ação verbal. Ora, sentenças como (29) invalidam a correspondência que TE tenta fazer entre a marcação de gênero em latim e uma propriedade real do mundo. Outra comprovação intuitiva da falta de validade da teoria do gênero de TE é o fato de sinônimos poderem ser de gêneros diferentes, como *lapis*, “pedra” e *petra*, “pedra”, em latim.

Como a associação feita por TE entre os modos de entender e de significar do gênero em “pedra” e “mulher” e a propriedade do mundo “ter a propriedade de sofrer uma ação” realmente não se sustenta do ponto de vista empírico ou lógico, a teoria modista do gênero da GS, fica, na verdade, muito aquém das exigências da parcimoniosa navalha de Ockham.

Ockham não admitia a realidade de entidades abstratas objetivas de quaisquer tipos e uma boa parte de seu trabalho intelectual, como lógico, foi dedicada a encontrar os modos de referência dos termos de proposições de difícil vínculo com a realidade perceptível pelos sentidos (PANACCIO, 2000, p. 66)⁹⁶. Um exemplo é a proposição:

(31) O sábio é a mais digna das criaturas.

⁹⁶ Segundo Spade (2006, p. 108), Ockham não nega qualquer tipo de existência a realidades abstratas. Por exemplo, com relação às expressões em língua natural que indicam posições espaciais: “aqui”, “ali”, “ao lado de”, “atrás”, etc., o escolástico inglês negaria apenas que essas expressões referem-se a coisas, o que, em termos ockhamistas, é apenas a negação de que essas realidades sejam referenciadas por termos categoremáticos absolutos (denotativos).

Os oponentes realistas de Ockham citariam sentenças como (31) como evidência de que termos como “o sábio” não podem fazer referência a qualquer entidade constatável por meio dos sentidos, já que a suposição indeterminada em (31) afirma que todos os sábios são a mais digna das criaturas. Segue-se que, uma vez que não se pode fazer referência a um único sábio específico (suposição determinada), “o sábio”, em (31), deve referir-se a uma entidade extramundana. Em outras palavras, “a mais digna das criaturas”, em (31), não possuiria, segundo os realistas, um referente no universo das coisas constatáveis. Além disso, de acordo com o realismo, mesmo que se suponha a realidade apenas mental do sujeito de (31), não se resolve o problema, porque, em:

(32) x é a mais digna das criaturas.

é igualmente impossível encontrar um referente mental para “x” (x = o sábio). Logo, para um realista, a única solução seria pensar que “o sábio” em (31) é uma “natureza comum”, um universal, que existe fora da mente e do mundo da mesma forma que existem conceitos na mente e sábios singulares no mundo. Na verdade, nesse sentido, “o sábio”, em (31), equivaleria à própria “sabedoria” – uma entidade abstrata, porém real, porque não pode haver nada mais sábio do que a própria sabedoria, i.e., a sabedoria em sua essência.

Ockham não admite os universais ou naturezas comuns, fora da mente, em sua ontologia, por isso, em primeiro lugar, ele afirma que sentenças como (31) são literalmente falsas porque são inverificáveis no mundo: não há nenhum tipo de suposição que referencie empiricamente os sujeitos dessas sentenças. Em segundo lugar, ele propõe que, em sentido não literal (figurado), (31) pode ser aceita como verificável, caso ela seja reinterpretada com uma restrição quantificada do tipo:

(33) Qualquer sábio é uma criatura mais digna que qualquer criatura que não seja um sábio/ que seja um não sábio.

Segundo Ockham, em (33) não é necessário pressupor a existência de um universal ou natureza comum, porque é possível separarem-se as referências ao conjunto de todos os sábios e ao conjunto de todos os não sábios. Essa separação

de referências, na verdade, está fundamentada em uma distinção da linguagem da mente (da lógica): “o sábio” e o “não sábio” representam conceitualmente dois conjuntos contraditórios no mundo.

Como foi visto anteriormente, Duns Scotus, assim como TE e os modistas, propunham diferentes modos de significar para explicar a existência de díades como “sábio” e “sabedoria”. Para Duns Scotus “sábio” e “sabedoria” indicavam substâncias diferentes no mundo e isso poderia ser comprovado pelo fato de ambas essas palavras poderem funcionar como sujeitos de sentenças. Ockham afirma que esse é apenas outro exemplo de diferença superficial imposta pelas línguas naturais: em suas formas superficiais, ou convencionais, *sapiens* e *sapientia* diferem nas terminações de seus radicais: *sapient-s*, *sapient-ia* e equivalem, aparentemente, a duas substâncias diferentes no mundo (mental ou real). Todavia, segundo Ockham, essa diferença entre dois vocábulos do latim não é a mesma na linguagem da mente: em “mentalês”, “sabedoria” e “sábio” referem-se, respectivamente, a uma qualidade particular e a uma substância singular que possui essa qualidade. Portanto, esses nomes, de uma qualidade e de substância, são referenciáveis no mundo em uma mesma substância singular concreta. De fato, na teoria da referência dos termos de Ockham, se uma palavra não for, de algum modo, empiricamente referenciável, ela não significará, pelo menos literalmente, nada e, portanto, não será um termo de uma proposição válida.

Curiosamente, em “mentalês”, uma sentença como:

(2.1) ? Sócrates é uma humanidade.

é aceitável, porque, “humanidade”, em (2.1), da perspectiva ockhamista, corresponde a uma qualidade particular de uma substância singular no mundo, a saber: a humanidade (= “ser homem”) de Sócrates. Nesse sentido, em (2.1), tanto “humanidade” é sinônimo de “homem” quanto “Sócrates é um homem” é equivalente a (2.1). Isso é possível porque, na linguagem mental postulada pelo nominalismo de Ockham, “homem” e “humanidade”, em (2.1), fazem referência à mesma substância no mundo: Sócrates. Ou seja, “homem” e “humanidade” são dois nomes de uma língua natural para o mesmo termo categoremático conotativo/secundário do “mentalês”. Ressalte-se que (2.1) não é aceitável do ponto de vista modista, porque, de acordo com um realismo moderado semelhante ao de Duns Scotus,

“humanidade”, que é uma natureza comum ou um universal, não pode corresponder a uma entidade singular no mundo e, conseqüentemente, *homo* e *humanitas* não podem ser sinônimos do ponto de vista de seus modos de significar.

Não é difícil perceber que a teoria da referência dos termos das proposições coloca em cheque o sentido de grande número de palavras do léxico e de distinções das gramáticas de línguas naturais – a supracitada distinção de gênero, por exemplo.

Na verdade, Ockham nega absolutamente uma correspondência unívoca de tipo “mundo-intelecto-língua natural” em sua teoria. Embora a metafísica de Ockham também seja correspondentista, sua correspondência é estritamente entre os termos e proposições do “mentalês” e as substâncias singulares e suas qualidades constatáveis, direta ou indiretamente, no mundo.

Apesar de excluir de sua ontologia todas as categorias aristotélicas com exceção da substância e da qualidade, Ockham, curiosamente, admite o uso da expressão “modos de significar” em sentido metafórico:

[...] modi significandi non sunt aliquae res additae ipsis dictionibus, advenientes eis, sed est metaphorica locutio, dicendo quod dictiones habent diversos modos significandi, quia per talem orationem intelligitur ista oratio, ‘diversae dictiones diversimode significant illa quae significant.’

[...] modos de significar não são coisas que se acrescentam às próprias palavras, que lhes sobrevêm, mas dizer que as palavras têm diversos modos de significar é uma maneira de falar metafórica, porque, por tal sentença entende-se esta: ‘diferentes palavras significam de maneiras distintas o que significam.’ (*Summa logicae* III, 4,10)

O excerto acima demonstra claramente a incompatibilidade entre o modismo e o nominalismo a partir da diferença entre suas assunções ontológicas fundamentais: para o nominalismo de Ockham, os modos de ser, de entender e de significar não precisam ser postulados.

Apesar de seu sucesso nas três últimas décadas do séc. XIII na Universidade de Paris, o modismo provavelmente deixou de ser estudado e desenvolvido de maneira privilegiada pela intelectualidade europeia a partir das primeiras décadas do séc. XIV em virtude do sucesso das depreciações da ideia de entidades objetivas

e/ou do pensamento, como os modos de ser, de entender e de significar. Como se viu acima, a argumentação contrária à atribuição de existência objetiva para essas entidades veio da parte do nominalista de provavelmente maior prestígio na primeira metade do séc. XIV: Guilherme de Ockham. Essas críticas constam nos escritos lógicos de Ockham como, por exemplo, em sua *Summa logicae* (ca. 1323), que é, até os dias de hoje, um texto muito importante do ponto de vista da história da lógica.

A incompatibilidade entre os pressupostos ontológicos do nominalismo e do modismo permite concluir que o grande prestígio e influência, até mesmo política⁹⁷, de Ockham na intelectualidade europeia contribuiu consideravelmente para fazer com que todo o edifício modista, como empreendimento produtivo, viesse rapidamente abaixo logo nas primeiras décadas do séc. XIV.

De fato, a partir da segunda metade do séc. XIV, as falhas explicativas da teoria modista, das quais a definição do gênero feminino dos nomes é um exemplo, passaram a servir de combustível para as críticas dos nominalistas. Tudo indica que o teor destrutivo dessas críticas determinou o estabelecimento da descontinuidade de pesquisas em linguagem natural com o uso do paradigma modista no final da Idade Média. De fato, o estudo da referência dos termos da proposição por meio da teoria da suposição tornou-se rapidamente o instrumental teórico hegemônico dos estudos da linguagem a partir das primeiras décadas do séc. XIV (COVINGTON, 1984, p. 125-6).

Um exemplo claro das críticas nominalistas contra a modística foi o debate que ocorreu em Erfurt, possivelmente em 1332, presidido pelo nominalista Johannes Aurifaber, que utilizou o princípio de parcimônia ontológica, e a tese de que palavras são representações arbitrárias de conceitos, para refutar a teoria dos modos (COVINGTON, 1984, p. 121).

⁹⁷ Em sua época, Ockham foi um destacado polemista não só nos estudos da linguagem, mas também em teologia e política. Há escritos de Ockham em que este defende a autoridade do sacro-imperador contra a do papa.

Na época desse debate, o nominalismo já parece ser hegemônico em Erfurt, pois, até onde se conhece da literatura primária e secundária sobre o modismo, não há registros de uma contra-argumentação modista com relação às críticas de Aurifaber nessa ocasião ou imediatamente depois dela.

Como se disse acima, a Escolástica nominalista do séc. XIV tem a linguagem mental, ou lógica, e não as línguas naturais, faladas ou escritas, como seu objeto exclusivo de estudo. Na verdade, uma das metas do programa nominalista é a purificação do entendimento da linguagem mental de quaisquer dos traços enganosos das línguas naturais. Nesse sentido, a teoria da suposição pode ser entendida como uma busca de um discurso genuinamente científico sobre o mundo. Nesse intuito, os nominalistas do séc. XIV concentraram seus esforços exclusivamente na pesquisa dos processos cognitivos formalizáveis e, em consequência disso, passaram a ver a gramática do latim como uma simples propedêutica da lógica e da retórica. Sendo assim, os nominalistas refutaram, por princípio, o entendimento da gramática das línguas naturais como uma *scientia* aristotélica. De fato, segundo Covington (1984, p. 125), de um modo geral, a Escolástica da primeira metade do séc. XIV percebeu que uma compreensão da sintaxe das línguas naturais não a conduziria a seu novo objetivo, que era o de obter um entendimento cada vez mais depurado dos processos cognitivos.

O entendimento da gramática como *scientia sermonicalis* (ciência do discurso) fora o principal pressuposto da teoria modista e esse entendimento passara a ser posto em cheque pela teoria da suposição nominalista. Aparentemente, as teses nominalistas foram mais bem aceitas pela comunidade acadêmica e não houve uma reação suficientemente forte da parte dos modistas. Provavelmente em virtude da diminuição radical do interesse dos estudiosos da linguagem pela modística, a teoria dos modos sofreu um processo de descontinuidade como programa de pesquisa linguística original logo nas primeiras décadas do séc. XIV. Embora os detalhes de como se deu esse abandono exigiriam estudos mais aprofundados do que as delimitações deste trabalho permitem, pode-se dizer, de acordo com a bibliografia sobre o modismo aqui considerada, que não há ideias modistas originais depois do surgimento da GS, ou seja, a partir de 1310. Também pode-se dizer, com base na mesma bibliografia, que os estudos nominalistas sobre a cognição e, concomitante a eles, os estudos filológicos humanistas concentram a maior parte das atenções da

comunidade intelectual da Europa pelos dois séculos que se seguiram ao aparecimento da GS.

6 A AURORA DO HUMANISMO: A FORÇA E A SUAVIDADE DAS PALAVRAS

Pensar a gramática como um conjunto de regras regidas por princípios universais ou naturais parece ser o ponto chave para o entendimento da diferença entre o pensamento linguístico modista e o humanista. O proto-humanismo tinha um ponto de vista aparentemente oposto aos dos modistas com relação à possibilidade da estabilização do conhecimento sobre uma língua por meio de regras universais ou naturais.

Logo no início da GS, há uma menção aos princípios diretores da gramática como *scientia speculativa*, i.e., como a ciência aristotélica da linguagem:

Quoniam quidem intelligere et scire contingit in omni scientia ex cognitione principiorum, ut scribitur I Physicorum, Text Comment 1, nos ergo, volentes habere scientiae Grammaticae notitiam, circa omnia eius principia, cuius modi sunt Modi significandi, per se primo oportet insistere. Sed antequam eorum inquiratur notitia in speciali, praemittenda sunt quaedam in generali, sine quibus plenarius ipsorum intellectus haberi non potest.

Visto que em toda ciência saber e entender relacionam-se com o conhecimento de princípios, como está escrito no primeiro livro e no comentário da *Física* de Aristóteles,⁹⁸ é oportuno para nós, desejosos de conhecer a ciência da gramática, determo-nos em todos os seus princípios, cujos modos são os modos de significar. Mas, antes de inquirirmos pelo seu conhecimento específico, é necessário nos remetermos a certas de suas noções gerais, sem as quais não se pode obter seu entendimento pleno (GS, I, 1).

No primeiro capítulo do livro I da *Física* (I, 184a 11-12), Aristóteles chama esses princípios de causas ou elementos (*arkhaí, aitíai* ou *stoikheîa*), cujo entendimento permite que uma ciência constitua-se no conhecimento de um assunto. Nos *Primeiros analíticos*, Aristóteles analisa as regras formais do silogismo, cuja forma

⁹⁸ Cf. *Física* I, 184a 10-15.

mais acabada é, segundo ele, o silogismo categórico⁹⁹ ou universal em oposição ao silogismo hipotético ou particular, que não se ampara em certezas, mas em suposições. A demonstração científica aristotélica é silogística e sempre dedutiva: parte de princípios ou causas primeiras (*arkhaí, aitíai, stoikheía*) para explicar casos/efeitos particulares. Nesse sentido, a demonstração modista é científica, do ponto de vista aristotélico, porque parte de princípios tidos como autoevidentes e universais, os modos de significar, para explicar todos os efeitos particulares da linguagem.

Como se viu anteriormente (cf. nota 22), no séc. XIII, os medievais distinguem entre *philosophia* e *scientia*. Para os modistas, a gramática é uma *scientia* e não uma *philosophia* porque sua análise da língua parte de um conjunto de postulados (ou causas, na linguagem aristotélica) que são preestabelecidos pela *philosophia*. Por isso, na GS não se explicam os princípios ou propriedades físicas ou categorias metafísicas de que se derivam os princípios da gramática, que são os modos de significar, antes fica bem claro que a explicação dessas propriedades ou categorias, ou modos, não é tarefa do gramático, mas sim do filósofo:

[...] rationes consignificandi active, seu modi significandi activi, per se et primo ad grammaticam pertinent, tanquam principia considerata in grammatica. Sed rationes consignificandi passivae, seu modi significandi passivi, ad grammaticam non pertinent, nisi per accidens, quia non sunt principium partis orationis, nec formale, nec efficiens, cum sint rerum proprietates [...].

[...] as disposições de cossignificar ativamente ou os modos de cossignificar ativos, em si mesmos e primeiramente, pertencem ao estudo da gramática enquanto princípios considerados na gramática. Mas as disposições de ser cossignificado passivas ou os modos de ser cossignificado passivos não

⁹⁹ O exemplo clássico de silogismo categórico é o famoso: “Todo homem é mortal. Sócrates é homem; logo, Sócrates é mortal”. No silogismo categórico, a conclusão é deduzida a partir de uma premissa universal: um caso particular é entendido a partir de uma constatação geral. Em contraposição, os silogismos hipotéticos são normalmente condicionais: “Se Sócrates corre, ele se move. Ora, Sócrates corre; logo, ele se move.”. Os estoicos, que eram empiricistas, haveriam de desenvolver suas pesquisas no sentido de entender as condições de verificabilidade dos silogismos hipotéticos (BASTOS; OLIVEIRA, 2010). Aristóteles, porém, em seus *Primeiros analíticos*, considerou o silogismo hipotético como inacabado/incompleto/imperfeito (I, 24b 23-27). Para Aristóteles, em um silogismo categórico só é possível ir do universal ao particular, porque o particular está potencialmente contido no universal por meio de um termo médio: Sócrates faz parte do conjunto dos homens e estes fazem parte do conjunto dos mortais (mortal é o termo médio que liga o universal “homem” ao particular “Sócrates”). Já em um silogismo hipotético, a conclusão condicional já está na premissa “Se Sócrates corre, Sócrates se move” e, por isso, não há nenhuma conclusão a ser tirada sem que antes se comprove essa afirmação condicional (hipotética) por meio de uma outra categórica ou universal: “Tudo o que corre, se move. Ora, Sócrates corre; logo, ele se move.” (GARDEIL, 1967, p. 132).

pertencem ao estudo da gramática, a não ser acidentalmente, porque não se constituem em princípio de parte de discurso, seja de maneira formal (potencial) seja eficiente, mas representam as propriedades das coisas (GS I, 3).

Em suas *Quaestiones*, Boécio da Dácia faz uma afirmação semelhante à de TE: [...] *non grammaticus, sed philosophus proprias naturas rerum diligenter considerans, ex quibus modi essendi appropriati diversis rebus congruntur, grammatica invenit*. “[...] não o gramático, mas o filósofo, considerando diligentemente a natureza particular das coisas, a partir das quais se conhecem os modos de ser próprios das coisas, descobre a gramática” (*Quaestiones*, A, 1).

Portanto, TE, Boécio da Dácia e os demais modistas entendiam a gramática, parafraseando Lo Piparo (1986, p. 1), como derivada de princípios “naturais” ou “universais”: as disposições ou modos de ser. Esses princípios são naturais porque correspondem a coisas que não são criadas pelo gramático, mas que o gramático recebe do filósofo: os modos de ser (*modi essendi*), e de entender (*modi intelligendi*), são descobertas da filosofia.

Em sua questão sobre a necessidade da reflexão gramatical (*Quaestiones*, A, 5) – *Utrum sit necessaria* – Boécio da Dácia afirma que a correspondência natural entre os princípios da gramática (os modos de significar) e os princípios da natureza e da mente (os modos de ser e de entender) é comprovada pela universalidade da gramática, que, em sua correspondência com as propriedades físicas do mundo real, é necessariamente igual para todos os seres humanos e não pode ser derivada apenas do livre arbítrio, ou do consenso, muito embora as línguas particulares possam ser diferentes entre si.

Segundo Boécio da Dácia, o estudo da gramática é necessário porque, como as línguas não foram desenvolvidas uniformemente a partir da gramática universal, as gramáticas particulares precisam ser reduzidas a regras universais para que os falantes de línguas diferentes possam comunicar-se: *Tamen propter idiomata ab homine iam inventa et diversificata apud diversos est homini grammatica necessaria* [...] “Todavia, porque as línguas já foram desenvolvidas e diversificadas pelo homem, a gramática é necessária ao homem [...]” (*Quaestiones*, A, 5).

A ruptura entre a maneira modista e a humanista de pensar a gramática pode ser observada a partir das reflexões linguísticas de dois pensadores originais do humanismo: Dante Alighieri e Francesco Petrarca. Nos parágrafos a seguir será

feita uma breve exposição das linhas mestras do pensamento humanista sobre a linguagem como concebidas por esses pensadores e poetas italianos. Essa reflexão é importante porque as opiniões de Dante e Petrarca sobre a linguagem são definidoras do pensamento linguístico pelos dois séculos que os seguiram, o séc. XV e o XVI. Como se verá a seguir, essas opiniões são marcadamente opostas ao universalismo dos modistas.

6.1 DANTE: NATUREZA VS. ARTIFÍCIO

Tanto em seus dois tratados, o *De vulgari eloquentia* e o *Convivio* (escritos provavelmente na mesma época: entre 1304 e 1308), quanto em sua *Commedia* (cujos cantos são compostos entre 1304 e 1321), Dante defenderá a tese de que existe uma oposição entre o que é natural e o que é artificial (não natural) na linguagem humana (LO PIPARO, 1986, p. 6-9). Segundo Dante, no *Convivio* (II, XIII, 10¹⁰⁰), a gramática natural, aquela que é apenas falada e é adquirida pelas crianças antes da alfabetização, é resistente à gramática racional (ou artificial) porque não é um objeto de estudo completamente penetrável pelas luzes da razão. Nesse sentido, as “regras” que podem ser identificadas pela gramática racional na gramática natural são cambiantes, mutáveis, até mesmo imprevisíveis:

E queste due proprietadi hae La Gramatica: ché, per la sua infinidade, li raggi de la ragione in essa non si terminano, in parte spezialmente de li vocabuli; e luce or di qual à in tanto quanto certi vocabuli, certe declinazioni, certe costruzioni sono in uso che già non furon, e molte già furono che ancor saranno: si come Orazio nel principio de la Poetria quando dice: ‘Molti vocabuli rinasceranno che già caddero’

E estas duas propriedades tem a Gramática; pois que, pela sua infinidade, os raios da razão não logram penetrá-la inteiramente, em especial no que ao léxico se refere; e luz ora de aqui ora de ali, na medida em que certos vocábulos, certas declinações, certas novas construções que antes não existiam se acham em circulação, e muitos que já foram voltarão a ser, tal com diz Horácio no princípio da Arte Poética, quando diz: ‘Renasceram muitos vocábulos caídos em desuso.’ (*Convivio* II, XIII, 10;¹⁰¹ *apud* LO PIPARO, 1986, p. 5).

¹⁰⁰ Os números “II, XIII, 10”, referem-se, na ordem inversa, ao 10º parágrafo do 13º capítulo do 2º tratado do texto original do *Convivio* de Dante Alighieri. Utiliza-se aqui a tradução para o português de Soveral (1992). As referências ao *De vulgari eloquentia* seguirão o mesmo método.

¹⁰¹ ALIGHIERI, D. *Il convivio*. BUSNELLI, G.; VANDELLI, G. (eds.). Firenze: Le Monier, 1968 [1303-1305?]

O *De vulgare eloquentia* (*Sobre a linguagem vernácula*), escrito por volta de 1305, é um tratado sobre as línguas vernáculas em que Dante defende, em latim, as teses de que a língua vernácula é mais nobre que o latim gramaticalizado e que as línguas, de um modo geral, não são totalmente passíveis de serem reduzidas a regras gramaticais. Essa resistência das línguas à gramática, segundo Dante, está vinculada a mudança diacrônica e a intencionalidade (o estilo). Dante identifica essa resistência nos vernáculos não gramaticalizados da Península itálica de sua época. Além de comprovar sua tese de variação diacrônica, diatópica e estilística com essa constatação empírica, Dante afirma que o idioma vulgar é mais nobre que o gramaticalizado porque é natural (cresce com) o ser humano e não é artificial como são as regras das artes gramáticas (os livros-texto de gramática) que as pessoas aprendem, às vezes com imensas dificuldades, numa fase posterior da vida:

(...) quod vulgarem locutionem appellamus eam qua infantes assuefiunt ab assistentibus cum primitus distinguere voces incipiunt; vel, quod brevius dici potest, vulgarem locutionem asserimus, quam sine omni regola, nutricem imitantes accipimus. Est et inde alia locutio secundaria nobis, quam Romani grammaticam vocaverunt. hanc quidem secundariam Graeci habent et alii, sed non omnes: ad habitum vero huius pauci perveniunt, quia non nisi per spatium temporis et studii assiduitatem regulamur, et doctrinamur in illa. Harum quoque duarum nobilior est vulgaris, tum quia prima fuit humano generi usitata, tum quia totus orbis ipsa perfruitur, licet in diversas prolationes et vocabula sit divisa; tum quia naturalis est nobis, cum illa potius artificialis existat

Chamamos de língua vernácula àquela com a qual as crianças se habitam por meio de suas nutrizes quando começam a distinguir as primeiras palavras; ou, para dizer de maneira mais breve, afirmamos que o falar vernáculo é aquele que adquirimos, sem nenhuma regra, imitando a amade-leite. Existe, além dessa, uma outra língua, que é secundária para nós, a qual os romanos chamaram gramática. De fato, os gregos têm também uma (gramática) secundária e outros (povos), mas não todos (todas as pessoas): poucos chegaram ao seu conhecimento, porque não é possível nos tornarmos conhecedores dela a não ser que nos disciplinemos por um espaço de tempo e pela assiduidade do estudo.

Dessas duas a mais nobre é a vernácula, tanto porque foi a primeira utilizada pela espécie humana, tanto porque é usufruída em todo o mundo, embora em diversas pronúncias e vocábulos, quanto porque é natural para nós, enquanto aquela é mais artificial (*De vulgari eloquentia*, I, I, 2-4).

Nessa contraposição entre uma língua oral e adquirida intuitivamente e uma língua escrita, gramatical, que se conforma às regras das artes, Dante contrapõe a *ars* (o conhecimento linguístico artificial, livresco, cultural) à *natura* (o conhecimento intuitivo, vivido, que não pode ser totalmente reduzido por meio de conceptualizações). Essa contraposição é também uma oposição entre uma língua

que está de acordo com o uso linguístico real e uma língua que não é mais falada e que procura, com dificuldade, adaptar-se a regras artificiais: *Lo volgare seguita uso e lo latino arte* “a língua vulgar segue o uso e o latim a arte (gramática)” (*Convivio* I, V, 14).

Uma observação quanto ao excerto do *Convivio*, acima, é que o latim utilizado por Dante é um latim apropriado para a difusão de suas ideias: é o latim dos tratados escolásticos, em que, da perspectiva humanista, dá-se mais valor ao conteúdo do que à forma. O latim que Petrarca utilizará em suas epístolas, apenas uma década e meia depois do tratado de Dante e da GS de TE, já será o latim ciceroniano que o humanismo do séc. XV e XVI cultivará com grande cuidado e entusiasmo. Na verdade, essa facilitação linguística de Dante no *De vulgari eloquentia* tem um público certo: uma nobreza italiana que tem o vernáculo e não o latim como primeira língua e para quem ele quer transmitir suas novas ideias linguísticas. Apesar de seus registros serem distintos, tanto Dante quanto Petrarca, autor de centenas de cartas literárias, estavam interessados em difundir suas ideias sobre a linguagem, principalmente, a contraposição entre uso e artifício (Dante) e o ideal do ensino e aprendizado do latim para a imitação dos clássicos (Petrarca). Essa difusão foi a tal ponto eficaz que as ideias de Dante e Petrarca ocupariam as atenções dos letrados europeus por mais de dois séculos e teriam como uma de suas consequências, especialmente no séc. XVI, as gramáticas dos vernáculos europeus e das línguas indígenas do novo mundo. Essas novas gramáticas seriam calcadas no que fora a meta da concepção quintiliânica da gramática latina: o objetivo do ensino gramatical deve ser o aprendizado dos melhores usos da língua, i.e., o uso que dela fizeram os autores clássicos. Para os vernáculos europeus, esses clássicos, bem como as traduções da Bíblia, surgem quase concomitantemente às suas primeiras gramáticas: o *Orlando furioso* de Ludovico Ariosto (1474-1533), *Os Lusíadas* de Luiz Vaz de Camões (ca. 1524-1580), as peças de William Shakespeare (1564-1616) são dessa mesma época. Nesse sentido, a *Commedia*, escrita em toscano e inspirada em Virgílio, é o resultado mais imediato, mais representativo e mais influente das ideias linguísticas de Dante.

De uma maneira radicalmente diferente do modista Boécio da Dácia, segundo Lo Pipparò (1986, p. 15), Dante vê o signo linguístico como intrinsecamente arbitrário devido à sua capacidade inerente de mobilidade semântica. No *De vulgari eloquentia*, através de uma análise empírica e descritivista dos dialetos italianos,

Dante observa que as diferenças sincrônicas, diacrônicas e estilísticas podem ser intencionais e que, assim sendo, não são completamente penetráveis pela razão, i.e., pela gramática normativa, em qualquer momento ou ambiente, em virtude de sua natureza mutável. Essa tese resurge, segundo Lo Pipparò (1986, p. 15), em um dos últimos escritos de Dante: o Canto XXVI do *Paradiso*, do verso 124 ao 138, em que Adão explica a Dante que a característica mutável das línguas já existia no idioma original da humanidade, antes do grande dilúvio, e que até mesmo o nome divino, com o passar do tempo, foi pronunciado de maneiras diferentes pelos seres humanos:

La lingua ch'io parlai fu tutta spenta
 innanzi che all'ovra inconsumabile
 fosse la gente di Nembrót attenta;
 chè nullo effetto mai razionabile,
 per lo piacere uman che rinovella
 seguendo il cielo, sempre fu durabile.
 Opera naturale è ché uom favella;
 ma così o così, natura lascia
 poi fare a voi, secondo che v'abbella.
 Pria ch' i' scendessi all' infernale ambascia,
 / s'appelava in terra il sommo bene
 onde vien la letizia che mi fascia;
 e *EL* si chiamó poi: e ciò convene,
 chè l'uso de' mortali è come fronda
 in ramo, che sen va e altra vene.

“Antes que a gente de Nemrod consinta
 Em meter mãos à obra interminável,
 A língua, que falei, se achava extinta.
 “De homem feitura sempre perdurável
 Não é; vem do capricho e um dia cessa,
 Do céu segundo o influxo variável.
 “A humana fala a natureza expressa;
 Por ela o modo de falar deixado
 Ao homem está, segundo lhe interessa.
 “Antes de eu ter no inferno penetrado
El o supremo bem significava,
 Que desta leda luz me há circundado;
 “Depois em *Eli* o nome se mudava;
 Qual rama dos mortais uso varia,
 Sucede a folha nova à que secava.
 (*Paradiso* XXVI, 124-38.)

No excerto acima, Dante, através da personagem Adão, é muito claro em sua tese variacionista: os usos linguísticos dos seres humanos, que são criaturas mortais/naturais, são transitórios e comparam-se à mudança de folhagem (verso 137 da tradução) ou ao “influxo variável” (das marés) (verso 129 da tradução): tanto um quanto outro desses símiles é utilizado para demonstrar que a fala humana é uma

expressão da mesma natureza cambiante de que fazem parte todos os aspectos do mundo sublunar. As línguas são, portanto, transitórias e podem até mesmo vir a desaparecer, como ocorreu à língua adâmica. É nesse sentido que as línguas humanas diferem da comunicação espiritual, que participa da estabilidade do empírio imutável, onde a comunicação prescinde de palavras. Exemplo da superfluidade das palavras no paraíso celeste, os versos 103 a 108 relatam no diálogo entre Dante e Adão. A peculiaridade da conversa de Dante com o pai de todas as gentes é que, antes que lhe faça quaisquer de suas perguntas, Adão, um habitante do paraíso celeste, prontamente diz a Dante que pode responder todas elas sem que ele (Dante) lhe pergunte qualquer coisa:

Indi spiró: “Sanz’ essermi proferta
da te, la voglia tua discerno meglio
che tu qualunque cosa t’ è piú certa;
perch’ io la veggio nel verace specchio
che fa di sè pareglio all’ altre cose,
e nulla face lui di sè pareglio.

– “Não hei mister declares” – me tornava –
“Teu desejo, melhor que tu sabendo
Quanto a certeza em tua mente grava.
“Nesse espelho infalível estou lendo,
Em que é todo o visível refletido,
Cousa nenhuma o refletir podendo.
(*Paradiso* XXVI, 103-8)

Nas palavras de Lo Pipparò (1986, p. 13), um dos pressupostos-chaves do pensamento linguístico de Dante no *De vulgari eloquentia* (I, II, 3) é que a alteridade é a principal característica da fala humana. O “sentir-se diferente dos outros” seria o gatilho de toda a comunicação humana, pois não haveria necessidade de fala sem essa sensação de alteridade:

Speech, i.e., the transmission of information by means of words, presupposes a difference between the two poles of the communicative process: speech is the only way of communicating the ideas conceived by our mind (*nostrae mentis...conceptum*) to other men (*aliis*). At different levels, angels and animals do not speak because their psychic worlds lack ‘alterity’, i.e., one being different from another.

Portanto, a alteridade moveria cada ser humano possuidor de suas próprias razões (intenções) a falar aos seus semelhantes. A alteridade estaria também ligada à corporeidade (LO PIPPARO, 1986, p. 14): o meio material dos sentidos físicos (audição, voz, visão, tato), que é peculiar a cada falante. Ou seja, os seres

humanos, distintamente dos anjos e das almas dos santos no paraíso celeste, comunicam-se de maneira indireta/imperfeita: por meio de corpos transitórios que exprimem experiências cambiantes representadas em suas mentes por meio de conceitos imprecisos, que palavras que caem em desuso nunca conseguem expressar completamente. Essa noção do caráter inacabado do discurso humano, que é um alicerce da teoria da linguagem de Dante, além de seu provável platonismo, pode também ter parentescos com o pensamento de Tomás de Aquino sobre a linguagem humana. Na conclusão de seu opúsculo sobre a diferença entre a palavra humana e a divina, Tomás de Aquino conclui que a principal diferença entre elas é aquilo que resume com o termo *cogitatio*:

Quandiu ergo intellectus ratiocinando discurrit, huc illucque jactatur, necdum formatio perfecta est, nisi quando ipsam rationem rei perfectae conceperit, et tunc primo habet rationem verbi.

Et inde est quod in anima nostra est etiam cogitatio per quam significatur ipse discursus inquisitionis, verbum quod est jam formatum per perfectam contemplationem veritatis, ideo perfecta contemplatio veritatis dicitur Verbum.

Enquanto o intelecto está em processo de discorrer raciocinando, lançado de um lado para o outro, não há formação perfeita até que perfaça o conceito da própria essência do objeto, e é só ao perfazer a ratio da coisa que essa ratio adquire caráter de palavra.

Há, pois, em nossa alma, cogitação, isto é, o pensamento que discorre e indaga; e há, além disso, a palavra que já está formada pela perfeita contemplação da verdade, e assim a perfeita contemplação se diz Palavra (*De differentia verbi divini et humani*, IV, 1-3).

Se o “discorrer raciocinando” da *cogitatio* de Tomás de Aquino for entendido como uma das restrições da temporalidade, pode-se entender por que o discurso atemporal dos habitantes do *Paraíso* é isento de *cogitatio*.¹⁰²

Ademais, embora esse “discorrer raciocinando” seja inerente ao discurso humano, as palavras familiares, de uma língua do presente, parecem exigir menos *cogitatio* que as palavras que caíram em desuso nessa mesma língua ou aquelas que pertenceram a uma língua do passado. Nesse sentido, uma língua nativa é

¹⁰² Segundo Holmes, embora seja possível que Dante tenha frequentado “a universidade mais próxima de Florença, a de Bolonha [...] é mais provável, contudo, que a sua cultura (escolástica) tenha derivado principalmente de origens florentinas: [...] das escolas conventuais onde teria aprendido filosofia e teologia” (1981, p. 20). Portanto, é possível que Dante tenha tido contato com o pensamento de Tomás de Aquino, que fora professor em Bolonha, e em outras cidades italianas, na geração imediatamente anterior a sua.

mais próxima do idioma do paraíso celeste do que uma língua aprendida artificialmente.

Como se viu acima, a temporalidade do discurso humano é entendida por Dante como o princípio mais elementar de sua teoria, em que ele afirma que a língua vulgar é mais nobre (eloquente) do que o latim, porque, justamente, o vernáculo é mais imediato (natural) ao falante. Nesse sentido, por sua imediatez ou naturalidade, a língua vulgar permite ao seu usuário uma expressão muito mais genuína dos seus próprios sentimentos e ideias do que uma língua escolar jamais permitiria. Ou seja, é essa naturalidade, em oposição à artificialidade do latim escolástico, que permite ao vernáculo ser mais verdadeiro, mais eloquente e, portanto, mais nobre. Aparentemente, essa noção da nobreza das línguas naturais guiou todo o humanismo posterior, pois deu o fundamento ideológico para os humanistas do séc. XV em sua opção de escreverem gramáticas não só para o latim clássico, mas também para as línguas vernáculas e, no séc. XVI, para línguas indígenas e asiáticas.

Outra diferença importante, instaurada por Dante, entre a linguística modista (medieval) e a humanista tem a ver com a importância que os estudiosos da linguagem atribuirão ao som a partir de meados do séc. XIV.

De acordo com os modistas, a palavra, ou som significativo (*vox significativa*), é apenas um suporte acidental ou superficial de uma estrutura profunda do intelecto que possui um caráter universal (os modos de entender ou *modi intelligendi* são iguais para todas as línguas). Para Dante, o signo é essencialmente intencional e sua intencionalidade só se manifesta nos sons significativos (nos significantes) particulares de cada língua. Logo, na teoria da linguagem de Dante o que importará é a diferença e não o universal, porque, para ele, é a variação e não os modos de entender (dos modistas) ou os conceitos (dos nominalistas) que explicam o significado de cada signo, uma vez que este só existe histórica e socialmente contextualizado e não nas profundezas da mente. Nesse sentido, as características particulares do significante, e não um suposto significado universal, é que deve ser o centro de interesse de qualquer um que queira entender uma língua, seja ela vernácula ou clássica. Em vista dessas ideias, não é surpreendente que o núcleo das gramáticas latinas dos humanistas do séc. XV não consiste de capítulos dedicados à sintaxe, mas sim à estilística.

Resalte-se também que a importância que Dante dá à alteridade, ao particular, parece relacionar-se com a noção segundo a qual, no mundo, não há, de fato, constatações empíricas da existência de universais de quaisquer tipos. Curiosamente, como se viu na seção aqui dedicada ao pensamento ockhamista, a inexistência de universais no mundo e, como resultado disso, a afirmação da existência objetiva somente de dados empíricos constitui o princípio fundamental da ontologia nominalista. Nesse sentido, a preocupação humanista com a palavra, i.e., com o significante, parece fazer parte de uma tendência geral da história intelectual da primeira metade do séc. XIV: um novo voltar-se ao particular, ao dado. Essa tendência está de acordo com o modelo em espiral de Koerner (1989), que prevê alternâncias entre focos mais teóricos e mais empíricos na história da linguística do Ocidente.

Petrarca estabelece o som, ou melhor, a sonoridade (*sonoritas*) como o elemento central dos estudos da linguagem. Como será visto na seção a seguir, essa valorização da sonoridade aliada ao grande prestígio de Petrarca como poeta, pensador e polemista levarão não só os estudiosos da linguagem, mas também a maior parte da intelectualidade da Europa a esquecer da dimensão lógico-aristotélica do significado, que a Escolástica privilegiou, e a atribuir ao significante um valor quase sem precedentes a partir de uma nova perspectiva estético-platônica.

6.2 PETRARCA: SONORITAS COMO PRINCÍPIO

Petrarca dará à sonoridade (*sonoritas*) das palavras o estatuto de unidade prioritária de reflexão linguística: muito especificamente, essa concepção de sonoridade origina-se das palavras das obras de Cícero, em que Petrarca identificava certa suavidade (*dulcedo verborum quaedam*), que contrapunha à aridez dos discursos latinos da Escolástica, a qual, em comparação com a beleza da linguagem de Cícero e dos outros autores clássicos, parecia-lhe desprezível. A admiração de Petrarca pela obra de Cícero foi tão grande que o levou a escrever uma carta ao orador romano, que acabou sendo coligida no volume que ficou conhecido como *Epistolae familiares*:

Epystolas tuas diu multumque perquisitas atque ubi minime rebar inventas, avidissime perlegi. Audivi multa te dicentem, multa deplorantem, multa variantem, Marce Tulli, et qui iam pridem qualis preceptor aliis fuisses noveram, nunc tandem quis tu tibi esses agnovi.

Tuas epístolas por muito tempo procuradas e, onde menos pensava, encontradas, li avidamente do princípio ao fim. Eu ouvi, Marco Túlio, as muitas coisas que disseste, deploraste, matizaste, e eu que já sabia que tipo de preceptor tinhas sido aos outros, agora finalmente fiquei sabendo quem foras para ti mesmo (*Epistolae familiares*, XXIV, 3, *Epistola ad Marcum Tulum Cicerum*).

A epístola a Cícero foi apenas uma entre as centenas de cartas literárias que Petrarca dirigiu a um público de leitores e não apenas a um destinatário específico. Essas cartas, que são tradicionalmente recolhidas em quatro livros, foram classificadas de acordo com seus assuntos: Aos amigos (*Ad familiares*), *Seniles*, cartas autobiográficas escritas na velhice, *Sine nomine*, em que Petrarca critica a cúria papal (por isso os nomes dos destinatários são omitidos), e, finalmente, *Variae* ou *Extravagantes*, que foram coligidas depois da morte do poeta. Além do epistolário, Petrarca escreveu tratados sobre temas religiosos, biografias e uma obra poética em latim e em vernáculo cujo legado mais conhecido à posteridade foi certamente a invenção do soneto. Essa obra vastíssima foi definidora da grande divulgação das ideias de Petrarca sobre a linguagem, a lógica e a função da gramática. Essas ideias foram duradouras: o humanismo europeu foi inspirado pelas ideias contidas nas 1375 páginas da obra – edição de 1554 (GILSON, 1998, p. 896) – e pela personalidade de Petrarca. Entre essas ideias, talvez a crucial para a história da linguística posterior é aquela segunda a qual o som é pelo menos tão importante quanto o sentido na linguagem escrita e falada. Nos parágrafos a seguir, esse aspecto fundamental da doutrina humanista de Petrarca sobre a linguagem, além de sua opinião sobre a lógica, serão brevemente discutidos.

Petrarca considerou o latim da universidade medieval com uma forma profundamente corrompida da língua dos antigos romanos e identificou a dialética a um tipo de barbárie trazida para a península itálica por dominicanos escoceses. Segundo Gilson (1998, p. 896), a descoberta da sonoridade de Cícero, por Petrarca, foi coroada por seu reconhecimento da importância que Quintiliano lhe atribuiu na *Institutio oratoria*. De fato, esse desprezo pela lógica, a partir principalmente de Petrarca, será definidor do interesse dos estudiosos da linguagem que começariam a entender o valor petrarquino da imitação da linguagem escrita dos clássicos latinos. Rapidamente, a gramática começaria a desvincular-se da lógica e a

aproximar-se das disciplinas ancilares dos estudos literários e retóricos: a poética, a lexicologia, a história e a filologia.

Ao redescobrir a sonoridade das palavras de Cícero, e de outros autores do período clássico da literatura latina, Petrarca não só revelou ao Ocidente um novo olhar sobre a linguagem, mas também uma maneira nova de viver a vida (uma *vita nuova*): por trás da retomada do estudo aprofundado dos clássicos pelos primeiros humanistas havia nada menos que um programa de reforma da natureza humana. Segundo Petrarca, essa reforma exigia a convergência da concepção quintiliânica do homem bom romano (*vir bonus*) e do cidadão cristão de Santo Agostinho. Ou seja, o homem bom (entenda-se aqui: o bom cidadão de uma comuna italiana do séc. XIII e XIV) deve ser não só persuasivo em suas demandas públicas, mas também, e antes de tudo, ser um bom cristão, leitor de Santo Agostinho e de Jerônimo, e, principalmente, não se perder na verbosidade dos escolásticos, que não passam de supostos seguidores de Aristóteles. Nesse sentido, para Petrarca e, de um modo geral, para os primeiros humanistas, a eloquência (*eloquentia*) latina é necessariamente inseparável da sabedoria (*sapientia*) cristã: o eloquente orador Cícero é inseparável do neoplatônico professor de oratória Agostinho.

Depois de Petrarca, o saber não virá mais de demonstrações a partir de princípios autoevidentes, como o fora para Tomás de Aquino e para os seguidores latinos de Al-Farabi, mas será o fruto de uma árdua busca de aperfeiçoamento moral que deve culminar, se possível, em um certo grau de iluminação interior. O plano e o exemplo vivo desse “método” é Santo Agostinho em suas *Confissões*. Além disso, toda a tradição neoplatônica é retomada, em substituição ao aristotelismo da Escolástica latina, como ancilar para o progresso do cidadão cristão.

O resgate da sabedoria patrística, tão importante na definição doutrinária dos primeiros séculos da Igreja, também, segundo Petrarca, deve ser retomada em substituição a uma teologia que, para ele, transformou-se em uma dialética completamente esvaziada das três principais virtudes clássico-cristãs: a piedade (*pietas*), a sabedoria (*sapientia*) e a eloquência (*eloquentia*). De fato, a pobreza de preocupações com a fé e o descaso pela eloquência do empirismo ockhamista, do materialismo averroísta, e mesmo da semântica modista, deixam muito a desejar do ponto de vista do pietismo petrarquino.

A ampla aceitação das ideias linguísticas do humanismo resultou na diminuição do interesse da nascente comunidade intelectual europeia leiga em uma

reflexão sobre a linguagem de viés lógico-aristotélico, como aquela dos modistas e nominalistas. De fato, no séc. XVI, a gramática à maneira dos modistas (BARROS, 1540) estará em uma fase de, no mínimo, menor visibilidade, e será uma corrente de menor prestígio (*undercurrent*) (KOERNER, 1989, p. 52). Esse desaparecimento do modismo produtivo do centro do cenário europeu dos estudos da linguagem é, portanto, embora indiretamente, ocasionado não menos pela hegemonia das ideias humanistas originárias quanto pelas críticas nominalistas que sofreu.

Na verdade, as ideias dos primeiros humanistas foram fortes o suficiente para que todo o empreendimento intelectual da alta Escolástica, com suas diferentes e conflitantes escolas, começasse a ser cada vez menos valorizado por boa parte da comunidade letrada da Europa a partir da segunda metade do séc. XIV. Ao mesmo tempo, à medida que a hegemonia humanista define os estudos da linguagem durante a Renascença, a gramática torna-se cada vez mais uma propedêutica dos estudos literários e retóricos, e, assim, os estudos gramaticais voltam ao estatuto ancilar que lhes fora prescrito por Quintiliano no final do séc. I d.C. (PERCIVAL, 1995, p. 147).

6.3 A CRISE INTELLECTUAL DO FINAL DO SÉC. XIII E O RETORNO DA CONCEPÇÃO QUINTILIÂNICA DA GRAMÁTICA

No início do séc. XIV, tanto Francesco Petrarca quanto Dante Alighieri são protótipos de um novo tipo de intelectual: o letrado que não está mais necessariamente vinculado à instituição de ensino tradicional e religiosa, ou seja, um homem de letras que é intelectualmente produtivo e pode estar à margem das universidades.

A vinculação a uma faculdade de artes, na época de Dante, significava fazer parte do corpo docente de universidades dominadas intelectualmente pelo aristotelismo e socialmente pelas ordens religiosas mendicantes ou seculares, isto é, pelos frades franciscanos, dominicanos e clérigos seculares que disputavam entre si as cátedras das faculdades das grandes universidades como Oxford e Paris. É nesse contexto de disputas que ocorre a notória luta pelas cátedras das faculdades da maior instituição de ensino do século XIII, a Universidade de Paris, que colocou em conflito os membros das ordens predicantes entre si e estas contra o clero secular: os franciscanos e os dominicanos, do lado predicante da disputa, e os

clérigos seculares, do lado dos poderes eclesiásticos locais. De acordo com Le Goff (2003 [1957], p. 129), “houve choques violentos” e “os piores deles durante os anos de 1252 a 1290”, período que coincide com o surgimento e a fase mais produtiva do movimento modista. Esses conflitos não envolveram somente os mestres e alunos da Universidade de Paris, mas chegavam até mesmo ao papa e ao rei da França (LE GOFF, 2003 [1957], p. 129). As armas intelectuais desses conflitos eram os tratados escritos, especialmente por membros do clero secular, contra os predicantes, em que os seculares atacavam as ideias “perigosas” de seus oponentes. O objetivo era sensibilizar o papado para que as cátedras fossem redistribuídas ao grupo mais de acordo com a ortodoxia, nesse caso, a dos próprios seculares. Essas críticas também poderiam ser de tipo especificamente corporativo: “Os seculares criticavam os mendicantes por violação dos estatutos universitários. Porque, graduando-se em teologia, eles a lecionam sem que tenham obtido previamente o mestrado em Artes” (LE GOFF, 2003 [1957], p. 139). Os mendicantes também são criticados pelos seculares porque, “[...] sobretudo, eles (os mendicantes) rompem a solidariedade universitária, continuando a dar cursos quando a Universidade está em greve” (LE GOFF, 2003 [1957], p. 139).

Na verdade, os choques de interesses que opunham diferentes partidos no interior das universidades eram o lado intelectual de uma crise mais geral que atingia a Europa desde as últimas décadas do séc. XIII. De acordo com Le Goff (1972, p. 269), assim como o crescimento agrícola, a expansão comercial e a evolução política, que tiveram um rápido progresso a partir do séc. XI, haviam alcançado seus limites no final do séc. XIII, assim também, intelectualmente, a Escolástica chegara à suas fronteiras, aparentemente intransponíveis, nesse mesmo período. Como será visto nos parágrafos a seguir, o motivo dessa limitação foi a incompatibilidade entre alguns dos elementos do quadro investigativo aristotélico que a Escolástica adotara e os pressupostos teológico-doutrinários que os escolásticos, como clérigos, precisavam preservar.

Desde o início do movimento cristão houve uma sucessão de teses, antíteses e sínteses entre o pensamento grego e as “novidades” que a religião da seita judaica do séc. I trouxera primeiramente para o mundo helênico e, quase simultaneamente, para o universo romano. Talvez a mais surpreendente dessas ideias, para aqueles que desconheciam o judaísmo, era a de que o mundo tivera um começo ou, mais precisamente, que tudo fora criado por Deus do nada. Nesse sentido, a existência

não é mais do que uma contingência que depende da vontade divina, o que continua a ser uma crença fundamental para as religiões abrahâmicas até os dias de hoje. Para os escolásticos, o problema não era menos complexo: a intelectualidade da baixa Idade Média adotara Aristóteles, um filósofo grego pré-cristão, como a autoridade máxima para seus assuntos científicos e, apesar disso, tinha que se manter fiel às verdades cristãs ensinadas pelo magistério da Igreja. A universidade era uma instituição eclesiástica: seus professores, no séc. XIII, ou eram clérigos pertencentes a ordens religiosas ou estavam vinculados doutrinariamente ao bispo da diocese em que a universidade se encontrava. Esse problema ficou ainda mais crônico porque, desde meados do séc. XIII, no interior das faculdades de artes, existiam dois grupos de pensadores que se opunham nitidamente: os novos partidários de Aristóteles, geralmente dominicanos, e os defensores, em grande parte franciscanos, do pensamento tradicionalmente aceito de Santo Agostinho. Do ponto de vista teórico, pode-se dizer que foi um confronto entre neoplatônicos e aristotélicos, mas, do ponto de vista institucional, esse confronto muitas vezes escondia disputas por cátedras acadêmicas ou motivações políticas muito mais do que razões filosóficas ou mesmo doutrinárias.

Para piorar essa situação de crise interna, depois de 1250, surge na Faculdade de Artes de Paris um movimento de pensadores aristotélicos radicais, que ficaram conhecidos pela alcunha de averroístas latinos, por serem associados ao pensamento do filósofo árabe do séc. XII Ibn-Rachid ou Averróis. Grosso modo, ao fazerem uma interpretação que consideravam mais fiel à física de Aristóteles, os averroístas latinos negavam, por exemplo, que fosse possível provar racionalmente que o mundo tivera um começo. Essa tese ficou conhecida como a doutrina da eternidade do mundo. É evidente que a aceitação dessa doutrina implicava simplesmente na negação de um dos dogmas fundamentais das fés cristã, judaica e muçulmana: a criação do mundo por Deus a partir do nada (*ex nihilo*).

Segundo seus críticos mais tenazes, o averroísmo latino também negava a possibilidade de comprovar-se a sobrevivência da alma individual após a morte, pois postulava a existência de uma espécie de alma coletiva, ou *intellectus agens*, que era a mesma para todos os homens e mulheres. Segundo a doutrina do intelecto agente, os seres humanos possuíam intelectos apassivados que dependiam do intelecto agente para agirem ou funcionarem em suas operações intelectivas. Em suma, o intelecto agente permitiria aos seres humanos, por exemplo, terem

consciência de si mesmos e das coisas. Na morte, o intelecto agente (ou ativo) abandonaria a alma humana e deixaria definitivamente de operar em sintonia com o intelecto individual, seguir-se-ia uma inconsciência perpétua do ponto de vista do indivíduo. Ao sustentarem tal tese, os averroístas diziam que não estavam mais do que repetindo a doutrina aristotélica sobre a alma contida no terceiro livro do *De anima* de Aristóteles. O problema aqui é evidentemente moral: o aniquilamento da alma individual significa, para as três religiões monoteístas, a negação de recompensas e castigos depois da morte física, o que parece resultar em uma falência geral da justiça divina. Com relação aos ensinamentos bíblicos sobre recompensas e punições divinas, o averroísmo latino considerava as histórias e ensinamentos da Bíblia como fábulas impossíveis de serem comprovadas ou defendidas racionalmente.

Uma prova do grande impacto das teses averroístas na Paris do final do séc. XIII é que uma das obras mais importantes de Tomás de Aquino, o *De unitate intellectus contra averroistas*, escrita entre 1270 e 1273 (traduzida para o português como *A unidade do intelecto contra os averroístas*) é, justamente, um tratado apologético contra a tese averroísta de um intelecto agente universal. No *De unitate*, Aquino defende que o intelecto agente e o paciente são uma unidade que se iguala à alma racional e que continua a existir após a morte.

Apesar da gravidade das ideias averroístas do ponto de vista doutrinário, talvez a proposição averroísta mais ofensiva ao *establishment* da universidade medieval, como instituição eclesiástica, foi a de que a vida filosófica era o melhor estado a que o ser humano poderia almejar neste mundo. Essa tese foi defendida por ninguém menos que o modista Boécio da Dácia em seu *De summo bono* – um tratado sobre a suprema felicidade escrito entre 1265 e 1270. Tal afirmação ia contra a hierarquia de saberes vigente, em que os doutores em teologia estavam acima dos mestres de lógica e dialética das faculdades de artes. A proposição da felicidade suprema do filósofo era, portanto, do ponto de vista institucional, uma das mais perigosas não só porque a visão beatífica deveria ser tida como a felicidade suprema, mas porque colocava os mestres de artes acima dos teólogos. Acrescente-se a isso que, devido às estipulações de uma longa carreira acadêmica, eram poucos os alunos que chegavam a cursar teologia e que a faculdade de artes, primeiro estágio obrigatório da vida de um universitário medieval, que durava em média de quatro a seis anos, era onde se encontrava a maioria esmagadora dos

alunos e também o dinheiro que esses estudantes traziam para a universidade. Isso significava que o responsável pela faculdade de artes – que recebia o título de reitor na Universidade de Paris e de chanceler na de Oxford – era geralmente um filósofo e não um teólogo e representava a figura local de maior poder e prestígio, o que certamente despertava sentimentos negativos da parte dos clérigos das outras faculdades. Como, doutrinariamente, o reitor de Paris só era obrigado a responder ao papa, é fácil perceber a situação de crise que a suspeita de um reitor com ideias averroístas geraria e como isso poderia ser instrumentalizado por seus oponentes.

A disputa entre filósofos e teólogos teve seu ponto culminante nas chamadas condenações de 1270 e de 1277, em que o bispo de Paris, Étienne Tempier apresentou ao papa João XXI – que, em 1270, era o lógico e médico português Pedro Hispano, ou Pedro de Espanha – um catálogo de erros dos filósofos averroístas: ao todo, 219 proposições condenadas, entre elas as mencionadas nos parágrafos anteriores. Entre os “condenados” estavam Boécio da Dácia, Siger de Brabant, Roger Bacon e Tomás de Aquino – Roger Bacon foi aprisionado em 1277 e regressou a Oxford em 1278. Tomás de Aquino morreu em 1274. Boécio da Dácia chegou a ser pessoalmente acusado por Étienne Tempier, depois das condenações de 1277, e teve de fugir de Paris, juntamente com Siger de Brabant, e apelar ao papa Nicolau III. Após essa fuga e esse apelo, Boécio teve de regressar à Dinamarca, sua terra natal. O modista dinamarquês faleceu por volta de 1280, sem jamais retornar à Paris.

A importância das condenações de Étienne Tempier para a história intelectual do Ocidente vem do seu escopo, pois praticamente todos os pensadores escolásticos de renome na época tiveram proposições condenadas. Também vem do apoio que essas condenações tiveram do papado. Nesse sentido, essas condenações representam claramente os limites do empreendimento escolástico medieval. Em 1270, o papa Pedro Hispano, que tinha uma preferência por doutrinas agostinianas sobre a iluminação, publicou uma bula de advertência aos mestres em artes da Universidade de Paris. Essa bula e as novas condenações de 1277 representaram uma mudança de foco da filosofia no final da Idade Média: no século XIV, as especulações teóricas, típicas de Paris, darão lugar à experimentação empírica e às pesquisas lógicas e matemáticas desinteressadas dos mestres franciscanos e seculares de Oxford, como Guilherme de Ockham e Thomas

Bradwardine (ca. 1290-1349). Além disso, como se viu anteriormente, o neoplatonismo cristão ganharia mais e mais adeptos a partir do séc. XIV.

A partir das delimitações entre fé e razão, claramente estabelecidas pelas condenações de 1270 e 1277, os últimos pensadores originais da Escolástica do séc. XIV, como Ockham e Thomas Bradwardine (ca. 1290-1349), adotariam a chamada doutrina da dupla verdade. De acordo com essa doutrina, que foi sustentada por averroístas do séc. XIII como Boécio da Dácia e Siger de Brabant em suas defesas contra as condenações de Étienne Tempier, há dois conjuntos de verdades: verdades da razão, que podem ser comprovadas ou pela lógica ou empiricamente; e verdades da revelação, que não se vinculam ou limitam a investigações racionais ou às conclusões da física. As verdades reveladas podem ser aceitas por todos, filósofos ou não, para a saúde de suas almas.

Portanto, com a doutrina da dupla verdade, a partir do averroísmo latino do séc. XIII e do nominalismo do séc. XIV, era possível ensinar uma doutrina, nas faculdades de artes, como filósofo e negá-la, nas aulas de teologia, como cristão (GILSON, 1998, p. 694). A doutrina das duas verdades, de fato, não resolvia o impasse que o aristotelismo medieval criara. O que aconteceu parece ter sido o início de uma cisão entre fé e razão que, aparentemente, o Ocidente ainda não superou. Uma das consequências imediatas dessa cisão é que o humanismo do séc. XIV usa a doutrina da dupla verdade, bem como algumas das outras teses elencadas por Étienne Tempier, para argumentar que os escolásticos são mais fieis a um pseudo-Aristóteles do que a Cristo. Foi essa justamente a crítica de Petrarca em sua epístola-tratado *De sui ipsius et multorum ignorantia* (*Sobre a sua própria ignorância e a de muitos outros*), que escreveu entre 1366 e 1367, supostamente contra quatro estudantes averroístas que, segundo ele mesmo, julgavam-no ignorante da ciência aristotélica.

No centro da argumentação do *De sui ipsius et multorum ignorantia* contra os quatro “juízes” averroístas está uma das teses condenadas por Étienne Tempier: a eternidade do mundo. Petrarca reconstrói essa proposição como uma espécie de doutrina panteísta que prescreve um atributo divino ao mundo perceptível. Ele procura isentar Platão e os platônicos dessa tese e acusar todos os outros filósofos, em especial os que se supõem aristotélicos por defendê-la:

Quid de aliis dicam, qui... mundi huius eternitatem astruunt? In quam sententiam, preter Platonem ac platonicos, fere omnes, et cum illis mei quoque iudices, ut philosophi potius cristiani videantur, inclinant; et ut illum famosissimum sive infamem Persii versiculum defendant: gigni de nichilo nichil, in nichilum nil posse reverti [...] opugnant veritatem et pietatem, clanculum in angulis irridentes Cristum, atque Aristotelim, quem non intelligunt, adorantes [...]

E que direi sobre outros que... admitem a eternidade deste mundo? Para essa opinião, com exceção de Platão e dos platônicos, talvez inclinem-se todos os filósofos, e com eles também os meus juízes, visto que pareçam mais filósofos que cristãos; e como defendem aquele famosíssimo ou muito infame versículo de Pérsio: *nada se origina do nada e nada pode ser revertido ao nada* [...] atacam a verdade e a piedade, zombam de Cristo, que relegam a um canto, e adoram Aristóteles, que não entendem.

Em suas invectivas contra seus acusadores, no restante dessa epístola, Petrarca cita uma série de autoridades antigas: o *De natura deorum* (*Sobre a natureza dos deuses*) de Cícero, o *Timeu* de Platão e, principalmente, as *Confissões* de Santo Agostinho. Essas fontes mais antigas, i.e., mais confiáveis do ponto de vista tradicional, são utilizadas pelo proto-humanista para combater a falta de fé dos averroístas. Ele também cita a *Ética* de Aristóteles para provar que as ideias do Estagirita foram distorcidas por seus supostos discípulos escolásticos. O objetivo da argumentação de Petrarca é provar que os escolásticos – os averroístas e/ou nominalistas ou modistas de sua época – são incomparavelmente mais ímpios que quaisquer dos filósofos materialistas antigos, porque estes nasceram antes da vinda do Messias e, portanto, não tiveram a chance de conhecer o evangelho, enquanto os aristotélicos, que se dizem cristãos, preferem uma filosofia distorcida e ímpia aos ensinamentos bíblicos e patrísticos.

Pode parecer surpreendente, mas foi essa proposta petrarquina de retorno ao cristianismo patrístico que serviu como base da crítica dos primeiros humanistas à Escolástica. Isso faz sentido quando leva-se em consideração que o humanismo foi, antes de tudo, um retorno aos modelos clássicos de pensamento e comportamento. Para Petrarca, a religião cristã deveria voltar às suas origens gregas e latinas dos primeiros séculos e isso significava o abandono da especulação filosófica medieval e um regresso ao pensamento neoplatônico dos padres gregos e latinos. Nesse sentido, os modelos clássicos para os cristãos seriam principalmente a Bíblia e os autores patrísticos.

Portanto, pelo menos em seu primeiro momento, o humanismo é marcado por uma ideologia de regresso e não de progresso. Um dos fenômenos, em grande

parte concomitante a essa proposta de regresso espiritual, é o misticismo especulativo de Johann Eckhart – Mestre Eckhart – (1260-1327) e de seus seguidores: Johannes Tauler (1300-1361), Heinrich Suso (1300-1365) e Jan van Ruysboeck (1293-1381), que continuam, no séc. XIV, a tradição neoplatônica agostiniana.

Outro fenômeno, talvez mais importante para a história não eclesiástica do Ocidente, serão as ideias dos precursores da reforma protestante do séc. XIV, como as de John Wycliffe (ca. 1328-1384), em Oxford, e de Jan Hus (1369-1415), em Praga, e os movimentos, ligados a esses precursores, que contestavam a autoridade política, jurídica e doutrinal da Igreja Católica e frequentemente exigiam reformas sociais, como os lolardos, na Inglaterra, e os *utraquitas* e os *taboritas* em regiões da atual República Tcheca. Saliente-se que, do ponto de vista sócio-econômico, parte desses contestadores pertenciam a uma nova burguesia que, desde o séc. XI, em algumas regiões da Europa, exigia direitos cidadãos frente a uma nobreza agrária. Os nobres, que se apegavam a suas prerrogativas hereditárias feudais, muitas vezes contavam com o apoio da Igreja que, no mínimo, tinha ressalvas para com o fascínio pelo lucro da nova classe urbana mercantil.

Ao longo do séc. XIII e XIV, ao mesmo tempo em que há críticas tanto à instituição religiosa quanto a universitária, existe também um crescimento da laicização do saber. Segundo Verger (1999, p. 16), o novo homem de letras (*uir litteratus*), cujos idealizadores e arquétipos são Dante e Petrarca, começara a surgir na Europa a partir dos sécs. XII e XIII – principalmente no norte da Península itálica, e nas regiões comercialmente mais desenvolvidas das atuais França e Bélgica. Esse novo homem de letras poderia ser tanto um nobre empobrecido, como Dante, quanto um membro da burguesia urbana, como Petrarca, cuja família havia enriquecido como prestadora de serviços jurídicos à nobreza e à Igreja: uma família de notários e advogados. De acordo com Verger, o número de *litterati* (*gens de savoir*), pessoas que sabiam ler e escrever em latim e que não pertenciam a ordens religiosas ou aos quadros da igreja, ou mesmo ao contexto das universidades, aumentam consideravelmente em número já no séc. XIII:

[...] a partir desse período, “os ‘homens de saber’ obtiveram... um peso social suficiente para que possamos considerá-los, de uma vez por todas, como um grupo específico e como agentes eficazes de evolução, não somente intelectual, mas religiosa, social e política, das civilizações ocidentais (VERGER, 1999, p. 16).

Como as universidades do final do séc. XIII e início do séc. XIV eram os principais centros de difusão do saber letrado da Europa, pode-se pensar que as ideias dos primeiros humanistas façam deles um grupo revolucionário de estudiosos da linguagem, uma vez que formam uma unidade ideológica que se contrapõe ao grupo dominante representado pelos mestres modistas, averroístas e nominalistas dessas universidades.

Todavia, a situação marginal do movimento humanista, se é que existiu, não perdurou por muito tempo: os humanistas rapidamente tornaram-se predominantes no horizonte dos estudos da linguagem europeus intrauniversitários. Segundo Le Goff o humanismo chegou às universidades europeias mais influentes da época, Oxford e Paris, depois de ter conquistado Florença e a Universidade de Bolonha, bem antes de 1350.¹⁰³ De acordo com Verger (1999, p. 29), “a chancelaria pontifical” possuía “entre seus secretários latinistas de grande qualidade, retóricos impecáveis capazes de redigir em longos períodos ritmados os preâmbulos majestosos das cartas mais solenes.” Note-se que foi nas bibliotecas cardinalícias de Avignon que Petrarca teve a sua primeira formação. Foram esses profissionais da escrita oficial, esses notários e advogados de corte, como o pai de Petrarca, que se tornaram os primeiros partidários do programa humanista:

Mais ainda que os universitários, foram esses profissionais da escrita pública os que buscaram nas cartas e nos discursos de Cícero os modelos capazes de dar a seus escritos aquela elegância e aquela força de convicção que haviam caracterizado os melhores oradores da Antiguidade. Uma carta de Coluccio Salutati (1331-1406), o grande humanista de Florença, então em guerra contra Milão, era mais temível – dizia-se – que um esquadrão de cavalaria. (VERGER, 1999, p. 30)

Todavia, a maioria desses profissionais da escrita, em algum momento de suas vidas, também foram universitários. Portanto, assim como o averroísmo, o modismo e o nominalismo difundiram-se a partir das faculdades de artes do séc. XIII e XIV, o humanismo terá a sua própria difusão desde as faculdades superiores de

¹⁰³ Na verdade, pode-se dizer que a fonte imediata do humanismo europeu chegou à França quando a corte do Papa Clemente V estabeleceu-se em Avignon, com suas bibliotecas cardinalícias, em 1309. O pai de Petrarca, *ser Petracco* (falecido em 1326), mudou-se com a família para Avignon nesse mesmo ano, quando Petrarca contava cinco anos de vida, e lá passou a trabalhar como advogado da corte papal. Petracco conheceu Dante pessoalmente, porque ambos pertenceram ao partido dos guelfos brancos expulsos de Florença em 1302 (DOTTI, 2006, p. 20-7).

direito, como a de Bolonha já no início do séc. XIV. Essa propagação de ideias foi, sem dúvida, facilitada pela Cristandade indivisa do baixo Medievo, em que o trânsito de estudantes estrangeiros entre universidades era intenso, o que se comprova pela divisão das faculdades em nações.

Segundo Le Goff, além das disputas pelas cátedras, houve também outra forte motivação interna às universidades para a rápida expansão do humanismo: os nominalistas, que dominavam as cátedras das Universidades de Oxford e Paris durante as primeiras décadas do séc. XIV, no séc. XV estavam “tão fechados no estudo da lógica formal, nas elocubrações sem fim sobre a definição das palavras, nas divisões e subdivisões artificiais, no terminismo” (2003 [1957], p. 183-5) e, além disso, em uma repetição infrutífera de fórmulas escolásticas, que não foi difícil para os humanistas difundirem uma rejeição geral a essa “escolástica depravada, caricatural, moribunda” (2003 [1957], p. 183) no meio universitário europeu. Dado esse clima de opinião, a retórica do humanismo contra a Escolástica, como veiculada, de início, principalmente por Petrarca, foi tão forte que mesmo um modelo de grupo revolucionário como o de Murray (1998, p. 25) torna-se insatisfatório. Isso porque a nova abordagem humanista não se resume a um conjunto de ideias inovadoras de um grupo marginal de linguistas, mas é o principal instrumento de um novo projeto para a intelectualidade da Europa¹⁰⁴. Nesse sentido, a reação humanista à Escolástica, que começa no séc. XIV e continua ao longo de todo o séc. XV, parece apontar mais para uma interpretação de tipo kuhniano (2009 [1962]), em que o resultado do conjunto das proposições originárias do pensamento dos proto-humanistas, principalmente nas obras filosóficas de Dante e Petrarca, pode ser visto como uma revolução de grandes dimensões na história das ideias linguísticas posteriores: um movimento brusco do pêndulo da história (KOERNER, 1989, p. 53).

¹⁰⁴ Cf. DIAGRAMA 3, que ilustra o modelo de Murray para grupos revolucionários.

Essa mudança deu-se em uma direção precisa: a reinclusão do estudo dos sons da fala e do uso nos estudos da linguagem ocidentais. Tal estudo é entendido tanto como a consideração das línguas vivas (Dante) quanto como uma atenção especial aos usos clássicos da língua em seus usuários de maior prestígio (Petrarca)¹⁰⁵. Essa mudança significou, de fato, um retorno à gramática latina de tradição quintiliânica, porque, a partir da segunda metade do séc. XIV, passa-se rapidamente do predomínio de uma ênfase teórica, ou nocional, para uma nova ênfase descritiva, filológica e prescritiva nos estudos linguísticos do Ocidente.

Note-se que o aspecto prescritivo dessa nova ênfase tem fins práticos bem claros: visa à imitação da eloquência dos autores clássicos em prosa e verso não só em latim, mas também em vernáculo. Como esse retorno tem a *eloquentia* (eloquência) como fim último, não é de se estranhar que a concepção de gramática proposta por Quintiliano em sua *Institutio oratoria* volte vigorosamente à tona a partir do final do séc. XIV. De fato, os estudos da linguagem no período humanista serão, acima de tudo, voltados à imitação dos usos mais elegantes dos autores clássicos, especialmente nas obras de Cícero, que é, segundo Quintiliano e Petrarca, o protótipo da eloquência latina. Como resultado disso, no séc. XV e XVI, a gramática voltará a ser, como o idealizara Quintiliano no final do séc. I d.C., um instrumento de ensino e aprendizagem dos usos de uma língua através de seus autores consagrados.

Além de dar um maior destaque à dimensão sonora da linguagem, i.e., ao significante, as ideias de Petrarca representaram uma conclamação da intelectualidade europeia ao estudo crítico dos textos antigos. Como os humanistas acreditavam que a verdadeira sabedoria estava nos textos bíblicos originais e nas obras dos autores patrísticos, e que as primeiras luzes da verdade estavam já no pensamento de filósofos gregos e romanos, era necessária uma crítica textual que os levasse aos textos originais dessa sabedoria. Havia também a crença de que os escolásticos teriam desprezado o estudo do latim e, como resultado disso, o latim

¹⁰⁵ Note-se que o normativismo clacissizante de Petrarca não se opõe ao pendor vernacular de Dante, porque ambos escreveram em toscano. Petrarca, que inventou o soneto, é mais conhecido por sua obra poética em vernáculo do que por sua produção literária em latim. Na verdade, o que Petrarca e Dante têm em comum é sua demonstração da nobreza poética do vernáculo através da literatura. A *Commedia* é provavelmente o maior exemplo dessa demonstração.

utilizado e ensinado nos centros de cultura letrada da Europa no séc. XIV seria o que os humanistas classificariam como um latim bárbaro ou gótico. Existia, portanto, da perspectiva dos humanistas, uma necessidade urgente de um retorno ao estudo do “verdadeiro” latim: o latim clássico.

Se o primeiro humanismo propõe o estudo da sonoridade e uma crítica textual de autores consagrados, não é surpreendente que um estudo aprofundado do latim e, posteriormente, também do grego e do hebraico exigisse uma gramática diferente da gramática especulativa dos escolásticos. Essa “nova” gramática começa, porém, como uma retomada de um ideal que pertencera à Antiguidade romana, uma vez que pressupõe que o estudo do latim deveria preparar o aprendiz para uma leitura aprofundada e, em grande medida, para uma imitação dos clássicos da literatura latina, principalmente dos modelos da retórica de Cícero. Assim, no final da Idade Média, as ideias dos primeiros humanistas prenunciavam um retorno da concepção quintiliânica da gramática, que se tornaria um dos fundamentos da educação do novo intelectual europeu do Renascimento do séc. XV e XVI.

7 CONCLUSÃO

Na seção introdutória deste trabalho foram apresentadas algumas questões que serviriam de diretrizes para este estudo. Resumidamente, essas questões procuravam respostas sobre as especificidades do modismo como movimento na história dos estudos da linguagem, a fortuna das ideias modistas, as possíveis antecipações teóricas do modismo, a relação entre o fim da originalidade modista e o enfraquecimento da Escolástica medieval. Para que fossem possíveis as buscas por essas respostas foram utilizadas principalmente as ideias de Koerner (1989) e Murray (1998) para a Historiografia Linguística. Nos parágrafos a seguir, serão apresentadas de forma sucinta algumas das respostas a essas questões, às quais se chegaram como resultado da pesquisa e do método que deram origem a este trabalho. Nesse sentido, na parte final desta conclusão, serão apresentados brevemente os resultados específicos da aplicação dos modelos de Koerner e Murray: o primeiro, para a compreensão da ênfase teórica e do clima de opinião em que o modismo se inscreveu, o segundo, como uma espécie de metáfora para a compreensão principalmente da formação do movimento que rompeu não só com o modismo, mas com a Escolástica medieval como um todo: o proto-humanismo de Dante e Petrarca.

Como a *GS* é um produto de um ambiente de disputas dialéticas, sua argumentação deixa transparecer as especificidades do modismo, entre as quais, a mais importante, do ponto de vista da história e da epistemologia da linguística, é a assunção de uma ontologia realista moderada para os seus termos teóricos: os modos de ser, de entender e de significar. Como se discutiu ao longo deste trabalho, essa escolha parece ser a diferença fundamental entre o modismo e um outro grande movimento nos estudos da linguagem do fim da Idade Média: o nominalismo. De certa forma, a escolha medieval de diferentes pressupostos ontológicos parece antecipar escolhas e incompatibilidades semelhantes na história da linguística posterior: por exemplo, entre a gramática racional do séc. XVII e XVIII e a linguística histórico-comparativa do séc. XIX, entre a sociolinguística laboviana e a teoria chomskiana do séc. XX.

O fim da originalidade modista provavelmente está associado à preponderância do nominalismo na Escolástica do séc. XIV. O debate entre nominalistas e realistas é visível nas páginas da *GS*, por exemplo, a partir da leitura

dos capítulos sobre os nomes de privações, negações e ficções, como “cegueira”, “ninguém”, e “quimera”. Ao ler esses capítulos, não se pode dizer que um modista da terceira geração como TE, ativo na primeira década do séc. XIV, não reagisse às críticas que a teoria dos modos recebia da parte dos nominalistas. Como o nominalismo pressupõe uma referência estrita para os termos da proposição, nomes como “cegueira” e “ninguém”, segundo a perspectiva nominalista, não parecem fazer qualquer tipo de referência a substâncias ou qualidades no mundo, muito menos possuírem modos de significar. Em seus capítulos sobre o nome, TE responde a essas críticas ao afirmar que, nos nomes de privações, os modos de entender são idênticos aos modos de ser: *et quia eorum intelligi est eorum esse, ideo eorum modi intelligendi erunt eorum modi essendi* “e uma vez que ser entendido é o seu ser, o seu modo de entender será o seu modo de ser” (GS II, 6). Portanto, os modos de entender das privações, além de serem objetivos (reais), existem, segundo TE, apenas na mente e não no mundo, pois o que define uma privação é a ausência (ou inexistência) do seu oposto, nesse caso, a visão. Sendo assim, a teoria dos nomes de privações da GS é uma clara evidência do realismo moderado, ou conceitualismo, da ontologia modista.

Em outra passagem (GS VIII, 16), ainda ao discutir os nomes de privações, e de negações (como “nada”), TE apela para a distinção aristotélica entre contrários e contraditórios ao sustentar que coisas contrárias, como “tudo” e “nada”, existem, de fato, na mente, porque correspondem a contraditórios fora da mente. Apesar de não citar os nominalistas de maneira direta nessas passagens, TE afirma que suas explicações sobre esses tipos especiais de nomes visam a proporcionar uma contra-argumentação a ser usada “caso alguém diga” (*si dicat aliquis*) que os modos das negações e privações, como “nada” e “cegueira” simplesmente não correspondem a qualquer coisa ou qualidade que seja constatável no mundo. A teoria modista, como se viu ao longo deste trabalho, é estritamente correspondentista: todas as coisas que são significadas pela linguagem devem ser referenciáveis, de alguma forma, por meio dos modos de entender da mente, como propriedades no mundo. TE precisa provar que os modos de ser do mundo, de entender, da mente, e de significar, da linguagem, de fato, existem, para demonstrar que a correspondências reais entre eles também é real. Na verdade, essa correspondência real, segundo o modismo, é o que garante um discurso válido a respeito da realidade, i.e., um discurso científico.

Conclui-se, portanto, que há uma provável argumentação antinominalista defensiva na GS e que os opositores em potencial de quem TE se defende provavelmente representam os mestres nominalistas que foram seus colegas na Faculdade de Artes de Paris e na escola claustral de Erfurt. Em um trabalho posterior a este, as linhas mestras dessa argumentação defensiva poderiam ser identificadas e comparadas aos tipos de contra-argumentações que modistas das duas gerações anteriores, ou da contemporânea de TE, como Boécio da Dácia e Siger de Courtrai, provavelmente também fizeram em oposição às críticas nominalistas à teoria modista. Via de passagem, deve-se lembrar que TE, Duns Scotus e Guilherme de Ockham viveram na mesma década de dez do séc. XIV. Embora Ockham só tenha atingido sua fase mais produtiva e prestigiosa a partir da década de vinte do séc. XIV, é bom lembrar que Duns Scotus, a maior referência em termos de realismo moderado medieval, falece por volta de 1308 e que a GS, que foi o último texto representativo do movimento modista, provavelmente foi escrita entre 1300 e 1310, e que ela foi por muito tempo (até os anos 1920) atribuída a Duns Scotus. Assim, de certa forma, refutar as ideias modistas é refutar Duns Scotus, que foi uma das metas do programa nominalista do séc. XIV. Esses fatores parecem pertinentes não só para um estudo mais aprofundado do fim do modismo como movimento produtivo, mas também, mais que isso, para uma compreensão do advento do nominalismo como pensamento hegemônico na fase final da primeira Escolástica.

Além dos nomes de privações e ficções, TE também defende a natureza do pronome como uma espécie de matéria semanticamente amorfa. Segundo TE, nas construções sintáticas, o pronome sempre recebe a forma significativa de um nome. Sendo assim, o pronome possuiria uma valência que poderia ser preenchida pelo significado de um nome qualquer, e essa potencialidade explica a dependência semântica dos pronomes nos nomes. Os contendores de TE afirmavam que, se o pronome não possui significado próprio, então, não faz referência a nada no mundo (pois trata-se de um termo sincategoremático). TE contra-argumenta com uma aplicação analógica da distinção “matéria-forma”: o modo de significar essencial mais geral do pronome é o modo da matéria prima (amorfa) da metafísica aristotélica. Assim como a matéria primordial pode receber qualquer forma, e qualquer coisa só é conhecida por sua forma, da mesma maneira o pronome pode receber o significado de qualquer nome e fazer uma referência real, embora indireta,

a uma coisa ou propriedade no mundo ou na mente. Note-se que essa referência só é possível porque o pronome tem um modo de significar que corresponde a uma propriedade metafísica real: o modo de ser (*modus essendi*) da matéria primordial, que, potencialmente, pode assumir qualquer forma (cf. GS XXIV, 42-3). Nessa discussão do pronome, é muito clara a dependência da teoria modista de TE no pensamento aristotélico medieval, porque a contra-argumentação é toda construída a partir de uma distinção metafísica.

As possíveis críticas do nominalismo empirista de Ockham, quando aplicadas a teorias conceitualistas, e realistas, como a de TE, devem partir do argumento segundo o qual essas teorias assumem a realidade de entidades que não podem ser atestadas pelos sentidos e, portanto, que tais entidades seriam interposições inúteis para uma teoria da referência dos termos das proposições da linguagem da mente. Como se viu nas discussões da GS sobre os nomes de privações e negações e no caso específico do pronome, toda a contra-argumentação modista de TE direciona-se para a comprovação da existência dos modos de ser, entender e significar com base na correspondência “mundo-mente-linguagem”. Porém, como foi visto no caso específico da teoria do gênero da GS, a teoria modista não tem condições de se manter autoconsistente em seu axioma de uma correspondência estrita entre palavras, modos de entender, de significar e de ser. Esse problema, como se viu, é facilmente criticável do ponto de vista do nominalismo, que não vê nenhuma referência, por exemplo, para o modo do gênero dos nomes adjetivos. A referência de um modo de significar do gênero para entidades inanimadas (mesas, pedras, etc.) também é dificilmente defensável.

O ataque nominalista, por princípio, devia necessariamente atingir os pressupostos ontológicos do modismo, porque a tarefa principal a que o nominalismo se impunha era a refutação da atribuição realista de existência a “naturezas comuns” ou universais e os modistas viam as disposições de ser (*rationes essendi*) como as formas das propriedades reais (*modi essendi*) das coisas. Se essas formas (*rationes*) forem entendidas como equivalentes às espécies inteligíveis (*species intelligibiles*) de Tomás de Aquino e Duns Scotus, então, caso seja aceita a necessidade de sua rejeição, que, como se disse, é a meta principal do programa nominalista, o colapso teórico do modismo, cujo correspondentismo fundamenta-se na existência dessas entidades, é inevitável.

Como se viu acima, além de atribuir existência a *rationes* (disposições) ou espécies inteligíveis no mundo, TE também sustenta a existência de modos de entender que são idênticos a modos de ser, nos modos de co-significar dos nomes de privações, como “cegueira” e “surdez”, por exemplo. Ao fazer isso, TE parece atribuir uma existência apenas psicológica a modos de coentender e aos conceitos que são compostos por esses modos. Uma vez que os modos de entender das privações, como conceitos, não fazem uma referência clara a nenhuma propriedade positiva no mundo, a teoria dos nomes de privações e negações da GS aparentemente fere a exigência nominalista de referências empíricas para todos os termos do “mentalês”. Como foi visto, embora haja na GS uma tentativa de sanar essas dificuldades, essa tentativa apenas comprova a rejeição, por parte do nominalismo contemporâneo ao modismo, da multiplicação de entidades que parece inevitável em uma teoria dos modos estritamente correspondentista.

De acordo com a ontologia modista, os modos de coentender e os conceitos que compõem devem ser entendidos como entidades objetivas (reais) do intelecto, uma vez que a correspondência “mundo-mente-linguagem” só é vista com válida se se todos os termos dessa correspondência forem reais (objetivos). Como se viu na seção 5 deste trabalho, Ockham, em sua *Expositio*, entende os conceitos como acidentes da substância mental. Logo, segundo a visão ockhamista, os conceitos, como qualidades subjetivas, não são entidades que possuam qualquer tipo de existência autônoma. A aceitação desse postulado é suficiente para a negação de qualquer atribuição de realidade objetiva a disposições ou modos de ser (*rationes essendi*), de entender ou de significar.

Se a GS for tomada como exemplo paradigmático, as respostas dos modistas às críticas que sua teoria sofre da parte do nominalismo parecem ter sido tenazes. Todavia, de alguma forma, essa tenacidade não foi suficiente para evitar a rápida redução no número de pensadores originais nas fileiras do modismo a partir da segunda década do séc. XIV. Assume-se, a partir da constatação da queda abrupta na produção modista original a partir desse período, a hipótese inicial de que houve uma tamanha adesão dos pensadores escolásticos ao programa nominalista nas primeiras décadas do séc. XIV que a teoria modista deixou de ser produtiva pela simples falta de interesse da comunidade linguística em uma pesquisa que assumisse pressupostos realistas a partir desse momento. Além disso, quase ao mesmo tempo, a Escolástica como um todo começava a sofrer os primeiros golpes

do pensamento humanista. Como se viu anteriormente, Petrarca acusava a Escolástica medieval de ser a filosofia responsável pelos maiores desvios da doutrina cristã: acusava-a de um descaso total para com as obras, a língua e o pensamento dos autores clássicos, patrísticos e bíblicos.

A partir dos anos 1330, Petrarca dará início a uma polêmica antiescolástica literária (epistolar) que perdurará por toda a sua vida. Em suas invectivas, ao mesmo tempo em que condena a falta de fé dos escolásticos, Petrarca faz um forte apelo à intelectualidade da Europa para que retorne ao neoplatonismo de Santo Agostinho, ao *Timeu* de Platão, a Cícero e à *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. É uma verdadeira conclamação ao abandono de um aristotelismo árido, corrompido, vazio e anticristão. As maiores acusações de Petrarca contra os escolásticos apontam fundamentalmente para os problemas ressaltados pelas condenações de 1270 e 1277, feitas pelo bispo de Paris, Étienne Tempier: a proposição da eternidade do mundo (= materialismo panteísta) e a tese da extinção da alma individual (= imoralismo).

Apesar do prestígio do pensamento de Ockham e de outros lógicos nominalistas no interior das faculdades de artes, os humanistas, em seu trabalho inicialmente marginal às instituições de ensino oficiais, parecem ter sido extremamente bem-sucedidos na propagação de suas ideias, já que, em um período relativamente curto de tempo (entre 1350 e 1400), houve um rápido desinteresse pelo estudo da linguagem sob a perspectiva da lógica aristotélica e um interesse generalizado pelo método filológico de reconstrução de obras literárias do mundo romano clássico. De fato, tal reconstrução tornou-se a meta principal do trabalho dos linguistas proto-humanistas do séc. XIV e dominará a linguística do séc. XV. Deve-se ressaltar que esse redirecionamento não foi somente devido a um prestígio gratuito de que desfrutaram os fundadores do humanismo. O pensamento humanista originário, de Dante e de Petrarca, foi retoricamente mais forte do que o pensamento dos nominalistas e modistas. Nesse sentido, a primeira Escolástica, em bloco, foi retoricamente suplantada pelas novas concepções humanistas sobre os estudos e os usos da linguagem.

A aceitação dessas novas concepções por muitos dos integrantes da comunidade intelectual europeia do séc. XV redundaria na substituição da análise lógica, que a Escolástica nominalista do séc. XIV havia cultivado ao extremo, pelos estudos da retórica, da estilística, da história, da política, do pensamento cristão e

neoplatônico e pela filologia iniciada por Petrarca. Em resumo, o humanismo substituiu o estudo do “mentalês” pela busca dos usos pragmáticos mais eficazes para o discurso literário e político. Como esses usos, segundo a concepção quintiliânica, deveriam ser imitações dos autores clássicos, o humanismo impôs-se a missão de reconstituir o estilo desses autores que, de acordo com a nova perspectiva humanista, perdera-se nos séculos sombrios dos abusos escolásticos. Esse trabalho de reconstrução explica a preocupação humanista pela edição de textos. De fato, pode-se dizer que Petrarca inventou o método para que esse trabalho fosse feito. Atesta-o a primeira atividade cultural de grande impacto de Petrarca, que foi a recuperação das *Décadas*, de Tito Lívio, que até 1329, eram conhecidas não como um livro único, mas separadamente. Dotti (2006, p. 39) assim descreva esse trabalho de Petrarca:

Pesquisou, em primeiro lugar, uma cópia italiana da terceira década, de um século ou mais de idade; pediu que se copiasse, e copiou ele mesmo, a primeira; apostilou-as, recuperou as variantes por outros manuscritos, investigou as passagens marcantes e, por fim, juntou todo o volume, obtendo assim o atual códice Harley 2.493, que se encontra no Museu Britânico. Pouco depois, conseguiu a quarta década.

Como se vê, foi um trabalho minucioso. Na verdade, Petrarca gastou dois anos no restauro dessa única obra.

O método de reconstrução textual inventado por Petrarca instaurou uma nova ciência,¹⁰⁶ de caráter empírico: a filologia. Essa nova ciência, ao mesmo tempo em que conquistou a intelectualidade da Europa, representou o retorno da tradição linguística ocidental a uma orientação renovada para os dados da língua natural. O pêndulo oscilava na direção da indução.

No entanto, não se devem ressaltar as diferenças sem ponderarem-se as semelhanças entre o pensamento humanista filológico e o pensamento lógico dos nominalistas, que eram os escolásticos dominantes na época de Petrarca. De fato, o humanismo tem em comum com o nominalismo a rejeição a uma ciência de categorias universais, que fora essencial para os modistas e para a Escolástica do

¹⁰⁶ De uma maneira historicamente mais precisa, pode-se dizer que a filologia, entendida como trabalho de crítica textual, começa em Alexandria, no período helenístico. Todavia, Petrarca deu um novo ímpeto à tradição filológica latina, que permanecera como uma corrente de menor prestígio durante a maior parte do séc. XIII, no qual o Ocidente privilegiou uma abordagem nocional nos estudos da linguagem.

final do séc. XIII. Assim, em sua busca de restauração minuciosa da linguagem dos clássicos, o humanismo, à sua maneira, também representa um apego ao discurso particularizado, contraposto à preocupação com universais linguísticos.

Todavia, apesar dessa possível semelhança empirista ou indutivista com a Escolástica nominalista, o humanismo colocou-se como um movimento de forte ruptura com o pensamento medieval anterior em sua totalidade. A relevância desse rompimento é especialmente importante não só para a história da linguística, mas também para a história do pensamento ocidental, visto que essa ruptura é nada menos que a alvorada do Renascimento das artes do séc. XV e XVI. Ademais, como se sabe, o clima de opinião instaurado pelo humanismo propiciou o surgimento da ciência e da filosofia moderna do séc. XVI e XVII.

Do ponto de vista da história da formação de grupos de pesquisadores em linguística, os proto-humanistas do séc. XIV podem ser entendidos como um grupo de linguistas originais, e marginais, que se opuseram ao *establishment* de seu tempo, aqui entendido como o pensamento Escolástico da universidade medieval. Nesse caso, os dois modelos de análise propostos por Murray para a formação de um grupo científico qualquer (1998), que foram discutidos no início deste trabalho, parecem aplicar-se aos primeiros humanistas. Ressalte-se que um dos modelos de Murray é funcionalista e o outro é um modelo de conflitos. Como se viu anteriormente, nesses dois modelos, Murray opõe grupos ditos de ruptura a outros que enfatizam a continuidade (1998, p. 23). Murray representa o modelo funcionalista como uma soma de pré-requisitos: “boas ideias + liderança intelectual + liderança organizacional → um grupo”. Já o modelo de conflitos é representado como um conjunto de variáveis definidoras da escolha de uma retórica revolucionária ou de continuidade: “idade profissional, (+/-) reconhecimento, (+/-) elite” (1998, p. 25).

De um modo geral, o modelo de conflitos de Murray aplica-se parcialmente ao proto-humanismo, pois, se Petrarca for tomado como um exemplo típico de proto-humanista, pode-se pensar, em primeiro lugar, que os jovens literatos que compõem o proto-humanismo estão geralmente dissociados dos grupos que dominam os quadros do magistério das faculdades de artes das grandes universidades. Além disso, se Petrarca for entendido como um modelo de conduta para esses proto-humanistas, eles não têm e não buscam o reconhecimento da elite que controla a produção e disseminação do saber oficial nesse período, i.e., do corpo docente das

grandes universidades das primeiras décadas do séc. XIV. Pelo contrário, esses jovens polemizam contra os dialéticos das faculdades de artes, pois os veem como promotores de um latim corrompido, de ideias anticristãs e como ignorantes com respeito à importância dos clássicos.

Ademais, o proto-humanismo satisfaz parcialmente o modelo funcionalista de Murray, pois contém boas ideias, como a centralidade da *sonoritas* e a rejeição de uma gramática natural, e tem uma forte liderança intelectual: Dante, Petrarca e seus seguidores. A liderança organizacional só se dá claramente no final do séc. XIV, quando humanistas como Pierre D'Ailly (ca. 1350-1420) e Jean Gerson (1363-1429) tornam-se, respectivamente, reitor do Collège de Navarre, em 1384, e chanceler da Universidade de Paris, em 1395. Como foi mencionado no capítulo introdutório deste trabalho, Pierre D'Ailly, que foi ao mesmo tempo humanista e nominalista, escreveu um tratado antimodista intitulado *Destructiones modorum significandi*, o que reforça a ideia de que o modismo ficou em uma posição de total desvantagem frente às novas tendências nos estudos da linguagem do séc. XIV. De fato, nas últimas décadas do séc. XIV, a partir da conquista dos núcleos oficiais de produção do saber europeu continental, o humanismo difundiu-se por todo o Ocidente e tornou-se rapidamente hegemônico.

Um aspecto curioso do desenvolvimento do humanismo é que, embora inicialmente os humanistas afastem-se propositalmente do ambiente universitário, bastaram apenas algumas décadas para que os seus seguidores conquistassem os núcleos oficiais de disseminação do saber: na própria vida de Petrarca, o senado de Roma concedeu-lhe, em 1341, juntamente com a láurea de poeta, o título de mestre em história. Pouco antes, no mesmo ano de 1341, a Universidade de Paris lhe havia feito a oferta de uma láurea e de um título similares ao do senado romano, que ele rejeitara. Esse título, na prática, dava a Petrarca um privilégio que ele jamais exerceu ou quis exercer: a licença de ensinar em uma universidade. Acrescente-se a essa nota de desprezo de Petrarca pelo ambiente universitário (escolástico) que ele começou a estudar direito em Bolonha em 1320 e, depois de muitas interrupções, abandonou definitivamente os estudos em 1326 (DOTTI, 2006, p. 101-13).

Apesar das possíveis analogias parciais com os modelos propostos por Murray, o clima de opinião antiescolástico instaurado pela retórica humanista foi tão forte que mesmo a ideia de um grupo revolucionário (MURRAY, 1998, p. 25) pode

parecer insatisfatória. Isso porque a nova abordagem humanista do objeto linguagem não se resume a um conjunto de ideias inovadoras de um grupo marginal de linguistas, mas é o principal instrumento de um projeto global para uma mudança de interesses intelectuais na Europa. Nesse sentido, a oposição humanista à Escolástica parece apontar mais para uma interpretação de tipo kuhniano (2009 [1962]), em que o resultado do conjunto das proposições originárias do proto-humanismo, especialmente nas obras de Dante e Petrarca, pode ser visto como uma revolução em relação ao pensamento anterior: uma orientação contrária que resulta em um movimento brusco do pêndulo da história (KOERNER, 1989, p. 53).

A ascensão do pensamento humanista resultou em um crescente descaso para com os estudos da lógica e da metafísica no Ocidente, o que significou tanto o desaparecimento definitivo do modismo como movimento quanto a redução do nominalismo a repetições de fórmulas desgastadas: a originalidade da primeira Escolástica chegara ao seu término antes do final do séc. XIV.

O abandono da lógica e da metafísica resultou em um retorno à concepção quintiliânica da gramática, a qual, como na Antiguidade tardia, passou a ser vista como uma propedêutica à prática literária e oratória. Curiosamente, o próprio nominalismo reforçou essa tendência, porque as ideias ockhamistas fizeram ruir todo o edifício da teoria dos modos de significar e, assim, minaram o único tipo de gramática aristotelicamente fundamentada que a Idade Média conhecera. Nesse sentido, a popularidade das opiniões de Ockham e de outros nominalistas teve como uma de suas importantes consequências históricas justamente essa reversão do estatuto da gramática, que deixou de ser entendida como uma ciência aristotélica e passou a ser considerada, a partir da segunda metade do séc. XIV, como uma arte necessária para a compreensão e a imitação dos autores clássicos: como se disse acima, um estatuto semelhante ao que Quintiliano concedera-lhe no final do séc. I d.C. (ROBINS, 1983, p. 43).

O rápido caminho que a linguística ocidental percorreu entre o final do séc. XIII e a segunda metade do séc. XIV – de preocupações mais teóricas para preocupações mais descritivistas e prescritivistas – parece confirmar o modelo em espiral ascendente de Koerner (1989, p. 54), que foi apresentado na primeira seção deste trabalho. Tal modelo, que ilustra um progresso relativo ao contexto de uma mesma tradição nos estudos da linguagem, parece adequado na descrição do progresso da GLE (Gramática Latina Estendida) entre o final da Antiguidade tardia e

o início do séc. XIV, porque inclui a alternância entre perspectivas descritivistas, e prescritivistas, e perspectivas teóricas e, ao mesmo tempo, indica que há um retorno evolutivo, que pode ser descrito como um movimento revolucionário e em espiral de ida e volta entre essas duas perspectivas na história da linguística europeia durante o período aqui estudado (cf. FIGURA 4). Entretanto, note-se que se trata de um processo dialético: quando a ênfase descritiva retorna, por exemplo, com a filologia de Petrarca, essa ênfase já não é mais a do Período Helenístico nem a da Antiguidade tardia, mas está em outro patamar. Essa evolução só é possível com os ganhos da ênfase anterior: nos estudos da linguagem medievais, o método escolástico culminara com um esvaziamento dos universais linguísticos, reduzidos a etiquetas arbitrárias (nomes), e em uma tentativa de referenciação exaustiva dos termos das proposições do “mentalês” em dados empíricos. De certa forma, o proto-humanismo herda do nominalismo essa ênfase empírica e essa resistência aos universais, pois seu objeto privilegiado de estudo é a reconstituição da linguagem e do pensamento contidos nos textos do mundo clássico romano.

Pode-se concluir, do que foi visto até aqui, que, nos estudos gramaticais do Ocidente durante o Medievo, a passagem de uma ênfase descritivista e prescritivista para uma ênfase mais teórica ou nocional ocorre paulatinamente entre fim do primeiro milênio e a segunda metade do séc. XIII. Já o retorno a uma ênfase mais descritivista é rápido: ele se dá entre as primeiras e as últimas décadas do séc. XIV. Se essa evolução for entendida como parte de um período da história da gramática latina a partir do declínio do uso do latim como língua viva (AUROUX, 2009 [1994]), ela enquadra-se, de fato, no modelo proposto por Koerner (1989), pois este descreve uma evolução descontínua, oscilante e progressiva no interior de uma mesma tradição linguística. O desenvolvimento interno dos estudos linguísticos entre o séc. VI e XV, cujos momentos cruciais estão descritos na seção 3 deste trabalho, e o processo que culminou no fim da gramática teórica medieval, descrito na seção anterior à presente seção, parecem corroborar essa hipótese.

Entretanto, embora, em linhas gerais, a ascensão e o declínio da teoria modista enquadrem-se no modelo historiográfico de Koerner, é necessário ressaltar que uma associação precisa entre fatores do contexto histórico e social e mudanças de foco teóricas, em qualquer período histórico, nunca é fácil, porque é sempre difícil associar fatores históricos externos a alterações de ordem teórica. Por exemplo, a peste negra que dizimou um terço da população da Europa no final dos anos 1340

teria alguma influência na rápida disseminação das ideias humanistas? Se se pensar que um dos ideais humanistas é a vida solitária e que a sobrevivência, no caso da peste negra, estava associada ao afastamento dos centros urbanos, a resposta parece ser provavelmente afirmativa nesse caso. Todavia, nesse e em outros casos, têm-se meras suposições do que poderia ter contribuído ou não para o surgimento de uma evolução teórica particular. Como uma precisão maior não parece factível, resta ao emprego do modelo geral de Koerner o campo do provável quanto à origem do forte ímpeto que fez com que os estudos da linguagem do final da Idade Média abandonassem rapidamente a lógica árida dos últimos escolásticos e fossem alegremente ao encontro da suavidade juvenil das palavras da retórica humanista.

A última conclusão, e talvez a mais geral, que se pode tirar ao término deste estudo introdutório ao pensamento modista da perspectiva da GS é que, como se viu especialmente na seção 4.2.2, noções típicas do modismo, tais como as de dependência sintática e de subordinação lógica (e psicológica) entre as partes do discurso, reaparecem no trabalho de linguistas posteriores como Jespersen, Tesnière, Hjelmslev e Covington. Essa recorrência poderia indicar uma influência duradoura das categorias do pensamento aristotélico na linguística ocidental. Todavia, uma verificação mais precisa de como essa influência se caracterizou ao longo da história da linguística sem dúvida demandaria pesquisas que excedem em muito os limites a que se propôs este trabalho.

8 SOBRE ESTA TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DA *GRAMMATICA SPECULATIVA* DE TOMÁS DE ERFURT

A edição mais conhecida da GS é a do historiador franciscano Lucas Wadding, feita em Lyon em 1639. O texto original utilizado é oriundo da edição de Wadding e foi atribuído, por muitos séculos, a João Duns Scotus. Em 1922, Martin Grabmann, em seu artigo *De Thoma Erfordiensis, auctore Grammaticae quae Joanni Duns Scoto adscribitur, speculativae*, publicado no *Archivum Franciscanum Historicum*, (p. 273-277), divulgou ao mundo sua descoberta da verdadeira autoria da GS (FARRÉ, 1947, p. 9). Essa atribuição fundamentou-se principalmente na passagem final do *Codex Latinus Mocensis*, citada por Grabmann, que contem as seguintes palavras: *Expliciunt modi significandi noviter compilati a magistro Thoma de Erfordia et sunt completi sabbato octave Pentecostes in primo pulsu Versperarum* “Terminam-se os modos de significar, recentemente compilados pelo mestre Tomás de Erfurt, e que foram concluídos no sábado, oitavo de Pentecostes, à primeira chamada das vésperas” (GRABMANN, 1922, p. 275 *apud* FARRÉ, 1947, p. 10).

Uma das características dos textos escolásticos que dificultam a tradução é sua riqueza de marcadores textuais. Esses marcadores ajudavam a dar coerência ao texto, uma vez que podiam marcar o final ou o início de um parágrafo ou capítulo ou mesmo de um assunto.

Em seu livro sobre a teoria sintática modista, Michael Covington (1984, p. 2), em sua tradução de trechos de gramáticas modistas, opta por manter os textos originais em colunas paralelas a suas traduções e faz uma tradução interpretativa dos textos latinos. De acordo com esse autor (COVINGTON, 1984, p. 2.), não existiria uma maneira consistente de se traduzirem certas expressões ou termos técnicos do jargão escolástico das gramáticas modistas, tais como *item* (igualmente) e *dicendum est* (deve-se dizer/declarar/responder). Essa impossibilidade adviria justamente do fato desses termos e frases não terem significado isoladamente, mas funcionarem como marcadores das posições das sentenças em um discurso altamente formalizado. Assim, em suas traduções para o inglês, Covington simplesmente omite esses marcadores em sua versão dos textos originais, como no exemplo a seguir:

<p><u><i>Dicendum est ergo quod congruitas et incongruitas causantur ex conformitate vel disconformitate modorum significandi, quae per se sunt de consideratione grammatici.</i></u></p>	<p>Grammaticality and ungrammaticality are caused by the compatibility or incompatibility of modes of signifying, which are intrinsically the concern of the grammarian.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: COVINGTON, 1984, p. 34

Covington (1984, p. 2) também decide não traduzir para a terminologia da linguística atual termos e frases que não teriam qualquer correspondente moderno aproximado. Assim, por exemplo, ele não traduz algo como *partes orationes* por “componentes da frase”. Sua estratégia é ou deixar essas expressões em latim ou traduzí-las pela expressão inglesa mais usual *parts of speech* – partes do discurso. Quanto às frases e termos para os quais não se encontram nem mesmo expressões aproximadas no vocabulário da linguística atual, Covington transpõe-nos para o inglês em forma de neologismos calcados nos originais latinos, tais como em sua tradução de *constructibile* por *constructible* e *modus significandi* por *mode of signifying*.

Na presente tradução da GS, optou-se por uma estratégia parecida em certos aspectos e diferente em outros das opções de tradução de Covington.

Como no trabalho de Covington, esta tradução para o português da GS de TE utiliza a nomenclatura que ainda é usualmente empregada na gramática tradicional e que é equivalente na GS, como “verbo”, “tempo”, “modo”, etc. para *verbum*, *tempus*, *modus*, etc. Ademais, assim como em Covington, optou-se por traduzir termos específicos da GS de TE por termos calcados no original. Por exemplo, traduziu-se *constructibile* por “contruente”.

A diferença desta tradução da GS e as versões do autor supracitado, reside no fato de que se traduziram termos ou frases que representam marcadores textuais, como *dicendum est* e *item*. A razão para isso é simples: na Idade Média não havia uma separação marcada entre o discurso acadêmico oral e o escrito. A produção de textos acadêmicos tinha pouco em comum com o trabalho solitário da redação de artigos, dissertações e teses dos dias de hoje. A imediatez entre o que se lia e se debatia nas escolas e o que se escrevia nas sumas e opúsculos didáticos

fica evidente a partir da leitura de qualquer um dos exemplares que chegaram à atualidade. Nesse sentido, qualquer interessado por textos de filosofia medieval, que leia o texto no original, ganha de brinde um encontro com o mundo acadêmico daquela época. Nas palavras de Alain de Libera: “As formas literárias com as quais os homens da Idade Média dão corpo ao seu pensamento refletem os diversos atos sociais de interpretação, cumpridos pelo intelectual no ambiente onde exerce sua atividade.” (1990, p. 25). Os capítulos que compõem a GS são o resultado direto de uma atividade acadêmica como essa. De fato, é provável que TE tenha escrito a GS concomitantemente ao seu magistério em Erfurt.

Muitas das fórmulas que são utilizadas na transmissão das idéias sobre a linguagem contidas na GS refletem o ambiente acadêmico medieval – a linguagem da GS, como pode ser comprovado pela leitura do original e da tradução a seguir, demonstram seu caráter de manual escolástico. Nesse sentido, termos e frases como *dicendum est*, *item* e *videtur quod*, etc., que dão coerência ao discurso de TE, são também uma transposição para o registro escrito das fórmulas dos debates que constituíam a alma da vida acadêmica medieval. Por isso, quando se busca dar ao leitor da tradução dessa gramática uma janela para o ambiente universitário medieval, nada pode ser mais útil do que traduzir essas fórmulas. No caso da GS de TE, uma tradução puramente interpretativa esquecer-se-ia de um dado fundamental para a compreensão da obra: a relação íntima entre a sua gênese e o meio em que foi produzida.

Segundo Gilson (1996, p. 492), o ensino universitário medieval dividia-se em dois métodos principais: as lições (*lecturae*), de que se deriva o gênero dos comentários escritos, e a disputa ou questão (*disputatio* ou *quaestio*), de que se derivam os livros de questões disputadas. O gênero das sumas, como a *Suma de teologia* de Tomás de Aquino e as sumas de gramática, como a GS de TE, têm elementos dos comentários escritos, mas sua estrutura deve muito mais aos livros de questões disputadas. Logo, trata-se de textos muito próximos das disputas que aconteciam no cotidiano das faculdades de artes medievais.

As lições (*lecturae*) se dividiam em duas partes principais: a divisão e explicação do texto e a exposição de respostas, antigas e modernas, às dificuldades levantadas na interpretação do texto (LIBERA, 1990, p. 26). As disputas (ou questões) eram verdadeiros torneios dialéticos cuja estrutura formal era uma alternância entre objeções, exposições e refutações. Havia dois tipos de disputa: as

ordinárias, cujas questões eram preestabelecidos pelo professor, e as extraordinárias ou quodlibetais, cujas questões eram escolhidas a esmo, no início da aula, por qualquer um (*a quo libet*) da assistência (LIBERA, 1990, p. 28).

As sumas ou tratados gerais das diversas disciplinas (teologia, lógica, matemática, etc.) são o gênero por excelência da literatura pedagógica da Idade Média. Uma suma é o resultado de quatro fatores: 1) a necessidade de organização de um determinado saber; 2) as técnicas de ensino da instituição universitária; 3) o resumo da pesquisa de uma universidade sobre um determinado assunto; 4) uma tentativa autônoma e sistemática de organizar criticamente os dados de uma tradição. A unidade mínima de uma suma é um artigo. O formato de um artigo resulta do desenvolvimento da questão disputada ordinária. Com relação a seus títulos e subtítulos, um artigo se divide da seguinte forma:

<i>Utrum...</i>	“Se...” (Introduz a questão ou pergunta hipotética.)
<i>Videtur quod...</i> <i>Videtur quod non...</i>	“Parece que...” “Parece que não...” (Série de argumentos e objeções a favor ou contra a ideia veiculada pela questão ou pergunta hipotética)
<i>Sed contra...</i>	“Mas contra...” (Um ou vários contra-argumentos)
<i>Respondeo dicendum...</i>	“Deve-se declarar que...” (Solução para o problema depois de uma ponderação dos argumentos contra e a favor)
<i>Responsio principalis</i> ou <i>Corpus articulis</i> ou <i>Solutio</i>	“Resposta principal” ou “Corpo do artigo” ou “Solução” (Fundamentação da solução para o problema: citam-se autoridades com que se coaduna a solução apresentada.)

QUADRO 9 - O *ARTICULUS* COMO UNIDADE DIALÉTICA

FONTE: GRABMANN, 1949, p.40

O gênero *summa* tem seu ápice, naturalmente, nas grandes sumas de teologia. No entanto, nas outras artes, como na geometria e na lógica, esse gênero tomava corpo no formato de pequenas sumas (*summulae*) ou tratados, como as *Summulae Logicales*, de Pedro Hispano ou de Espanha (LIBERA, 1990, p. 30), que eram compêndios sobre questões disputadas. Embora modistas como Boécio da

Dácia (fl. 1275) e Martinho da Dácia (morto em 1304) tenham optado por um gênero de comentário com perguntas (*expositio per modum quaestionis*) para veicular suas idéias, outros, como o pré-modista Pedro Helias (fl. 1140) e o próprio TE (fl. 1310) optaram pelo formato da pequena suma ou tratado. Essa escolha fica clara a partir de uma tradução do título da GS: Tratado dos modos de significar ou gramática especulativa.

Em vista dessa natureza eminentemente pragmática do discurso da GS de TE, a presente tradução, no sentido de transmitir ao leitor um pouco do caráter estritamente pedagógico do ambiente das questões disputadas que transparecessem na GS, procura traduzir e ressaltar as fórmulas que remetem à prática escolar da alta Escolástica. Essa prática é contemporânea à composição da GS por TE. Um exemplo claro disso é a seqüência de termos e frases sublinhada no trecho a seguir:

<u>Quidam dicunt, quod pronomen de se et absolute nihil significat, sed tantum habet habilitatem ad significandum... Ista opinio est erronea et falsa; quia [...]</u>	<u>Alguns afirmam que</u> o pronome, por si mesmo, não significa nada absolutamente, mas tem apenas o potencial de significar... <u>Essa opinião é errônea e falsa, porque [...]</u>
<u>Ad auctoritatem, quam adducunt, dicendum, quod pronomen [...]</u>	Deve-se responder à autoridade, que eles <u>aduzem, que</u> o pronome [...]
<u>Alii dicunt, quod pronomen [...]</u>	<u>Outros afirmam que</u> o pronome [...]
<u>Ista opinio similiter non valet [...]</u>	<u>Esta opinião não é válida [...]</u>
<u>Ad aliud, quod adductum fuit ad confirmationem dicti sui, quod si pronomen significaret aliquid indeterminatum, eius significatum non posset intelligi. Dicendum quod [...]</u>	<u>Para qualquer outro argumento a que se recorra para confirmar a tese segundo a qual</u> o pronome seria ininteligível se significasse algo indeterminado, <u>deve-se responder que [...]</u>

QUADRO 10 - UM ARTICULUS DA GRAMMATICA SPECULATIVA

FONTE: GS XXIV, 42-43

As frases e termos sublinhados que aparecem na sequência argumentativa do texto acima não são apenas marcadores das divisões dos assuntos discutidos nesses capítulos, pois, além de funcionarem como mecanismos de transição no desenvolvimento das idéias que compõem o conjunto da sua argumentação, são também um reflexo quase simétrico do ambiente acadêmico vivo de que são uma imagem. No trecho exemplificado no quadro acima, o conjunto da argumentação organiza-se por meio de fórmulas dialéticas tradicionais e gira em torno de uma

questão disputada entre os gramáticos do final do séc. XIII: “o pronome significa algo indeterminado?”. Um cotejo com os passos argumentativos de um artigo escolástico qualquer, como os do QUADRO 9 acima, demonstra que a GS está estruturada por um encadeamento de artigos, de acordo com os gêneros *summa* ou *summula* e que, portanto, sua organização textual reflete as questões disputadas sobre a linguagem no cotidiano das escolas e universidades da alta Idade Média. Outros exemplos da GS, além dessa questão sobre o pronome, poderiam ser citados, mas é provável que a estrutura dessa questão particular já seja suficiente para justificar a importância de uma tradução da GS em que se contemplem os mecanismos textuais que são importantes para a sua compreensão como um tratado típico do ambiente escolástico.

Resumidamente, na presente tradução, tentou-se seguir os seguintes princípios: 1) manteve-se a nomenclatura que ainda é usualmente empregada na gramática tradicional e que é equivalente na GS; 2) optou-se por traduzir termos específicos com o uso de expressões calcadas; 3) recorreu-se à tradução interpretativa, quando pareceu necessário; 4) traduziram-se termos e frases como *dicendum quod*, *notandum* e *item* com o intuito de transmitir ao leitor um *feeling* do ambiente acadêmico medieval em uma de suas manifestações mais sofisticadas: os debates acadêmicos do final do séc. XIII.

Houve alguns vocábulos cuja tradução foi especialmente difícil: trata-se de termos técnicos comuns ao contexto escolástico, mas que hoje tornaram-se incomuns ou têm acepções diferentes das de termos homógrafos do vocabulário especializado da filosofia posterior à Idade Média (LALANDE, 1999). Na GS, o exemplo mais claro dessa dificuldade é provavelmente a versão do termo *ratio* para o português. *Ratio* aparece pela primeira vez no título do Proêmio, *Methodi ratio* (GS I, 1), e sua presença é frequente ao longo de todo o texto. O *Novissimo diccionario latino-portuguez* de Saraiva traz oito acepções para esse termo, entre as quais, as mais comuns em Cícero, que é o autor clássico mais citado no verbete, são: cálculo, método, medida, proporção, relação, referência a, causa, sistema, argumento, raciocínio, opinião, inteligência, juízo, etc. O vocábulo “disposição” é a primeira palavra da quarta acepção registrada. Note-se que, entre as citações de Cícero elencadas por Saraiva, *ratio* pode ser traduzido como uma fórmula de tipo “dizer respeito a x”: *Haec res est ex domestica ratione* “Esta é uma coisa que diz respeito

aos interesses domésticos”, o que permite considerar a tradução de *ratio* para o português na forma de uma paráfrase.

Lalande (1999, p. 912) afirma que “o sentido mais antigo de *ratio*” está ligado “provavelmente a *ratus*, particípio de *reor* (crer, pensar), e aparece sobretudo significando cálculo e relação, antes da época clássica”. Segundo o mesmo autor, “*ratio* entra para a linguagem filosófica de expressão latina com Lucrécio e Cícero, que lhe atribuem o sentido que tinha dos termos *diánoia* e sobretudo *lógos* [...]”. Além disso, Lalande (1999, p. 912) também menciona que, apesar de que antes de entrar para o vocabulário filosófico latino, na tradição filosófica grega, *lógos* “se empregava [...] nas acepções mais variadas”, este já tinha um sentido geral amplamente aceito: “faculdade de raciocinar discursivamente, de combinar conceitos, proposições”. Nuchelmans (1972), em seu livro sobre as teorias da proposição antigas e medievais, discute esses sentidos variados do termo *lógos* no grego da filosofia aristotélica e estoica e elenca um número de traduções de suas principais acepções, em língua inglesa, que são de interesse para a história da lógica e da linguística: *speech, discourse, meaningful sounds, group of words, utterance, sentence, statement-making utterance, assertion, that which is stated, argument*. Nuchelmans encontra esses sentidos principalmente nas *Categorias* e no *Da Interpretação* de Aristóteles e nos estoicos. Pode-se dizer, portanto, que, de um modo geral, na filosofia clássica antiga o sentido geral de *lógos* e *ratio* está ligado ao raciocínio e ao discurso.

O dicionário medieval latino-francês de Le Ver (1440), conhecido como *DLV* (*Dictionarius de Firmin Le Ver*), dá, para *ratio*, os seguintes sinônimos e definição: *discretio, scientia, sententia sive deffinitio vel quidam modus animi vera a falsis distinguens* “discernimento, conhecimento, sentença ou definição ou um certo modo da mente que distingue entre as coisas verdadeiras das falsas” e o traduz para o francês como *raison* (LE VER, 1440, p. 421). Assim, no início do séc. XV, um dos principais sentidos de *ratio* parece estar ligado ao discernimento ou julgamento entre a verdade ou a falsidade de um enunciado, o que combina com a ênfase dialética da Escolástica que, na teoria da suposição, buscava definir a verdade ou a falsidade das proposições.

O dicionário de latim medieval de Le Talleur (1490, p. 328) define *ratio* como *aspectus animi quo per seipsum non per corpus intuetur aut est ipsum quod contemplatur [...]* “o aspecto da mente por meio de que ela considera, por si mesma

e não pelo corpo, ou é a própria coisa que contempla”. Em Le Talleur, observa-se a noção antiga, e medieval, de que um entendimento natural é uma adequação a uma ordenação racional subjacente às coisas: a *ratio* não é só uma capacidade subjetiva, uma faculdade de raciocinar discursivamente, mas é também uma ordem natural, objetiva, das coisas. Na verdade, a ideia de uma adequação entre uma ordem subjetiva, ou intramental, e uma ordem objetiva das coisas fora da mente era um lugar-comum do pensamento aristotélico medieval, principalmente porque o mundo era entendido como uma criação pré-ordenada por Deus. Essa correspondência entre a ordem mental e a ordem do mundo é confirmada pelo *Thomas-Lexikon* de Schütz, em que se distinguem dezenove acepções de *ratio* na obra de Tomás de Aquino, mas a mais comum é a de uma faculdade natural de inquirir e discorrer sobre a verdade das coisas apreendidas pelos sentidos (*Summa theologiae* II, 2, q.49, a.5¹⁰⁷): a verdade das coisas sendo a ordem a que o entendimento se ordena.

Como a teoria modista é fortemente correspondentista, não é surpreendente que TE utilize, por um lado, expressões como *ratio significandi*, *ratio consignificandi* e *ratio intelligendi*, que ligam *ratio* à capacidade intelectual e ao discurso e, por outro lado, encontre-se na GS a expressão *ratio essendi*, que implica claramente na ideia de que há uma razão, uma ordem subjacente ao mundo que corresponde à ordem da mente (GS I, 3; IV, 8). De fato, um dos pressupostos centrais do modismo é que à ordem dos conceitos e dos significados, na mente, corresponde uma ordem simétrica de propriedades de coisas no mundo.

Hodiernamente, o termo razão não parece familiar na acepção de uma ordem preexistente no mundo: razões não são entendidas facilmente como entidades reais, como era o caso no final do séc. XIII. Na GS, *ratio* claramente tem o sentido geral de “ordem das partes de um todo de que se derivam um entendimento e um significado”. Em vista disso, optou-se por não traduzir o vocábulo *ratio* da GS por “razão” e sim por “disposição”, cujo sentido dicionarizado é “distribuição ordenada (das partes de um todo)” ou um “arranjo” (HOUAISS, 2003 p. 174). Assim, em *ratio essendi*, *ratio* é uma ordenação/disposição natural que faz com que uma coisa ou propriedade objetiva possa ser entendida como isto ou aquilo: uma disposição ou forma de ser dessa coisa ou propriedade. *Ratio* poderia também ser traduzido por “ordem”, “ordenação” ou “forma”, porém, “disposição”, da perspectiva modista,

¹⁰⁷ Leia-se: o 5.º artigo da 49.ª questão da 2.ª parte, da 2.ª parte, da *Suma Teológica*.

parece transmitir melhor tanto o sentido extramental das propriedades das coisas, i.e. suas disposições naturais (potenciais) de serem entendidas pela mente (*rationes essendi*), quanto as disposições subjetivas (ativas) correspondentes, que se localizam nos intelectos que entendem essas coisas e propriedades objetivas como ordenadas (*rationes intelligendi*), i.e., como racionais. Acrescente-se a isso que o dicionário de Le Ver (1440, p. 127) traduz *dispositio* por “ordenance” e *dispono* por “ordener”, o que também parece justificar a escolha de “disposição” como tradução para *ratio*.

Além de “disposição”, na tradução para o português do original latino da GS que acompanha este trabalho, *ratio* também foi traduzido pela expressão “do ponto de vista de” e duas expressões similares a esta: “de acordo com” e “com/no papel de”. Traduz-se *ratio* dessa maneira sempre que TE utiliza esse termo na aplicação da distinção aristotélica “matéria-forma” (cf. GS VIII,15). Por exemplo, ao comparar o nome ao pronome, TE diz que, por um lado, estas duas partes do discurso têm o significado básico de fazerem referência à uma substância e que esse significado básico é a matéria comum que o nome e o pronome compartilham. Por outro lado, o nome faz essa referência de forma direta, enquanto o pronome precisa receber essa referência por intermédio de um nome. Logo, o nome e o pronome têm uma forma diferente de referência. Nesse sentido, TE afirma que, *ratione materiae*, “do ponto de vista da matéria”, nome e pronome são iguais, mas, *ratione formae*, “do ponto de vista da forma”, são diferentes. Assim, fica claro que, nessas expressões (*ratione materiae*, *ratione formae*), *ratione* deve ser traduzido como “do ponto de vista de” ou “da perspectiva de” ou “de acordo com” e não como “disposição”. Na presente tradução, há várias instâncias do uso dessas expressões para a versão do termo *ratio*, por exemplo, na tradução do capítulo sobre o caso nominal (GS XIX, 32): *Dativus casus est modus significandi rem in ratione principii, vel termini indifferenter [...]* “O dativo é o modo de significar a coisa de acordo com o princípio ou o término indiferentemente [...]”.

Outros termos, com os quais o leitor talvez não esteja familiarizado, são discutidos no glossário que se encontra no final deste trabalho.

Ao longo de todo o trabalho de tradução da GS, houve vários momentos em que os textos traduzidos para o português foram cotejados com as traduções para o inglês, de Bursill-Hall (1972), e para o espanhol, de Farré (1947). A divisão em capítulos e parágrafos aqui adotada segue a tradução de Bursill-Hall (1972), em que

a GS está dividida em 54 capítulos e 120 parágrafos. O texto latino é o mesmo utilizado por Bursill-Hall (1972) em sua versão da GS para o inglês e Farré (1947) para o espanhol, a saber: a edição de Wadding de 1639.

9 UMA TRADUÇÃO DA *GRAMMATICA SPECULATIVA*, DE TOMÁS DE ERFURT, PARA O PORTUGUÊS

TRACTATUS DE MODIS SIGNIFICANDI SEU GRAMMATICA SPECULATIVA

1 *Methodi ratio*. Quoniam quidem intelligere et scire contingit in omni scientia ex cognitione principiorum, ut scribitur I *Physicorum*, *Text Comment 1*, nos ergo, volentes habere scientiae Grammaticae notitiam, circa omnia eius principia, cuius modi sunt Modi significandi, per se primo oportet insistere. Sed antequam eorum inquiratur notitia in speciali, praemittenda sunt quaedam in generali, sine quibus plenarius ipsorum intellectus haberi non potest.

Quorum unum et primum est, quomodo modus significandi partiatur, et describatur. Secundum est, a quo modus significandi radicaliter oriatur. Tertium est, a quo modus significandi immediate sumatur. Quartum est, quomodo modus significandi a modo intelligendi et a modo essendi distinguatur. Quintum est, in quo modus significandi tanquam in subiecto inveniatur. Sextum est, qualem ordinem habeant ad invicem isti termini, Signum,

TRATADO DOS MODOS DE SIGNIFICAR OU GRAMÁTICA ESPECULATIVA

1 *Disposição do método*. Visto que em toda ciência saber e entender relacionam-se com o conhecimento de princípios, como está escrito no primeiro livro e no comentário da *Física* de Aristóteles,¹ é oportuno para nós, desejosos de conhecer a ciência da gramática, determo-nos em todos os seus princípios, cujos modos são os modos de significar. Mas, antes de inquirirmos pelo seu conhecimento específico, é necessário nos remetermos a certas de suas noções gerais, sem as quais não se pode obter seu entendimento pleno.²

Dessas noções, a primeira e principal é a maneira como o modo de significar divide-se e é descrito; a segunda é de onde o modo de significar origina-se primordialmente; a terceira é de onde o modo de significar é derivado imediatamente; a quarta é de que maneira o modo de significar distingue-se do modo de entender e de ser; a quinta é em que situação o modo de significar é encontrado em forma de sujeito; a sexta é a ordem que os seguintes termos têm entre si: signo,

Dictio, Pars orationis, et Terminus.

vocábulo, parte do discurso e termo.³

CAPUT I

Quomodo modus significandi dividatur et describatur.

2 *Modus significandi duo importat: modus significandi activus et passivus.* Circa primum est sciendum, quod modus significandi duo importat aequivoce. Dicitur enim de modo significandi activo et passivo. Modus significandi activus est modus, sive proprietas vocis, ab intellectu sibi concessa, mediante qua, vox proprietatem rei significat. Modus significandi passivus est modus, sive proprietas rei, prout est per vocem significata. Et quia significare et consignificare est quadammodo agere, et significari et consignificari est quodammodo pati, inde est, quod modus vel proprietas vocis, mediante qua vox proprietatem rei active significat, modus significandi activus nominatur; modus vero, vel proprietas rei, prout per voces passive significatur, modus significandi passivus nuncupatur.

CAPÍTULO I

Como o modo de significar divide-se e é descrito

2 *O modo de significar introduz dois outros: o modo de significar ativo e o modo de ser significado passivo.*⁴ Acerca desse primeiro tópico, deve-se saber que o modo de significar introduz dois modos de maneira equivalente. Por isso, o modo de significar é chamado de ativo e de passivo. O modo de significar ativo é o modo ou a propriedade da palavra, que é recebida do intelecto, por meio do qual a palavra significa a propriedade de uma coisa. O modo de ser significado passivo é o modo ou a propriedade da coisa enquanto significada pela palavra. E, como significar e cossignificar é, de certa forma, agir, e ser significado e ser cossignificado é, em certo sentido, sofrer uma ação, conclui-se que o modo ou a propriedade da palavra, mediante o qual a palavra significa uma propriedade, é chamado de modo de significar ativo, mas o modo ou a propriedade da coisa, que é significada passivamente pelas palavras, é denominado modo de ser significado passivo.

3 *Intellectus duplicem rationem voci tribuit.* Iuxta quod notandum quod cum intellectus vocem ad significandum, et consignificandum imponit, duplicem ei rationem tribuit, scilicet, rationem significandi quae vocatur significatio, per quam efficitur signum, vel significans; et sic formaliter est dictio; et rationem consignificandi, quae vocatur modus significandi activus, per quam vox significans fit consignum, vel consignificans; et sic formaliter est pars orationis; ita quod pars est pars secundum se per hanc rationem consignificandi, seu modum significandi activum, tanquam per principium formale; sed est pars relata ad aliam per eandem rationem consignificandi activam, tanquam per principium efficiens intrinsecum.

Ex hoc patet, quod rationes consignificandi active, seu modi significandi activi, per se et primo ad grammaticam pertinent, tanquam principia considerata in grammatica. Sed rationes consignificandi passivae, seu modi significandi passivi, ad grammaticam non pertinent, nisi per accidens, quia non sunt principium partis

3 *O intelecto atribui duas disposições à palavra.* Deve-se observar também, junto ao que se discutiu até aqui, que no momento em que o intelecto impõe à palavra as disposições de significar e cossignificar,⁵ ele lhe atribui uma disposição dupla: a disposição de significar, que se denomina significação⁶, pelo qual (a palavra) é transformada em um signo ou significante e, assim, formalmente, em um vocábulo; e o potencial de cossignificar, que é denominado modo de significar ativo, pelo qual a palavra é transformada em um cossigno ou cossignificante e, dessa maneira, torna-se formalmente uma parte do discurso. Assim, uma parte do discurso quando está isolada (de outras partes) tem uma disposição de cossignificar ou modo de cossignificar como que por meio de um princípio formal (potencial). Entretanto, em virtude dessa mesma disposição, uma parte relaciona-se com outra parte como que por um princípio eficiente intrínseco.⁷

Disso resulta claramente que as disposições de cossignificar ativamente ou os modos de cossignificar ativos, em si mesmos e primeiramente, pertencem ao estudo da gramática enquanto princípios considerados na gramática. Mas as disposições de ser cossignificado passivas ou os modos de ser cossignificado passivos não pertencem ao estudo da

orationis, nec formale, nec efficiens, cum sint rerum proprietates, nisi quantum ad illud, quod est formale in eis, cum in hoc etiam forte a modis significandi activis non discrepent, ut infra patebit.

CAPUT II

A quo modus significandi radicaliter oriatur.

4 *Omnis modus significandi activus est ab aliqua rei proprietate.* Circa secundum notandum, quod cum huiusmodi rationes, sive modi significandi activi non sint figmenta, oportet omnem modum significandi activum ab aliqua rei proprietate radicaliter oriri. Quod sic patet: quia cum intellectus vocem ad significandum sub aliquo modo significandi activo imponit, ad ipsam rei proprietatem aspicit, a qua modum significandi activum originaliter trahit; quia intellectus cum sit virtus passiva, de se indeterminata, ad actum determinatum non vadit, nisi aliunde determinetur. Unde cum imponit vocem ad significandum sub determinato modo

gramática, a não ser acidentalmente, porque não se constituem em princípio de parte de discurso, seja de maneira formal (potencial) seja eficiente, mas representam as propriedades das coisas. Todavia, podem ser considerados princípios de partes do discurso de um ponto de vista fomal⁸ enquanto nisso não divirjam dos modos de significar ativos, como abaixo ficará evidente.

CAPÍTULO II

De onde o modo de significar se origina fundamentalmente

4 *Todo modo de significar ativo é derivado de alguma propriedade da coisa.* Com respeito a esse tópico, deve-se observar que essas disposições ou modos de significar ativos não são ficções e que, necessariamente, todo modo de significar ativo deve originar-se fundamentalmente de alguma propriedade da coisa. Isso evidencia-se da seguinte forma: quando o intelecto designa uma palavra para significar de acordo com algum modo de significar ativo, ele considera na coisa a propriedade em si mesma da qual o modo de significar é originalmente derivado. Isso ocorre porque o intelecto, que é uma qualidade passiva e indeterminada por si mesma, não vai ao ato determinado a não

significandi activo, a determinata rei proprietate necessario movetur; ergo cuilibet modo significandi activo correspondet aliqua proprietas rei, seu modus essendi rei.

5 Sed contra hoc obiicitur: quia haec vox significativa, scilicet *deitas*, habet foemininum genus, quod est modus significandi passivus; tamen in re significata sibi proprietas non correspondet, quia est proprietas patientis, a quo sumitur foemininum genus. Item, privationes et figmenta sub nullis proprietatibus cadunt, cum non sint entia; et tamen voces significativae privationum et figmentorum modos significandi activos habent, ut *caecitas*, *chimaera*, et similia.

Dicendum, quod non oportet, quod semper modus significandi activus dictionis trahatur a proprietate rei illius dictionis, cuius est modus significandi; sed potest accipi a proprietate rei alterius dictionis, et rei illius dictionis tribui, et sufficit quod ipsi non repugnet; et quia substantias separatas non intelligimus, nisi ex istis sensibilibus, ideo sub

ser que seja determinado por algo externo.⁹ Disso decorre que quando o intelecto designa uma palavra para significar de acordo com determinado modo de significar ativo, é necessário que ele seja movido por uma determinada propriedade da coisa. Portanto, para qualquer modo de significar ativo corresponde alguma propriedade da coisa ou um modo de ser da coisa.

5 Todavia, contra isso objeta-se que a palavra *deitas* (“deidade”) é de gênero feminino e que esse é um modo de ser significado passivo, embora a propriedade não se reflita na coisa significada, porque é a propriedade do paciente, da qual se deriva o gênero feminino.¹⁰ Igualmente, as privações e as ficções¹¹ não corresponderiam a nenhuma propriedade, já que não são entes. No entanto, as palavras que significam as privações e as ficções possuem modos de significar ativos, como *caecitas* (“cegueira”) e *chimaera* (“quimera”) e coisas similares.

A essa objeção é necessário responder que não é obrigatório que o modo de significar ativo de um vocábulo sempre seja derivado da propriedade da coisa a que esse vocábulo refere-se, mas pode ser derivado da propriedade da coisa a que se refere um outro vocábulo e ser atribuído ao referente do primeiro. Para que isso aconteça basta que esses vocábulos não

proprietatibus sensibilibus eis nomina imponimus, et nominibus eorum modos significandi activos attribuimus. Unde licet in *Deo*, secundum veritatem, non sit proprietas passiva, tamen imaginamur ipsum tanquam patientem a nostris precibus.

Similiter privationes intelligimus ex suis habitibus, ideo sub proprietatibus habituum eis nomina imponimus, et nominibus eorum modos significandi activos atribuimus. Similiter in nominibus figmentorum sumuntur modi significandi activi ex proprietatibus partium, ex quibus imaginamur *chimaeram* componi, quam imaginamur *ex capite Leonis, cauda Draconis*; et sic de aliis.

6 Et si instetur: si modi significandi activi, in nominibus privationum, sumuntur a modis essendi habituum, tunc nomina essendi habitus, et non privationis designabunt; et hoc posito, nomina privationum per suos modos significandi activos erunt consignificative falsa.

sejam incompatíveis. E, pelo fato de não entendermos as substâncias separadas¹² a não ser pelas coisas sensíveis, atribuímos a elas os nomes e os modos de significar ativos de acordo com as propriedades das coisas sensíveis. Disso advém que em Deus verdadeiramente não há propriedade passiva, embora o imaginemos como paciente de nossas preces.

De maneira similar, entendemos as privações a partir das suas características circunstanciais e, portanto, atribuímos modos de significar ativos a seus nomes de acordo com as propriedades de suas características circunstanciais. De forma análoga, nos nomes das ficções, os modos de significar ativos são derivados das propriedades das partes, com as quais, por exemplo, imaginamos ser composta a quimera, que imaginamos com cabeça de leão, cauda de dragão, etc., e assim com as outras ficções.

6 Mas é possível que alguém ainda insista que os modos de significar ativos, nos nomes das privações, são derivados dos modos de ser de características circunstanciais e, portanto, seus nomes designarão os modos de ser dessas características circunstanciais e não os das privações. Sob esse ponto de vista, os nomes das privações serão cossignificativamente falsos devido a seus

Dicendum, quod non est verum; immo nomina privationum per suos modos significandi activos designant circa privationes modos intelligendi privationum, qui sunt eorum modi essendi. Iuxta quod sciendum, quod licet privationes non sint entia positiva extra animam, sunt tamen entia positiva in anima, ut patet IV *Met. Text 9*, et sunt entia secundum animam; et quia eorum intelligi est eorum esse, ideo eorum modi intelligendi erunt eorum modi essendi. Unde nomina privationum, per suos modos significandi activos, non erunt consignificativa falsa, quia cum modi intelligendi privationum reducuntur ad modos intelligendi habitus (nam privatio non cognoscitur nisi per habitum), ideo modi essendi privationum tandem ad modos essendi habitus reducuntur.

CAPUT III

A quo modus significandi immediate sumatur.

7 *Modus significandi et intelligendi*

modos de significar ativos.

Deve-se responder que isso não é verdade. Pelo contrário: os nomes das privações, por meio de seus modos de significar ativos, designam os modos de entender das privações, que são seus modos de ser.¹³ Além disso, é necessário saber que, embora as privações não sejam entes positivos fora da mente, são, todavia, entes positivos na mente. Isso fica claro no texto 9 do quarto livro da *Metafísica*.¹⁴ São, portanto, entes mentais, e uma vez que ser entendido é o seu ser, o seu modo de entender será o seu modo de ser. Como resultado disso, os nomes das privações não serão cossignificativamente falsos por meio de seus modos de significar ativos, porque, como os modos de entender das privações se reduzem aos modos de entender de características circunstanciais, os modos de ser das privações, igualmente (pois as privações não se conhecem a não ser por meio de características circunstanciais), serão reduzidos aos modos de ser dessas características circunstanciais.

CAPÍTULO III

De onde o modo de significar é imediatamente derivado

7 *Os modos de significar e de entender são*

duplex. Circa tertium notandum, quod modi significandi activi immediate a modis intelligendi passivi sumuntur. Iuxta quod sciendum est, quod, sicut duplex est modus significandi, scilicet activus et passivus, ita duplex est modus intelligendi, scilicet activus et passivus. Modus intelligendi activus est ratio concipiendi, qua mediante, intellectus rei proprietates significat, concipit vel apprehendit. Modus autem intelligendi passivus est proprietas rei, prout ab intellectu apprehensa.

A quibus proprietatibus sumantur modi significandi activi. Dicatur ergo, quod modi significandi activi sumuntur immediate a modis intelligendi passivis; quia modi significandi activi non sumuntur a modis essendi, nisi ut hi modi essendi ab intellectu apprehenduntur: modi autem essendi, prout ab intellectu apprehensi, dicuntur modi intelligendi passivi; ergo modi significandi activi sumuntur a modis essendi, mediantibus modis intelligendi passivis; et ideo immediate modi significandi activi a modis intelligendi passivis sumuntur.

duplos. Acerca do terceiro t3pico, deve-se observar que os modos de significar ativos s3o imediatamente derivados dos modos de ser entendido passivos. Junto a isso, deve-se saber que, assim como o modo de significar 3 duplo, a saber, ativo e passivo, da mesma forma o modo de entender 3 duplo, a saber, ativo e passivo. O modo de entender ativo 3 a disposi33o de entender pela qual o intelecto significa, entende ou apreende as propriedades da coisa. O modo de ser entendido passivo 3 a propriedade da coisa conforme apreendida pela mente.¹⁵

De que propriedades os modos de significar s3o derivados. Declara-se, portanto, que os modos de significar ativos s3o derivados imediatamente dos modos de ser entendido passivos, porque os modos de significar ativos n3o s3o derivados dos modos de ser antes destes modos de ser terem sido apreendidos pelo intelecto. De fato, os modos de ser, enquanto apreens3es do intelecto, s3o chamados de modos de ser entendido passivos. Portanto, os modos de significar ativos s3o derivados dos modos de ser com a intermedia33o dos modos de ser entendido passivos. Logo, os modos de significar s3o derivados imediatamente dos modos de ser entendido passivos.

CAPUT IV

Quomodo modus significandi a modo intelligendi et a modo essendi distinguatur.

8 *In quo conveniant et in quo differant modus essendi, intelligendi passivus et significandi passivus.* Circa quartum, notandum, quod modi essendi, et modi intelligendi passivi, et modi significandi passivi, sunt idem materialiter et realiter, sed differunt formaliter; quia modus essendi est rei proprietas absolute; modus intelligendi passivus est ipsa proprietas rei, prout ab intellectu apprehensa; modus significandi passivus est eiusdem rei proprietas, prout per vocem consignificatur. Et sunt eadem materialiter et realiter, quia quod dicit modus essendi absolute, dicit modus intelligendi passivus, prout refertur ad intellectum; et quod dicit modus intelligendi passivus, dicit modus significandi passivus, prout refertur ad vocem; ergo sunt eadem materialiter. Sed differunt formaliter; quod sic patet: quia qui dicit modum essendi, dicit proprietatem rei absolute, sive sub ratione essentiae; sed qui dicit modum intelligendi passivum, dicit eandem rei

CAPÍTULO IV

Como o modo de significar distingue-se do modo de entender e do modo de ser

8 *Em que coincidem e em que diferem o modo de ser, o de ser entendido passivo e o de ser significado passivo.* Acerca desse quarto tópico, deve-se observar que os modos de ser, os modos de ser entendido passivos e os modos de ser significado passivos são idênticos material e realmente, mas diferem formalmente, porque o modo de ser é a propriedade da coisa em sentido absoluto, o modo de ser entendido passivo é essa propriedade enquanto apreendida pelo intelecto, e o modo de ser significado passivo é a propriedade dessa mesma coisa enquanto cossignificada pela palavra. E eles são iguais material e realmente porque por “modo de ser em sentido absoluto” entende-se o “modo de ser entendido passivo” enquanto refere-se ao intelecto. Igualmente, ao se dizer “modo de ser entendido passivo” entende-se o “modo de ser significado passivo” no que se refere à palavra e, portanto, são materialmente a mesma coisa. Mas diferem formalmente, como ficará evidente a seguir.¹⁶ Porque, se, por um lado, alguém fala em “modo de ser”, refere-se à propriedade da coisa em sentido

proprietatem, ut materiale, et rationem intelligendi, sive concipiendi, ut formale; sed qui dicit modum significandi passivum, dicit eandem rei proprietatem ut materiale, et dicit rationem consignificandi, ut formale. Et cum alia sit ratio essendi, alia intelligendi, alia significandi, differunt secundum formales rationes.

Conveniunt autem realiter; nam modus essendi dicit absolute proprietatem rei; et modus intelligendi passivus dicit proprietatem rei sub modo intelligendi; et modus significandi passivus dicit proprietatem rei sub ratione consignificandi. Sed eadem est proprietas rei, ut absolute accipitur, et sub modo intelligendi, et sub modo consignificandi.

In quo differant modi essendi, intelligendi activus et significandi activus. Item sciendum, quod modus essendi, et modus intelligendi activus, et modus significandi activus differunt formaliter et materialiter; quia modus essendi dicit proprietatem rei absolute, sive sub ratione existentiae [essentiae],

absoluto, ou na sua disposição de existir. Por outro lado, quando alguém fala em “modo de ser entendido passivo” refere-se a essa mesma propriedade materialmente e em sua disposição de ser entendida ou concebida formalmente. Além disso, quem fala em “modo de ser significado passivo”, refere-se tanto à propriedade da coisa, materialmente, quanto a sua disposição de cossignificar, formalmente. E, como uma é a disposição de ser, outra a de entender e outra a de significar, esses modos diferem de acordo com suas disposições formais.

Todavia, eles coincidem realmente, pois o modo de ser é dito da propriedade da coisa em sentido absoluto, o modo de ser entendido passivo é a propriedade da coisa do ponto de vista do modo de entender e o modo de ser significado passivo é a propriedade da coisa do ponto de vista da disposição de cossignificar. A propriedade da coisa entendida em sentido básico, todavia, é a mesma, seja por meio do modo de entender ou de significar.

Em que diferem o modo de ser, o modo de entender ativo e o modo de significar ativo. É necessário saber também que o modo de ser, o modo de entender ativo e o modo de significar ativo diferem material e formalmente. Porque o modo de ser é considerado como a propriedade da coisa em sentido absoluto, a saber: do ponto de

ut dictum est supra; sed modus intelligendi activus dicit proprietatem intellectus, quae est ratio intelligendi, sive concipiendi; modus significandi activus dicit proprietatem vocis, quae est ratio consignificandi: sed alia est proprietas rei ad extra animam, et alia intellectus, et alia vocis; ita alia est ratio essendi, alia intelligendi, alia consignificandi; ergo modus essendi et modus intelligendi activus et modus significandi activus differunt in utroque.

In quo differant et in quo conveniant modi intelligendi activus et passivus. Item sciendum, quod modus intelligendi activus, et modus intelligendi passivus differunt materialiter, et conveniunt formaliter. Nam modus intelligendi passivus dicit rei proprietatem sub ratione intelligendi passiva; sed modus intelligendi activus dicit proprietatem intellectus, quae est ratio intelligendi activa: sed eadem est ratio intelligendi, per quam intellectus proprietatem rei intelligit active, et per quam rei proprietas intelligitur passive; ergo proprietates sunt diversae, et ratio est eadem; ergo materialiter differunt, et sunt formaliter idem.

vista de sua disposição de existir, como foi dito acima. Mas considera-se o modo de entender ativo como uma propriedade do intelecto, que é uma disposição de entender ou conceber; e considera-se o modo de significar ativo como uma propriedade da palavra, que é uma disposição de consignificar. Portanto, uma é a propriedade da coisa fora da mente, outra a do intelecto e outra a da palavra. Dessa forma, o modo de ser, o modo de entender ativo e o modo de significar ativo diferem em ambas as coisas (i.e., material e formalmente).

Em que diferem e em que coincidem os modos de entender ativo e de ser entendido passivo. Deve-se observar, igualmente, que o modo de entender ativo e o modo de ser entendido passivo diferem materialmente e coincidem formalmente. Porque se diz “modo de ser entendido passivo” da propriedade da coisa em sua disposição passiva de ser entendida, mas se diz “modo de entender ativo” da propriedade do intelecto que é a disposição de entender ativa. Todavia, a disposição de entender por meio de que o intelecto entende ativamente a propriedade da coisa e a disposição da coisa por meio de que ela é entendida passivamente são a mesma. Portanto, as propriedades são diferentes, mas a disposição é a mesma. Logo, esses modos diferem materialmente e são idênticos

In quo differant et in quo conveniant modi significandi activus et passivus. Item sciendum, quod modus significandi activus et passivus differunt materialiter, et sunt idem formaliter; quia modus significandi passivus dicit proprietatem rei sub ratione consignificandi passiva; sed modus significandi activus dicit proprietatem vocis, quae est ratio consignificandi activa: sed eadem est ratio, per quam vox est significans active, et per quam proprietas rei significatur passive; ergo materialiter sunt differentes, sed sunt idem formaliter.

CAPUT V

In quo modus significandi tanquam in subiecto inveniatur.

9 *In quo inveniatur modus significandi passivus.* Circa quintum est notandum, quod modus significandi passivus materialiter est in re, ut in subiecto; quia materialiter est proprietas rei; rei autem proprietas est in eo, cuius est, ut in subiecto. Formaliter autem est in eo subiecto, in quo est modus significandi

formalmente.

Em que diferem e em que coincidem os modos de significar ativo e de ser significado passivo. Igualmente, deve-se saber que o modo de significar ativo e o modo de ser significado passivo diferem materialmente e são iguais formalmente. Porque se diz “modo de ser significado passivo” da propriedade da coisa na sua disposição passiva de ser cossignificada, mas se diz “modo de significar ativo” da propriedade da palavra que é sua disposição ativa de cossignificar. A disposição, todavia, é a mesma, seja por meio da qual a palavra significa ativamente, seja por meio da qual a propriedade da coisa é significada passivamente. Portanto, esses modos são materialmente diferentes, mas são iguais formalmente.

CAPÍTULO V

Onde o modo de significar é encontrado enquanto em um sujeito

9 *Onde é encontrado o modo de ser significado passivo.* Acerca do quinto tópico, deve-se observar que o modo de ser significado passivo está materialmente na coisa, como em seu sujeito, porque, materialmente, é a propriedade da coisa. De fato, a propriedade da coisa está naquilo a que pertence como a um sujeito.¹⁷ Mas o

activus, quia formaliter a modo significandi activo non discrepat.

10 *In quo inveniatur modus significandi activus.* Modus autem significandi activus, cum sit proprietas vocis significativae, materialiter est in voce significativa, ut in subiecto; in proprietate autem rei sicut causatum in causa efficienti radicali et remota; et in intellectu sicut causatum in causa efficienti proxima; et in constructione ut causa efficiens in suo effectu proprio.

CAPUT VI

Qualem ordinem habeant ad invicem isti termini: signum, dictio, pars orationis et terminus.

11 *Signum, dictio, pars orationis, terminus.* Circa dicta est notandum, quod signum, dictio, pars orationis et terminus conveniunt, et differunt. Conveniunt enim in subiecto, et in obiecto; quia in eodem subiecto reperiri possunt, sicut signum et signatum. Differunt tamen penes rationes; quia dicitur signum per rationem signandi,

modo de ser significado passivo está apenas formalmente no mesmo sujeito em que se encontra o modo de significar ativo, uma vez que não difere formalmente do modo de significar ativo.

10 *Onde é encontrado o modo de significar ativo.* O modo de significar ativo, sendo uma propriedade da palavra, encontra-se materialmente na palavra, como em um sujeito; (encontra-se) na propriedade da coisa, como um efeito encontra-se em sua causa eficiente original e remota; no intelecto, como um efeito em uma causa eficiente próxima; na construção, como uma causa eficiente no ato de seu próprio efeito.

CAPÍTULO VI

Que ordem têm estes termos mutuamente: o signo, o vocábulo, a parte do discurso e o termo

11 *O signo, o vocábulo, a parte do discurso e o termo.* Acerca do que já foi dito, é necessário observar que o signo, o vocábulo, a parte do discurso e o termo coincidem e diferem entre si. Coincidem no sujeito e no objeto, porque podem ser encontrados no mesmo sujeito, como na relação entre signo e designado. Diferem, entretanto, em suas disposições, porque o

vel repraesentandi aliquid absolute; sed dicitur dictio formaliter per rationem signandi voci superadditam, quia dictio est vox significativa; sed pars orationis formaliter est per modum significandi activum, dictioni superadditum, quia pars orationis est dictio, ut habet modum significandi activum. Terminus vero dicit rationem terminandi resolutiones syllogismi, quia Dialecticus resolvit syllogismum in propositiones, et propositiones in subiectum et praedicatum, quae dicuntur termini secundum logicum.

12 *Vox*. Item sciendum est, quod vox, in quantum vox, non consideratur a grammatico, sed in quantum signum, quia grammatica est de signis rerum; et quia vox est habilissimum signum inter alia signa, ideo vox in quantum signum prius consideratur a grammatico, quam alia signa rerum. Sed quia esse signum accidit voci, ideo grammaticus considerans vocem, considerat eam per accidens.

signo é assim denominado por sua disposição de assinalar ou de representar de forma direta, mas o vocábulo é assim denominado formalmente em virtude de ter recebido uma disposição de significar que é adicionada à palavra, porque o vocábulo é a palavra que tem significado. A parte do discurso, por sua vez, existe formalmente por meio de um modo de significar ativo, que é adicionado ao vocábulo, porque a parte do discurso é o vocábulo enquanto possui um modo de significar ativo. O termo, na verdade, diz respeito ao uso de termos na resolução do silogismo, uma vez que o dialético divide o silogismo em proposições e estas em sujeito e predicado, que são chamados de termos, segundo os lógicos.

12 *A palavra*. Igualmente, é necessário saber que a palavra, enquanto som, não é levada em consideração pelo gramático, mas somente enquanto signo, porque a gramática versa sobre os signos das coisas. E, uma vez que a palavra é o signo mais funcional dentre todos os outros signos¹⁸, o gramático dá prioridade ao tratamento da palavra significativa antes de todos os outros signos das coisas. Todavia, uma vez que ser um signo é acidental à palavra, o gramático a considera acidentalmente.

CAPUT VII

De modis significandi activis in speciali.

13 *Modus essentialis et accidentalis.* His visis, dicendum est de modis significandi activis in speciali. Iuxta quod notandum est, quod modus significandi activus, qui est principium in grammatica, dividitur in modum significandi essentialem et accidentalem. Modus significandi essentialis est, per quem pars orationis habet simpliciter esse, vel secundum genus, vel secundum speciem. Modus significandi accidentalis est, qui advenit parti post eius esse completum, non dans esse simpliciter parti, nec secundum genus, nec secundum speciem.

Modi essentialis subdivisio. Modus significandi essentialis subdividitur in modum significandi essentialem generalissimum, subalternum, et specialissimum. Modus significandi essentialis generalissimus est, qui est de essentia partis orationis et cuiuslibet suppositi sub se contenti. Modus significandi essentialis specialissimus est, qui est de essentia quorundam suppositorum illius partis. Modus significandi essentialis subalternus est,

CAPÍTULO VII

Sobre os modos de significar ativos em particular

13 *Modos essenciais e accidentais.* Após o que se viu acima, é necessário agora discutir os modos de significar ativos de forma particular. Assim, junto ao que já foi apresentado, deve-se observar também que o modo de significar ativo, que é o princípio da gramática,¹⁹ divide-se em essencial e accidental. O modo de significar essencial é aquele pelo qual a parte do discurso tem existência básica, seja segundo seu gênero, seja segundo sua espécie. O modo de significar accidental é o que advém à parte do discurso além do limite de sua existência básica²⁰, e que não se limita à existência simples da parte, nem segundo o seu gênero, nem segundo a sua espécie.²¹

Subdivisão do modo essencial. O modo de significar essencial divide-se em modo de significar essencial mais geral, subalternum e mais especial.²² O modo de significar essencial mais geral participa da essência da parte do discurso e de qualquer suposto²³ nela contido. O modo de significar essencial mais especial participa da essência de certos supostos dessa parte do discurso. O modo de significar essencial subalternum não participa da essência dos supostos da parte do discurso nem de maneira mais geral nem

qui est de essentia suppositorum illius partis, nec generalissime, nec specialissime, sed medio modo se habens.

Et possumus imaginari in istis modis significandi essentialibus coordinationem similem coordinationi praedicamentali. Nam sicut in linea praedicamentali est dare genus generalissimum, cuius praedicatio generalissime se extendit ad omnia, quae sunt illius coordinationis; et specialissimum, cuius praedicatio specialissime se extendit ad res illius coordinationis; et subalternum, cuius praedicatio medio modo se habet; sic est in istis modis significandi essentialibus. Est enim dare quemdam modum generalissimum, cuius natura generalissime participatur ab omnibus suppositis illius partis; et modum specialissimum, cuius natura specialissime et parcissime participatur a suppositis illius partis; et quemdam subalternum, cuius natura medio modo participatur.

14 *Modi significandi accidentales, absolutus, et respectivus.* Item modus significandi accidentalis dividitur in modum significandi accidentalem absolutum et respectivum. Modus significandi accidentalis absolutus

de maneira mais especial, mas se comporta de modo intermediário.

E podemos imaginar nesses modos de significar essenciais uma coordenação semelhante à coordenação predicamental.²⁴ Assim como, em termos predicamentais, ocorre um gênero geral, cujo predicado geral estende-se a todas as coisas que pertencem a sua coordenação, e um especial, cujo predicado especial estende-se a alguns elementos de sua extensão, e um subalterno, cujo predicado comporta-se de modo intermediário, acontece o mesmo com os modos de significar essenciais. Por isso, atribui-se um modo mais geral, cuja natureza é partilhada igualmente por todos os supostos da parte do discurso; um modo mais especial, em que essa natureza é partilhada, de maneira específica e econômica, pelos supostos da parte do discurso; e um modo subalterno, em que essa natureza é partilhada de modo intermediário.

14 *Modos de significar accidentais: absoluto e respectivo.* Igualmente, o modo de significar accidental divide-se em modo de significar accidental absoluto e respectivo.²⁵ O modo de significar accidental absoluto é dito daquilo por meio de que uma parte de uma

dicitur ille, per quem unum constructibile non habet respectum ad alterum, sed solum ad rei proprietatem. Modus significandi accidentalis respectivus est, per quem unum constructibile habet respectum non solum ad rei proprietatem, sed etiam per quem unum constructibile habet respectum ad alterum; et hoc dupliciter: vel tanquam ad ipsum dependens, vel tanquam ad eius dependentiam terminans.

De his ergo modis omnibus videamus; et primo prout sunt principium formale partis orationis absolute, secundum quem modum pertinent ad Etymologiam; deinde prout sunt principium intrinsecum constructionis unius partis cum alia, secundum quem pertinent ad Diasyntheticam.

Determinantes autem de his prout sunt forma partis, primo videamus de modo significandi Nominis, secundo de modo significandi Pronomis; et sic de caeteris secundum ordinem Donati.

construção não se relaciona com outra, mas apenas com a propriedade da coisa. O modo de significar accidental respectivo é aquele por meio de que uma parte de uma construção não somente se relaciona com a propriedade da coisa, mas também com outra parte da construção, e o faz de duas maneiras: como dependente da outra parte da construção ou como determinante da dependência da outra (parte).²⁶

Consideraremos, portanto, todos esses modos de significar: em primeiro lugar, como princípios formais da parte do discurso em sentido absoluto; em segundo lugar, de que maneira pertencem ao estudo das classes de palavras.²⁷ Em seguida, apresentaremos os modos enquanto princípio intrínseco da construção de uma parte com outra, de acordo com o estudo da sintaxe. Além disso, visando determinar esses modos enquanto formas da parte do discurso, primeiramente consideraremos o nome, em seguida o pronome e assim sucessivamente com as outras partes, de acordo com Donato.²⁸

CAPUT VIII

De modo significandi essentiali generalissimo nominis.

15 *Modus significandi essentialis generalissimus nominis.* Modus significandi essentialis generalissimus nominis est modus significandi per modum entis, et determinatae apprehensionis. Iuxta quod notandum est, quod licet uterque istorum modorum significandi sit forma nominis absolute sumpti, tamen comparando nomen ad alias partes orationis, modus entis habet rationem materiae, quae est facere convenire, facit enim nomen convenire cum pronomine; sed modus determinatae apprehensionis habet rationem formae, quia facit nomen ab aliis partibus orationis differre; et ideo copulando hos modos significandi ad invicem, ex utroque unus resultat modus per viam compositionis.

Modus entis et modus esse. Et ut sciamus, a qua rei proprietate iste modus significandi sumatur, notandum est, quod in rebus invenimus quasdam proprietates communissimas, sive modos essendi communissimos, scilicet modum entis, et modum esse. Modus entis est modus habitus et permanentis, rei inhaerens, ex hoc

CAPÍTULO VIII

Sobre o modo de significar essencial mais geral do nome

15 *O modo de significar essencial mais geral do nome.* O modo de significar essencial mais geral do nome é o modo de significar pelo modo de um ente e pelo modo da apreensão determinada.²⁹ Junto a isso, deve-se observar que, embora a forma do nome seja derivada de maneira absoluta desses dois modos de significar, quando, porém, o nome é comparado com as outras partes do discurso, do ponto de vista material, seu modo de um ente o aproxima do pronome, e, do ponto de vista formal, seu modo da apreensão determinada o faz diferir das outras partes do discurso. Assim, ao unirem-se reciprocamente esses modos de significar, de ambos resulta um modo por via de composição.

O modo de um ente e o modo de ser. E para que saibamos de que propriedade da coisa esse modo de significar é derivado, deve-se observar que encontramos nas coisas algumas propriedades ou modos de existir muito comuns, a saber, o modo de um ente e o modo de ser. O modo de um ente é o modo do estado e da permanência, que é inerente na coisa, com base no qual ela

quod habet esse. Modus esse est modus fluxus et successionis, rei inhaerens, ex hoc quod habet fieri.

Tunc dico, quod modus significandi activus per modum entis, qui est modus generalissimus nominis, trahitur a modo essendi entis, qui est modus habitus et permanentis. Sed modus significandi activus per modum esse, qui est modus essentialis generalissimus verbi, trahitur a modo essendi ipsius esse, qui est modus fluxus et successionis, ut postea patebit.

Ad hanc intentionem *Commentator IV Phys. Cap. 14*, dicit quod duo sunt modi principales entium, scilicet modus entis, et modus esse, a quibus sumpserunt grammatici duas partes orationis principales, scilicet nomen et verbum, sub nomine comprehenditur pronomen, sub verbo participium.

Item modus determinatae apprehensionis accipitur a proprietate formae, et qualitatis, quae est proprietas determinantis, quoniam forma determinat et distinguit.

16 *Nomen*. Hos modos significandi expresserunt grammatici antiqui in definitione nominis, cum dixerunt, nomen significare substantiam cum

existe. O modo do ser é o modo da mudança e da sucessão³⁰ inerente na coisa, a partir de que ela tem o vir-a-ser isto ou aquilo.

Portanto, afirmo que o modo ativo de significar por meio do modo de um ente, que é o modo mais geral do nome, é derivado do modo de existir de um ente, que é o modo do estado e da permanência. Mas o modo ativo de significar por meio do modo do ser, que é o modo essencial mais geral do verbo, é derivado do modo de existir do próprio vir a ser, que é o modo da mudança e da sucessão, como ficará claro a seguir.

Era essa a intenção do Comentador do quarto livro da *Física*, capítulo 14, ao dizer que há dois modos principais nos entes, a saber, o modo de um ente e o modo do ser, e que era deles que os gramáticos derivaram as duas principais partes do discurso, a saber, o nome e o verbo, sendo que o pronome está compreendido no nome, e o participio no verbo.

Igualmente, o modo da apreensão determinada é percebido a partir da propriedade da forma, que é uma propriedade de um determinante, já que a forma determina e distingue.

16 *O nome*. Os gramáticos antigos,³¹ em sua definição do nome, expressaram esses modos de significar ao declararem que o nome significa a substância com qualidade.

qualitate, dantes intelligere per significare substantiam, modum substantiae, qui est modus entis sumptus a proprietate rei, quae est proprietas habitus et permanentis, quae primo et principaliter in substantia reperitur; per qualitatem vero, modum qualitatis, qui est modus determinatae apprehensionis, sumptus a proprietate formae et qualitatis, qui est modus determinationis. Nomen ergo est pars orationis significans per modum entis, vel determinatae apprehensionis.

Et si dicat aliquis: multa sunt nomina, quae privationes significant, ut *nihil*, *caecitas*, et huiusmodi; cum ergo omnes privationes et negationes non sint entia, videtur quod sub proprietate stare non possint, et ideo modus significandi activus per modum entis in talibus a proprietate rei significatae oriri non potest. Dicendum, et dictum est prius, quod licet privationes et negationes non sint entia positiva extra animam posita; sunt tamen entia positiva secundum animam, ut patet ex intentione Philosophi IV *Met. Text 9*, ubi dicit quod opiniones contradictoriorum sunt contrariae, hoc est, duo contradictoria extra animam

Por “significar a substância”, eles dão a entender que o nome significa por meio do “modo de significar a substância”, que é o modo de um ente; tal modo é derivado da propriedade da coisa, que é a propriedade do estado e da permanência. De fato, a propriedade do estado e da permanência é encontrada primordialmente na substância. Por “com qualidade”, os gramáticos antigos dão a entender o modo da qualidade, que é o modo da apreensão determinada, derivado da propriedade da forma e da qualidade: um modo da determinação. O nome é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de um ente ou da apreensão determinada.

E se alguém disser que existem muitos nomes que significam privações, como *nihil* (“nada”) e *caecitas* (“cegueira”) e outros desse tipo, apesar de que todas as privações e negações não sejam entes e pareça que não possam estar sob o domínio de nenhuma propriedade e, conseqüentemente, o modo de significar por meio do modo de um ente, em tais casos, não possa se originar da propriedade de uma coisa significada (denotada), deve-se responder, como foi feito previamente, que mesmo que as privações e negações não sejam entes positivos localizados fora da mente, são, todavia, entes positivos segundo a mente. Isso fica evidente no capítulo nono do quinto livro da *Metafísica* de Aristóteles,³²

sunt duo contraria secundum animam; et quia privationes et negationes et figmenta sunt entia secundum animam, ideo cadunt sub proprietate entis, quae est proprietas habitus et permanentis; a qua proprietate trahitur modus significandi generalissimus nominis.

CAPUT IX

De modis significandi essentialibus subalternis generalibus nominis.

17 Sub hoc autem modo essentiali generalissimo nominis ad modos significandi subalternos descendamus. Sunt autem duo modi significandi, qui immediate sub hoc modo continentur, scilicet modus communis, et modus appropriati; quia sunt modi speciales respectu generalissimi, et sunt generales respectu aliorum modorum, de quibus postea determinabitur.

Modus significandi per modum communis. Modus significandi per modum communis sumitur a proprietate rei, quae est proprietas divisibilis in plura supposita, vel

em que se diz que as opiniões contraditórias são pares de opostos, isto é, duas coisas contraditórias fora da mente são duas coisas contrárias na mente.³³ E porque as privações, as negações e as ficções são entes de acordo com a mente, elas se incluem no domínio da propriedade de um ente, que é a propriedade do estado e da permanência, de que é derivado o modo de significar mais geral do nome.

CAPÍTULO IX

Sobre os modos de significar essenciais subalternos gerais do nome

17 Do modo essencial mais geral do nome passemos aos modos de significar subalternos. Ora, existem dois modos de significar que estão imediatamente contidos sob o modo essencial mais geral, a saber, o modo do comum e o modo do próprio, que são modos especiais com respeito ao modo mais geral e são gerais com respeito aos outros modos, os quais posteriormente serão definidos.

O modo de significar por meio do modo do comum. O modo de significar o comum é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade do que é divisível em uma pluralidade de supostos ou do comunicável a

communicabilis pluribus suppositis, a qua proprietate, secundum logicum, sumitur intentio universalis; et hic modus constituit nomen commune et appellativum; et hunc modum vocat Donatus appellativam qualitatem. Nomen ergo commune vel appellativum significat per modum communicabilis pluribus suppositis, ut *urbs*, *flumen*, etc.

Modus significandi per modum appropriati. Modus significandi per modum appropriati sumitur a proprietate rei, quae est proprietas indivisibilis per plura supposita, a qua etiam sumitur apud logicum intentio individuationis; et hic modus facit nomen proprium; et hunc modum Donatus vocat propriam qualitatem. Nomen ergo proprium significat rem per modum indivisibilis per plura supposita, ut sub proprietatibus individuationis, quae sunt esse in loco determinato, vel in tempore determinato, ut *hic*, *nunc*, *Romae*, *Bononiae*.

CAPUT X

De modis significandi subalternis minus generalibus nominis communis.

18 Deinde, sub his modis

muitos supostos, da qual, segundo os lógicos, é derivada a intenção universal.³⁴ E é esse modo que constitui o nome comum ou apelativo e que Donato chama de qualidade apelativa. Portanto, o nome comum ou apelativo significa por meio do modo do comunicável a muitos supostos, como *urbs* (“cidade”), *flumen* (“rio”), etc.

O modo de significar por meio do modo do próprio. O modo de significar por meio do modo do próprio é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade do que é indivisível em muitos supostos, da qual também é derivada pelos lógicos a intenção de individuação,³⁵ e esse modo dá origem ao nome próprio. Donato chama esse modo de qualidade própria. Portanto, o nome próprio significa a coisa por meio do modo do indivisível em uma pluralidade de supostos, da mesma forma que as propriedades da individuação correspondem a estar em um tempo ou em lugar determinado, como em *hic* (“aqui”), *nunc* (“agora”), *Romae* (“em Roma”), *Bononiae* (“em Bolonha”).

CAPÍTULO X

Sobre os modos de significar subalternos menos gerais do nome comum

18 Em seguida, passemos aos modos de

descendamus ad alios modos significandi subalternos minus generales istis; et primo sub modo significandi per modum communis; secundo sub modo significandi per modum appropriati.

Modus per se stantis. Circa primum notandum, quod modus significandi per modum communis habet duos modos sub se, qui sunt minus generales eo, scilicet modum per se stantis, et modum adjacentis. Modus significandi per modum per se stantis sumitur a proprietate rei, quae est proprietas essentiae determinatae. Sicut enim modus significandi generalissimus nominis sumitur a proprietate essentiae absolutae, sic modus significandi per modum per se stantis sumitur a proprietate ipsius essentiae determinatae; et hic modus constituit nomen substantivum. Nomen ergo substantivum significat per modum determinati secundum essentiam, ut: *albedo*, *lapis*, etc.

Modus adjacentis. Modus significandi per modum adjacentis sumitur a proprietate rei, quae est proprietas alteri adhaerentis secundum esse. Sicut enim modus generalissimus verbi sumitur a proprietate ipsius esse

significar subalternos menos gerais: em primeiro lugar, aos modos subalternos do modo de significar por meio do modo do comum; em segundo lugar, aos modos subalternos do modo de significar por meio do modo do próprio.

O modo de estar por si mesmo. Sobre o primeiro, deve-se notar que ao modo de significar por meio do modo do comum submetem-se dois outros modos, que são menos gerais que ele, a saber, o modo de estar por si mesmo e o modo de aderir. O modo de estar por si mesmo é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade da essência determinada. Pois, assim como o modo mais geral do nome é derivado da propriedade da essência absoluta, da mesma forma o modo de significar por meio do modo de estar por si mesmo é derivado dessa mesma essência de maneira determinada, e esse modo constitui o nome substantivo. Portanto, o nome substantivo significa por meio do modo do determinado de acordo com uma essência, como *albedo* (“brancura”), *lapis* (“pedra”), etc.

O modo de aderir. O modo de significar por meio do modo de aderir é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade da aderência a outro segundo o ser.³⁶ Assim como o modo mais geral do verbo é derivado da propriedade do próprio ser de forma

absolute, ut postea patebit, sic modus adiacentis in nomine sumitur a proprietate ipsius esse inhaerentis alteri secundum esse; et hic modus constituit nomen adiectivum. Nomen ergo adiectivum significat per modum inhaerentis alteri secundum esse, ut: *albus*, *lapideus*, etc.

19 Et si instetur: nomina differentiarum in genere substantiae, sicut *corporeum* et *animatum*, *sensibile*, *rationale*, adiectiva quidem sunt, congrue enim substantivis adiunguntur, dicendo *corpus animatum*, *animal rationale*; et tamen non significant per modum inhaerentis alteri secundum esse, quia significant substantiam, quae secundum esse alteri non inhaeret. Dicendum, quod huiusmodi nomina sunt substantiva, quia significant substantiam. Et probatur: nam idem significat *rationale* quod *homo*, et *animatum* quod *animal*. Et cum dicitur, quod congrue cum substantivis coniunguntur, dicendo *animal rationale*, *corpus animatum*; dicendum, quod ibi est constructio appositoria, et est incongrua de se; tamen per appositionem admissiva, hoc est, propter specificationem specificandam.

absoluta, como ficará claro posteriormente, o modo de aderir no nome é derivado da propriedade do próprio ser de forma inerente em outro conforme o ser, e esse modo constitui o nome adjetivo. Portanto, o nome adjetivo significa por meio do modo de aderir a outro segundo o ser, como *albus* (“branco”), *lapideus* (“pétreo”), etc.³⁷

19 Pode-se argumentar que os nomes das diferenças no gênero da substância, como *corporeum* (“corpóreo”), *animatum* (“animado”), *sensibile* (“sensível”), *rationale* (“racional”), são na verdade adjetivos, pois podem ser juntados gramaticalmente aos substantivos, como quando se diz *corpus animatum* (“corpo animado”), *animal rationale* (“animal racional”), e, contudo, não significam por meio do modo de aderir a outro segundo o ser, uma vez que significam a substância, a qual não adere a outro segundo o ser. A esse argumento deve-se responder que nomes desse tipo são substantivos porque significam uma substância. E isso se prova assim: *rationale* (“racional”) significa o mesmo que *homo* (“homem”) e *animatum* (“animado”) significa o mesmo que *animal* (“animal”). E quando se disser que eles juntam-se gramaticalmente aos substantivos ao se dizer *animal rationale* (“animal racional”), *corpus animatum* (“corpo animado”), deve-se responder que se trata de construção

apostiva e que, embora seja agramatical por si, é admissível por aposição, por uma especificação que se especifica.³⁸

CAPUT XI

De modis especialissimis, qui continentur sub modo 'per se stantis'.

20 *Quinque modi significandi per se stantis.* Ulterius, sub modo per se stantis, et alteri adiacentis, ad modos specialissimos descendamus; et primo sub modo per se stantis, et deinde sub modo adiacentis. Modus significandi per modum per se stantis continet sub se quinque modos nominis specialissimos.

Primus. Quorum primus est modus significandi per modum generalis, sumptus a proprietate rei qui est communicabilis pluribus suppositis especie differentibus; sicut enim a proprietate rei, quae est communicabilis pluribus absolute, sumitur modus significandi per modum communis absolute, sic ab eadem proprietate strictius sumpta, scilicet a proprietate communicabili pluribus specie differentibus, sumitur modus generalis. Ab hac autem proprietate

CAPÍTULO XI

Sobre os modos mais especiais que estão contidos sob o modo de estar por si mesmo

20 *Cinco modos de significar de estar por si mesmo.* Dos modos de estar por si mesmo e de aderir a outro, dirijamo-nos aos seus modos especiais: primeiramente, a partir do modo de estar por si mesmo e, em seguida, a partir do modo de aderir. O modo de significar pelo modo de estar por si mesmo contém cinco modos mais especiais do nome.

O primeiro. O primeiro deles é o modo de significar por meio do modo geral, que é tomado da propriedade da coisa comunicável a muitos supostos diferentes em espécie. Da mesma forma que da propriedade da coisa comunicada a muitos de maneira absoluta deriva-se o modo de significar de maneira absoluta por meio do modo do comum, o modo geral é derivado dessa mesma propriedade tomada de maneira estrita, a saber, da propriedade comunicável a muitos de espécies diferentes. Além disso, segundo os lógicos,

apud logicum sumitur secunda intentio generis; et sic iste modus constituit nomen substantivum generale, ut *animal*, *color*, et sic de aliis generibus. Nomen ergo substantivum generale est, quod significat per modum communicabilis pluribus, non solum numero, sed specie differentibus.

Secundus. Secundus modus per se stantis est modus significandi per modum specificabilis, sumptus a proprietate rei, quae est proprietas communicabilis pluribus, non absolute, sed solum numero differentibus.

Tertius. Tertius modus per se stantis est modus significandi per modum descendentis ab altero, ut ab avo, vel a patre; et hic modus constituit nomen substantivum patronymicum, ut *Priamides*. Et quia nomen patronymicum a propriis nominibus patrum vel avorum derivatur, ideo merito patronymicum nomen nuncupatur. Nomen ergo patronymicum est, quod a propriis nominibus patrum vel avorum derivatur, significans per modum descendentis ab altero, ut a patre vel avo.

dessa propriedade é derivada a segunda intenção do gênero.³⁹ Consequentemente, esse modo constitui o nome substantivo geral, como *animal* (“animal”), *color* (“cor”), e de igual maneira com relação aos outros gêneros. Portanto, o nome substantivo geral é aquele que significa por meio do modo de comunicar a muitos que diferem entre si não somente em número, mas também em espécie.

O segundo. O segundo modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio de um modo especificável, que é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade comunicável a muitos que não diferem uns dos outros de maneira absoluta, mas somente em número.

O terceiro. O terceiro modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo de descender de outro, como do avô ou do pai, e esse modo constitui o nome substantivo patronímico, como *Priamides* (“Priâmida”). E, uma vez que o nome patronímico se deriva do nome próprio dos pais ou dos avós, é chamado corretamente de nome patronímico. Portanto, o nome patronímico é aquele que se deriva dos nomes próprios dos pais ou dos avós e que significa por meio do modo do descender de outro, como do pai ou do avô.

Quartus. Quartus modus per se stantis est modus significandi per modum diminuti ab alio, sumptus a proprietate diminutionis in re; et hic modus constituit nomen substantivum diminutivum, ut *flosculus*, *lapillus*. Nomen ergo substantivum diminutivum est, quod a voce primitiva derivatur, significans per modum diminuti ab altero.

Quintus. Quintus modus per se stantis est modus significandi per modum collectionis plurium in uno loco, sumptus a proprietate collectionis in re; et hic modus constituit nomen substantivum collectivum, ut *populus*, *gens*, *turba*. Nomen ergo substantivum collectivum est, quod significat per modum collectionis plurium, secundum unum locum.

CAPUT XII

De modis specialissimis qui continentur sub modo adiacentis.

21 *Viginti quatuor modi specialissimi adiacentis.* Deinde sub modo adiacentis alteri ad modos specialissimos descendamus, qui continet sub se viginti quatuor modos.

O *quarto.* O quarto modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo do diminuído de outro que é derivado da propriedade da diminuição na coisa. E esse modo constitui o nome substantivo diminutivo, como *flosculus* (“florzinha”), *lapillus* (“pedrinha”). Portanto, o nome substantivo diminutivo é aquele que é derivado de uma expressão primitiva⁴⁰ e significa por meio do modo do diminuído de outro.

O *quinto.* O quinto modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo da coleção de muitos em um mesmo lugar, que é derivado da propriedade da coleção na coisa, e esse modo constitui o nome substantivo coletivo, como *populus* (“povo”), *gens* (“nação”), *turba* (“turba”). Portanto, o nome substantivo coletivo é aquele que significa por meio do modo da coleção dos muitos no mesmo lugar.

CAPÍTULO XII

Sobre os modos mais especiais que estão contidos sob o modo de aderir

21 *Os vinte e quatro modos mais especiais de aderir.* Em seguida, dirijamo-nos aos modos mais especiais do modo de aderir a outro, que contém vinte e quatro modos.

Adiectivum denominativum. Quorum primus est modus significandi per modum adiacentis alteri, seu dominantis ipsum simpliciter et absolute, speciali ratione non superaddita; et hic modus constituit nomen adiectivum denominativum, ut *albus*, *niger*, *croceus*. Nomen ergo adiectivum denominativum significat per modum adiacentis alteri, sive dominantis alterum simpliciter et absolute. Et iste modus est generalior omnibus modis sequentibus, qui dicuntur modi adiacentis alteri, sive dominantis alterum, superaddita ratione speciali, ut postea patebit.

Adiectivum generale. Secundus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum, sub ratione communicabilis pluribus specie differentibus; et iste modus constituit nomen adiectivum generale, significans sub ratione communicabilis pluribus specie differentibus, ut *coloratus*. Nomen ergo adiectivum generale est, quod significat per modum dominantis sub ratione communicabilis pluribus specie differentibus.

O adjetivo denominativo. O primeiro (desses modos mais especiais de aderir) é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro ou de denominar outro de maneira simples e absoluta,⁴¹ sem adição de nenhuma disposição especial.⁴² E esse modo constitui o nome adjetivo denominativo, como *albus* (“branco”), *niger* (“negro”), *croceus* (“amarelo”). Portanto, o nome adjetivo denominativo significa por meio do modo de aderir a outro ou de denominar outro de maneira simples e absoluta. E esse modo é mais geral que todos os modos seguintes, os quais são chamados de modos de aderir a outro, ou de denominar outro, com a adição de uma disposição especial, como ficará claro a seguir.

O adjetivo geral. O segundo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar outro de acordo com o que é comum a muitos (indivíduos) de espécies diferentes. E esse modo constitui o nome adjetivo geral que significa de acordo com o comum a muitos (indivíduos) diferentes em espécie, como em *coloratus* (“colorido”). Portanto, o nome adjetivo geral é aquele que significa por meio do modo de denominar de acordo com o comum a muitos (indivíduos) diferentes em espécie.

Adiectivum speciale. Tertius modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione communicabilis pluribus solo numero differentibus; et hic modus constituit nomen adiectivum speciale, ut *humanus*, *albus*, *niger*. Nomen ergo adiectivum speciale significat per modum dominantis alterum sub ratione communicabilis pluribus solo numero differentibus.

Nec prohibet aliquid, eadem nomina sub diversis speciebus nominis collocari, propter modos significandi differentes. Nam si considerentur in his nominibus scilicet, *albus*, *humanus*, *coloratus*, et huiusmodi, modi significandi dominantis alterum simpliciter, ratione speciali non superaddita, sic sunt sub nomine adiectivo denominativo. Si autem considerentur secundum quod eis competit modus dominantis alterum, sub ratione communicabilis pluribus, specie vel numero differentibus, sic sunt sub nomine adiectivo generali, vel speciali.

Adiectivum possessivum. Quartus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis

O adjetivo especial. O terceiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com o comum a muitos (indivíduos) que só são diferentes em número. E esse modo constitui o nome adjetivo especial, como *humanus* (“humano”), *albus* (“branco”), *niger* (“negro”). Portanto, o nome adjetivo especial significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com o que é comum a muitos que só diferem em número.

E nada impede que os mesmos nomes sejam classificados sob diversas espécies de nome, por causa de seus diferentes modos de significar. Pois, se *albus* (“branco”), *humanus* (“humano”), *coloratus* (“colorido”), e outros nomes desse tipo, são considerados do ponto de vista dos seus modos de denominar o outro de maneira simples, sem a adição de nenhuma disposição especial, eles estão, como resultado disso, sob o domínio do adjetivo denominativo. Se, no entanto, esses nomes forem considerados segundo o que lhes permite o modo de denominar o outro de acordo com o que é comum a muitos (indivíduos) de espécie ou de número diferentes, eles ficam sob o domínio do nome adjetivo geral ou especial.

O adjetivo possessivo. O quarto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a

alterum sub ratione possidentis ipsum; et hic modus constituit nomen adiectivum possessivum, ut *aureus*, *lapideus*. Nomen ergo adiectivum possessivum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione possidentis ipsum.

Adiectivum diminutivum. Quintus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione diminuti ab alio; et hic modus constituit nomen adiectivum diminutivum, ut *novellus*, *parvulus*. Nomen ergo adiectivum diminutivum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione diminuti ab alio.

Adiectivum collectivum. Sextus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione collectionis plurium suppositorum secundum locum; et hic modus constituit nomen adiectivum collectivum, ut *gentilis*, *urbanus*, *popularis*. Nomen ergo adiectivum collectivum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione collectionis plurium suppositorum secundum locum.

Adiectivum divisivum. Septimus

sua posse (de uma qualidade). E esse modo constitui o nome adjetivo possessivo como *aureus* (“áureo”), *lapideus* (“pétreo”). Portanto, o nome adjetivo possessivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua posse (de uma qualidade).

O adjetivo diminutivo. O quinto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a diminuição; e esse modo constitui o nome adjetivo diminutivo como *novellus* (“potrinho”), *parvullus* (“criancinha”). Portanto, o adjetivo diminutivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a diminuição.

O adjetivo coletivo. O sexto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com o ajuntamento de muitos supostos em um mesmo local. E esse modo constitui o adjetivo coletivo, como *gentilis* (“nacional”), *urbanus* (“urbano”), *popularis* (“popular”). Portanto, o nome adjetivo coletivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com o ajuntamento de muitos supostos em um mesmo local.

O adjetivo divisivo. O sétimo modo de aderir

modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione dividendi ipsum in partes; et hic modus constituit nomen adiectivum divisivum, ut *omnis*, *totus*. Nomen ergo adiectivum divisivum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione dividendi ipsum in partes.

Adiectivum gentile. Octavus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione gentis, vel patriae; et hic modus constituit nomen adiectivum gentile, ut *Graecus*, *Italus*, *Barbarus*. Nomen ergo adiectivum gentile est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione gentis, vel patriae.

Adiectivum patrium. Nonus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione civitatis, vel oppidi; et hic modus constituit nomen adiectivum patrium, ut *Paduanus*, *Bononiensis*, *Parisiensis*. Nomen ergo adiectivum patrium est, quod derivatur a propriis nominibus civitatum, vel oppidorum, significans per modum dominantis alterum sub ratione civitatis, vel oppidi.

é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua disposição de ser dividido em partes. E esse modo constitui o nome adjetivo divisivo, como *omnis* (“todo”), *totus* (“inteiro”). Portanto, o adjetivo divisivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua disposição de ser dividido em partes.

O adjetivo gentílico. O oitavo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua nação ou a sua pátria. E esse modo constitui o nome adjetivo gentílico, como *Graecus* (“grego”), *Italus* (“itálico”), *Barbarus* (“bárbaro”). Portanto, o adjetivo gentílico é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua nação ou a sua pátria.

O adjetivo pátrio. O nono modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua cidade ou vila. E esse modo constitui o nome adjetivo pátrio, como *Paduanus* (“paduano”), *Bononiensis* (“bolonhês”), *Parisiensis* (“parisiense”). Portanto, o adjetivo pátrio é aquele que é derivado dos nomes próprios das cidades ou vilas e que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua cidade ou vila.

Adiectivum interrogativum. Decimus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione interrogationis de ipso; et hic modus constituit nomen adiectivum interrogativum, ut *quid*, *qualis*, *quantus*. Nomen ergo adiectivum interrogativum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione interrogationis de ipso.

Adiectivum responsivum. Undecimus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione respondentis ad interrogativum; et hic modus constituit nomen adiectivum responsivum, ut *tot*, *talis*, *tantus*. Nomen ergo adiectivum responsivum est quod significat per modum dominantis alterum sub ratione responsionis de ipso.

Adiectivum infinitum. Duodecimus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum indeterminate et indefinite; et hic modus constituit nomen adiectivum infinitum, ut *quicumque*, *qualiscumque*. Nomen ergo adiectivum infinitum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione infinitatis, et indeterminationis.

O adjectivo interrogativo. O décimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a interrogação sobre ele. E esse modo constitui o nome adjectivo interrogativo, como *quid* (“o que”), *qualis* (“qual”), *quantus* (“quão grande”). Portanto, o adjectivo interrogativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a interrogação sobre ele.

O adjectivo responsivo. O décimo primeiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a resposta ao adjectivo interrogativo. E esse modo constitui o nome adjectivo responsivo, como *tot* (“tantos”), *talis* (“tal”), *tantus* (“tão grande”).⁴³ Portanto, o nome adjectivo responsivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a resposta sobre ele.

O adjectivo infinito. O décimo segundo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro indeterminada e indefinidamente. E esse modo constitui o nome adjectivo infinito, como *quicumque* (“quem quer que”), *qualiscumque* (“qualquer que”). Portanto, o nome adjectivo infinito é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a indefinição e a indeterminação.

Adiectivum negativum. Decimus tertius modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum, sub ratione negantis ipsum; et hic modus constituit nomen adiectivum negativum, ut *nullus*, *nemo*. Nomen ergo adiectivum negativum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione negantis ipsum.

Adiectivum demonstrativum. Decimus quartus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione demonstrantis ipsum; et hic modus constituit nomen adiectivum demonstrativum. Nomen ergo adiectivum demonstrativum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione demonstrantis ipsum.

Adiectivum relativum. Decimus quintus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum stans sub prima notitia, referendo et reiterando ipsum sub secunda notitia; et hic modus constituit nomen relativum, ut *qui*, *qualis*, *quantus*. Nomen ergo adiectivum relativum est, quod significat per modum dominantis alterum stans sub prima notitia, referendo et reiterando ipsum sub secunda notitia.

O adjectivo negativo. O décimo terceiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua negação. Esse modo se constitui no nome adjectivo negativo, como *nullus* (“nenhum”), *nemo* (“ninguém”). Portanto, o adjectivo negativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a negação.

O adjectivo demonstrativo. O décimo quarto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com sua demonstração. E esse modo constitui o nome adjectivo demonstrativo. Portanto, o adjectivo demonstrativo é aquele que significa por meio do modo de demonstrar o outro de acordo com sua demonstração.

O adjectivo relativo. O décimo quinto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro que aparece uma primeira vez, repetindo e referindo-se a ele uma segunda vez. E esse modo constitui o nome relativo, como *qui* (“que”), *qualis* (“da natureza que”), *quantus* (“tal como”). Portanto, o adjectivo relativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro que aparece uma primeira vez ao repetir e referir-se a ele uma segunda vez.

Adiectivum positivum. Decimus sextus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum simpliciter, sine excessu in termino; et hic modus constituit nomen adiectivum positivum, ut *albus*, *niger*. Nomen ergo adiectivum positivum est, quod significat per modum adiacentis alteri, vel dominantis alterum simpliciter, sine excessu in termino.

Adiectivum comparativum. Decimus septimus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione comparantis ipsum, secundum excessum citra terminum; et iste modus constituit nomen adiectivum comparativum, ut *albior*, *nigrior*. Nomen ergo adiectivum comparativum est, quod significat per modum adiacentis alteri, vel dominantis alterum, sub ratione comparantis cum excessu citra terminum.

Adiectivum superlativum. Decimus octavus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione comparantis ipsum secundum excessum in termino; et hic modus constituit nomen adiectivum superlativum, ut *albissimus*. Nomen ergo adiectivum superlativum est, quod

O adjectivo positivo. O décimo sexto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de maneira simples, sem exceder o termo.⁴⁴ E esse modo constitui o nome adjectivo positivo, como *albus* (“branco”) e *niger* (“negro”). Portanto, o nome adjectivo positivo é aquele que significa por meio do modo de aderir a outro, ou de denominar o outro de maneira simples, sem exceder o termo.

O adjectivo comparativo. O décimo sétimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com sua comparação segundo o excesso intrínseco⁴⁵ de um termo. E esse modo constitui o nome adjectivo comparativo, como *albior* (“mais branco”), *nigrior* (“mais negro”). Portanto, o adjectivo comparativo é aquele que significa por meio do modo de aderir a outro, ou de denominar o outro, de acordo com sua comparação, com um excesso intrínseco.

O adjectivo superlativo. O décimo oitavo modo de aderir é o modo de significar por meio de denominar o outro sob o aspecto de sua comparação segundo um excesso no termo.⁴⁶ Esse modo constitui o nome adjectivo superlativo, como *albissimus* (“branquíssimo”). Portanto, o nome adjectivo superlativo é aquele que significa por meio

significat per modum dominantis alterum sub ratione comparantis ipsum, secundum excessum in termino.

Adiectivum ad aliquid. Decimus nonus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione referentis ipsum ad terminum; et hic modus constituit nomen adiectivum ad aliquid, secundum logicum nuncupatum, ut *pater*, *filius*, *aequalis*, *similis*, et similia, quae relationem important in concreto. Nomen ergo adiectivum ad aliquid dictum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione referentis ipsum ad terminum.

Adiectivum verbale. Vigésimus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione actus in habitum transmutati; et hic modus constituit nomen adiectivum verbale, ut *amabilis*, *amandus*. Nomen ergo adiectivum verbale est, quod descendit a voce verbi, significans per modum dominantis alterum sub ratione actus transmutati in habitum. Et notandum, quod nomen adiectivum participiale, ut *amans*, et huiusmodi sub voce participii, eundem modum significandi activum habet; et ideo specificè a nomine verbali discrepare

do modo de denominar o outro sob o aspecto de sua comparação, segundo um excesso em seu limite.

O adjetivo relacional. O décimo nono modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de sua referência a um (outro) termo.⁴⁷ Esse modo constitui o nome adjetivo relacional, segundo é chamado pelos lógicos, como *pater* (“pai”), *filius* (“filho”), *aequalis* (“igual”), *similis* (“parecido”) e outros semelhantes que concretizam relações.⁴⁸ Portanto, o nome adjetivo relacional é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de sua referência a um (outro) termo.

O adjetivo verbal. O vigésimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de um ato transformado em um estado.⁴⁹ Esse modo constitui o nome adjetivo verbal, como *amabilis* (“amável”), *amandus* (“para ser amado”). Portanto, o nome adjetivo verbal é aquele que se origina da expressão verbal e que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de um ato transformado em estado. Entretanto, deve-se notar que os nomes adjetivos participiais, como *amans* (“amante”), e outros desse tipo, estão sob o domínio do participio e têm o mesmo modo de significar que este.

non potest, et ideo sub divisione generali collocatur.

Adiectivum temporale. Vigésimo primus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione temporis; et hic modus constituit nomen adiectivum temporale, ut *diurnus*, *nocturnus*, *annuus*. Nomen ergo adiectivum temporale est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione temporis. Et quia quaedam huiusmodi nomina ab adverbis secundum vocem derivantur, ut *hodiernus*, *crastinus*, ideo adverbialia nuncupatur.

Adiectivum locale. Vigésimo secundus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione loci; et hic modus constituit nomen adiectivum locale, ut *vicinus*, *propinquus*, *proximus*. Nomen ergo adiectivum locale est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione loci.

Adiectivum numerale. Vigésimo tertius modus adiacentis est modus

Portanto, o nome adjetivo particípio não difere em espécie do nome verbal⁵⁰ e, dessa forma, é colocado sob a mesma divisão geral do verbo.

O adjetivo temporal. O vigésimo primeiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do tempo. Esse modo constitui o nome adjetivo temporal, como *diurnus* (“diurno”), *nocturnus* (“noturno”), *annuus* (“anual”). Portanto, o nome adjetivo temporal é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do tempo. Como alguns nomes desse tipo se derivam de advérbios, com relação à sua expressão, como em *hodiernus* (“hodierno”) e *crastinus* (“futuro”), são chamados de adverbiais.⁵¹

O adjetivo local. O vigésimo segundo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do local. Esse modo constitui o nome adjetivo local, como *vicinus* (“vizinho”), *propinquus* (“achegado”), *proximus* (“próximo”). Portanto, o nome adjetivo local é aquele que significa por meio de denominar o outro sob o aspecto da localização.

O adjetivo numeral. O vigésimo terceiro modo de aderir é o modo de significar por

significandi per modum dominantis alterum sub ratione numeri; et hic modus constituit nomen adiectivum numerale, ut *unus*, *duo*, *binarius*, *ternarius*. Nomen ergo adiectivum numerale est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione numeri.

Adiectivum ordinale. Vigésimus quartus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione ordinis; et hic modus constituit nomen adiectivum ordinale, ut *primus*, *secundus*, *tertius*. Nomen ergo adiectivum ordinale est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione ordinis.

Et sic patent modi significandi communis per se stantis, et adiacentis, qui sunt, et quot sunt. Si autem sunt alii modi significandi per modum communis per se stantis et adiacentis ab his diversi, qui tamen sint magis usitati, sunt hi primitus recitati.

meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do número. Esse modo constitui o nome adjetivo numeral, como *unus* (“um”), *duo* (“dois”), *binarius* (“binário”), *ternarius* (“ternário”). Portanto, o adjetivo numeral é aquele que significa por meio do modo de denominar um outro sob o aspecto do número.

O adjetivo ordinal. O vigésimo quarto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro por meio da ordem e esse modo constitui o adjetivo ordinal, como *primus* (“primeiro”), *secundus* (“segundo”), *tertius* (“terceiro”). Portanto, o adjetivo ordinal é aquele que significa por meio do modo de denominar (o outro) por meio da ordem.

E assim ficam expostos os modos de significar comuns de estar por si mesmo e de aderir, quais são e quantos são. Se, todavia, existirem outros modos de significar por meio do modo comum de estar por si mesmo ou de aderir diferentes desses, que são os mais usados, esses (listados aqui) são os que devem ser mencionados primeiramente.

CAPUT XIII

De modis specialissimis, qui continentur sub modo appropriati.

22 *Divisio appropriati in quatuor modos.* Consequenter sub modo appropriati, qui ex opposito dividebatur contra modum significandi communem, ad modos specialissimos descendamus.

Nomen proprium. Quorum primus est modus propriae denominationis, sumptus a proprietate individuationis absolute; et hic modus constituit nomen proprium individui, et absolute impositum, ut *Socrates*, *Plato*. Nomen ergo proprie proprium est, quod significat rem sub proprietatibus individuationis absolute.

Praenomen. Secundus modus appropriati est modus significandi per modum praenominationis, sumptus a proprietate differentiae, quae est facere differre; et hic modus constituit nomen proprium praenomen, ut *Marcus*, *Tullius*. Nomen ergo proprium praenomen est, quod impositum est rei individuae sub ratione differentiae.

CAPÍTULO XIII

Sobre os modos mais especiais contidos no modo do próprio

22 *Divisão do modo do próprio em quatro modos.* A seguir, do modo do próprio, que era dividido em oposição ao modo de significar comum, nos dirigiremos aos modos mais especiais.

O nome próprio. O primeiro desses (quatro modos) é o modo da denominação própria derivado da propriedade da individuação de maneira absoluta.⁵² Esse modo constitui o nome próprio do indivíduo, que se aplica a ele de maneira absoluta, como *Socrates* (“Sócrates”), *Plato* (“Platão”). Portanto, o nome próprio é propriamente aquele que significa a coisa de maneira absoluta por meio das propriedades que a individualizam.

O prenome. O segundo modo do próprio é o modo de significar por meio do modo de nomear com um primeiro nome, tirado da propriedade da diferença, que é fazer diferir. E esse modo constitui o nome próprio prenome, como *Marcus* (“Marco”), *Tullius* (“Túlio”). Portanto, o nome próprio prenome é imposto à coisa individual em virtude da diferença.⁵³

Cognomen. Tertius modus appropriati est modus significandi per modum cognominis, vel cognationis, sumptus a proprietate parentali, quae est unum nomen pluribus commune; et hic modus constituit nomen proprium cognomen, ut omnes de parentela Romuli dicuntur *Romuli*; et dicitur cognomen, quia pluribus est nomen commune. Nomen ergo proprium cognomen est, quod impositum est rei individuae sub proprietate parentali.

Agnomen. Quartus modus appropriati est modus significandi per modum agnominis, sumptus a proprietate eventus; et hic modus constituit nomen proprium agnomen, ut *Scipio Africanus* nominatus est, quia ex eventu devicit Africam. Nomen ergo proprium agnomen est, quod impositum est rei individuae sub proprietate eventus.

Patent ergo, qui, et quot sunt modi significandi nominis essentielles, generalissimi, specialissimi, et subalterni; et quae, et quot sunt species nominis per eosdem modos constitutae.

23 Et notandum, quod sicut modus

O *cognome*. O terceiro modo do próprio é o modo de significar por meio do modo do cognome, ou do parentesco, ou da consanguinidade,⁵⁴ que é derivado da propriedade do parentesco, em que existe um nome comum a muitos. Esse modo constitui o nome próprio cognome, como todos os da família de Rômulo são chamados de Rômulos (*Romuli*). É chamado de cognome, uma vez que é um nome comum a muitos. Portanto, o nome próprio cognome é aquele que é imposto à propriedade da coisa de acordo com a propriedade do parentesco.

O *agnome*. O quarto modo próprio é o modo de significar por meio do modo do agnome, que é derivado da propriedade de um fato. Esse modo constitui um nome próprio agnome, como *Scipio Africanus* (“Cipião Africano”), que foi assim chamado pelo fato de ter conquistado a África. Portanto, o agnome é aplicado à coisa individual de acordo com a propriedade do fato.

Ficam, assim, expostos quais e quantos são os modos de significar essenciais, mais gerais, mais especiais e sublaternos, e, também, quais e quantas são as espécies de nomes que são constituídas por esses mesmos modos.

23 E deve-se notar que assim como o modo

generalissimus nominis, qui est modus entis, dividitur in modos speciales, descendendo ad modos specialissimos, sic nomen simpliciter sumptum in sua prima divisione dividitur in nomen commune et nomen proprium. Nomen vero commune vel appellativum dividitur in adiectivum et substantivum. Nomen substantivum dividitur in nomen substantivum generale, et in nomen speciale, patronymicum, collectivum, et diminutivum. Nomen adiectivum dividitur in adiectivum denominativum, generale, speciale, collectivum, possessivum, diminutivum, divisivum, gentile, patrium, interrogativum, responsivum, infinitum, negativum, demonstrativum, relativum, positivum, comparativum, superlativum, ad aliquid dictum, temporale, verbale, locale, numerale, ordinale. Item proprium dividitur in nomen proprie proprium, praenomen, cognomen et agnomen.

Et est sciendum, quod praeter nomina, de quorum modis significandi determinatum est, sunt et alia plura nomina usitata, quae differentiam specialem non habent secundum modos significandi, discrepantes magis secundum diversitatem vocis, quam significati. Ideo sub specialibus modis significandi non cadunt; sed

mais geral do nome, que é o modo de um ente, divide-se em modos especiais e, destes, em modos mais especiais, da mesma forma, o nome, entendido simplesmente em sua primeira divisão, divide-se em nome comum e em nome próprio. Quanto ao nome comum ou apelativo, divide-se em adjetivo e substantivo. O nome substantivo divide-se em nome substantivo geral, especial, patronímico, coletivo e diminutivo. O nome adjetivo divide-se em adjetivo demonstrativo, geral, especial, coletivo, possessivo, diminutivo, divisivo, gentílico, pátrio, interrogativo, responsivo, infinito, negativo, demonstrativo, relativo, positivo, comparativo, superlativo, relacional, temporal, verbal, local, numeral, ordinal. Identicamente, o nome próprio divide-se em nome próprio propriamente, prenome, cognome e agnome.

Finalmente, é necessário saber que, além desses nomes, dos quais foram determinados os modos de significar, existem também muitos outros nomes usados que não têm diferença segundo seus modos de significar, mas que se diferenciam mais pela diversidade da palavra do que pelo significado. Portanto, esses nomes não são classificados de acordo com os modos

comprehenduntur sub modis significandi supradictis, sicut univocum, analogum, aequivocum, synonymum, absolutum, fictum, et his similia, quorum quaedam sunt sub nominibus substantivis, quaedam vero sub nominibus adiectivis comprehenduntur.

CAPUT XIV

De modis accidentalibus nominis in communi.

24 *Modi nominis accidentales sex.* Determinato de modis significandi essentialibus nominis, consequenter de modis significandi accidentalibus eius videamus. Iuxta quod est notandum, quod qualitas, quam assignat Donatus pro accidente nominis, dividens eam in qualitatem propriam et appellativam, nominat duos modos essenciais nominis subalternos, scilicet modum communis, et appropriati, ut patet ex praedictis; quae dicuntur accidere nomini, qui sunt praeter intellectum essentialem nominis simpliciter et absolute sumpti.

25 *Comparatio.* Item comparatio, quam Donatus dividit in tres gradus,

especiais, mas estão compreendidos nos modos de significar supracitados, sejam eles unívocos, análogos, equívocos, sinônimos, absolutos, fictícios, e similares a esses, dos quais alguns se incluem no número dos nomes substantivos, outros, por sua vez, estão compreendidos na lista dos nomes adjetivos.⁵⁵

CAPÍTULO XIV

Sobre os modos acidentais do nome em geral

24 *Os seis modos acidentais do nome.* Como já foram determinados os modos de significar essenciais do nome, agora veremos seus modos acidentais. Com esse intuito, deve-se notar que a qualidade, que Donato atribui ao nome como acidente e que divide em qualidade própria e apelativa, denomina dois modos essenciais subalternos do nome, a saber: o modo do próprio e o modo do comum, e isso fica evidente com base no que foi discutido acima. Esses dois modos são considerados acidentais ao nome porque (seus significados) estão além do entendimento essencial com que o nome é entendido de maneira simples e básica.⁵⁶

25 *A comparação.* Igualmente, a comparação, que Donato divide em três

nominat tres modos significandi constituentes positivum, comparativum, et superlativum, de quibus dictum est. Et quia sub his tribus modis significandi fit comparatio rerum, ideo gradus comparativus nominatur. Et dicitur comparationem accidere nomini, quia hi tres modi sunt extra intellectum nominis absolute sumpti. Et sic universaliter omnis modus significandi partis, qui non est modus essentialis generalissimus, potest dici accidens nominis absolute. Et licet sit modus accidentalis partis simpliciter sumptae, poterit tamen esse essentialis secundum aliquam eius speciem.

Dicamus ergo de modis pure accidentalibus nominis, et sunt sex secundum grammaticos, scilicet: species, genus, numerus, figura, persona, et casus. De his ergo dicamus, et primo de specie.

graus,⁵⁷ compreende os três modos de significar que se constituem no positivo, no comparativo e no superlativo, sobre os quais já se discutiu. E porque é por meio desses três modos de significar que se faz a comparação entre as coisas que o grau comparativo é assim denominado. E a comparação é dita accidental ao nome porque esses três modos são derivados além do entendimento básico de um nome⁵⁸. Geralmente, todo modo de significar dessa parte do discurso (, o nome), que não seja o seu modo essencial mais geral, pode ser considerado como accidental ao nome em seu sentido essencial. Todavia, embora um modo seja accidental com relação ao significado básico de uma parte do discurso, ele poderá, apesar disso, ser considerado essencial com respeito a alguma de suas espécies.

Descrevamos, pois, os modos puramente accidentais do nome, os quais, segundo os gramáticos, são seis: a espécie, o gênero, o número, a forma, a pessoa e o caso. Desses, primeiramente, descreveremos a espécie.

CAPUT XV

De specie accidentali nominis.

26 *Species non a voce sumitur.* Iuxta dicta, notandum est, quod species, secundum quod est modus significandi accidentalis nominis, non attenditur ex parte vocis, ut quidam dicunt, ita quod illud nomen sit primitivae speciei, cuius vox est primo ad significandum imposita; et illud derivativae speciei, cuius vox est secundario imposita, a voce primitiva descendens, ut *albus* descendit ab *albedine*; quia iam modus significandi activus a voce traheretur, et non a proprietate rei; quod est contra posita. Dicendum est ergo, quod species sumitur a proprietate rei, quae est modus existendi primarie, vel secundarie. Et voco modum significandi primarie, modum existendi absolute; et modum significandi secundarie, modum existendi comparate.

Species nominis. Species ergo est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo modum significandi primum vel secundarium significat. Et dividitur in speciem

CAPÍTULO XV

Sobre a espécie accidental do nome

26 *A espécie não é derivada da palavra.* Junto ao que foi discutido até aqui, é necessário observar que a espécie, enquanto modo de significar accidental do nome, não se encontra na palavra, como alguns afirmam.⁵⁹ Por isso, o nome de espécie primitiva é aquele cuja palavra é designada para significar de maneira principal e o nome de espécie derivativa é aquele cuja palavra é designada para significar de maneira secundária, proveniente da palavra primitiva, como *albus* (“branco”) provém de *albedine* (“brancura”). Do contrário, o modo de significar ativo seria derivado da palavra e não da propriedade da coisa, o que seria um contra-senso. Portanto, deve-se afirmar que a espécie é derivada da propriedade da coisa que é seu modo de existir primário ou secundário. Chamo de modo de significar primariamente o modo de existir de maneira absoluta e modo de significar secundariamente o modo de existir de maneira comparativa.

A espécie do nome. Portanto, a espécie é um modo de significar accidental do nome, mediante o qual ele significa o modo primário ou o modo secundário. Divide-se em espécie primitiva e derivativa. A espécie

primitivam et derivativam. Species primitiva est modus significandi rem sub esse primario, vel ut est essentia prima. Species derivativa est modus significandi rem sub esse secundario, vel ut essentia secundaria. Unde *mons* primitivae speciei est, quia significat rem sub essentia primaria, quae est essentia absoluta; sed *montanus* derivativae speciei est, quia significat rem sub esse secundario sive sub essentia secundaria, quae est essentia comparata. Nam *montanus* non significat *montem* absolute, sed in comparatione ad habitatorem *montis*. Et sic in aliis, quae sunt primitivae, aut derivativae speciei.

CAPUT XVI

De genere accidentali nominis.

27 *Genus nominis.* Dicto de specie, dicendum est de genere. Iuxta quod notandum est, quod in rebus inveniuntur duae proprietates generales, scilicet proprietas agentis, et proprietas patientis, quae licet in omnibus rebus ex materia et forma compositis inveniuntur, tamen in rebus separatis magis prompte et distincte

primitiva é o modo de significar a coisa sob o aspecto do ser primário, ou conforme é a essência primeira. A espécie derivativa é o modo de significar a coisa sob o aspecto do ser secundário ou como essência secundária. Daí que *mons* (“monte”) é de espécie primitiva, porque significa a coisa sob o aspecto de sua essência primária, que é sua essência absoluta, mas *montanus* (“montês”) é de espécie derivativa, porque significa a coisa sob o aspecto do seu ser secundário ou do ponto de vista de sua essência secundária, que é uma essência comparada. Porque *montanus* (“montês”) não significa *montem* (“monte”) de maneira absoluta, mas apenas com relação a um habitante de um monte. E é assim com os outros nomes que são ou de espécie primitiva ou derivativa.

CAPÍTULO XVI

Sobre o gênero accidental do nome

27 *O gênero do nome.* Depois de descrever a espécie, devemos agora discutir o gênero. Em que é necessário observar que se encontram duas propriedades gerais nas coisas, a saber, a propriedade do agente e a propriedade do paciente. Essas propriedades são encontradas em todas as coisas compostas de matéria e forma, embora pareçam ser encontradas mais

videntur inesse; quorum unum est determinate generans, et alterum determinate patiens; aliis autem rebus insunt sub quadam indifferentia, et indistincte, sive indeterminate. Et hoc antiqui attendentes, definierunt genus, dicentes: genus est discretio sexus, hoc est, genus est modus significandi nominis, sumptus a proprietate activa, vel passiva, quae in rebus separatis magis prompte et determinate invenitur. Ab huiusmodi enim proprietatibus trahitur genus in nominibus, ut dictum est. Unde genus simpliciter est modus significandi activus, quo mediante, nomen proprietatem agentis, vel patientis, vel utrumque significat. Et secundum diversitatem harum proprietatum diversificatur genus in nomine, per masculinum, foemininum, neutrum, commune, etc.

Masculinum, foemininum, commune, neutrum. Genus masculinum est modus significandi rem sub proprietate agentis, ut *vir*, *lapis*. Genus foemininum est modus significandi rem sub proprietate patientis, ut *petra*, *mulier*. Genus commune est modus significandi rem sub utraque proprietate determinate, ut *homo*, *virgo*.

pronta e distintivamente nas coisas separadas, em que umas agem de maneira determinada e outras sofrem ações de maneira determinada.⁶⁰ Todavia, essas propriedades também encontram-se em certas coisas de maneira indiferente, quer indistinta quer indeterminadamente. E os antigos,⁶¹ ao atentarem para isso, definiram o gênero como a diferenciação entre os sexos, ou seja, o gênero é o modo de significar do nome que é derivado ou da propriedade ativa ou da propriedade passiva, que, de maneira mais pronta e determinada, encontram-se nas coisas separadas. Dessas propriedades deriva-se o gênero dos nomes, como acabou de ser descrito. Daí que o gênero, em sentido simples, é o modo de significar mediante o qual o nome significa a propriedade do agente, do paciente ou dos dois. E, segundo a diversidade dessas propriedades, o gênero do nome diferencia-se em masculino, feminino, neutro, comum, etc.

O *masculino*, o *feminino*, o *comum* e o *neutro*. O gênero masculino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do agente, como *vir* (“homem”), *lapis* (“rochedo”). O gênero feminino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do paciente, como *petra* (“rocha”), *mulier* (“mulher”). O gênero comum é o modo de significar a coisa de

Aliter dicitur, et melius, quod genus commune est, quod nec differt a masculino, nec a foeminino. Genus neutrum est modus significandi rem sub proprietate neutra, quae est indeterminata, et indifferenter ad utrumque, ut *animal*, *lignum*.

Quidam tamen dicunt, quod neutrum genus sit modus significandi rem sub privatione utriusque proprietatis. Quo posito, vel genus neutrum non erit modus significandi, sed figmentum; vel a privatione accipietur, quae nullius est causa; quae ambo sunt inconvenientia; nisi tunc intelligatur, quaedam nomina esse sub privatione utriusque proprietatis imposita, ut sic ipsa esset neutrius generis; et hoc est bene possibile, sicut aliqua sunt verba, quae possunt imponi ad significandum privationem generis, personae, vel alterius accidentis, quam generis, quod tamen imponitur aliquod nomen ad significandum sub proprietate omnis generis. Et sic posset esse omnis generis. Hoc tantum convenit adiectivis, quae genus non habent ex proprietate suae rei subiectae, sed ex proprietate rei substantivi nominis.

acordo com qualquer uma das (duas) propriedades determinadas, como *homo* (“humano”), *virgo* (“virgem”). Dito de outro e melhor modo, o gênero comum é aquele que não sinaliza a distinção entre o masculino e o feminino. O gênero neutro é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade neutra, que é indeterminada e cuja aplicação é indiferente em ambos os casos, como “animal” e “madeiro”.

Alguns dizem, no entanto, que o gênero neutro é o modo de significar a coisa de acordo com a privação de ambas as propriedades. Todavia, se isso for afirmado, ou o gênero neutro não seria um modo de significar e sim uma ficção ou seria derivado de uma privação, que não é a causa de nada. As duas opções são inapropriadas, a não ser que se entenda que certos nomes são colocados sob a privação de ambas as propriedades e são, assim, de gênero neutro. E isso é bem possível, como no caso de algumas palavras que podem ser designadas para significar a privação de gênero, de pessoa ou de outros acidentes além do gênero. Isso é possível porque um nome pode ser designado para significar de acordo com as propriedades de todos os gêneros e, dessa forma, pode ser de todos os gêneros. Nisso enquadraram-se apenas os adjetivos, que não possuem o gênero de maneira autônoma, mas (participam) da propriedade (do gênero) da coisa do nome

Adiectivum omnis generis. Unde dicitur adiectivum esse omnis generis, quia potest attribui substantivo masculini generis, foeminini, vel neutrius, ut *felix*.

Genus epicoenum. Item illud nomen dicitur epicoeni generis, quod habet masculinum et foemininum genus sub uno articulo designatum, ut *hic passer*, et *haec aquila*.

Dubium genus. Item illud nomen dicitur dubii generis, quod nulla causa cogente poëtae sub utroque genere protulerunt, quandoque sub masculino, quandoque sub foeminino, ut *hic vel haec dies*, *hic vel haec cortex*.

CAPUT XVII

De numero accidentalium nominis.

28 *Numerus essentialium.* Habito de genere, consequenter dicendum est de numero. Iuxta quod notandum, quod numerus in rebus extra animam, secundum Boethium, est multitudo ex unitatibus aggregata, et profusa. Sed duplex est unitas: quaedam est indivisa

substantivo.⁶²

O adjetivo é de todos os gêneros. Portanto, pode-se afirmar que o adjetivo é de todos os gêneros, uma vez que ele pode ser atribuído a um substantivo de gênero masculino, feminino ou neutro, como *felix* (“feliz”).

O gênero epiceno. O nome que é considerado de gênero epiceno é aquele que tem os gêneros masculino e feminino sob a mesma designação, como *hic passer* (“este pássaro”) e *haec aquila* (“esta águia”).

O gênero dúbio. Um nome que é considerado de gênero dúbio é aquele que, por nenhuma causa convincente, os poetas enunciaram sob a forma de ambos os gêneros: às vezes sob o masculino, outras sob o feminino, como *hic vel haec dies* (“este dia”), *hic vel haec cortex* (“esta casca”).

CAPÍTULO XVII

Sobre o número accidental do nome

28 *O número das essências.* Depois de ter descrito o gênero, deve-se discutir o número. É necessário observar que o número, nas coisas fora da mente, segundo Boécio, é a multidão agregada ou profusa das unidades.⁶³ Mas a unidade é dupla:⁶⁴ uma é a entidade indivisa da coisa, da qual o ser é

rei entitas, a qua ens dicitur unum, id est, indivisum. Ab ista unitate multoties iterata profunditur multitudo, quae est unum de transcendentibus, ut *ens*, et *unum*. Et quia cum ente convertitur huiusmodi multitudo, vocatur numerus essentiarum, et secundum istum numerum essentiarum, species rerum numerantur.

Numerus materialis. Alia est unitas, quae est rei indivisa continuitas, a qua continuum dicitur unum, id est, indivisum; et ab ista unitate multoties reiterata profunditur multitudo, quae numerus materialis vocatur, id est individuorum secundum differentiam materialem differentium. Iste etiam numerus dicitur accidentalis, quia per hunc numerum numerantur individua, quae per accidens tantum differunt.

Numeri proprietates. Est sciendum, quod in utroque numero duae proprietates inveniuntur, scilicet proprietas indivisibilitatis, quae est in re ratione unitatis; et proprietas divisibilitatis, quae est in re ratione multitudinis, quae ab unitatis replicatione profunditur; et ex his proprietatibus iam dictis sumitur numerus in nomine, qui est modus accidentalis significandi nominis.

dito uno, isto é, indiviso. Dessa unidade muitas vezes repetida produz-se a multiplicidade, a qual é um dos transcendentais, como o ente e o uno. E como o ente converte-se em uma multidão, esse tipo de número é chamado de número de essências (número essencial) e as espécies das coisas são enumeradas de acordo com esse número.

O número material. Existe outra unidade: a continuidade indivisa da coisa, da qual o contínuo é considerado uno, isto é, indiviso. E desta unidade muitas vezes reiterada produz-se uma multidão, que é chamada de número material, que é formada de indivíduos diferentes de acordo com as diferenças materiais entre eles. Esse número é considerado accidental, porque, por meio dele, são enumerados indivíduos que diferem entre si apenas acidentalmente.⁶⁵

As propriedades do número. Deve-se saber que nos dois tipos de número encontram-se duas propriedades, a saber, a propriedade da indivisibilidade, que está na coisa em razão de sua unidade, e a propriedade da divisibilidade, que está na coisa em razão da sua multiplicidade e que se produz com a replicação da unidade. Dessas propriedades se deriva o número do nome, que é um modo accidental de significar do nome.

29 *Definitio numeri.* Numerus ergo est modus significandi accidentaliter nominis, mediante quo nomen proprietatem indivisibilitatis, quae est proprietatis unius, vel proprietatem divisibilitatis, quae est proprietas multitudinis, significat. Et dividitur in singularem et pluralem. Numerus singularis est modus significandi rem sub proprietate indivisi, quae est proprietas unius, ut *animal*, *homo*. Numerus pluralis est modus significandi rem sub proprietate divisi, quae est proprietas multitudinis, ut *homines*, *animalia*, etc.

CAPUT XVIII

De figura accidentali seu grammaticali nominis.

30 *Figura sumitur a proprietate rei non vocis.* Dicto de numero, dicendum est de figura. Iuxta quod notandum est, quod figura, prout est modus significandi nominis, non accipitur a proprietate vocis, ut quidam dicunt, ita quod illud nomen sit simplicis figurae, cuius vox est simplex, ut *doctus*; et illud compositae figurae, cuius vox est composita, ut *indoctus*; illud vero

29 *A definição de número.* O número é, portanto, um modo de significar acidentalmente do nome, mediante o qual o nome significa a propriedade da indivisibilidade, que é a propriedade do uno, ou a propriedade da divisibilidade, que é a propriedade da multidão. E ele se divide em singular e plural. O número singular é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do indivisível, que é a propriedade do uno, como *animal* (“animal”), *homo* (“homem”). O número plural é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do divisível, que é a propriedade da multidão, como *homines* (“homens”), *animalia* (“animais”), etc.

CAPÍTULO XVIII

Sobre a forma accidental ou gramatical do nome

30 *A forma é derivada da propriedade da coisa e não da palavra.* Depois de descrever o número, deve-se discutir a forma. Em que se observa que a forma, enquanto é um modo de significar do nome, não é derivada da propriedade da palavra, como dizem alguns. Se fosse assim, os nomes de forma simples seriam aqueles cujas palavras fossem simples, como *doctus* (“douto”), os nomes de forma composta seriam aqueles

decompositae, cuius vox est decomposita, ut *inexpugnabilis*; quia hoc posito, modi significandi traherentur a voce, et non a rei proprietate, quod est contra dicta.

Sed dicendum est, quod figura sumitur a proprietate rei. Iuxta quod notandum, quod in rebus inveniuntur tres proprietates communes, scilicet proprietates simplicis, proprietates compositi, et proprietates decompositi. Et voco proprietatem decompositi proprietatem collectionis ex pluribus, quam duobus. Ab his tribus proprietatibus rerum sumitur figura, quae est modus significandi nominis.

Ab his etiam proprietatibus imponit logicus tres voces ad significandum, scilicet terminum, propositionem, et syllogismum; licet aliter sumatur simplicitas, compositio, et decompositio in nomine figurae simplicis, compositae et decompositae, quam in termino, propositione, et syllogismo. In propositione enim et syllogismo sumitur compositio secundum distantiam circa diversa significata diversarum vocum cadens. Sed in nomine compositae et

cujas palavras fossem compostas, como *indoctus* (“indouto”), e, igualmente, os nomes de forma complexa seriam aqueles cujas palavras fossem complexas, como *inexpugnabilis* (“inexpugnável”). No entanto, se assim fosse, os modos de significar seriam derivados da palavra e não da propriedade da coisa, o que é uma contradição.

Portanto, deve-se afirmar que a forma é derivada da propriedade da coisa. Além disso, deve-se observar que são encontradas três propriedades comuns nas coisas, a saber, a propriedade do simples, a propriedade do composto e a propriedade do complexo. Chamo de propriedade do complexo a propriedade que permite o agrupamento de mais de dois (indivíduos). A forma, que é um modo de significar do nome, é derivada dessas três propriedades das coisas.

A partir dessas propriedades, o lógico designa três expressões para significar, a saber: o termo, a proposição e o silogismo. Todavia, a simplicidade, a composição e a complexidade dos nomes de forma simples, composta e complexa são derivadas de maneira diferente da derivação do termo, da proposição e do silogismo. De fato, na proposição e no silogismo, a composição é estabelecida de acordo com a distinção entre os significados diferentes das diferentes palavras. Diferentemente, nos

decompositae figurae sumitur compositio secundum distantiam vocum circa idem significatum eiusdem dictionis cadens. Similiter in termino sumitur simplicitas prout opponitur compositioni, secundum distantiam circa diversa significata diversarum dictionum cadens; sed in definitione simplicis figurae sumitur simplicitas prout opponitur compositioni, quae est secundum distantiam circa idem significatum eiusdem dictionis cadens.

31 *Definitio figurae.* Figura ergo est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo, nomen proprietatem simplicis, compositi, vel decompositi significat. Et secundum hanc triplicem proprietatem rei, variatur figura per triplicem differentiam, quae est figura simplex, composita, et decomposita.

Figura simplex, composita, et decomposita. Figura simplex est modus significandi rem sub proprietate simplicis, ut *dives*, *pauper*. Figura composita est modus significandi sub proprietate compositi, ut *praedives*, *praeclarus*. Decomposita est modus significandi sub proprietate

nomes de forma composta e complexa, a composição é estabelecida de acordo com a diferença entre as palavras com relação a um mesmo significado de um mesmo vocábulo.⁶⁶ De maneira similar, a simplicidade, enquanto opõe-se à composição, estabelece-se no termo de acordo com a distinção entre os diferentes significados dos diferentes vocábulos. Mas, na definição da forma simples, a simplicidade, enquanto opõe-se à composição, é estabelecida segundo uma diferenciação do significado idêntico do mesmo vocábulo.

31 *A definição da forma.* A forma, portanto, é um modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome significa a propriedade ou do simples ou do composto ou do complexo. E, de acordo com essa tríplice propriedade da coisa, varia-se a forma por meio de uma tríplice diferença: a forma simples, a composta e a complexa.

A forma simples, a composta e a complexa. A forma simples é o modo de significar a coisa que existe sob a propriedade do simples (essencial), como *dives* (“rico”), *pauper* (“pobre”). A forma composta é o modo de significar por meio da propriedade do composto como *praedives* (“multimilionário”), *praeclarus* (“preclaro”). A

decompositi, id est, sub proprietate collectionis, ut *inexpugnabilis*.

Et hoc est, quod solet dici, quod illa dictio est simplicis figura, quae est imposita a simplici conceptu ad significandum; et illa est compositae figurae, quae est imposita ad significandum a conceptu composito; illa autem est figurae decompositae, quae est imposita a pluribus conceptibus ad significandum, quam ex duobus aggregatis. Licet hoc verum sit, tamen quia huiusmodi conceptus non sunt ficti, oportet correspondere ipsis proprietates in re; et hae proprietates sunt hae, quae dictae sunt, quas nomen, conceptibus memoratis mediantibus, significat.

CAPUT XIX

De casu grammaticali nominis.

32 *Casus*. Consequenter de casu dicamus. Iuxta quod notandum, quod in rebus inveniuntur quaedam proprietates communes, scilicet proprietates principii, et proprietates termini. Item, inveniuntur quaedam proprietates generales in rebus, scilicet proprietates, ut quod est aliquid in se, vel

forma complexa é o modo de significar por meio da propriedade do complexo, isto é, por meio da propriedade do agrupamento, como *inexpugnabilis* (“invencível”).

A forma que se costuma descrever como forma simples é aquela que é designada para significar a partir de um conceito simples. A forma composta é aquela que é designada para significar a partir de um conceito composto. A forma complexa é aquela que é designada para significar a partir de muitos – acima de dois – conceitos. Embora isso seja verdadeiro, já que conceitos desse tipo não são ficções, é necessário que as propriedades realmente correspondam a eles. E essas propriedades são aquelas anteriormente mencionadas, que o nome significa mediante conceitos recordados.

CAPÍTULO XIX

Sobre o caso gramatical do nome

32 O caso.⁶⁷ Em seguida damos uma descrição do caso. Em que se deve observar que, nas coisas separadas,⁶⁸ encontram-se certas propriedades comuns, a saber: a propriedade do princípio e a propriedade do término. Igualmente, são encontradas certas propriedades gerais nas coisas, a saber: a propriedade “enquanto o

quod est alterum; et proprietas cuius est aliud; et proprietas, ut cui est, et cui aliquid datur; et sic de consimilibus, quae repraesentantur per inflexionem huius nominis *quod, cuius, et cui*, etc., et a primis proprietatibus oritur casus, qui est modus significandi nominis. Sed a secundis proprietatibus superadditis primis oriuntur differentiae casus, vel casuum. Casus igitur est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo, nomen proprietatem principii, vel termini consignificat. Et secundum harum proprietatum diversitatem, cum aliis proprietatibus superadditis, casus in sex species partitur, scilicet in nominativum, genitivum, dativum, accusativum, vocativum, et ablativum.

Nominativus. Nominativus casus est modus significandi in ratione principii, illa proprietate rei, ut quod est alterum, superaddita, ut dicendo *Socrates currit*, vel *amat*. Iste nominativus *Socrates* significat in ratione principii, respectu huius actus *amare* sub proprietate, ut quod est alterum, id est, sub proprietate ut quod est aliquid in se, alterum actum verbi sibi adhaerentis principians active. Similiter dicendo, *Socrates amatur*, *Socrates* significat

‘que’ é algo em si ou o ‘que’ o outro é”,⁶⁹ a propriedade “enquanto ‘de quem’ o outro é”, a propriedade “enquanto ‘para quem’ e ‘à qual’ outra coisa é dada”, e assim das outras propriedades semelhantes a essas, que são representadas pelas flexões do pronome *quod* (“que”): *cuius* (“de quem”), *cui* (“à qual”), etc. Embora o caso origine-se das primeiras propriedades, é da adição das segundas propriedades às primeiras que se originam as diferenças entre os casos. Portanto, o caso é o modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome cossignifica a propriedade do princípio ou a propriedade do término e, de acordo com a diferença entre essas propriedades e as outras propriedades adicionais, o caso é dividido em seis espécies, a saber, em nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo.

O nominativo. O caso nominativo é o modo de significar de acordo com o princípio com a adição daquela propriedade da coisa: “enquanto o ‘que’ o outro é”, como quando se diz *Socrates currit* (“Sócrates corre”) ou *amat* (“ama”). Esse nominativo *Socrates* (“Sócrates”) significa de acordo com a propriedade de principiar a ação com respeito a esse ato *amare* (“amar”) por meio da propriedade “enquanto o ‘que’ é o outro”, isto é, por meio da propriedade “enquanto o ‘que’ é algo em si e principia ativamente o

sub proprietate ut quod est aliquid in se alterum principians passive: utrobique enim stat sub proprietate principii, respectu verbi dependentis, proprietate ut quod est alterum supperaddita.

Ex hoc patet error dicentium, nominativum esse modum de quo est alterum enuntiabile, vel modum in quo est alterum, ut in subiecto; licet enim res nominativi, respectu verbi, possit substare proprietati, ut de quo, vel proprietati, ut in quo, et sic de aliis; tamen vox nominativi non significat res sub proprietate, ut de quo, vel in quo; quia tunc nominativus non esset casus ab aliquo distinctus. Item, si constructio nominativi cum verbo fieret mediante praepositione, de quo, vel in quo, tunc praepositio deserviret nominativo, quod est falsum.

Nominativus ergo est modus significandi, ut quod est alterum; et hoc probatur ratione, et auctoritate. Ratione sic: ille modus est modus significandi nominativi, per quem nominativus ab omnibus aliis

ato do verbo que adere a si".⁷⁰ De modo similar, quando se diz *Socrates amatur* ("Sócrates é amado"), *Socrates* ("Sócrates") significa por meio da propriedade "enquanto o 'que' é algo em si e principia a ação do verbo de maneira passiva". Nos dois casos, (o nominativo) mantém-se na propriedade de principiar uma ação, no que se refere ao verbo dependente, com a adição da propriedade "enquanto o 'que' é o outro".

Em consequência disso, fica claro o erro dos que afirmam que o nominativo é o modo "sobre que" alguma coisa é enunciável, ou o modo "em que" o outro subsiste enquanto sujeito. Porque, embora a relação do nominativo com o verbo possa incluir as propriedades "sobre que" ou "em que" e outras assim, a palavra do nominativo, no entanto, não significa a coisa na propriedade "sobre que" ou "em que", porque, nesse caso, o nominativo não seria diferente de outro caso distinto dele (i.e., do ablativo).⁷¹ Igualmente, se a construção do nominativo com o verbo se desse por meio de preposições, como "sobre" ou "em", a preposição seria regida pelo nominativo, o que é falso.

O nominativo, portanto, é o modo de significar a propriedade "enquanto o 'que' é o outro". E isso prova-se racionalmente e por autoridade. Racionalmente, assim: é por meio de um modo de significar que o nominativo distingue-se de todos os outros

distinguitur: sed per modum, ut quod est alterum, est distinctus ab aliis; ergo nominativus est modus significandi, ut quod est alterum. Probatum etiam auctoritate Petri Heliae, qui vult quod species, sive modi casuum, sumantur penes inflexionem huius nominis *quod*, *cuius*, *cui*, etc. Si ergo genitivus est modus significandi, ut cuius est alterum, dativus est modus significandi, ut cui est alterum, vel cui acquiritur, vel datur alterum, nominativus erit modus significandi, ut quod est alterum. Et dicitur iste modus significandi nominativus, quia sub isto modo nomina rebus imponimus. Et huic modo proportionatur in verbo modus, ut ipsum est alterum, scilicet principiatum, et causatum a re nominativi active, vel passive.

Genitivus. Genitivus est modus significandi rem in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita; ut dicendo, *Socratis interest*; iste genitivus *Socratis* significat rem in ratione principii, respectu huius verbi *interest*, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita. Similiter dicendo, *misereor Socratis*, vel, *filius*

casos; ora, por meio do modo “enquanto o ‘que’ é o outro” (o nominativo) distingue-se de todos os outros (casos), logo, o nominativo é o modo de significar “enquanto o ‘que’ é o outro”. E isso também se prova pela autoridade de Pedro Helias, que quis dizer que a espécie ou os modos dos casos são derivados de acordo com a inflexão do nome *quod* (“que”): *cuius* (“de quem”), *cui* (“para quem”), etc. Se, portanto, o genitivo é o modo de significar “enquanto ‘de quem’ o outro é”, o dativo é o modo de significar “enquanto ‘para quem’ o outro é ou é dado ou adquirido”, da mesma forma, o nominativo é o modo de significar “enquanto o ‘que’ é o outro”. E chama-se esse modo de nominativo, porque é por meio desse modo que damos nomes às coisas. Há também no verbo um modo proporcional ao modo (nominativo): o modo “enquanto o próprio é o outro”, a saber, principiado e causado ativamente ou passivamente pela coisa do nominativo.

O *genitivo*. O genitivo é o modo de significar a coisa de acordo com o princípio ou o término indiferentemente, com a adição da propriedade “enquanto ‘de quem’ o outro é”. Por exemplo, quando se diz *Socratis interest* (“De Sócrates é o interesse”), esse genitivo *Socratis* (“de Sócrates”) significa a coisa de acordo com a propriedade do princípio com respeito a esse verbo *interest* (“é do interesse de”), com a adição da propriedade

Socratis est, iste genitivus *Socratis* significat rem in ratione termini, respectu huius verbi *misereor*, vel huius nominis *filius*, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita. Dicitur genitivus, quasi primo a voce nominativi genitus. Et huic modo proportionatur in verbo modus ut ipsum est alterius.

Dativus. Dativus casus est modus significandi rem in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate ut cui alterum acquiritur superaddita; ut dicendo, *Socrati accidit*, in hac constructione, iste dativus, *Socrati*, significat per modum principii, superaddito sibi modo, ut cui alterum acquiritur. Similiter dicendo, *faveo Socrati*, vel *similis Socrati*, in hac constructione iste dativus, *Socrati*, significat rem in ratione termini, proprietate, ut cui alterum acquiritur, vel datur, superaddita. Et dicitur iste modus significandi dativus, quia est modus significandi, ut cui alterum acquiritur, vel datur. Et huic modo proportionatur in verbo modus ut ipsum

“enquanto ‘de quem’ o outro é”. De forma similar, ao se dizer *misereor Socratis* (“Tenho pena de Sócrates”) ou *filius Socratis est* (“É o filho de Sócrates”), o genitivo, tanto com respeito a esse verbo *misereor* (“tenho pena de”), quanto com respeito a esse nome *filius* (“filho”), significa a coisa de acordo com a propriedade do término com a adição da propriedade “enquanto ‘de quem’ o outro é”. O genitivo (*genitivus*) recebe esse nome porque se origina do nominativo. Há também no verbo um modo proporcional a esse modo: o modo “enquanto ‘o próprio’ é de outro”.⁷²

O *dativo*. O dativo é o modo de significar a coisa de acordo com o princípio ou o término indifferenter, com a adição da propriedade “enquanto ‘para quem’ o outro é dado ou adquirido”.⁷³ Por exemplo, quando se diz: *Socrati accidit* (“Aconteceu a Sócrates”), o dativo cossignifica nessa construção por meio do modo do princípio com a adição da propriedade “enquanto ‘para quem’ algo é dado ou adquirido”. Semelhantemente, quando se diz: *faveo Socrati* (“Sou favorável a Sócrates”) ou *similis Socrati* (“igual a Sócrates”), esse dativo *Socrati* (“a Sócrates”) significa a propriedade do término com a propriedade adicional “enquanto ‘para quem’ o outro é adquirido ou dado”.⁷⁴ Esse modo é chamado de dativo porque é o modo de

est, quod alteri datur.

Accusativus. Accusativus casus, secundum dictam inflexionem, est modus significandi rem in ratione termini, proprietate ut quem, superaddita, ut dicendo, *amo Deum*, iste accusativus, *Deum*, significat sub proprietate terminandi actum, et dependentiam huius verbi, *amo*, proprietate, ut quem, superaddita. Et dicitur accusativus quasi terminus actus. Et huic modo proportionatur in verbo modus dependentis, sub modo ad alterum. Aliquando tamen accusativus casus est modus significandi rem, sub ratione principii simpliciter, id est, proprietate speciali non superaddita, scilicet quando actus construitur intrinsece cum infinitivo, vel cum verbo impersonali, ut dicendo, *me legere*, *me oportet*; hic significat accusativus rem, sub ratione principii a nulla proprietate speciali contracta, nec contrahibili, cui proportionatur modus verbi simpliciter. Et hic modus non videtur sibi accidere, nisi tunc ponatur quod actus sit modus significandi aequivocus, ad significandum sub

significar a propriedade “enquanto ‘para quem’ o outro é adquirido ou dado”. E existe no verbo um modo proporcional a esse que significa a propriedade “enquanto ‘o próprio’ é o que é dado a outro”.

O *acusativo*. O acusativo, segundo a definição que já foi discutida⁷⁵, é o modo de significar a coisa conforme o término com a adição da propriedade “enquanto na ‘direção de quem/m’ (a ação do verbo é dirigida)”. Assim, quando se diz *amo Deum* (“Amo Deus”), esse acusativo *Deum* (“Deus”) significa por meio da propriedade de terminar a ação e, simultaneamente, o acusativo determina a dependência desse verbo *amo* (amo) com a adição da propriedade de direcionar essa ação. E é chamado de acusativo porque é como que o término da ação. E para esse modo existe um modo proporcional de dependência no verbo: o modo de ser direcionado para o outro. Algumas vezes, porém, o caso acusativo é um modo de significar a coisa na forma de princípio simplesmente, isto é, sem o acréscimo da propriedade especial de direcionar. Isso acontece quando a ação é construída intrinsecamente com um infinitivo ou com um verbo impessoal, como quando se diz *me legere* ((ouve-) “me ler”) ou *me oportet* (“me convém”). Aqui o acusativo significa a coisa, de acordo com o princípio, sem nenhuma propriedade especial

ratione termini, ut quem; et ad modum sub ratione principii simpliciter.

Et est sciendum, quod ratio termini, ut quem, aliquando sumitur simpliciter, id est non contracte, ut dicendo, *lego librum*; aliquando contracte, ut quando contrahitur per praepositionem accusativo deservientem, ut dicendo, *vado ad plateam, curro ad campum*; et sic modus sibi correspondens simpliciter est contrahendus.

Vocativus. Vocativus casus est modus significandi rem sub ratione termini dependentis, actus exerciti, vel exercitati, nulla differentia dictarum proprietatum superaddita, ut dicendo, o *Henrice*: iste vocativus habet in se rem in ratione termini, tantum in ratione dependentis illius actus exerciti, vel exercitati. Unde notandum est, quod duplex est actus, scilicet: signatus, et exercitus. Actus signatus est, qui per

restritiva, ou restringível, para a qual exista um modo proporcional no verbo de maneira simples.⁷⁶ Esse tipo de acusativo não parece ocorrer a não ser que se suponha que a ação seja um modo de significar equívoco que signifique conforme a propriedade do término, “enquanto na direção ‘de que/m’ (a ação do verbo é dirigida)”, e conforme a propriedade do princípio de maneira simples.

Além disso, deve-se saber que, às vezes, o acusativo é derivado de maneira simples, isto é, de maneira não restritiva, como em *lego librum* (“Leio o livro”)⁷⁷, outras vezes, de maneira restritiva, como quando é restringido por meio de uma preposição que é regida por acusativo, como em *vado ad plateam* (“Vou à praça”) e *curro ad campum* (“Corro ao campo”). Dessa forma, o modo correspondente é restringido de maneira simples.⁷⁸

O *vocativo*. O caso vocativo é o modo de significar de acordo com a propriedade do término da ação que depende de uma ação estimulante ou impelidora, sem o acréscimo de nenhuma das propriedades adicionais mencionadas acima. Isso significa que, por exemplo, ao se dizer o *Henrice* (“Ó Henrique!”), esse vocativo só tem a propriedade de terminar esse ato enquanto é dependente dessa ação estimulante ou impelidora. Com base nisso, é necessário

verbum, vel participium importatur, ut *lego, legens*. Actus exercitus est, qui prolationem huius adverbii, *o*, exercitatur, quasi in eius modum significandi cadens, et huius proprius terminus est vocativus; ideo iste modus significandi vocativus nominatur, quia est proprius terminus vocationis, seu actus vocandi. Et huic modo significandi vocativi, vel exercitati proportionatur in adverbio, *o*, modus significandi per modum vocantis, vel exercitantis.

Ablativus. Ablativus casus est modus significandi rem, in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate, ut quo, superaddita, ut dicendo, *utor pane*; iste ablativus significat in ratione termini proprietate, ut quo, superaddita; et huic modo proportionatur modus dependentis sub modo ut altero. Similiter dicendo, *a Socrate legitur*, iste ablativus significat in ratione principii, proprietate, ut quo, superaddita. Et dicitur iste modus ablativus, quia est modus significandi, ut a quo aliquid auferimus.

observar que há dois tipos de ato: o ato significativo e o ato exercido⁷⁹. O ato significativo é suscitado por meio de um participio ou de um verbo, como *lego* (“leio”), *legens* (“lendo”). O ato exercido é aquele que se exerce pela pronúncia do advérbio *o* (“ó”), como por meio de um modo de significar. O vocativo é o término apropriado dessa ação. E é por isso que se dá o nome de modo de significar vocativo para esse modo: porque ele é o término apropriado de um chamamento ou de um ato de chamar. E, para esse modo de significar do vocativo ou exercido, há um modo proporcional de significar por meio do modo de chamar ou estimular no advérbio *o* (“ó”).

O *ablativo*. O ablativo é um modo de significar de acordo com o princípio ou o término, indiferentemente, com a adição da propriedade “enquanto ‘por/em/com/de que/m’”. Por exemplo, quando se diz *utor pane* (“Faço uso do pão”), esse ablativo significa de acordo com a propriedade do término com o acréscimo de “enquanto ‘de que’”. Para esse modo existe no verbo um modo proporcional: o modo do dependente por meio do modo “enquanto ‘por/em/com/de outro’”. De maneira similar, ao se dizer *a Socrate legitur* (“Lido por Sócrates”), esse ablativo significa a propriedade de acordo com o princípio com a propriedade adicional “enquanto ‘por quem’”. Esse modo é

Et est sciendum, quod ratio termini, vel principii ut quo, aliquando sumitur non contracte, ut dicendo, *utor pane*; aliquando contracte praepositivis adiectis, ut dicendo, *a Socrate legitur in Ecclesia*, vel *in domo*, et sic de aliis, et sic modus significandi sibi correspondens et proportionabilis est contrahendus.

33 Ex istis patet sufficientia istorum sex casuum, per hunc modum: omnis casus aut est modus significandi principii tantum, vel termini tantum, vel utriusque indifferenter. Si casus sit modus significandi in ratione principii tantum, modo ut quod est alterum superaddito, sic est nominativus casus. Si tantum in ratione termini, nulla speciali proprietate superaddita, sic est vocativus casus. Si autem sit modus significandi rem sub ratione utriusque indifferenter, vel hoc est modo superaddito *ut cuius*, et sic genitivus casus; vel modo *ut cui*, et sic est dativus casus; vel modo *ut quem*, et sic

chamado de ablativo porque tem um modo de significar “enquanto ‘de que’ retiramos alguma coisa”.

Deve-se observar que, tanto de acordo com o princípio quanto de acordo com o término, algumas vezes (o modo) “enquanto ‘por/em/com/de que/m’” é derivado de maneira não restritiva, como em *utor pane* (“Faço uso do pão”), outras vezes, (de maneira) restritiva, por meio de preposições adjetivas, como quando se diz *a Socrate legitur in ecclesia* (“Lido por Sócrates na igreja”) ou *in domo* (“em casa”) e igualmente em outros casos. E é assim que o modo de significar que lhe é correspondente e proporcional deve ser restringido.

33 Em vista do que se discutiu até aqui, esses seis casos estão suficientemente explicados e podem ser resumidos assim: todo caso é um modo de significar apenas o princípio ou apenas o término, ou ambos indiferentemente. Se um caso significar apenas o princípio, com a adição da propriedade “enquanto o ‘que’ o outro é”, esse caso será o nominativo. Se significar apenas na forma de término, sem a adição de nenhuma propriedade especial, será o caso vocativo. Porém, se for um modo de significar ambas as coisas indiferentemente, ou receberá a adição do modo “enquanto ‘de quem’ o outro é”, e será o caso genitivo, ou receberá a adição do modo “enquanto ‘para

est accusativus casus; vel modo *a quo*, et sic est ablativus casus. Et est sciendum, quod sicut species et differentiae casuum attenduntur penes inflexionem huius nominis *quod*, *cuius*, *cui*, etc., sic modi in verbo, proportionabiliter casibus, attenduntur penes inflexionem huius nominis *alter*, *alterius*, *alteri*, etc.

CAPUT XX

De persona et declinatione grammaticali.

34 *Persona*. Habito de casu, dicendum est de persona. Iuxta quod notandum est, quod in rebus rationabilibus reperitur quaedam proprietas casus, scilicet proprietas loquendi a quo trahitur persona, quae est accidens nominis. Est ergo persona modus significandi nominis, mediante quo nomen proprietatem loquendi consignificat. Et secundum diversitatem loquendi, de se, ad alium, vel de alio, variatur persona per triplicem differentiam, scilicet, primam,

quem’ o outro é”, e será o caso dativo, ou receberá o modo de direcionar a ação do verbo, e será o caso acusativo, ou receberá a adição do modo “enquanto ‘por/em/com/de que/m””, e será o caso ablativo. Deve-se observar também que os tipos de casos e as suas diferenças podem ser percebidos no paradigma desse nome *quod* (“que”), *cuius* (“de quem”), *cui* (“para quem”), etc., e que existem, nos modos de significar do verbo, tipos e distinções proporcionais às dos casos, que podem ser percebidos no paradigma do nome *alter* (“o outro”), *alterius* (“do outro”), *alteri* (“para outro”), etc.

CAPÍTULO XX

Sobre a pessoa e a declinação gramatical

34 *A Pessoa*. Depois de tratar o caso, deve-se agora discutir a pessoa. E, quanto a isso, deve-se observar que nas entidades racionais verifica-se uma determinada propriedade casual, a saber, a propriedade de falar, da qual se deriva a pessoa, que é um acidente do nome.⁸⁰ Portanto, a pessoa é o modo de significar do nome mediante o qual ele cossignifica a propriedade do falar. E, segundo a diversidade do falar – de si, a outro, ou de outro –, a pessoa se constitui por meio de uma tríplice diferenciação, a saber: em primeira, segunda e terceira.

secundam et tertiam.

Prima persona est modus significandi rem sub proprietate loquendi de se, ut de se. *Secunda persona* est modus significandi rem sub proprietate loquendi ad alium, ut ad alium. *Tertia persona* est modus significandi rem sub proprietate loquendi de alio, ut de alio. Et quia modus loquendi de se non est sine modo significandi de se, ideo ipse modus dicitur persona, a per se sonando nominata.

35 *Declinatio*. Notandum, quod declinatio, quam Donatus sub casu comprehendit, a proprietate casuum oritur. Declinatio ergo est modus significandi rem nominis, per quem inflectitur. Et variatur per diversas casuum proprietates, de quibus dictum est. Et quia ad istam inflexionem proprietatum sequitur in pluribus inflexio vocum, ideo quidam dixerunt declinationem esse vocis in vocem inflexionem. Quod autem aliquod nomen sit primae, secundae, tertiae, quartae, vel consequentis, vel inconsequentis, haec ratio a parte vocis attenditur. Et sic patet qui, et quot sunt modi significandi nominis, tam essentiales quam accidentales.

A *primeira pessoa* é o modo de significar a propriedade do falar de si. A segunda pessoa é o modo de significar a propriedade do falar a outro. A terceira pessoa é o modo de significar a propriedade do falar de outro. E, como o modo de significar a propriedade do falar de si não existe sem o modo de significar a propriedade do ser em si, é por isso que o modo do falar de si é chamado do modo da pessoa, porque a pessoa de “per si soa”.

35 A *declinação*. Deve-se notar que a declinação, que Donato colocou sob a abrangência do caso,⁸¹ origina-se da propriedade dos casos. A declinação é, portanto, o modo de significar a propriedade do nome por intermédio de que ele sofre inflexão. E ela varia de acordo com as diferentes propriedades de cada caso, que foram discutidas acima. E como essas variações de propriedades são seguidas de inflexões em muitas palavras, alguns afirmaram que a declinação é equivalente à derivação de uma palavra a partir de outra. No entanto, é porque um nome é capaz de estar ou na primeira ou na segunda ou na terceira ou na quarta declinação ou nas seguintes, que o sistema declinacional é, de maneira própria ou imprópria, derivado da palavra. Ficam assim esclarecidos quantos e quais são os modos de significar do nome,

CAPUT XXI

De modo significandi essentiali generalissimo pronominis

36 *Pronomen.* Modus significandi essentialis generalissimus pronominis est modus significandi per modum entis et indeterminatae apprehensionis. A qua vero proprietate modus significandi per modum entis sumitur, prius dictum est, nam in hoc modo pronomen a nomine non distinguitur, ut dictum est.

Modus vero indeterminatae apprehensionis oritur a proprietate, seu modo essendi materiae primae. Materia enim prima in se, extra indeterminata est, respectu cuiuslibet formae naturalis, quae inest de se, ita quod nec includit nec excludit formam nec determinationem formae. Ab ista ergo proprietate materiae primae, quae est proprietas de se indeterminata, determinabilis tamen per formam, sumitur modus significandi per modum indeterminatae, qui est modus significandi essentialis generalissimus pronominis; non quod pronomen materiam primam significet tantum, sed ex modo essendi reperto in materia

tanto os essenciais quanto os acidentais.

CAPÍTULO XXI

Sobre o modo de significar essencial mais geral do pronome

36 *O pronome.* O modo de significar essencial mais geral do pronome é o modo de significar por meio do modo de um ente e por meio do modo da apreensão indeterminada.⁸² Na verdade, já se discutiu (nos capítulos sobre o nome) de que propriedade deriva-se o modo de um ente e, como se mencionou anteriormente, o pronome não se distingue do nome no que diz respeito a esse modo.

O modo da apreensão indeterminada se origina da propriedade ou do modo de ser da matéria prima. Com efeito, a matéria prima em si mesma é indeterminada com relação a qualquer forma natural em que se encontre. Por isso, a matéria prima não inclui nem exclui a forma ou a sua determinação. Dessa propriedade da matéria prima – que é a propriedade de ser indeterminável em si, porém determinável por uma forma – deriva-se o modo de significar por meio do modo da indeterminação, que é o modo de significar essencial mais geral do pronome. Não que o pronome signifique (denote) apenas a matéria prima, mas é com base no modo de existir da matéria prima que o intelecto pode

prima, intellectus movetur ad considerandum aliquam essentiam sic indeterminatam, et ad imponendum sibi vocem sub modo significandi per modum indeterminati. Et hunc modum generalissimum essentialem pronominis grammatici expresserunt dicentes, pronomen significare substantiam meram, vel substantiam sine qualitate; dantes intelligi per substantiam modum entis, qui in substantia principaliter reperitur, ut dictum est; per meram, vel sine qualitate, modum indeterminatae apprehensionis.

37 Sed si obiiciatur sic: modus significandi partis debet esse positivus, et non privativus, sicut pars est quid positivum: sed modus indeterminatae apprehensionis est modus privativus; ergo non potest esse modus significandi pronominis.

Dicendum, quod illud, quod est ita indeterminatum, quod excludat formam, et formae determinationem, est privativum; tamen illud, quod sic est indeterminatum, quod non excludit, nec includit formam, nec formae determinationem, non est privativum; et sic se habet modus significandi pronomis, qui est modus indeterminati de se, determinabilis tamen. Vel

perceber a existência de uma essência indeterminada e, em seguida, atribuir a essa essência uma palavra (o pronome) que a significa por meio do modo da indeterminação. Os gramáticos (antigos) expressaram esse modo essencial geral do pronome ao dizer que o pronome significa uma “mera substância”, ou uma substância sem qualidade. Ao fazer isso, eles deram a entender que “substância” equivale ao modo de um ente – que é encontrado principalmente na substância, como foi dito acima –, e dão a entender que “mera”, ou seja, sem qualidade, equivale ao modo da apreensão indeterminada.⁸³

37 No entanto, é possível que haja a seguinte objeção: um modo de significar de uma parte do discurso deve necessariamente ser positivo, e não privativo, assim como a parte é algo positivo. Mas o modo da apreensão indeterminada é um modo privativo, logo, não pode ser um modo de significar do pronome.⁸⁴

A resposta a essa objeção é a seguinte: algo indeterminado que exclua tanto a forma quanto a determinação da forma é privativo, mas algo indeterminado que não exclua nem inclua a forma, ou a determinação da forma, não é privativo. E é assim que se comporta o modo de significar do pronome, que, embora seja indeterminado por si, é determinável (por outro). Além disso, pode-se responder que os gramáticos, por meio

dicendum, quod per modum istum privativum grammatici circumloquuntur modum significandi positivum, qui est modus significandi communis simpliciter.

Et si dicatur, quod iste modus significandi communis simpliciter invenitur in hoc nomine *ens*; vel ergo *ens* est pronomen, vel pronomen non erit distinctum a nomine. Dicendum, quod licet hoc nomen *ens* habeat modum significandi communem, respectu significatorum specialium, scilicet, *substantiae* vel *accidentis*, *hominis* vel *leonis*; tamen eius significatum non est commune respectu aliorum transcendentium, quae sunt *unum*, *res*, et *aliquid*, et respectu privationum, et negationum, ut *nihil* est non *ens*; ergo non habet modum significandi communis simpliciter; sed pronomen habet modum significandi communis simpliciter, respectu omnium significatorum specialium, et transcendentium, privationum, et negationum, teste Prisciano, qui dicit, quod pronomen ad omne suppositum pertinet, id est, ad omne significatum se extendit; ergo instantia nulla.

desse modo privativo, referem-se indiretamente a um modo de significar positivo: o modo de significar o comum de maneira simples.⁸⁵

Contra isso, é possível argumentar que no nome *ens* (“ente”) encontra-se esse modo de significar o comum de maneira simples e que, portanto, ou o pronome equivale a *ens* (“ente”) ou o pronome não se distingue do nome. Ao que se deve responder: embora o nome *ens* (“ente”) signifique por meio do modo do comum de maneira restrita – ou seja, com respeito a certas espécies de coisas, a saber: *substantiae* (“da substância”) ou *accidentis* (“do acidente”), *hominis* (“do homem”) ou *leonis* (“do leão”) –, seu significado não é comum com respeito a outros transcendentais, como *unum* (“o uno”), *res* (“a coisa”), *aliquid* (“o algo”), nem com respeito às privações e negações, como *nihil* (“o nada”), que não fazem referência a nenhum ente. Logo, (em sentido estrito) o nome *ens* (“ente”) não é significado por meio do modo de significar o comum da maneira o mais simples (abrangente) possível. O pronome, no entanto, tem um modo de significar o comum de maneira simples com respeito a todos os significados de todas as espécies, tanto das transcendentais quanto das privativas e negativas. E isso atesta Prisciano⁸⁶ ao afirmar que o pronome pertence a todo suposto, isto é, que se

luxta quod est notandum, quod omnis pars orationis est ens secundum animam. Item sciendum est, quod omnes privationes et negationes in se sunt entia positiva in anima, ut dictum est prius. Dicendum est ergo, quod licet modus indeterminati non sit positivus realiter, est tamen positivus in anima; et hoc sufficit ad distinctionem partium orationis, quae sunt entia secundum animam. Pronomen ergo est pars orationis significans per modum entis, et indeterminatae apprehensionis.

CAPUT XXII

De modis significandi essentialibus pronominis, tam subalternis, quam specialissimis.

38 *Modi essentialis subalterni et speciales sex.* Sub hoc autem generalissimo modo significandi pronomis ad modos essentialis, et subalternos, et specialissimos descendamus, qui sunt modi relationis, et demonstrationis; modus primitivi, et modus derivativi; modus substantialis vel substantivi, et modus adiectivi.

estende a qualquer significado. Portanto, essa objeção não se sustenta.

Junto a isso, deve-se observar também que toda parte do discurso é um ente mental. E, da mesma forma, deve-se observar que todas as privações e negações têm existência real na mente, como se discutiu acima. Logo, deve-se afirmar que o modo do indeterminado, embora não seja uma realidade física, é uma realidade mental, e que isso já é o suficiente na distinção entre as classes de palavras, que são entes mentais. Portanto, o pronome é uma parte do discurso que significa por meio do modo de um ente e por meio do modo da apreensão indeterminada.

CAPÍTULO XXII

Sobre os modos de significar essenciais do pronome, tanto os subalternos quanto os mais especiais

38 *Os modos essenciais subalternos e especiais são seis.* Depois de discutir o modo de significar geral do pronome, dirijamo-nos agora aos seus modos essenciais, tanto subalternos quanto especiais, que são os seguintes: o modo da relação e da demonstração, o modo do primitivo e do derivativo, o modo substancial, ou do substantivo, e o modo do adjetivo.

39 *Demonstratio et relatio.*

Demonstratio. Modus ergo significandi, qui vocatur demonstratio, sumitur a proprietate rei, quae est proprietas certitudinis, et praesentiae, seu notitiae primae intellectus; et hunc modum Donatus vocat qualitatem finitam; et hic modus constituit pronomen demonstrativum.

Pronomen demonstrativum. Pronomen ergo demonstrativum significat rem sub ratione vel proprietate praesentiae seu notitiae primae. Semper enim pronomini sex demonstrationes correspondent praesentiae, sive sit ad sensum, sive ad intellectum; differenter tamen. Quia pronomen demonstrativum ad sensum hoc, quod demonstrat, significat, ut: *ille currit*. Sed pronomen demonstrativum ad intellectum hoc, quod demonstrat, non significat, sed aliud, ut si dicam de herba demonstrata in manu mea: *haec herba crescit in horto meo*, hic unum demonstratur, et aliud significatur. Et hunc modum demonstrandi habent propria nomina, ut si dicam demonstrato Ioanne; *iste fuit Ioannes*, hic unum demonstratur, et aliud in numero significatur. Et sic contingit

39 *A demonstração e a relação*⁸⁷

A demonstração. O modo de significar que é chamado de demonstração é derivado da propriedade da certeza e da presença ou do conhecimento primeiro do intelecto. Donato chama esse modo de qualidade finita. Esse modo constitui o pronome demonstrativo.

O pronome demonstrativo. O pronome demonstrativo significa a coisa de acordo com a propriedade da presença ou do conhecimento primeiro. Com efeito, ao pronome demonstrativo sempre correspondem seis demonstrações de presença, ou relacionadas aos sentidos ou relacionadas ao intelecto, embora de maneira diferente⁸⁸. Porque o pronome demonstrativo relacionado aos sentidos demonstra aquilo que significa, como em *ille currit* (“Ele corre”), mas, em relação ao intelecto, não significa o que demonstra – como quando digo da hortaliça que mostro em minha mão: *haec herba crescit in horto meo* (“Este tipo de planta cresce em minha horta”): uma coisa é demonstrada e outra é significada. Os nomes próprios têm esse modo de demonstração. Por exemplo, se digo, depois de ter mostrado João: *iste fuit Ioannes* (“Esse foi João”), uma coisa é

dare diversos modos certitudinis, et praesentiae; et secundum hoc erunt diversi modi demonstrationum; et ex consequenti diversa pronomina demonstrativa. Contingit enim rem esse praesentem et certam, et maxime certam vel praesentem, et sic demonstratur per hoc pronomen *ego*; vel non maxime esse certam et praesentem, et sic demonstratur per hoc pronomen *tu*, et alia similia.

Relatio. Modus significandi qui vocatur relatio, sumitur a proprietate rei, quae est proprietas absentiae, et incertitudinis, seu notitiae secundae, unde Donatus appellat istum modum qualitatem pronominis infinitam; et hic modus constituit pronomen relativum.

Pronomen relativum. Pronomen ergo relativum significat rem sub proprietate absentiae, et incertitudinis, seu notitiae secundae. Semper enim pronomen relativum, vi relationis, repraesentat rem, ut est absens, et incerta, sive sit res praesens, sive absens, quae refertur, ut dicendo, *Socrates currit*, et *ille disputat*, hoc relativum *ille* refert hoc antecedens *Socrates* stans sub actu primo, seu sub notitia prima reiterando

demonstrada e outra é significada numericamente.⁸⁹ Assim, existem modalidades diferentes de certeza e presença. Como resultado disso, há diversos modos de demonstração e, conseqüentemente, diversos pronomes demonstrativos. Por exemplo, quando a presença do indivíduo é maximamente certa, o pronome *ego* (“eu”) é utilizado na demonstração; quando o indivíduo não está máxima e certamente presente, o pronome *tu* (“tu”) é utilizado na demonstração; e assim por diante.

Relação. O modo de significar que é chamado de relação é tomado da propriedade da coisa que é a propriedade da ausência e da incerteza ou do reconhecimento. Por isso, Donato chama esse modo de qualidade infinita.⁹⁰ Esse modo constitui o pronome relativo.

O pronome relativo. Portanto, o pronome relativo significa a coisa sob a propriedade da ausência e da incerteza ou do conhecimento segundo. Com efeito, o pronome relativo, por sua capacidade de relação, sempre representa a coisa como estando ausente e incerta, estando a coisa a que se refere ausente ou presente. Por exemplo, quando se diz *Socrates currit* (“Sócrates corre”) e *ille disputat* (“Ele debate”), o relativo *ille* (“Ele”) refere-se ao

ipsum sub actu secundo, sive sub notitia secunda; et sic notificat ipsum tamquam incertum, et absens, faciens recordationem de ipsum sub actu secundo. Recordatio enim semper est praeteritorum et absentium. Recordatio enim nihil aliud est, quam cognitio secunda, ut si aliquid sit primo cognitum, postea oblitum, et iterum ad memoriam reductum; unde dicitur relatio, quasi antelatae rei recordatio. Et sicut contigit dare diversos gradus absentiae, secundum hoc sunt diversi modi relationis; et ex consequenti diversa pronomina relativa, quia ad diversitatem in causa sequitur diversitas in effectum.

40 *Primitivum et derivativum.* Modus significandi, qui est primitivus, et derivativus, sumitur ab eadem proprietate in pronome, a quo sumitur species primitiva, et derivativa in nomine; sunt enim iidem modi significandi hic, et ibi; nam primitio in pronome idem est quod species primitiva in nomine; et derivatio in pronome idem est quod species derivativa in nomine. Sed habent se

antecedente *Socrates* (“Sócrates”) como estando sob um ato primeiro ou sob a forma de conhecimento primeiro, reiterando-o por meio de um ato segundo ou sob a forma de conhecimento segundo.⁹¹ Assim, em sua reiteração, o pronome dá o conhecimento do nome de uma maneira incerta e ausente, sob a forma de um ato segundo. Com efeito, a recordação é sempre de coisas passadas ou ausentes, porque a reiteração não é mais que um conhecimento segundo, como quando algo é primeiro conhecido, depois esquecido e, mais tarde, seu conhecimento é de novo reconduzido à memória. É por isso que se afirma que a relação é como que a recordação de uma coisa que se foi. E como existem diversos graus de ausência, há também diversos modos de relação e, consequentemente, diversos pronomes relativos, porque para a diversidade na causa corresponde a diversidade no efeito.

40 *O primitivo e o derivativo.* O modo de significar primitivo e derivativo originam-se das mesmas propriedades de que se tomam a espécie primitiva e derivativa do nome.⁹² Esses modos de significar são, portanto, iguais nos dois casos, uma vez que o estado primitivo do pronome é igual à espécie primitiva do nome e a derivação no pronome é igual à espécie derivativa no nome. Porém, esses modos se comportam de maneiras diferentes (no nome e no

differenter, quia primitivo et derivativo constituunt diversas species in pronomine, scilicet pronomen primitivum, et derivativum; sed in nomine, species primitiva et derivativa modi significandi accidentales nominis nominantur.

Substantivum. Item modus adiacentis et per se stantis ab eisdem proprietatibus sumitur, a quibus sumebatur in nomine, scilicet, modus per se stantis a proprietate essentiae distinctae; et modus adiacentis a proprietate inhaerentis alteri secundum esse. Et est sciendum, quod a grammaticis ponuntur tria pronomina substantiva, scilicet, *ego*, *tu*, *sui*, quia huiusmodi usi sunt Poëtae virtute demonstrationis et relationis in sermone perfecto, sine adiunctione alterius substantivi; aliis autem usi sunt adiective; ideo grammatici omnia alia pronomina adiectiva posuerunt.

Possessivum et gentile. Sub modo significandi, qui est modus derivativi, ad modos specialissimos descendamus. Continet autem sub se duos modos. Primus est modus significandi per modum adiacentis alteri, sub ratione possidentis ipsum; et

pronome), porque, enquanto o estado primitivo e a derivação dão origem a espécies diferentes de pronome, a saber: o pronome primitivo e o derivativo, as espécies primitiva e derivativa do nome são denominadas modos accidentais.

O substantivo. Como no caso acima, os modos de aderir e de ser independente (no pronome) são derivados das mesmas propriedades de que são tomados no nome, a saber: o modo de ser independente, que é tomado da propriedade da essência independente, e o modo de aderir, que é tomado da propriedade da inerência no ser de outro. Deve-se saber que os gramáticos estabeleceram três pronomes substantivos – *ego* (“eu”), *tu* (“tu”), *sui* (“a si”)⁹³ – porque eles têm sido usados pelos poetas com o valor de demonstração e de relação no discurso perfeito,⁹⁴ sem estarem ligados a um substantivo, enquanto os outros pronomes são usados adjectivamente. Por isso, os gramáticos consideraram todos os outros pronomes como sendo adjectivos.

O possessivo e o gentílico. Voltemo-nos agora aos modos mais específicos do modo derivativo. O modo derivativo abrange dois modos especiais: o primeiro é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro, enquanto possuidor do outro. Esse modo constitui o pronome derivativo

hic modus constituit pronomen derivativum possessivum. Pronomen ergo derivativum possessivum est, quod significat per modum adiacentis alteri per modum possidentis ipsum, ut *meus*, *tuus*, *suus*, etc. Secundus modus derivativus est modus significandi per modum adiacentis alteri, sub ratione gentis, vel patriae; et hic modus constituit pronomen derivativum gentile. Pronomen ergo derivativum gentile est, quod significat per modum adiacentis alteri, sub ratione gentis, vel patriae, ut *nostras*, *vestras*.

Sic ergo patet, quod modus significandi generalissimus pronominis dividitur in modos specialissimos, et subalternos, sic: pronomen simpliciter sumptum prima sui divisione dividitur in pronomen demonstrativum, et relativum, primitivum, derivativum, substantivum, et adiectivum. Item pronomen adiectivum derivativum dividitur in pronomen derivativum possessivum, et in derivativum gentile. Et haec de modis essentialibus pronominis dicta sufficiant.

possessivo. Portanto, o pronome possessivo significa por meio do modo de aderir a outro, como possuidor desse outro, como em *meus* (“meu”), *tuus* (“teu”), *suus* (“seu”), etc. O segundo modo derivativo (especial) é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro em razão da família ou da pátria. Esse modo constitui o pronome derivativo gentílico. Portanto, o pronome derivativo gentílico significa por meio do modo de aderir a outro em razão da família ou da pátria, como *nostras* (“do nosso país”/“da nossa família”), *vestras* (“do vosso país”/“da vossa família”).

Assim, fica claro que o modo de significar mais geral do pronome divide-se em modos subalternos e especiais, da seguinte forma: o pronome, entendido de maneira simples em sua primeira divisão, divide-se em demonstrativo, relativo, primitivo, derivativo, substantivo e adjetivo. Em seguida, o pronome derivativo adjetivo divide-se em derivativo possessivo e derivativo gentílico. O que foi discutido até aqui é suficiente na apresentação dos modos essenciais do pronome.

CAPUT XXIII

De modis significandi accidentalibus pronominis.

41 *Accidentia pronominis.* Dicto de modis essentialibus significandi, dicendum est de modis significandis accidentalibus. Iuxta quod notandum est, quod Donatus assignat pronomini sex accidentia, scilicet, qualitatem, genus, numerum, figuram, personam, et casum.

Notandum, quod qualitatem, quam Donatus assignat pro accidente pronominis, dividit in qualitatem finitam et infinitam; et vocat illos duos modos significandi essentielles speciales pronominis, scilicet, demonstrationem, et relationem, de quibus dictum est; ita quod per qualitatem finitam dat intelligere demonstrationem, quae rem finitam et certam significat et repraesentat, scilicet, sub accidentibus realibus, quae oculis conspici possunt. Per qualitatem vero infinitam dat intelligere relationem, quae rem incertam et infinitam repraesentat, scilicet, sub notitia secunda per recordationem, quae est incerta respectu notitiae primae, ut dictum est. De genere autem, et numero, persona,

CAPÍTULO XXIII

Sobre os modos accidentais do pronome

41 *Os acidentes do pronome.* Concluída a descrição dos modos de significar essenciais do pronome, é necessário agora descrever seus modos de significar accidentais. Além disso, deve-se observar que Donato atribui seis acidentes ao pronome, a saber, a qualidade, o gênero, o número, a forma, a pessoa e o caso.⁹⁵

Deve-se observar que a qualidade, que Donato atribui ao pronome como acidente, é dividida por ele em qualidade finita e infinita e que ele chama esses dois modos de significar essenciais especiais do pronome de demonstração e de relação, como já foi discutido acima. Dessa forma, ele dá a entender por qualidade finita a demonstração, que representa as coisas finitas e certas, como o que ocorre nos acidentes (nas propriedades) das coisas reais, que podem ser vistos pelos olhos. Por qualidade infinita, ele dá a entender a relação, que representa a coisa incerta e infinita, a saber, por meio do conhecimento segundo a recordação, que é incerto em relação ao conhecimento primeiro, como foi dito acima.

Sobre os demais acidentes do pronome – o

figura, et casu in pronomine idem intelligatur, quod de ipsis dictum est de nomine; nam ista accidentia eadem sunt hic, et ibi, et ab iisdem proprietatibus sumuntur.

CAPUT XXIV

De consignificatione propria pronominis

42 *Opinio aliorum.* Habito de modis significandi pronominis, consequenter de eius significacione videamus. Quidam dicunt, quod pronomen de se et absolute nihil significat, sed tantum habet habilitatem ad significandum, et talis habilitas reducitur ad actum per demonstrationem, et relationem, quod persuadent per Priscianum, qui dicit, pronomen sine demonstratione et relatione cassum esse et vanum. Ista opinio est erronea et falsa; quia modus significandi supponit significatum, sicut proprietates rei praesupponit ipsam rem; sed pronomen habet modum significandi; ergo necessario habet significatum.

Ad auctoritatem, quam adducunt, dicendum, quod pronomen sine demonstratione et relatione non est cassum et vanum, quia, ut dicitur II *Phys. Text 62*, illud est cassum et

gênero, o número, a pessoa, a forma e o caso –, entende-se o mesmo que foi discutido sobre eles na apresentação do nome, pois esses acidentes são os mesmos lá e aqui e são derivados das mesmas propriedades.

CAPÍTULO XXIV

Sobre a cossignificação própria do pronome

42 *A opinião de outros.* Tendo discutido os modos de significar do pronome, a seguir, vejamos sua significação. Alguns dizem que o pronome não significa nada de maneira absoluta, mas apenas tem uma habilidade de significar, e que tal habilidade atualiza-se na demonstração e na relação. Argumentam por meio de Prisciano, que diz que o pronome sem demonstração e relação é sem significado e vazio. Essa opinião é errônea e falsa, porque um modo de significar pressupõe uma significação, assim como a propriedade da coisa pressupõe a própria coisa; o pronome tem um modo de significar, logo, tem necessariamente uma significação.

Contra a autoridade que aduzem deve-se dizer que o pronome sem demonstração e relação não é sem significado ou vazio, porque, como é dito no segundo livro da *Física*, texto 62 (de Aristóteles), sem sentido

vanum, quod est ordinatum in aliquem finem, et illum non attingit: sed pronomen simpliciter ordinatum est ad significandum essentiam indeterminatam sub modo indeterminati, et ulterius ad constructionem, et hunc finem sine demonstratione aut relatione potest attingere; ergo non est frustra. Notandum ergo est, quod aliquid dupliciter dicitur cassum et vanum; uno modo quod nihil significat; alio modo, quia nihil determinate significat. Pronomen significat aliquid, licet non aliquid determinate; et sic attingit finem, et sic non est frustra.

Alii dicunt, quod pronomen significat conceptum entis determinatum, applicabilem unicuique enti, tam in anima, quam extra animam, sicut intentiones secundae, ut genus, species, subiectum, praedicatum, et quae significant conceptum determinatum applicabilem cuicumque enti; quorum motivum est, quia si pronomen significaret aliquid indeterminatum, tunc eius significatum non esset intelligibile.

Ista opinio similiter non valet, est enim erronea; quia si pronomen significaret conceptum entis, nunquam praedicatum reale posset verificari de pronome, et sic haec esset falsa: *ego*

e vazio é aquilo que é ordenado a um fim e não o atinge. Mas o pronome é ordenado para significar, de maneira simples, a essência indeterminada sob o modo do indeterminado e, em última instância, para fazer parte de uma construção. E ele pode atingir esse fim sem demonstração ou relação, logo, não é vazio (de sentido). Deve-se saber, portanto, que algo pode ser considerado sem sentido ou vazio de duas maneiras: ou porque não significa nada, ou porque não significa nada de maneira determinada. O pronome significa algo, embora não de maneira determinada, e, assim, atinge um fim, e não é vazio.

Outros dizem que o pronome significa um conceito determinado de ente, aplicável a qualquer ente, tanto na mente quanto fora da mente, como as intenções segundas: o gênero, a espécie, o sujeito, o predicado, que significam um conceito determinado aplicável a qualquer ente. O motivo seria este: se o pronome significasse algo indeterminado, então sua significação não seria inteligível.

Essa opinião também não é válida; é, de fato, errônea, porque se o pronome significasse um conceito de ente, nunca um predicado real poderia ser verificado de um pronome e, assim, esta seria falsa: *ego sum*

sum homo, quia praedicatum de eo verificatur, quod per subiectum intelligitur et significatur; unde sicut haec est falsa: *conceptus hominis est animal*, sic haec erit falsa: *ego sum animal*, quod est inconveniens.

43 *Modus intelligendi materiam.* Ad aliud, quod adductum fuit ad confirmationem dicti sui, quod si pronomen significaret aliquid indeterminatum, eius significatum non posset intelligi. Dicendum quod, sicut videmus in re, quod totum compositum intelligitur per formam, et postea per analogiam ad formam cognoscitur materia, quae est in potentia ad formam, ut dicitur I *Phys. Text 69*, et deinceps; sic intellectus potest prius aliquam essentiam intelligere indeterminatam, et postea considerare et respicere essentiam aliam in respectu ad illam, vel aliam indeterminatam, tamen per aliquod determinabile; et illud est significatum pronominis, scilicet essentiam de se indeterminatum, determinabilem tamen.

Et sic patet, quod pronomen significat essentiam, licet indeterminatam; significatum enim pronominis non

homo (“Eu sou um homem”), em que se verifica um predicado, que pode ser entendido e significado por meio de um sujeito. Nesse caso, assim como a proposição *conceptus hominis est animal* (“O conceito ‘homem’ é um animal”) é falsa, também *ego sum homo* (“Eu sou um animal”) seria falsa, o que é impróprio.

43 *O modo de entender a matéria.* Em face de outras coisas que foram ditas para confirmar que, se o pronome significasse algo indeterminado, sua significação não poderia ser entendida, deve-se dizer que, tal como na coisa o todo composto é entendido pela forma, e, por analogia, pela forma se conhece a matéria, que está, com relação à forma, em potência, como é dito no primeiro livro da *Física*, no texto 69 (de Aristóteles) e a seguir, assim, o intelecto primeiramente pode entender alguma essência indeterminada e, em seguida, considerar e perceber uma outra essência com respeito àquela (primeira), ou outra indeterminada, embora determinável por algo. Essa é a significação do pronome, a saber, uma essência por si indeterminada, embora determinável.

E assim fica claro que o pronome significa a essência, embora indeterminada. Portanto, a significação do pronome estende-se não

solum se extendit ad significata specialia, sed etiam ad significata transcendentia privationum et negationum, ut patet ex dictis. Quod enim pronomen significat in generali, illud refert et demonstrat in speciali: sed pronomen in speciali demonstrare et referre potest quod est ens, sive sit in anima, sive extra animam; sive fictum; sive verum; sive ens in actu, sive ens in potentia; et sic in uno sunt duo contraria, scilicet ens, et non ens; tamen non ens refert et demonstrat prout est aliquod ens secundum animam; quia contradictoria extra animam sunt contraria secundum animam, ut patet IV *Metaph. Text 9*.

CAPUT XXV

De modo significandi essentiali generalissimo verbi.

44 *Modus significandi generalissimus verbi.* Modus significandi generalissimus essentialis verbi est modus significandi rem per modum esse, et distantis a substantia. Ad cuius intellectum est notandum, quod licet uterque modus, scilicet esse et

só aos significados das espécies, mas também aos significados dos transcendentais das privações e das negações, como ficou claro do foi dito anteriormente. O que o pronome significa de modo geral é o que é referido e demonstrado em particular. Mas o pronome pode demonstrar e referir um ente, seja mental ou extramental, seja fictício, seja verdadeiro, seja ente em ato, seja ente em potência. De fato, no mesmo podem existir dois contrários: o ente e o não ente, embora o não ente faça referência e demonstre enquanto entidade mental, porque coisas contraditórias fora da mente são contrárias segundo a mente, como fica claro no quarto livro da *Metafísica*, no texto 9 (de Aristóteles).

CAPÍTULO XXV

Sobre o modo de significar essencial mais geral do verbo

44 *O modo de significar essencial mais geral do verbo.* O modo de significar essencial mais geral do verbo é o modo de significar a coisa por meio do modo do ser e (do modo) do distar da substância.⁹⁶ Para entender essa definição é necessário observar que, quando o verbo é comparado ao participio,

distantis, sit forma verbi absolute sumpti, tamen comparando verbum ad participium, modus esse habet rationem materiae, respectu verbi, quia facit verbum cum participio convenire; sed facere convenire est proprietas materiae; modus autem distantis habet rationem formae, quia facit verbum ab omnibus aliis distare et differre. Et quia alia est ratio materiae, et alia ratio formae, ideo componendo unum cum altero, ex utroque resultat unus modus, per naturam compositionis.

45 *Significatio per modum actionis et per modum habitus.* Notandum est, quod modus significandi activus per modum esse oritur a proprietate rei, quae est proprietas ipsius esse, scilicet proprietas fluxus et successionis, quae opponitur proprietate entis, quae est proprietas habitus et permanentis, ut prius dictum est.

Et si dicas: esse cuiuslibet rei verbaliter significatur: non tamen omne ens habet esse successivum; nam esse Dei et intelligentiarum non est in fluxu et successione, et tamen dicimus: *Deus est*, et *intelligentia est*. Item generatio et corruptio, et illuminatio aëris, non habent esse in successione; et tamen esse illorum verbaliter significatur, ut

embora tanto o modo do ser quanto o do distar sejam a forma do verbo tomada em sentido absoluto, nota-se que o modo do ser cumpre o papel de matéria com respeito ao verbo e faz com que o verbo e o participio tenham características comuns.⁹⁷ De fato, ter características comuns é uma propriedade da matéria. O modo do distar cumpre o papel de forma, porque faz o verbo distanciar-se e diferir de todas as outras classes de palavras. E como um é o papel da matéria e outro o da forma, de sua complementaridade resulta um único modo, por meio de uma composição.⁹⁸

45 *A significação por meio do modo da ação e do modo de estar.* É necessário observar que o modo de significar por meio do modo de ser origina-se da propriedade do ser em si, a saber: a propriedade da mudança e da sucessão, que se opõe à propriedade de um ente, que é a propriedade de estar e de permanecer, como foi discutido anteriormente.

É possível que alguém argumente que o ser de qualquer coisa pode receber significado verbal, embora nem todo ente tenha um ser sucessivo.⁹⁹ Porque o ser de Deus e o das inteligências não é sujeito a mudança ou a sucessão, e, apesar disso, dizemos: *Deus est* (“Deus existe”), *intelligentia est* (“A inteligência existe”). Da mesma forma, a geração e a corrupção¹⁰⁰ e o relâmpado não

dicendo: *generatio, et corruptio, et illuminatio aëris sunt, sive fuerunt.*

Dicendum, quod licet esse Dei et intelligentiarum non sit successivum successive temporis, est tamen successivum successionem aeternitatis; et licet aeternitas sit tota simul et perfecta possessio, secundum Boëtium; tamen, quia intelligimus ex istis inferioribus, ideo imaginamur ibi successionem et durationem aeternitatis per diversa spatia temporis. Similiter in generatione et corruptione, licet non sit successio, quae est inter tempora: est tamen ibi successio, quae est inter tempus et terminum temporis; quia impossibile est, quod in eodem instanti aliquod habeat esse et non esse; sed in toto tempore praeterito fuit non ens, nec est dare ultimum instans, in quo fuit non ens, sed bene est dare primus instans, in quo est ens, ut patet ex intentione Philosophi IV *Phys. Text 10 et 11* et deinceps.

Item illuminatio aëris, licet non sit successiva, prout successio causatur ex resistantia medii, tamen ibi est successio causata ex resistantia terminorum contrariorum, scilicet a

têm ser sucessivo e, apesar disso, dá-se a eles significado verbal, como quando se diz: *generatio, et corruptio, et illuminatio aëris sunt, sive fuerunt* (“Há ou houve geração, corrupção ou relâmpago”).

Ao argumento acima, deve-se responder que embora o ser de Deus e das inteligências não seja sucessivo na sucessão do tempo, é, todavia, sucessivo na sucessão da eternidade. E, embora a eternidade seja a posse simultânea, total e perfeita, segundo Boécio,¹⁰¹ como entendemos a partir de coisas inferiores, imaginamos a sucessão e a duração da eternidade por meio de muitos espaços de tempo.¹⁰²

Igualmente, na geração e na corrupção, embora não haja a sucessão que existe entre intervalos de tempo, há, todavia, a sucessão que existe entre o tempo e o limite do tempo, porque é impossível que algo exista e não exista simultaneamente. De fato, o não ente existiu durante todo o tempo passado e não é possível especificar o último instante em que o não ente existiu, mas é apropriado estabelecer o primeiro instante em que o ente existiu, o que fica patente ser a intenção do Filósofo no livro IV da *Física*, 10 e 11 e a seguir.¹⁰³

Da mesma forma, o relâmpago, embora seja sucessivo em virtude da resistência do meio, essa resistência é causada por pólos contrários, a saber: sua origem (*a quo*) e seu término (*ad quem*).¹⁰⁴

quo, et ad quem. Huic autem modo verbi, qui est modus esse et successionis, proportionatur in supposito et in obliquo modus entis, id est, modus habitus permanentis. Item notandum, quod modus distantis in verbo sumitur ab eadem proprietate rei, a qua modus per se stantis sumitur in nomine, scilicet, a proprietate essentiae determinatae.

46 Et si instes: si a proprietate essentiae determinatae trahitur in verbo modus distantis; cum ergo participium eandem rem verbi significet, quae secundum essentiam est distincta; ergo participium modum distantis habet, quod est falsum.

Ad huius solutionem est notandum, quod in una et eadem re possunt reperiri diversae proprietates rei, non repugnantes, a quibus sumi possunt diversi modi significandi activi, licet una vox non imponatur ei, ut stat sub omnibus illis proprietatibus, sed quandoque imponatur una vox ut stat sub una proprietate, quandoque alia vox, ut stat sub alia proprietate. Verbi gratia, haec res, *albedo*, habet diversas proprietates, sub quibus possunt ei imponi diversae voces. Nam si consideretur in ea modus entis, qui est modus habitus et permanentis, sic

Para esse modo do verbo, que é o modo do ser e da sucessão, há, no suposto e no oblíquo, o modo proporcional de um ente, isto é, o modo do estado permanente.¹⁰⁵

Igualmente, deve-se observar que o modo de distar da substância, do verbo, é derivado da mesma propriedade real de que se deriva o modo de estar por si mesmo do nome: a propriedade da essência determinada.¹⁰⁶

46 Mas alguém pode argumentar que, se o modo de distar é derivado da essência determinada, uma vez que o participio significa a mesma coisa que distingue o verbo (das outras classes de palavras), logo, o participio possui o modo de distar. Isso, porém, é falso.

Para responder a esse argumento, é necessário observar que uma coisa pode ter diversas propriedades, contanto que não sejam incompatíveis. Dessas propriedades podem ser derivados diversos modos de significar, embora não sejam designados por uma única palavra, por meio da qual seriam classificados todos esses modos.¹⁰⁷ Na verdade, uma propriedade pode ser designada por uma palavra e outra propriedade por outra. Por exemplo, *albedo* (“brancura”) tem diversas propriedades, para as quais podem ser designadas diversas palavras. Porque, se se considera nela o modo de um ente, que é o modo de estar e

significatur per vocem nominis absolute. Si autem consideretur in ea modus entis, et cum hoc modus essentiae determinatae, sic significatur voce nominis substantivi, ut *albedo*. Si autem consideretur in ea modus entis, et cum hoc modus inhaerentiae alteri secundum essentiam, sic significatur in voce nominis adjectivi, ut *albus*. Item si consideretur in ea modus esse, qui est modus fluxus et successionis, et cum hoc modus essentiae distinctae, sic significatur verbaliter, ut *dealbo*. Item si consideretur in ea modus inhaerentis secundum esse, sic significatur participialiter, ut *dealbans*.

47 *Differentia verbi et participii in significando.* Et sic patet, quod quamvis participium significet eandem rem, quam verbum significat, quae secundum essentiam est distincta, tamen participium non significat eam, ut distinctam, sed ut alteri unitam, et ideo modum distantis non habet.

Et si instes: a proprietate essentiae distinctae oritur modus distantis in verbo, videtur quod modus distantis in

de permanecer, (brancura) é significada por meio de um nome, de maneira absoluta. Se, todavia, considera-se nela o modo de um ente sob o aspecto do modo da essência determinada, ela é significada por um nome substantivo, como *albedo* (“brancura”). Se, entretanto, considera-se nela o modo de um ente sob o aspecto do modo de aderir a outro, de acordo com a essência do outro, ela é significada por um nome adjetivo, como *albus* (“branco”). Igualmente, se é considerada sob o aspecto do modo do ser, que é o modo da mudança e da sucessão, e, junto a esse modo, o modo da essência determinada, a brancura é considerada de maneira verbal, como *dealbo* (“embranquecer”). Da mesma forma, se nela é considerado o modo do inerente segundo o ser de outro, a brancura é significada como participio, como *dealbans* (“que embranquece”).¹⁰⁸

47 *A diferença de significado entre o verbo e o participio.* Portanto, fica claro que o participio, embora signifique a mesma coisa que o verbo, que, de acordo com a sua essência, é distinta, não significa, todavia, essa coisa como distinta, mas como unida a um outro. Portanto, o participio não possui o modo de distar.¹⁰⁹

É possível que se insista que, embora o modo de distar (da substância), no verbo, origine-se da essência distinta, parece que o

verbo non possit convenire omni verbo; quia dicendo: *ens est*, esse non significat aliquid essentialiter distinctum ab omni ente, quia quod est essentialiter distinctum ab ente est non ens. Dicendum est, quod licet hoc verbum *est* non significet aliquid essentialiter ab ente distinctum, attamen in ista propositione subjectum accipitur ut materia, et praedicatum ut forma, quae essentialiter differunt.

Vel dicendum est, quod licet non sit dare ens praeter hoc, vel illud; et cum omne quod est, sit hoc, vel illud, quia ens est concretum, et significat duo, scilicet rem et esse, et illud esse non est ens; ideo hoc verbum *est* significat aliquid essentialiter distans ab ente.

Vel aliter, licet in ista propositione significatum verbi non differat essentialiter et secundum rem a significato suppositi, differt tamen ab eo secundum rationem, et hoc sufficit ad distantiam et diversitatem verbi a supposito, quae sunt entia secundum rationem.

48 *Verbi definitio.* Verbum ergo est pars orationis significans per modum esse distantis a substantia.

modo de distar não ocorre em todos os verbos. Isso porque na sentença *ens est* (“O ente é/existe”) o verbo *esse* (“ser”) não significa algo essencialmente diferente de qualquer ente, porque aquilo que é distinto de um ente de maneira essencial é um não ente. A isso se responde que, embora esse verbo *est* (“é”) não signifique algo essencialmente distinto do ente, no entanto, nessa sentença (“O ente é/existe”), o sujeito é entendido como matéria e o predicado como forma, os quais se distinguem essencialmente.¹¹⁰

Ou pode-se responder que, embora o ente, por ser concreto, não ocorra a não ser nesta ou naquela coisa, tem duas denotações: significa a coisa e o existir da coisa. O existir da coisa não é o ente e, portanto, o verbo *est* (“é”) significa algo essencialmente distinto do ente.

Ou pode-se responder que, embora nessa sentença o significado do verbo não se distinga do significado do suposto de maneira essencialmente material, distingue-se dele formalmente, e que isso é o suficiente para a distância e a diferenciação entre o verbo e o suposto, os quais são entidades formais.

48 *A definição do verbo.* Portanto, o verbo é uma parte do discurso que tem significado por meio do modo de distar da substância.

CAPUT XXVI

De modis significandi essentialibus, subalternis et specialissimis verbi.

49 *Modi significandi subalterni.* Sub hoc modo essentiali generalissimo verbi, ad modos significandi essentialis subalternos, per quamdam divisionem descendamus. Iste ergo modus esse cum distantia, vel sumitur generaliter, tanquam aliquid specificabile per esse speciale, et sic modus esse cum distantia constituit verbum substantivum.

Verbum substantivum, vocativum, et adjectivum. Verbum ergo substantivum est, quod significat per modum esse generaliter, specificabile per quodlibet esse speciale. Unde etiam dicitur substantivum, non ex modo per se stantis, sed quia significat esse generale specificabile; ideo potest stare specificativum cuiuscumque specificantis ipsum. Vel iste modus esse cum distantia sumitur generaliter respectu rei propriae nominationis tantum; et sic constituit verbum vocativum. *Verbum ergo vocativum* significat nominationem in generali, specificabilem per quamcumque

CAPÍTULO XXVI

Sobre os modos de significar essenciais do verbo: os subalternos e os mais especiais

49 *Os modos de significar subalternos.* Do modo essencial mais geral do verbo dirijamo-nos à divisão de seus modos de significar essenciais subalternos. O modo de ser e de distar é entendido, de maneira geral, como algo especificável por um ser específico e, assim, constitui o verbo substantivo.¹¹¹

Os verbos substantivo, vocativo e adjectivo. Portanto, o verbo substantivo significa por meio do modo do ser de maneira geral, que é especificável por qualquer ser especial. Assim, ele não é chamado de substantivo por causa do modo de estar por si mesmo, mas porque significa o ser geral, o qual pode ser especificado. Como resultado disso, o verbo substantivo é especificável por qualquer especificador que o especifique.¹¹² Além disso, o modo do ser com distância é derivado, de maneira geral, da propriedade da denominação e, dessa forma, constitui o verbo vocativo. *O verbo vocativo* significa a denominação de maneira geral, que é especificável por qualquer denominação

nominationem propriam in speciali. Vel iste modus esse cum distantia sumitur specialiter, prout stat in speciali pro esse actionis vel passionis; et sic iste modus constituit verbum adiectivum. *Verbum ergo adiectivum* est, quod actionem vel passionem significat.

50 Modi significandi specialissimi. Iste modus esse specialis subdividitur in quatuor modos essenciais specialissimos, scilicet, in modum actionis, in modum passionis, in modum neutri, et in modum utriusque.

Verbum activum. Modus significandi per modum esse distantis, sub modo actionis tantum, constituit verbum adiectivum activum. *Verbum ergo adiectivum activum* est, quod significat tantum actionem ut *amo, doceo*.

Verbum passivum. Modus significandi per modum esse distantis, per modum passionis tantum, constituit verbum adiectivum passivum. *Verbum ergo adiectivum passivum* est, quod significat passionem tantum, ut *amor, doceor*.

Verbum neutrum. Modus significandi per modum esse sub modo neutri, sive sub privatione utriusque, constituit verbum neutrum. *Verbum ergo neutrum* est, quod nec actionem, nec passionem significat, ut *vivo, sto*, etc.

própria de maneira especial.

Ademais, o modo do ser com distância é derivado de maneira especial para especificar a ação ou a paixão e, dessa forma, esse modo constitui o *verbo adjectivo*. Portanto, o *verbo adjectivo* significa a ação ou o sofrer uma ação.

*50 Os modos de significar mais especiais.*¹¹³

O modo do ser especial subdivide-se em quatro modos essenciais mais especiais, a saber: o modo da ação, o modo de sofrer uma ação, o modo neutro e o modo comum.

O verbo ativo. O modo de significar por meio do modo do ser e distar, somente sob o ponto de vista da ação, constitui o verbo adjectivo ativo. Portanto, o verbo adjectivo ativo significa apenas a ação, como em *amo* (“amo”) e *doceo* (“ensino”).

O verbo passivo. O modo de significar por meio do modo do ser e distar, somente sob o ponto de vista de sofrer uma ação, constitui o verbo adjectivo passivo. Portanto, o verbo adjectivo passivo significa apenas o sofrer uma ação, como em *amor* (“sou amado”) e *doceor* (“sou ensinado”).

O verbo neutro. O modo de significar por meio do modo do ser neutro, ou do estar privado tanto da ação quanto de sofrer uma ação, constitui o verbo neutro. O verbo neutro não significa nem a ação nem o sofrimento de uma ação, como em *vivo*

Sicut enim aliqua neutra dicuntur absoluta, non per aliquem modum significandi, sed per privationem transitionis, sic aliquod verbum dicitur neutrum, non per aliquem modum significandi, sed per privationem actionis, vel passionis, vel alterius.

Iuxta quod notandum est, quod verbum neutrum est ab aliis specificè distinctum, non per privationem actionis, et passionis, sed per modum significandi specialem, qui est modus significandi per modum esse, ut est contractum esse speciali, non esse actionis, vel passionis, sed esse speciali alicuius alterius dictionis.

Et si dicas: non est contractum esse speciali actionis vel passionis; ergo habebit modum esse generalis; et sic verbum neutrum erit verbum substantivum, quod est falsum. Dicendum, quod licet verbum neutrum non habeat modum significandi modo actionis vel passionis contractum, non tamen significat esse generale, ut substantivum; nam verbum substantivum significat esse generale non contractum de se, sed contrahibile. Verbum neutrale significat esse contractum de se, non contrahibile, ut *vivo* significat esse absolute secundum

(“vivo”), *sto* (“estou em pé”), etc. Mas, assim como coisas neutras não são consideradas intransitivas em virtude de algum modo de significar, mas por causa de sua ausência de transitividade, assim também um verbo é considerado neutro não por causa de algum modo de significar, mas pela privação da ação ou sofrimento da ação, ou das duas coisas.¹¹⁴

Além disso, deve-se observar que o verbo neutro não se distingue especificamente dos outros (tipos de verbo) pela privação da ação ou do sofrimento da ação, mas por um modo de significar especial: o modo de restringir o (significado do) ser especial, não como ação ou sofrimento de ação, ou ambos, mas como o ser especial de alguma outra palavra.¹¹⁵

Mas, alguém pode argumentar assim: se o verbo neutro não é restrito ao ser especial de uma ação ou do sofrimento de uma ação, então o verbo neutro terá o modo de ser de maneira geral e, assim, o verbo neutro equivalerá ao verbo substantivo, o que é falso. Deve-se responder a esse argumento da seguinte forma: apesar de que o verbo neutro não signifique restritamente a ação ou o sofrimento da ação, não significa, todavia, o ser de maneira irrestrita, como no caso do verbo substantivo. Isso porque o verbo substantivo significa o ser geral irrestrito, porém restringível.¹¹⁶ O verbo neutro significa o ser restrito em si, mas não o ser restringível, como *vivo* (“vivo”) significa o ser

esse vitae; et sic de aliis.

Verbum commune et deponens. Modus significandi per modum esse distantis sub modo utriusque, scilicet, actionis et passionis, constituit verbum commune. Verbum ergo commune est, quod significat per modum utriusque, scilicet, actionis et passionis, ut *crimino te*, et *a te*. Verbum ergo deponens non potest esse distincta species ab activo et passivo, nisi per terminationem vocum, quod non est specie differre, cum plures partes orationis possint in una voce et terminatione convenire.

51 Et notandum, quod quidam secundum hos modos, scilicet, actionis, et passionis, neutri, et communis, distinguunt genera in verbo, quod falsum est; sed penes hos modos speciales, species in verbo distinguuntur, cum non sit idem dicere, verbum activum, et activi generis; passivum et passivi generis, etc., ut postea patebit. Patet ergo, quod sicut modus essentialis generalissimus verbi dividitur in modos essentielles speciales; sic verbum absolute

absoluto restrito ao ser da vida, e o mesmo ocorre em outros casos.

O verbo comum e depoente. O modo de significar por meio do modo do ser e distar comum, i.e., sob o aspecto da ação e do sofrimento da ação, constitui o verbo comum. O verbo comum, portanto, significa por meio do modo de significar tanto a ação quanto o sofrimento da ação, como em *crimino te* (“acuso-te”), *crimino a te* (“sou acusado por ti”). Portanto, o verbo depoente não pode ser uma espécie diferente do ativo ou do passivo, a não ser que se considere a terminação da palavra, o que não permite a diferenciação entre as espécies, uma vez que muitas partes do discurso podem ser representadas pelas mesmas palavras e terem as mesmas terminações.

51 É necessário também observar que alguns classificam esses modos, a saber: o modo da ação e de sofrer uma ação, o modo neutro e o modo comum, como diferentes gêneros de verbo, o que é falso. As espécies diferentes de verbos são classificadas por meio desses modos especiais, mas isso não é o mesmo que afirmar que o verbo ativo equivale ao gênero ativo ou que o verbo passivo equivale ao gênero passivo, etc., como ficará claro a seguir. Portanto, fica esclarecido que assim como o modo mais geral do verbo se divide

sumptum dividitur in verba specialia. Verbum ergo absolute sumptum prima sui divisione dividitur in verbum substantivum, vocativum, et adiectivum. Verbum adiectivum subdividitur in verbum activum, passivum, neutrum, et commune.

CAPUT XXVII

De modo significandi accidentaliter communissimo verbi.

52 *Compositio verbi.* Consequenter de modis significandi accidentalibus verbi videamus. Iuxta quod notandum est, quod verbum habet quemdam modum significandi, qui vocatur compositio, de quo antiqui grammatici mentionem expresse non fecerunt, quem tamen modum moderni verbo attribuunt, moti ex dicto Philosophi I *Perihermenias*, Cap. 3, ubi dicit quod hoc verbum, *est*, significat quamdam compositionem, quam sine extremis non est intelligere; et tamen hoc verbum *est* in omni verbo includitur, tanquam radix omnium; ideo compositio omni verbo inhaeret, per quam verbum distans a suppositio ad suppositum principaliter

em modos essenciais especiais, assim também o verbo, entendido em seu sentido absoluto, divide-se em verbos especiais. Portanto, o verbo entendido em sentido absoluto, em sua primeira divisão, é classificado como verbo substantivo, vocativo e adjetivo. E o verbo adjetivo se subdivide em verbo ativo, passivo, neutro e comum.

CAPÍTULO XXVII

Sobre o modo de significar accidental mais comum do verbo.

52 *A composição do verbo.* Em seguida, vejamos os modos acidentais do verbo. Em que se observa que o verbo tem um certo modo de significar que recebe o nome de composição, sobre o qual os gramáticos antigos não fizeram menção expressa, o qual, contudo, os modernos atribuem ao verbo movidos pelas afirmações de Aristóteles contidas no capítulo 3, do livro I do *Da Interpretação*.¹¹⁷ Nessa obra afirma-se que o verbo *est* (“é”) significa uma certa composição, a qual não pode ser entendida sem os extremos. Esse verbo *est* (“é”) está implícito em todo os outros verbos, enquanto raiz de todos eles. Por isso, é através da composição, que é inerente a todo verbo, que o verbo distancia-se e tende, em

inclinatur; et hunc modum quidam vocant essentialem verbo; quod non est verum, quia non est modus essentialis generalissimus, cum verbo non det esse simpliciter, sed sit praeter eius intellectum essentialem. Nec etiam est essentialis specialis, cum non constituat aliquam speciem verbi, ut de se patet.

Item, verbum de se significat per modum distantis; sed compositio non, quia modus esse inhaerentis alteri modo distantis quasi opponitur; ergo verbum habet compositionem per accidens. Hic autem modus sumitur a proprietate accidentali verbi, quae est proprietas inhaerentis alteri secundum esse.

Compositio ergo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum consignificat proprietatem inhaerentis secundum esse, et quo mediante verbum distans a supposito, primo et principaliter ad suppositum inclinatur. Licet enim verbum per alios modos accidentales ad suppositum inclinetur, hoc tamen est ex consequenti, et specialiter, in quantum supra compositionem fundantur modi

primeiro lugar, ao suposto. E alguns denominam esse modo de modo essencial do verbo, o que não é verdade, porque ele não é um modo essencial mais geral, uma vez que não dá ao verbo o ser de maneira simples, mas está além do entendimento essencial do verbo. Além disso, a composição também não é um modo essencial especial, porque não se constitui em uma espécie de verbo, como já ficou claro.

Igualmente, o verbo significa essencialmente pelo modo de distar (da substância). Mas a composição não significa esse modo, porque o modo de ser inerente a outro e o modo de distar (de outro) de certa maneira se opõem. Portanto, o verbo possui a composição de maneira acidental.¹¹⁸ Logo, esse modo é derivado de uma propriedade acidental do verbo: a propriedade de ser inerente a outro segundo o ser (do outro).¹¹⁹

Portanto, a composição é o modo de significar acidental do verbo, mediante o qual o verbo cossignifica a propriedade do inerente segundo o ser (de outro) e mediante o qual o verbo, que se distancia do suposto, volta-se primeira e principalmente a ele. E, embora o verbo volte-se ao suposto por meio de outros modos accidentais, isso se dá como consequência, especificamente, na medida em que esses outros modos ajustam-se com base na composição, como

illi ipsam contrahentes, sicut modus numeri, et personae, et sic de aliis. Et huic modo verbi, qui est compositio, proportionatur ex parte suppositi modus per se stantis. Et iste modus consequitur verbum ratione modi dicti stantis, quia cum verbum sit alterum extremum in oratione, distans a supposito, et inclinatur ad suppositum, huius inclinationis principale et communissimum principium, inter caeteros modos accidentales verbi, est compositio. Et dico accidentales, quia verbum prius per modum esse inclinatur ad idem, quod habet modum entis; sed ille modus est essentialis, ut dictum est.

Nec obstat si compositio quae est modus inhaerentis simul stet cum modo distantis in verbo; quia licet eidem insint, et respectu eiusdem, non tamen eodem modo, et secundum idem; nam modus distantis inest verbo a proprietate essentiae distinctae; sed compositio a proprietate inhaerentis alteri secundum esse. Nec eodem modo, quia modus distantis inest verbo per se, compositio vero per accidens.

é o caso do modo do número e da pessoa e da mesma forma nos demais modos. Ademais, existe um modo proporcional no suposto que é complementar ao modo da composição no verbo: o modo de estar por si mesmo. Esse modo acompanha o verbo em virtude de seu modo dito de estar. Como o verbo é o elemento da sentença que tanto se distancia quanto tende ao suposto, a composição é, dentre os modos accidentais, o modo principal e mais geral do verbo voltar-se ao suposto.¹²⁰ E afirmo que esses modos são accidentais porque o verbo, em virtude de seu modo do ser, tende prioritariamente ao elemento que possui o modo de um ente, mas o modo do ser é um modo essencial do verbo, como foi discutido anteriormente.

Nada impede que o modo da composição, que é um modo da inerência no ser de outro, e o modo de distar da substância se encontrem ao mesmo tempo no verbo, porque, embora incidam na mesma coisa e a respeito do mesmo, não o fazem da mesma maneira. Pois, enquanto o modo de distar ocorre no verbo devido à propriedade da essência distinta, a composição está no verbo por causa da propriedade de ser inerente em outro de acordo com o ser desse outro. Não é da mesma maneira que isso ocorre, porque o modo de distar está no verbo em si mesmo e o modo da composição, na verdade, está no verbo por

CAPUT XXVIII

De modis accidentalibus specialibus verbi, et in particulari de qualitate.

53 *Accidentia verbi septem.* De aliis modis significandi accidentalibus verbi, qui sunt, et quot, videamus. Et secundum Donatum sunt septem, scilicet, qualitas, coniugatio, genus, numerus, figura, tempus, persona, de quibus secundum ordinem videamus, et primo de qualitate.

54 *Qualitas verbi.* Iuxta quod notandum est, quod per qualitatem Donatus intelligit et dat intelligere duos modos accidentales verbi, scilicet, modum et formam; sicut in nomine per qualitatem dat intelligere duos modos significandi, scilicet appellativum et proprium, et in pronome per qualitatem, demonstrationem et relationem.

55 *Modus verbi.* Modus autem, ut est accidens verbi, sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas qualificationis, dispositionis, et inclinationis rei verbi ad suppositionem,

acidente.

CAPÍTULO XXVIII

Sobre os modos accidentais do verbo e, em particular, sobre a qualidade

53 *Os sete acidentes do verbo.* Vejamos agora quais e quantos são os outros modos accidentais do verbo. Segundo Donato, eles são sete, a saber: a qualidade, a conjugação, o gênero, o número, a forma, o tempo, a pessoa, que serão apresentados nessa ordem, a qualidade vindo em primeiro lugar.

54 *A qualidade do verbo.* Em que se deve observar que Donato dá a entender por qualidade dois modos accidentais do verbo, a saber, o modo e a forma, da mesma maneira que, por qualidade, dá a entender dois modos de significar no nome, a saber, o apelativo e o próprio, e a demonstração e a relação no pronome.

55 *O modo do verbo.* O modo, enquanto acidente do verbo, é derivado de uma propriedade do verbo – a qual é a propriedade da qualificação, da disposição e do voltar-se do verbo à suposição – e

significans qualitatem indicii, imperii, voti, dubii, vel infiniti. Modus ergo verbi nihil aliud est quam modus significandi accidentalis verbi, mediante quo proprietatem verbi per modum indicii, imperii, voti, dubii, vel infiniti circa verbi dependentiam ad suppositum consignificat. Et ex his qualificationibus et dispositionibus anima prius afficitur, quando ad enuntiandum actum de substantia inclinatur.

Inde est quod Petrus Helias deffiniens modum dixit: modus est varia animi inclinatio, varios eius affectus demonstrans; sed non quod modus sit ipsa inclinatio, sed qualitas inclinationis, non ea, qua anima inclinatur ad enuntiandum actus de substantia; sed modus, ut est accidens verbi, est qualitas compositionis, qua verbum inclinatur ad suppositum.

Quaedam qualitas est animae, hoc est, causata ab anima, sicut et caetera verbi accidentia, repraesentans diversos affectus, hoc est, dispositiones animae, id est, prius existentes in anima. Et iste modus significandi, qui vocatur modus, est continens verbum ratione compositionis; compositio sequitur verbum ratione distantis; et secundum

significa a qualidade da indicação, da ordem, do desejo, da dúvida ou da neutralidade. Portanto, o modo do verbo não é outra coisa que o modo de significar accidental do verbo, mediante o qual a propriedade do verbo cossignifica acerca da dependência do verbo em relação ao suposto, por meio do modo da indicação, da ordem, do desejo, da dúvida, ou da neutralidade. E a mente é afetada por essas qualificações e disposições antes de ser levada a um ato de enunciação a respeito de uma substância.

É por isso que Pedro Helias, ao definir o modo, declarou: o modo é o conjunto das diferentes emoções que exterioriza os estados da mente. Não que o modo seja esse estado da mente, mas sim a qualidade desse estado, e não ele mesmo, por meio do qual a mente se movimenta na direção de enunciar a respeito da substância. De fato, enquanto acidente do verbo, o modo é a qualidade¹²¹ da composição com que o verbo se move na direção do suposto.

Existe uma certa qualidade da mente, isto é, causada pela mente, que, como os demais acidentes do verbo, representa as diferentes emoções, ou seja, as diversas disposições que antes tinham apenas existência mental. Este modo de significar, que é denominado modo, está contido no verbo por causa do modo da composição; a composição é uma consequência do verbo devida ao seu distar. E, de acordo com a diversidade das

diversitatem harum qualitatum diversificatur modus per quinque differentias, scilicet: per indicativum, imperativum, optativum, coniunctivum et infinitivum. Dicitur autem infinitivus, quia omnibus communis est, cum omnes modi in ipsum resolvantur: ut dicendo, *lego*, id est, *indico me legere*; *lege*, id est, *impero te legere*, et sic de aliis.

Correspondia verbi et suppositi. Notandum, secundum quosdam, quod modo finito in verbo correspondet casus simpliciter in supposito, quae est ratio principii, vel termini generaliter sumpti. Quod non est verum, quia cum ratio principii sit tantum a parte ante, tanquam in supposito; et ratio termini sit tantum a parte post, tanquam in obliquo; si modo finito in verbo corresponderet casus simpliciter in supposito, tunc vel ratio termini esset in supposito, vel modus determinaret dependentiam verbi post se in obliquo; quo posito, modus non solum esset qualitas compositionis, qua verbum dependeret ante se ad suppositum, sed etiam esset qualitas dependentiae verbi post se ad obliquum: sed utrumque est falsum. Unde dicendum, quod modo finito in verbo correspondet

qualidades, o modo diversifica-se em cinco diferenças, a saber: indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo e infinitivo. O infinitivo é assim denominado porque é comum a todos, uma vez que todos os modos podem ser transformados no infinitivo, como ao dizer *lego* (“leio”) se diz o mesmo que *indico me legere* (“indico que estou a ler”), e ao dizer *lege* (“lê!”), o mesmo que *impero te legere* (“ordeno-te a ler!”), e assim nos outros casos.

A correspondência do verbo e do sujeito. Segundo alguns, o modo finito do verbo corresponde univocamente à inflexão de caso do sujeito, que é, de maneira geral, o modo de principiar ou terminar (uma ação). Isso não é verdade: embora o potencial de principiar esteja apenas no elemento anterior da sentença, como suposto, e o potencial de terminar esteja apenas no elemento posterior da sentença, como oblíquo, se o modo finito do verbo correspondesse ao caso do suposto de maneira unívoca, ou o potencial de determinar estaria no suposto, ou o modo determinaria a dependência do verbo no oblíquo que vem depois de si. Com isso, o modo não somente seria a qualidade da composição, por meio de que o verbo dependeria do suposto que vem antes de si, mas também seria a qualidade da dependência do verbo no oblíquo que vem depois de si. Mas ambas as coisas são

in supposito ratio principii. Sicut enim verbum per modum esse exigit in suppositum modum entis per se stantis; sic per modum, qui est qualitas compositionis, exigit in supposito modum per se stantis, in ratione principii se habentis.

56 *Forma verbi.* Forma, quae est accidens verbi, idem est, quod species in nominis, et ab eadem proprietate sumpta, scilicet a modo essendi primarie vel secundarie. Forma ergo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum modum existendi primum vel secundarium significat. Et dividitur in formam perfectam, meditativam, frequentativam, inchoativam, diminutivam, et desiderativam. Per formam perfectam debet intelligi species primitiva; quia quae sunt perfectae formae sunt primitivae speciei, quia significant rem verbi absolute, ut *lego*, *sorbeo*, *volo*, et *sum*. Sed quae sunt inchoativae formae, et sic de caeteris, sunt derivativae speciei; quae non significant rem verbi absolute sed cum quadam additione, scilicet, sub inchoatione, frequentatione, et sic de caeteris, ut

falsas. Sendo assim, deve-se afirmar que o potencial de principiar do suposto corresponde ao modo finito do verbo. Pois, assim como o verbo, por meio do modo do ser, exige o modo de estar por si mesmo no suposto, da mesma forma, por meio do modo, que é a qualidade da composição, o verbo exige, no sujeito, um modo de estar por si que tem o potencial de principiar (a ação do verbo).

56 *A forma do verbo.* A forma – um modo accidental do verbo – é semelhante à espécie no nome e é derivada da mesma propriedade, a saber: o modo de existir primário ou secundário.¹²² Portanto, a forma é o modo de significar accidental do verbo mediante o qual o verbo significa o modo de existir primário ou secundário. A forma divide-se em forma perfeita, meditativa, frequentativa, incoativa, diminutiva e desiderativa. Por forma perfeita deve ser entendida a espécie primitiva. As formas perfeitas são de espécie primitiva porque significam a propriedade do verbo de maneira básica, como em *lego* (“leio”), *sorbeo* (“bebo”), *volo* (“quero”) e *sum* (“sou”). Mas, as formas incoativas, bem como as demais, são de espécie derivativa e não significam a essência do verbo de maneira básica, mas por meio de certa adição, como em *fervesco* (“borbulhar”), *lecturio* (“selecionar”), *partrisso* (“apadrinhar”), *sorbillo* (“bebericar”), etc.

fervesco, lecturio, patrisso, sorbillo, etc.

CAPUT XXIX

De coniugatione et significatione accidentali verbi.

57 *Coniugatio verbi.* Ulterius videndum est de coniugatione. Est autem coniugatio modus significandi rem verbi prout inflectitur per diversas proprietates temporum, numerorum, modorum, et personarum. Unde habet se sicut declinatio in nomine; quia sicut declinatio in nomine est modus significandi rem nominis, prout inflectitur per diversas proprietates casuum, sic coniugatio in verbo est modus significandi rem verbi, prout inflectitur per diversas proprietates temporum, numerorum, modorum, et personarum. Sed differunt, quod declinatio attenditur penes inflexionem unius accidentis, qui est casus. Ideo Donatus declinationem sub casu comprehendebat. Coniugatio autem attenditur penes inflexionem plurium accidentium; ideo sub nullo proprie et determinate potest comprehendi; et ideo inter alia accidentia verbi numeratur. Quod autem coniugatio sit

CAPÍTULO XXIX

Sobre a conjugação e a significação accidental do verbo

57 *A conjugação do verbo.* Em seguida, é necessário discutir a conjugação. A conjugação é o modo de significar a essência do verbo enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos tempos, dos números, dos modos e das pessoas. Por isso, comporta-se como a declinação no nome. Porque, assim como a declinação é o modo de significar a essência do nome enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos casos, da mesma forma, a conjugação é o modo de significar a essência do verbo enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos tempos, dos números, dos modos e das pessoas. Mas elas diferem entre si, porque a declinação é pensada por meio da inflexão de um único acidente: o caso. Daí que Donato incluía a declinação sob o caso. A conjugação, porém, é pensada por meio da inflexão de muitos acidentes e, portanto, não pode ser classificada de maneira própria e determinada sob nenhum deles. Logo, a conjugação é enumerada entre os outros

prima, secunda, tertia, vel quarta, consequens, vel inconsequens, hoc totum a parte vocis attenditur. Et ex hoc patet, quod *sum* et *volo* habent coniugationem, licet non primam, secundam, tertiam, vel quartam.

58 *Significatio accidentalis verbi.* De significatione accidentali, quam Priscianus et Donatus comprehendunt sub genere verbi, videamus. Iuxta quod sciendum, quod significatio sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas dependentiae ad quemlibet obliquum post se, habentem se in ratione per se standi. Significatio ergo accidentalis est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum significat proprietatem dependentiae ad quemlibet obliquum post se. Sicut enim compositio est modus significandi, mediante quo verbum primo et principaliter dependet ad quodlibet suppositum ante se; ita significatio est modus significandi, mediante quo verbum primo et principaliter dependet ad quemlibet obliquum post se.

Et hoc patet per Petrum Heliam, qui per significationem accidentalem vult

acidentes do verbo. Que a conjugação possa ser de primeira, segunda, terceira, ou quarta – regular ou irregular –, isso tudo se depreende da palavra. Disso fica claro que *sum* (“sou”) e *volo* (“quero”) tenham conjugação, embora ela não seja classificada como primeira, segunda, terceira ou quarta.

58 *A significação accidental do verbo.* Atentemos agora para a significação accidental, que Prisciano e Donato classificam sob o voz do verbo.¹²³ Deve-se saber que a significação é derivada de uma propriedade da essência do verbo, que é a propriedade do verbo depender de qualquer oblíquo (posicionado) depois de si que contenha o (modo de) estar por si mesmo. Portanto, a significação accidental é o modo accidental de significar do verbo mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência em qualquer oblíquo depois si. Pois, assim como a composição é o modo de significar mediante o qual o verbo, primeira e principalmente, depende de qualquer suposto (posicionado) antes de si, assim também a significação é o modo de significar mediante o qual o verbo, primeira e principalmente, depende de qualquer oblíquo (posicionado) depois de si.

Essa definição fica clara em Pedro Helias, que dá a entender por significação accidental

intelligere modum transeuntis, id est, modum dependentis ad quemlibet obliquum post se. Et huic modo significandi proportionatur modus entis per se stantis a parte post in obliquo. Nam sicut verbum per compositionem exigit modum entis per se stantis in quolibet supposito a parte ante; sic verbum per significationem accidentalem exigit modum entis per se stantis in quolibet obliquo. Vocatur autem iste modus significatio, quia ipsa mediante verbum repraesentat proprietatem immediate supra significatum verbi fundatam. Et dicitur accidentalis, quia non est essentialis, generalis, nec specialis, ut dictum est de compositione.

CAPUT XXX

De genere accidentali verbi.

59 *Genus verbi.* Consequenter de genere videamus. Genus in verbo sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas dependentiae rei verbi, post se ad obliquum, sub ratione termini non contracti, sed contrahibilis. Genus ergo in verbo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo proprietatem dependentiae rei verbi

o modo da transitividade, isto é, o modo (do verbo) de depender de qualquer oblíquo posposto. E existe no oblíquo posposto um modo de significar proporcional a esse modo do verbo: o modo de um ente estar por si mesmo. Porque, assim como o verbo, por meio da composição, exige o modo de um ente estar por si mesmo em qualquer suposto que lhe seja anteposto, assim também o verbo, pela significação accidental, exige o modo de um ente estar por si mesmo em qualquer oblíquo (posposto a si). Esse modo é chamado de significação porque é mediante ela que o verbo representa uma propriedade imediatamente fundamentada no significado do verbo. E é chamado de accidental, como foi afirmado da composição, porque não é essencial, nem geral, nem especial.

CAPÍTULO XXX

Sobre a voz accidental do verbo

59 *A voz do verbo.* Em seguida, vejamos a voz. No verbo, a voz é derivada da propriedade da dependência da essência verbal no oblíquo posposto, de acordo com um término não-restringido, mas restringível.¹²⁴ Portanto, a voz é um modo de significar accidental do verbo, mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência da essência verbal no oblíquo que lhe é

post se ad obliquum, sub ratione termini, significat. Et hoc patet per Petrum Heliam, qui diffinit genus per significationem accidentalem, sic dicens: genus est significatio accidentalis cum determinatione in /-o/ vel in /-or/; dans intelligere per significationem accidentalem, modum significativum transeuntis, ut dictum est, id est, dependentiae ad quemlibet obliquum post se. Per determinationem in /-o/ vel in /-or/, dat intelligere species generis, quarum diversitas maxime attenditur penes vocis terminationem, secundum grammaticos, ut patebit.

Notandum, quod haec definitio generis non est formalis, sed materialis. Genus enim non est formaliter significatio, quia unus modus non est alius, sed genus est quasi qualitas significationis determinans sive specificans significationem. Sicut enim se habet modus verbi ad compositionem, sic se habet genus ad significationem. Sed modus verbi non est formaliter compositio, vel inclinatio, sed qualitas compositionis, vel inclinationis, ut dictum est. Sic genus non est formaliter significatio, sed qualitas significationis ipsam contrahens et disponens.

Item, sicut modus consequitur verbum

posposto, de acordo com o término. E isso fica claro em Pedro Helias, que define a voz por meio da significação accidental, ao dizer: a voz é a significação accidental com uma terminação como em (*am*)-*o* (“am-o”) ou em (*am*)-*or* (“sou amado”). Como foi discutido anteriormente, Pedro Helias dá a entender por significação accidental o modo significativo da transitividade, isto é, o modo da dependência do verbo no objeto posposto. Por terminação em *-o* ou *-or*, Pedro Helias dá a entender as espécies de voz, as quais são mais observáveis entre as diversas terminações das palavras, segundo os gramáticos, como ficará claro a seguir.

Observe-se que essa definição de voz não é formal, mas material.¹²⁵ De fato, a voz não equivale formalmente à significação, porque um modo não é o outro. Mas a voz é, de certa forma, a qualidade da significação que determina ou especifica a significação. Da mesma forma que o modo do verbo se comporta na composição, a voz se comporta na significação. Assim como o modo do verbo não é formalmente a sua composição ou inclinação, mas sim a qualidade dessa composição ou inclinação, a voz, de igual maneira, não é formalmente a significação, mas a qualidade que restringe ou dispõe a significação.

Em outras palavras, assim como o modo

ratione compositionis, sic genus consequitur verbum ratione significationis. Et vocatur iste modus significandi genus, a generando dictum, quia vox unius generis generatur a voce alterius generis, ut vox passiva generata a voce activa.

Unde habet verbum quod sit activum vel passivum vel neutrum. Quod autem aliquod verbum sit generis activi, vel passivi, vel neutri, et sic de caeteris, hoc maxime a parte vocis attenditur. Et hoc etiam patet per Donatum, qui tali modo diffinit genus activum, dicens quod genus activum est quod desinit in /-o/, et postest accipere /-r/ super /-o/, et facere ex se passivum. Et quia verbum per vocis terminationem non magis determinat sibi actionem quam passionem, ideo dubium est, quare verbum sub terminatione vocis in /-o/ magis debet esse activi generis, quam passivi, et sic de caeteris. Unde dicendum est, quod, cum genus verbi sit ratio significandi dependentiam rei verbi post se ad obliquum sub ratione termini, ut dictum est; et cum huiusmodi dependentia sit aliquando actione coniuncta, ut *amo te*; et aliquando passione coniuncta, ut *amor a te*; aliquando tam actione,

acompanha o verbo por causa da composição, a voz acompanha o verbo por causa da significação. E este modo de significar é chamado de voz (*genus*), porque é tido como derivado de “gerar”, já que uma palavra de um gênero é gerada de outra de outro gênero, como a palavra passiva é gerada da palavra ativa.

Porque o verbo pode ser ativo, passivo ou neutro. Que um verbo seja de voz ativa, passiva ou neutra,¹²⁶ e assim por diante, é mais observável na parte material da palavra. E, na verdade, isso fica claro em Donato,¹²⁷ que define de tal modo a voz ativa, ao declarar que tem desinência em -o e que essa desinência pode receber um -r e se tornar passiva. Mas, uma vez que o verbo não determina sua ação ou paixão por meio de uma terminação de palavra, é discutível afirmar por que o verbo com a terminação -o deva ser de voz ativa ou passiva, ou de outras quaisquer.¹²⁸ Em decorrência disso, é necessário afirmar que a voz do verbo é uma disposição de significar a dependência da essência do verbo em um oblíquo que lhe é posposto, que é um término em potencial, com se discutiu anteriormente. A dependência desse tipo pode ser: uma ação ligada ao verbo, como em *amo te* (“amo-te”); uma paixão ligada ao verbo, como em *amor a te* (“sou amado por ti”); uma ação e uma

quam passione coniuncta, ut *crimino*, *amplector*; aliquando neutro, ut *spiro*, *vivo*; aliquando actione coniuncta, deposita passione, aut e converso, ut *loquor*, *irascor*; inde est quod quoddam genus est activum, quoddam passivum, et sic de caeteris. Sed oportet praeter hoc ad vocis terminationem attendere, si velimus genera verborum servare.

Verbum activum. Dicendum ergo quod illud verbum est activum, seu activi generis, quod sub terminatione vocis in /-o/, potest mutari in /-r/, et frequentius actionem significat, ut *amo*, *lego*. Et dicitur frequentius, propter ista verba, *timeo*, *liceo*, *metuo*, et huiusmodi, quae sub voce activa modum passionis significant.

Verbum passivum. Verbum passivi generis est, quod sub terminatione vocis in /-r/, potest mutari in /-o/, et frequentius passionem significat, ut *amor*, *legor*. Et dico frequentius, propter *liceor*, et huiusmodi, quae sub voce passiva actionem significant.

Verbum neutrum. Verbum neutri generis est, quod sub terminatione

paixão, como em *crimino* (“incrimino”) e *amplector* (“abraço/sou abraçado”); um neutro, como em *spiro* (“respiro”) e *vivo* (“vivo”); uma ação ligada ao verbo, mas que se constitui em uma expressão com o passivo desativado, ou (significando) ao contrário; como em *loquor* (“falo”) e *irascor* (“iro-me”). Dessa forma, às vezes a voz é ativa, outras vezes passiva, e assim por diante. Todavia, em adição ao que acaba de ser discutido, é conveniente atentar para a terminação da palavra, se quisermos observar as vozes do verbo.

O verbo ativo. Portanto, deve-se afirmar que o verbo ativo ou de voz ativa é aquele que pode mudar a sua terminação de -o para -r. É mais frequente que o verbo ativo signifique uma ação, como em *amo* (“amo”) e *lego* (“leio”). Diz-se “mais frequente”, porque verbos como *timeo* (“temo”), *liceo* (“sou avaliado”), *metuo* (“receio”), e outros desse tipo, significam o modo da passiva sob a forma de uma palavra ativa.

O verbo passivo. O verbo de voz passiva é aquele que pode mudar a sua terminação de -r para -o. Frequentemente, o verbo passivo significa a paixão, como em *amor* (“sou amado”), *legor* (“sou lido”). Uso a expressão “frequentemente” por causa de verbos como *liceor* (“avalio”), que significam o modo ativo sob a forma de uma palavra passiva.

O verbo neutro. O verbo neutro é aquele que não pode mudar sua terminação de -o

vocis in /-o/, non potest mutari in /-r/, et sub indifferentia, vel indeterminatione, actionem vel passionem significat, ut *curro*, *ferveo*, *vivo*: ita quod respiciendo ad omnia verba neutri generis, quaedam significant actionem tantum, ut *curro*; quaedam passionem tantum, tu *ferveo*; quaedam neutrum, ut *sto*, *vivo*.

Verbum deponens. Verbum deponentis generis est, quod sub terminatione vocis in /-r/ non potest mutari in /-o/, et consignificat actionem, deposita passione; ut *luctor*, *loquor*, *sequor*, *vereor*, *lucror*, *laetor*, *fruor*, et alia multa eius generis; vel passionem, deposita actione, quorum solum duo inveniuntur, *patior* scilicet, et *nascor*, et non differunt a praedictis generibus, nisi penes vocis terminatinem.

Verbum commune. Verbum communis generis est, quod sub terminatione vocis in /-r/ non potest mutari in /-o/, et consignificat actionem et passionem simul; quorum novem inveniuntur, scilicet, *criminator*, *amplector*, *osculator*, *interpretor*, *moror*, *veneror*, *largior*, *experior*, *hortor*, et alia nonnulla

para -r, e, indiferente ou indeterminadamente, significa a ação ou a paixão, com em *curro* (“corro”), *ferveo* (“fervo”), *vivo* (“vivo”). Por isso, considerando-se todos os verbos de voz neutra, alguns significam apenas a ação, como *curro* (“corro”); outros, apenas a paixão, como *ferveo* (“fervo”); outros, o neutro, como *sto* (“estou de pé”) e *vivo* (“vivo”).

O verbo depoente. O verbo depoente é aquele que não pode mudar sua terminação de -r para -o. O verbo depoente, com o passivo desativado, pode cossignificar o ativo, como em *luctor* (“esforço-me”), *loquor* (“falo”), *sequor* (“sigo”), *lucror* (“tenho escrúpulos”), *laetor* (“alegro-me”), *fruor* “desfruto” e em muitos outros verbos desse tipo. O verbo depoente, com o ativo desativado, pode cossignificar o passivo, como nos únicos dois casos encontrados: *patior* (“sofro”) e *nascor* (“nasço”). Não diferem dos gêneros supracitados a não ser por terminação de palavra.

O verbo comum. O verbo de voz comum não pode mudar sua terminação de -r para -o e cossignifica simultaneamente a atividade e a passividade. São encontrados nove verbos desse tipo, a saber: *criminator* (“acuso”), *amplector* (“abraço”), *osculator* (“beijo”), *interpretor* (“interpreto”), *moror* (“demoro”), *veneror* (“suplico”), *largior*

deponentia, quae apud auctores etiam inveniuntur in passiva significatione, ut *comitor*, etc. Et notandum, quod sicut modo finito verbi correspondet ratio principii in supposito, sic generi in verbo correspondet ratio termini in obliquo.

60 Ex dictis concludo, quod verbum, praeter numerum et personam, habet tot modos significandi respectivos, quibus dependet post se ad obliquum, quot habet, quibus dependet ante se ad suppositum, secundum similitudinem se habentes. Quod patet, quia sicut verbum per modum esse requirit modum entis in supposito, sic per eundem modum esse exigit modum entis in obliquo. Et sicut verbum per compositionem exigit modum per se stantis in supposito, sic per significationem accidentalem exigit modum per se stantis in obliquo.

Item, sicut verbum per modum distantis exigit modum per se stantis pro supposito, ita per eundem modum esse exigit modum entis in obliquo. Et sicut verbum per modum compositionis

(“prodigalizo”), *experior* (“ensaio”), *hortor* (“exorto”) e alguns depoentes que são encontrados nos autores com significado passivo, como *comitor* (“acompanho”). Deve-se observar que assim como o modo finito do verbo corresponde à disposição de principiar do suposto, assim também a voz do verbo corresponde à disposição de terminar do oblíquo.

60 A partir do que foi discutido até aqui, concludo que o verbo, com exceção do número e da pessoa, tem tantos modos de significar respectivos com que depende do oblíquo posposto, quanto modos respectivos com que depende do suposto anteposto, de acordo com a similitude que (esses modos) têm entre si.¹²⁹ E isso explica porque o verbo, por meio do modo do ser, requer o modo de um ente no suposto e, por meio do mesmo modo do ser, requer o modo de um ente no oblíquo. Ademais, assim como o verbo, por meio da composição, exige o modo de estar por si mesmo no suposto, assim também, por meio da significação accidental, o verbo exige o modo de estar por si mesmo no oblíquo.

Da mesma forma que o verbo, por meio do modo de distar da substância, exige o modo de estar por si mesmo no suposto, o verbo, por meio do modo do ser, exige o modo de um ente no oblíquo. E assim como o verbo,

exigit modum entis per se stantis in ratione principii in supposito, sic per modum generis exigit modum entis per se stantis in ratione termini in obliquo. Item, sicut verbum per modos proportionales casibus modo verbi superadditos, exigit in supposito rationem principii, aliter et aliter coniunctam, et ex consequenti aliud et aliud suppositum; sic etiam verbum per modos proportionales casibus generi verbi superadditos exigit in obliquo rationem termini, aliter et aliter coniunctam, et ex consequenti alium et alium obliquum.

Notandum ergo, quod sicut inter modos significandi verbi, quibus dependet ante se ad suppositum, modus dependendi ad nominativum videtur esse principalis. Unde constructio intransitiva verbi cum nominativo a parte ante maxime videtur esse intransitiva, quae potior est aliis; et quia sola perfecta sit inter alios modos transeundi et dependendi; et a parte post, ad obliquum modum dependendi et transeundi ad activum, videtur esse principalis. Unde et constructio transitiva verbi et participii cum activo maxime videtur esse transitiva; quae

por meio do modo da composição, exige o modo de estar por si mesmo no suposto, da mesma forma, por meio do modo da voz, o verbo exige o modo de estar por si mesmo no oblíquo de acordo com o término. Igualmente, assim como o verbo exige a disposição de principiar no suposto, por meio de modos proporcionais aos casos, que são adicionados ao modo do verbo – o que resulta em um tipo ou outro de complementação e, conseqüentemente, em um tipo ou outro de suposto – assim também o verbo, por meio dos modos proporcionais que são adicionados à voz do verbo, exige a disposição de terminar no oblíquo – o que resulta em um tipo ou outro de complementação e, conseqüentemente, em um tipo ou outro de oblíquo.

Portanto, deve-se observar que o modo de depender do nominativo parece ser o principal dentre os modos de significar com os quais o verbo depende do suposto anteposto. Em decorrência disso, a construção intransitiva de tipo “nominativo + verbo” é vista como intransitiva no mais alto grau e como a mais forte de todas as construções, já que é a única construção perfeita dentre todos os outros modos de transitar e de depender.¹³⁰ E, na construção posposta, o modo de depender do oblíquo e de transitar para o ativo, parece ser principal tipo de construção (transitiva). Por isso, tanto a construção transitiva do verbo quanto

maxime est evidens inter alias constructiones transitivas. Et hoc attendentes grammatici, posuerunt quaedam verba transitiva dictum modum transeuntis habentia, ut *amo*, *lego*; quaedam autem absoluta, id est, huiusmodi dependentia et transitione privata, ut *sto*, *curro*, *vivo*, *ambulo*, *sedeo*, *spiro*, et huiusmodi.

CAPUT XXXI

De persona, numero et figura verbi.

61 *Verbum mutuatur personam, et numerum a supposito.* De persona, numero et figura in verbo dicendum est sicut in nomine. Nam ab eisdem proprietatibus sumuntur utrobique, licet differenter, quia numerus et persona insunt verbo, non ex proprietate suae rei per se loquendo, sed ex proprietate rei suppositi; quod patet de persona. Nam persona est modus significandi, quo mediante verbum proprietatem loquendi consignificat non inhaerentem de se, sed ut res verbi applicabilis est

do participio com o ativo parecem como transitivas no mais alto grau, o que é muito observável entre as construções transitivas. Ao atentarem para isso, os gramáticos estabeleceram certos verbos como transitivos, por possuírem o modo de transitar mencionado acima, como *amo* (“amo”) e *lego* (“leio”), e estabeleceram certos verbos como absolutos (intransitivos), isto é, privados tanto de dependência quanto de transitividade, como *sto* (“estou em pé”), *curro* (“corro”), *vivo* (“vivo”), *ambulo* (“caminho”), *sedeo* (“tomo assento”), *spiro* (“respiro”) e outros como esses.

CAPÍTULO XXXI

Sobre a pessoa, o número e a forma do verbo

61 *O verbo deve sua pessoa e seu número ao suposto.* Sobre a pessoa, o número e a forma do verbo deve-se declarar o mesmo que se declarou do nome, pois estes acidentes se derivam das mesmas propriedades nos dois casos, embora de maneira diferente. A diferença é que o número e a pessoa não estão no verbo por causa da essência verbal, mas em virtude da essência do suposto. Isso é evidente com relação à pessoa, porque a pessoa é o modo de significar por meio de que o verbo cossignifica a propriedade do falar não como

rei suppositi subsistentis per se secundum proprietates loquendi. Unde persona inest verbo ex aptitudine attribuendi supposito secundum variam attributionem.

Persona autem verbi distinguitur per triplicem differentiam, scilicet, primam, secundam, et tertiam. Unde illud verbum dicimus esse primae personae attributum, quod est applicabile supposito, prouti stat sub proprietate loquendi de se, et sic de aliis. Et ex hoc sequitur, quod illud verbum est nullius personae, quod supposito sub certo modo loquendi non est applicabile. Et eodem modo dicendum est de numero, et figura, etc.

CAPUT XXXII

De tempore verbi.

62 *Tempus praesens, praeteritum, futurum.* Ultimo de tempore dicendum est. Iuxta quod est sciendum, quod sicut in re extra, tempus consequitur ipsum modum esse, sicut mensura mensuratum; sic modus temporis secundum esse rationis consequitur modum esse, qui est modus fluxus et successionis.

inerente a si mesmo, mas enquanto a essência do verbo inclina-se à essência do suposto que subsiste por si mesmo segundo a propriedade do falar. Por isso, a pessoa encontra-se no verbo com a aptidão de atribuir ao suposto uma atribuição que varia. A pessoa do verbo diferencia-se por uma tríplice distinção, a saber: em primeira, segunda e terceira. Com base nisso, declaramos que se atribui primeira pessoa ao verbo cujo suposto esteja falando de si mesmo. O mesmo acontece com as outras duas pessoas. Como resultado disso, um verbo é de nenhuma pessoa, quando não é possível aplicar nenhum modo de falar a seu suposto. E deve-se declarar a mesma coisa sobre o número, a forma, etc.

CAPÍTULO XXXII

Sobre o tempo do verbo

62 *O tempo presente, o pretérito, o futuro.* Por último devemos discutir o tempo. Sobre o qual é necessário saber que, assim como nas coisas extramentais, o tempo é consequência do próprio modo do ser; como a medida está para a coisa medida, assim também o modo do tempo é, de acordo com sua essência, resultante do modo do ser, que é o modo da mudança e da sucessão.

Tempus ergo, ut est accidens verbi, est modus significandi accidentalis verbi, quo mediante verbum, citra rem, modum tempus consignificat. Et secundum diversitatem huiusmodi, vel proprietatis, tempus per tres differentias distinguitur, scilicet, per praesens, praeteritum et futurum. Tempus praesens est modus significandi rem verbi, prout cadit sub differentiam praesentis temporis. Tempus praeteritum est modus significandi rem verbi, prout cadit sub differentiam praeteriti temporis. Tempus futurum est modus significandi rem verbi, prout cadit sub differentiam futuri temporis.

63 Et si instetur: *Deus est*, *Deus intelligit*, tamen esse et intelligere Dei non cadit sub aliquam differentiam temporis; ergo non semper verbum modum et differentiam temporis requirit. Respondetur, quod licet esse et intelligere Dei non cadant sub aliquam differentiam temporis, tamen cadunt sub aliquam differentiam aeternitatis, secundum nostram apprehensionem, ut dictum est superius.

Portanto, o tempo, como acidente do verbo, é o modo accidental de significar do verbo, mediante o qual o verbo, além da coisa, cossignifica o modo do tempo. E, segundo sua diversidade ou propriedades, o tempo diferencia-se por meio de três diferenças, a saber: por meio do presente, do pretérito e do futuro. O tempo presente é o modo de significar a coisa do verbo conforme a diferença do tempo presente. O tempo pretérito é o modo de significar a coisa do verbo conforme a diferença do tempo pretérito. O tempo futuro é o modo de significar a coisa do verbo conforme a diferença do tempo futuro.

63 A seguinte objeção poderia ser levantada: *Deus est* (“Deus existe”), *Deus intelligit* (“Deus entende”) não se classificam conforme nenhuma diferença de tempo; portanto, o verbo nem sempre requer um modo e uma diferença de tempo. Responda-se que, embora *esse* (“existir”) e *intelligiri* (“entender”) (da perspectiva) de Deus não possam ser classificados de acordo com alguma diferença de tempo, podem, todavia, (ser classificados) de acordo com alguma diferença da eternidade, de acordo com a nossa apreensão, como foi dito acima.

Notandum, quod tempus non est accidens respectivum verbi, cum secundum ipsum non dependeat ante se ad suppositum, nec post se ad obliquum. Potest tamen respectu adverbiorum temporalium dici accidens respectivum; quia incongrue dicitur, *fortasse Socrates currit cras, vel Plato disputat heri*. Est sic patent modi significandi verbi essentialis, et accidentales declarativi, qui sunt, et quot sunt, et a quibus proprietatibus oriuntur.

CAPUT XXXIII

De modo significandi essentiali generalissimo participii.

64 *Participium*. Modus significandi essentialis generalissimus participii est modus significandi per modum esse indistantis a substantia. Circa quod notandum, quod modus esse in participio et in verbo ab eadem rei proprietate oritur, quae est proprietas fluxus et successionis; et in hoc modo participium a verbo non discrepat.

Modus autem indistantis a substantia, seu modus uniti substantiae, sumitur ab eadem rei proprietate in participio, a quo sumitur modus adiacentis in

Deve-se observar que o tempo não é um acidente respectivo do verbo, porque não é de acordo com o tempo que (o verbo) depende do suposto antes de si nem do oblíquo depois de si. Todavia, pode ser considerado um acidente respectivo com respeito aos advérbios de tempo, porque é agramatical dizer: *Socrates currit cras* (“Talvez Sócrates corre amanhã”) ou *Plato disputat heri* (“Platão disputa ontem”). E ficam assim expostos os modos de significar essenciais do verbo, e os accidentais declarativos, quantos e quais são e as propriedades das quais se originam.

CAPÍTULO XXXIII

Sobre o modo de significar essencial mais geral do participio

64 O *participio*. O modo de significar essencial mais geral do participio é o modo de ser indistante da substância. Acerca de que é necessário observar que o modo do ser no participio e no verbo origina-se da mesma propriedade da coisa, que é a propriedade da mudança e da sucessão e que, nesse sentido, o participio não se distingue do verbo.

No entanto, o modo do indistante da substância, ou o modo do unido à substância, é derivado da mesma propriedade de que se derivam o modo de

nomine, et compositio in verbo; et haec est proprietas inhaerentis alteri secundum esse. Et non est inconueniens ab eadem rei proprietate modos significandi diversos, non oppositos, oriri, cum modi significandi oppositi in eadem voce possint fundari. Et per hunc modum significandi, participium a verbo distinguitur, et per ipsum participium in suum suppositum in constructione et in situ collocatur.

65 *Definitio participii.* Participium ergo est pars orationis significans per modum esse indistantis a substantia, sive uniti cum substantia, quod idem est. Et dicitur participium, quasi partem nominis, et partem verbi capiens; non partem essentialem, id est, modum essentialem utriusque; et quidam dicunt, quod participium significat per modum entis, et per modum esse, quod falsum est; quia tunc participium non esset ab utroque distinctum specificiter, quod est inconueniens. Sed pro tanto dicitur participium capere partem nominis et verbi, quia habet quosdam modos significandi accidentales modis accidentalibus nominis et verbi consimiles, ut statim apparebit.

aderir do nome e da composição do verbo, que é a propriedade do inerente no outro segundo a essência. E não é inconveniente que se originem modos de significar diferentes, não opostos, da mesma propriedade da coisa, uma vez que modos de significar opostos podem ser consolidados na mesma palavra. Por esse modo de significar, o participio distingue-se do verbo e por esse mesmo (modo) o participio é colocado em seu suposto e em seu lugar apropriado na construção.

65 *Definição do participio.* Portanto, o participio é a parte do discurso que significa por meio do modo do ser indistante da substância, ou do unido com a substância, o que é a mesma coisa. E é chamado de participio porque é como se tomasse parte do nome e parte do verbo, mas não a parte essencial, i.e., o modo essencial de um e do outro. E alguns dizem que o participio significa por meio do modo de um ente e por meio do modo do ser, o que é falso, porque, então, o participio não seria especificamente distinto nem de um nem de outro, o que é inconveniente. Frente a isso, declara-se que o participio toma parte do nome e parte do verbo, porque tem certos modos de significar accidentais similares aos modos acidentais do nome e do verbo, como ficará evidente a seguir.

CAPUT XXXIV

De modis significandi essentialibus subalternis et specialissimis participii.

66 *Participii divisio subalterna.* Sub modo essentiali generalissimo participii ad modos subalternos descendamus. Dividitur autem modus indistantis in tres modos subalternos. Primus modus est modus significandi per modum esse generaliter respectu cuiuslibet esse specialis. Et hic modus constituit participium substantivum, ut *ens, existens*. Secundus est modus significandi per modum esse generalis, respectu nominationis propriae tantum. Et hic modus constituit participium vocativum, ut *nominans, vocans*. Tertius est modus significandi per modum esse specialis actionis, vel passionis. Et hic modus constituit participium adiectivum.

Participii adjectivi divisio. Et subdividitur iste modus esse specialis actionis vel passionis in quatuor modos essentielles specialissimos. Primus est modus significandi per modum actionis tantum; et hic modus constituit participium ab activo descendens, ut *legens, amans*. Secundus modus est modus significandi per modum

CAPÍTULO XXXIV

Sobre os modos de significar essenciais subalternos e mais especiais do participío

66 *A divisão subalterna do participío.* Do modo essencial mais geral do participío voltemo-nos aos seus modos subalternos. O modo indistante, na verdade, divide-se em três modos subalternos. O primeiro é o modo de significar, por meio do modo do ser em geral, que diz respeito a qualquer ser específico. E esse modo constitui o participío substantivo como *ens* (“que é”), *existens* (“que existe”). O segundo é o modo de significar, por meio do modo de ser geral, que diz respeito somente ao nomear pelo nome próprio. E esse modo constitui o participío vocativo, como *nominans* (“que nomeia”), *vocans* (“que chama”). O terceiro é o modo de significar por meio do modo do ser especial, da ação ou da paixão. E esse modo constitui o participío adjectivo.

Divisão do participío adjectivo. E divide-se esse modo do ser especial da ação ou da paixão em quatro modos essenciais especialíssimos. O primeiro é o modo de significar apenas por meio do modo da ação; esse modo constitui o participío que se deriva do (verbo) ativo, como *legens* (“que lê”), *amans* (“que ama”). O segundo modo é o modo de significar apenas pelo modo da

passionis tantum; et hic modus constituit participium a verbo passivo descendens, ut *amatus*, *lectus*. Tertius est modus significandi per modum neutrius; et huiusmodi modus constituit participium a verbo neutro descendens, ut *stans*, *currens*. Quartus est modus significandi per modum utriusque simul; et hic modus constituit participium a verbo communi descendens, ut *crimians*, *crimianus*, et huiusmodi.

Et sic patet, quod sicut modus essentialis generalissimus participii dividitur in modos subalternos, ad specialissimos descendendo, sic etiam participium, simpliciter sumptum, dividitur in participium substantivum, et adiectivum, et vocativum. Adiectivum subdividitur in activum, passivum, neutrum, et commune.

CAPUT XXXV

De modis significandi accidentalibus participii.

67 *Participii significatio.* Consequenter de modis significandi accidentalibus participii videamus. Sunt autem, secundum Donatum, sex accidentia participii, scilicet, significatio, genus, tempus, numerus, figura, casus.

paixão; esse modo constitui o participío que se deriva do verbo passivo, como *amado* (“amado”), *lido* (“lido”). O terceiro é o modo de significar pelo modo do neutro; dessa forma, esse modo constitui o participío que se deriva do verbo neutro, com *stans* (“que está em pé”), *currens* (“que corre”). O quarto é o modo de significar pelo modo comum e esse modo constitui o participío que se deriva do verbo comum, como *crimians* (“que incrimina”), *crimianus* (“que é incriminado”) e outros como estes.

E fica explicado que, como o modo essencial mais geral do participío divide-se em modos subalternos que originam modos especialíssimos, o participío, tomado de maneira simples, divide-se em participío substantivo, adjetivo e vocativo; o adjetivo subdividindo-se em ativo, passivo, neutro e comum.

CAPÍTULO XXXV

Sobre os modos de significar accidentais do participío

67 A significação do participío. A seguir, vejamos acerca dos modos de significar accidentais do participío. Existem, segundo Donato,¹³¹ seis acidentes do participío, a saber: a significação, a voz, o tempo, o número, a forma e o caso. A significação do

Significatio in participio, secundum grammaticos, idem est, quod genus in verbo, et ab eadem proprietate sumitur. Genus autem in verbo, ut dictum est, est modus significandi per modum dependentiae verbi ad obliquum post se, in ratione termini; et hoc idem est significatio in participio.

Ex hoc sequitur, quod quemcumque modum significandi verbum exigit post se in obliquo, ratione generis, eundem exigit participium post se in obliquo, ratione significationis; et hic modus est modus significandi in ratione termini absolute, et non contracti, tamen contrahitur, ut dictum est de verbo. Quod autem aliquod participium sit significationis activae, vel passivae, et sic de aliis hoc totum de parte vocis attenditur.

68 *Modi accidentales participii.* De genere, numero, figura, casu, et persona, sicut in nomine dictum est, intelligitur hic; et de tempore eodem modo intelligitur hic, sicut dictum est de verbo. Sed tamen notandum, quod nomina adiectiva, et pronomina, quae tot sunt adiectiva, et participia adiectiva, habent casus, numerum, genus, et personas, non ex parte suae rei, per se loquendo, sed ex parte rei subiectae. Nam significatum istorum

participio, de acordo com os gramáticos, é igual à voz no verbo e é derivada da mesma propriedade. A voz do verbo, como foi dito anteriormente, é o modo de significar por meio do modo da dependência do verbo no oblíquo depois de si, que representa o término – no participio, a significação é idêntica.

A consequência disso é que qualquer modo de significar que o verbo exigirá depois de si no oblíquo, em razão da voz, o participio exigirá identicamente em razão da significação. E esse é um modo de significar como término de maneira absoluta, e não restringido, embora restringível, como foi discutido sobre o verbo. Que um participio seja de significação ativa ou passiva, ou de outros tipos, tudo depende da palavra considerada.

68 *Os modos accidentais do participio.* Sobre o gênero, o número, a forma, o caso e a pessoa, o mesmo que foi dito sobre o nome deve ser entendido aqui. E, sobre o tempo, da mesma forma, entenda-se o mesmo que foi dito sobre o verbo. Todavia, deve-se observar que os nomes adjetivos e os pronomes, que são adjetivos, e os participios adjetivos, têm caso, número, gênero e pessoas não de sua própria essência, no sentido de “por si mesmos”, mas da parte da essência do sujeito. Porque sua significação

non stat per se sub proprietate agendi, vel patiendi, a qua oritur genus; nec stat per se sub proprietate unius, vel plurium, a qua sumitur numerus, cum accidentia numerentur ad numerationem subiectorum; nec etiam stat per se sub proprietate termini, vel principii, a qua oritur casus; non enim tali dependentia constructio enuntiatur et terminatur; nec etiam stat per se sub proprietate loquendi, a qua oritur persona; sed res subiecti per se sub istis proprietatibus consistit. Unde dicta accidentia insunt eis per attributionem sui ad subiectum; et ideo etiam huiusmodi adiectiva requirunt dicta accidentia in subiectis, non per modos significandi proportionales, sed similes; scilicet, simile genus, similem numerum, similem casum, similem personam, requirunt, ut postea patebit. Et sic patent modi significandi participii essentiales, et accidentales, qui sunt, et quot sunt, et a quibus proprietatibus oriuntur.

69 *Participii significatum.* De significato participii hoc intelligendum est, quod intelligitur de significato cuiuslibet termini concreti accidentis, quod quidam ponunt aggregatum ex utroque, scilicet ex accidente et subiecto; et quidam ponunt illud solum

não está por si mesma sob a propriedade de agir ou sofrer uma ação, de que se origina a voz, nem sob a propriedade do uno ou dos plurais, de que se deriva o número, porque os acidentes são numerados para a enumeração dos sujeitos, nem sob a propriedade do término, ou do princípio, de que se origina o caso, nem por sua dependência uma construção é enunciada ou determinada, nem está por si sob a propriedade de falar, de que se origina a pessoa, mas a essência do sujeito mantém-se, por si mesma, sob todas essas propriedades. Por isso tais acidentes existem neles por meio de sua atribuição ao sujeito. Dessa forma, esses adjetivos requerem os ditos acidentes nos sujeitos, não por modos de significar proporcionais, mas similares, a saber, requerem um gênero similar, um número similar, um caso similar, uma pessoa similar, como ficará claro a seguir. E assim ficam expostos os modos essenciais e accidentais de significar do participío, quais são e quantos são e de que propriedades originam-se.

69 *O significado do participío.* Sobre o significado do participío deve-se entender o que se entende sobre o significado de qualquer termo de um acidente concreto, que alguns consideram como o agregado de ambos, a saber, do acidente e do sujeito, e outros consideram que somente é um

esse accidens, sub modo dependentis ad ipsum subiectum; alii ponunt aggregatum formaliter esse, tamen per rationem accidentis. Et quia omnes istae positiones habent forte defensores, ideo de significato participii disputantibus relinquuntur.

CAPUT XXXVI

De modo significandi generalissimo adverbii.

70 *Adverbium.* Modus significandi essentialis generalissimus adverbii est modus significandi per modum adiacentis alteri, per modum esse, significans ipsum simpliciter et absolute determinans. Et quia participium significat per modum esse, sicut verbum, ideo adverbium determinat participium sicut verbum. Licet adverbium dicatur adiectivum verbi, secundum Priscianum, hoc est ideo, quia adverbium, secundum omnes species eius, determinat verbum, sed non participium; quia adverbia determinantia verba genera compositionis, et genera sui modi, qui est qualitas compositionis, participia determinare non possunt, cum participium compositionem et modum

acidente sob o modo da dependência no próprio sujeito. Outros consideram que só é um agregado do ponto de vista formal porque é um acidente, contudo por meio de uma disposição de acidente. E como todas essas posições talvez tenham defensores, deixemos o significado do participio aos que disputam sobre isso.

CAPÍTULO XXXVI

Sobre o modo de significar mais geral do advérbio

70 *O advérbio.* O modo de significar essencial mais geral do advérbio é o modo de significar pelo modo de aderir a outro, por meio do modo do ser, que significa (o outro) de maneira simples e o determina de maneira absoluta. E, porque o participio significa pelo modo do ser, como o verbo, o advérbio determina o verbo assim como o participio. Todavia, se o advérbio é o adjetivo do verbo, segundo Prisciano,¹³² o advérbio, de acordo com todas as suas espécies, determina o verbo, mas não o participio. Porque os advérbios, ao determinarem o tipo de composição dos verbos e seu modo, que é a qualidade da composição, não podem determinar os participios, uma vez que o participio não tem a composição e o modo do verbo. E deriva-se esse modo de determinar da propriedade

verbi non habeat. Et sumitur iste modus determinantis a proprietate terminantis in re. Adverbium ergo est pars orationis, significans per modum adiacentis alteri, quod per modum esse significat ipsum esse absolute determinans.

Et notandum, quod adverbium, de suo modo significandi essentiali generalissimo, tantum determinat ea, quae per modum esse significat; licet de aliquo modo essentiali, speciali, et accidentali, possit alia determinare, ut patet de adverbis exclusivis, quae sunt *tantummodo*, *solummodo*, et huiusmodi; quae, propter modum significandi per modum excludentis, possunt determinare omne illud, quod habet se per modum exclusibilis.

Sed modum exclusibilis non habent solum verba, vel participia, sed etiam nomina, et aliae partes orationis habent ipsum; ideo ista adverbia, per huiusmodi modum essentialem specialem, habent etiam alia a verbo, et a participio determinare; ut dicendo, *homo tantummodo legit*. Similiter dicendo, *tunc temporis*, hoc adverbium, *tunc*, propter modum significandi accidentalem, qui est modus ut alterius, construitur cum genitivo habente se per modum ut cuius; et sic

que dá término na coisa. O advérbio é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de aderir a outro, que significa o próprio ser por meio do modo do ser e o determina de maneira absoluta.

Observe-se que o advérbio, em virtude de seu modo de significar essencial mais geral, determina somente aquilo que significa pelo modo do ser, apesar de – em virtude de algum outro modo essencial, especial e accidental – poder também determinar outras coisas. Como fica claro nos advérbios exclusivos, que são *tantummodo* (“somente”), *solummodo* (“unicamente”), e outros desse tipo, os quais, em virtude do modo de significar por meio do modo de excluir, podem determinar tudo aquilo que se dispõe para o modo da exclusão.

Não só os verbos ou participios têm o modo de excluir, mas os nomes e outras partes do discurso também têm o mesmo. Portanto, esses advérbios, por esse tipo de modo essencial especial, podem também determinar outras partes além do verbo e do participio, como quando se diz *homo tantummodo legit* (“Somente o homem lê”). Semelhantemente, quando se diz *tunc temporis* (“naquela época”), o advérbio *tunc* (então/naquele tempo/naquela circunstância), por seu modo de significar accidental, que é o modo *ut alterius*

de aliis.

CAPUT XXXVII

De modis significandi essentialibus subalternis adverbii.

71 *Modi essentialis subalterni adverbii duo.* Sub modo essentiali generalissimo adverbii duo modi essentialis subalterni continentur. Quorum primus est modus significandi per modum determinantis verbum, vel participium ratione significati. Secundus modus est modus significandi per modum determinantis verbum, vel participium ratione modi significandi. Et hos duos modos Donatus appellat significationem adverbii. Nam sicut per qualitatem in nomine dat intelligere modum communis, et appropriati; per qualitatem in pronomine, demonstrationem et relationem; per qualitatem in verbo, modum et formam; sic per significationem in adverbio, dat intelligere duos modos essentialis subalternos mediatos.

Significatio adverbii. Et notandum est, quod duplex est significatio: una qua

(“enquanto ‘de outro’”), constrói-se com o genitivo que possui o modo *ut cuius* (“enquanto ‘de que/m’”), e é assim com outros (advérbios) desse tipo.

CAPÍTULO XXXVII

Sobre os modos de significar essenciais subalternos do advérbio

71 *Os dois modos essenciais subalternos do advérbio.* Sob o modo essencial mais geral do advérbio estão contidos dois modos essenciais subalternos. O primeiro dos quais é o modo de significar por meio do modo de determinar o verbo ou o participío de acordo com o seu significado. O segundo é o modo de significar por meio do modo de determinar o verbo ou o participío de acordo com o seu modo de significar. Donato chama esses dois modos de significação do advérbio.¹³³ Porque, assim como, por qualidade, no nome ele dá a entender os modos do comum e do próprio,¹³⁴ no pronome, a demonstração e a relação, no verbo, o modo e a forma, assim também, por significação no advérbio, ele dá a entender dois modos essenciais subalternos mediatos.

A significação do advérbio. E deve-se observar que a significação é dupla: uma por

vox refertur ad esse, et per quam vox formaliter fit dictio, ut prius dictum est; et hoc est essentielle cuilibet parti. Nam quaelibet pars orationis aggregat in se tria, scilicet, vocem, significationem, et modum significandi. Alia est significatio, quae idem est, quod modus significandi; et haec est alia in adverbio, alia in participio, et alia in interiectione, qui modi significandi sunt. Quis autem modus sit significatio in participio, et interiectione, postea patebit.

Significatio in adverbio, ut dictum est, est modus significandi, quo mediante adverbium repraesentat specialem modum determinandi verbum, vel participium, aut ratione significati, aut ratione modi significandi. Unde significatio non est modus accidentalis adverbio, sed essentialis specialis, nisi pro tanto dicatur accidentalis, quia est extra rationem adverbii absolute, ut prius dictum est de qualitate pronominis in pronome.

CAPUT XXXVIII

De modis essentialibus specialissimis adverbii ex parte rei significatae, et ex parte modi significandi.

72 *Averbii divisio.* Sub his duobus

meio de que a palavra refere-se ao ser e torna-se formalmente um vocábulo, com foi dito anteriormente, e é essencial para qualquer parte do discurso, porque qualquer parte do discurso agrega em si três coisas, a saber: o som, o significado¹³⁵ e o modo de significar. A outra significação é um modo de significar, e é uma no advérbio, outra no participio e outra na interjeição, que são modos de significar. No entanto, qual modo seja a significação no participio, e na interjeição, ficará claro a seguir.

A significação no advérbio, como se disse, é o modo de significar mediante o qual o advérbio representa um modo especial de determinar o verbo ou o participio, ou de acordo com o significado ou de acordo com o modo de significar. Por isso, a significação não é um modo accidental no advérbio, mas essencial especial, a não ser que se diga accidental por estar fora da compreensão absoluta do advérbio, como se disse previamente da qualidade do pronome no pronome.

CAPÍTULO XXXVIII

Sobre os modos essenciais mais especiais do advérbio a partir da matéria significada e a partir do modo de significar

72 *A classificação do advérbio.* Desses dois

modis subalternis adverbii, ad modos essentielles specialissimos descendamus. Primus est modus significandi per modum determinantis verbum, vel participium ratione rei significatae; et dividitur in quatuor species essentielles, quatuor species adverbiorum constituentes, quae sunt adverbia loci, qualitatis, quantitatis, vocandi.

Adverbium loci. Adverbium loci est quod determinat rem verbi ratione loci. Et hoc dupliciter: vel per modum requirentis locum, vel respondentis ad locum. Si per modum requirentis, hoc est quadrupliciter: vel est in quo, et sic est *ubi*; vel a quo, et sic est *unde*; vel ad quem, et sic est *quo*; vel per quem, et sic est *qua*. Si per modum respondentis ad locum, sic sunt ista adverbia: *hic*, *ibi*, *illic*, *inde*, *intus*, et huiusmodi.

Quantitatis. Adverbium quantitatis significat per modum determinantis rem verbi vel participii ratione mensurae continuae, vel discretas. Et sub hac specie comprehenduntur adverbia separandi, ut *seorsum*, *retrosum*, et huiusmodi. Et hoc vel per modum

modos subalternos do advébio, voltemo-nos aos seus modos essenciais mais especiais. O primeiro é o modo de significar por meio do modo de determinar o verbo ou o participio de acordo com a matéria significada e divide-se em quatro espécies essenciais, constituídas de quatro espécies de advérbios, que são os advérbios de lugar, de qualidade, de quantidade e de chamamento.

O advérbio de lugar. O advérbio de lugar é aquele que determina a matéria do verbo de acordo com o lugar. E este é duplo: ou pelo modo de perguntar pelo local ou pelo modo de responder sobre o local. Quando pelo modo de perguntar, é quádruplo: ou em que, e é assim *ubi* (“onde”); ou de que, e é assim *unde* (“de onde”); ou para que, e é assim *quo* (“para onde/aonde”); ou por meio de que, e é assim *qua* (“por/por meio de onde”). Quando pelo modo de responder sobre o local, existem estes advérbios: *hic* (“aqui”), *ibi* (“ali”), *illic* (“lá”), *inde* (“desde lá”), *intus* (“interiormente”) e outros desse tipo.

De quantidade. O advérbio de quantidade significa pelo modo de determinar a matéria do verbo ou do participio de acordo com a sua medida contínua ou discreta. E sob essa espécie estão compreendidos os advérbios de separar, como *seorsum* (“separadamente”), *retrosum*

requirentis mensuram, ut *quoties*, *quantum*; vel per modum respondentis mensuram, et sic sunt ista adverbia: *multum*, *parum*, *modicum*, *minimum*, *minime*, *semel*, *bis*, *ter*, *quater*.

Et notandum, quod Donatus appellat adverbium quantitatis discretæ adverbium numeri, non quod determinet verbum, vel participium ratione numeri, cum etiam possit determinare aliquod verbum quod nullius est numeri, ut dicendo: *legere semel*, vel *amare bis*, *ter*, *quater*, sed ideo dicitur determinare verbum ratione numeri, quia determinat rem verbi ratione mensuræ discretæ, cuius species est numerus; vel ideo quia repræsentat rem verbi ratione mensuræ discretæ, cuius species est numerus; vel ideo quia repræsentat rem verbi esse iteratam; et sic sunt ista adverbia, *bis*, *ter*, *quater*, vel repræsentat rem verbi esse iteratione privatam, ut *semel*. Ex unitate enim multoties iterata numerus causatur; propterea a Donato adverbium numeri nuncupatur.

(“reciprocamente”) e outros desse tipo. E esse modo (significa) ou pelo modo de perguntar sobre a medida, como *quoties* (“quantas vezes”), *quantum* (“quanto”); ou pelo modo de responder sobre a medida, como estes advérbios: *multum* (“muito”), *parum* (“pouco”), *modicum* (“módico”), *minimum* (“mínimo”), *minime* “minimamente”, *semel* “uma vez”, *bis* “duas vezes”, *ter* “três vezes”, *quater* “quatro vezes”.

Deve-se observar que Donato chama de advérbio de quantidade discreta o advérbio de número não porque determine o verbo ou o participio de acordo com o número, uma vez que pode determinar algum verbo que não é de numerar, como quando se diz: *legere semel* (“ler uma vez”) ou *amare bis* “amar duas”, *ter* (“três”), *quater* (“quatro vezes”). Assim, diz-se que (o advérbio de número) determina o verbo de acordo com o número porque determina a matéria do verbo com relação à sua medida discreta, cuja espécie é o número: ou porque representa a matéria do verbo enquanto repetida, e são assim estes advérbios: *bis* (“duas vezes”), *ter* (“três vezes”), *quater* (“quatro vezes”); ou porque representa a matéria do verbo sem iteração, como em *semel* (“uma vez”). O número é, de fato, causado pela unidade muitas vezes iterada; por isso o advérbio de número é assim chamado por Donato.

Qualitatis. Adverbium qualitatis significat per modum determinantis rem verbi vel participii ratione qualitatis; et hoc dupliciter: vel per modum requirentis rem verbi, ut *qualiter*, *quomodo*; vel per modum respondentis ad qualitatem, ut *docte*, *prudenter*.

Vocandi. Adverbium vocandi est quod verbum ratione actus exercitandi determinat, prout ad ipsum resolvitur substantia vocativi vocata, ut, o *Henrice lege*.

73 Secundus modus significandi per modum determinantis rem verbi vel participii ratione modorum significandi dividitur in tres modos, scilicet, in modum significandi per modum determinantis verbum vel participium ratione compositionis; et in modum significandi per modum determinantis verbum ratione temporis; et in modum significandi per modum determinantis verbum ratione qualitatis sive modi; qui dicuntur indicativum, optativum, imperativum, etc.

Modus significandi per modum determinantis verbum ratione

De qualidade. O advébio de qualidade significa pelo modo de determinar a matéria do verbo ou do participio de acordo com sua qualidade. Esse modo é duplo: ou pelo modo de perguntar sobre a matéria do verbo, como *qualiter* (“de que modo”), *quomodo* (“como”); ou pelo modo de responder sobre a qualidade, como *docte* (“doutamente”), *prudenter* (“prudentemente”).

De chamamento. O advébio de chamamento é aquele que determina o verbo de acordo com o ato de chamar/exortar, conforme a substância de chamamento/exortação do vocativo é explicada por ele, como em o *Henrice lege* (“Ó Henrique, lê!”).

73 O segundo modo de significar por meio do modo de determinar a matéria do verbo ou do participio de acordo com modos de significar divide-se em três modos, a saber: o modo de significar pelo modo de determinar o verbo ou o participio de acordo com a composição; o modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com o tempo; o modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com a qualidade ou o modo. Esses modos são chamados de indicativo, optativo, imperativo, etc.

O modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com a

compositionis est modus significandi per modum determinantis inhaerentiam verbi; et subdividitur in quatuordecim modos specialissimos, quatuordecim species adverbiorum constituentes, quae sunt adverbia interrogandi, dubitandi, affirmandi, negandi, modificandi, demonstrandi, ordinis, similitudinis, eventus, prohibendi, eligendi, congregandi, residendi, excludendi.

Adverbia interrogandi determinant inhaerentiam verbi sub ratione requirentis causam, ut *cur*, *quare*, et huiusmodi. Adverbia dubitandi determinant inhaerentiam verbi sub ratione dubitationis, ut *forsan*, *forsitan*, etc. Adverbia affirmandi determinant inhaerentiam verbi ratione affirmationis, vel assensus, ut *etiam*, *certe*, et huiusmodi. Adverbia negandi determinant inhaerentiam verbi sub negationis, ut *haud*, *non*, *neque*. Adverbia iurandi sub istis duobus modis continentur. Adverbium modificandi determinat inhaerentiam verbi sub ratione necessitatis, contingentiae, possibilitatis, vel impossibilitatis; et sic intelligitur suo modo de aliis. Nam adverbia habent fere idem pro significato, et pro modo significandi, sicut hoc adverbium, *forte*, de suo significato speciali importat

composição é o modo de significar pelo modo de determinar a inerência do verbo. Este é subdividido em catorze modos mais especiais, que se constituem em catorze espécies de advérbios, que são advérbios de interrogar, de duvidar, de afirmar, de negar, de modificar, de demonstrar, de ordenar, de similitude, de evento, de proibir, de eleger, de congregar, de residir, de excluir.

Os advérbios de interrogar determinam a inerência do verbo de acordo com a causa do perguntar, como *cur* (“Por quê?”), *quare* (“Para quê?”), e outros desse tipo. Os advérbios de duvidar determinam a inerência do verbo de acordo com o duvidar, como *forsan* (“talvez”), *forsitan* (“possivelmente”), etc. Os advérbios de afirmar determinam a inerência do verbo de acordo com o afirmar ou o aceder, como *etiam* (“sim”), *certe* “certamente”, e outros desse tipo. Os advérbios de negar determinam a inerência do verbo de acordo com a negação, como *haud* (“não”), *non* (“não”), *neque* (“nem”). Os advérbios de jurar estão contidos sob esses dois modos. O advérbio de modificar determina a inerência do verbo de acordo com a necessidade, a contingência, a possibilidade ou a impossibilidade; e, assim, entendam-se outros de acordo com seu modo. Porque os advérbios são quase idênticos quanto ao significado e quanto ao

eventum, et significat per modum eventus; et ideo cognito significato speciali, cognoscitur et modus significandi, quia non discrepant nisi penes rationem, sicut absolutum et comparativum.

Modus significandi per modum determinantis verbum ratione modi, qui est qualitas inclinationis, subdividitur in duos modos specialissimos, duas species adverbiorum constituentes, quae sunt adverbia optandi, et hortandi. Adverbia hortandi determinant inhaerentiam verbi sub ratione ehortationem exprimendae, ut *eia*, *age*. Adverbium optandi determinat inhaerentiam verbi sub ratione voti, vel desiderii, ut *utinam*.

Modus significandi per modum determinantis verbum sub ratione temporis subdividitur in duos modos speciales, duas species adverbiorum constituentes, scilicet, adverbium temporis interrogativum et responsivum. Adverbium temporis interrogativum significat per modum determinantis verbum sub ratione temporis, per modum inquirentis tempus, ut *quando?* Adverbium temporis responsivum significat per

modo de significar, como no caso do advérbio *forte* (“por acaso”), que introduz um acontecimento e significa pelo modo do evento e, assim, conhecido o significado especial, conhece-se o modo de significar, porque não discrepam entre si a não ser na compreensão, como entre o absoluto e o comparativo.

O modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com o modo, que é a qualidade da inclinação, subdivide-se em dois modos mais especiais, constituídos de duas espécies de advérbios, os quais são os advérbios de desejar e de exortar. Os advérbios de exortar determinam a inerência do verbo de acordo com a expressão da exortação, como *eia* (“coragem!”), *age* (“em frente!”). O advérbio de desejar determina a inerência do verbo de acordo com o voto ou o desejo, como *utinam* (“oxalá!”).

O modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com o tempo subdivide-se em dois modos especiais, constituídos de espécies de advérbios, a saber: o advérbio de tempo interrogativo e o responsivo. O advérbio de tempo interrogativo significa pelo modo de determinar o verbo do ponto de vista do tempo, pelo modo de inquirir sobre o tempo, como *quando* (“Quando?”). O advérbio de tempo responsivo significa pelo modo de determinar a inerência do verbo de acordo

modum determinantis inhaerentiam verbi ratione temporis, sub modo respondentis, ut *nunc*, *nuper*, *hodie*.

74 Et notandum, quod nulla species adverbii determinat verbum sub ratione modi significandi essentialis generalissimi ipsius verbi: sed sub ratione modorum specialium vel accidentalium, ut visum est.

Et notandum quod Donatus posuit quaedam adverbia specialia personalia; quae tamen adverbia non sunt, nec verbum ratione personae determinant: quia etiam possunt adiungi verbis, quae sunt nullius personae, ut dicendo: *legitur mecum*, *amatur tecum*. Unde dicendum, quod secundum Priscianum, sunt pronomina cum praepositione per apostropham prolata: et transitive cum verbis a parte post constructa. Sic etiam patet, quod sicut modus significandi essentialis generalissimus adverbii dividitur in modos subalternos ad modos specialissimos descendendo: sic pari modo adverbium simpliciter sumptum, dividitur in adverbia specialia.

75 Dividitur autem adverbium, primo in adverbium determinans verbum ratione significati, et in adverbium ratione modi significandi: adverbium determinans

com o tempo, sob o modo de responder, como *nunc* (“agora”), *nuper* (“até agora”), *hodie* (“hoje”).

74 Observe-se que nenhuma espécie de advérbio determina um verbo de acordo com o modo de significar essencial mais geral do mesmo, mas de acordo com seus modos especiais ou acidentais, como já foi visto.

Observe-se que Donato estabeleceu alguns advérbios pessoais especiais, embora não sejam advérbios nem determinem o verbo de acordo com a pessoa, porque podem ser justapostos a verbos sem pessoa, como quando se diz: *legitur mecum* (“lido comigo”), *amatur tecum* (“amado contigo”). É por isso que se diz, segundo Prisciano, que existem pronomes com preposições enunciadas em anástrofe e construídas transitivamente pospostas com os verbos. Assim fica claro que da mesma maneira como o modo de significar essencial mais geral do advérbio divide-se em modos subalternos e em modos mais especiais, igualmente, o advérbio, entendido de maneira simples, divide-se em advérbios especiais.

75 Portanto, o advérbio divide-se primeiramente no advérbio que determina o verbo de acordo com o significado e no advérbio (que determina o verbo) de acordo

verbum ratione significati, subdividitur in adverbium loci, quantitatis, qualitatis, et vocandi.

Item adverbium determinans verbum ratione modi significandi, subdividitur in adverbium determinans verbum ratione compositionis, ratione modi, et ratione temporis.

Item adverbium determinans verbum ratione compositionis subdividitur in adverbium interrogandi, dubitandi, affirmandi, negandi, modificandi, ordinis, similitudinis, eventus, prohibendi, eligendi, congregandi, demonstrandi, residendi, excludendi. Item adverbium determinans verbum ratione modi subdividitur in adverbium hortandi et optandi. Item adverbium determinans verbum ratione temporis subdividitur in adverbium requirens tempus, et adverbium respondens tempus, de quibus omnibus dictum est.

De comparatine, specie et figura discendum est hic sicut in nomine. Et sic patent modi significandi essentielles et accidentales adverbii, qui sunt, et quot sunt, et a quibus proprietatibus sumuntur.

com o modo de significar: o advérbio que determina o verbo de acordo com o significado subdivide-se em advérbio de lugar, de quantidade, de qualidade e de chamamento.

Igualmente, o advérbio que determina o verbo de acordo com o modo de significar subdivide-se no advérbio que determina o verbo de acordo com a composição, de acordo com o modo e com o tempo.

Igualmente, o advérbio que determina o verbo de acordo com a composição subdivide-se em advérbio de interrogar, de duvidar, de afirmar, de negar, de modificar, de ordenar, de similitude, de evento, de proibir, de eleger, de congregar, de demonstrar, de residir, de excluir. Igualmente, o advérbio que determina o verbo de acordo com o modo subdivide-se em advérbio de exortar e de desejar. Igualmente, o advérbio que determina o verbo de acordo com o tempo subdivide-se em advérbio de perguntar sobre o tempo e advérbio de responder sobre o tempo, sobre todos os quais já se discutiu.

Sobre a comparação, espécie e forma o mesmo que se disse sobre o nome se aplica aqui. E, assim, ficam expostos os modos de significar essenciais e acidentais do advérbio, quais e quantos são e de quais propriedades são derivados.

CAPUT XXXIX

De modo significandi coniunctionis tam essentiali generalissimo, quam subalterno specialissimo.

76 *Coniunctio.* Modus significandi essentialis coniunctionis generalissimus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema; et sumitur iste modus significandi a proprietate coniungentis et unientis in rebus extra. Coniunctio ergo est pars orationis, per modum coniungentis duo extrema significans.

77 *Coniunctionis modi subalterni.* Sub modo essentiali generalissimo coniunctionis, ad modos subalternos, per divisionem descendamus. Dividitur autem iste modus coniungentis duo extrema in modum coniungentis duo extrema per vim, et in modum coniungentis duo extrema per ordinem. Et hos duos modos Donatus appellat potestates. Et habet se similiter potestas in coniunctione, sicut significatio in adverbio. Nam sicut significatio in adverbio consistit in speciali modo determinandi, sic potestas in coniunctione consistit in

CAPÍTULO XXXIX

Sobre o modo de significar da conjunção tanto o essencial mais geral quanto o subalterno mais especial.

76 A conjunção. O modo de significar essencial mais geral da conjunção é o modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades; e esse modo de significar é derivado da propriedade de conectar e unir, que está presente nas coisas extramentais. Portanto, a conjunção é a parte do discurso que significa por meio do modo de conectar duas extremidades.

77 *Os modos subalternos da conjunção.* Do modo essencial mais geral da conjunção voltemo-nos aos seus modos subalternos, por meio de suas divisões. Esse modo de conectar duas extremidades divide-se em modo de conectar duas extremidades por força e modo de conectar duas extremidades por ordem. Donato chama esses dois modos de poderes. E o poder está para a conjunção como a significação está para o advérbio. Porque, assim como a significação no advérbio consiste em um modo especial de determinar, da mesma forma o poder na conjunção consiste em um modo especial de conectar. E da mesma

speciali modo coniungendi. Et istiusmodi modus est modus coniungendi per vim, et per ordinem. Ex hoc patet, quod potestas in coniunctione non est modus significandi accidentalis, nisi pro tanto, quia est extra rationem coniunctionis simpliciter et absolute sumptae, ut dictum est de significatione in adverbio.

Coniunctio per vim (copulativa et disiunctiva). Modus significandi per modum coniungentis duo extrema per vim est modus significandi, uniendi duo extrema, quae inter se dependentiam non habent, ut duo substantia, vel duo adiectiva, vel duas orationes, inter se ordinem non habentes. Et dividitur in duos modos essenciais specialissimos. Quorum primus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema inter se, et respectu alicuius tertii. Et iste modus constituit coniunctiones copulativas. Secundus modus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema inter se, distinguendo ea respectu tertii. Et hic modus constituit coniunctiones disiunctivas, de quibus Boëtius dicit, quod coniunctio disiunctiva sentit hoc, quod ea quae coniungit, simul esse non permittit.

maneira é o modo de significar pela força e pela ordem. Disso fica claro que o poder na conjunção não é um modo de significar accidental, a não ser na medida em que é entendido fora da compreensão da conjunção de maneira simples e absoluta, como foi dito da significação do verbo.

A conjunção por força (copulativa e disiunctiva). O modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades por força é o modo de significar, de unir, duas extremidades que não possuem dependência entre si, como dois substantivos, dois adjetivos ou duas orações que não possuem ordem entre si. E divide-se em dois modos essenciais mais especiais, o primeiro dos quais é o modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades entre si com respeito a um terceiro. E esse modo constitui as conjunções copulativas. O segundo é o modo de significar pelo modo de conectar duas extremidades entre si, distinguindo-as de um terceiro. E esse modo constitui as conjunções disiunctivas, sobre as quais Boécio disse que a conjunção disiunctiva é entendida como aquela que não permite que as coisas que conecta existam simultaneamente.

Coniunctio per ordinem (causalis, rationalis et expletiva). Item modus significandi per modum coniungentis duo extrema secundum ordinem est modus unientis duo extrema per ordinem inclinata. Et dividitur in duos modos essentielles specialissimos, quorum primus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema secundum ordinem ex parte ante se tenentia. Et hic modus constituit coniunctiones causales, quae se tenent ex parte antecedentis, quod est causa consequentis, dicendo sic: *Socrates currit; ergo movetur.* Secundus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema secundum ordinem ex parte consequentis se habentia. Et hic modus constituit coniunctiones racionales; et bene racionales dicuntur, quia magis se tenent ad partem consequentis, cuius ratio dependet ab antecedente, ut dicendo: *terra interponitur inter solem et lunam; ergo luna eclipsatur.*

78 Et est notandum, quod quaedam coniunctiones dicuntur expletivae, quae secundum veritatem non sunt coniunctiones, quia non coniungunt, sed tantum coniuncta ornant, et in sermone non sumuntur propter

A conjunção por ordem (causal, racional ou expletiva). O modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades de acordo com a ordem é o modo de unir duas extremidades que se inclinam à ordem. E divide-se em dois modos mais essenciais especiais, dos quais o primeiro é o modo de significar pelo modo de conectar duas extremidades segundo a ordem da parte antecedente do discurso. E esse modo constitui as conjunções causais, que se posicionam da parte do antecedente, que é a causa da consequente, como quando se diz: *Socrates currit; ergo movetur* (“Sócrates corre; logo, move-se”). O segundo é o modo de significar pelo modo de conectar duas extremidades segundo a ordem da parte consequente. E esse modo constitui as conjunções racionais e é apropriado que se chamem de racionais, porque estão mais concentradas na parte consequente, cujo entendimento depende da antecedente, como quando se diz: *terra interponitur inter solem et lunam; ergo luna eclipsatur* (“A terra interpõe-se entre o sol e a lua; logo, a lua eclipsa-se”).

78 Deve-se observar que algumas conjunções são chamadas de expletivas, as quais, na verdade, não são conjunções, porque não conjugam, mas apenas ornam as coisas conectadas e não estão no discurso por necessidade, mas apenas como

necessitatem, sed propter ornatum. Si autem eas coniunctiones expletivas volumus includere in speciebus coniunctionis, hoc modo sufficientiam harum specierum sumamus: omnis coniunctio aut coniungit duo extrema, aut duo extrema coniuncta ornat. Si coniungit, hoc est dupliciter: aut per vim, aut per ordinem. Si per vim, hoc est dupliciter: aut coniungit aliquid inter se et respectu tertii, et sic sunt coniunctivae; aut coniungit aliquid inter se, distinguendo respectu tertii, et sic sunt coniunctiones disiunctivae. Si per ordinem, hoc est dupliciter: aut coniunctio se tenet ex parte antecedentis, et sic sunt causales; aut magis ad consequens, et sic sunt racionales. Si autem coniunctio extrema non coniungit, sed coniuncta adornat, sic tunc sunt coniunctiones expletivae, quia extra plenum sensum orationis sunt positae.

Et si patet, quod sicut modus significandi essentialis generalissimus dividitur in duos modos speciales, ad specialissimos descendendo, sic dividitur coniunctio simpliciter sumpta in coniunctionem coniungentem per vim, et coniunctionem per ordinem. Coniunctio per vim coniungens dividitur in coniunctionem copulativam, et disiunctivam. Item coniunctio

ornamento. Mas se quisermos incluir essas conjunções expletivas entre os tipos de conjunção, façamos um resumo dos tipos possíveis de conjunção desta maneira: toda a conjunção ou conecta duas extremidades ou serve de ornamento para duas extremidades conectadas. Quando conecta, o faz de duas maneiras: ou por força ou por ordem. Se por força, é dupla: ou conecta algo entre si com respeito a um terceiro e é assim conjuntiva, ou conecta algo entre si fazendo distinção a um terceiro e é assim disjuntiva. Se por ordem, é dupla: ou a conjunção relaciona-se com a parte antecedente e é assim causal ou a conjunção direciona-se mais para a parte consequente e é assim racional. Todavia, se a conjunção não conecta as extremidades, mas adorna os conectados, é assim uma conjunção expletiva, porque é colocada além do sentido completo do discurso.

E fica claro que, da mesma maneira que o modo de significar mais geral divide-se em dois modos especiais, que se subdividem em mais especiais, da mesma forma a conjunção se divide, entendida de maneira simples, em conjunção que conecta por força e conjunção que conecta por ordem. A conjunção que conecta por força se divide em conjunção copulativa e disjuntiva. Igualmente, a conjunção que conecta por

coniungens per ordinem dividitur in coniunctionem causalem et rationalem.

CAPUT XL

De modis significandi accidentalibus coniunctionis.

79 *Modi accidentales tres.* Consequenter de modis significandi accidentalibus coniunctionis videamus; qui sunt tres, scilicet, species, figura et ordo. De specie et figura in coniunctione idem sicut in nomine dicendum est: ab eisdem enim proprietatibus sumuntur utrobique. Ordo in coniunctione sumitur ab ordine in rebus ab extra.

Est enim ordo in coniunctione modus significandi activus, quo mediante coniunctio ordinem extremorum consignificat; ratione cuius ordinis aut coniunctio praeponitur tantum, aut postponitur, aut indifferentem praeponitur et postponitur extremis coniunctis. Et sic patent modi significandi coniunctionis qui sunt, et quot sunt, et unde orientantur.

ordem se divide em conjunção causal e racional.

CAPÍTULO XL

Sobre os modos de significar accidentais da conjunção.

79 *Três modos accidentais.* A seguir, vejamos os modos de significar accidentais da conjunção, que são três, a saber, a espécie, a forma e a ordem. Sobre a espécie e a forma deve-se dizer a mesma coisa que se disse sobre o nome, pois ambos derivam-se das mesmas propriedades. A ordem na conjunção deriva-se da ordem nas coisas extramentais.

A ordem é, de fato, um modo de significar ativo na conjunção, mediante o qual a conjunção cossignifica a ordem das extremidades. De acordo com essa ordem a conjunção ou é anteposta ou é posposta ou é, indiferentemente, anteposta ou posposta às extremidades conectadas. E ficam assim expostos os modos de significar da conjunção: quais e quantos são e de onde se originam.

CAPUT XLI

De modo significandi essentiali generalissimo praepositionis.

80 *Praepositio.* Modus significandi essentialis generalissimus praepositionis est modus significandi per modum adiacentis alteri casuali ipsum contrahens, et ad actum retorquens. Et iste modus praepositionis sumitur a proprietate determinationis, et coarctationis in rebus.

Est est notandum, quod praepositio non est inventa propter verba vehementis transitionis, ut quidam dicunt; hoc enim non videtur grammaticè dictum, cum grammaticus velocem vel tardam transitionem non consideret. Item quaedam verba praepositiones exigunt, quae tamen nullam habent transitionem, nec velocem, nec tardam, ut dicendo, *sum in domo*. Item dicendo, *annulus ex auro*; illud nomen *annulus* exigit praepositionem, non tamen ullam transitionem habet, ut patet de se.

Unde dicendum est, quod praepositio inventa est finaliter propter casuale, non quodcumque, sed quod est accusativus, et ablativus. Nam, sicuti

CAPÍTULO XLI

Sobre o modo de significar essencial mais geral da preposição

80 *A preposição.* O modo de significar essencial mais geral da preposição é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro casual, restringindo-o e redirecionando-o.¹³⁶ Esse modo da preposição é derivado da propriedade da determinação e da restrição nas coisas.

Observe-se que a preposição não é encontrada por causa de verbos de transição violenta, como alguns dizem. De fato, isso não parece ser gramaticalmente possível de dizer, porque o gramático desconsidera a transição lenta ou a veloz. Também existem alguns verbos que exigem preposições, embora não tenham nenhuma transição, nem veloz nem lenta, como quando se diz: *sum in domo* (“Estou em casa”). Da mesma forma, em *annulus ex auro* (“anel de ouro”), o nome *annulus* (“anel”), exige preposição, embora não possua nenhuma transição, como fica autoevidente.

Por isso, explica-se que a preposição é encontrada como causa final em vista do caso, mas não qualquer caso: apenas o acusativo e o ablativo. Porque, assim como

dictum est de nomine, quod accusativus est modus significandi *ut quem*, contrahibilis per modum *ut ad quem*, *in quem*, *prope quem*, et *iuxta quem*, et sic de aliis; similiter ablativus est modus significandi per modum *ut quo*, contrahibilis *ut a quo*, et *in quo*, et *sine quo*, et huiusmodi; talis autem coarctatio casualis fit per praepositiones accusativo casui, vel ablativo deservientes; unde praepositio inventa est, ut primo modum casualem contrahat et coarctet; et deinde casualem ad actum reducat. Per hoc enim quod praepositio casuale coarctat et contrahit, praepositio casuale ad actum reducit, et sufficienter disponit, ut cum actu construatur et sumatur. Hic sumitur actus pro constructibili dependenti ad casuale, non enim dependens ad casuale, mediante praepositione, semper est actus, licet ut frequenter.

81 *Definitio praepositionis.* Est ergo praepositio pars orationis, significans per modum adiacentis alteri casuali, ipsum contrahens, et ad actum reducens, etc.

foi discutido sobre o nome, que o acusativo é o modo de significar *ut quem* (“enquanto término de uma ação”), que é restringível por meio dos modos *ad quem* (“a que/m”), *in quem* (“na direção de/contra que/m”), *prope quem* (“próximo a/perto de que/m”) e *iuxta quem* (“junto de que/m”) e assim por diante; da mesma forma, o ablativo é o modo de significar pelo modo *ut quo* (“enquanto ‘com/em/por que/m’”), que é restringível como *ut a quo* (“por meio de que/m”), *in quo* (“em que/m”), *sine quo* (“sem que/m”) e assim por diante. Essa determinação casual se faz por meio de preposições que são regidas pelo caso ablativo ou acusativo. Por isso, a preposição é entendida como primeiramente restringindo e unindo o modo casual e, depois, reduzindo o casual à ação. Por meio dessa restrição e união, a preposição reduz o casual à ação, dispondo-o suficientemente para ser construído e entendido com a ação. Entenda-se essa ação nos construtíveis que dependem de um casual: a ação, na verdade, não é sempre dependente de um casual por meio de uma preposição, embora frequentemente.

81 *Definição da preposição.* Portanto, a preposição é a parte do discurso que significa por meio do modo de aderir ao outro casual, restringindo-o e reduzindo-o à ação, etc.

CAPUT XLII

De modis significandi tam subalternis, quam specialissimis praepositionis.

82 *Praepositionis divisio.* Sub hoc autem modo generalissimo praepositionis, ad modos subalternos per quamdam divisionem descendamus. Dividitur autem iste modus generalissimus praepositionis in tres modos subalternos: quorum primus est modus significandi per modum contrahentis et retorquentis accusativum tantum. Secundus modus est modus significandi per modum contrahentis et retorquentis ablativum tantum. Tertius modus est modus significandi per modum contrahentis et retorquentis accusativum et ablativum, scilicet, utrumque indifferenter.

Et hos tres modos essentielles subalternos vocat Donatus casum praepositionis. Et habet se similiter casus in praepositione, sicut significatio in adverbio, et potestas in coniunctione. Nam sicut significatio in adverbio consistit in modo speciali determinandi, et potestas in coniunctione in speciali modo coniungendi, sic casus in praepositione

CAPÍTULO XLII

Sobre os modos de significar da preposição, tanto os subalternos quanto os mais especiais

82 *A classificação da preposição.* Do modo mais geral da preposição voltemo-nos aos seus modos subalternos por meio de uma classificação. O modo de significar mais geral da preposição divide-se em três modos subalternos. O primeiro é o modo de significar por meio do modo de restringir e redirecionar apenas o acusativo. O segundo é o modo de significar por meio do modo de restringir e de redirecionar apenas o ablativo. O terceiro é o modo de significar por meio do modo de restringir e redirecionar tanto o acusativo quanto o ablativo indiferentemente.¹³⁷

Donato chama esses três modos essenciais subalternos de caso da preposição. E o caso está para a preposição como a significação está para o advérbio e o poder está para a conjunção. Porque, assim como a significação no advérbio consiste em um modo especial de determinar e o poder, na conjunção, em um modo especial de conectar, o caso, na preposição, consiste em um modo especial de restringir e de

consistit in speciali modo contrahendi et retorquendi. Et hoc tripliciter variatur, ut dictum est; et ex hoc patet, quod casus non est accidens praepositionis, nisi secundum quod dictum est de significatione in adverbio, et de potestate in coniunctione.

Item, primus modus significandi, scilicet, per modum contrahentis accusativum, dividitur in triginta modos specialissimos, triginta species specialissimas praepositionis constituentes, quae sunt *apud*, *ante*, etc. quae diversos habent modos contrahendi casuale, licet in his non inveniatur pluralitas individuorum, sed quot sunt species, tot sunt individua.

Secundus modus significandi, scilicet, modus contrahentis ablativum tantum, subdividitur in quindecim modos specialissimos, quindecim species specialissimas praepositionis constituentes; quae sunt, *a*, *ab*, *absque*, etc. De quibus idem est dicendum sicut prius.

Tertius modus significandi, scilicet, per modum contrahentis utrumque casuale, subdividitur in quatuor modos specialissimos, quattuor species praepositionis constituentes, quae

redirecionar. E este varia de três maneiras, como já foi dito. Assim, fica claro que o caso não é um acidente da preposição, a não ser da mesma forma em que a significação o é para o advérbio e o poder o é para a conjunção, como foi discutido anteriormente.

O primeiro modo de significar, a saber, o modo de restringir o acusativo, divide-se em trinta modos mais especiais, que se constituem de trinta espécies de preposições, tais como *apud* (“junto de/perto de/na presença de”), *ante* (“diante/antes/adiante”), etc., que têm diversos modos de restringir o caso, embora nelas não se encontre uma pluralidade de indivíduos, mas o número de espécies é igual ao de indivíduos.

O segundo modo de significar, a saber, o modo de restringir apenas o ablativo, subdivide-se em quinze modos mais especiais, que se constituem de quinze espécies mais especiais de preposição, as quais são *a*, *ab* (“de”, “desde”, “a partir de”), *absque* (“sem”, “exceto”), etc. Sobre as quais deve-se dizer o mesmo que foi dito anteriormente.

O terceiro modo de significar, a saber, o modo de restringir ambos os casuais, subdivide-se em quatro modos especiais, que se subdividem em quatro espécies de preposição, as quais são: *in* (“em”), *sub*

sunt, *in*, *sub*, *super*, et *subter*.

Et sic patet, quod sicut modus significandi essentialis generalissimus praepositionis dividitur in modos subalternos, ad specialissimos descendendo, sic praepositio simpliciter sumpta dividitur in praepositiones deservientes accusativo tantum, et in praepositiones deservientes ablativo tantum, et in praepositiones deservientes utriusque.

Item praepositiones deservientes accusativo tantum dividuntur in triginta species; et praepositiones deservientes ablativo tantum in quindecim species; et praepositiones deservientes utriusque in quattuor species, de quibus omnibus visum est.

83 *Praepositionis etymologia.*

Notandum, quod cum praepositio dicatur a praeponendo, quod secundum grammaticos dicitur praeponi orationis dupliciter: uno modo per appositionem, cum praepositio servat sibi vim divisionis, et manet praepositio per eius modum significandi essentialis generalissimum. Et haec est vera praepositio, et ab aliis partibus orationis distincta. Alio modo praeponitur

(“sob”), *super* (“sobre”) e *subter* (“abaixo de”).

Fica, assim, esclarecido que, da mesma forma que o modo de significar essencial mais geral da preposição divide-se em modos subalternos que se subdividem em modos mais especiais, da mesma forma a preposição, entendida de maneira simples, subdivide-se em preposições que são regidas apenas pelo acusativo ou apenas pelo ablativo ou por ambos.

Da mesma maneira, as preposições que são regidas apenas pelo acusativo dividem-se em trinta espécies; as preposições que são regidas apenas pelo ablativo, em quinze; as preposições que são regidas por ambos, em quatro, sobre todas as quais já se discutiu.

83 A etimologia de preposição. Deve-se observar que a preposição é assim chamada por se antepor, porque, segundo os gramáticos, ela se antepõe às partes do discurso de duas maneiras: por aposição, quando a preposição conserva-se na força da separação, e permanece uma preposição por meio de seu modo de significar essencial mais geral. E essa é a verdadeira preposição e distingue-se das outras partes do discurso. Ou, a preposição antepõe-se às partes do discurso por meio da

partibus orationis per compositionem; tunc non manet per se dictio, nec pars orationis; sed cadit in vim dictionis, cum qua componitur; et tunc praepositio non retrahit, nec retorquet, sed complet, aut mutat, aut minuit. Praepositio autem dupliciter componitur cum partibus: uno modo separabiliter, ita quod praeter compositionem potest dictionibus adiungi, et a dictionibus separari, et sub proprio modo stare. Alio modo inseparabiliter; et sic non meretur dici praepositio, nisi valde improprie, propter quamdam similitudinem, quam habet cum praepositione in compositione. Nam sicut praepositio in compositione complet, aut mutat, aut minuit, sic etiam istae, ut *distraho*, *reprobo*, *regredior*, et huiusmodi.

Et ultimo est notandum, quod praepositiones in compositione non sunt verae praepositiones, quia per se nihil significant, cum non sint per se dictiones, nec etiam per se modum significandi habent; sed adduntur aliis dictionibus tamquam syllabicae adiectiones, ut *met*, *pte* et huiusmodi. Quare autem habitudo vel circumstantia causarum attribuitur praepositioni, hoc magis fortasse ex significatione constructibilium

composição e então não se mantém como uma palavra independente nem como uma parte do discurso, mas fica sob influência da força da palavra com que se compõe e, dessa forma, não restringe nem redireciona, mas completa, muda ou diminui. Ora, a preposição pode ser composta de duas maneiras: separadamente, podendo, assim, ser adicionada às palavras na composição, ou ficando separada das palavras e sob seu próprio modo, inseparavelmente, e, dessa forma, não deve ser chamada de preposição, a não ser de maneira muito imprópria e por certa semelhança com a preposição na composição, porque, da mesma maneira que uma preposição em uma composição, ela completa, muda ou diminui, como no caso destas: *distraho* (“desuno”), *reprobo* (“reprovo”), *regredior* (“retrocedo”), e de outras desse tipo.

E, por último, deve-se observar que as preposições nas composições não são verdadeiras preposições, porque, por si mesmas, não significam nada, uma vez que não são palavras independentes, nem têm modo de significar, mas adicionam-se a outras palavras como acréscimos silábicos, como *met*,¹³⁸ *pte*¹³⁹ e outros desse tipo. O motivo por que se atribui à preposição o hábito ou a circunstância causal, talvez derive-se da significação das extremidades dos construtíveis. Porque, se a preposição é

extremorum elicitur. Nam praepositio extra compositionem, si per se proferatur, nulla circumstantia causarum per eam exprimitur, nec de vi vocis, nec de vi significati, nec de vi alterius modi significandi. Et sic patent modi significandi praepositionis, qui sunt, et quot sunt, et a quibus proprietatibus sumantur.

CAPUT XLIII

De modo significandi essentiali generalissimo interiectionis.

84 *Interiectio.* Modus significandi essentialis generalissimus interiectionis est modus significandi per modum determinantis alterum, quod est verbum, vel participium, affectiones animi repraesentans. Nam cum anima afficitur motu doloris, gaudii, metus, et huiusmodi, hoc per interiectiones exprimitur. Unde interiectio determinat verbum, vel participium, non simpliciter, sed in comparatione ad animam, eius affectum exprimens.

Interiectio ergo est pars orationis significans per modum determinantis alterum, quod est verbum, vel participium, affectus vel motus animae repraesentans. Et hoc voluit Donatus significare, cum dixit, quod interiectio

proferida fora da composição, isoladamente, nenhuma circunstância causal exprime-se por meio dela, nem por força de voz, nem por força de significado, nem por força de outro modo de significar. E assim ficam expostos os modos de significar da preposição, quais são e quantos são e de que propriedades se derivam.

CAPÍTULO XLIII

Sobre o modo de significar essencial mais geral da interjeição

84 *A interjeição.* O modo de significar mais geral da interjeição é o modo de significar pelo modo de determinar o outro, que é um verbo ou participio, ao representar os estados da alma. Porque, quando a alma é afetada por um movimento de dor, alegria, medo ou outros desse tipo, isso é exprimido pela interjeição. Daí que a interjeição determine o verbo ou o participio não de maneira simples, mas em analogia à alma, expressando seu estado.

A interjeição é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de determinar o outro, que é o verbo ou o participio, ao representar o estado ou o movimento da alma. E foi isso que Donato quis dizer quando declarou que a interjeição

est pars orationis significans mentis affectum, voce incognita; id est, conceptum mentis sub voce non deliberata, sed quasi abrupte prolata.

CAPUT XLIV

De modis significandi specialissimis, et de sufficientia divisionis interiectionis.

85 *Interiectionis divisio.* Sub hoc modo essentiali generalissimo interiectionis, ad modos specialissimos descendamus. Dividitur autem ille modus in quatuor modos speciales.

Primus est modus significandi interiectionis per modum determinantis alterum, motum doloris, vel tristitiae in anima repraesentans. Et iste modus constituit interiectionem doloris, ut *heu*. Secundus modus est modus significandi per modum determinantis alterum, motum gaudii vel laetitiae in anima repraesentans. Et iste modus constituit interiectionem laetitiae, ut *evax*, et huiusmodi. Tertius modus est modus significandi per modum determinantis alterum, motum admirationis in anima repraesentans. Et hic modus constituit interiectionem admirationis, ut *papae*, et huiusmodi. Quartus modus est modus significandi

é a parte do discurso que significa o estado da mente com um som incognoscível, i.e., um conceito da mente sob um som não deliberado, proferido como que abruptamente.

CAPÍTULO XLIV

Sobre os modos mais especiais e a classificação adequada da interjeição

85 *Divisão da interjeição.* Desse modo mais geral da interjeição voltemo-nos aos seus modos mais especiais. Esse modo pode ser dividido em quatro modos especiais.

O primeiro modo de significar da interjeição é o modo de determinar o outro pelo movimento da dor ou da tristeza que a alma apresenta. E esse modo constitui a interjeição de dor, como *heu* (“Ai!”). O segundo modo é o modo de determinar o outro pelo movimento do prazer ou da alegria na alma. E esse modo constitui a interjeição da alegria que a alma apresenta, como *evax* (“Bravo!”) e outros desse tipo. O terceiro modo é o modo de significar pelo modo de determinar o outro pelo movimento da admiração que a alma apresenta. E esse modo constitui a interjeição de admiração, como *papae* (“Cáspite!”), e outras como essa. O quarto modo é o modo de significar o outro pelo movimento do terror ou do medo

per modum determinantis alterum, motum terroris, vel metum repraesentans. Et iste modus constituit interiectiones metus, ut *deeh*, *at*, et similia.

Et hos quattuor modos specialissimos essentials interiectionis Donatus sub significatione comprehendit; et habet eodem modo se significatio ad interiectionem, sicut significatio ad adverbium, et potestas ad coniunctionem, et casus ad praepositionem. Sicut enim significatio in adverbio consistit in speciali modo determinandi, et potestas in coniunctione in speciali modo coniungendi, et casus in praepositione in speciali modo contrahendi; sic significatio interiectionis consistit in speciali modo determinandi, specialem motum in anima repraesentans. Et hoc consistit in quatuor modis, ut visum est. Et ideo significatio non est accidens interiectionis, nisi sicut visum est de aliis.

86 Sufficientia istarum specierum sic potest accipi: cum interiectio determinat verbum, et exprimit motus et affectiones in anima, potest ergo anima moveri circa convenientia, vel circa non convenientia, vel circa medio modo se habentia. Si circa

que a alma apresenta. E esse modo constitui as interjeições do medo, como *deeh*, *at*¹⁴⁰ e outras similares.

Donato incluiu esses modos essenciais mais especiais da interjeição na significação. E a significação está para a interjeição da mesma forma que a significação está para o advérbio, o poder para a conjunção e o caso para a preposição. Pois, assim como a significação no advérbio consiste em um modo especial de determinar e o poder na conjunção em um modo especial de conectar e o caso na preposição em um modo especial de restringir, da mesma forma, a significação da interjeição consiste em um modo especial de determinar que representa um movimento especial na alma. E consiste em quatro modos, como foi visto. Portanto, a significação não é um acidente da interjeição, a não ser no sentido que já foi visto.

86 A explicação adequada dessas espécies pode ser entendida assim: quando a interjeição determina o verbo e exprime os movimentos e os estados na alma, a alma pode ser movida acerca do apropriado ou do inapropriado ou de um termo médio entre os dois. Se são acerca do apropriado, são,

convenientia, sic sunt interiectiones laetitiae; si circa non convenientia, hoc est dupliciter; vel cadunt sub tempus praesens, et sic sunt interiectiones doloris; vel sub futurum, et sic sunt interiectiones metus, quia de praesenti dolemus, et de future timemus; si autem anima afficitur circa medio modo se habentia, sic sunt interiectiones admirationis.

Notandum ergo est, quod interiectiones, et aliae partes indeclinabiles, non tot modos significandi habent, quot partes declinabiles, quia significatum partium indeclinabilium paucis subsistit proprietatibus, sed significatio partium declinabilium multis: ideo pauciores sunt modi significandi partibus indeclinabilibus, quam declinabilibus. Et sic patet modi significandi interiectionis, qui sunt, et quot sunt, et unde orientur.

87 Et haec de modis significandi essentialibus et accidentalibus octo partium orationis, prout ad etymologiam spectant, dicta sufficient.

assim, interjeições de alegria. Se são acerca do inapropriado, são de dois tipos: ou caem no tempo presente e são, assim, interjeições de dor; ou no futuro e são, assim, interjeições de medo. Porque, sobre o presente, sofremos e, sobre o futuro, tememos. Se, no entanto, a alma comove-se de uma maneira intermediária, surgem as interjeições de admiração.

É necessário observar que as interjeições e as outras partes indeclináveis não possuem a mesma quantidade de modos de significar que as partes declináveis, porque o significado das partes indeclináveis subsiste com poucas propriedades, mas a significação das partes declináveis com muitas. Por isso, existem menos modos de significar nas partes indeclináveis do que nas declináveis. E ficam assim esclarecidos os modos de significar da interjeição: quantos e quais são e de onde se originam.

87 E o que foi dito sobre os modos de significar essenciais e accidentais das oito partes do discurso, do ponto de vista do estudo das palavras, é o suficiente.

CAPUT XLV

De tribus passionibus octo partium orationis in generali.

88 *Orationis passiones.* Habito de modis significandi octo partium orationis, sub ratione, qua sunt principium formale partium sermonis, secundum quem modum pertinent ad etymologiam, consequenter de ipsis dicamus prout sunt principium efficiens intrinsecum constructionis, et aliarum passionum sermonis, secundum quem modum pertinent ad diasyntheticam; et hoc nihil aliud est, quam applicare eos ad constructionem, congruitatem, et perfectionem, ostendendo qui modi significandi, quarum constructionum, congruitatum, perfectionum, sunt principia. De his ergo tribus passionibus determinemus.

89 *Principia constructionis.* Primo earum principia in generali videamus. Sunt autem quatuor principia essentialia construendi sermonem congrue et perfecte, scilicet, materiale, formale, efficiens, et finale

Materiale. Principium materiale construendi sunt constructibilia; quia sicut se habet subiectum ad accidens,

CAPÍTULO XLV

*Sobre as três disposições das oito partes do discurso em geral*¹⁴¹

88 *As disposições do discurso.* Tendo discutido, do ponto de vista do estudo das palavras, a respeito dos modos de significar das oito partes do discurso enquanto princípio formal das partes do discurso, discutamos, a seguir, sobre os mesmos modos enquanto princípio eficiente intrínseco da construção e sobre as outras disposições do discurso conforme a sintaxe. E isso nada mais é que aplicar esses modos à construção, à gramaticalidade e à completude, mostrando quais deles são princípios de que construções, gramaticalidades e completudes. Sendo assim, determinemos essas três disposições.

89 *Os princípios da construção.* Primeiramente, vejamos quais são esses princípios de um modo geral: os princípios essenciais para a construção de um discurso gramatical e completo são quatro, a saber: o material, o formal, o eficiente e o final.

Material. O princípio material da construção são os construtíveis, porque, assim como o sujeito está para o acidente, da mesma

sic se habent constructibilia ad constructionem: sed subiectum est materia accidentis, nam accidens non habet materiam ex qua, sed in qua; ergo constructibilia sunt materia constructionis. Et unius constructionis non sunt plura, vel pauciora duobus; quia, ut patebit, constructio causatur ex dependentia unius constructibilis ad alterum: sed una dependentia non est nisi duorum, scilicet, dependentis, et determinantis; ergo unius constructionis non sunt nisi duo constructibilia principalia, scilicet, dependens, et terminans.

Et ex hoc patet error dicentium hanc constructionem esse unam: *homo albus currit bene*. Nam hic sunt diversa dependentia: una, qua adiectivum dependet ad substantivum: alia, qua verbum dependet ad suppositum: tertia, qua determinans dependet ad determinabile; ergo non erit hic una constructio. Similiter cum dicitur: *Socrates percutit Platonem*: hic propter diversas dependentias verbi ad suppositum ante se, et ad obliquum post se, non potest esse una constructio, ut de se patet.

forma os construtíveis estão para a construção. Mas o sujeito é a matéria do acidente, porque o acidente não tem matéria “de que”, mas “em que”. Portanto, os construtíveis são a matéria da construção. E para uma construção não existem mais ou menos que dois construtíveis, porque, como ficará claro, a construção é causa da dependência de um construtível no outro, mas essa dependência não existe senão entre dois elementos, a saber: o dependente e o determinante. Portanto, em uma construção não existem senão dois construtíveis principais, a saber: o dependente e o determinante.

Disso fica claro o erro dos que dizem que esta construção é uma: *homo albus currit bene* (“O homem pálido corre bem”). Porque aqui existem diversas dependências: uma, em que o adjetivo depende do substantivo; outra, em que o verbo depende do sujeito; uma terceira, em que o determinante depende do determinável. Portanto, não haverá aqui uma única construção. Da mesma maneira, quando se diz: *Socrates percutit Platonem* (“Sócrates bate em Platão”), por causa das diversas dependências do verbo para com o sujeito, antes de si, e para com o objeto, depois de si, não pode haver uma única construção, como fica autoevidente.

Formale. Principium formale constructionis est unio constructibilium; hoc enim est forma rei, per quod res habet esse: sed constructio habet esse per constructibilium unionem; ergo constructibilium unio est forma constructinis.

Efficiens. (intrinsicum, extrinsicum). Principium efficiens constructionis est duplex, scilicet, extrinsicum, et intrinsicum. Intrinsicum sunt modi significandi respectivi, ratione quorum vel unum constructibile est ad alterum dependens, vel alterius dependentiam determinans; a quibus modis significandi respectivis abstrahuntur duo modi significandi generales, scilicet, modus dependendi in uno constructibili, et modus dependentiam terminans in altero constructibili.

Et hi modi significandi dicuntur efficere constructionem, pro tanto, quia praeparant et disponunt constructibilia ad actualement unionem, quae fit per intellectum; licet quaedam magis remote, et quaedam magis propinque, ut patebit in sequentibus. Et dicuntur modi significandi principium intrinsicum, quasi inter constructibilia manentes.

Sed principium efficiens extrinsicum est intellectus, qui constructibilia per

Formal. O princípio formal da construção é a união dos construtíveis. A coisa tem o ser a partir de sua forma: a construção tem o ser pela união dos construtíveis. Portanto, a união dos construtíveis é a forma da construção.

Eficiente. (intrínseco, extrínseco). O princípio eficiente da construção é duplo, a saber, extrínseco e intrínseco. O intrínseco são os modos de significar respectivos por meio de que um construtível depende ou determina a dependência de outro. Dois modos de significar gerais podem ser abstraídos desses modos de significar respectivos, a saber: o modo de depender de um construtível e o modo que determina a dependência em outro construtível.

E é dito que esses modos produzem uma construção, porque preparam e predispõem os construtíveis para a união ativa, que é feita pelo intelecto, embora alguns mais remotamente e outros mais de perto, como ficará claro a seguir. E esses modos de significar são chamados de princípio intrínseco porque como que permanecem entre os construtíveis.

Por outro lado, o princípio eficiente extrínseco é o intelecto, que une em ato, na

modos significandi disposita et praeparata actu unit in constructione et sermone. Constructibilia enim, qualitercumque summe disponantur ad unionem per suos modos significandi, nunquam tamen unum constructibile actu se alteri unit; sed hoc fit per intellectum, ut dictum est. Et dicitur intellectus principium extrinsecum, quasi extra constructibilia manens.

Finale. Principium finale est expressio mentis conceptus compositi. Quia, ut dicitur *V Metaph. Text 21*, finis est, gratia cuius aliquid fit: sed constructio partium orationis fit gratia expressionis mentis conceptus compositi; ergo expressio mentis conceptus compositae est finis constructionis. Unde Philosophus *I Peri. Cap. 1* dicit, quod ea quae sunt in voce, id est, voces significativae in prolatione, quales sunt orationes grammaticae, sunt notae passionum earum, quae sunt in anima: scilicet signa conceptus mentis, vel animae: signum autem est finaliter propter significatum; ergo constructio vel oratio in grammatica est finaliter propter exprimendum mentis conceptum.

construção e no discurso, os construtíveis dispostos e preparados pelos modos de significar. Os construtentes, na verdade, não importa o quanto estejam maximamente dispostos para a união por meio de seus modos de significar, nunca se unem um ao outro em ato por si mesmos, porque isso só é feito por meio do intelecto, como já foi dito. E o intelecto é chamado de princípio extrínseco porque como que permanece fora dos construtíveis.

Final. O princípio final é a expressão de um conceito composto da mente. Porque, como consta no texto 21 do livro X da *Metafísica*, o fim é para o que alguma coisa é feita:¹⁴² a construção das partes da oração é feita para a expressão de um conceito composto da mente. Portanto, a expressão de um conceito composto da mente é o fim da construção. Por isso, Aristóteles diz no primeiro capítulo do primeiro livro do *Da interpretação*,¹⁴³ que as coisas que estão em palavras, i.e., as palavras na proferição, que são as sentenças gramaticais, são indícios dos estados das coisas que estão na alma, a saber: sinais de um conceito da mente ou da alma. A finalidade de um sinal é seu significado. A finalidade de uma construção ou sentença na gramática é a expressão de um conceito da mente.

CAPUT XLVI

De natura constructionis in se, via definitionis.

90 *Constructionis definitio.*
Consequenter videamus de istis tribus passionibus in speciali; et primo de constructione, secundo de congruitate, et tertio de perfectione, quia constructio est potior congruitate, et congruitas prior perfectione, ut patebit.

Ad cognoscendum naturam constructionis in se, et in suis partibus subiectivis, notandum est, quod constructio est quoddam incomplexum univocum. Secundum autem Boëtium, incomplexum univocum habet duplicem cognitionem, scilicet, per definitionem, qua res cognoscitur secundum sui esse; et per divisionem, qua res cognoscitur secundum sui posse. Ad definitionem ergo constructionis, et ad eius divisionem procedamus. Definitur ergo constructio sic: constructio est constructibilium unio, ex modis significandi, et intellectus causata, ad exprimendum mentis conceptum compositum finaliter adinventum.

Ad cuius intellectum est notandum, quod definitio dat causam innotescendi et cognoscendi rem, ut VI *Topicorum*, Cap. 1. Sed res cognoscitur per suas

CAPÍTULO XLVI

Sobre a natureza da construção em si por meio da definição

90 A definição de construção. Em seguida, vejamos essas três disposições de maneira específica: em primeiro lugar, a construção; em segundo, a gramaticalidade; em terceiro, a completude. Como ficará claro, a construção vem antes da gramaticalidade e esta antes da completude.

Para saber a natureza da construção em si e em suas partes subordinadas é necessário observar que a construção é algo completo e unívoco. Segundo Boécio, algo completo e unívoco pode ser entendido de duas maneiras, a saber: por uma definição, em que se conhece uma coisa segundo sua essência; por uma classificação, em que se conhece uma coisa potencialmente. Portanto, definiremos e classificaremos a construção. E assim se define a construção: a construção é a união dos construtíveis, por meio dos modos de significar, causada pelo intelecto, como um expediente cuja finalidade é exprimir um conceito composto da mente.

Para o entendimento disso é necessário observar que a definição torna a coisa manifesta e conhecida, segundo o primeiro capítulo do sexto livro dos *Tópicos*. Todavia,

causas, ex quibus habet esse; ergo per suas causas habet definiri. Ex hoc sequitur, quod aliquid sufficientius cognoscitur, cum per suas causas omnes cognoscitur, quam quando cognoscitur per quasdam eius causas tantum, ut patet ex intentione Philosophi VI *Metaph. Text 1* et deinceps. Sed praedicta definitio aggregat in se omnes causas constructionis; nam per *ly* (= *illam*) constructibilium tangitur causa materialis; per *ly unio*, causa formalis; per *ly ex modis significandi causata* tangitur causa efficiens intrinseca; per *ly ab intellectu causata*, causa efficiens extrinseca; per *ly ad exprimendum mentis conceptum* tangitur causa finalis; ergo dicta definitio est sufficiens.

CAPUT XLVII

De constructione in suis partibus via divisionis.

91 *Constructionis divisio.* Visa natura constructionis in se via definitionis, consequenter eius naturam videamus in suis partibus, via divisionis, secundum omnes grammaticos. Prima divisio constructionis est haec: constructionum alia transitive, alia

a coisa é conhecida por suas causas, a partir das quais tem sua essência; logo, deve ser definida por suas causas.¹⁴⁴ Disso, segue-se que qualquer coisa é mais suficientemente conhecida quando é conhecida por todas as suas causas que quando é conhecida por apenas algumas de suas causas, que é claramente o que Aristóteles quer dizer no texto 1 do livro VI da *Metafísica* e logo a seguir.¹⁴⁵ O que foi dito acima agrega em si todas as causas da construção: a causa material é atingida por meio dos construtíveis; a causa formal por meio da união; a causa eficiente intrínseca por meio dos modos de significar; a causa eficiente extrínseca por meio do intelecto; a causa final é atingida por meio da expressão de um conceito da mente. Portanto, essa definição é suficiente.

CAPÍTULO XLVII

Sobre a construção, em suas partes, por meio de sua classificação

91 *A classificação da construção.* Tendo visto a natureza da construção por meio da definição, vejamos, a seguir, em suas partes, por meio da classificação, de acordo com todos os gramáticos. A primeira distinção da construção é esta: a construção ou é transitiva ou é intransitiva. E essa

intransitiva. Et ista divisio est sufficiens, quia ad has duas differentias reducuntur omnes constructionum species. Nam retransitiva, et reciproca ad transitivam reducuntur, ut postea patebit.

Ad intellectum membrorum huius divisionis est notandum, quod in omni genere est dare primum, quod est metrum et mensura aliorum, ut scribitur *X Metaph. Com. 7*. Est ergo in genere constructibilium dare primum constructibile; et si est dare primum, etiam erit dare, secundum, quia primum et secundum sunt differentiae ordinis. Et illud est in omni constructione constructibile primum, quod post se dependet ad obliquum; illud vero secundum, quod ante se dependet ad suppositum. Illud est etiam secundum, quod dependet ad determinabile. Et ratio horum est, quia illud, quod post se dependet ad obliquum, dependet ad ipsum ut ad terminum et ultimum; quod autem ante se dependet ad suppositum dependet ad ipsum ut ad principium et ad primum; quod autem dependet ad suum determinabile dependet ad aliquid prius se; determinatio autem, et dispositio rei, est posterior ipsa re.

divisão é suficiente, porque todas as espécies de construções são redutíveis a essas duas diferenças. Porque, as bitransitivas e as reflexivas são redutíveis à transitiva, como ficará claro a seguir.

Para o entendimento dos membros dessa divisão, é necessário observar que em todo gênero deve haver um primeiro que seja o metro e a medida dos outros, como está escrito no texto e no comentário 7 do livro X da *Metafísica*.¹⁴⁶ No gênero dos construtíveis deve haver um primeiro construtível. E, se deve haver um primeiro, deve, obviamente, haver um segundo, porque o primeiro e o segundo são de ordem diferente. Em toda construção, há um construtível primeiro que depende de um oblíquo depois de si e um segundo, que depende de um suposto antes de si. De fato, o segundo é aquele que depende do suposto que está antes de si. Será segundo porque depende de um determinável. E a razão disso é que aquele que depende de um oblíquo depois de si, depende dele como término e último, e aquele que depende de um suposto, depende deste como princípio e primeiro. Ademais, aquele que depende de seu determinável, depende de algo anterior a si. Ora, a determinação e a disposição da coisa é posterior à própria coisa.

Item notandum, quod cum omnis constructio requirat duo constructibilia, oportet unum esse dependens, et alterum dependentiam terminans; quod sic probatur: quia illa duo constructibilia, ex quibus fit constructio, aut ambo dependent; aut ambo dependentiam terminant; aut unum dependet, et alterum dependentiam terminat: sed non possunt ambo dependere, quia dependens accipitur ut quid in potentia: sed ex duobus entibus in potentia non fit aliquid unum, ut dicitur VII *Metaph. Text Com. 56*; ergo ex duobus dependentibus non fit constructio. Item, si ambo dependerent, mutuo dependerent: sed quae mutuo dependent sunt simul natura; ergo talia non sunt secundum prius, et posterius ordinata; dictum est enim quod constructibilium est ordo secundum prius et posterius; ergo etc. Item, constructibilia non possunt ambo terminare, quia terminans, ut est terminans, est ens in actu: sed ex duobus entibus in actu non fit tertium; ergo non possunt ambo terminare. Relinquitur ergo, quod constructibilium unum sit dependens, alterum vero dependentiam terminans. Nam sicut ex materia et forma, quorum unum est in actu, alterum vero in potentia, fit per se compositum in natura; sic ex ratione

Igualmente, é necessário observar que, como toda construção requer dois construtíveis, convém que um seja o dependente e que o outro determine a dependência. O que se prova assim: de dois construtíveis, de que é feita uma construção, ou ambos dependem ou ambos determinam uma dependência, ou um depende e o outro determina uma dependência. Não podem ambos depender, porque o que depende é derivado de algo em potencial, mas de dois entes em potencial não se faz algo uno, como diz o texto e o comentário 56 do livro VII da *Metafísica*.¹⁴⁷ Logo, de dois dependentes não é feita uma construção. Igualmente, se ambos dependessem, dependeriam mutuamente, mas, os que dependem mutuamente são de natureza simultânea, logo, não são ordenados segundo o anterior e o posterior. Como foi dito, a ordem dos construtíveis é de tipo anterior-posterior.

Igualmente, os construtíveis não podem ambos determinar, porque o determinante, como determinante, é um ente em ato; mas, de dois entes em ato não se faz um terceiro; logo, não podem ambos determinar. Resta, portanto, que um dos construtíveis seja o dependente e o outro o determinante da dependência. Porque, assim como da matéria e da forma, das quais uma existe em ato e a outra em potência, é feito um composto na natureza, da mesma maneira,

dependendi et terminandi fit per se constructio in sermone. Illud autem constructibile est dependens, quod ratione alicuius modi significandi tantum petit vel exigit; illud vero constructibile est terminans quod ratione alicuius modi significandi tantum dat, vel concedit, etc.

92 *Constructio intransitiva et transitiva.*
Resumo ergo quod dictum est, quod in omni constructione est primum constructibile, et secundum. Aut ergo secundum dependet ad primum, aut primum dependet ad secundum, secundo per sui dependentiam a primo recedente. Si secundum dependet ad primum, sic est constructio intransitiva. Constructio ergo intransitiva est constructio, in qua secundum constructibile, per suos modos significandi, dependet ad primum; ut dicendo, *Socrates currit*, hoc verbum *currit*, quod est constructibile secundum in hac constructione, dependet ad suppositum, quod est primum constructibile. Item dicendo, *Socrates legit bene*, hoc adverbium *bene*, quod est secundum constructibile in ista constructione, dependet ad verbum, quod est primum constructibile.

por meio da dependência e da determinação, é feita uma construção no discurso. Um construtível é dependente porque, devido a algum modo de significar, apenas pede e exige. Um construtível é determinante porque, devido a algum modo de significar, apenas dá ou concede.

92 *As construções transitiva e intransitiva.*
Resumindo o que o que foi dito: em toda construção existe um primeiro e um segundo construtível. Ou o segundo depende do primeiro ou o primeiro depende do segundo, que, por ser independente, aparta-se do primeiro. Se o segundo depende do primeiro, a construção é intransitiva. Portanto, a construção é intransitiva quando o segundo construtível, por seus modos de significar, depende do primeiro. Como quando se diz *Socrates currit* (“Sócrates corre”), em que o verbo *currit* (“corre”), que é o segundo construtível da construção, depende do suposto, que é o primeiro. Igualmente, quando se diz *Socrates legit bene* (“Sócrates lê bem”), o advérbio *bene* (“bem”), que é o segundo construtível nessa construção, depende do verbo, que é o construtível primeiro.

Si autem primum constructibile dependet ad secundum, secundo non dependente ad primum, sed ad aliud a primo diversum, sic est transitiva. Constructio ergo transitiva est in qua primum constructibile, per suos modos significandi, dependet ad secundum, secundo per eius dependentiam a primo recedente, si dependens fuerit. Et dico, si dependens fuerit, quia in hac constructione quandoque constructibile dependentiam non habet, sed solum primi constructibilis dependentiam terminat; ut sic dicendo: *percutio Socratem*. Quandoque autem secundum constructibile dependentiam habet, ut sic dicendo: *video legentem librum*, hoc participium *legentem*, in ista constructione cum hoc, quod dependentiam verbi terminat ante se, quod est primum constructibile in hac oratione, etiam dependet ad obliquum post se, quod est diversum a constructibili primo.

Constructio reciproca et retransitiva. Ex istis patet, quod constructio reciproca, et retransitiva, sub transitiva continentur. Nam constructio reciproca transitiva est, ut dicendo: *Socrates diligit se*; quia hoc constructibile primum dependet ad secundum, secundo non dependente ad primum,

Se, porém, o primeiro construtível depende do segundo e este não depende do primeiro, mas de outro que não o primeiro, a construção é transitiva. Logo, a construção transitiva é aquela em que o primeiro construtível, por seus modos de significar, depende do segundo, o qual se separa do primeiro pela sua dependência, se for dependente. Digo “se for dependente” porque algumas vezes o construtível não tem dependência, mas apenas completa a dependência do primeiro construtível, como quando se diz *percutio Socratem* (“Bato em Sócrates”). Algumas vezes, porém, o segundo construtível tem uma dependência, como quando se diz *video legentem librum* (“Vejo quem lê o livro”), o participio *legentem* (“quem lê”) completa a dependência do verbo, que é o primeiro construtível da oração, mas também depende do oblíquo depois de si, que é diferente do primeiro construtível.

As construções reflexiva e bitransitiva. Disso fica claro que a construção reflexiva e a bitransitiva são classificadas como transitivas. Porque a construção reflexiva é transitiva, como em: *Socrates diligit se* (“Sócrates gosta de si”), em que o construtível primeiro depende do segundo e o segundo não depende do primeiro, mas de

sed ad aliud, si dependet. Item retransitiva est ex duobus transitivis composita, ut dicendo: *Socrates rogat me, ut diligam eum*; ideo sub transitiva continetur.

93 *Constructionis transitivae et intransitivae etymologia.* Et sciendum, quod istae duae differentiae, transitivum et intransitivum, sumuntur in constructionibus metaphoricè, id est, per quamdam similitudinem transitus realis. Nam aliquis dicitur realiter transire, quando transit de uno loco ad alium a primo diversum. Cum autem quis procedit ad aliquem terminum primum, et in isto manet, inde non divertens, tunc dicitur non transire. Sic in constructione intransitive, quia dependentia unius, id est, posterioris constructibilis, vadit ad primum, inde non transiens, ideo intransitiva dicitur, ut: *Socrates currit*; in constructione vero transitiva, dependentia posterioris non vadit ad primum, sed transit ad aliud diversum a primo, ideo transitiva merito nuncupatur.

Notandum ulterius, quod in constructione intransitiva posterius constructibile, dependens ad primum, aliquo modo nititur identificari cum eo. In constructione autem transitiva posterius constructibile non dependet

outro, se é que depende. Igualmente, uma bitransitiva é composta de duas transitivas, como quando se diz *Socrates rogat me, ut diligam eum* (“Sócrates me pede que goste dele”); logo, é classificada como transitiva.

93 *A etimologia das construções transitivas e intransitivas.* Deve-se saber que essas duas distinções, transitivo e intransitivo, são entendidas metaforicamente, i.e. por possuírem certa semelhança com a transição real.¹⁴⁸ Porque se diz que alguém realmente transitou quando se deslocou de um lugar para outro diferente do primeiro. Quando alguém avança para algum primeiro termo e nele permanece, não se apartando deste, diz-se então que não transita. É assim na construção intransitiva, porque a dependência de um, i.e. do construtível posterior, vai ao primeiro, e dali não transita, por isso é chamada de intransitiva, como em *Socrates currit* (“Sócrates corre”). Já na construção transitiva a dependência do posterior não vai ao primeiro, mas transita para outro diferente do primeiro, por isso é chamada propriamente de transitiva.

Além disso, deve-se observar que, na construção intransitiva, o construtível posterior, que depende do primeiro, de alguma maneira inclina-se a identificar-se com ele. Porém, na construção transitiva, o construtível posterior não depende do

ad primum, sed per suam dependentiam a primo recedens, aliquo modo nititur diversificari ab eo. Et inde est, quod antiqui grammatici dantes definitiones constructionis transitivae, et intransivae, dabant eas per idem, et diversum, dicentes, constructionem intransitivam esse illam, in qua constructibilia pertinent ad idem, vel tanquam ad idem videntur pertinere; constructionem autem transitivam esse illam, in qua constructibilia pertinent ad diversa, vel videntur pertinere ad diversa.

Illud autem debet intelligi modo, quo dictum est; quia pro tanto constructibilia in constructione intransitiva dicuntur pertinere ad idem, quia posterius constructibile, per suum modum significandi, dependens ad primum, aliquo modo nititur identificari cum eo. Pro tanto etiam constructibilia in constructione transitiva dicuntur pertinere ad diversa, quia posterius constructibile, per suam dependentiam a primo constructibili recedens, aliquo modo nititur diversificari cum eo, vel ab eo. Et sic patet, quid est constructio transitiva, et intransitiva, et quare sic nominatur.

primeiro, mas, afastando-se do primeiro por sua dependência, de algum modo inclina-se a diversificar-se dele. E é por isso que os gramáticos antigos, ao darem as definições de construção transitiva e intransitiva, davam-nas pelo mesmo e pelo diferente,¹⁴⁹ dizendo que a construção intransitiva é aquela em que os construtíveis pertencem, ou parecem pertencer apenas, ao mesmo, e que a construção transitiva é aquela em que os construtíveis pertencem, ou parecem pertencer apenas, a coisas diferentes.

Mas isso deve ser entendido da maneira como já foi discutido: quanto aos construtíveis na construção intransitiva, diz-se que pertencem ao mesmo, porque o construtível posterior, por seu modo de significar, depende do primeiro e, de certa forma, inclina-se a identificar-se com ele. Quanto aos construtíveis na construção transitiva, diz-se que pertencem a coisas diferentes, porque o construtível posterior, por sua dependência, ao afastar-se do primeiro, de certa forma, inclina-se a ser diferente ou apartar-se dele. E fica assim esclarecida o que é a construção transitiva e a intransitiva e porque é assim denominada.

CAPUT XLVIII

De divisione constructivis intransitivae per actus et personas, et specialiter de intransitiva actuum.

94 *Constructio intransitiva actuum et personarum.* Viso de constructione transitiva et intransitiva, consequenter descendamus ad suas species. Dividitur autem constructio intransitiva in constructionem intransitivam actuum, et constructionem intransitivam personarum. Constructio intransitiva actuum est in qua constructibile dependens, per modum actus significat, ut dicendo, *Socrates currit*. Constructio intransitiva personarum est in qua constructibile dependens significat per modum substantiae, vel quomodolibet aliter, ut dicendo: *Socrates albus currit bene*. Unde sub his ulterius descendamus.

Iuxta quod notandum est, quod cum constructio intransitiva actuum sit constructio suppositi cum apposito, et intransitiva personarum sit determinabilis cum determinatione, ideo secundum diversitatem suppositorum, et diversitatem determinantium, diversificatur constructio intransitiva actuum et personarum.

CAPÍTULO XLVIII

Sobre a classificação da construção intransitiva por atos e pessoas e especificamente sobre a intransitiva de atos

94 *A construção intransitiva de atos e de pessoas.* Após considerar a construção transitiva e a intransitiva, a seguir, voltaremos a suas espécies. A construção intransitiva divide-se em construção intransitiva de atos e de pessoas. A construção intransitiva de atos é aquela em que o construtível dependente significa pelo modo do ato, como quando se diz: *Socrates currit* (“Sócrates corre”). A construção intransitiva de pessoas é aquela em que o construtível dependente significa pelo modo da substância, ou de qualquer outra forma, como quando se diz: *Socrates albus currit bene* (“O pálido Sócrates corre bem”). A seguir, trataremos desses assuntos.

Ademais, deve-se observar que, sendo a construção intransitiva de atos uma construção de um suposto com um aposto e a intransitiva de pessoas uma construção de um determinável com sua determinação, a construção intransitiva de atos e de pessoas diversifica-se de acordo com a diversidade dos atos e das pessoas.

95 *Constructio intransitiva actuum.*
 Iuxta quod notandum, et primum de constructione intransitiva actuum, quod in omni constructione perfecta requiruntur duo extrema, secundum situm distantia, scilicet, suppositum, et appositum. Et cum appositum significet per modum distantis a supposito secundum situm, ideo supposito addi non potest sine medio. Tale autem medium est ipsa compositio, ut dictum est de verbo; et ideo compositio in huiusmodi dependentia maxime est verbo necessaria. Ex quo patet, quod omne verbum requirit suppositum, sive sit personale, sive impersonale, sive finitum, sive infinitum. Non tamen idem, sed aliud et aliud, secundum quod compositio cum modo verbi fuerit aliter et aliter contracta, modo significandi casui proportionabili.

Resumo ergo quod dictum est, quod cum constructio intransitiva actuum sit constructio suppositi cum appposito; et cum nihil supponat, nisi casus, vel habens casum, ideo secundum diversitatem casus supponentis, diversificatur constructio intransitiva actuum. Aut ergo nominativus casus supponit, ut dicendo: *Socrates currit*; aut genitivus casus supponit, ut dicendo: *Socratis interest*; aut dativus

95 *A construção intransitiva de atos.*
 Também deve ser observado, e primeiro da construção de atos, que em toda construção perfeita requerem-se dois extremos, de acordo com a sua posição de distância, a saber: o suposto e o aposto. E como o aposto significa por meio do modo da distância de posição com relação ao suposto, o aposto, por isso, não pode ser construído com o suposto sem um intermediário. Tal intermediário é a própria composição, como foi discutida a respeito do verbo, e, por essa razão, a composição nesse tipo de dependência é muito necessária ao verbo. Disso fica claro que todo verbo requer um suposto, seja pessoal, seja impessoal, seja finito, seja infinito. Porém, não o mesmo, mas de uma ou outra forma, segundo a composição com o modo do verbo e com o modo proporcional de significar do caso.

Portanto, assim resumo o que foi discutido: a construção intransitiva de atos é uma construção de suposto com aposto que não faz referência a nada além do caso, ou àquilo que tem caso. Portanto, de acordo com a diversidade dos casos denotados, diversifica-se a construção intransitiva de atos. Portanto, (uma construção transitiva de atos) faz referência: ou ao caso nominativo, como em: *Socrates currit* (“Sócrates corre”); ou ao caso genitivo, como

casus supponit, ut dicendo: *Socrati accidit*, aut accusativus supponit, ut dicendo: *Socratem legere oportet*, aut ablativus casus supponit, ut dicendo: *A Socrate legitur*. Vocativus autem supponere non potest, cum sibi ratio principii repugnet, ut visum est supra de nomine.

CAPUT XLIX

De principiis congruitatis constructionis intransitivae actuum.

96 *Congruitatis principia sex*

Nominativi. Principia congruitatis circa singulas partes iam dictas assignare possumus. Notandum ergo primo, quod congruitatis principia constructionis verbi personalis cum supposito nominativi casus sunt sex modi significandi in appposito dependenti, quibus conformantur sex in supposito terminanti; nam in appposito est modus esse, cui in supposito correspondet modus entis. Secundo, in appposito est compositio, cui in supposito correspondet modus per se

em: *Socratis interest* (“É do interesse de Sócrates”); ou ao caso dativo, como em: *Socrati accidit* (“Acontece a Sócrates”); ou ao caso acusativo, como em: *Socratem legere oportet* (“É oportuno que Sócrates leia”); ou ao caso ablativo, como em: *a Socrate legitur* (“lido por Sócrates”). O vocativo, no entanto, não pode fazer referência (a um suposto), porque é incompatível com a posição de princípio, como foi discutido anteriormente sobre o nome.¹⁵⁰

CAPÍTULO XLIX

Sobre os princípios de gramaticalidade da construção intransitiva de atos

96 *Os seis princípios de gramaticalidade*

Do nominativo. Podemos designar os princípios de gramaticalidade acerca de cada parte do discurso até agora discutida. Em primeiro lugar, deve-se observar que os princípios de gramaticalidade da construção do verbo pessoal com o suposto do caso nominativo equivalem a seis modos de significar no aposto dependente que se conformam com seis no suposto determinante. Porque existe no aposto o modo do ser a que corresponde no suposto o modo de um ente. Em segundo lugar, no aposto existe a composição, a que

stantis. Tertio, in apposito est modus verbi, cui in supposito correspondet ratio principii. Et hi modi significandi sunt utrobique principium remotum et commune huius congruitatis. Quarto, in apposito dependenti est modus, scilicet, ut ipsum est alterum, cui correspondet in supposito ut quod est alterum. Quinto, est convenientia numeri in utroque. Sexto, convenientia personae in utroque. Est ista sunt principia specialia, et approbata.

Genitivi. Principia autem congruitatis intransitivi suppositi genitivi casus cum apposito, ut dicendo, *sui interest*, loquendo de principiis remotis, et communibus, sunt eadem, quae erant in praedicta constructione, scilicet, ex parte verbi dependentis ante se modus esse, et compositio, et modus verbi; quibus conformatur in supposito terminanti modus entis, et modus per se stantis, et ratio principii simpliciter sumpta. Principia autem propria, vel propinqua, sunt duo modi conformes, scilicet, ex parte dependentis, modus ut alterius; ex parte terminantis, modus ut cuius.

corresponde o modo de estar por si mesmo no suposto. Em terceiro lugar, no aposto existe o modo do verbo, a que corresponde a disposição do princípio no suposto. E esses modos de significar são, em ambas as partes, o princípio remoto e o comum de sua construção. Em quarto lugar, no aposto dependente existe um modo, a saber, o modo “enquanto o ‘outro’ é o próprio” a que corresponde, no suposto, o modo “enquanto o ‘que’ o outro é”.¹⁵¹ Em quinto lugar, existe a complementação de número de ambos os lados. Em sexto, existe a complementação de pessoas de ambos os lados. E esses princípios são específicos e aprovados.

Do genitivo. Os princípios de gramaticalidade da construção do suposto intransitivo do caso genitivo com o aposto, como em: *sui interest* (“é de seu interesse”), com relação ao remoto e ao comum, são os mesmos que foram discutidos sobre a ocorrência anterior, a saber: da parte do verbo anteposto dependente, os modos do ser, da composição e do verbo conformam-se, no suposto, os modos de um ente, o modo de estar por si mesmo e o modo do princípio entendido de maneira simples. Os princípios particulares ou próximos são dois modos relacionados, a saber: o modo “enquanto ‘de outro’”, da parte do dependente, e o modo “enquanto ‘de que/m’ (o outro é)” da parte do determinante.

Dativi. Principia congruitatis constructionis intransitivae, in qua dativus supponit, ut dicendo, *Socrati accidit*, accipiendo principia remota et communia, sunt eadem quae in praedictis. Sed propria et specialia principia sunt duo modi conformes, scilicet, modus ut alteri, ex parte dependentis; et modus ut cui, ex parte terminantis.

Accusativi. Principia autem congruitatis constructionis intransitivae, in qua accusativus casus supponit, ut dicendo, *me legere, Socratem oportet scribere*, sumendo principia remota, sunt eadem quae in praedictis. Sed principia propria specilissima sunt duo modi conformes; nam in apposito dependenti est modus verbi simpliciter sumptus, id est, modo speciali, casui conformi, non contractus, nec contrahibilis; et in supposito est ratio principii actus simpliciter, et non contracta, nec contrahibilis.

Ablativi. Principia congruitatis constructionis intransitivae, in qua ablativus supponit, ut dicendo, *a Socrate legitur*, remota sunt eadem,

Do dativo. Os princípios de gramaticalidade da construção intransitiva, em que o dativo funciona como suposto, como em: *Socrati accidit* (“Acontece a Sócrates”), tendo-se em conta os princípios remotos e comuns, são como os discutidos acima. Seus princípios particulares e especiais são dois modos relacionados, a saber: o modo “enquanto ‘para outro’”, da parte do dependente, e o modo “enquanto ‘para que/m’ (o outro é)”, da parte do determinante.

Do acusativo. O princípio de gramaticalidade da construção intransitiva, em que o acusativo é o suposto, como em: *me legere* (“(Ordena-) me a ler”), *Socratem oportet scribere* (“Convém a Sócrates escrever”), tendo em conta os princípios remotos, são os mesmos que já foram discutidos. Mas os seus princípios particulares e mais especiais são dois modos relacionados: no aposto dependente, há o modo do verbo, entendido de maneira simples – i.e., como um modo especial de conformar-se ao caso –, que não é restringido ou restringível; e, no suposto, há um modo simples de principiar o ato, que não é restringido, nem restringível.

Do ablativo. Os princípios remotos de gramaticalidade da construção intransitiva, em que o ablativo é o suposto, como em: *a Socrate legitur* (“Lido por Sócrates”), são os

quae in praedictis. Sed principia propria sunt duo modi conformes, scilicet, modus ut ab aliquo in appposito, et modus ut a quo in supposito.

97 Et nota, quod omnes istae constructiones verbi impersonalis a parte ante, cum obliquis, fiunt per modos proportionabiles, et non per modos convenientes. Non enim requiritur in istis constructionibus numeri et personae. Unde sub quocumque numero, praedicta verba possunt respicere sua supposita, ut dicendo, *me oportet*, *vos oportet*. Item sub quacumque persona, ut dicendo, *oportet me*, *oportet te*, *oportet illum*, et eodem modo intelligatur in aliis; per hoc dicuntur impersonalia, quasi numero et persona privata.

Et sciendum, quod licet tam verba personalia, quam impersonalia construuntur cum obliquis, hoc tamen est differenter; quia verba personalia construuntur cum obliquis transitive a parte post solum; sed verba impersonalia construuntur tam a parte ante intransitive, quam a parte post.

mesmos que já foram discutidos. Mas os seus princípios particulares são dois modos relacionados, a saber: o modo “enquanto ‘por algum outro’” no aposto, e o modo “enquanto ‘por que/m’” no suposto.

97 E deve-se saber que todas as construções de verbo impessoal – com a parte anterior, com os casos oblíquos¹⁵²–, são feitas por meio de modos proporcionais e não por modos que concordam.¹⁵³ Pois nessas construções não se requer número e pessoa. É por isso que esses verbos podem dizer respeito a seus supostos sob qualquer número, como em: *me oportet* (“Me convém”), *vos oportet* (“Vos convém”). Igualmente, sob qualquer pessoa, como em: *oportet me* (“Convém a mim”), *oportet te* (“Convém a ti”), *oportet illum* (“Convém a ele”). Por isso, como que privados de número e pessoa, são ditos impessoais.

E deve-se saber que embora tanto os verbos pessoais quanto os impessoais sejam construídos com os casos oblíquos, isso se dá de maneiras diferentes: enquanto os verbos pessoais são construídos com os casos oblíquos transitivamente somente na parte posterior, os verbos impessoais são construídos intransitivamente tanto na parte anterior quanto na posterior.

CAPUT L

De constructione intransitiva personarum in speciali, et principiis congruitatis ipsius.

98 *Constructio intransitiva personarum.* Dicto de constructione transitiva actuum, quomodo diversificatur, secundum diversitatem suppositorum, consequenter videndum est de constructione intransitiva personarum determinati, cum determinatione, quomodo variatur, seu diversificatur secundum diversitatem determinationum.

Iuxta quod notandum, quod quidquid invenitur in sermone perfecto, vel est suppositum, vel appositum, vel aliquid ab utroque diversum, tamen ad aliquod illorum ordinatum, vel est determinatio alicuius horum trium; et haec omnia inveniuntur in oratione quae subsequitur: *Summa doctrina Tullii Rhetoris instruit subtiliter artem Rhetoricam.*

Cum ergo determinabilis cum determinatione diversificatur secundum diversitatem determinationum, aut ergo determinatio additur supposito, vel apposito, vel differenti ab utroque. Si determinatio addatur supposito, hoc est

CAPÍTULO L

Sobre a construção intransitiva de pessoas em especial e sobre os princípios de sua gramaticalidade

98 *A construção intransitiva de pessoas.* Depois de ter discutido a construção transitiva de atos e como se diversifica segundo a diversidade de seus supostos, a seguir, deve-se considerar a construção intransitiva de pessoas do determinado, com sua determinação, segundo varia ou diversifica-se de acordo com a diversidade de suas determinações.

Deve-se observar que qualquer coisa que se encontra no discurso completo ou é o suposto ou o aposto, ou algo diferente dos dois, embora relacionado a um deles, ou é a determinação de um dos três; e todos encontram-se na oração que se segue: *Summa doctrina Tullii Rhetoris instruit subtiliter artem Rhetoricam* (“A alta doutrina de Túlio Retor ensina sutilmente a arte retórica”).

Uma vez que o determinável com a sua determinação diversifica-se segundo a diversidade das determinações, logo, ou a determinação adiciona-se ao suposto ou ao aposto ou a algo diferente de ambos. Se a determinação adiciona-se ao suposto é

dupliciter: vel haec determinatio est declinabilis, vel indeclinabilis. Si declinabilis, hoc est quadrupliciter; quia vel ista determinatio declinabilis est adiectivum denominativum, vel est adiectivum relativum, vel adiectivum interrogativum, vel adiectivum distributivum.

99 *Constructio determinati.* Si adiectivum denominativum, sic ista est constructio: *Socrates albus, equus albus*, quae specificam differentiam non habet, sed sub una specie constructionis continetur. Principia communia istius constructionis ex parte adiectivi dependentis sunt modus determinantis, et modus adiacentis; ex parte subiecti terminantis sunt modus determinabilis, et modus per se stantis, et convenientia in genere, numero, casu et persona. Sed principia propria sunt modi conformes, scilicet, modus dominantis simpliciter ex parte dependentis, et modus denominabilis simpliciter ex parte terminantis.

Constructio relativi. Si autem ista determinatio declinabilis sit adiectivum relativum, sic est constructio relativi cum antecedente. Principia congruitatis huius constructionis

dupla: ou essa determinação é declinável ou indeclinável. Se é declinável, é de quatro tipos: a determinação declinável ou é um adjetivo denominativo, ou um adjetivo relativo, ou um adjetivo interrogativo, ou um adjetivo distributivo.¹⁵⁴

99 *A construção determinada.* Se o adjetivo é denominativo, essa construção será assim: *Socrates albus* (“Sócrates branco”), *equus albus* (“cavalo branco”), e não terá uma diferença específica,¹⁵⁵ mas estará contida em uma única espécie de construção. Os princípios comuns dessa espécie de construção, da parte do adjetivo dependente, são os modos do determinante e da aderência; da parte do sujeito determinante, são os modos do determinável e de estar por si mesmo e as complementações de gênero, número, caso e pessoa. Seus princípios particulares são dois modos correlacionados, a saber: o modo de denominar de maneira simples, da parte do dependente, e o modo do denominável de maneira simples, da parte do determinante.

A construção de relativo. Se essa determinação declinável for um adjetivo relativo, ocorrerá uma construção do relativo com o seu antecedente. Os princípios comuns de gramaticalidade dessa

communia sunt eadem, quae in praedictis. Sed propria sunt duo modi conformes, scilicet, ex parte relativi dependentis, modus significandi per modum referentis; ex parte antecedentis modus significandi per modum referibilis.

Interrogativi. Si autem ista determinatio declinabilis sit adiectivum interrogativum, sic est constructio interrogativi cum suo responsivo. Principia huius congruitatis communia sunt eadem, quae in praedictis. Sed principia propria sunt duo modi conformes: ex parte interrogativi dependentis modus significandi per modum certificabilis sub ratione interrogantis; ex parte autem responsivi, modus significandi per modum certificantis sub ratione responsibilis.

Distributivi. Si autem determinatio sit adiectivum distributivum, sic est constructio signi distributivi cum termino communi; ut dicendo, *omnis homo, nullus asinus*. Principia congruitatis communia sunt eadem, quae in praedictis. Sed principia propria sunt duo modi significandi conformes; ex parte signi distributivi modus significandi per modum

construção são os mesmos que foram discutidos anteriormente. Os princípios particulares são dois modos correlacionados, a saber: o modo de significar a referência, da parte do relativo, e o modo de significar o referível, da parte do antecedente.

De interrogativo. Se essa determinação declinável for um adjetivo interrogativo, ocorrerá uma construção do interrogativo com o responsivo. Os princípios comuns de gramaticalidade são os mesmos que foram discutidos anteriormente. Os princípios particulares são dois modos correlacionados: o modo do certificável, com uma interrogação, da parte do interrogativo dependente, e o modo de certificar, com uma resposta, da parte do responsivo.

De distributivo. Se a determinação for um adjetivo distributivo, ocorrerá uma construção de um signo distributivo com um termo comum,¹⁵⁶ como em: *omnis homo* (“todo homem”), *nullus asinus* (“nenhum asno”). Os princípios comuns de gramaticalidade são os mesmos que foram discutidos anteriormente. Mas os princípios particulares são dois modos de significar correlacionados: o modo de significar por

distribuentis; ex parte termini communis modus significandi per modum distribuibilis. Est autem notandum, quod in huiusmodi constructionibus conformitas omnium dictorum accidentium, quae sunt principium commune congruitatis, non semper requiritur, sed ut frequentius.

100 Si autem ista determinatio addita supposito sit indeclinabilis, hoc est iterum quatuor modis: quia aut est coniunctio, aut adverbium, aut praepositio, aut interiectio. Si est coniunctio hoc est dupliciter: quia aut coniungit suppositum apposito per vim, vel per ordinem. Si per vim, hoc est dupliciter: aut coniungit duo extrema inter se respectu tertii, ut *Socrates et Plato currunt*; aut disiungit ea respectu tertii, ut *Socrates vel Plato currit*. Si autem coniunctio coniungit suppositum apposito per ordinem, hoc est dupliciter: aut coniunctio se tenet cum antecedente, aut cum consequente. Exemplum de utroque, ut dicendo: *si homo est; ergo animal est*. Si autem determinatio indeclinabilis addita supposito sit praepositio, sic est ista: *a Socrate legitur*. Si autem determinatio indeclinabilis addita supposito sit tantum adverbium, sic est ista: *tantum*

meio do modo do distribuidor, da parte do signo distributivo, e o modo do distribuível, da parte do termo comum. Deve-se observar que, em construções desse tipo, a conformidade de todos os acidentes que foram discutidos anteriormente, que são os princípios gerais de gramaticalidade, não é sempre exigida, mas é mais frequente que o seja.

100 Se essa determinação que é adicionada ao suposto for indeclinável, será novamente de quatro tipos: ou será uma conjunção, ou um advérbio, ou uma preposição, ou uma interjeição. Se for uma conjunção, será de dois tipos: juntará o suposto ao aposto ou por força ou por ordem. Se por força, será de dois tipos: ou juntará as duas extremidades entre si com respeito a um terceiro, como em: *Socrates et Plato currunt* (“Sócrates e Platão correm”), ou as desligará com respeito a um terceiro, como em: *Socrates vel Plato currit* (“Sócrates ou Platão corre”). Se a conjunção junta o suposto ao aposto por ordem, será de dois tipos: ou a conjunção mantém-se com o antecedente ou com o consequente. Exemplo de ambos é *si homo est; ergo animal est* (“Se é homem, logo, é animal”). Se a determinação indeclinável que é adicionada ao suposto for uma preposição, será deste tipo: *a Socrate legitur* (“É lido por Sócrates”). Se a determinação adicionada ao suposto for

Socrates legit. Si autem ista determinatio indeclinabilis addita supposito sit interiectio, sic est ista: *heu mortuus est.*

Et sciendum est, quod adverbium, in quantum adverbium, non additur ei, quod est per se suppositum proprie, sed in quantum est adverbium tale, scilicet, adverbium exclusivum. Et dico, quod adverbium non additur ei, quod est proprie suppositum; quia dicendo, *currere velociter est bonum*, in ista oratione infinitivus non supponit per se, sed gratia nominis. Item participium per accidens est suppositum, cum omne participium sit adiectivum. Item interelligitur de interiectione, dicendo, *heu mortuus est*, et huiusmodi.

101 Principia autem harum constructionum congruitatis generalia sunt duo modi conformes, scilicet, modus determinantis et modus determinabilis. Principia autem magis specialia congruitatis constructionis, in qua coniunctio additur supposito, sunt ex parte coniunctionis, modus coniungentis: et ex parte extremorum, modus coniungibilis. Sed principia

apenas um advérbio, será assim: *tantum Socrates legit* (“Somente Sócrates lê”). Se essa determinação indeclinável que é adicionada ao suposto for uma interjeição, será assim: *heu mortuus est* (“Ai, ele morreu!”).

E deve-se saber que o advérbio enquanto advérbio não se adiciona a um suposto enquanto suposto particular, mas (apenas) enquanto é de determinada classe, a saber: um advérbio exclusivo.¹⁵⁷ E declaro que o advérbio não se adiciona ao próprio suposto, porque quando se diz: *currere velociter est bonum* (“Correr velozmente é bom”), nesta oração o infinitivo não funciona como suposto independente, mas em função de nome.¹⁵⁸ Dessa forma, o participio é um suposto de maneira accidental, uma vez que todo participio é um adjetivo. O mesmo pode ser entendido da interjeição, como quando se diz: *heu mortuus est* (“Ai, ele morreu!”) e assim por diante.

101 Os princípios gerais de gramaticalidade dessas construções são dois modos correlacionados, a saber: o modo de determinar e o modo do determinável. Os princípios mais específicos da gramaticalidade da construção, em que a conjunção é adicionada ao suposto, são o modo de conectar, da parte da conjunção, e o modo do conectável, da parte das extremidades. Os princípios particulares a

secundum unamquamque speciem appropriata, sunt modi significandi, quibus una species coniunctionis specificie ab alia distinguitur; qui patent capitulo de coniunctione unicuique subtiliter intuenti.

Item propria principia istius constructionis: *a Socrate legitur*, sunt duo modi significandi conformes, scilicet, modus contrahentis, et retorquentis a parte praepositionis, et modus contrahibilis et retorquibilis ex parte casualis.

Item propria principia congruitatis huius constructionis, *tantum Socrates legit*, sunt duo modi conformes, scilicet modus excludentis ex parte adverbii *tantum*, et modus exclusibilis, ex parte suppositi, scilicet *Socrates*.

Item propria principia congruitatis huius constructionis, *heu mortuus est*, sunt duo modi conformes, scilicet, modus determinantis sub affectu doloris, et modus determinabilis, qui est sibi proportionabilis; et ita intelligatur in aliis interiectionibus laetitiae, vel admirationis, suo modo.

cada espécie são os modos de significar por meio dos quais uma espécie de conjunção distigui-se especificamente de outra. Isso fica claro no capítulo sobre a conjunção para todo aquele que o considere atentamente.¹⁵⁹

Igualmente, os princípios particulares desta construção: *a Socrate legitur* (“É lido por Sócrates”), são dois modos correlacionados, a saber, o modo de delimitar e de redirecionar, da parte da preposição, e o modo do delimitável e do redirecionável da parte do casual.

Da mesma maneira, os princípios particulares de gramaticalidade desta construção: *tantum Socrates legit* (“Somente Sócrates lê”), são dois modos correlacionados, a saber, o modo de excetuar, da parte do advérbio *tantum* (“somente”), e o modo do excetuável, da parte do suposto *Socrates* (“Sócrates”).

De igual modo, os princípios particulares de gramaticalidade desta construção: *heu mortuus est* (“Ai, ele morreu!”), são dois modos correlacionados, a saber, o modo de determinar o sentimento de dor e o modo do determinável que lhe é proporcional. E da mesma forma são entendidas as outras interjeições, de alegria ou admiração, cada uma à sua maneira.

102 Si autem determinatio addatur apposito, hoc est dupliciter: quia determinatio aut est declinabilis, vel indeclinabilis. Si primo modo, sic est ista: *sum albus, vocor Adrianus*. Et principia huius congruitatis, sive huius constructionis communia sunt eadem, quae in praedictis. Sed principia propria sunt duo modi conformes, scilicet, ex parte appositivi modus significandi per modum esse, seu vocationis specialis in ratione specificantis; ex parte terminantis modus significandi per modum determinantis illud, quod per modum esse, vel vocationis in specialis, in ratione specificantis significat.

Si autem ista determinatio sit pars indeclinabilis, hoc est tripliciter: aut est adverbium, vel coniunctio, vel interiectio. Si est adverbium, hoc est dupliciter: quia vel adverbium additur verbo, ratione dispositionis rei significatae, aut ratione modorum significandi; et utrobique sunt multae constructiones secundum multas determinationes adverbiales, de quibus omnibus dictum est in capitulo de adverbio.

103 Principia autem congruitatis omnium harum constructionum

102 Se a determinação se adiciona ao aposto, será de dois tipos, porque a determinação ou é declinável ou indeclinável. Se do primeiro tipo, será assim: *sum albus* (“Sou branco”), *vocor Adrianus* (“Me chamo Adriano”). Seus princípios de gramaticalidade ou de construção comuns são os mesmos que foram discutidos acima. Seus princípios particulares são dois modos correlacionados, a saber: da parte do aposto, o modo de significar por meio do modo do ser ou do chamamento específico; da parte do determinante, o modo de significar por meio do modo de determinar aquilo que, por meio do modo do ser ou do chamamento específico, significa com função de especificador.

Se essa determinação for uma parte indeclinável da oração será de três tipos: ou será um advérbio, ou uma conjunção, ou uma interjeição. Se for um advérbio, será de dois tipos, porque o advérbio adiciona-se ao verbo ou por causa da compreensão da coisa significada ou por causa dos modos de significar. Em ambos os casos, existem muitas construções conforme muitas determinações adverbiais, sobre as quais já se discutiu no capítulo sobre o advérbio.¹⁶⁰

103 Os princípios comuns de todas essas construções são dois modos de significar

generalia sunt duo modi significandi conformes, scilicet, modus determinantis ex parte adverbii, et modus determinabilis ex parte appositi. Sed principia propria sunt duo modi significandi, quibus unaquaque species adverbii ab alia distinguitur, quae patent unicuique hoc diligenter inspecienti.

Si autem determinatio indeclinabilis addita apposito sit interiectio, hoc est quadrupliciter: quia aut illa interiectio laetitiam exprimit, aut dolorem, aut admirationem, aut metum. Principia autem congruitatis harum constructionum communia sunt eadem, quae in praedictis. Sed propria principia sunt duo modi significandi, quibus unaquaque species interiectionis distinguitur ab alia.

Si autem determinatio indeclinabilis addita apposito sit coniunctio, hoc contingit eodem modo, sicut cum coniunctio additur supposito. Sunt enim tot species, et eodem modo se habentes, congrue, vel constructive.

Si autem determinatio addatur ad illud, quod est diversum, ab utroque, scilicet, supposito et apposito, tamen ordinatum ad suppositum, tunc eodem modo fere diversificatur; et etiam tot species constructionum, quot sunt, cum determinatio additur ad suppositum; et

correlacionados, a saber, o modo de determinar, da parte do advérbio, e o modo do determinável, da parte do aposto. Seus modos de significar particulares são dois modos de significar por meio dos quais cada espécie de advérbio distingue-se da outra, como ficará claro para quem atentar diligentemente para a explicação de cada um.

Se a determinação indeclinável adicionada ao aposto for uma interjeição, será de quatro tipos: ou a interjeição exprimirá alegria, ou dor, ou admiração, ou medo. Os princípios comuns de gramaticalidade dessas construções são os mesmos que já foram discutidos. Seus princípios particulares são dois modos de significar por meio dos quais cada espécie de interjeição distingue-se uma da outra.¹⁶¹

Se a determinação indeclinável adicionada ao aposto for uma conjunção, acontecerá o mesmo que acontece quando a conjunção é adicionada ao suposto. Existem tantas espécies quanto neste caso e comportam-se sintaticamente da mesma maneira.

Se a determinação for adicionada a algo que seja diferente de ambos, a saber, do aposto e do suposto, mas que seja direcionado ao suposto,¹⁶² analisa-se praticamente da mesma maneira. E também existem tantas espécies dessas construções quanto determinações adicionadas ao suposto, e

eodem modo congrue.

Si autem determinatio addatur ad illud, quod est differens ab utroque, scilicet supposito, tamen ordinatum ad appositum, diversificatur ut priores; et iterum tot sunt species constructionis, et eodem modo constructae, ut unicuique patere potest diligenter intuenti. Et sic patent omnes constructiones intransitivae, quae sunt et quot sunt principia congruitatis ipsarum, tam communia, quam propria.

CAPUT LI

De speciebus constructivis transitivae, praesertim actuum, et principii congruitatis ipsius.

104 *Constructio transitiva actuum et personarum.* Viso de constructione intransitiva via divisionis, consequenter de constructione transitiva via divisionis diligenter videamus. Dividitur autem constructio transitiva in constructionem transitivam actuum, et constructionem transitivam personarum. Constructio transitiva actuum est in qua constructibile dependens per modum actus significat, ut *lego librum*. Constructio transitiva personarum est

são igualmente gramaticais.

Se a determinação é adicionada a algo que é diferente de ambos, a saber, do suposto, mas que se direciona ao aposto,¹⁶³ analisa-se como nos casos anteriores. E, novamente, existem tantas espécies de construções desse tipo quantas possam ser construídas da mesma maneira, como ficará claro para cada um que as considere cuidadosamente. E ficam assim esclarecidas todas as construções intransitivas: quais são e quantos são seus princípios de gramaticalidade, tanto gerais quanto particulares.

CAPÍTULO LI

Sobre as espécies de construção transitiva, especificamente as de atos, e os princípios de sua gramaticalidade

104 *A construção transitiva de atos e de pessoas.* Após ter considerado a classificação da construção intransitiva, a seguir, consideremos cuidadosamente a classificação da construção transitiva. A construção transitiva divide-se em construção transitiva de atos e construção transitiva de pessoas. A construção transitiva de atos é aquela em que o construtível dependente significa por meio do modo da ação, como em *lego librum* (“Leio o livro”). A construção transitiva de

in qua constructibile dependens per modum substantiae significat, ut dicendo, *filius Socratis*.

105 *Constructio transitiva actuum duplex*. Constructio transitiva actuum dividitur in constructionem transitivam actus signati, et in constructionem transitivam actus exerciti. Constructio transitiva actus exerciti non dividitur in species, sed tantum in individua, ut o *Thomas*. Principia congruitatis huius constructionis communia sunt duo modi ex parte dependentis, per quorum unum exigit modum per se stantis, et per alterum exigit rationem termini absoluti. Sed principia propria sunt duo modi conformes, scilicet, modus significandi per modum excitantis, seu vocantis, a parte adverbii, o; et modus significandi per modum excitati ex parte vocativi.

Constructio transitiva actus signati. Item constructio transitiva actus signati dividitur secundum diversitatem constructibilis terminantis, quod in huiusmodi constructione est quadrupliciter: vel quia est genitivi casus, ut dicendo, *misereor Socratis*; vel dative, ut *faveo Socrati*; vel accusative, ut *percutio Socratem*; vel

peçoas é aquela em que o construível dependente significa por meio do modo da substância, como em *filius Socratis* (“O filho de Sócrates”).

105 *A construção transitiva de atos é de dois tipos*. A construção transitiva de atos divide-se em construção transitiva de ato direcionado e construção transitiva de ato estimulado. A construção transitiva de ato estimulado não se divide em espécies, mas apenas em indivíduos como em o *Thomas* (“Ó Tomás!”). Os princípios comuns de gramaticalidade dessa construção são dois modos do construível dependente: por meio de um, exige o modo de estar por si mesmo, por meio do outro, exige o modo de determinar de maneira absoluta. Os princípios particulares são dois modos correlacionados, a saber, o modo de significar por meio do modo de estimular ou chamar, da parte do advérbio o (“Ó”) e o modo de significar por meio do modo do estimulado, da parte do vocativo.

A construção transitiva de ato direcionado. A construção transitiva de ato direcionado também divide-se de acordo com os diversos tipos de construível determinante, que podem ser de quatro tipos: ou de caso genitivo, como em *misereor Socratis* (“Apiedo-me de Sócrates”); ou de dativo, como em *faveo Socrati* (“Sou favorável a Sócrates”); ou acusativo, como em *percutio*

ablativi, ut *utor toga*.

106 Principia congruitatis communia harum constructionum sunt tres modi ex parte dependentis, et tres ex parte terminantis. Nam ex parte dependentis modus est esse, cui correspondet in obliquo post se modus entis. Secundo, ex parte dependentis est significatio accidentalis, qui est modus significandi dependentis ad quemlibet obliquum post se; cui correspondet in obliquo modus significandi per modum per se stantis. Nam sicut haec est incongrua, *albus currit*, pari modo haec est incongrua, *percutio album*. Tertio, ex parte dependentis est modus generis, qui est quasi qualitas significationis accidentalis; cui correspondet in obliquo modus significandi per modum termini absolute modo conformi casuum contrahibilis.

Principia propria congruitatis huius constructionis, *misereor Socratis*, sunt duo modi conformes, scilicet, modus dependentis sub modo ut alterius, ex parte dependentis; et modus termini ut cuius, ex parte terminantis. Principia

Socratem (“Golpeio/Bato em Sócrates”); ou ablativo, como em *utor toga* (“Faço uso de uma toga”).

106 Os princípios comuns de gramaticalidade dessas construções são três modos da parte do dependente, e três da parte do determinante. Da parte do dependente, um dos modos é o modo do ser, a que corresponde o modo de um ente no oblíquo posposto. O segundo modo, da parte do dependente, é a significação accidental, que é o modo de significar sua dependência em qualquer oblíquo posposto a si, a que corresponde, no oblíquo, o modo de significar pelo modo de estar por si mesmo. Porque, assim como *albus currit* (“O pálido corre”) é agramatical, do mesmo modo, *percutio album* (“Golpeio/Bato no pálido”) é agramatical. O terceiro modo, da parte do dependente é o modo da voz, que é como que a qualidade da significação accidental,¹⁶⁴ a que corresponde, no oblíquo, um modo de significar por meio de um modo do término de maneira absoluta, que é restringido por um modo proporcional dos casos.

Os princípios particulares de gramaticalidade da construção *misereor Socratis* (“Apiedome de Sócrates”) são dois modos correlacionados, a saber, o modo de depender sob a forma do modo “enquanto ‘de outro’”, da parte do dependente, e o

vero propria huius constructionis, *faveo Socrati*, sunt similiter duo modi conformes, scilicet, modus dependentis sub modo ut alteri; et modus terminantis sub modo ut cui. Principia propria congruitatis huius constructionis, *percutio Socratem*, sunt duo modi conformes, scilicet, modus dependentis vel transeuntis, sub modo *ut alterum*, et modus terminantis sub modo *ut quem*. Si autem ille modus *ut quem* sit praepositione contractus, tunc similiter modus transeuntis sub modo *ut alterum* proportionabiliter est contrahendus. Principia autem propria congruitatis huius constructionis, *utor toga*, sunt similiter duo modi conformes, scilicet, modus transeuntis et dependentis sub modo *ut ab altero*, et modus terminantis sub modo *ut a quo*, proportionabiliter est contrahendus.

modo “enquanto ‘de que/m’ (o outro é)”, da parte do determinante. Os princípios particulares da construção *faveo Socrati* (“Favoreço a Sócrates”) são, semelhantemente, dois modos correlacionados, a saber, o modo do dependente sob a forma do modo “enquanto ‘para/a outro’”, e o modo do determinante sob a forma do modo “enquanto ‘para/a que/m’ (o outro é)”. Os princípios particulares de gramaticalidade da construção *percutio Socratem* (“Golpeio/Bato em Sócrates”) são dois modos correlacionados, a saber, o modo do dependente ou transitante, sob a forma do modo “enquanto término da ação”, e o modo do determinante, sob a forma do modo “enquanto o ‘que’ (o outro é)”. Se, todavia, o modo “enquanto o ‘que’ (o outro é)” for restringido por uma preposição, então, de maneira similar, o modo do transitante, sob a forma do modo “enquanto término da ação” será proporcionalmente restringido. Os princípios particulares de gramaticalidade da construção *utor toga* (“Faço uso de uma toga”), são, igualmente, dois modos correlacionados, a saber, o modo do transitante ou dependente sob a forma “enquanto ‘por outro’”, e do determinante sob a forma do modo “enquanto ‘por que’ (o outro é)”, cuja complementação é proporcional.

CAPUT LII

De constructione transitiva personarum et principii congruitatis ipsius.

107 *Constructio transitiva personarum.* Item constructio transitiva personarum dividitur in quatuor species, secundum quadruplicem diversitatem constructibilis terminantis; quia vel est genitivi casus, ut dicendo, *filius Socratis*; vel dativi, ut *similis Socrati*; vel accusativi, ut *Petrus albus percutit pedem*; vel ablativi, ut *celer pedibus*, id est, *velox*.

108 Principia congruitatis communia harum constructionum sunt modus entis, sub modo transeuntis ex parte dependentis; et modus entis sub modo per se stantis in obliquo. Nam sicut haec est incongrua, *misereor albi*, sic haec, *cappa albi*. Et similiter, sicut haec est congrua, *misereor Socratis*, sic haec est congrua *cappa Socratis*.

Principia propria huius congruitatis, *filius Socratis*, sunt duo modi

CAPÍTULO LII

Sobre a construção transitiva de pessoas e seus princípios de gramaticalidade

107 *A construção transitiva de pessoas.* A construção transitiva de pessoas também divide-se em quatro espécies, de acordo com os quatro diferentes tipos de construtível de determinante: ou será de caso genitivo, como quando se diz *filius Socratis* (“filho de Sócrates”); ou de dativo, como *similis Socrati* (“semelhante a Sócrates”); ou de acusativo, como *Petrus albus percutit pedem* (“O pálido Pedro bate no pé”); ou de ablativo, como *celer pedibus* (“rápido com os pés”), i.e., *velox* (“veloz”).

108 Os princípios comuns dessas construções são o modo de um ente sob a forma do modo de transitar, da parte do dependente, e o modo de um ente sob a forma do modo de estar por si mesmo, da parte do oblíquo. Porque, da mesma maneira como *misereor albi* (“Apiedo-me do pálido”) e *cappa albi* (“a capa do pálido”) são agramaticais, assim também *misereor Socratis* (“Apiedo-me de Sócrates”) e *cappa Socratis* (“a capa de Sócrates”) são gramaticais.

Os princípios particulares da construção gramatical *filius Socratis* (“o filho de

significandi conformes, scilicet, modus dependentis, sub modo ut alterius; et modus entis terminantis, sub modo ut cuius. Et ita intelligatur in aliis tribus casibus, in ordine suo.

luxta quod notandum, quod constructio quae est adiectivi cum accusativo, non est incongrua, sed figurativa. Accusativus enim solum construitur congrue cum verbis significantibus actum; quia accusativus est terminus actus signati. Unde de congruitate huius constructionis non est inquirendum; tamen propter synecdochen congrue admittitur in sermone.

109 Et sic patet sufficientia specierum constructionis, et principiorum congruitas earumdem. Patet etiam quomodo constructio simpliciter sumpta dividitur in constructionem transitivam et intransitivam. Constructio intransitiva dividitur in constructionem intransitivam actuum, et personarum. Constructio intransitiva actuum dividitur in quinque species, secundum numerum quinque suppositorum, specie differentium, quia aut nominativus supponit, aut genitivus, aut dativus, aut accusativus, aut

Sócrates”) são dois modos de significar correlacionados, a saber, o modo do dependente sob o modo “enquanto ‘de outro’”, e o modo de um ente determinante, sob o modo “enquanto ‘de que/m’ (o outro é)”. E assim são entendidos os outros três casos, cada um em sua ordem.

Deve-se observar que a construção de adjetivo com acusativo não é agramatical, mas figurativa. Um acusativo só pode ser construído gramaticalmente com verbos que signifiquem ações, porque o acusativo é o término de um ação direcionada. Por isso não se deve questionar a gramaticalidade de uma construção como essa, já que é admitida no discurso por razão de sinédoque.¹⁶⁵

109 As espécies de construção e os princípios de sua gramaticalidade foram suficientemente expostos. Ficou claro também como a construção, tomada de maneira simples, divide-se em construção transitiva e intransitiva. A construção intransitiva divide-se em construção intransitiva de atos e de pessoas. A construção intransitiva de atos divide-se em cinco espécies, de acordo com o número das cinco espécies de supostos, porque tanto o nominativo, o genitivo e o dativo quanto o acusativo e o ablativo podem funcionar como supostos.

ablativus.

Item constructio intransitiva personarum, quae est determinabilis cum determinatione, dividitur secundum diversitatem determinationum, quae multipliciter variantur, ut visum est. Item constructio transitiva dividitur in constructionem transitivam actuum et personarum. Constructio transitiva actuum dividitur in transitivam actus exerciti et actus signati. Constructio actus exerciti non dividitur nisi secundum individua. Constructio transitive actus signati dividitur in quatuor species specialissimas secundum diversitatem quatuor obliquorum specie differentium.

Et notandum, quod sicut constructio dividitur per se in transitivam et intransitivam, sic per accidens dividitur in constructionem secundum sensum, et secundum intellectum; quae divisio ideo dicitur per accidens, quia non dividit constructionem secundum se et absolute, sed in comparatione ad potentiam animae apprehensivam. Et dicitur constructio secundum sensum, quia ambo constructibilia sunt voce tenus expressa, ratione cuius vocis se confert sensui auditus. Constructio secundum intellectum est, quando alterum constructibile non est vocaliter

Igualmente, a construção intransitiva de pessoas, que consiste de um determinável e de sua determinação, divide-se segundo uma diversidade de determinações, como foi visto. Igualmente, a construção transitiva divide-se em construção transitiva de atos e de pessoas. A construção transitiva de atos divide-se em transitiva de ato estimulado e de ato de significação. A construção de ato estimulado não se divide, a não de acordo com os indivíduos. A construção transitiva de atos de significação divide-se em quatro espécies mais especiais de acordo com a diversidade de quatro oblíquos que são diferentes em espécie.¹⁶⁶

E deve-se observar que assim como a construção por si mesma divide-se em transitiva e intransitiva, assim também, por acidente, divide-se em construção segundo o sentido e segundo o intelecto. Diz-se que essa divisão é por acidente porque ela não divide a construção em si mesma ou de maneira absoluta, mas em analogia com a potência apreensiva da alma. E diz-se construção segundo o sentido, porque ambos os construtíveis são expressos pela voz, por meio de que a audição é conferida ao sentido. A construção segundo o intelecto acontece quando o um dos construtíveis não é vocalmente expresso,

expressum, sed est in intellectu, ut lego, et huiusmodi. Et haec de constructionibus dicta sufficient.

CAPUT LIII

De congruitate sermonis secundum se et in communi.

110 *Sermonis congruitas.* Sequitur de congruitate, quae est secunda passio sermonis, de qua licet tactum sit in speciali, circa quamlibet speciem constructionis, de eius tamen natura seorsim in genere videamus.

111 *Congruitas elementum.* Iuxta quod primo notandum, quod sicut constructio requirit constructibilium unionem absolute, sic congruitas requirit constructibilium unionem, non quamcumque, sed debitam. Et haec debita unio potest contingere dupliciter: uno modo ex convenientia significatorum specialium; et per oppositum unio indebita ex repugnantia ipsorum. Alio modo potest contingere ex conformitate modorum significandi, et per oppositum indebita ex indebita modorum significandi discrepantia.

mas está no intelecto, como lego (“leio”) e outros desse tipo. E o que foi declarado (até aqui) sobre as construções é suficiente.

CAPÍTULO LIII

Sobre a gramaticalidade do discurso de acordo consigo mesma e em geral

110 *A gramaticalidade do discurso.* Em seguida discute-se a gramaticalidade, a qual é a segunda disposição do discurso. Embora já tenha sido discutida de maneira especial, acerca de alguns casos específicos de construção, a natureza da gramaticalidade agora será considerada em geral e separadamente.

111 *A gramaticalidade dos elementos.* Sobre isso, note-se primeiramente que, assim como a construção requer a união dos construtíveis em termos absolutos, assim também a gramaticalidade requer não uma união qualquer dos construtíveis, mas uma união devida. E essa união pode acontecer de duas maneiras: de uma, pela conveniência dos significados especiais e por oposição a uma união indevida a partir da repugnância destes; de outra, pela conformidade dos modos de significar e, por oposição, a indevida é resultado da discrepância indevida dos modos de significar.

Inde est, quod quidam, non distinguentes inter significatorum specialium convenientiam vel repugnantiam, et modorum significandi conformitatem vel discrepantiam, dixerunt omnem constructionem esse congruam vel incongruam, in qua est significatorum specialium convenientia vel repugnantia. Sed hoc non valet, quia congruitas est passio personae in grammatica considerata. Unde patet, quod congruitas sit de consideratione grammatici per se. Sed convenientia vel repugnantia significatorum specialium a grammatico per se non consideretur, sed magis a logico; ergo congruitas vel incongruitas in sermone ab his non causatur.

Dicendum est ergo, quod congruitas et incongruitas causantur ex conformitate vel disconformitate modorum significandi, quae per se sunt de consideratione grammatici. Tamen proprietas vel improprietas sermonis causatur ex convenientia vel repugnantia significatorum specialium. Unde haec est congrua et propria, *cappa nigra*; et haec est impropria, *cappa categorica*: tamen utraque istarum est congrua.

Disso decorre que alguns, ao não distinguirem entre a conveniência ou a repugnância dos significados especiais e a conformidade ou a discrepância dos modos de significar, terem dito que toda construção é gramatical ou agramatical em que haja conveniência ou repugnância dos significados especiais. Mas isso não se sustenta, porque a gramaticalidade é um estado da pessoa considerada gramaticalmente. Donde fica claro que a gramaticalidade em si mesma seja de consideração do gramático. Mas a conveniência ou repugnância dos significados especiais não são considerados em si mesmos pelo gramático, mas pelo lógico; logo, a gramaticalidade ou agramaticalidade do discurso não são causadas por eles.

Portanto, deve-se dizer que a gramaticalidade ou agramaticalidade é causada pela conformidade ou inconformidade dos modos de significar, as quais são, em si mesmas, de consideração do gramático; ainda que o caráter apropriado ou inapropriado do discurso seja causado pela conveniência ou repugnância dos significados especiais. Vem disso que *cappa nigra* (“capa negra”) seja gramatical e apropriada e *cappa categorica* (“capa categórica”) seja imprópria, embora sejam ambas gramaticais.

112 Secundo notandum, quod congruitas requirit debitam unionem constructibilium; et cum huiusmodi unio non causetur per quosdam modos significandi, ideo ad congruitatem requiritur conformitas omnium modorum significandi constructibilium ad aliquam speciem constructionis requisitorum; ita quod constructibile dependens sit terminatum per constructibile terminans, quantum ad omnes modos significandi, secundum quod dependet quantum ad istam constructionem. Et dico, quantum ad istam constructionem, quia si habeat dependentiam ad diversas constructiones, non requiritur quod omnes dependentiae sint semper actu terminatae, sed sufficit quod secundum unam constructionem terminentur, ut dicendo, *lego librum*, haec est congrua, licet non addatur *Virgilio*, vel aliquid aliud, quod terminet dependentiam huius, quod est *librum*, secundum quam dependet a parte post.

113 Tertio notandum est, quod cum conformitas modorum significandi sit principium constructionis et congruitatis, distinguendum est de conformitate, quia duplex est conformitas, scilicet, proportionis, et similitudinis; et quandoque utraque ad

112 Em segundo lugar, é necessário notar que a gramaticalidade requer a união devida dos construtíveis. Como esse tipo de união não é causada por certos modos de significar, requer-se, para a sua gramaticalidade, a conformidade de todos os modos de significar que são exigidos pelos construtíveis para uma construção específica. É assim que o construtível dependente é determinado pelo construtível determinante quanto a todos os modos de significar de que depende para esta construção (particular). E digo quanto a esta construção, porque se ela tiver uma dependência para diversas construções, não se requer que todas as dependências sejam sempre determinadas em ato, mas é suficiente que seja com relação a uma construção, como quando se diz *lego librum* (“Leio o livro”), não se faz necessário que se adicione *Virgilio* (“de Virgílio”) ou algum outro que determine a dependência deste, ou seja, *librum* (“o livro”), de modo que dependa do que vem depois dele.

113 Em terceiro lugar, deve-se notar que embora a conformidade dos modos de significar seja o princípio da construção e da gramaticalidade, deve-se fazer uma distinção com relação à conformidade, porque a conformidade é dupla, a saber: a proporção e a similitude, e, se algumas

constructionem requiritur, quandoque autem sufficit proportionis tantum, quandoque autem sufficit similitudinis conformitas tantum.

Et ut sciamus quando utraque conformitas exigatur, aut altera tantum, est sciendum, quod quandoque constructibile dependens habet aliquos modos significandi, non ex proprietatibus suae rei per se, sed ex proprietatibus rei constructibilis terminantis; et tunc inter illos modos significandi exigitur similitudo, et non proportio; ita quod constructibile terminans debet habere modos significandi constructibilis dependentis, ut patet de constructine adiectivi cum substantivo, et in constructione suppositi nominativi casus cum verbo personali. Nam adiectivum habet tam genus, quam numerum, quam personam ex proprietatibus rei subiectae, ut dictum est supra. Unde ex parte substantivi non requirit modos proportionabiles, sed similes. Similiter verbum personale habet numerum, et personam, ex proprietatibus rei suppositae; ideo hos modos requirit in supposito, non proportionales, sed similes. Si autem constructibile dependens habet aliquos modos significandi ex proprietatibus suae rei per se, et non ex proprietatibus rei

vezes ambas são exigidas, outras vezes, somente a conformidade da similitude ou da proporção é suficiente.

E para que saibamos quando ambas conformidades são exigidas ou somente uma, deve-se saber que algumas vezes o construtível dependente possui alguns modos de significar que não fazem parte de suas propriedades essenciais, mas das propriedades do construtível determinante. Nesse caso, entre esses modos de significar exige-se a similitude e não a proporção. Assim, o construtível determinante deve possuir os modos de significar do construtível dependente, como fica evidente na construção de adjetivo com substantivo e na construção de suposto de caso nominativo com verbo pessoal. Porque o adjetivo possui tanto o gênero, quanto o número, quanto a pessoa das propriedades da essência do sujeito, como foi dito acima, de tal maneira que não exige modos proporcionais da parte do substantivo, mas (modos) similares. Semelhantemente, o verbo pessoal possui o número e a pessoa a partir das propriedades da essência do suposto; por isso, (o verbo) requer modos similares no suposto, não (modos) proporcionais. Se, no entanto, o construtível dependente possui alguns modos de significar a partir das propriedades da sua própria essência e não das propriedades da

constructibilis terminantis, tunc exigitur in illis modis significandi proportio, et non similitudo. Et quia adiectivum habet modum adiacentis proprie et de proprietatibus suae rei, ideo per huiusmodi modum adiacentis requirit in subiecto modum per se stantis, qui est sibi proportionabilis et sic de aliis intelligatur.

114 Quarto notandum est, quod sicut congruitas constructionis in generali causatur ex conformitate modorum significandi, ut patet ex dictis, inspiciendo singulas species generaliter dictorum, sic congruitas specialis constructionum specialium causatur ex alia et alia conformitate aliorum et aliorum modorum significandi, ut patet ex praedictis inspiciendo singulas species constructionis. Congruitas nihil aliud est, quam partium sermonis debita unio, ex modorum significandi conformitate ad aliquam speciem constructionis requisitorum derelicta.

115 Ultimo notandum est, quod sicut duplex est constructio, scilicet, secundum sensum et secundum intellectum, sic et congruitas, scilicet, secundum sensum et secundum intellectum, sic et congruitas secundum

essência do construtível determinante, então, exige desses modos proporção e não similitude. E uma vez que o adjetivo possui o modo de aderir de maneira própria e a partir de sua própria essência, portanto, por meio desse modo de aderir requer no sujeito o modo de estar por si mesmo que lhe é proporcional, e o mesmo entende-se de outros casos.

114 Em quarto lugar, deve-se notar que, assim como a gramaticalidade em geral é causada a partir da conformidade dos modos de significar, como ficou evidente na discussão anterior ao examinarem-se, de maneira geral, todas as espécies de vocábulos, assim também a gramaticalidade especial das construções especiais é causada por tais e tais conformidades de tais e tais modos de significar, como foi afirmado anteriormente a partir do exame de todas as espécies de construções. A gramaticalidade nada mais é que a devida união das partes do discurso a partir de uma dada conformidade dos modos de significar requeridos por uma construção específica.

115 Em último lugar, deve-se notar que, assim como a construção é dupla, a saber: segundo o sentido e segundo o intelecto, assim também a gramaticalidade pode ser segundo o sentido (da audição), quando ambos os construtíveis são expressos

sensum est, quando ambo constructibilia sunt voce tenus expressa. Et dicitur congrua secundum sensum, non quia sensus eius congruitatem percipiat, sed quia vocem utriusque constructibilis auditus apprehendit, cum vox sit proprium obiectum auditus. Congruitas vero secundum intellectum est, quando ambo constructibilia secundum vocem non sunt expressa, sed alterum ipsorum est ab intellectu apprehensum; sicut contingit in verbo primae et secundae personae, in quibus intelligitur suppositum. Et sic patet quid sit congruitas, et unde causetur. Et haec de congruitate dicta sufficiant.

CAPUT LIV

De perfectione sermonis.

116 *Constructionis finis duplex.* Sequitur de perfectione, quae est tertia et ultima passio sermonis. Iuxta quod notandum, quod cum grammatica sit scientia organica, oportet quod illud, quod in grammatica est principaliter consideratum, sit organicum; hoc autem est constructio, de qua dictum est. Et quia omne organicum est ad aliquem finem ordinatum, est igitur constructionis aliquis finis necessarius.

quanto ao som. E é gramatical segundo o sentido não porque o sentido (da audição) percebe sua gramaticalidade, mas porque a audição apreende o som de ambos os contruentes, uma vez que o som é o objeto próprio da audição. Mas a gramaticalidade segundo o intelecto acontece quando um dos dois construtíveis não é expresso quanto ao som, mas é apreendido pelo intelecto, como acontece nos verbos de primeira e segunda pessoa, em que se subentende o suposto. E fica assim esclarecida o que seja a gramaticalidade e qual é sua causa. E é suficiente o que foi discutido até aqui acerca da gramaticalidade.

CAPÍTULO LIV

Sobre a completude do discurso

116 *A finalidade da construção é dupla.* Segue-se a completude, que é a terceira e última disposição do discurso. Quanto a ela deve-se notar que, como a gramática é uma ciência orgânica, convém que aquilo que é considerado principalmente na gramática seja orgânico, a saber: a construção, sobre a qual já se discutiu. E como todo o orgânico é ordenado a algum fim, existe, portanto, um fim necessário para a construção. Tal fim é duplo, a saber: próximo e remoto.

Talis autem finis est duplex, scilicet, propinquus, et remotus.

Finis propinquus est expressio mentis conceptus compositi, secundum distantiam. Et dico secundum distantiam, quia conceptus est aliquando secundum indistantiam, ut componendo *hominem* cum *albo* sine copula; ut dicendo, *homo albus*. Alioquin conceptus mentis est compositus secundum distantiam, ut componendo *hominem* cum *albo*, mediante copula, dicendo *homo est albus*. Circa quam compositionem consistit veritas et falsitas, ut dicitur I *Peri. Cap. 1*. Et quia intellectus super compositionem primam non quiescit, cum sit incompleta, sed de prima procedit ad secundam, ideo constructio non est ad exprimendum primum conceptum compositum, sed ad exprimendum secundum conceptum compositum secundum distantiam, finaliter ordinata. Finis autem remotus constructionis est generare perfectum sensum in animo auditoris, ex constructibilium debita unione.

Secundo est notandum, quod sicut constructio simpliciter acquiritur ex constructibilium unione absolute, et congruitas constructionis ex constructibilium unione debita, sic

O fim próximo é a expressão de um conceito composto da mente segundo a distância. E digo segundo a distância porque um conceito composto da mente ocorre às vezes segundo a não distância, como ao ser composto “homem” com “branco”, sem cópula, quando se diz: “homem branco”. Outras vezes, o conceito da mente é composto segundo a distância, como quando compõe-se “homem” com “branco”, mediante a cópula, ao se dizer: “O homem é branco”. Acerca desse tipo de construção consiste a verdade e a falsidade, como são discutidas no primeiro capítulo do primeiro livro do *Da Interpretação*.¹⁶⁷ E, porque o intelecto não se aquieta com respeito ao primeiro tipo de composição (sem cópula), uma vez que é incompleta, mas vai da primeira à segunda (com cópula), portanto, a construção (sem cópula) não é ordenada para o fim de exprimir o primeiro tipo de conceito composto, mas para exprimir o segundo, segundo a distância.¹⁶⁸ Portanto, o fim remoto da construção é gerar um sentido perfeito na mente do ouvinte a partir da união devida dos construtíveis.¹⁶⁹

Em segundo lugar, deve-se observar que, assim como a construção é obtida de maneira simples a partir da união absoluta dos construtíveis e a gramaticalidade pela união devida dos construtíveis, assim

perfectio acquiritur ex constructibilium unione debita, non quorumcumque, sed suppositi cum apposito, dummodo nulla dependentia derelinquatur circa ipsam non terminata, retrahens eam ab eius fine, qui est conceptum mentis compositum exprimere, et perfectum sensum in animo auditoris generare.

Ex his patet, quod tria requiruntur ad perfectinam sermonis. Primum est suppositum et appositum; quia cum constructio perfecta sit ad exprimendum mentis conceptum compositum secundum distantiam finaliter ordinata, oportet, quod sicut est distantia inter conceptus mentis compositos, sic etiam sit distantia in constructibilium unione. Sed haec distantia solum est inter suppositum et appositum, ex hoc quod solum verbum est appositum, quod per modum distantis se habet. Secundo, requiritur omnium modorum significandi conformitas, prout ad congruitatem requiratur. Tertio, requiritur ex parte constructinis, quod nulla dependentia sit non terminata, quae retrahat ipsam ab eius fine, qui est mentis conceptum compositum exprimere, et perfectum sensum in animo auditoris generare.

Tertio est notandum, quod constructio habens in se haec tria membra, quae

também a completude é obtida a partir de uma união devida dos construtíveis, mas não de quaisquer (construtíveis) e sim de um suposto com um aposto: de modo que nenhuma dependência fique indeterminada, impedindo a construção de atingir sua finalidade, que é exprimir um conceito composto da mente e gerar um sentido completo na mente do ouvinte.

Disso fica claro que são requeridas três coisas para a completude do discurso. Primeiramente, há o suposto e o aposto, porque, como a construção completa é ordenada, segundo a distância, para a finalidade de exprimir um conceito composto da mente, convém que da mesma maneira que há distância entre os conceitos compostos da mente, haja também distância na união dos construtíveis. Mas essa distância só existe entre o suposto e o aposto em que o verbo é o aposto, o qual encerra em si o modo da distância. Em segundo lugar, requer-se a conformidade de todos os modos de significar, de acordo com o que é requerido para a gramaticalidade. Em terceiro lugar, requer-se da parte da construção que nenhuma dependência fique não terminada e a desvie de seu fim, que é exprimir um conceito composto e gerar um sentido completo na mente do ouvinte.

Em terceiro lugar, deve-se notar que a construção que contém em si os três

dicta sunt, perfecta est secundum tres modos perfectionis, quos assignat Philosophus V *Metaph. Text Com. 21*. Nam uno modo aliquid est perfectum cui nihil deest eorum, quae requiruntur ad eius speciem. Secundo modo, aliquid est perfectum, cum potest debite suum finem, propter quem ordinatur, pertingere. Tertio modo, aliquid est perfectum, cum potest sibi simile in specie generare.

117 *Constructio perfecta*. Constructio ergo habens suppositum et appositum secundum conformitatem omnium modorum significandi, tamen nullam habens circa se dependentiam non terminatam, non retrahentem ipsam ab eius fine, est perfecta primo modo; quia nihil sibi deficit eorum, quae ad eius speciem requiruntur. Secundo modo etiam est perfecta, quia debite potest suum finem, propter quem ordinatur (quia est exprimere mentis conceptum compositum secundum distantiam, ut dictum est), pertingere. Tertio modo etiam est perfecta, quia potest facere sibi simile, id est, perfectum sensum in animo auditoris generare.

Ex his patet, quod signum perfectionis

elementos que acabaram de ser discutidos é completa do ponto de vista das três maneiras da completude prescritas pelo Filósofo no texto do quinto livro da *Metafísica*¹⁷⁰ e no vigésimo primeiro comentário. Pois, segundo a primeira maneira, algo é completo se nada lhe falta das coisas que são requeridas de sua espécie. De acordo com a segunda maneira, algo é completo quando consegue atingir devidamente o fim para o qual é ordenado. Pela terceira maneira, algo é completo quando é capaz de gerar algo similar a si mesmo em espécie.

117 *A construção completa*. Portanto, a construção que possui um suposto e um aposto com seus modos de significar em conformidade, e que não possua nenhuma dependência não determinada que a desvie de seu fim, é considerada completa de acordo com a primeira maneira, porque não é deficiente das coisas que são requeridas por sua espécie. É completa também de acordo com a segunda maneira, porque atinge devidamente o fim para o qual é ordenada, que é exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, como foi dito acima. É completa da terceira maneira, porque faz um similar a si, isto é, um sentido perfeito na mente do ouvinte.

Disso fica claro que o sinal da completude

constructionis est generare perfectum sensum in animo auditoris, ita quod omnis illa constructio erit perfecta, quae perfectum sensum in animo auditoris generabit. Sed haec perfectio sensus in animo auditoris non est punctualis, sed habet gradum perfectionis secundum magis et minus; et secundum hoc constructio dicitur magis et minus perfecta. Nam ea magis perfecta est, quae magis quietat animum auditoris; et quae minus quietat, minus perfecta erit.

118 *Constructio imperfecta.* Ex his dictis etiam patet, quod haec est imperfecta, *si Socrates currit*, quia ista coniunctio, *si*, huic constructioni addita, *Socrates currit*, facit in ea novam dependentiam ad aliquid extra se, ut ad consequens, quod si non exprimatur, semper imperfecta manebit, ut dicendo, *me legere*, haec est imperfecta, quia animum auditoris non quietat; et si quae sunt similes. Perfectio ergo nihil aliud est, quam passio sermonis tertia et ultima, ex debita constructibilium unione derelicta, cum sufficientia exprimendi mentis conceptum compositum secundum distantiam, et generandi perfectam sententiam in animo auditoris.

da construção é gerar um sentido completo na mente do ouvinte. Sendo assim, toda construção será completa quando gerar um sentido completo na mente do ouvinte. Mas esse sentido completo na mente do ouvinte não é pontual, mas tem um grau de completude: a construção pode ser considerada mais ou menos completa. Porque uma construção é tanto mais completa quanto mais aquieta a mente do ouvinte: quanto menos aquieta, menos completa.

118 *A construção incompleta.* Do que foi discutido, também fica claro que esta construção é incompleta: *si Socrates currit* (“se Sócrates corre”), porque essa conjunção, *si* (“se”), quando adicionada a essa construção *Socrates currit* (“Sócrates corre”), produz nela uma nova dependência em algo exterior a si, como em algo consequente, que, caso ela não o exprima, permanecerá inacabada. Da mesma maneira esta: *me legere* (“eu ler”) é incompleta, porque a mente do ouvinte não se aquieta; e o mesmo acontece com ocorrências similares. Portanto, a completude nada mais é que a terceira e última disposição do discurso, que se dá a partir da união devida dos construtíveis, com a suficiência de exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, e

119 *Constructionis perfectio duplex.* Quarto est notandum, quod duplex est perfectio constructionis, scilicet, secundum sensum, et secundum intellectum. Perfectio secundum sensum est, cum ambo constructibilia constructionis sunt voce tenus expressa, ut *ego lego*. Perfectio secundum intellectum est, cum constructibilia secundum vocem non exprimuntur, sed alterum ab intellectu apprehenditur, ut dicendo, *lego*. Nam hoc verbum *lego* dat intelligere suppositum, quod est *ly ego*, sub conformitate omnium modorum significandi requisitorum ad hanc speciem constructionis. Et tamen hic nulla derelinquitur dependentia ex parte constructionis totius, vel partium eius, non terminata, quae retrahat eam ab eius fine, qui est mentis conceptum compositum secundum distantiam exprimere, vel perfectum sensum in animo auditoris generare; et ita intelligatur de aliis.

120 *Constructionis, congruitatis, perfectionis ordo et differentia.* Quinto et ultimo est notandum, quod illud quod habet se per additionem ad alterum

de gerar uma sentença completa na mente do ouvinte.

119 *A completude da construção é dupla.* Em quarto lugar, deve-se notar que a completude da construção é dupla, a saber: segundo o sentido (da audição) e segundo o intelecto. A completude segundo o sentido acontece quando ambos os construtíveis da construção são completamente expressos quanto ao som, como em *ego lego* (“Eu leio”). A completude segundo o intelecto se dá quando um construtível não é expresso quanto ao som, mas é apreendido pelo intelecto, como quando se diz: *lego* (“Leio”). Porque esse verbo *lego* (“Leio”) dá a entender o suposto, que é *ego* (“eu”), em conformidade com todos os modos de significar exigidos para esse tipo de construção. Entretanto, nessa construção (i.e. “Leio”), não resta nenhuma dependência indeterminada da parte da construção como um todo ou de partes dela, que a desvie de seu fim que é expremir um conceito composto da mente, segundo a distância, ou gerar um sentido completo na mente do ouvinte. É assim que se devem entender ocorrências similares.

120 *A ordem e a diferença entre a construção, a gramaticalidade e a completude.* Em quinto e último lugar deve-se notar que aquilo que se adiciona a outro é

posterius est eo; ideo ex dictis patet, quod congruitas est posterior constructione, et perfectio posterior congruitate. Nam constructio non requirit aliquid aliud nisi absolute constructibilium ex modorum significandi conformitate causatam, ut dicendo, *vir est albus*, ita bene est constructio, sicut ista, *vir est bonus*; quia utrobique est conformitas modorum significandi. Sed congruitas requirit constructibilium unionem, non quamcumque, sed debitam, ex conformitate modorum significandi illius constructionis tantum ad illam speciem constructionis requisitorum. Perfectio requirit constructibilium unionem, non quorumcumque, sed solum suppositi cum apposito, ex conformitate omnium modorum significandi causatam, cum sufficientia exprimendi mentis conceptum compositum secundum distantiam, et generandi perfectum sensum in animo auditoris. Et sic patet, quod perfectio super congruitatem addit propria principia, et similiter congruitas super constructionem, et ideo perfectio praesupponit congruitatem, et congruitas constructionem. Constructio ergo est passio sermonis prima, congruitas secunda, perfectio tertia et ultima.

posterior a ele. Isso fica claro a partir do que foi discutido: a gramaticalidade é posterior à construção e a completude é posterior à gramaticalidade. Porque a construção não requer nada a não ser a união dos construtíveis causada a partir da conformidade dos seus modos de significar, como em *vir est albus* (“O homem é branco”), que é uma construção tão boa quanto: *vir est bonus* (“O homem é bom”), pois, em cada uma dessas duas construções, há conformidade dos modos de significar. Entretanto, a gramaticalidade requer não uma união qualquer dos construtíveis, mas uma (união) devida: em conformidade com os modos de significar exigidos por uma construção específica. A completude requer não uma união qualquer dos construtíveis, mas somente aquela do suposto com o aposto, que é causada pela conformidade de todos os modos de significar e que seja suficiente para exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, e gerar um sentido completo na mente do ouvinte. E assim fica claro que a completude adiciona princípios próprios à gramaticalidade e, de um modo similar, a gramaticalidade à construção; logo, a completude pressupõe a gramaticalidade e a gramaticalidade a construção. Portanto, a construção é a primeira disposição do discurso, a gramaticalidade a segunda e a completude a terceira e última.

Et ut habeamus distinctum modum interrogandi de ipsis passionibus grammaticae, sciendum est, quod de differentiis constructionum, quae sunt transitivum et intransitivum, possumus quaerere per hoc interrogativum, *quae*? Sed de istis differentiis, quae sunt congruum et incongruum, possumus quaerere per hoc interrogativum, *qualis* ? Sed de istis differentiis, quae sunt perfectum et imperfectum, possumus quaerere per hoc interrogativum, *quanta* ? Unde versus: *quae* ? transitiva, intransitiva; *qualis* ? congrua, incongrua; *quanta* ? perfecta, imperfecta.

E para que tenhamos uma maneira apropriada de perguntar a respeito dessas disposições da gramática, saiba-se que, sobre as diferentes construções, podemos perguntar se são transitivas ou intransitivas por meio desta interrogação: *quae* ? (“O que ela é ?”). Para saber quais são gramaticais ou agramaticais, podemos perguntar: *qualis*? (“qual é sua qualidade (gramatical)?”). Para saber se são completas ou incompletas, podemos perguntar: *quanta* ? (“qual é seu grau (de completude)?”). Daí os versos:
 O que ela é?
 Transitiva, intransitiva.
 A qualidade qual é?
 Gramatical, agramatical.
 E quanto ao grau?
 Completa, incompleta.¹⁷¹

10 NOTAS DA TRADUÇÃO

- ¹ Cf. *Física I*, 184a 10-15
- ² A seguir, na apresentação dessas noções, TE lista seis tópicos que serão discutidos e utilizados como roteiro na apresentação de sua metalinguagem.
- ³ TE dedica os primeiros sete capítulos da *Gramática especulativa* à apresentação de sua metalinguagem, que é dividida da seguinte forma: 1) os cinco primeiros capítulos são uma exposição teórica de cinco das seis noções gerais que são listadas no *Prooemium auctoris*, “a introdução do autor”; 2) no capítulo VI, é feita a correlação entre os elementos da metalinguagem e os da linguagem, ou seja, entre os modos de significar, o signo, o vocábulo e a parte do discurso; 3) no capítulo VII, são apresentados os modos essenciais e acidentais do modo de significar.
- ⁴ TE aplica a distinção “ato-potência” na diferenciação entre modos ativos e passivos. Dessa forma, ele distingue entre as maneiras (modos ativos) pelas quais as palavras têm o potencial (*ratio*) de significar as propriedades das coisas e as maneiras (modos passivos) pelas quais essas propriedades podem ser efetivamente significadas pelas palavras, i.e., significadas em ato.
- ⁵ As propriedades das coisas têm um aspecto formal, as *rationes essendi* (disposições/formas de ser) e um aspecto material, o *modus essendi* (modo de ser). O intelecto apreende uma forma de ser como *ratio significandi passiva* porque possui uma disposição ou capacidade de entender ativa correspondente a essa forma passiva, i.e., o intelecto possui uma *ratio intelligendi activa*. A *ratio intelligendi passiva* (a disposição de ser entendida passiva) é um componente de um universal, ou *species intelligibilis* (forma/espécie inteligível), enquanto apreendido pelo intelecto, i.e., é a abstração da forma de ser de uma propriedade. Da mesma forma que o intelecto é capaz de entender uma propriedade, a linguagem é capaz de dar significado para essa propriedade; por conseguinte, existem, nas palavras, disposições ativas de significar, *rationes significandi activae*, correspondentes às *rationes intelligendi passivae* entendidas pelo intelecto.
- ⁶ Cf. acepções de SIGNIFICAÇÃO no Glossário.
- ⁷ Ao usar o conceito aristotélico de causa ou princípio eficiente, TE entende que o princípio ou causa meramente formal da palavra com vocábulo, i.e., da palavra como item lexical, não explica seu funcionamento nas construções sintáticas e que, portanto, tal função deve ser atribuída a uma causa ou princípio semântico intrínseco. Esse princípio é a expressão do conjunto dos modos de cossignificar que devem ser compatíveis nas construções sintáticas da gramática modista. Cf. o verbete CONSTRUÇÃO no Glossário.
- ⁸ Os modos de ser entendido passivos e de ser significado passivos são equivalentes às propriedades das coisas. As propriedades das coisas não entram diretamente no campo de estudos da gramática, porque fazem parte do domínio da filosofia natural (física). Como esses dois modos passivos equivalem a formalizações (*formalitates*) das propriedades do mundo, não podem ser princípios linguísticos das partes do discurso, a não ser formalmente.
- ⁹ Grosso modo, a corrente realista da filosofia medieval distingue dois tipos de intelecto: agente (universal) e paciente (particular). O intelecto agente, detentor dos universais, é uma espécie de repositório das formas universais e das propriedades das coisas: cores, formatos, dimensões, etc. e entidades imateriais como: “o homem”, “a humanidade”, “a cavalidade”, etc. O intelecto agente, ou universal, é o intermediário entre o intelecto do indivíduo, ou intelecto paciente, e os dados dos sentidos. Se, por um lado, as coisas só se tornam inteligíveis ao intelecto paciente por intermédio do intelecto agente, que lhe fornece as formas inteligíveis universais (*rationes/modi essendi*), por meio das quais são coentendidas as propriedades que se lhe apresentam aos sentidos, por outro lado, o intelecto paciente só é capaz de gerar seus próprios conceitos a partir dos dados dos sentidos. Logo, o intelecto individual é duplamente passivo: tanto porque é movido pelos dados

dos sentidos quanto porque não vê esses dados a não ser por meio do intelecto agente que lhe disponibiliza as formas universais.

- ¹⁰ Segundo TE, o gênero masculino deriva-se da propriedade da ação ou do agente e o gênero feminino da propriedade do que sofre uma ação ou do paciente. Deus é ato puro, por isso, não sofre nenhuma ação. Daí o porquê de argumentar-se que o nome “Deus”, de gênero masculino, está mais de acordo com a essência a que se refere do que o nome “Deidade”.
- ¹¹ A filosofia medieval não entende as privações como vazios ontológicos e sim como ausências: a cegueira não é um ente, é a ausência de um ente: a visão. Na *Metafísica* V, 1022b 23-1023a 7, Aristóteles expõe os diversos sentidos da palavra “privação” e explica sua existência como realidade na alma.
- ¹² De um modo geral, todas as entidades conhecidas – exceto Deus, os anjos, as almas e os espíritos, que são formas imateriais – são “substâncias separadas”, i.e., são entidades compostas de matéria e forma e são chamadas simplesmente de substâncias pela metafísica aristotélica medieval.
- ¹³ No artigo primeiro (a.1) da 78.^a questão (q.78) da primeira parte (1) da Suma Teológica (*Summa theologiae* 1, q.78, a.1), Tomás de Aquino define a privação (*privatio*) como a falta de uma qualidade que é própria à natureza de um ser e que, portanto, é definidora da identidade desse ser. Por exemplo, enquanto não ter asas é uma simples negação (*negatio*) para o homem, para a águia, esse fato representa uma privação. As ficções são combinações de propriedades de diferentes entidades reais, que a mente distinguiu umas das outras, armazenou na memória e combinou de uma maneira inusitada. Assim como só se conhecem as privações por meio daquilo que lhes é circunstancial, só se conhecem as ficções por meio das partes das coisas do mundo real que o intelecto combinou para formar essas entidades mentais. Na filosofia da Idade Média, um exemplo muito usado de privação é a cegueira, cujo conjunto de características circunstanciais redundam na falta de visão. Já um exemplo comum de ficção é a quimera. TE entende que, no caso das privações, e também das ficções, os modos de entender e os modos de ser são equivalentes, uma vez que se trata de realidades que se limitam ao mundo intramental.
- ¹⁴ Cf. *Metafísica* V, 1022b 23-1023a 7
- ¹⁵ O modo de entender ativo é uma operação do intelecto que entende uma propriedade do mundo. O modo de ser entendido passivo é o aspecto formal dessa propriedade enquanto produto do entendimento, i.e., enquanto um dos modos que compõem a significação de um conceito. Sendo assim, o modo de ser entendido equivale a uma propriedade do mundo enquanto apreensão da mente ou parte de um conceito.
- ¹⁶ O modo de ser, o modo de ser entendido passivo e o modo de ser significado passivo equivalem à mesma coisa: uma propriedade real. Portanto, TE considera esses modos iguais materialmente.
- ¹⁷ Um modo de ser significado passivo corresponde a uma propriedade cujo sujeito é uma coisa no mundo.
- ¹⁸ Para TE, as palavras são signos linguísticos.
- ¹⁹ O critério de análise da gramática especulativa é essencialmente semântico e formal, portanto, preocupa-se com a maneira como a linguagem reflete a realidade e não com a realidade ou com o intelecto em si mesmos. Assim, segundo a metalinguagem modista, essa análise interessa-se prioritariamente pelos modos de significar e cossignificar ativos e apenas acidentalmente pelos modos de ser, de ser entendido e de ser significado passivos.
- ²⁰ De acordo com o realismo de TE, os termos universais, como “homem”, “cadeira”, “árvore”, etc., são unidades ontológicas indivisíveis e esse fato reflete-se na linguagem. Quando, por exemplo, ouve-se a palavra “cadeira”, no singular, tem-se a idéia completa do que seja tal objeto, ou seja, o nome “cadeira” subsiste por si mesmo como unidade sem que seja necessário fazer menção de

sua enumerabilidade. Em oposição a isso, quando se ouve “cadeiras”, no plural, o conjunto de coisas que essa expressão evoca só pode ser entendido quando se faz referência às unidades que o compõem. Disso se conclui que a unidade pode existir (pode ter o ser, na linguagem da metafísica medieval) independentemente do número. Concorde com essa maneira de pensar, os gramáticos especulativos consideravam o número como um acidente do nome. Para TE, isso significa que todos os acidentes, i.e., o número, a espécie, a forma, o caso, etc. são acréscimos tanto à essência do nome quanto às essências das outras partes do discurso.

- ²¹ Na teoria de TE, os acidentes, que se constituem nos modos de significar acidentais, não definem a que gênero (classe de palavras) ou a que espécie (subgrupo em que uma palavra se inscreve dentro de uma classe) uma palavra pertence; tais distinções são levadas a efeito respectivamente pelo modo de significar essencial mais geral e por seus modos subalterno e específico.
- ²² No original latino, TE divide o modo essencial em *generalissimus*, *subalternus* e *specialissimus*; o uso do superlativo em *generalissimus* e *specialissimus* serve respectivamente para distinguir entre o caráter mais genérico da descrição das classes de palavras e o caráter mais específico da descrição das palavras que entram no inventário das diferentes espécies de uma mesma classe. O aspecto intermediário da descrição dos subconjuntos de uma mesma classe de palavras corresponde ao modo subalterno. O modo subalterno é, ao mesmo tempo, um modo essencial menos genérico e menos específico de uma parte do discurso. Nos termos das classificações da lógica medieval, que pressupõem o esquema da *arbor porphyriana* (BARNES, 2003), se o modo essencial mais geral expressa um gênero, o modo essencial subalterno expressa ao mesmo tempo uma espécie e um gênero: uma espécie com relação ao modo essencial mais geral e um gênero com relação ao modo essencial mais especial.
- ²³ Segundo De Libera, o termo técnico *suppositio*, “característico de toda a semântica da Idade Média tardia”, resulta do cruzamento das pesquisas gramaticais e lógicas anteriores ao séc. XIII com a semântica trinitária: “A teoria medieval da referência nasce do encontro entre o vocabulário lógico-gramatical da *suppositio*, ser sujeito de uma frase ou de uma proposição, e o vocabulário teológico do *suppositum* e da *persona*, caracterizando o Deus Uno e Trino como essência em três ‘suportes’ (‘hipóstases’, *supposita*) ou ‘Pessoas’ (*personae*)” (1990, p.36), que Boécio discutira no *De Trinitate*. No séc. XIV, Guilherme de Sherwood distinguia três tipos de suposição (denotação) para as palavras: a suposição material (como em “homem é um dissílabo”), a suposição simples, (como em “homem é uma espécie”, em que “homem” denota seu conceito simples) e a suposição pessoal determinada (como em “o homem corre”, em que “homem” pode se referir tanto a um só indivíduo quanto a um grupo de indivíduos (COVINGTON, 1984, p. 12). Na GS, o sentido geral de suposto é o de suposição pessoal determinada, i.e., um tipo de denotação em que uma palavra refere-se ou a um ser em particular ou à totalidade dos seres passados, presentes e futuros que essa palavra pode representar. Por exemplo, na GS, o termo “mesa” denota todas as mesas passadas, presentes e futuras. Portanto, “mesa” e todos os outros supostos desse gênero (como “homem”, “cadeira”, etc.), que se referem a um ser ou a uma totalidade de seres, podem ser classificados como pertencentes à classe dos nomes. Essa maneira de entender a referência dos termos resulta da adoção do conceito extensional do significado das palavras – um dos pressupostos teóricos da modística. Com a aplicação do conceito de suposição determinada em sua classificação das palavras, uma palavra qualquer é equivalente a um suposto pessoal determinado e, assim, pode denotar tanto um vocábulo isolado, com sentido completo (uma *dictio*), quanto uma parte do discurso (uma *pars orationis*). Assim, linguisticamente, “mesa” tanto denota um termo singular do gênero feminino, quanto um elemento da classe dos nomes que pode fazer parte de construções sintáticas. Entretanto, na sua classificação das palavras, além do uso desse critério lógico da suposição determinada, TE também utiliza um critério semântico: os modos de significar. Segundo a GS, para que “mesa” pertença à classe dos nomes é necessário que seu modo essencial de significar seja aquele da classe dos nomes. De acordo com TE, a classe dos nomes tem diversos modos de significar as propriedades metafísicas do mundo e o principal deles, o modo do hábito, ou do estado, e da permanência, cujo aspecto formal é o modo da apreensão determinada ou o modo de estar por si mesmo. O modo do estado, ou do hábito, e da permanência é também chamado de modo de um ente (*modus entis*) ou modo da substância. Em resumo, na GS de TE, a classe de palavras do termo “mesa” é determinada de duas maneiras: por meio da lógica, através da teoria da suposição, e por meio da metafísica, através da distinção

entre as palavras que significam a propriedade metafísica da mudança (os verbos) e as palavras que significam a propriedade metafísica da permanência e do estado ou da apreensão determinada (os nomes). Ou seja, uma vez que a palavra “mesa” denota por meio da suposição determinada e significa por meio dos submodos do modo essencial da permanência (materialmente) e da apreensão determinada (formalmente), ela pode ser classificada como pertencente à classe dos nomes. Cf. nota 30 da tradução.

- ²⁴ TE faz uma analogia entre seu método de classificação das palavras e a distinção entre gênero e espécie da lógica aristotélica; “coordenação” nesse trecho é sinônimo de “classificação”.
- ²⁵ Como se verá a seguir, por meio de sua distinção entre modos absolutos e respectivos, TE diferencia e explica os fenômenos da derivação e do funcionamento sintático das palavras.
- ²⁶ As construções sintáticas dos modistas são sempre de pares de elementos; assim em “O pálido Sócrates corre” há duas construções: uma entre “o pálido” e “Sócrates” e outra entre “Sócrates” e “corre”; nessas construções de apenas dois elementos, o dependente é sempre o elemento que possui menor grau de existência, no sentido metafísico do termo; por exemplo, “pálido” é um acidente de “Sócrates”, depende dele para existir, e é, portanto, a parte dependente (*dependens*) da construção, enquanto “Sócrates” é o determinante, i.e., elemento que determina o significado da construção (*terminans*).
- ²⁷ O uso do termo “etimologia” da GS deve ser entendido como o estudo dos modos de significar essenciais mais gerais de uma palavra que permitem que ela seja classificada como uma parte do discurso, i.e., ou como nome, ou como pronome, ou como verbo, ou como particípio, etc. Nessa acepção, etimologia é diferente tanto do estudo da etimologia interpretativa da Antiguidade e da alta Idade Média, e.g., das *Etimologias ou origens* de Isidoro de Sevilha (ca. 560-636), quanto da etimologia histórico-crítica alemã do séc. XIX.
- ²⁸ Em sua gramática, Donato enumera as partes do discurso e as ordena da seguinte forma: “Existem oito partes da oração: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Duas delas são as principais: o nome e o verbo” (*Ars minor* 585, 3-5 H).
- ²⁹ TE faz a distinção entre o modo de um ente e o modo da apreensão determinada do nome por meio da aplicação da dicotomia matéria-forma: do ponto de vista material, o nome significa a propriedade real por meio do modo de um ente que também está presente em outras classes de palavras, como na classe dos pronomes, por exemplo, e esse é o seu modo essencial mais geral; todavia, em seu aspecto formal, o nome difere de todas as outras classes por ser a única classe que significa pelo modo da apreensão determinada, sendo que esse é seu modo essencial específico; particularmente, com respeito à aplicação dessa distinção à diferença entre o nome e o pronome, pode-se afirmar que o nome, por um lado, tem a qualidade de marcar um ser real de maneira definitiva, enquanto que o pronome só o faz como que pelo empréstimo desse modo específico do nome; ou seja, o pronome é materialmente (modo de um ente) igual ao nome, mas precisa emprestar a forma (o modo da apreensão determinada) do nome; de acordo com essa classificação, o pronome parece ser considerado, semanticamente, como uma categoria preenchível.
- ³⁰ Traduziu-se *fluxus* por “mudança” e não por “fluir”, porque o primeiro termo parece transmitir melhor a idéia do fenômeno da alteração da realidade no tempo contida em *fluxus*.
- ³¹ Cf. PRISCIANO, *Institutiones* 2, 57, 1-7.
- ³² Cf. *Metafísica* 1018a 20-39 e a seção 4.2.3 deste trabalho.
- ³³ Para uma discussão da distinção “contrário/contraditório”, de acordo com a GS, cf. a seção 4.2.3 da parte introdutória.
- ³⁴ Os supostos são substitutos mentais das coisas do mundo; uma pluralidade de supostos que têm a mesma propriedade formam um conjunto de entidades do mesmo gênero que é significado pelo

mesmo nome comum. Os lógicos medievais chamavam um conjunto como esse de “uma intenção universal”, “natureza comum” ou “universal”. Cf. nota 23 da tradução.

- ³⁵ Assim como há uma propriedade nas coisas que faz com que elas sejam reconhecidas como pertencentes a conjuntos de coisas (gêneros e espécies) e, portanto, façam referência a um universal, há também uma propriedade que distingue os indivíduos de uma mesma espécie entre si. Os lógicos medievais chamavam essa propriedade de “intenção de individuação”.
- ³⁶ Os nomes adjetivos, constituídos a partir do modo de aderir, não têm significação própria porque dependem da significação do nome que definem.
- ³⁷ Por exemplo, em “pedra branca”, o significado de “branca” participa do significado da essência “brancura”, que está na pedra como um acidente, ou uma qualidade, está em uma substância. O adjetivo “branca” de “pedra branca” (a brancura desta pedra), além de não significar a participação plena na qualidade universal “brancura”, também não pode significar isoladamente, mas precisa ligar-se à significação de um ente positivo, a pedra; portanto, o nome adjetivo “branca”, em “pedra branca”, não significa independentemente por meio do modo de um ente e da apreensão determinada, mas recebe sua significação tanto de um universal (a brancura) quanto de um nome de uma substância e, assim, significa um acidente, ou qualidade, dessa substância (a pedra). Como se vê, a explicação da GS para a significação dos nomes adjetivos fundamenta-se nos postulados da metafísica aristotélica medieval.
- ³⁸ Para TE, as definições “animal racional” e “corpo animado” são, na verdade, redundâncias, uma vez que a espécie “racional” está contida no gênero “animal” e a espécie “animado” está contida em “corpo”. Assim, a oposição de “racional” a “animal” e de “animado” a “corpo” serve meramente para ressaltar o que se entende por “racional” e “animado” e não há uma necessidade lógica que autorize a gramaticalidade desse par de construções. Portanto, “racional” e “animal” não significam por meio do modo de aderir e não são adjetivos. Por meio da discussão desses dois contra-exemplos, TE oferece uma explicação para as construções de tipo “nome substantivo + nome adjetivo” que tem respaldo na lógica aristotélica medieval.
- ³⁹ A “segunda intenção do gênero” é a classificação dos indivíduos como pertencentes a uma mesma espécie ou a espécies diferentes de acordo com a definição das suas propriedades. A classificação de um indivíduo em um determinado gênero é a sua “primeira intenção do gênero”.
- ⁴⁰ As expressões primitivas são aquelas que significam por meio do modo geral de estar por si mesmo (o primeiro desta lista), como “flor” e “pedra”.
- ⁴¹ O adjetivo demonstrativo é o nome do adjetivo em sua definição, no sentido de suposto material, como na sentença: “A palavra ‘branco’ é um nome adjetivo”.
- ⁴² O número é entendido como um traço accidental que não está presente no adjetivo entendido de maneira simples e absoluta: a expressão “cavalos brancos” depende das definições de “cavalo” e de “branco”, no singular, como unidades essenciais, para ser entendida. O contrário não acontece: o entendimento de “cavalo” e de “branco” subsiste sem o entendimento de “cavalos” e de “brancos”. Na GS, essa é uma aplicação da distinção metafísica entre a substância e o acidente à classificação dos tipos de nomes adjetivos da língua latina.
- ⁴³ De acordo com o *Dicionário latino-português* de Torrinha (1942, p.880), *tot*, “tanto”, classifica-se como pronome, *talís* (*ibid.*, p. 855), “tal”, como adjetivo ou pronome demonstrativo, *tantus* (*ibid.*, p. 856), “tão grande”, como adjetivo.
- ⁴⁴ Exceder o termo é atribuir a uma palavra um significado que vai além do seu sentido básico. Do ponto de vista morfossemântico das gramáticas especulativas, isso se dá pelo acréscimo de um sentido que corresponda a uma alteração na forma básica da palavra. Por exemplo, *albior*, “mais branco”, e *albissimus*, “o mais branco”, excedem o sentido simples de *albus*, “branco”, ao lhe acrescentarem os graus comparativo e superlativo, que vão além do seu sentido básico e, como

resultado dessas mudanças de sentido, ocorrem alterações correspondentes na forma simples da palavra.

- ⁴⁵ O excesso que o grau comparativo denota no adjetivo é intrínseco (interno) porque não ultrapassa o limite da essência que o adjetivo transmite aos nomes que qualifica. No caso de “branco”, por exemplo, essa essência, natureza comum, é a “brancura”. A brancura pode se manifestar em diferentes graus: uma coisa pode ser mais ou menos branca que outra. Todavia, para TE, a referência do campo semântico (os modos de significar) de “branco” restringe-se apenas ao conjunto de todas as coisas reais que são brancas e podem ser comparadas entre si. Por isso, o superlativo “branquíssimo” excede o limite do conjunto em que estão englobados todos os elementos que, em graus diferentes, participam do universal “brancura”. Logo, “o branquíssimo” pode ser entendido como um elemento, de um conjunto de um só elemento, que transcende o conjunto do grau comparativo de participação de todas as coisas brancas que participam da essência da brancura. Dessa forma, sem recorrer a uma explicação morfológica, TE trata a diferença entre os graus comparativo e superlativo dos adjetivos de uma maneira semântica e coerente com os pressupostos teóricos da metafísica aristotélica que procura manter ao longo da GS.
- ⁴⁶ A palavra “termo”, como é aqui usada por TE, tem dois sentidos: o termo é, primeiramente, a palavra, a expressão verbal, o elemento irreduzível da sentença. Em segundo lugar, o termo é o limite até o qual ou a partir de que se estende o significado de um vocábulo. Assim, enquanto o grau comparativo (mais/menos + adjetivo) estende (excede “intrinsecamente”) a significação de um adjetivo até o seu limite básico, o grau superlativo faz com que a significação transcenda infinitamente esse limite.
- ⁴⁷ Esse modo deve ser entendido como a delimitação da significação de um termo em relação a outro termo. No caso do adjetivo relacional, essa delimitação tem a ver com as significações de nomes adjetivos que indicam relações de semelhança ou parentesco.
- ⁴⁸ O adjetivo relacional corresponde a predicados relacionais do tipo “x ser filho de y”, como em “João é filho de Pedro”.
- ⁴⁹ Para a maioria dos modistas (exceção feita a Siger de Courtrai) existem dois aspectos gerais da realidade que a língua representa: a permanência, representada pelos nomes e pronomes, e a mudança, representada pelos verbos e participios. Os adjetivos são nomes e por isso significam a propriedade geral da permanência. TE considera que os adjetivos como “amável” e “afável” e os gerúndios latinos, como *amandus* (capaz de ser amado), como nominalizações de verbos, são como que formas “congeladas” (nominais) da natureza essencialmente fluida dos verbos. Os adjetivos verbais, que são as palavras de tipo “x-vel” e os gerúndios, podem ser empregados como adjetivos atributivos, como em “homem louvável” (*vir laudandus*), ou como adjetivos predicativos, como em “som audível” (*vox audienda*). Portanto, os adjetivos verbais se comportam semanticamente como nomes: eles têm flexão casual e são frequentemente usados no nominativo, inclusive. Dessa forma, TE concede o estatuto de nomes a esses adjetivos verbais e os inclui na sua lista de adjetivos.
- ⁵⁰ TE não considera o gerúndio e o participio presente do latim como nomes adjetivos. Faz isso a partir da constatação de seu comportamento ambíguo: comportam-se como nomes (têm flexão casual), mas, por exemplo, podem ser modificados por um advérbio. Portanto, o gerúndio e o participio presente não se incluem na classe dos nomes, uma vez que TE entende que seu comportamento semântico (seu modo de significar mais geral) é mais de natureza verbal do que nominal.
- ⁵¹ A expressão ou palavra é o som significativo (*vox significativa*). Os modistas distinguiam entre som e significado, mas, para eles, essa distinção era meramente formal, porque viam o som como subordinado ao significado na palavra. Na verdade, o significado era a parte determinante da expressão e o som era meramente o veículo material que se dispunha à transmissão do significado. Por conta dessa forte subordinação do significante ao significado, para os modistas, as diferenças de aspecto formal entre palavras eram sempre associadas a diferenças de

significado. Nesse sentido, como a doutrina da derivação das palavras de TE baseia-se tanto na metafísica aristotélica quanto nos princípios da etimologia interpretativa que o modismo havia herdado da Antiguidade, os significados derivados eram vistos como oriundos de significados primitivos e mais essenciais. Assim, “brancura”, um nome comum substantivo, remete a um significado primitivo ou simples. Já “branco”, um nome comum adjetivo, tem um significado que se deriva do significado primitivo de “brancura”. Dessa forma, ao afirmar que alguns adjetivos temporais se derivam de advérbios no que se refere à expressão, TE quer dizer que as expressões (os sons significativos) de que se derivam esses adjetivos são detentoras de um significado mais primitivo e mais essencial.

- ⁵² Tomás de Aquino afirma que o indivíduo é a substância enquanto “indivisa em si e distinta de qualquer outra” (*Summa theologiae* I, q.29, a.4). Na 18.^a parte do segundo capítulo de seu *O ente e a essência*, Aquino declara “a designação do indivíduo a respeito da espécie é pela matéria determinada pelas dimensões; a designação, porém, da espécie a respeito do gênero é pela diferença constitutiva, que é derivada a forma da coisa” (*De ente et essentia* II, 18). Os grupos lógicos aristotélicos que os escolásticos usavam em suas classificações das coisas do mundo eram três: o gênero, a espécie e a diferença específica. Um gênero qualquer se dividia em espécies subalternas através da diferença específica (a diferenciação entre suas espécies). As espécies, por sua vez, se dividem em indivíduos. Como se lê na segunda citação acima, há uma distinção formal (de forma) entre os gêneros e suas espécies e uma distinção material (de matéria) entre as espécies e os indivíduos que ela comporta. Ou seja, enquanto o que difere uma espécie de outra de um mesmo gênero – por exemplo, o que difere uma águia de um falcão – são suas especificidades dentro desse mesmo gênero (o dos pássaros), o que difere dois indivíduos de uma mesma espécie (dois falcões) é unicamente a quantidade de matéria que cada um possui. Tomás de Aquino chama essa quantidade de matéria determinada. Em linhas gerais, TE adota a maneira tomista de pensar o indivíduo. Como resultado disso, para TE, a propriedade da individuação é a determinação (a quantidade de matéria) exclusiva que pertence a cada um dos indivíduos de uma espécie. Essa determinação é uma propriedade do universo e, portanto, tem uma maneira (um modo) de ser significada. Tal modo é o modo da apreensão determinada, que é um modo essencial (formal) do nome e que corresponde a essa propriedade da determinação ou individuação. Portanto, o nome próprio significa por meio do modo de significar a propriedade da individuação ou da matéria determinada.
- ⁵³ A enumeração dos nomes próprios de TE é uma transposição da classificação de Prisciano: “os nomes próprios são classificados em quatro espécies: prenome, nome, cognome, agnome.” (*Institutiones* 2, 57, 12). No entanto, as justificativas de TE para essa classificação são diferentes das usadas por Prisciano: TE atribui essa divisão às propriedades reais que esses nomes significam, enquanto Prisciano aponta as motivações históricas que teriam originado essa divisão em quatro espécies.
- ⁵⁴ O cognome é um nome próprio compartilhado.
- ⁵⁵ TE conclui sua discussão dos vários tipos de nomes com essa alusão aos nomes que não foram classificados de maneira específica em seu inventário dos nomes adjetivos e substantivos que se incluem sob o domínio dos vários modos especiais do nome. Esses nomes, que não são classificados de acordo com modos especiais, são tidos por ele como passíveis de serem incluídos em alguma das vinte e quatro espécies de adjetivos ou nas quatro de nomes próprios. TE explica que há adjetivos que possuem certas diferenças tão mínimas de forma (expressão) ou significado que tais diferenças não justificariam a criação de um número ainda maior de espécies. É o caso dos adjetivos sinônimos, por exemplo, cujos significados são muito próximos, apesar da diferença em expressão. Bursill-Hall (1971, p. 145) interpreta essa medida econômica como a constatação, da parte de TE, da limitação do critério da exaustividade classificatória adotada no seu inventário das várias espécies do nome.
- ⁵⁶ Donato considerava a qualidade como um acidente do nome: “A qualidade do nome é bipartida: ou os nomes são próprios ou apelativos” (*Ars minor* 585, 8-9 H). TE, por sua vez, considera a qualidade como um modo de significar essencial subalterno do nome. Donato descrevera a qualidade como a característica acidental que o nome tem de denominar e individualizar um

elemento. Segundo TE, a qualidade é uma propriedade essencial, porque a disposição (a capacidade) de denominar (modo próprio) e de individualizar (modo apelativo) são propriedades básicas do nome. Ou seja, a qualidade, diferentemente do número e do gênero, faz parte da essência do nome e, enquanto é possível entender o nome sem o número ou o gênero, é impossível entendê-lo sem suas disposições (suas capacidades) de denominar e de individualizar. TE adiciona a essa justificativa o fato de uma espécie de nome derivar-se da disposição básica de denominar: o nome próprio.

- ⁵⁷ “São três os graus de comparação: positivo, comparativo, superlativo; positivo, como ‘forte’, comparativo, como ‘mais forte’, superlativo, como ‘fortíssimo’” (*Ars minor* 585, 9-10 H). O grau “positivo” é a forma básica ou grau zero de comparação de um adjetivo.
- ⁵⁸ O entendimento básico do nome corresponde à forma básica do nome. Em uma interpretação de critério morfológico, a forma básica do nome adjetivo “forte” seria algo como “fort-”. Entretanto, o critério de análise das palavras dos modistas é semântico e não recorre a uma análise morfológica do tipo da que se acabou de fazer. Ao invés disso, os modistas emprestam um conceito da metafísica aristotélica e identificam o entendimento absoluto de um nome com a palavra que significa a substância mais simples que possa ser denotada por esse nome: no caso de “forte”, esse significado essencial, ou universal, é “a força”. Nesse sentido, os adjetivos “mais forte” (*fortior*) e “fortíssimo” (*fortissimus*) têm significados adicionais que estendem a relação simples (absoluta) entre “forte” (*fortis*) e sua essência: “a força” (*fortitudo*). Ao discutir a derivação dos nomes, TE retomará essa distinção aristotélica entre o termo absoluto (simples) e o termo derivado (composto) e identificará o termo primitivo com o termo absoluto.
- ⁵⁹ Na época de TE, ao que parece, existia um grupo de gramáticos que defendiam uma explicação formal para a derivação das palavras. Assim, por exemplo, o nome “branco” daria origem ao nome “brancura”. Como se viu em nota anterior, com base na metafísica de sua época, TE postula exatamente o contrário: “branco” se deriva de “brancura” porque esta se refere à essência significativa de que o significado de “branco” participa. Uma derivação meramente formal não faz sentido em uma interpretação como essa.
- ⁶⁰ O adjetivo “separadas”, que TE usa para caracterizar um certo conjunto de coisas, pode ser traduzido por “compostas” ou “complexas”. De acordo com Tomás de Aquino (*De ente et essentia* I, 8-10), as coisas compostas (ou separadas) formam o conjunto das coisas que podem ser entendidas como constituídas de forma e matéria: “Nas substâncias compostas nota-se a forma e a matéria, como no homem a alma e o corpo”.
- ⁶¹ Donato utilizou-se de um critério formal para definir os gêneros das palavras: a anteposição de pronome (ou artigo, na tradução para o português) antes de um nome: “Os gêneros dos nomes são quatro: masculino, feminino, neutro e comum. O nome masculino é aquele a que se antepõe o pronome (ou o artigo) de número singular e de caso nominativo masculino, como em ‘esse/o mestre’ (*hic magister*). O nome feminino é aquele a que se antepõe o pronome ou o artigo de número singular e de caso nominativo feminino, ‘essa/a musa’ (*haec musa*) [...] O nome comum é aquele que pode significar tanto o masculino quanto o feminino, como em ‘esse sacerdote’ (*hic et haec sacerdos*).” A tradução para o português deste último exemplo não exemplifica o gênero comum de Donato: em português, um exemplo de nome de gênero comum seria “o/a/este/esta estudante”. Outra possibilidade é a conjunção de um nome masculino e outro feminino que resulta em um nome comum: “homem e mulher velhos”.
- ⁶² Os nomes adjetivos podem significar mais de um gênero porque sua significação depende da significação do nome substantivo que qualificam. Para TE, isso demonstra a dependência do significado do nome adjetivo no significado da substância do nome substantivo.
- ⁶³ Ao discutir o problema do número em seu *Quomodo Trinitas Unus Deus Ac Non Tres Dii (Como a Trindade é um Deus e não Três)*, Boécio afirma que o princípio da pluralidade, e do número, é a diferença, a qual não existe em Deus. Nos demais seres, essa diferença produz a alteridade (o diferenciar-se do outro). A definição boeciana do número, que tem a alteridade (a diferença) como centro, terá forte influência sobre o pensamento medieval posterior. Cf. NÚMERO no Glossário.

-
- ⁶⁴ A noção de número que TE tinha em mente não tem nada a ver com o caráter quantitativo da matéria postulado pela física posterior ao séc. XVI. O número, para os antigos e medievais, não é um contínuo infinito. Pelo contrário, o uno, a díade, a tríade, etc., são determinações concretas e não quantidades fracionáveis: os números não são marcadores de intervalos infinitos, mas sim de oposições qualitativas. A unidade é igual ao ente, porque todo ser é essencialmente uno (indivisível). A dualidade equivale à alteridade, porque a existência do uno é delimitada/determinada pela existência do outro (MARZOA, 1984, p.81). TE define o número como unidade numérica baseado na definição de número de Aristóteles. Segundo essa definição, “[...] todo número é múltiplo porque consiste de *uns* e porque todo número é mensurável pelo *um* (uno)” (*Metafísica X*, 1056b 23-4). A partir dessa definição, TE entende a unidade numérica de duas maneiras: como o uno (*unitate*), uma entidade transcendental, e como a segmentação (*unitate mensurata*) de um contínuo, que ele chama de número material. A repetição da manifestação do uno transcendental é o que possibilita a percepção, em um conjunto de entidades, das espécies como distintas umas das outras. TE chama de número de essências ou número de espécies a essa aplicação do conceito metafísico do uno transcendental para explicar o fenômeno da multiplicação da unidade em espécies diferentes.
- ⁶⁵ Enquanto o número de essências ou espécies diz respeito a conjuntos de indivíduos, por exemplo, “o homem”, “a mesa”, etc., o número material se refere à diferenciação entre os indivíduos que compõem uma mesma espécie. A noção de manifestação multiplicativa do uno transcendental apresentada na nota 64, que se aplica ao número de essências, é aplicada igualmente ao número material.
- ⁶⁶ A diferença de significado entre as palavras que compõem um vocábulo e esse vocábulo é o que TE chama de *distantia*. Ou seja, TE entende que as palavras compostas “distanciam-se” de seus significados originais (essenciais) por meio da composição.
- ⁶⁷ Há uma explicação da teoria do caso de TE na seção 4.2.2.2 e no Glossário.
- ⁶⁸ As coisas compostas fazem parte do conjunto das substâncias, que se constituem de forma e matéria prima. Cf. FORMA como termo técnico da Escolástica no Glossário.
- ⁶⁹ O nominativo tem duas propriedades: a propriedade de ser independente, que é característica do suposto (do sujeito) da sentença, e a propriedade de ser o outro do verbo, que é a disposição que o suposto tem de dar início à ação do verbo, ou seja, de ativar os modos de cossignificar do verbo. TE considera o nominativo como um princípio ativador da predicação verbal: essa influência do nominativo sobre o verbo é o que ele chama de “o outro”, *alterum*, que o verbo predica.
- ⁷⁰ Como “outro” do verbo, o nome, por meio do modo nominativo, aciona os modos de cossignificar o modo da composição no verbo, o que dá origem a uma construção sintática.
- ⁷¹ O nominativo é o modo acidental de o nome significar a propriedade de principiar. Essa propriedade recebe a adição das propriedades secundárias de “ser independente” (*quod*) ou de “ser o outro do verbo” (*ut quod est alterum*) e não a das propriedades de subsistir (*in quo*) ou de ser enunciável (*de quo*), que são propriedades significadas pelo ablativo e não pelo nominativo. As preposições *de* e *in* dependem do nome com marcação de caso ablativo e não de caso nominativo.
- ⁷² Da mesma forma que se observou no nominativo, em que “o outro” do verbo é o nome, o genitivo também tem a propriedade de ser o outro do verbo e, portanto, de principiar ou determinar a ação do verbo. Além da propriedade de ser o outro do verbo, o genitivo também significa a propriedade de marcar a pertença de algo ao elemento nominal. Por exemplo, na sentença “Tenho pena de Sócrates”, “pena” é “algo” que pertence ao “outro” (i.e., ao nome) da relação “nome-verbo”.
- ⁷³ Como no nominativo e no genitivo, o dativo tem uma propriedade geral, i.e., ser o “outro” com relação ao verbo, a saber: o outro elemento da construção “nome(dativo)-verbo”. Como nos

outros casos, o dativo tem uma característica adicional que o especifica: o modo de significar a propriedade “enquanto ‘para quem’ o outro é adquirido ou dado”.

- ⁷⁴ TE utiliza esses dois exemplos para demonstrar o funcionamento do modo dativo em frases intransitivas (*similis Socrati*) e transitivas (*faveo Socrati*). Nas frases intransitivas, o modo dativo significa a propriedade de principiar a ação do verbo (*ut cui alterum acquiritur vel datur*) e, simultaneamente, significa a propriedade de dar ou receber (*cui*). Nas frases transitivas, as quais não necessitam ser verbais, mas em que as pessoas gramaticais são necessariamente distintas, i.e., não correferenciais, o modo dativo significa a propriedade de finalizar a ação do verbo e, simultaneamente, significa a propriedade de dar ou receber.
- ⁷⁵ Essa definição é a seguinte: os modos acidentais principais (gerais) dos casos significam ou a propriedade do princípio ou a do término da ação, ou ambas.
- ⁷⁶ Nessas construções, de tipo “acusativo + verbo no infinitivo”, o nome acusativo não significaria a propriedade de direcionar a ação do verbo. Nesse contexto, o acusativo não possui, por exemplo, a propriedade de direcionar a ação do verbo que possui nas sentenças que os modistas consideravam como sendo de ordem natural, de tipo SVO (sujeito-verbo-objeto). De fato, nesse tipo de construção, o acusativo possui apenas a propriedade geral de principiar a ação do verbo da mesma forma que o nominativo a possui.
- ⁷⁷ Segundo a *Gramática da língua portuguesa* de Celso Cunha, esse acusativo corresponde ao objeto direto não preposicionado, representado por um substantivo (CUNHA, 1980, p. 151).
- ⁷⁸ Na construção latina em que o acusativo corresponde ao objeto direto preposicionado do português, o significado da preposição e o significado do verbo se ligam diretamente ao significado do nome acusativo. Isso quer dizer que o significado do verbo não é determinado pelo significado do nome acusativo por intermédio do significado da preposição, mas que o significado do nome determina simultaneamente o significado do verbo e o da preposição que rege acusativo. Essa relação de dependência da preposição e do verbo, nesse tipo de construção de acusativo, pode ser representada assim: *ad* → *campum* ← *curro* (Ao campo corro), em que as setas apontam das palavras dependentes ao termo de que dependem.
- ⁷⁹ Uma construção pode ser transitiva de ato estimulado, como na construção de vocativo “Ó Henrique!” (*o Henrice*) ou pode ser transitiva de ato significado, como na construção de genitivo “Tenho pena de Sócrates” (*misereor Socratis*). Essas construções são ambas de ações: no primeiro exemplo, a interjeição “ó” assume o lugar do verbo e, por meio de seus modos de significar, significa a propriedade de estimular ou impelir; no segundo exemplo, o verbo *misereor* (ter pena de) significa a ação do sujeito agente. A diferença entre os dois pode ser exemplificada nesses mesmos exemplos: enquanto, no primeiro exemplo, o vocativo “*Henrice*” não é capaz de finalizar a ação a não ser como termo dependente da interjeição *o*, que assume o lugar do verbo, no segundo exemplo, o genitivo *Socratis* finaliza a ação do verbo dependente como termo independente da construção. Outra diferença é que enquanto a interjeição “ó” não significa nada fora da construção de vocativo, o verbo *misereor* tem significado isoladamente.
- ⁸⁰ Aqui a palavra “caso” deve ser entendida genericamente no sentido de propriedade casual (acidental) que aparece nas palavras sob a forma de algum tipo de inflexão que não se restringe somente aos casos das cinco declinações do nome, i.e., não só como nominativo, genitivo, etc., mas também como as flexões de número (singular e plural) e de pessoa (primeira, segunda e terceira).
- ⁸¹ Cf. DONATO, *Ars maior* 624, 5-628, 13 H.
- ⁸² O pronome compartilha o modo de um ente (*modus entis*) com o nome, mas difere do nome por possuir o modo da apreensão indeterminada no lugar do modo da apreensão determinada do nome.

-
- ⁸³ TE, que faz uso constante das categorias gramaticais de Donato e Prisciano, muitas vezes cita “os gramáticos antigos” de maneira interpretativa para corroborar suas opiniões em assuntos mais polêmicos. Como se verá logo a seguir, a idéia modista segundo a qual o pronome significa de maneira indeterminada era contestada por outros gramáticos.
- ⁸⁴ Segundo a metafísica medieval, as privações são as ausências das propriedades positivas do ser, como, por exemplo, a cegueira é a ausência ou privação da visão. Essa noção metafísica é adotada por TE, que a aplica ao estudo do pronome, considerando-o capaz de significar entidades privativas. A explicação de TE sobre essa disposição, ou capacidade (*ratio*), do pronome pode ser resumida da seguinte maneira: como as propriedades reais devem ter sempre seus correspondentes na derivação dos modos de significar das palavras, um modo de significar privativo, aparentemente, não deveria possuir nenhum correlato real. Todavia, o pronome pode fazer referência a nomes de privações, como a “cegueira”, por exemplo. Dessa forma, o pronome significa “significados não reais”, o que, de acordo com o realismo correspondentista de TE, é impossível. Para sair desse dilema, TE defende que as privações são entidades reais na mente, apesar de não o serem fora da mente, i.e., embora não sejam constatáveis na esfera das substâncias e das qualidades acessíveis aos sentidos, são entidades reais na mente. Como resultado disso, TE afirma que o pronome não significa “não significados” ao ser capaz de significar qualquer entidade de maneira irrestrita, seja essa entidade acessível aos sentidos ou estritamente mental. Nesse sentido, até mesmo entidades fantásticas são referenciáveis pelos pronomes. Portanto, segundo TE, as privações, como entidades reais na mente, são entes mentais positivos. Nesse sentido, ao significarem privações, os pronomes não significam “não significados”.
- ⁸⁵ Segundo TE, há dois modos de significar para as entidades genéricas: 1) o modo de significar o que há em comum entre as espécies de coisas acessíveis aos sentidos, como “cadeiras”, “mesas”, “cavalos”, etc.; 2) o modo de significar o que há em comum entre todas as espécies de tudo o que existe, o que comporta tanto as entidades acessíveis aos sentidos quanto as privações e até mesmo as fantasias (dragões, unicórnios, quimeras, etc.). Esse segundo modo de significar é o modo de significar o comum de maneira o mais simples (i.e., abrangente) possível, e, nesse caso, não há restrições quanto ao que pode ser significado genericamente. Como se viu na nota 84, TE afirma que o modo da apreensão indeterminada do pronome faz referência até mesmo a espaços aparentemente vazios de significado, nesse caso, às privações e negações, e que tais espaços são preenchíveis pelos significados privativos do modo de significar o comum de maneira simples. Nesse sentido, a definição do modo de significar o indeterminado é a definição do modo de significar o comum de maneira simples. Segue-se que o pronome, como possuidor do modo de significar a apreensão indeterminada, significa não só os entes acessíveis aos sentidos, mas também todos as nulidades, privações e fantasias da mente.
- ⁸⁶ “O pronome é uma parte do discurso que é aceita no lugar de qualquer nome próprio e admite pessoas finitas.” (PRISCIANO, *Institutiones* 2, 577, 1)
- ⁸⁷ A distinção que TE fará entre pronomes demonstrativos e relativos, em linhas gerais, é da seguinte forma: a demonstração (*demonstratio*) refere-se à simultaneidade do significado da substância na proferição do pronome, como quando se diz (apontando-se na direção de um cavalo): “Pedro comprou este cavalo há um mês”; a relação (*relatio*) se refere à ausência dessa simultaneidade, como quando se diz: “Pedro o vendeu ontem”. Essa distinção também se baseia na noção de primeira e segunda intenção, ou percepção: na primeira sentença, “este” é considerado como elemento de primeira intenção; na segunda sentença, o pronome “o” é tido como um elemento de segunda intenção, uma vez que faz referência a uma substância ausente, por exemplo, ao cavalo da primeira sentença.
- ⁸⁸ Há, na verdade, uma hierarquia na demonstração: o pronome “eu” (*ego*), que demonstra mais diretamente aos sentidos, é considerado o mais imediato; o pronome “tu” (*tu*), que demonstra menos diretamente que “eu” em relação aos sentidos, é considerado menos imediato que “eu”; finalmente, “ele” é menos imediato que “tu”. Se, por um lado, “tu” e “ele” recorrem mais ao intelecto (à memória), “eu”, por sua vez, recorre totalmente aos sentidos. Assim, os significados de “tu” e “ele” são vistos como *ad intellectum* (dependentes do intelecto) e o significado de “eu” como

ad sensum (dependente dos sentidos). Sendo assim, o pronome mais demonstrativo é o pronome pessoal “eu”, e “tu” e “ele” são, respectivamente, o segundo e o terceiro na hierarquia da demonstração.

- ⁸⁹ No ato de apontar para João e de dizer “Este é João”, TE identifica uma demonstração de caráter duplo e simultâneo: 1) a demonstração direta do indivíduo designado (uma demonstração *ad sensum*); 2) a informação adicional de que se trata de um referente singular de terceira pessoa (uma demonstração *ad intellectum*). Cf. notas 87 e 88.
- ⁹⁰ O que Donato chamou de qualidade infinita é reinterpretado por TE em sua teoria do pronome. Na GS, o pronome não é limitado a um significado específico. Em outras palavras, o pronome é entendido como uma parte neutra do discurso que pode remeter aos significados de diferentes nomes, ou de outros pronomes, sem possuir significado próprio.
- ⁹¹ O indivíduo a que “Sócrates” se refere é apreendido diretamente no ato em que esse nome é pronunciado na primeira sentença. Na segunda sentença, porém, a apreensão do indivíduo denotado por “Sócrates” se dá indiretamente por intermédio do pronome relativo “Ele”.
- ⁹² Segundo Bursill-Hall, os modos de significar primitivo e derivativo do pronome originam-se das mesmas propriedades que a espécie primitiva e a derivada do nome. No entanto, enquanto a espécie é um modo accidental do nome, o derivativo e o primitivo são modos subalternos do pronome. Isso significa que, enquanto as espécies primitiva e derivada causam modificações accidentais no mesmo tipo de nome, os modos accidental e derivativo representam tipos diferentes de pronome (1971, p. 66-67).
- ⁹³ Os pronomes *mei, tui, sui, nostri, vestri*, embora sejam classificados como possessivos neutros, têm significado reflexivo: “de meu ser” ou “minha pessoa”, “de teu ser” ou “tua pessoa”, etc. (Cf. GRIMAL *et alii*, 1986, p.33)
- ⁹⁴ O discurso perfeito é a terceira e última das três condições para que se observe a completude de uma sentença. A primeira é a construção (*constructio*), que é o mero emparelhamento entre as duas palavras de uma construção. A segunda é a gramaticalidade (*congruitas*), que é a condição de compatibilidade entre os modos de significar dessas duas palavras nessa construção. Por exemplo, a sentença “A taça bebeu o vinho” é aceitável tanto do ponto de vista de sua construção quanto do ponto de vista de sua gramaticalidade. Na completude (*perfectio*), que é a terceira e última etapa do processo sintático, observa-se se a construção faz ou não sentido do ponto de vista semântico, ou seja, é nessa fase final que uma construção é estabelecida como coerente ou rejeitada como incoerente. Nesse sentido, “A taça bebeu o vinho” é uma construção gramatical, mas é incompleta do ponto de vista semântico, porque não corresponde a uma proposição verificável. TE dá o nome de *passio sermonis* (disposição do discurso) a cada uma dessas fases ou estágios de uma construção sintática (COVINGTON, 1984, p. 35-36).
- ⁹⁵ A definição de Donato para os acidentes do pronome é a seguinte: “O pronome é uma parte da oração que é colocada no lugar do nome e que significa quase a mesma coisa que este. O pronome tem seis acidentes: qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso.” (*Ars minor* 588, 1-3 H).
- ⁹⁶ Esta definição do verbo de TE, parte da diferença fundamental entre nomes e verbos: enquanto os nomes denotam entidades estáveis (permanentes) da realidade, os verbos denotam as mudanças ou modificações a que essas entidades estão sujeitas. Por exemplo, na sentença “Pedro corre”, o nome “Pedro” faz referência a um existente estável (permanente), uma vez que “Pedro” sempre refere-se ao mesmo indivíduo no mundo. O predicado “corre” não se refere propriamente a um ser, mas a uma modificação sofrida por um ser e, portanto, não tem existência independente do nome que modifica. Assim, na teoria de TE, o nome é considerado o elemento independente e o verbo o elemento dependente de uma construção de tipo “nome + verbo”. Além disso, para TE, o verbo “distancia-se” da substância, ou seja, a ação verbal é um desdobramento que vai além da existência básica a que o significado do nome se refere. Em sua ontologia, TE identifica as propriedades da permanência (estabilidade) e da mudança como as duas características

fundamentais da realidade: as coisas são antes de se modificarem – o *ens* vem antes do *esse*. Dessas duas propriedades fundamentais são derivados os dois modos basilares da metalinguagem modista da GS: o modo de estar por si mesmo, do nome, e o modo de distar da substância, do verbo. É dessa distinção fundamental entre nomes e verbos que TE deriva sua definição geral do verbo. Esse procedimento é compreensível com base na metafísica aristotélica adotada por TE. Na metafísica aristotélica existem várias distinções que são utilizadas como parâmetros para o entendimento da realidade. Entre essas distinções, podem ser citadas: “matéria-forma”, “ato-potência”, “ente-ser”, “substância-acidente”. TE aplica a distinção matéria-forma à diferenciação básica entre verbo e nome discutida acima. O verbo e o nome têm matérias completamente diferentes: o verbo refere-se materialmente às mudanças que ocorrem em um ente; o nome refere-se materialmente à permanência de um ente em um mesmo estado.

- ⁹⁷ Da mesma maneira que TE utiliza-se da distinção “matéria-forma” para diferenciar o verbo do nome, aplica-a também na comparação e diferenciação entre o verbo e o particípio. O particípio é um tipo de palavra de difícil classificação, pois apresenta características tanto nominais (de adjetivo) quanto verbais. Por exemplo, o particípio latino *amans* pode ser traduzido tanto como “amante”, “que ama” quanto como “está amando”. Assim, a sentença *Homo amans* pode ser traduzida como “O amante”, “O homem que ama” ou “O homem que está amando”. De acordo com TE, o traço verbal do particípio deve-se ao fato de ele ter a mesma matéria do verbo. Essa matéria (ou essência) é identificada com o modo da mudança, que é essencial na diferenciação entre o verbo e o nome. De acordo com a mesma distinção “matéria-forma”, a diferença entre o verbo e o particípio diz respeito às formas distintas dessas classes de palavras: embora o particípio possua a mesma matéria do verbo (o modo da mudança) ele possui forma diferente, que é sua característica em comum com os nomes adjetivos. Essa característica comum entre particípios e adjetivos é o que TE chama de modo de aderir à substância ou, simplesmente, modo de aderir.
- ⁹⁸ Essa complementariedade entre o modo do ser, que o verbo tem em comum com o particípio, e o modo de distar da substância, que distingue o verbo de todas as outras classes de palavras, é o que TE chama de modo da composição. Isso explica-se pelo fato de TE transpor para a gramática a distinção “matéria-forma” da metafísica aristotélica: a matéria do verbo (o modo de ser – *esse*) é complementada por uma distinção específica – o modo de distar –, ou forma específica do verbo, que o distingue de todas as outras classes de palavras.
- ⁹⁹ Os pressupostos filosóficos dos modistas, que, de um modo geral, podem ser entendidos como embasados no aristotelismo medieval, parecem restringir-se apenas aos dados acessíveis aos sentidos como referentes do discurso linguístico e, conseqüentemente, como objetos de pesquisa gramatical. Isso cria um problema quando os itens lexicais analisados não parecem ser acessíveis aos sentidos. É o caso, por exemplo, das inteligências e dos seres sobrenaturais, como Deus e os anjos. Na discussão a seguir, TE discute se é possível utilizar o verbo, uma classe de palavras que fazem referência à sucessão e à mudança, para falar da imutabilidade divina.
- ¹⁰⁰ Aristóteles legou ao Ocidente um tratado intitulado *Da geração e corrupção* como complemento dos dois últimos livros de outro tratado, o *Dos céus*, que se constitui de quatro livros, em que ele trata da astronomia. O objetivo do *Da geração e corrupção* é demonstrar que existem dois princípios fundamentais no desenvolvimento de qualquer ser natural, a saber, seu vir-a-ser e seu deixar-de-ser. Além desses dois princípios fundamentais, entre o ser e o não ser existiria também um poder-ser, um ser-em-potencial. Naturalmente, o tempo tem um papel fundamental em um estudo dessa natureza: as coisas que não eram, agora são e, no futuro, deixarão de ser. Como o verbo é a classe de palavras que tem o tempo como um traço distintivo fundamental, TE utiliza os conceitos de geração e corrupção da física aristotélica em sua teoria do verbo.
- ¹⁰¹ No sexto livro de sua *Philosophiae consolacionis* (*A consolação da filosofia*), Boécio dá a seguinte definição de eternidade: *Aeternitas [...] est interminabilis vitae tota simul et perfecta possessio quod ex collatione temporalium clarius liquet* “A eternidade [...] é a posse perfeita e simultânea de uma vida que nunca se acaba, o que fica mais claro em comparação com as coisas temporais” (VI, 9-11). Na baixa Idade Média, a eternidade representava um problema linguístico tanto para o

teólogo quanto para o gramático. Para o teólogo, o problema resumia-se na seguinte questão: se não há um discurso temporal a respeito de Deus, como é possível falar sobre Ele? Para o gramático, a pergunta era: se é necessário abranger toda a realidade em uma teoria linguística semanticamente válida, i.e., se os princípios dessa teoria devem ser universais, como dar sentido a um discurso que faz referência ao não tempo, à eternidade? Como falar sobre a eternidade por meio de uma linguagem temporal? TE menciona a resposta tradicionalmente aceita: é possível falar sobre realidades extratemporais com base nas realidades temporais, i.e., é possível falar sobre a eternidade analogicamente às coisas sujeitas ao tempo.

- ¹⁰² De acordo com essa interpretação, que segue a definição de Boécio (Cf. Nota 103), Deus existe fora do tempo e todos os eventos, no tempo, são simultâneos da perspectiva dele. Segundo o verbete “eternity” da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, essa opinião tem defensores e críticos até os dias de hoje. Se por um lado, filósofos como Norman Kretzmann e Eleonore Stump argumentam a favor da eternidade divina de acordo com a tradição eternalista boeciana, e agostiniana, outros pensadores, como Anthony Kenny e Richard Swinburne, afirmam que o raciocínio por trás da argumentação eternalista é incoerente, porque a simultaneidade de todos os acontecimentos de todo os tempos é incompatível com o entendimento desses acontecimentos: ou no presente ou no passado ou no futuro. Assim, de acordo com a opinião anti-eternalista, não seria possível uma observação de toda a sucessão dos eventos fora da sucessão que provocaria uma mudança na substância do observador. Todavia, de acordo com a teóloga Katherin Rogers, se se considera que Deus criou um mundo em que todos os eventos devem ser ou anteriores ou posteriores ou simultâneos uns aos outros (ou A antes de B e C depois de B, ou A ao mesmo tempo em que B e C) e se Deus é imutável por princípio, então, Ele tem a perspectiva do tipo de relação simultânea para todos os acontecimentos: “A ao mesmo tempo em que B e C”. Há também pontos de vista “temporalistas” segundo os quais Deus existiria no tempo, i.e., teria um presente, um passado e um futuro. Para saber mais sobre esse assunto, o verbete “Eternity” da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, que possui referências aos trabalhos dos autores citados nesta nota e a outros que se dedicam, ou se dedicaram, à mesma questão pode ser consultado.
- ¹⁰³ Cf. *Física* IV, 217 b 29-222 a 10. Na *Física*, Aristóteles trata dos elementos intrínsecos que constituem os corpos naturais: sua matéria e sua forma. A matéria de um corpo é entendida como o substrato que permanece apesar das mudanças a que esse corpo é submetido. A forma é o elemento que determina o tipo de mudanças que esse corpo pode sofrer. É nesse livro que Aristóteles introduz seu famoso sistema de quatro causas ou princípios: material, formal, eficiente e final. A *Física* é, essencialmente, um estudo sobre a dinâmica dos corpos.
- ¹⁰⁴ Tipos especiais de corpos materiais são discutidos por Aristóteles em dois tratados: *Dos céus* e *Meteorologia*. Como o nome sugere, neste último são apresentados todos os fenômenos celestes. Aristóteles chama todos esses fenômenos de “meteoros”. Assim, por exemplo, a chuva, a neve, o trovão são chamados de meteoros. Segundo Aristóteles, esses fenômenos são formados a partir de misturas dos quatro elementos (fogo, ar, terra e água) por isso, ele também os chama de “mistos”. Essas formações se devem à influência dos corpos celestes, principalmente do sol. O calor do sol provocaria na terra uma espécie de exalação, de dois tipos: uma seca, da terra, e outra úmida, da água. A interação entre o calor do sol, a secura da terra e o frio da água misturaria essas exalações em diferentes proporções e daria origem à chuva, ao vento, ao relâmpago, etc. O relâmpago é tido como o corpo que mais rapidamente é gerado e em seguida se corrompe. Alguns acreditavam que se tratava de um fenômeno instantâneo. Essa, no entanto, não é a opinião de TE, para quem o relâmpago é um corpo material que, como todos os outros corpos, está submetido aos mesmos processos de geração e corrupção.
- ¹⁰⁵ O modo de um ente ou modo de estar por si mesmo (que também pode ser traduzido como “modo de subsistir por si mesmo” ou simplesmente como “modo de estar”) é a característica essencial do nome. O nome é entendido pelos modistas como um correlato linguístico de uma substância da realidade. Uma substância, no sentido realista moderado dos modistas, é qualquer entidade que seja acessível aos sentidos ou ao intelecto.
- ¹⁰⁶ A propriedade da essência determinada é característica das entidades reais que são apreensíveis pelos sentidos ou pela inteligência. Quando TE afirma que o modo de estar por si mesmo, do

nome, e de distar da substância, do verbo, derivam-se da propriedade da essência determinada, ele quer dizer que a forma apreensível, ou inteligível, dos verbos e dos nomes são, respectivamente, o modo de distar da substância e o modo da estar por si mesmo ou modo da apreensão determinada.

- ¹⁰⁷ De acordo com a ontologia aristotélica que os modistas assumem, todas as propriedades de cada entidade real podem ser classificadas em dez categorias gerais. Essas categorias gerais dividem-se em substância (a categoria principal que qualifica a entidade como membro de uma classe genérica: “o homem”, “o leão”, “a mesa”, etc.), e em nove acidentes da substância: quantidade, qualidade, relação, tempo, lugar, posição, condição, ação, paixão. Os nove acidentes da substância são as propriedades fundamentais que cada substância particular possui: sua localização (lugar), seu agir (ação), as ações que sofre (paixão), sua relação com outras substâncias (relação), etc. Para se saber se algo é ou não é uma substância, basta que as propriedades desse algo possam ser classificadas de acordo com algum dos nove acidentes. Por exemplo, se é possível afirmar que alguém “mora em Atenas” (lugar) e “faz belos discursos” (ação), tem-se o preenchimento das condições necessárias para determinar que esse alguém é uma substância. Os modistas chamam as propriedades que podem ser classificadas de acordo com as dez categorias de modos de ser (*modi essendi*). Para cada modo de ser (*modus essendi*), ou propriedade (*proprietas rei*), existe um modo de essa propriedade ser entendida (*modus intelligendi passivus*) e também um modo de ela ser significada (*modus significandi passivus*). Como muitas propriedades podem encontrar-se em uma mesma substância, é apenas razoável que haja um número equivalente de modos de essas propriedades serem entendidas pela mente e significadas pela linguagem. Na teoria modista, as metaclases linguísticas (os modos essenciais mais gerais de significar) correspondem a cada uma dessas categorias. Por exemplo, o modo de um ente corresponde à categoria da substância.
- ¹⁰⁸ A diferença entre o modo de aderir à essência do outro e de aderir ao ser do outro é que, enquanto a essência representa o aspecto individual e permanente de uma entidade, o ser representa as mudanças que a atingem. Se, por um lado, a essência de uma entidade é significada pelos nomes, o fato dessa entidade existir (ser isto ou aquilo), é, por outro lado, significado pelos verbos e participios. Por isso, o modo de aderir à essência do outro é próprio dos nomes adjetivos e o modo de aderir ao ser do outro é próprio dos verbos e participios. O “outro”, nesses dois casos, é o nome que é acompanhado por um adjetivo, um participio ou um verbo e que é o correlato linguístico de uma entidade real.
- ¹⁰⁹ Segundo a teoria modista, o participio acrescenta um novo sentido ao sentido básico de um item lexical. O modo de aderir ao ser de outro dispõe o participio tanto a aderir a um nome, e funcionar como adjetivo desse nome (modo de aderir a outro), quanto a expressar uma propriedade verbal a respeito desse nome: uma modificação na substância (modo da mudança). Portanto, o participio tem características tanto nominais quanto verbais. TE utiliza o traço nominal do participio para diferenciá-lo do verbo. De fato, o traço nominal é a forma do participio que se opõe à forma do verbo, que é o modo de distar da substância, i.e., o modo de ser diferente do nome, que corresponde à ausência do traço nominal no verbo. Por exemplo, no sintagma nominal: “A moça adormecida”, o participio “adormecida” é ao mesmo tempo um adjetivo e um elemento verbal, porque expressa tanto o significado verbal que se diferencia do nome-sujeito (“A moça dorme”), quanto um fator accidental que adere à substância “moça”, a saber: “adormecida”. Diferentemente, em “A moça dorme”, o verbo “dorme” não possui um traço nominal e se refere apenas a uma diferenciação da substância.
- ¹¹⁰ O verbo “ser” a que TE se refere nesse trecho é o verbo “ser” com sentido existencial do latim. Por exemplo, a sentença *Petrus est* deve ser traduzida como “Pedro existe” e não como “Pedro é” (em latim, quando o verbo *esse* (ser) acompanha um sujeito e não é seguido de complemento, tem o sentido de “existir”). Nessa passagem, TE procura refutar o argumento de que o verbo “ser” em frases como *Petrus est* não tem o modo de distar da substância, já que *Petrus est*, “Pedro existe”, e *Petrus*, “Pedro”, significam a mesma coisa, ou seja, são expressões sinônimas que fazem referência ao mesmo indivíduo no mundo: *Petrus*. De acordo com esse argumento, se *est* (existe) se distanciasse (i.e., fosse diferente) de *Petrus*, *Petrus est* seria um não ente, ou seja, não existiria. Trata-se, portanto, de um argumento que vai contra os pressupostos metafísicos que sustentam a

teoria dos modistas. TE refuta esse argumento de três maneiras: (1) *Petrus* e *est* são, respectivamente, sujeito e predicado, não em sentido físico, mas em sentido gramatical; logo, linguisticamente, *Petrus* e *est* são essencialmente diferentes. Portanto, em sentido gramatical, o verbo *esse* dista (distingue-se) do seu sujeito. Todavia, essa diferença de essências é meramente linguística e, assim, não há diferença real entre o indivíduo denotado pelo nome próprio *Petrus* e sua existência no mundo, que é denotada por *est*. TE explica essa diferença essencial em termos da distinção “matéria-forma”: na frase *Petrus est*, o nome próprio *Petrus*, por um lado, denota um referente no mundo de maneira direta e é o aspecto material do significado, o que, sintaticamente, equivale ao sujeito de uma proposição de tipo “sujeito-predicado”; o verbo *est* (“é”), por sua vez, denota o referente do ponto de vista de sua existência e, portanto, é o aspecto formal da proposição e, sintaticamente, equivale ao predicado. Portanto, há uma necessidade lógica que fundamenta a distinção entre *Petrus* e *est*. (2) De acordo com a metafísica medieval, o fato de uma coisa ser isto ou aquilo – por exemplo, ser “esta cadeira” ou ser “aquele livro” – supõe que, antes de serem isto ou aquilo, essas coisas devem primeiramente existir em um sentido muito genérico, i.e., um sentido que vai além de suas existências individuais: homens, cavalos e livros têm uma propriedade geral que os identifica como membros da superclasse dos existentes. Nesse sentido, uma coisa e seu existir são duas realidades distintas. Com base nessa interpretação da realidade, TE afirma que o verbo “ser” com sentido existencial difere do sujeito que predica e, portanto, denota uma propriedade real por meio do modo de distar da substância. (3) Finalmente, o terceiro contra-argumento de TE é, de fato, uma espécie de reiteração resumida do primeiro contra-argumento: o nome e o verbo *esse* (“existir”) são entidades linguísticas (formais) e, portanto, a distinção entre eles pode ser considerada meramente formal (gramatical) e não necessariamente metafísica.

- ¹¹¹ A classe do verbo substantivo compreende um único elemento: o verbo “ser” (*sum*). O verbo substantivo é assim denominado por duas razões: (1) porque denota a existência da substância que designa: *Petrus est* (“Pedro existe”); (2) porque, além de denotar o “existir” de uma entidade, também pode denotar um complemento (um acidente) e, assim, especificar o sujeito sintático que faz referência a essa entidade. Dessas duas razões, a segunda, que compreende a primeira, é usada por TE para justificar o estabelecimento do modo substantivo como um dos três modos subalternos do verbo. Para se entender melhor como TE entende o verbo substantivo (*esse*), atente-se para o seguinte exemplo: a sentença “Pedro é pedreiro” pode ser interpretada como “Pedro existe e é um pedreiro” (de fato, sentenças do tipo “N (nome) é N (nome)” podem ser interpretadas como “N existe e é N”); isso significa que o nome e o verbo que compõe a primeira parte desse período, “Pedro é (existe)” equivalem a uma única expressão: “Pedro”. Portanto, “pedreiro” predica o nome “Pedro” juntamente com o verbo “existe”, como se se tratassem de um só elemento nominal: “Pedro”. Além disso, o verbo “existe/é” especifica o sujeito: “...é pedreiro”. Segundo TE, o fato de “é” especificar um sujeito faz desse verbo um verbo substantivo, uma vez que receber predicação é uma característica fundamental do sujeito e corresponde ao fato de uma substância ser conhecida por seus acidentes. Resumidamente, no exemplo acima, “é” especifica o fato de “Pedro” existir e de existir como “pedreiro”, i.e., “pedreiro” é a especificação da existência de “Pedro” nessa sentença. Em outras palavras, o verbo “ser” é o sinal de igualdade que tanto possibilita a afirmação da identidade de uma substância, $a = a$, quanto sua identificação: $a = b$. Assim, uma vez que o verbo “ser” além de fazer referência ao existir de uma substância também faz referência às suas especificações, TE chama o verbo “é” de verbo substantivo.
- ¹¹² TE considera o verbo “ser” como o mais geral dos verbos. Nisso, ele baseia-se no princípio da metafísica medieval segundo o qual todas as coisas, sejam elas cadeiras, livros, estátuas, pessoas, etc., têm em comum o fato de existirem. Todavia, o fato das coisas serem *x* ou serem *y*, segundo essa mesma interpretação, leva à conclusão de que o “ser” é especificado em cada entidade. Essa especificação seria replicada na linguagem e o verbo “ser” seria, ao mesmo tempo, o verbo mais geral e o mais específico de todos os verbos. Nesse sentido, para TE, o verbo *ser*, que ele chama de verbo substantivo, é “especificável por qualquer especificador que o especifique”.
- ¹¹³ A seguir, TE apresentará os modos especiais do modo subalterno adjetivo. O modo adjetivo é o único dos três modos subalternos que se subdivide em modos especiais (ou específicos). Os outros dois modos subalternos são o modo substancial (com um único representante: o verbo

“ser”) e o modo vocativo (que inclui os verbos de chamamento, como *voco*, “chamo”). Os quatro modos especiais do modo adjetivo são: o modo ativo, passivo, comum e neutro. Em terminologia atual, os quatro tipos de verbo que são abrangidos por esses quatro modos especiais são: o verbos transitivos ativos (modo ativo), transitivos passivos (modo passivo), transitivos ativos e passivos (modo comum) e intransitivos (modo neutro).

- ¹¹⁴ Existe uma noção da metafísica medieval que é vital para a compreensão dessa passagem: a noção de privação. Segundo a corrente da filosofia medieval a que os modistas aderem, o realismo moderado, não existe o nada ontológico absoluto. Isso porque não faz sentido dizer que o “nada” existe ou não existe. Portanto, a metafísica dos modistas e, em consequência, sua teoria gramatical, baseia-se no princípio de que só existem seres reais (positivos) e que a linguagem só se refere a estes. Nesse sentido, expressões como “nada”, “unicórnio”, “cegueira”, etc., ou se referem a compostos de imagens reais que a imaginação mescla a partir da memória (o unicórnio é um misto de cavalo e de carneiro), ou se referem à ausência em uma entidade de uma propriedade real que normalmente deveria estar ali, mas não está: os medievais chamam esta ausência de *privatio* “privação” e a cegueira é seu exemplo clássico. Segundo a GS, a palavra “cegueira” não faz referência a nenhum ser real (positivo), mas sim à privação de uma realidade: a visão. Portanto, “cegueira” faz referência a um conjunto de circunstâncias (*habitus*) que normalmente é identificado com a falta de visão e não com um ser específico. As duas propriedades positivas mais notáveis nos verbos são sua capacidade de significar a ação de um agente sobre um objeto e o sofrimento dessa ação por parte desse objeto. TE identifica a ação e a paixão ou com o gênero masculino ou com o feminino, porque agir e sofrer uma ação são vistos por ele como traços fundamentais, respectivamente, do macho e da fêmea. Gramaticalmente, isso significa que os nomes masculinos transmitem a idéia de agir e os femininos de sofrer ações. Os nomes neutros, por sua vez, não se referem nem ao agir nem ao sofrer ações. Da mesma forma que os nomes neutros, os verbos intransitivos não significam nem a ação nem a paixão. Logo, para os modistas, os verbos neutros (intransitivos), assim como os nomes neutros, estão privados dessas duas propriedades fundamentais. Por isso, TE declara que, como no caso das privações de um ser – na cegueira ou na surdez, por exemplo –, o verbo neutro está privado tanto do modo de significar a ação quanto do modo de significar a paixão.
- ¹¹⁵ O verbo neutro, que corresponde ao verbo intransitivo, restringe o nome a um de seus significados. Por exemplo, em uma sentença como “Pedro corre”, o verbo pode ser reduzido à cópula e disso se obtém outra sentença com o mesmo significado: “Pedro é corredor”. Isso significa, em termos modistas, que o verbo intransitivo é uma especificação (“o ser especial”) de um nome. Essa especificação é entendida como uma restrição do significado desse nome.
- ¹¹⁶ Enquanto o verbo neutro (intransitivo) representa uma restrição (especificação) do ser do nome que acompanha, o verbo substantivo predica esse nome irrestritamente. Por exemplo, o verbo “ser”, em uma sentença como “Pedro é...”, funciona, grosso modo, como um sinal de igualdade que pode ser seguido de um número irrestrito de propriedades do nome “Pedro”.
- ¹¹⁷ *Da Interpretação* 16b 6-26
- ¹¹⁸ A ligação (composição) entre nome e verbo é uma propriedade accidental do verbo. O termo “accidental”, na GS, equivale a “sintático” ou “funcional”. Em outras palavras, a composição é uma propriedade sintática (funcional) do verbo e não uma característica essencial para o entendimento do verbo como classe de palavras ou como vocábulo.
- ¹¹⁹ Como todo verbo pode ser reduzido à cópula, o verbo “ser” inerente em qualquer verbo serve de ligação entre o nome e o verbo em uma construção básica de tipo “nome-verbo”. No trecho acima, TE afirma que o ser do nome (o outro da construção básica “nome-verbo”) está inerente no verbo justamente por este possuir, por meio da redução à cópula, o verbo “ser” de maneira intrínseca.
- ¹²⁰ A composição faz a ligação, i.e., a ponte, entre o modo da independência, do nome (o modo de estar por si mesmo), e o modo de distar da substância, do verbo.

-
- ¹²¹ Enquanto a composição representa uma relação geral entre o nome e o verbo que o acompanha, a qualidade da composição especifica o tipo de composição que ocorre entre um verbo e um nome em uma dada construção. A composição pode ser indicativa (modo indicativo), imperativa (modo imperativo), subjuntiva (modo subjuntivo), etc. TE chama o modo da composição de qualidade. O termo qualidade, na filosofia medieval, era sinônimo de “forma”, portanto, os modos do verbo, na construção básica “nome-verbo”, são as formas possíveis de ligação entre um nome e um verbo em construções de tipo “nome-verbo”.
- ¹²² TE explica a derivação verbal por meio do modo de significar da forma. O modo da forma é, portanto, o modo derivacional do verbo.
- ¹²³ Cf. DONATO, *Ars minor* 591, 6 H; PRISCIANO, *Institutiones*, 2, 369, 15
- ¹²⁴ O verbo transitivo direto pode ou não ter um objeto explícito. Assim, em uma construção em que há um verbo transitivo direto, o objeto pode estar explícito ou apenas implícito.
- ¹²⁵ A voz do verbo é uma definição formal porque ela é a manifestação da matéria da significação. Assim como o modo é a forma da composição entre um nome e um verbo, nas construções de tipo “nome-verbo”, assim também a voz é a forma da significação (= da ligação) entre um nome e um verbo nas construções de tipo “verbo-nome”.
- ¹²⁶ Verbos de voz neutra são verbos como “nascer” e “viver” que não exprimem ação ou paixão propriamente.
- ¹²⁷ Cf. DONATO, *Ars minor* 591, 16 H
- ¹²⁸ Para TE, não é o aspecto “físico” do verbo, i.e., sua terminação, que exprime seu caráter (sua voz) ativa, passiva ou neutra. O que determina essas características são os modos de significar do verbo e esses traços semânticos precedem sua expressão físicas (sonora). Para comprovar sua tese, TE cita verbos que têm formas passivas ou ativas, mas expressam significados que contradizem essas formas. Por exemplo, enquanto os verbos depoentes apresentam traços morfológicos da voz passiva, seu significado tanto pode ser ativo quanto passivo; verbos como “respirar” e “nascer”, por sua vez, têm formas ativas, mas expressam significados neutros.
- ¹²⁹ Assim como o modo da composição é a explicação material da ligação entre o sujeito e o verbo, o modo da significação é a explicação material da ligação entre o verbo e o objeto. E assim como o modo do verbo é a qualidade (a forma) da composição, a voz do verbo é a qualidade (a forma) da significação. TE considera esses dois modos materiais (a composição e a significação) como complementares, i.e., proporcionais, um ao outro. Essa idéia de proporção na teoria do verbo de TE faz transparecer a exigência de simetria que é característica da teoria modista.
- ¹³⁰ TE considera a construção “nome + verbo” como a construção mínima: a construção mais elementar de toda a sua teoria do verbo. Tal construção pode estar implícita em uma expressão verbal intransitiva como (*ego*) *curro*, “(eu) corro”.
- ¹³¹ Cf. DONATO, *Ars minor* 597, 3-4 H
- ¹³² Cf. PRISCIANO, *Institutiones*, 3, 60, 1-4
- ¹³³ Cf. DONATO, *Ars maior* 641, 8-642, 16 H
- ¹³⁴ Cf. DONATO, *Ars maior* 614, 5 H
- ¹³⁵ “Significado” aqui deve ser entendido como o significado ou acepção de um vocábulo, i.e., de um item lexical, e não como a soma dos modos de significar da parte do discurso em uma construção sintática.
- ¹³⁶ Cf. os verbetes REDIRECIONAR e RESTRINGIR no Glossário.

-
- ¹³⁷ Por exemplo, em construções como: “*in* + ablativo” ou “*in* + acusativo”, como em *in lectione*, “na lição”, e *in oppidum*, “para a cidade”.
- ¹³⁸ Segundo Torrinha (1942, p. 517), *-met* é uma “partícula que se junta aos pronomes pessoais, para pôr em evidência a pessoa por eles indicada, ou para a pôr em contraste com outras pessoas”.
- ¹³⁹ Torrinha (1942, p. 707) define *-pte* como “partícula de reforço que se coloca depois dos pronomes possessivos, principalmente quando empregados como adjetivos (sobretudo no abl. Singular)”.
- ¹⁴⁰ Os significados dessas duas interjeições não foram encontrados nos dicionários consultados, por isso foram reproduzidas conforme o texto original.
- ¹⁴¹ Cf. seção 4.2.2
- ¹⁴² Cf. *Metafísica X*, 1022a 4-14
- ¹⁴³ Cf. *Da Interpretação I*, 16a 4-9
- ¹⁴⁴ Cf. seção 4
- ¹⁴⁵ Cf. *Metafísica VI*, 1025b 1-5
- ¹⁴⁶ Cf. *Metafísica X*, 1052b 16-27
- ¹⁴⁷ Cf. *Metafísica VII*, 1040b 5-15
- ¹⁴⁸ Cf. seção 4.2.2.1 e Covington (1984, p. 76-82) para a aplicação da analogia do móvel, da física aristotélica, na teoria sintática modista.
- ¹⁴⁹ Cf. Kelly (2002, p. 87-99 e p. 165-6) e seção 4.2.2.1
- ¹⁵⁰ Cf. GS XIX, 32
- ¹⁵¹ Cf. GS XIX, 32 e seção 4.2.2.2
- ¹⁵² Cf. OBLÍQUO no Glossário.
- ¹⁵³ Cf. GS LIII, 113 e a seção 4.2.2 deste trabalho para a diferença entre “similitude” e “proporção” na sintaxe de TE.
- ¹⁵⁴ Cf. GS XII, 21
- ¹⁵⁵ Cf. seção 4.2.3 deste trabalho para a definição de “diferença específica”.
- ¹⁵⁶ A expressão “termo comum” é aqui equivalente a “espécie”: cf. seção 4.2.3 deste trabalho para uma definição de “espécie” e ESPÉCIE no Glossário.
- ¹⁵⁷ TE cita este tipo de advérbio, o advérbio de excluir (*excludendi*) (GS XXXVIII, 73), e o exemplifica logo abaixo (GS L, 101). É um advérbio cujo modo de significar determina a relação entre o nome-sujeito e o verbo de modo similar ao advérbio negativo. Um exemplo seria *tantum* (somente) em *tantum Socratem legit*, “Somente Sócrates lê”. TE parece defender a tese segundo a qual os advérbios, em geral, não determinam um nome substantivo isoladamente, mas sim verbos ou participios, e o advérbio exclusivo seria uma exceção.
- ¹⁵⁸ TE classifica *velociter* como um advérbio de qualidade, cf. GS XXXVIII, 72.
- ¹⁵⁹ Cf. GS XXXIX e XL

-
- ¹⁶⁰ Cf. GS XXXVI-VIII
- ¹⁶¹ Cf. esses princípios particulares na GS XLIII e XLIV, em que se discute a classe das interjeições.
- ¹⁶² Como *bene* em *nauta bene navigat ad portum*, “O marinheiro bem navega ao porto”.
- ¹⁶³ Como *ad* em *nauta bene navigat ad portum*, “O marinheiro bem navega para o porto”.
- ¹⁶⁴ Cf. GS XXX, 59-60 e a seção 4.2.2.1 deste trabalho. A voz verbal é a qualidade (a forma) da significação (*significatio*) das construções transitivas de atos.
- ¹⁶⁵ A construção “Bato no azul” é um exemplo de sinédoque.
- ¹⁶⁶ Objetos de quatro tipos ou espécies diferentes, pois equivalem a palavras que aparecem ou no genitivo ou no dativo ou no acusativo ou no ablativo.
- ¹⁶⁷ Cf. *Da Interpretação* 16a 10-19
- ¹⁶⁸ TE considera completas somente construções em que a cópula está explícita, como em “O cavalo é/não é branco”. Em contraste com construções como essa, há outras em que a cópula está implícita, como em “Cavalo branco”. TE parece considerar estas últimas como incompletas por serem faltosas do ponto de vista da transmissão de um conceito completo da mente (uma proposição), que a cópula expressa garantiria.
- ¹⁶⁹ O conceito composto da mente equivale a uma proposição. O é/não é da cópula indica a natureza proposicional de uma construção. Por isso, segundo TE, sua expressão é necessária para que o sentido da construção seja completo ou perfeito.
- ¹⁷⁰ *Metafísica* V, 1021b 12-1022a 3
- ¹⁷¹ Um recurso mnemônico como aquele para decorar os nomes e os conteúdos das artes liberais ou para memorizar as combinações das vogais que representavam as figuras dos modos legítimos da lógica.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução: BOSI, A. *et al.* 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALIGHIERI, D. **Convívio**. Tradução: SOVERAL, C. Eduardo de. Lisboa: Guimarães editores, 1992.

_____. **A divina comédia**. Tradução: PINHEIRO, J. P. X. 5 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--?].

_____. **De vulgari eloquentia**. Firenze: s.n., 1882. Disponível em: <http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost14/Dante/dan_vu00.html>. Acesso em: 12/04/2012.

ALLAN, K. Aristotle's footprints in the linguist's garden. **Language Science**, v. 26, p. 317-342, 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com>>. Acesso em: 5/12/2004.

ALTMAN, C. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 2004.

ANDERSSON, F. Group μ and... Disponível em: <<http://revues.unilim.fr/nas/document.php?id=3280>>. Acesso em: 2/03/2012.

ANGIONI, L. **Introdução à teoria da predicação em Aristóteles**. São Paulo: UNICAMP, 2006.

ANSELMO, SANTO. O gramático. In: NUNES, R. A. da Costa. (Trad.). **Os pensadores**: Santo Anselmo de Cantuária: monólogo, proslógio, a verdade, o gramático; pedro abelardo: lógica para principiantes, história das minhas calamidades. São Paulo: Abril, 1979. p. 172-97.

AQUINO, T. de. **Summa theologiae**: I, Prima Pars. Matriti: La editorial católica, 1955.

_____. *De ente et essentia*. In: NASCIMENTO, C. A. do. (Trad.). **O ente e a essência**. São Paulo: Vozes, 1995.

_____. *De differentia verbi divini et humani*. In: LAUAND, L. J. (Trad.). **Sobre a diferença entre a palavra divina e a humana**. São Paulo: GRD, 1993.

_____. *Sancti Thomae de Aquino summa contra gentiles*. In: ALARCÓN, E. (Org.). **Corpus thomisticum: Sancti Thomae de Aquino opera omnia**. Pamplona: Universidad de Navarra/Departamento de Filosofía, 2000. Disponível em: <<http://www.corpusthomisticum.org/scg1001.html>>. Acesso em: 16/08/2012.

_____. *De unitate intellectus contra averroistas*. In: CARVALHO, M. S. de (Trad.). **A unidade do intelecto**: contra os averroístas. Lisboa: Edições 70, 1999.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. In: YEBRA, V. G. (Ed.). **Metafísica de Aristóteles**. Madrid: Gredos, 1970.

_____. *Metafísica*. In: BINI, E. (Trad.). **Metafísica**. São Paulo: EDIPRO, 2006.

_____. *Física*. In: WICKSTEED, P.H.; CORNFORD, F. M. (Trad.). **Aristotle: Physics books i-iv**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

_____. *Categorias*. In: COOK, H. P. (Trad.). **Categories. On Interpretation. Prior Analytics**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

_____. *Categorias*. In: MATA, J. V. T. da (Trad.). **Categorias**. Goiânia: Alternativa, 2005.

_____. *Tópicos*. In: FORSTER, E. S. (Trad.). **Topica**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

_____. *Da Interpretação*. In: COOK, H. P. (Trad.). **Categories. On Interpretation. Prior Analytics**. Cambridge: Harvard University Press, 1996. p. 114-179.

_____. *Da Interpretação*. In: GOMES, P. (Trad.). **Organon: I Categorias. II Periérmeneias**. Lisboa: Guimarães Editores Ltda., 1985.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

BACON, R. *Grammatica graeca*. In: NOLAN, E.; HIRSCH, S. A. (Ed.). **The greek grammar of Roger Bacon and a fragment of his hebrew grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1902.

BARNES, J. **Porphyry introduction: Clarendon later ancient philosophers**. Oxford: Clarendon Press, 2003.

_____. **Aristóteles**. Aparecida: Idéias & Letras, 2009.

BARROS, J. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[um], Typographum, 1540. 124 p. Disponível:< http://purl.pt/12148/3/res-5658-1-p_PDF/res-5658-1-p_PDF_01-B-R0300/res-5658-1-p_0000_capa-60v_t01-B-R0300.pdf >. Acesso em: 25/02/2012.

BASTOS, C. L.; OLIVEIRA, P. E. **A lógica dos estoicos**. Curitiba: Champagnat, 2010.

BECCARI, A. J. **A classe do verbo na gramática especulativa de Thomas de Erfurt**, 2007a. Monografia (Monografia em Letras) Curso de Graduação em Letras, com ênfase em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BECCARI, A. J. **Uma abordagem da gramática especulativa de Thomas de Erfurt: antecedentes históricos, metalinguagem, classes do nome e do**

pronome, sintaxe, 2007b. 213 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BLAKE, B. J. **Case**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BOÉCIO, A. M. S. *Consolatio philosophiae*. In: O'DONNELL, J. J. ; GAISSER, J. H. (Ed.). **Boethius consolatio philosophiae**. Bryn Mawr: Thomas Library, 1990. 128 p. (Bryn Mawr latin commentaries).

_____. *De Trinitate*. In: STEWART, H. F.; RAND, E. K.; TESTER, S. J. (Trad.). **The theological tractates. The consolation of philosophy**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1997. p. 2-31.

_____. *Quomodo Trinitas Unus Deus ac non tres dii*. In: MIGNE, J. P. (Ed.). **Patrologia latina (PL)**. Paris: s.n., [18--?]. v. 64, p. 1247-1256A
Disponível em: <<http://www.documentacatholicaomnia.eu>>
Acesso em 10/12/2012.

_____. *Philosophiae consolationis*. In: STEWART, H. F.; RAND, E. K.; TESTER, S. J. (Trad.). **The theological tractates. The consolation of philosophy**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1997. p. 130-435.

BOÉCIO DA DÁCIA. *Modi significandi sive quaestiones super priscianum maiorem*. In: McDERMOTT, A. C. S. (Ed.). **Godfrey of Fontaine's abridgement of Boethius of Dacia's modi significandi sive questiones super priscianum maiorem**. Tradução: McDERMOTT, A. C. S. Amsterdam: John Benjamins B. V., 1980.

_____. **Sur le bonheur**. Tradução: IMBACH, R.; FOUICHE, I. Paris: Vrin, 2005. Original em latim.

BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa**. Petrópolis: 1970.

BORGES NETO, J. **A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira. (DRAFT - texto apresentado no Simpósio "Fernão de Oliveira: 500 anos" - IEL/UNICAMP, setembro de 2007)** 2007. 11 p. Disponível em: <http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/FERNAO_DE_OLIVEIRA.pdf> Acesso em: 25/02/2012.

_____.; DASCAL, M. De que trata a lingüística, afinal? In: BORGES NETO, J. **Ensaio de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2004. p. 31-65.

_____. **Gramática gerativa transformacional: um ensaio de filosofia da lingüística**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. **Introdução às gramáticas categoriais**. Curitiba: no prelo, 1999.

BURSILL-HALL, G. L. **Grammatica speculativa of Thomas of Erfurt**. London:

Longman: 1972.

_____. **Speculative grammars in the middle ages**: the doctrine of the partes orationis of the modistae. The Hague-Paris: Mouton, 1971.

CHAPANSKI, G. **Uma tradução da tékne grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português**. Curitiba, 2003.

CONTE, G. B.; PIANEZZOLA, E. **Il libro della letteratura latina**: la storia e i testi. Firenze: Le Monnier, 2004.

COVINGTON, M. A. **Syntactic theory in the high middle ages**: modistic models of sentence structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. **A dependency parser for variable-word-order languages**. Athens: The University of Georgia, 1990. (Research Report AI-1990-01).

_____. **GB theory as dependency grammar**. Athens: The University of Georgia, 1992. (Research Report AI-1992-03).

_____. **A 700-year-old argument for a syntactic transformation**. 1998. Disponível em: <<http://www.ai.uga.edu/mc/trans700.html>>. Acesso em: 18/04/2011.

CUNHA, C. F. da. **Gramática da língua portuguesa**. 8 ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1982.

DE CONTO, L. **Institutio de nomine et pronomine et verbo de Prisciano**: tradução e características. Monografia (Bacharelado em Letras). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DE LIBERA, A. **A filosofia medieval**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **A filosofia medieval**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DEZOTTI, L. C. **Arte maior e arte menor de Donato**: tradução, anotação e estudo introdutório. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Curso de Pós-Graduação em Letras Clássicas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

DISPOSIÇÃO. In: HOUAISS, A. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

DONATO. *Ars minor*. In: HOLTZ, L. (Ed.). **Corpus Grammaticorum latinorum**. s. l., s. ed., 1981, p. 585-602. Disponível em: <<http://htl2.linguist.jussieu.fr:8080/CGL/text.jsp?id=T28>> Acesso em: 25/07/2012.

_____. *Ars maior*. In: HOLTZ, L. (Ed.). **Corpus Grammaticorum latinorum**. s. l., s. ed., 1981, p. 603-674. Disponível em: <<http://htl2.linguist.jussieu.fr:8080/CGL/text.jsp?id=T27>> Acesso em: 25/7/2012.

DOTTI, U. **Vida de Petrarca**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

DUNS SCOT, J. *Opus Oxoniense*. In: NASCIMENTO, Carlos A. do (Trad.) **Os pensadores: Tomás de Aquino, Dante, Duns Scot, Ockham**: seleção de textos. S. Paulo: Abril, 1979. p. 239-344.

ECO, U. **Arte e beleza na estética medieval**. São Paulo: Globo, 1989.

_____. Denotation. In: ECO, U.; MARMO, C. (Ed.). **On the medieval theory of signs**. Amsterdam/Filadelfia: John Benjamins Publishing Company, 1989.

ETERNITY. In: HELM, P. **The Stanford encyclopedia of philosophy**. 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/eternity/#MedThi>> Acesso em: 11 dez. 2012.

FARRÉ, L. **Gramática especulativa**. Buenos Aires: Losada, 1947.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.

FREIRE, A. Gramática latina. 3 ed. Braga: Publicações da Faculdade de Letras, 1983. 422 p.

GARDEIL, H. D. **Iniciação à filosofia de S. Tomás de Aquino**. São Paulo: Duas Cidades, 1967.

GILSON, E. **A Filosofia na idade média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Por que São Tomás criticou Santo Agostinho**: Avicena e o ponto de partida de Duns Escoto. São Paulo, Paulus, 2010.

GRABMANN, M. **Filosofia medieval**. Barcelona: Labor, 1949.

GRANT, M. **História de Roma**. Tradução: DUTRA, W. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. Título do original em inglês: *History of Rome*.

HJELMSLEV, L. **La categoría de los casos**: Estudio de gramática general. Madrid: Gredos, 1978. 345 p.

HOLMES, G. **Dante**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1981. 188 p.

HOVDHAUGEN, E. Roman ars grammatica, including Priscian. In: KOERNER, E.F.K. (Ed.); ASHER, R. E. **Concise history of the languages sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 115-8.

IAZZETTA, F. O som. In: IAZZETTA, F. *Tutoriais de áudio e acústica*. São Paulo: Área de Música e Tecnologia do Departamento de Música da ECA-USP, 2000. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/iazzetta/tutor/acustica/introducao/som.html>>. Acesso em: 3 jul. 2011.

JESPERSEN, O. **The philosophy of grammar**. London: George Allen & Unwin Ltd, 1951.

KELLY, L.G. **The mirror of grammar: theology, philosophy and the modistae**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

KNEALE, W.; KNEALE, M. **O desenvolvimento da lógica**. Tradução: LOURENÇO, M. S. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1962. Original em inglês.

KOERNER, E. F. K. Models in linguistic historiography. In: KOERNER, E. F. K. (Org.). **Practicing linguistic historiography: selected essays**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-59.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: BOEIRA, B. V.; BOEIRA, N. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. Original em inglês.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAKATOS, I. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.

LE GOFF, J. **Os intelectuais na idade média**. Tradução: CASTRO, M. de. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. Original em francês.

_____. **La baja edad media**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A., 1972.

LEITE JÚNIOR, P. O problema dos universais: a perspectiva de Boécio, Abelardo e Ockham. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 162 p.

LE VER. *Firmini Verris dictionarius: dictionaire latin-français de Firmin Le Ver*. In: **Lexica latina medii aevi: nouveau recueil des lexiques latin-français du Moyen Age**. EDWARDS, W.; MERRILES, B. (Ed.). Toronto: Turnhout Brepols Publishers, 1994.

LE TALLEUR. *Dictionarius familiaris et compendiosus: dictionaire latin-français de Guillaume Le Talleur*. In: **Lexica latina medii aevi: nouveau recueil des lexiques latin-français du Moyen Age**. MERRILES, B.; EDWARDS, W. (Ed.). Toronto: Turnhout Brepols Publishers, 2002.

LO PIPARO, F. Sign and grammar in Dante: a non-modistic language theory. In: **The history of linguistics in Italy**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1986. v. 33. p. 1-22.

LUCE, A. A. Logic. London: The English Universities Press, 1970. 207 p.

LUHTALA, A. Early medieval grammar. In: KOERNER, E.F.K. (Ed.); ASHER, R. E. **Concise history of the languages sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 121-9.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1979.

MCCMAHON, W. E. **Albert the Great on the semantics of the categories of substance, quantity, and quality.** *Historiographia linguistica*, Amsterdam, v. 7, p. 145-156, 1980.

MARZOA, F. M. **Historia de la filosofia:** filosofia antigua y medieval. Madrid: Ibarra, 1984.

MURRAY, S. O. Theory groups in science. In: **Theory groups and the study of language in north america:** a social history. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. v. 69. p. 1-26.

NEBRIJA, A. de. **Introducciones latinas contrapuesto el romance al latin** (c. 1488). ESPARZA, M. Á. (Ed.); CALVO, V. (Ed.). Münster: Nodus Publikationen, 1996.

NEVES, M. H. de M. **A gramática:** história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2001.

NUCHELMANS, G. **Theories of the proposition:** ancient and medieval conceptions of the bearers of truth and falsity. Amsterdam/London: North-Holland Publishing Company, 1973.

OCKHAM, W. of. Seleção de obras. In: MATTOS, Carlos L. de (Trad.). **Os pensadores:** tomás de aquino, dante, duns scot, ockham: seleção de textos. S. Paulo: Abril, 1979. p. 345-410.

_____. **Summa logicae.** Disponível em: <http://www.logicmuseum.com/wiki/Authors/Ockham/Summa_logicae/Book_I/Chapter_3> Acesso em: 6 dez. 2012.

OXFORD LATIN DICTIONARY. P. G. H. GLARE (Ed.). 10 ed. Oxford: Clarendon Press, 1996.

PANACCIO, C. Semantics and mental language. In: SPADE, P. V. (Ed.). **The Cambridge companion to Ockham.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 53-75.

PELLEREY, R. Thomas Aquinas: natural semiotics and the epistemological process. In: ECO, U.; MARMO, C. (Ed.). **On the medieval theory of signs.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989.

PEREIRA, M. A. **Quintiliano gramático:** o papel do mestre de Gramática na *Institutio oratoria*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas FFLCH-USP, 2006.

PETRARCA, F. **Epistolae familiares.** Disponível: < http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost14/Petrarca/pca_2403.html > Acesso em: 11 abr. 2012.

_____. *De sui ipsius et multorum ignorantia*. In: RICCI, P. G. ; CARRARA, E. ; BIANCHI, E. **Francesco Petrarca**: Prose. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1955? p. 710-67

PERCIVAL, K. Renaissance linguistics: an overview. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (Ed.). **Concise history of the language sciences...** New York: Elsevier Science, 1995.

PERLER, D. Medieval language philosophy. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (Org.). **Concise history of the language sciences**: from the Sumerians to the cognitivists. Cambridge: Elsevier, 1995. p. 137-44.

PEIRCE, C. S. Translation and commentary on selected passages from Ockham. 1869. In: **The Pierce edition project**. Indiana University, 2012. Disponível em: <http://www.iupui.edu/~peirce/writings/v2/w2/w2_32/v2_32.htm> Acesso em: 21 de dez. de 2012.

PINI, G. **Categories and logic in Duns Scotus**: an interpretation of Aristotle's *Categories* in the late thirteenth century. Leiden/Bosto/Köln: Brill, 2002.

PRADO, A. L. A. Normas para a transliteração de termos e textos em grego antigo. *Clássica*, Araraquara, v. 19, n. 2, p. 163-4, 2006.

PRICE, B. B. **Medieval thought**: an introduction. Oxford: Blackwell, 1990.

PRISCIANO. *Institutiones grammaticae*. In: KEIL, H.; HERTZ, M. (Ed.). **Grammatici Latini: Prisciani institutionum grammaticarum libri i-xviii**. Leipzig: Teubner, 1855. p. 5. Disponível em: <<http://htl2.linguist.jussieu.fr:8080/CGL/text.jsp?id=T43>> Acesso em: 6 de dez. 2012.

QUINTILIANO. **Institutio oratoria**. Tradução: BUTLER, H. E. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

RAZÃO. In: LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 912-3.

ROBINS, R. H.. **Pequena história da lingüística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

RYLE, G. **Collected papers**: volume 2. London/New York: Routledge, 2009.

ROVIRA, N. L. Ejemplo de enseñanza basada en proyectos con una novedosa metodología de diseño de productos en el marco de un curso rediseñado de nivel maestría. Reunión de Intercambio de Experiencias en Estudios sobre Educación, 16, 1998, Monterrey. *Ponencias...* Monterrey: ITESM, 1998. Disponível em: <<http://www.mty.itesm.mx/rectoria/dda/rie16/rie231.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2011.

SANTOS, B. S. O universal como *intentio animae* em Guilherme de Ockham. **Síntese**, v. 32, n. 102, p. 61-76, 2005.

SARAIVA. **Novissimo diccionario latino-portuguez**: etymologico, prosodico, historico, geographico, mythologico, biographico, etc. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, livreiro-editor, 1896.

SCHNEIDER, J. H. J. Al-Farabi: *de scientiis*. On the division of sciences. Arabic philosophy in the latin middle ages. In: DE BONI, L. A. (Org.); PICH, R. H. (Org.). **A recepção do pensamento greco-romano, árabe e judaico pelo ocidente medieval**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2004. p. 113-38.

SHÜTZ, L. Thomas-Lexikon. In: **Corpus thomisticum**. ALARCÓN, E. (Ed.). Universität von Navarra, 2006. Disponível em: <<http://www.corpusthomisticum.org>> Acesso em: 19 de dez. 2012.

SPADE, P. V. The semantics of terms. In: KRETZMAN, N. (Org.); KENNY, A. (Org.); PINBORG, J. (Org.); STUMP, E. (Org.). **The Cambridge history of later medieval philosophy**: from the rediscovery of aristotle to the disintegration of scholasticism: 1100-1600. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 188-96.

_____. Ockham's nominalist metaphysics: some main themes. In: SPADE, P. V. (Ed.). **The Cambridge companion to Ockham**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 100-17.

STORCK, A. **Filosofia medieval**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas em la historiografía de la lingüística. In: **NUEVAS APORTACIONES A LA HISTORIOGRAFÍA LINGÜÍSTICA**, 4: 2003, La Laguna. Actas... La Laguna: ARCO/LIBROS, S. L., 2004. p. 113-45.

TAYLOR, D. J. Classical linguistics: an overview. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R.E. (Orgs). **Concise history of the language sciences**: from the summerians to the cognitivists. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 83-90.

_____. Classical antiquity: language study. In: **THE ENCICLOPEDIA of language and linguistics**. Oxford : Pergamon, 1994. v.2

TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe stucturale**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1965.

TORRINHA, F. **Dicionário latino português**. Porto: Gráficos Reunidos, 1942.

ULLMANN, R. A. **A universidade medieval**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

VALENZA, G. M. **De lingua latina, de Marco Terêncio Varrão**: tradução dos livros viii, ix e x. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VERGER, J. **Homens e saber na idade média**. Tradução: BOTO, C. 2 ed. Baurú: EDUSC, 1999. Original em francês.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

ZUPKO, J. Thomas of Erfurt. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2011. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/erfurt/> > Acesso em: 18 abr. 2011

GLOSSÁRIO

Neste glossário são comentados termos técnicos no contexto de suas definições, que são extraídas da tradução da GS para o português que faz parte deste trabalho. Além desse vocabulário específico da GS, são aqui listados alguns itens-chave da terminologia escolástica que, embora não recebam definições na GS, são pertinentes para a compreensão dos conceitos centrais que constituem a metalinguagem da teoria dos modos de significar. Esses termos, que são comuns ao pensamento escolástico – por exemplo, os constituintes das distinções aristotélicas “ato-potência”, “essência-existência”, “matéria-forma” –, são identificados, em negrito e entre parênteses, como **Termos técnicos da Escolástica**. Na maioria dos casos, além do significado desses termos na filosofia do baixo Medievo, também são discutidos os sentidos desses termos no latim clássico e medieval. Quando há mais de uma acepção principal, as acepções são diferenciadas por meio de números ordinais como 1ª, 2ª, 3ª, etc. Quando há mais de uma acepção secundária, utilizam-se letras, como 1ª a, 1ª b, 2ª a, 2ª b etc., ou simplesmente a), b), c), etc. Em suas remissões aos autores romanos (sobretudo Quintiliano e Cícero), Saraiva cita somente o nome do autor e geralmente não faz referência à obra em que o termo se encontra. Já o dicionário *Oxford* faz citações precisas da localização dos termos nas obras dos autores citados. Os dicionários de latim medieval, que foram empregados para os verbetes que representam conceitos gerais da filosofia escolástica, são os de Le Ver (1440) e de Le Tauller (ca. 1490), especialmente o primeiro. Para a explicação desses termos do ponto de vista da história da filosofia são utilizados os dicionários de Abbagnano (2000) e de Lalande (1999). Para os termos técnicos da Escolástica clássica do final do séc. XIII, de acordo com o pensamento de um de seus maiores expoentes, Tomás de Aquino, utilizou-se o *Thomas-Lexikon* de Schütz (2006).

ADVÉRPIO (*Adverbium*): “O modo de significar essencial mais geral do advérbio é o modo de significar pelo modo de aderir a outro, por meio do modo do ser, que significa (o outro) de maneira simples e o determina de maneira absoluta” (GS XXXVI, 70). Na GS, o advérbio é a parte indeclinável do discurso que especifica a ação verbal. A definição de TE, traduzida em termos da metalinguagem modista, afirma que o advérbio significa por meio do modo de especificar um movimento ou

mudança (*motus*). Assim, o modo essencial do advérbio delimita o modo da mudança, que é o modo essencial geral do verbo. O advérbio, em virtude de seu modo essencial de significar a modalização de um movimento ou mudança, não pode ser o elemento independente de uma construção, porque depende da essência do verbo, *i.e.*, da mudança significada pelo outro elemento da construção. Por isso, TE identifica o advérbio como uma parte do discurso que adere à essência de outra parte. Logo, o advérbio tem, assim como o adjetivo, um modo de aderir a outro. Analogamente ao que acontece em construções de tipo “adjetivo-substantivo”, o advérbio adere ao modo de significar a mudança do verbo, restringindo sua significação. Sendo assim, o advérbio participa da significação do verbo de uma maneira similar à participação do adjetivo na significação do substantivo e TE entende que o advérbio, de um modo geral, comporta-se como um adjetivo do verbo (*adiectivum verbi*) (BURSILL-HALL, 1971, p. 258).

AÇÃO (*Actio*) (**Termo técnico da Escolástica**): Segundo Saraiva: “ação, movimento”, “verbos ativos e passivos” em Prisciano (1896, p. 19). Segundo Abbagnano, vem do grego *práxis* e em Aristóteles significa: 1ª ação livre e voluntária (= ato), que é o fazer ou produzir, e 2ª ação necessária (ações não humanas/ações não voluntárias). Tomás de Aquino “distingue ação transitiva (*transiens*), que passa de quem opera sobre a matéria externa, como queimar, serrar, etc., e ação imanente (*immanens*), que permanece no próprio agente, como sentir, entender, querer (*Summa theologiae* II, I, q.3, a.2;)”. Tomás de Aquino identifica a ação transitiva com o fazer ou produzir aristotélico (*Summa theologiae* II, I, q. 57, a.4) (2000, p. 8).

APOSTO (*Appositum*) (**Termo técnico da Escolástica**): Saraiva traz *appositum*, que encontra em Quintiliano, com o significado de “Aposto, epitheto, o adjetivo, aposição”; *Appositus*: em Horácio: “Inclinado, posto na mesa” (1896, p. 92); *appono*: “Por sobre, em, ao pé, diante [...] ajuntar, dar, acrescentar” (p.91); *appositio*: “ação de ajuntar uma coisa à outra” (1896, p.92). O dicionário Oxford traz: *appositionis* como “the action of comparing, a comparison (Quintiliano, *Institutio* V, II, 1) *in omne simillium appositione* (1996, p. 153); *appositum*: an adjective, epithet; *appositus*: “1ª Situated near or opposite (to), juxtaposed, adjacent; *appono*: “1ª To place near or opposite (to), set alongside” [...] 6ª To contribute as an additional element, add (to); b) add in speech or writing, append (to); to add as a condition or

stipulation” (1996, p. 153). Em *Le Ver*: *appositus*: “adjoins, adjoustés”; *appositio*: “adjoustement et quedam figura”; *appono*: *adiungere, addere* – “adjuster, mettre avec” *vel ad aliquod ponere et sic habetur in evangelio* (1994 [1440], p. 27). Na GS, uma construção básica é vista como constituída por não mais do que duas partes do discurso. Assim, exemplos de construções básicas são: *ad campum*, “ao campo” (preposição + nome), *homo albus*, “homem pálido”, (nome + nome), *homo currit*, “homem corre” (nome + verbo), etc. Todas essas construções são entendidas como compostas de “suposto + aposto”: *ad*, *albus* e *currit* são apostos, *campum* e *homo* são supostos. Os supostos são, simplesmente, as partes independentes da construção e os apostos as partes que dependem dos supostos. Semanticamente, os supostos são geralmente termos categoremáticos (nomes substantivos) e os apostos podem ser termos categoremáticos ou sincategoremáticos (preposições, conjunções, nomes adjetivos, verbos, etc.).

ATO (*Actus*) (**Termo técnico da Escolástica**): De acordo com Saraiva: “ação (significada por um verbo)”, em Prisciano (1896, p. 19). Segundo Abbagnano, vem do grego *enérgeia* ou *entelékheia* e significa: 1ª “operação que emana do homem ou de um poder específico dele” (próprio do homem, ação livre ou voluntária); 2ª “realidade que se realizou ou se vai realizando, do ser que alcançou ou está alcançando sua forma plena e final, em contraposição como o que é simplesmente potencial ou possível (*Metafísica* IX 1048a 37): é um dos elementos da distinção que Aristóteles faz entre potência e ato (2000, p. 90). Segundo Lalande: “Aristóteles estabelece uma distinção entre a atividade que tende para um objeto exterior (p. ex. a construção) e a atividade que é ela própria o seu fim (p. ex. a visão ou o pensamento)”, tal distinção encontra-se na *Metafísica* IX 1050a 23-7 (1999, p. 103). *Actus* é a tradução escolástica dos termos *enérgeia*, *entelékheia*. Segundo o mesmo autor: 5ª “toda mudança pode ser: a) possível, enquanto se está realizando (*enérgeia*); b) finalizada (*entelékheia*). No texto da *Metafísica* IX 1050a 22, a distinção é esta: *Enérgeia légetai katà to érgon kai synteínei pròs tèn entelékheian* (1999, p. 104).

CASO (*Casus*) (Nome): “[...] o caso é o modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome cossignifica a propriedade do princípio ou a propriedade do término e, de acordo com a diferença entre essas propriedades e as outras

propriedades adicionais, o caso é dividido em seis espécies, a saber, em nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo” (GS XIX, 32). Na física aristotélica, considera-se que um objeto em movimento parte de um princípio (*principium a quo*), atualmente está percorrendo uma quantidade de espaço (*distantia*) e, eventualmente, chegará ao termo ou término de seu trajeto (*principium ad quem*). Os modistas transpunham esse modelo físico para as sentenças ou construções de tipo N(ome)-V(erbo)-N(ome), em que o N inicial é entendido como o princípio de uma construção, o V como a ação que se diferencia do agente e o N final como o término (o fim/a finalidade) da ação verbal. Além de significar o princípio ou o término de uma ação, a teoria do caso de TE também previa propriedades particulares que correspondiam às funções sintático-semânticas dos casos. Assim, o nominativo significa somente o princípio de uma ação, porque, de acordo como a *ordo naturalis* (ordem natural da referência dos termos), o nome com marcação de nominativo sempre precede ontologicamente o verbo e os nomes com as outras marcações de caso, já que o nome com marcação de nominativo sempre faz referência a uma substância no mundo e o verbo, e os outros nomes, a acidentes (ou qualidades) de uma substância. O acusativo, por sua vez, pode ser tanto o princípio de uma ação, como em *me oportet* “me é devido”, quanto o seu término, como em *scis me* (“conheces-me”). TE chama o critério das posições dos casos na sentença de propriedade primária do caso. TE complementa sua teoria do caso com a descrição das propriedades adicionais que são significadas por cada caso particular, *i.e.*, as propriedades de existência individual e de sujeito que agrega atos verbais a si (nominativo), a propriedade de pertencer (genitivo), a propriedade de dar ou receber (dativo), etc. TE formaliza seu sistema de casos latino: cada um dos casos, com suas propriedades primárias (ser o princípio ou o término) e adicionais, é correlacionado com um dos elementos do paradigma do pronome relativo/interrogativo “que”, em latim: *qui/quis, quae, quod/quid*. A finalidade desse recurso é correlacionar cada elemento do paradigma casual latino com cada um dos casos e com os conjuntos de propriedades primárias e adicionais que eles agregam. Assim, as formas pronominais declinadas de “que”, *quod* “que”, *cuius*, “de que”, *cui*, “para que”, etc. são utilizados como expoentes das relações sintáticas entre os elementos das construções sintáticas. Ademais, na sintaxe de dependências da GS, as formas declinadas desse paradigma pronominal marcam as relações entre o termo dependente e o termo independente, ou determinante, para todos os tipos de

construção. O termo independente é chamado de suposto, o dependente de aposto. Para uma introdução à teoria do caso modista, cf. a subseção 4.2.2.2 deste trabalho. Para uma introdução mais aprofundada sobre a sintaxe modista, cf. Covington (1984), constante na seção Referências.

CASO (da preposição): “[...] o caso, na preposição, consiste em um modo especial de restringir e de redirecionar” (GS XLII, 82). De acordo com essa definição, o caso da preposição é uma maneira de expressar a restrição/delimitação tanto do efeito de uma ação sobre um ser quanto das relações entre seres. Por exemplo, o modo do caso da preposição *in*, na construção “*in* + acusativo”, pode expressar a delimitação do significado de uma ação verbal de movimento a um elemento nominal com flexão de acusativo. Segundo a GS, o caso da preposição pode exigir (*exigit*) somente os casos acusativo ou ablativo ou ambos. Portanto, o caso da preposição modaliza o significado do caso dos nomes em suas construções com outros nomes ou com verbos. Essas construções podem ser de tipo “Verbo-preposição-Nome(acusativo)”, como *curro ad campum* “Corro ao campo”, ou “Nome-preposição-Nome(ablativo)”, como *annulus ex auro* “anel de ouro” (BURSILL-HALL, 1972, p. 91).

CAUSA (*Causa*) (**Termo técnico da Escolástica**): Saraiva: “1ª (acepção) Causa, razão, motivo, origem, princípio” (p. 194). De acordo com o dicionário *Oxford*: encontra-se em Cícero, no *De Divinatione* 2.47: 8ª “A causal or methaphysical principle of any kind; a rational principle; a causal explanation.” 9ª “A causal agency, cause; the cause (of something)” em Quintiliano (*Institutio* VII, III, 38). Segundo Lalande, Aristóteles diz que a palavra *causa* (*aition*) se utiliza em quatro sentidos diferentes: 1º causa formal (*ousía, tò tí én eínai, eídos*); 2º causa material (*hýlē, hypokeímenon*), 3º causa eficiente (*hē arkè tēs kinéseōs*), 4º causa final (*tò oú éneka, tagathón, télos*) (1999, p. 142). Segundo o mesmo autor, a Escolástica traduziu essas causas respectivamente como: *causa formalis, materialis, efficiens, finalis*. TE aplica esses quatro sentidos em sua teoria das causas do discurso na sintaxe, cf. seção 4.2.2.3.

COMPARAÇÃO (*Comparatio*): “[...] a comparação, que Donato divide em três graus, compreende os três modos de significar que se constituem no positivo, no comparativo e no superlativo [...] E porque é por meio desses três modos de

significar que se faz a comparação entre as coisas que o grau comparativo é assim denominado. E a comparação é dita acidental ao nome porque esses três modos são derivados além do entendimento básico de um nome” (GS XIV, 25). TE divide a comparação dos adjetivos em três modos: positivo, comparativo e superlativo. Essa divisão é herdada da divisão do grau de comparação que Donato havia efetuado em sua gramática. Para TE, o modo positivo significa um termo não marcado: um adjetivo de grau zero. Isso ocorre porque os adjetivos que são significados pelo modo positivo de comparação não necessitam de um outro nome como suporte para o seu funcionamento sintático. Por exemplo, na sentença “Ela é inteligente”, o adjetivo “inteligente” funciona de maneira independente. Já em “Ela é mais inteligente do que seu marido”, o adjetivo “inteligente” não funciona sem o suporte do nome “marido” como termo de comparação. O modo comparativo de comparação, conseqüentemente, é um modo que expressa a dependência do adjetivo para com o nome que o determina na construção. Segundo Bursill-Hall (1971), Siger de Courtrai, um modista da mesma geração de TE, afirmava que a comparação nunca é feita com um modo de significar essencial. Siger prova isso com sentenças como “Pedro é **mais Pedro que** João” ou “A mesa da cozinha é **mais mesa que** a mesa da sala”, que evidenciariam a impossibilidade de uma comparação de essências. A partir dessa constatação, Siger conclui que somente os nomes adjetivos podem ter grau comparativo e nisso seriam essencialmente diferentes dos nomes substantivos. O grau superlativo é considerado por TE como uma espécie de genitivo absoluto. Por exemplo, em “luz claríssima”, o superlativo “claríssima” é entendido como referindo-se à somatória da claridade de todas as luzes, ou seja, é o que está acima de todas as luzes e de que todas as luzes participam, *i.e.*, um adjetivo de grau superlativo corresponde a um universal ou natureza comum. O superlativo também pode ser entendido como o excesso de uma natureza simples (de uma essência): no caso de “claríssima” do exemplo anterior, o adjetivo expressa um excesso da substância “claridade”, que “claro” significa de maneira simples (participativa) (BURSILL-HALL, 1971, p. 161-62).

COMPLETUDE: (*Perfectio*): [...] a completude nada mais é que a terceira e última disposição do discurso, que se dá a partir da união devida dos construtíveis, com a suficiência de exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, e de gerar uma sentença completa na mente do ouvinte” (GS LIV, 118). A formação de

uma construção é dividida por TE em três fases ou disposições: 1) construção (*constructio*), que é o emparelhamento de duas palavras quaisquer; 2) a gramaticalidade (*congruitas*), que é o estabelecimento da conformidade entre os modos de cossignificar das palavras; 3) a completude (*perfectio*), que é a aplicação, pela mente do ouvinte, das condições de completude que verificam se as duas fases anteriores formaram uma sentença completa ou coerente. Uma construção como *albus currit*, “O pálido corre”, por exemplo, em que “pálido” é entendido como um nome adjetivo que significa uma qualidade solta, *i.e.*, que não qualifica nada, tem *constructio*, mas não tem *congruitas*. Com relação à separação e ordenação dessas três etapas da formação de uma sentença aceitável não há, na GS, especificações sobre a maneira real como essas operações são levadas a cabo na mente do falante. Apesar disso, essa divisão da construção em três fases serve para que sejam estabelecidas generalizações sobre a estrutura da linguagem (COVINGTON, 1984, p. 36-7). Na sintaxe da GS, a completude (*perfectio*) é a terceira e última das fases do processo de formação de uma construção semanticamente aceitável.

COMPOSIÇÃO (*Compositio*): “[...] a composição é o modo de significar accidental do verbo, mediante o qual o verbo cossignifica a propriedade do inerente segundo o ser (de outro) e mediante o qual o verbo, que se distancia do suposto, volta-se primeira e principalmente a ele. E, embora o verbo volte-se ao suposto por meio de outros modos accidentais, isso se dá como consequência, especificamente, na medida em que esses outros modos ajustam-se com base na composição, como é o caso do modo do número e da pessoa e da mesma forma nos demais modos. Ademais, existe um modo proporcional no suposto que é complementar ao modo da composição no verbo: o modo de estar por si mesmo” (GS XXVII, 52). Na discussão do verbete referente ao caso nominal deste glossário (cf. CASO), menciona-se que, na física aristotélica, considera-se que um objeto em movimento parte de um princípio (*principium a quo*), percorre uma quantidade de espaço (*distantia*) e, eventualmente, chega ao termo ou término de seu trajeto (*principium ad quem*). Como se viu anteriormente, os modistas transpuseram esse modelo físico para as sentenças de tipo N V N, em que o N inicial (o primeiro suposto) é entendido como o princípio da sentença, o V como a ação que se diferencia do N (agente) inicial. O N final é entendido como o término (o fim/a finalidade) da ação. Portanto, quando TE afirma que o verbo “dista” do suposto (elemento nominal), ele utiliza a transposição

desse conceito físico para representar a relação entre os elementos verbais e nominais da sentença. Assim, a distância (*distantia*) explicaria a diferença de significado entre os elementos nominais, com marcação de caso, os elementos verbais e os outros elementos de uma construção. O que ocasiona essa diferenciação são, basicamente, os diferentes modos essenciais de significar que distinguem as partes do discurso, principalmente o modo da mudança dos verbos e o modo de um ente do nome com marcação de caso nominativo. TE, assim como os outros modistas, chama esse distanciamento de composição. A composição, segundo a citação acima, está virtualmente em todos os verbos. Isso é facilmente verificável ao traduzirem-se formas verbais como “canta” como “é cantor”, “nada” como “é nadador”, etc. Dessa forma, as ações são interpretadas como diferenciações (distanciamentos) da substância simples do indivíduo. Por exemplo, em “João é cantor e nadador” (= “João canta e nada”), “cantor” e “nadador” são diferenciações, distanciamentos, ou acidentes da substância “João”. Como essas diferenciações também podem ser entendidas como acidentais ao significado de um nome, TE afirma que existe um modo de significar acidental do verbo por meio de que o verbo cossignifica a propriedade da diferenciação que é inerente ao nome. TE chama esse modo de composição.

CONJUGAÇÃO (*Coniugatio*): “A conjugação é o modo de significar a essência do verbo enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos tempos, dos números, dos modos e das pessoas. Por isso, comporta-se como a declinação no nome. Porque, assim como a declinação é o modo de significar a essência do nome enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos casos, da mesma forma, a conjugação é o modo de significar a essência do verbo enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos tempos, dos números, dos modos e das pessoas” (GS XXIX, 57). TE compara a conjugação do verbo com o caso do nome. Ele considera a conjugação como uma propriedade acidental do verbo. Todavia, na GS, a conjugação nunca é classificada como um modo acidental. Isso se deve ao fato de a conjugação representar um conjunto de acidentes (gênero, número, modo, pessoa) e, assim, não pode ser classificada como um único acidente. Um dos critérios para o estabelecimento de um modo acidental é que ele corresponda a um único acidente. Apesar de parecer reconhecer esse comportamento heterodoxo da

conjugação, TE não dá maiores explicações quanto ao estatuto da conjugação em sua teoria (BURSILL-HALL, 1972, p. 76).

CONJUNÇÃO (*Coniunctio*): “O modo de significar essencial mais geral da conjunção é o modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades; e esse modo de significar é derivado da propriedade de conectar e unir, que está presente nas coisas extramentais. Portanto, a conjunção é a parte do discurso que significa por meio do modo de conectar duas extremidades” (GS XXXIX, 76). Uma conjunção une dois elementos de duas maneiras: pelo significado ou pela relação entre os dois elementos de uma sentença. No primeiro caso, a conjunção une os dois elementos sem que exista a necessidade de uma consequência lógica entre eles – o que conta é o significado de sua união em relação ao significado de um terceiro elemento, como acontece nas seguintes sentenças: “Sócrates e Platão correm” e “Sócrates ou Platão correm”. No segundo caso, a conjunção une dois elementos em virtude de uma relação de consequência lógica entre eles. Isso acontece ou pela relação que se deriva do primeiro elemento e se transfere para o segundo, como em “Sócrates corre, portanto, move-se.”; ou pela relação que provém do segundo para o primeiro elemento: “A terra se interpõe entre o sol e a sua luz; portanto, a lua é eclipsada.” (BURSILL-HALL, 1972, p. 90).

CONSTRUÇÃO (*Constructio*): “[...] a construção é a união dos construtíveis, por meio dos modos de significar, causada pelo intelecto, como um expediente cuja finalidade é exprimir um conceito composto da mente” (GS XLVI, 90). TE isola dois tipos de construções principais: “N (nome) + V (verbo)” e “(N) + V + N”. Os Vs e os Ns que compõem essas combinações são os principais tipos de construtíveis da sintaxe modista. Isso não significa que estruturas como “preposição + nome” ou “nome + nome” não sejam consideradas construções, mas apenas que as construções mais completas, do ponto de vista do seu significado, são aquelas que possuem um elemento nominal e outro verbal. As construções de tipo “(N) + V + N” são entendidas como combinações de construções menores: (N V (N)) ou ((N) V N). A definição de Le Ver (1996 [1440], p. 90) para o termo *constructio* é semelhante à da GS: “[...] *est congregatio dictionum in grammatica* “[...] na gramática, é a união dos vocábulos”, o que demonstra que a frase era comumente entendida como uma construção no início do séc. XV. As construções mais simples da sintaxe da GS têm

a peculiaridade de serem constituídas por não mais do que dois elementos, o que se compreende pela fato de as explicações da gramática serem subordinadas às da lógica aristotélica, a qual só reconhece como válidas proposições que sejam iguais ou redutíveis a dois elementos: “S + P” (sujeito + predicado). Cf. seção 4.2.2.

COSSIGNIFICAR (*Consignificandi*): “[...] no momento em que o intelecto impõe à palavra as disposições de significar e cossignificar, ele lhe atribui uma disposição dupla: a disposição de significar, que se denomina significação, pelo qual (a palavra) é transformada em um signo ou significante e, assim, formalmente, em um vocábulo; e o potencial de cossignificar, que é denominado modo de significar, pelo qual a palavra é transformado em um cossigno ou cossignificante e, dessa maneira, torna-se formalmente uma parte do discurso” (GS I, 3). O modo de significar expressa apenas a capacidade ou potencial (disposição, *ratio*) que a palavra tem de transmitir significados isolados (dicionarizados), *i.e.*, de ser um item lexical. Além desses significados separados do contexto frasal, a expressão também tem a capacidade de cossignificar com outras partes do discurso, o que possibilita a coatuação semântica entre duas palavras, o que resulta em uma construção. TE aponta para um princípio eficiente intrínseco na expressão isolada, a que ele atribui o potencial sintático ou modo de cossignificar. Isso significa que uma palavra, mesmo isoladamente, possui um potencial para cofuncionar com outras palavras em uma sentença.

DECLINAÇÃO (*Declinatio*): “[...] a declinação, que Donato colocou sob a abrangência do caso, origina-se das propriedades dos casos. A declinação é, portanto, o modo de significar a propriedade do nome por intermédio de que ele sofre inflexão. E ela varia de acordo com as diferentes propriedades de cada caso [...]” (GS XX, 35). Como a declinação é resultado da inflexão de caso, TE a classifica como um modo accidental das classes de palavras que possuem inflexão de caso (BURSILL-HALL, 1972, p. 76).

DISCURSO (*Oratio*): Segundo Saraiva, *oratio*, em Terêncio, César e Cícero tem o sentido de “Discurso, linguagem” (1896, p. 824). Segundo o dicionário *Oxford*: 6ª “A statement, utterance”; esta acepção encontra-se em Cícero (*Topica* 26): *definitio est oratio, quae id quod definitur explicat quid sit* “a definição é uma oração, em que o que se define explica o que é” (1996, p. 1262-3). Como o principal tipo de sentença

pesquisada por TE é a proposição e atualmente costuma-se denominar as classes de palavras de “partes do discurso”, optou-se, na tradução que antecede este glossário, traduzir a expressão *pars orationis*, do texto original da GS, por parte do discurso.

DISPOSIÇÃO (*Ratio*): cf. seção 8 deste trabalho. Em Saraiva, a primeira acepção de *dispositio*, que, segundo o autor, encontra-se em Cícero, é: “Disposição, ordem, arranjo”. Em Jerônimo: “A harmoniosa disposição do universo”. Também em Cícero, segundo o mesmo Saraiva, tem-se: “Disposição (das partes do discurso)” (1896, p. 384). No mesmo dicionário, o verbo *dispono* tem as seguintes acepções: “1ª Dispor, por ordem, arranjar; compor; 2ª colocar, postar, estabelecer, por, assestar” (1896, p. 384). Na presente tradução da GS para o português, *ratio*, quando possui as acepções de Saraiva elencadas neste verbete, é traduzido como “disposição”. Além disso, o mesmo termo, que é constantemente utilizado na GS, é também traduzido como: 1) “disposição”, quando tem o sentido de capacidade, potencial ou faculdade; 2) as locuções sinônimas “do ponto de vista de”, “da perspectiva de” e “de acordo com” quando é empregado meramente como um conector discursivo.

DISPOSIÇÃO DO DISCURSO (*passio sermonis*): cf. COMPLETUDE.

ENTE (*Ens*) (**Termo técnico da Escolástica**): Saraiva encontra *ens* em César, *apud* Prisciano, e em Quintiliano com a acepção: “Sendo, existindo, que é, que existe” (1896, p. 423). Abbagnano diz que *ens* é tradução latina do grego *tò ón* e cita “dois usos fundamentais desse termo: 1º o uso *predicativo*, em virtude do qual dizemos “Sócrates é homem”, ou “a rosa é vermelha”; 2º o uso *existencial*, em virtude do qual dizemos “Sócrates é” (= existe) ou “a rosa é” (= existe). Embora nem sempre explicitamente formulada, essa distinção é assumida ou pressuposta quase universalmente”. O segundo é o sentido ontológico do verbo “ser”, o primeiro é seu sentido lógico. O mesmo autor afirma que Aristóteles expressa essa diferença no *De Interpretatione* X, 19b 19. Na tradição aristotélica medieval, Tomás de Aquino distingue um modo que significa o ato de ser e “outro que significa a composição da proposição que o homem encontra ao juntar o predicado ao sujeito” (*Summa theologiae* 1, q.3, a.4; *De ente et essentia* I, 3). Ockham distingue entre “o verbo

‘ser’, como segundo constituinte da proposição, do “verbo ‘ser’ como terceiro constituinte” da proposição (*i.e.*, como cópula dos outros dois constituintes) este último em função predicativa ou de cópula (*Summa logicae* II, 1) (2000, p. 878-9). A distinção entre esses dois sentidos do verbo “ser” é um dos eixos principais da sintaxe da GS: os nomes, entendidos como termos categoremáticos denotativos, podem ser classificados como partes de enunciados existenciais do tipo “x é” (= x existe) e todas as construções são predicativas intransitivas ou transitivas, de atos ou de pessoas. Cf. GS XLVII, 92-LII, 109; e as seções 4.2.2 e 4.2.2.1 deste trabalho.

ESPÉCIE (*Species*) (**Termo técnico da Escolástica**): Para a 2ª acepção desse termo, no latim clássico, Saraiva menciona Lucrécio: “Aspecto, exterior, aparência, forma, figura, ar” (1896, p.1117). No dicionário *Oxford* tem-se: 3ª c) “a surface (em sentido concreto); (in Epicurean philosophy) a surface film given off by physical objects (Gk. *eídōlon*)”. 10ª “A subdivision of any class or kind, a sort, species, etc.; a thing of a particular kind. b) specific nature, form, character” (p. 1799). 13ª “(in Platonic philosophy, = Gk. *idéa*) An eternally existing archetype of any class of thing” (1996, p. 1800). Abbagnano diz ser tradução do termo *eídōs* da filosofia grega e lhe dá, entre outras, estas acepções: 1ª “Conceito que é parte ou elemento de outro conceito (*Metafísica* X, 1057b 7)”; 3ª “O mesmo que forma no sentido aristotélico”. No realismo medieval, “a espécie é intermediária do conhecimento, ou seja, o objeto próprio da sensibilidade ou do intelecto, enquanto forma que a sensibilidade ou o intelecto abstrai das coisas [...] Segundo Tomás de Aquino, “o intelecto é a potência receptiva de todas as formas inteligíveis e o sentido é a potência receptiva de todas as formas sensíveis” (*Summa theologiae* I, q.2, a.84). De acordo com Abbagnano, a doutrina da espécie como intermediária entre o mundo e o entendimento foi predominante no período clássico da Escolástica (séc. XIII) – foi aceita por Boaventura e Duns Scot, mas foi posta de lado pelos nominalistas do séc. XIV, como Durand de Pourçon e Pedro Aureolo, que “negam peremptoriamente a existência da espécie e afirmam que o objeto do conhecimento é a própria coisa”, doutrina que é “veementemente ratificada por Ockham” (2000, p. 352). A correspondência estrita “mundo-intelecto-linguagem” da ontologia modista obriga-a a ser de tipo realista moderada: os modistas consideram os modos de ser como realidades a que correspondem, na mente, os modos de entender e os modos de significar, estes

também entendidos como realidades e não como ficções (*ficta*). Nesse sentido, uma *ratio essendi* (uma disposição de ser), que é a parte formal de um modo de ser, é equivalente a uma espécie inteligível. Sendo assim, uma *ratio essendi*, como espécie inteligível, é o aspecto formal de uma propriedade real que pode ser entendida por um modo de entender real do intelecto.

ESPÉCIE (do nome): “[...] a espécie, enquanto modo de significar accidental do nome, não se encontra na palavra, como alguns afirmam. Por isso, o nome da espécie primitiva é aquele cuja palavra é designada para significar de maneira principal e o nome da espécie derivativa é aquele cuja palavra é designada para significar de maneira secundária, proveniente da palavra primitiva, como *albus* (“branco”) provém de *albedine* (“brancura”). Do contrário, o modo de significar ativo seria derivado da palavra e não da propriedade da coisa, o que seria um contra-senso. Portanto, deve-se afirmar que a espécie é derivada da propriedade da coisa [...]” (GS XV, 26). Existe na GS uma tentativa de dar explicações estritamente semânticas para todos os fenômenos da língua latina. No caso da derivação, as modificações formais de palavras que possuem parentesco semântico (como em *albus* (“branco”) e *albedine* (“brancura”)) são explicadas como resultado de mudanças de significado. Assim, *albedine* (“brancura”) significa uma essência primitiva, um significado essencial, e *albus* (“branco”) significa um elemento que participa dessa essência. Dessa maneira, não há necessidade de se recorrer a uma explicação morfológica para a derivação e o fenômeno é explicado semanticamente.

ESSÊNCIA (*Essentia*) (**Termo técnico da Escolástica**): Em Saraiva há uma única acepção, que o autor menciona como ocorrendo em Cícero e Sêneca: “Essência, a natureza de uma coisa” (1896, p. 434). Segundo o dicionário *Oxford*, Sêneca (*Epistulae* 58.6) atribui a tradução desse importante termo da filosofia grega a Cícero, como tradução de *ousía* (*Categorias*). Mas Quintiliano a atribui ao filósofo Plauto (*Institutio* II, XIV, 2) ou ao retórico Vergínio Flavo (*Institutio* VIII, III, 3). A única acepção do dicionário *Oxford* é “Essence, substance” (1996, p. 621). Segundo Abbagnano, para Aristóteles, a pergunta o “que é x?” pode ter dois tipos de respostas: repostas possíveis e repostas necessárias. Por exemplo, por um lado, ao referir-se a Sócrates, as repostas possíveis à pergunta *o quê?* podem ser “é um filósofo”, “é um político”, “é um soldado”, etc., dependendo do momento da vida de

Sócrates. Por outro lado, essa resposta é invariavelmente a mesma quando define a essência de Sócrates como ser humano: “um animal racional”, que, nesse caso, é a resposta necessária à pergunta o *quê?* com relação a Sócrates. Essa resposta necessária (“animal racional”) equivale à substância de, ou àquilo que nunca muda em Sócrates, a saber: sua racionalidade, que é uma forma, um universal ou natureza comum. Assim, Aristóteles identifica dois tipos de essência: a essência contingente (acidental) e a essência necessária ou substância, que chama de *tò tí én eínai* (*Metafísica* VII, 1032b 14) e que Guilherme de Moerbeke traduziu como *quod quid erat esse*. Essa substância é *sine materia* (*áneu hýlēs*), porque corresponde à definição da coisa e, portanto, equivale à forma (*eîdos*) e não à matéria (*hýlē*) dessa coisa (ABBAGNANO, 2000, p. 359). No sentido de substância, portanto, “a essência opõe-se à existência, como o racional aos dados da experiência, ou como o possível ao atual” (LALANDE, 1999, p. 339). O entendimento que os realistas e conceitualistas medievais tinham desse termo deveria ser próximo ao de Aristóteles, uma vez que admitiam a existência de espécies inteligíveis que são entendidas como as formas imateriais (substanciais ou acidentais) que o intelecto apreende das coisas e de suas propriedades. Com os nominalistas do séc. XIV, especialmente Ockham, a noção de formas universais é abandonada e sujeitos e predicados são entendidos como substitutos conceituais e linguísticos, supostos, de coisas (ou conjuntos de coisas) e propriedades reais, sem a intermediação de espécies inteligíveis como “a brancura”, “a humanidade”, “a sabedoria”, etc. (ABBAGNANO, 2000, p. 360). Ao formalizar sua teoria do caso, TE afirma que em uma construção “Nome(nominativo) + Verbo(pessoal)”, o modo nominativo do nome significa *ut quod* (*est alterum*), “enquanto o ‘que’ (é o outro)”, entende-se o nome como o outro em relação ao verbo, ou como o “quê” ou a coisa no mundo a que esse tipo de construção se refere. No contexto modista, o uso da forma neutra nominativa do pronome relativo, *quod*, nessa formalização, remete diretamente à teoria aristotélica da essência necessária: como se viu acima, *quod* faz parte da tradução latina da definição de substância (*quod quid erat esse*) e representa a dimensão linguística dessa definição: o aspecto substancial da coisa no mundo a que o modo nominativo do nome faz referência. Ademais, a Escolástica do séc. XIII também traduziu a essência necessária de Aristóteles pelo termo *quidditas*, “quididade”: um termo derivado da forma neutra nominativa do paradigma do pronome interrogativo – *quid?*, “o quê?”.

EXISTÊNCIA (*Esse*) (**Termo técnico da Escolástica**): No latim clássico havia o verbo *exsisto*, que Saraiva traduz como: 1ª “Elevar-se acima, sair de, aparecer, deixar-se ver, mostrar-se”; 3ª “Existir, ser”; 4ª “Consistir, provir, resultar”(1896, p. 461). E dicionário *Oxford* como: 1ª To come into view [...] appear”. 2ª To come into being, emerge, arise” b) “(em construções impessoais) it follows as a consequence (that)” (1996, p. 656). Em sentido filosófico, segundo o dicionário de Abbagnano, a doutrina da distinção “essência-existência” foi desenvolvida no Ocidente a partir do neo-platonismo aviceniano. Maimônides contribuiu em seu desenvolvimento. No séc. XIII, a expressão mais completa dessa doutrina está em Tomás de Aquino. Resumidamente, essa doutrina consiste na afirmação de que uma definição, como a definição de homem (animal racional), poderia existir sem que existissem homens. Ou seja o *quid* (o quê), a essência (*i.e.*, a substância, quiddidade, natureza ou definição) de homem é, de acordo com a teoria aviceniana, anterior à sua existência. Nesse sentido, criaturas mitológicas, como a fênix e a quimera podem ter essência, mas não existência. Ademais, em todas as criaturas, a essência é separável da existência. Por isso, todas as coisas são ditas como constituídas de formas separadas. O Criador é o único a que não se pode atribuir essa separabilidade: sua existência é idêntica à sua essência. De fato, de acordo com o neoplatonismo medieval, as essências, ou ideias, são anteriores ao mundo: existem antes da criação *ex nihilo*. Como separável da existência, a essência pode ser entendida também como equivalente à espécie inteligível, ao universal ou substância, que o intelecto apreende a partir das coisas sensíveis (cf. ESPÉCIE) como uma forma separada. A doutrina das formas separadas é um dos pontos em que o nominalismo do séc. XIV mais difere da Escolástica clássica do séc. XIII. O nominalismo é uma filosofia da existência: só as coisas que existem, existem. Na ontologia nominalista, as coisas podem existir como objetos da experiência imediata, atual, ou como possibilidade de experiência imediata (criaturas ficcionais são fabricadas a partir de associações de conotações, por. ex., o hipogrifo tem cabeça de pássaro, corpo de cavalo, asas, etc.). Dessa forma, não há separação entre essência e existência e o universal é apenas uma qualidade mental em que se associam conjuntos de coisas e/ou propriedades a que se atribuem nomes (LALANDE, 1999, p. 362).

FORMA (*Forma*) (**Termo técnico da Escolástica**): Em Saraiva têm-se: 1ª “Forma, figura exterior; forma (termo gramatical); aparência, semelhança, parecença; maneira, modo, jeito, aspecto, fantasma; 2ª Representação, retrato, imagem, estátua; plano, desenho, planta, modelo; (em sentido figurado) Ideia; 3ª Espécie, gênero” (p. 498). No dicionário *Oxford* encontram-se: acepções similares a Saraiva e também: 10ª “A kind, a sort, variety (of.); [...] d) (em filosofia) a species (as a subdivision of genus)”. Em Cícero: *formae quae Graeci eídē uocant, nostri species appellant [...] formae sunt eae in quas genus sine ullius praetermissione diuiditur* “formas que os gregos chamam de eídē [...] as formas são aquelas em que, sem qualquer omissão, o gênero é dividido” (*Topica* 31). Em Quintiliano (*Institutio* V, X, 62) tem-se a seguinte acepção: 11ª “A form assumed by a word in inflexion, composition, etc.; also a paradigm”; esta acepção encontra-se também em Varrão (*De lingua latina* VIII, 9) (1996, p. 722-3). As acepções 10ª e 11ª são semelhantes ao sentido gramatical de “forma” na GS, em que a forma derivada (*figura*) de um nome é entendida como uma espécie derivada (complexa) de um gênero primitivo (simples). Cf. FORMA (Nome) e FORMA (Verbo) neste glossário. Nas palavras de Lalande (1999, p. 424), Cícero “diz-nos (*Topica* VIII) que *forma* fornece o genitivo e o dativo plurais que faltavam a *species*, e que, por consequência, deve ser preferida àquela para traduzir *eídōs*, na medida em que é completamente declinável. Abbagnano entende forma como a tradução dos termos gregos *morfé* e *eídōs*. O mesmo autor, afirma que o termo “forma” pode ser entendido como: “1ª Essência necessária (cf. ESSÊNCIA), ou substância das coisas que têm matéria. Nesse sentido, que está presente em Aristóteles, forma não só se opõe a matéria, mas a pressupõe. Aristóteles usa, portanto, esse termo com referência às coisas naturais que são compostas de matéria e forma, e observa que a forma é mais “natureza” que a matéria, uma vez que de uma coisa diz-se aquilo que ela é em ato (a forma), e não o que é em potência (*Física* II, 193 b 28; *Metafísica* IV, 1015 a 11)” (2000, p. 468). Portanto, em Aristóteles, a forma se identifica com a essência e se contrapõe à matéria amorfa, que os cristãos também chamarão de matéria primordial. Tomás de Aquino associa a forma à categoria da ação: *Potentia autem activa cuiuslibet rei sequitur formam ipsius, quae est principium agendi* “A potência ativa de qualquer coisa é consequência da sua própria forma (= essência), que é o princípio do (seu) agir” (*Summa theologiae* 3, q.3, a.1). De acordo com a GS, a forma de um nome pode ser entendida como equivalente ou derivada de uma forma essencial. Nesse

sentido, “montês” é uma forma derivada de “monte”, que é sua forma simples ou essencial, porque “montês” participa do significado essencial de “monte”. Assim, “montês” está para “monte” como uma espécie está para o seu gênero na lógica aristotélica.

FORMA (*Figura*) (do nome): “A forma [...] é um modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome significa a propriedade ou do simples ou do composto ou do complexo. E, de acordo com essa tríplice propriedade da coisa, varia-se a forma por meio de uma tríplice diferença: a forma simples, a composta e a complexa” (GS XVIII, 31). TE utilizou os modos accidentais da espécie (*species*) e da forma (*figura*) para explicar os traços derivacionais do nome. Ele dividiu a espécie (*species*) em espécie primária e espécie secundária para demonstrar como um significado secundário deriva-se de um significado primário. Por exemplo, em “monte” (*mons*) e “montês” (*montanus*), um significado secundário (montês) deriva-se de um significado primário (monte). Existe uma motivação metafísica para esse tipo de classificação: palavras com significados próximos fazem referência a coisas que compartilham essências comuns. O acidente da forma (*figura*) explica as diferentes espécies de palavras de uma mesma classe (gênero). Essa alteração se reflete no formato de uma palavra. Assim, enquanto o acidente da espécie é responsável pela derivação semântica da palavra, a forma explica a incorporação dessa mudança semântica no formato da palavra. Portanto, a forma é o aspecto visível do significado específico de uma palavra, que pode ser simples ou derivado (BURSILL-HALL, 1972, p. 58).

FORMA (do verbo): “. A forma – um modo accidental do verbo – é semelhante à espécie no nome e é derivada da mesma propriedade, a saber: o modo de existir primário ou secundário. Portanto, a forma é o modo de significar accidental do verbo mediante o qual o verbo significa o modo de existir primário ou secundário. A forma divide-se em forma perfeita, meditativa, frequentativa, incoativa, diminutiva e desiderativa. Por forma perfeita deve ser entendida a espécie primitiva. As formas perfeitas são de espécie primitiva porque significam a propriedade do verbo de maneira básica, como em *lego* (“leio”), *sorbeo* (“bebo”), *volo* (“quero”) e *sum* (“sou”). Mas, as formas incoativas, bem como as demais, são de espécie derivativa e não significam a essência do verbo de maneira básica, mas por meio de certa adição,

como em *fervesco* (“borbulhar”), *lecturio* (“selecionar”), *partrisso* (“apadrinhar”), *sorbillo* (“bebericar”), etc” (GS XXVIII, 56). Da mesma maneira que os nomes primitivos – como “brancura”, “humanidade”, “justiça”, etc. – denotam essências e os nomes derivados – como “branco”, “homem”, “justo”, etc. – denotam seres que participam do significado dessas essências, igualmente, os verbos que sofrem acréscimos de significado fundamentam-se nos significados simples de verbos essenciais. Por isso, TE define esses verbos simples como absolutos quanto ao seu sentido, uma vez que eles não sofrem nenhum tipo de acréscimo ao seu sentido básico. Como no caso da derivação dos nomes, as mudanças entre os verbos de uma mesma “família” semântica é explicada estritamente em termos de significado e nunca a partir de suas diferenças morfológicas.

GÊNERO (*Genus*) (**Termo técnico da Escolástica**): O dicionário de Saraiva traz: 1ª “Família, raça, raiz, tronco, origem, sangue; 4ª Gênero, raça, casta, espécie, natureza; modo, maneira; 6ª Gênero (termo gramatical)” (1896, p. 523). No dicionário *Oxford*, encontram-se acepções semelhantes as de Saraiva e, além dessas, também: 5ª “A class containing in itself a number of subordinate kinds or varieties (sentido filosófico ou técnico)”; 8ª “Sex, gender; voice, mood, or other verbal division” Quint. 9.3.6 (p. 760-1). Abbagnano identifica sua origem no grego *génos*. Segundo o mesmo autor, em Aristóteles, o gênero funciona como “o sujeito ao qual se atribuem as oposições ou as diferenças específicas e, neste sentido, o gênero é o primeiro constituinte da definição (*Metafísica* V, 1024a 30, e a seguir)” (1999, p. 478). Por exemplo, na definição de “humano” como “o humano é o animal racional”, “animal” é o sujeito a que se atribui a diferença específica “racional”; assim, “animal” é o primeiro constituinte da definição de “humano”. Na Idade Média, os realistas entendiam o gênero e a espécie como entidades reais que intermediavam as coisas e os modos como eram entendidas pela mente. Já os nominalistas entendiam os gêneros e as espécies como classes de coisas e/ou propriedades reais. Na lógica contemporânea, o conceito de classe quase absolutamente suplantou o de gênero, embora espécie, como sinônimo de classe, seja ainda esporadicamente usada (ABBAGNANO, 2000, p. 479).

GÊNERO (do nome): “[...] o gênero, em sentido simples, é o modo de significar mediante o qual o nome significa a propriedade do agente, do paciente ou dos dois.

E, segundo a diversidade dessas propriedades, o gênero do nome diferencia-se em masculino, feminino, neutro, comum, etc.” (GS XVI, 27). TE distingue o gênero accidental do nome em termos da diferença entre as propriedades da atividade (exercer uma força) ou da passividade (ser paciente de uma força). Ele o diferencia em cinco gêneros: masculino, feminino, neutro, comum e epiceno. O masculino é o modo de significar por meio da propriedade do agente e o feminino por meio da propriedade do paciente. O neutro é o modo da propriedade do indeterminado e, portanto, não se refere nem ao masculino nem ao feminino. Isso não quer dizer que o neutro tenha ausência de significado: ele significa, por si mesmo, uma ausência de gêneros. O comum e o epiceno não são gêneros propriamente ditos, mas sim variáveis que podem ser preenchidas tanto pelo masculino quanto pelo feminino.

GRAMATICALIDADE (*Congruitas*): “A gramaticalidade nada mais é que a devida união das partes do discurso a partir de uma dada conformidade dos modos de significar requeridos por uma construção específica” (GS LIII, 114). Em primeiro lugar, é bom esclarecer o que TE quer dizer por “construção” e por “construtível”. Na GS, o principal tipo de construção é a combinação entre um elemento nominal e um elemento verbal (N + V ou V + N). Há também construções derivadas, ou complexas, de tipo N V N – na verdade, uma combinação dos dois tipos básicos que compartilham o mesmo elemento verbal: (N V) + (V N). O construtível é o elemento que entra em uma construção básica e pode ser nominal (N) ou verbal (V) ou de outras partes do discurso: preposições, conjunções, etc. A gramaticalidade é um dos elementos que TE identifica para explicar a maneira como os construtíveis se combinam para formar construções aceitáveis do ponto de vista de seu significado gramatical. Para que isso aconteça, ou seja, para que as combinações entre construtíveis sejam gramaticais, é necessária a verificação dos traços de concordância e regência que devem existir entre os construtíveis (BURSILL-HALL, 1972, p. 102). Além da gramaticalidade, TE identifica outros dois elementos ou critérios na sintaxe sentencial: a construção (*constructio*), que vem antes da gramaticalidade (*congruitas*) e a completude (*perfectio*), que é o terceiro e último estágio exigido para que uma sentença seja considerada completa. O primeiro estágio, a construção (*constructio*), é um mero emparelhamento de duas partes do discurso. Na gramaticalidade (*congruitas*), que é o segundo estágio, ocorre a concordância entre os modos de significar das unidades. Finalmente, com a

combinação gramatical dos modos de cossignificar, ocorre a fase ou estágio culminante da formação de uma sentença: a completude, que equivale à geração de um sentido completo ou perfeito na mente do ouvinte (*perfectio*) (BURSILL-HALL, 1971, p. 302).

HÁBITO OU ESTADO (*Habitus*) (**Termo técnico da Escolástica**): Em Saraiva, encontra-se: 1ª “Estado (do corpo), compleição; bom temperamento; modo de ser, estado, natureza; disposição; posição, postura; exterior, ar, aspecto” (1896, p. 593). No dicionário *Oxford* há: 1ª “State of being, condition: a) (of the body). b) (of other material things) c) (of non-material or abstract things, circumstances, etc.) (1996, p. 782). Abbagnano assim o explica: “Em geral, a repetição constante de um acontecimento ou de um comportamento, devido a um mecanismo de qualquer gênero (físico, fisiológico, biológico, social, etc.)” Portanto, “conquanto não seja uma uniformidade rigorosa e absoluta, mas apenas aproximada e relativa, contudo (é) capaz de permitir uma previsão provável. Nesse sentido, Aristóteles disse: [...] “O hábito é, de certa forma, muito semelhante à natureza, já que ‘frequentemente’ e ‘sempre’ são próximos: a natureza é daquilo que é sempre: o hábito é daquilo que é frequentemente” (*Retórica I*, 1370a 7). Na GS, o modo mais essencial do nome é o modo de significar do estado (*habitus*) e do permanente (*modus habitus et parmanentis*) (GS VIII, 15), que parece incluir a acepção registrada por Abbagnano e que corresponde ao sentido que Lalande dá ao termo *héxis*, que aparece na *Retórica I*, 1357a 7: “qualidade ou disposição permanente, oposta àquilo que é passageiro” (1999, p. 454). Na ontologia da teoria dos modos, o modo de significar o estado (do hábito) e o permanente remete à categoria aristotélica do estado (hábito).

INTELECTO (*Intellectus*) (**Termo técnico da Escolástica**): Há em Saraiva: “Ação de compreender uma coisa, conhecimento” (1896, p. 622). No dicionário *Oxford*, encontra-se: 3ª “The faculty of comprehension, understanding, intellect; (with genitive, ability to understand (1996, p. 935). Shütz, em seu *Thomas-Lexikon*, afirma que *intellectus*, na obra de Tomás de Aquino, tem o sentido geral de *noûs* e *logistikón* em Aristóteles, que é sinônimo de *intelligentia* e *ratio* e que é antônimo de *sensus*. Nenhuma epistemologia é desenvolvida na GS, que se restringe a assuntos linguísticos. Porém, com base na separação entre modos de entender e de

significar, pode-se dizer que TE considera o intelecto como um módulo mental independente e anterior à capacidade expressiva da linguagem.

INTERJEIÇÃO (*Interiectio*): “O modo de significar mais geral da interjeição é o modo de significar pelo modo de determinar o outro, que é um verbo ou particípio, ao representar os estados da alma. Porque, quando a alma é afetada por um movimento de dor, alegria, medo ou outros desse tipo, isso é exprimido pela interjeição. Daí que a interjeição determine o verbo ou o particípio não de maneira simples, mas em analogia à alma, expressando seu estado. A interjeição é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de determinar o outro, que é o verbo ou o particípio, ao representar o estado ou o movimento da alma” (GS XLII, 84). Para TE, uma construção completa sempre contém um elemento nominal (N) e um verbal (V). Os dois elementos estão presentes mesmo em construções elípticas como: “(Ele) corre” e “(O) homem (é) feliz”. De acordo com a definição de interjeição da GS, as interjeições servem para modificar (especificar) a ação expressa pelo elemento verbal ou pelo particípio. Na verdade, de acordo com a modística, tanto a interjeição quanto o advérbio expressam a aderência de uma especificação a um movimento. A diferença entre os dois é que enquanto o advérbio expressa um modo de enunciação que não se restringe a um verbo em particular e expressa movimentos dentro e fora da mente, cada interjeição, por sua vez, liga-se somente a um conceito verbal e expressa apenas uma realidade subjetiva. Por exemplo, *atat* e *heu* demonstram somente o medo ou a dor e ligam-se ao verbo *doleo* (“sinto dor”, “sofro”) (KELLY, 2002, p. 133-42). Além disso, os conceitos verbais apontados pelas interjeições não chegam a informar expressões ou vocalizações, *i.e.*, as interjeições não são propriamente palavras. Dessa forma, as interjeições cossignificam conceitos verbais não enunciados e, portanto, funcionam com um tipo de cossignificação especial que difere da cossignificação das outras classes de palavras.

MATÉRIA (*Materia*) (**Termo técnico da Escolástica**): Saraiva traz: “Matéria, aquilo de que alguma coisa é feita” (p. 717). No dicionário Oxford, encontram-se: 5ª “The substance which composes the body”. 8ª “The condition whereby an action or situation is effected, means, occasion, etc. b) latent ability, potential” (1996, p.1083). Segundo Abbagnano, esse termo é uma tradução do grego *hýlē*. No dicionário do

mesmo autor, há três acepções filosóficas para o termo “matéria”: 1ª como sujeito, 2ª como potência, 3ª como extensão. Assim, Aristóteles chama a matéria, como sujeito, de *hypokeímenon*, no sentido de um sujeito primeiro que acolhe ou subjaz a todas as formas (*Física I*, 192a 31). Como potência, a matéria é justamente a capacidade de acolher todas as formas. Para as expressões de origem aristotélica e escolástica, a primeira acepção de Lalande é: “aquilo que, num ser, constitui o elemento potencial, indeterminado, por oposição àquilo que está atualizado” e “sempre se opõe a *forma*” (1999, p. 645). TE aplica uma analogia da distinção “matéria-forma” para diferenciar o pronome do nome: o pronome distingue-se do nome como a matéria amorfa distingue-se de uma forma. TE também usa a distinção “matéria-forma” para identificar os modos mais essenciais do nome: a matéria significativa do nome é identificada com o modo mais essencial do estado e do permanente (*modus entis vel substantiae*), sua forma, com o modo mais especial da apreensão determinada. O modo mais essencial da apreensão determinada pode ser entendido como a referência que um nome faz a um referente no mundo. Cf. PRONOME; GS XXI, 36.

MESMO (*Idem*) (= “idêntico”, oposto de “outro”, diferente de “próprio”): Saraiva traz uma acepção principal: “O mesmo, a mesma coisa” (1896, p. 568). No dicionário Oxford encontram-se: 1ª “The same, identical with that previously mentioned or under discussion. 5ª “The same (in each case, with respect to each subject, etc. b unus idemque [...] one and the same” (1996, p. 819-20). Ao serem levadas em consideração essas acepções de *idem*, traduziu-se a expressão *ipsum est alterum* como “o próprio é o outro” e não “o mesmo é o outro”, apesar de que Freire (1983, p. 323) indica esta última tradução para *ipsum* quando este funciona como pronome. Entretanto, no esquema de substituições que TE utiliza para formalizar sua teoria do caso nominal, *ipsum*, em *ipsum est alterum*, não exprime igualdade, mas um atributo peculiar ou próprio de alguém ou de alguma coisa (cf. PRÓPRIO e OUTRO).

MODO: (*Modus*) (**Termo técnico da Escolástica**): No dicionário de Saraiva há uma acepção principal e várias secundárias: “Medida de agrimensor. Medida, dimensão; quantidade; altura, comprimento; circunferência”. Segundo o mesmo dicionário, “modo”, em Quintiliano, tem os sentidos de “Medida, cadência, melodia, canto, solfa, música” (1896, p. 746). O dicionário *Oxford* tem as acepções: 1ª “A measured

amount, quantity: a (of land). b (of other things)". 2ª "A unit of measurement" (1996, p. 1124). 10ª "A kind, form, type" (1996, p.1125). O dicionário Le Talleur (2002 [ca. 1490], p. 383) traz acepções semelhantes à da GS, em que modo é entendido como "maneira", "medida" ou "condição": [...] *mensura vel conditio vel temperamentum: maniere, mesure, terme, fin, attrempance ou condition [...]*. Segundo Abbagnano, a principal acepção, na terminologia filosófica tradicional, é: "2ª as determinações não necessárias (ou não incluídas na definição de uma coisa). O modo é entendido pela lógica medieval nesse sentido: por. ex., no 28º parágrafo do 1º tratado das *Summulae logicales*, escritas entre 1246-52, de Pedro Hispano (ca. 1205-1277): *Modus est adiacens rei determinatio et habet fieri per adiectivum. Sed adiectivum est duplex: quoddam nominis, ut "albus", "niger" et consimilia, aliud est verbi ut adverbium. Dicit enim Priscianus quod adverbium est ut verbi adiectivum et ita duplex est modus, unus nominalis qui fit per adiectivum nominis, alius adverbialis, qui fit per adverbia, ut "homo albus currit velociter"* "O modo é a determinação que adere à coisa e tem o ser por meio do adjetivo. Mas o adjetivo pode ser de dois tipos: um do nome, como 'branco', 'negro' e consimilares, outro do verbo, enquanto advérbio. Prisciano diz (*Institutiones* 2, 54, 11) que o advérbio é como um adjetivo do verbo e, dessa forma, o modo é de dois tipos: um nominal, que se faz pelo adjetivo do nome, outro adverbial, que se faz pelos advérbios, como em 'O homem pálido corre velozmente'" (*Summulae logicales* 1.28). Nesse excerto, Pedro Hispano parece se referir ao termo "modo" exclusivamente no sentido de "uma asserção complementar (ao enunciado de uma relação) relativa quer à natureza ou às condições desta relação" (LALANDE, 1999, p. 694). Como Pedro Hispano, nas *Summulae*, está interessado apenas em relações proposicionais, o modo de significar que pode ser mais diretamente associado à sua definição de modo é o que TE chama de qualidade ou forma da composição (*compositio*), que são, respectivamente, os modos verbais: indicativo, subjuntivo, imperativo, etc.

MODO (do verbo): "O modo, enquanto acidente do verbo, é derivado de uma propriedade do verbo – a qual é a propriedade da qualificação, da disposição e do voltar-se do verbo à suposição – e significa a qualidade da indicação, da ordem, do desejo, da dúvida ou da neutralidade. Portanto, o modo do verbo não é outra coisa que o modo de significar accidental do verbo, mediante o qual a propriedade do verbo cossignifica acerca da dependência do verbo em relação ao suposto, por meio do

modo da indicação, da ordem, do desejo, da dúvida, ou da neutralidade. E a mente é afetada por essas qualificações e disposições antes de ser levada a um ato de enunciação a respeito de uma substância” (GS XXVIII, 55). No capítulo sobre o verbo da GS são identificados dois tipos de construções sintáticas básicas no latim, que são consideradas completas do ponto de vista da lógica: construções intransitivas de tipo “N (nome) + V (verbo)” e construções transitivas de tipo “N + V + N”. Na GS, o N (sujeito) da primeira dessas construções é chamado de suposto e o V (verbo pessoal) de aposto. Os modistas chamam a relação entre o suposto e o aposto (N + V) de composição (*compositio*). A composição ocorre tanto nas sentenças intransitivas quanto nas transitivas. As diferentes espécies de composição das construções de tipo “N + V” são classificadas de acordo com os modos do verbo: indicativo, imperativo, subjuntivo, etc. Ressalte-se que o modo do verbo deve ser diferenciado do termo “modo” na expressão “modo de significar”, porque o “o modo do modo” é um modo accidental da classe dos verbos. O modo do verbo é entendido como a qualidade, ou a forma, da concatenação entre o N (suposto) e o V (aposto) das construções de tipo N + V como “Pedro corre”, “João canta”, etc. Cf. GÊNERO (Voz do verbo).

MODO DE UM ENTE (*Modus entis*): “O modo de um ente é o modo do estado e da permanência, que é inerente na coisa, com base no qual ela existe.” (GS VIII, 15). Prisciano definira o nome como a classe de palavras que significa uma substância e uma qualidade. No séc. XII, os gramáticos ainda continuavam a aceitar essa definição de Prisciano, com o acréscimo de uma noção original: a substância denotaria a coisa individual e a qualidade a natureza (forma) individual que o nome significa. A substância era identificada como o sujeito do discurso (*aquilo de que uma sentença trata*). Portanto, o ente individual significado pelo nome passou a ser equivalente à substância. No séc. XIII, os gramáticos sentiram a necessidade de esclarecer a diferença entre o verbo e o nome. Essa preocupação se deu pela falta de uma distinção clara entre existência e substância. Ou seja, se ter substância e existir são equivalentes e os verbos e os entes existem e têm substância, então o que os difere? Por causa disso, criou-se a distinção entre significar a permanência, atribuído ao nome, e a mudança, atribuído ao verbo. A noção de qualidade ou forma do nome foi substituída pela apreensão determinada. Além de suas inovações com relação ao nome, os gramáticos do séc. XIII também substituíram a

ação e a paixão, que Prisciano apontara como principais características (acidentes) do verbo, pela ideia da mudança. Os gramáticos modistas, no final do séc. XIII, aceitaram essas alterações que seus antecessores imediatos efetuaram na definição de Prisciano. Ao usarem uma abordagem e metalinguagem próprias, os modistas dividiram o modo de significar essencial do nome em dois submodos: o modo de significar de um ente ou da substância (*modus entis*), que é o modo de significar o estado e a permanência, e o modo de significar a apreensão determinada, que é o modo de significar a forma específica a que o nome faz referência. Na GS, o modo de um ente e o modo da apreensão determinada são as duas dimensões (material e formal) do modo de significar mais geral da classe dos nomes (BURSILL-HALL, 1971, p. 133-34).

MODO DO ESTADO E DA PERMANÊNCIA (*modus habitus et permanentis*): cf. MODO DE UM ENTE.

MODO DO SER (*Modus esse*): “O modo do ser é o modo da mudança e da sucessão inerente na coisa, a partir de que ela tem o vir-a-ser isto ou aquilo” (GS VIII, 15). Em consonância com as noções metafísicas que faziam parte do clima de opinião de sua época, os modistas identificavam duas propriedades gerais na realidade: a propriedade do estado (hábito) e da permanência e a propriedade da mudança. Como as classes de palavras recebem seu significado das propriedades da realidade, existiriam duas classes que significariam essas duas propriedades gerais. Essas classes seriam o nome (estado e permanência) e o verbo (mudança). De acordo com a ontologia da teoria dos modos, a relação de significado entre as classes de palavras e as propriedades do mundo não é direta, mas intermediada por modos (maneiras) de entender e de significar essas propriedades. Assim, o modo do ser (*modus esse*) é o modo (a maneira) mais geral com que o verbo faz referência à propriedade mais geral da mudança perceptível nas coisas do mundo. De forma análoga, o modo de um ente (*modus entis*) é o modo (a maneira) mais geral de significar com que o nome faz referência à propriedade mais geral do estado (*habitus*) e da permanência que os sentidos e o intelecto percebem nas coisas do mundo.

MODO DE SER (*Modus essendi*): “[...] refere-se à propriedade da coisa em sentido absoluto, ou na sua disposição de existir” (GS IV, 8). Os modos de ser, ou de existir, das coisas são as propriedades das coisas conforme percebidas pela mente. Um modo de ser de uma cadeira pode ser uma qualidade (por ex. a cor) dessa cadeira, que se manifesta como parte de sua compreensão, *i.e.*, como um dos acidentes que compõem a soma dos acidentes (propriedades) que permitem com que o intelecto entenda essa cadeira como membro da espécie “cadeira”. Na ontologia modista, essas propriedades, ou modos de ser, correspondem a predicados reais (*rationes essendi*) que se classificam de acordo com as dez categorias do entendimento idealizadas por Aristóteles em suas *Categorias* (IV, 1b 25-2 a 5).

MODO DE ENTENDER (*Modus intelligendi activus*): “O modo de entender ativo é a disposição de entender pela qual o intelecto significa, entende ou apreende as propriedades da coisa” (GS III, 7). O modo de entender é a atividade (operação) do aparato mental (do intelecto) que apreende e concebe a propriedade da coisa. Em outras palavras, um modo de entender é uma expressão do intelecto que age na medida de sua disposição ou capacidade (*ratio intelligendi*) de entender uma propriedade ordenada, ou disposta, (*ratio essendi*) em uma coisa no mundo. Na ontologia realista moderada dos modistas, a disposição de ser (*ratio essendi*) da propriedade da coisa é o aspecto formal ou espécie inteligível que manifesta ao intelecto o modo de ser (*modus essendi*), ou aspecto material, dessa propriedade.

MODO DE SER ENTENDIDO (*Modus intelligendi passivus*): “O modo de ser entendido passivo é a propriedade da coisa conforme apreendida pela mente” (GS III, 7). O modo de ser entendido é a propriedade da coisa enquanto produto do aparato mental, *i.e.*, enquanto parte do conceito que corresponde à coisa. Ou seja, os modos de ser entendido são as propriedades de uma coisa enquanto coentendidas pelo intelecto, cuja soma corresponde a um conceito. Se, por um lado, o modo de entender é a operação da mente que entende uma propriedade, o modo de ser entendido é essa propriedade enquanto produto do intelecto. De acordo com a distinção “ação-paixão” da lógica aristotélica, o modo de entender ativo (*modus intelligendi activus*) opõe-se a e complementa o modo de ser entendido passivo (*modus intelligendi passivus*). Essa oposição e complementação exemplifica um dos

aspectos da busca por simetrias da metalinguagem da teoria modista da GS: para todos os modos passivos, há modos ativos proporcionais.

MODO DE SIGNIFICAR (ATIVO) (*Modus significandi activus*): “O modo de significar ativo é o modo ou a propriedade da palavra, que é recebida do intelecto, por meio do qual a palavra significa a propriedade de uma coisa” (GS I, 2). O ponto de partida para a criação da ideia de modos que se correspondem no intelecto e na linguagem é o conceito aristotélico segundo o qual as palavras são sons que representam impressões mentais e as impressões mentais são imagens de dados da realidade (*Da Interpretação* I, 16a 5-6). Em sua teoria de correspondências, os modistas deram um passo à frente dessa definição ao declararem que, em uma língua natural como o latim, a significação (total) de uma palavra corresponde à soma das propriedades, ou dados, enquanto cossignificadas pela linguagem. Por exemplo, a palavra “áureo” em “escudo áureo” cossignifica, entre outros, os modos de significar as propriedades de um ente (a unicidade do escudo), o modo da apreensão determinada (a forma do escudo), o modo da propriedade de aderir a uma substância (“áureo” adere ontologicamente a “escudo”), o modo de possuir parte de uma essência (“áureo” = “de ouro”). A partir da enumeração desses modos, “áureo” é classificado como um **nome** (modo de um ente) **comum** (“ouro” é um nome comum) **adjetivo** (modo de aderir) **possessivo** (conota participação na substância do ouro). Cf. MODO DE ENTENDER e MODO DE SER ENTENDIDO; cf. seção 4.1.

MODO DE SER SIGNIFICADO (*Modus significandi passivus*): “O modo de ser significado passivo é o modo ou a propriedade da coisa enquanto significada pela palavra” (GS I, 2). O modo de ser significado (*modus significandi passivus*) é o modo como a propriedade de uma coisa é significada por um som da língua. Como a modística é uma teoria em que há uma busca por relações simétricas, o modo de ser significado (passivo) é a contraparte passiva do modo de significar (ativo). Se o modo de significar é a capacidade da linguagem, como módulo mental, de atribuir um significado a uma palavra enquanto som (*vox*), o modo de ser significado é a significação enquanto significada por uma palavra. Ou seja, um modo de ser significado é um produto da disposição (*ratio*) da linguagem que atribuiu um significado a uma propriedade de uma coisa. Para os modistas, as palavras não são etiquetas arbitrárias, porque a forma das palavras é a expressão física (sonora e

escrita) de seus modos de significar: por exemplo, enquanto a palavra “pálido” tem um modo de significar a participação no universal “palidez”, a palavra “palidez” tem um modo de significar o universal por si mesmo. A exigência de uma correspondência estrita de tipo “som-significado-entendimento-propriedade” é talvez o pressuposto mais fundamental do modismo. Cf. MODO DE ENTENDER, MODO DE SER ENTENDIDO e MODO DE SIGNIFICAR; cf. 4.1.

MODO DE SIGNIFICAR ESSENCIAL (*Modus significandi essentialis*): “O modo de significar essencial é aquele pelo qual a parte do discurso tem existência básica, seja segundo seu gênero, seja segundo sua espécie” (GS VII, 13). Na metalinguagem da GS, o modo de significar essencial é a expressão da essência de uma classe de palavras: aquilo que um nome, um pronome, um verbo, etc. precisam ter para serem considerados nomes, pronomes, verbos, etc. Depois da descrição do modo essencial de uma classe de palavras, são descritos os submodos do modo essencial (geral, subalterno e especial), em que se discutem os aspectos mais gerais (modo mais geral), intermediários (modo subalterno) e mais específicos (modo mais especial) dos tipos de palavras que pertencem à classe descrita no modo essencial. O autor da GS utiliza o modo essencial como aparato descritivo das oito classes de palavras. Ele completa essa descrição com a descrição dos modos acidentais de uma determinada classe. Os modos acidentais distinguem-se dos modos essenciais porque não são necessários para a compreensão geral de uma classe de palavras. Os modos acidentais dividem-se em absoluto (em que se explica a derivação da palavra) e respectivos (em que se explica o funcionamento sintático da palavra). Deve-se salientar que os modistas em geral nunca tentaram determinar um número ou estabelecer uma nomenclatura para as classes de palavras. O que eles tentaram fazer foi dar uma justificativa teórica para as classes tradicionalmente aceitas. Obviamente, isso não significa que, em seu trabalho de justificação dessas classes tradicionalmente aceitas, os modistas muitas vezes não se deparassem com problemas classificatórios e chegassem a propor soluções originais. Cf. seção 4.2.

MODO DE SIGNIFICAR ESSENCIAL MAIS GERAL (*Modus significandi essentialis generalissimus*): “O modo de significar essencial mais geral participa da essência da parte do discurso e de qualquer suposto nela contido” (GS VII, 13). Todas as

palavras possuidoras das características mais gerais de uma determinada classe de palavras significam de acordo com um modo de significar essencial geral. Na definição acima, TE emprega o termo “suposto” para essas palavras. No caso dos nominais, esse termo significa simplesmente a palavra que pertence à classe dos nomes e conota as propriedades gerais dessa classe: o estado (hábito) e a permanência e a apreensão determinada. Cf. SUPOSTO.

MODO DE SIGNIFICAR ESSENCIAL SUBALTERNO (*Modus significandi essentialis subalternus*): “O modo de significar essencial subalterno não participa da essência dos supostos da parte do discurso nem de maneira mais geral nem de maneira mais especial, mas se comporta de modo intermediário” (GS VII, 13). O modo de significar subalterno é um gênero (uma subclasse) de palavras que apresentam um número muito próximo de características gerais, comuns a todas as palavras da classe, e um número de traços específicos. Por meio do modo de significar essencial subalterno isolam-se os modos de significar que não são nem gerais o suficiente para serem incluídos na classe dos modos gerais, nem específicos o suficiente para serem incluídas na classe dos modos especiais. Por exemplo, o modo essencial mais geral da classe dos nomes divide-se em dois modos subalternos: o modo do próprio e o modo de aderir, este último dividindo-se em dois submodos: o modo subalterno comum de aderir e o modo subalterno comum de estar por si mesmo. Por fim, o modo subalterno comum de aderir divide-se em vinte e quatro modos mais especiais, que compreendem os vinte e quatro tipos de adjetivos classificados por TE em sua gramática.

MODO DE SIGNIFICAR ESSENCIAL MAIS ESPECIAL (*Modus significandi essentialis specialissimus*): “O modo de significar essencial mais especial participa da essência de certos supostos dessa parte do discurso” (GS VII, 13). O modo essencial mais especial refere-se a uma subclasse de palavras que têm um número de traços diferentes das outras subclasses de uma mesma classe. Por exemplo, os nomes comuns adjetivos de espécie, como “branco” (de espécie = que conotam uma qualidade comum), são de uma espécie (subclasse) diferente da dos nomes comuns adjetivos possessivos como “pétreo” (possessivo = que possui parte de uma essência ou substância): o fato de serem “de espécie” ou “possessivos” indica o modo de significar essencial mais especial dessas subclasses do nome comum

adjetivo. Resumidamente, o modo de significar essencial mais especial indica um subconjunto de palavras que compartilham um número de características particulares e, em razão disso, constituem uma espécie (uma subclasse) de um mesmo gênero (de uma mesma classe) de palavras.

MODO DE SIGNIFICAR ACIDENTAL (*Modus significandi accidentalis*): “O modo de significar accidental é o que advém à parte do discurso além do limite de sua existência básica, e que não se limita à existência simples da parte, nem segundo o seu gênero, nem segundo a sua espécie” (GS VII, 13). Na GS, essa definição do modo accidental significa que os acidentes (o número, a espécie, a forma, etc.) são acréscimos que advêm à significação essencial das partes do discurso. Ou seja, enquanto os modos de significar essenciais são os modos por meio dos quais a significação básica (essencial) parte do discurso pode ser entendida, os modos accidentais são sobrepostos à essência simples da parte. É possível traçar um paralelo entre os modos essenciais e accidentais das classes de palavras e a divisão que Aristóteles cria entre a substância (ou sujeito de uma declaração) e seus acidentes (o que é declarado de um sujeito). Entretanto, essa correlação não é a mesma para todas as classes de palavras. O nome é a classe com o maior número de acidentes, porém, seus acidentes não correspondem diretamente aos acidentes da substância listados por Aristóteles. Da mesma forma, a substância de Aristóteles não equivale diretamente ao modo essencial do nome. Isso porque o modo essencial se divide em três submodos: mais geral, subalterno e mais especial. Os acidentes do nome, por sua vez, são em número de seis: espécie, forma, gênero, que são seus modos accidentais derivacionais, e pessoa, número, caso, que são seus modos accidentais respectivos. Como no caso dos modos essenciais, os modos accidentais do nome, assim como o das outras oito classes de palavras, não têm uma relação direta com os nove acidentes das *Categorias* de Aristóteles. O quadro a seguir, em que a classe dos nomes é utilizada como exemplo, ilustra as correspondências feitas por TE entre as categorias aristotélicas e os modos essenciais e accidentais do nome:

Categorias de Aristóteles	Modos de significar do nome
Substância	<i>Modo Essencial:</i> 1) Mais geral (subdivisões: modo de um ente (matéria) e modo da apreensão determinada (forma)) 2) Modos subalternos 3) Modos mais especiais
<i>Acidentes:</i>	<i>Modos Acidentais do Nome:</i>
Quantidade	Número
Qualidade	Espécie, Forma, Gênero
Relação	Caso, Pessoa, Número
Lugar	Caso
Tempo	
Posição	Caso
Estado	Caso
Ação	Gênero
Paixão	Gênero

Como o nome não expressa o tempo, não há uma correspondência simples entre essa categoria e qualquer dos modos de significar do nome. Cf. seção 4.2.1.

MODO DE SIGNIFICAR ACIDENTAL ABSOLUTO (*Modus significandi accidentalis absolutus*): “O modo de significar acidental absoluto é dito daquilo por meio de que uma parte de uma construção não se relaciona com outra, mas apenas com a propriedade da coisa” (GS VII, 14). O modo de significar acidental absoluto diz respeito somente ao aspecto derivacional da palavra e não ao seu funcionamento como parte do discurso. O modo absoluto explica a derivação das palavras de um ponto de vista metafísico, não morfológico: “montês” é derivado de “monte” na medida em que o significado relativo de “montês” participa do significado absoluto de “monte”.

MODO DE SIGNIFICAR ACIDENTAL RESPECTIVO (*Modus significandi accidentalis respectivus*): “O modo de significar acidental respectivo é aquele por meio de que uma parte de uma construção não somente se relaciona com a propriedade da coisa, mas também com outra parte da construção, e o faz de duas maneiras: como dependente da outra parte da construção ou como determinante da dependência da outra (parte)” (GS VII, 14). O modo de significar acidental respectivo diz respeito tanto à classificação quanto à sintaxe de uma parte do discurso. A relação de dependência entre um termo e outro da construção sintática

é essencial na compreensão da sintaxe modista. Na GS, as construções básicas são sempre entre não mais do que dois elementos e há sempre uma relação de dependência de um termo dependente em um termo independente. Por exemplo, em uma sentença do tipo “O pálido Sócrates corre”, “pálido” é um qualidade e “corre” é uma ação de “Sócrates” que dependem semanticamente de “Sócrates”. Assim, “pálido” e “corre” constituem a parte dependente (*dependens*) de duas construções diferentes: “O pálido Sócrates” e “Sócrates corre”. Em ambos os casos, “Sócrates” é o determinante (*terminus*), *i.e.*, o elemento independente dessas duas construções.

NOME (*Nomen*): “O nome é [...] a parte do discurso que significa por meio do modo de um ente ou da apreensão determinada” (GS VIII, 16). O nome desfruta de uma posição especial na teoria modista. Na GS, TE concentra a maior parte de seus esforços na descrição do nome. Para uma ideia da dimensão desse esforço, basta mencionar que, dos cinquenta e quatro capítulos da GS, vinte e dois são dedicados exclusivamente ao estudo do nome. Essa preocupação tem raízes metafísicas, já que o nome é visto como a classe de palavras que tem relação mais direta com as propriedades do mundo acessíveis aos sentidos e ao intelecto: o nome seria a classe com o maior número de modos de cossignificar os modos das propriedades serem entendidas pelo intelecto. Portanto, uma descrição do nome, do ponto de vista modista, descreveria melhor as correspondências entre o mundo, o intelecto e a linguagem. Um exemplo das discussões teóricas que envolvem o nome na GS é a distinção entre nomes e pronomes que TE apresenta em sua exposição dos modos essenciais do nome. Como pode ser visto no quadro que ilustra o verbete sobre o modo accidental do nome deste glossário, TE dividiu o modo essencial mais geral do nome em dois submodos: o modo de um ente e o modo da apreensão determinada. O modo de um ente é o aspecto material do modo essencial mais geral, o modo da apreensão é seu aspecto formal. O modo da apreensão determinada é o recurso que TE emprega para distinguir o nome do pronome e das outras classes de palavras: enquanto o nome denota uma entidade que pode ser apreendida como algo determinado (uma mesa, um falcão, etc.), o pronome não possui uma determinação própria e precisa receber a determinação de sua referência da significação de um nome. Em outras palavras, um pronome sempre se refere a um nome e depende dele para sua significação. Como o pronome não significa por conta própria, TE atribui-lhe um modo de apreensão indeterminada, que também

chama de modo da matéria. Para efetuar essa diferenciação entre nome e o pronome, e o nome e as outras classes de palavras, TE emprega a distinção aristotélica “matéria-forma”: enquanto o nome e o pronome têm uma matéria em comum (o modo de um ente), o modo da apreensão determinada, do nome, produz a diferença essencial entre o nome e o pronome e entre o nome e as outras classes de palavras (BURSILL-HALL, 1971, p. 137-38).

NOME SUBSTANTIVO: “[...] assim como o modo mais geral do nome é derivado da propriedade da essência absoluta, da mesma forma o modo de significar por meio do modo de estar por si mesmo é derivado dessa mesma essência de maneira determinada, e esse modo constitui o nome substantivo. Portanto, o nome substantivo significa por meio do modo do determinado de acordo com uma essência, como *albedo* (“brancura”), *lapis* (“pedra”), etc” (GS X, 18). Na GS, a divisão das classes de palavras em modos e submodos é utilizada para se fazer um inventário o mais exaustivo possível das palavras que podem ser classificadas como sendo de uma determinada parte do discurso. O modo de significar essencial do nome divide-se em três submodos: mais geral, subalterno e mais especial. O modo essencial subalterno divide-se em dois submodos: o modo do comum e o modo do próprio. O modo do comum deriva-se da propriedade da divisibilidade em partes subordinadas. Isso significa que as palavras que significam por meio desse modo abrangem em sua referência uma multidão de indivíduos, *i.e.*, equivalem a conjuntos. Por exemplo, a palavra “casa” refere-se a todas as casas possíveis. O modo do próprio, por sua vez, deriva-se da propriedade da indivisibilidade em partes subordinadas. Assim, o nome “Pedro”, por exemplo, faz referência aos indivíduos que atendem por esse nome, independentemente de suas características comuns. Além da distinção entre nomes próprios e comuns, TE opera um refinamento em sua classificação do nome comum, dividindo-o em dois submodos: o modo de aderir e o modo de estar por si mesmo. Enquanto o nome adjetivo é derivado por meio do modo de aderir, o nome substantivo é derivado por meio do modo de estar por si mesmo (BURSILL-HALL, 1972, p. 54).

NOME ADJETIVO (*Nomen adiectivum*): “[...] o nome adjetivo significa por meio do modo de aderir a outro segundo o ser, como *albus* (“branco”), *lapideus* (“pétreo”)” (GS X, 18). TE deriva o modo de aderir da propriedade de aderir. A propriedade de

aderir é significada pelo nome adjetivo. Por exemplo, o adjetivo “branco” em “cavalo branco” não tem significação independente, mas depende da significação de um nome substantivo como “cavalo” para ter uma significação completa, *i.e.*, para corresponder a uma propriedade de alguma coisa no mundo. Assim, os nomes adjetivos não têm um significado próprio porque não fazem referência direta a uma entidade no mundo, mas, de certa forma, emprestam essa referência do nome substantivo que acompanham. TE enumera e discute vinte e quatro espécies de nomes adjetivos (BURSILL-HALL, 1972, p. 54).

NÚMERO (*Numerus*) (**Termo técnico da Escolástica**): No dicionário de Saraiva constam: “Número (em geral); (no plural) dados de jogar”; 4^a “Partes constitutivas de um todo”; 5^a “[...] disposição, ordem, arranjo (militar)” (p. 792). No dicionário *Oxford*, há: 4^a “The quality of being many, plurality. b) (grammar) number (singular or plural)”, cuja fonte é Quintiliano (*Institutio* I, VI, 25; IX, IV, 58): *ut quaedam pluraliter non dicantur, quaedam contra singulari numero* “de sorte que algumas coisas não se dizem pluralmente, algumas, ao contrário, no número singular” (1996, p. 1203). Abbagnano afirma que *numerus* é a tradução do grego *arithmós*. Segundo o mesmo autor, o conceito pitagórico de número como elemento real, “constitutivo da realidade”, que, embora não seja acessível aos sentidos, é acessível à razão, permanece durante toda a Antiguidade e Idade Média e será entendido de um modo conceptualista, como realidade exclusivamente mental, somente a partir de Descartes (2000, p. 718). Segundo Marzoa (1984, p. 81) a noção pitagórica (Antiga e Medieval) de número “no tiene nada que ver con el carácter puramente cuantitativo de la materia en Física posterior al Renacimiento”, porque, entre um número e outro número, no sentido antigo e medieval, “no hay un intervalo extenso infinitamente divisible”. Marzoa explica que os números eram vistos como oposições ontológicas: “dois” se opõe a “um” como uma coisa (*quod*) opõe-se a outra (*alterum*). Nesse sentido, o número “dois” não é entendido como menor que 2,1 ou maior que 1,9, mas sim como uma alteridade que se opõe e delimita a unidade, *i.e.*, a unidade é delimita pela alteridade (dualidade). Nesse sentido, enumerações são entendidas como repetições da unidade e não como somas de quantidades. Isso fica claro no *De Trinitate* (III, 10), em que Boécio transmitiu a noção pitagórica de número para a Idade Média: *unitatum repetitio numerum facit* “a repetição das unidades faz o número”, em que um número é o resultado da unidade reiterada e a unidade é uma

entidade matemática real. Na verdade, Boécio repete a noção de número de Aristóteles: “No âmbito dos números, o um opõe-se ao múltiplo (muitos) como a medida ao mensurável [...]” (*Metafísica* 1057b 33). A definição gramatical de número, entendido como um acidente do nome, que está na GS, é a mesma de Boécio: [...] *numerus in rebus extra animam, secundum Boethium, est multitudo ex unitatibus aggregata, et diffusa [...]* “[...] o número, nas coisas fora da mente, segundo Boécio, é a multidão agregada ou profusa das unidades (GS XVII, 28). A dualidade, no sentido de *alteritas* (alteridade), também é discutida por Boécio no *De Trinitate* e é importante na compreensão da distinção *quod-alterum* na formalização da teoria do caso de TE. Cf. seção 4.2.2.2.

NÚMERO (do nome): “O número é [...] um modo de significar acidentalmente do nome, mediante o qual o nome significa a propriedade da indivisibilidade, que é a propriedade do uno, ou a propriedade da divisibilidade, que é a propriedade da multidão. E ele se divide em singular e plural. O número singular é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do indivisível, que é a propriedade do uno, como *animal* (“animal”), *homo* (“homem”). O número plural é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do divisível, que é a propriedade da multidão, como *homines* (“homens”), *animalia* (“animais”), etc.” (GS XVII, 29). Na GS, a propriedade do número é expressa nas inflexões do nome em termos de quantidade. O número é definido como o modo acidental que significa ou a propriedade da divisibilidade ou a da indivisibilidade. Ele se baseia em Boécio (cf. **NÚMERO** como **Termo técnico da Escolástica**) e argumenta que os números existem fora da mente na multidão das unidades agrupadas e distintas entre si. Essas unidades têm uma dupla representação: 1) a unidade da coisa em si, *i.e.*, distinta das outras coisas; 2) a manifestação contínua dessa mesma coisa como espécie, como “homem”, “mesa”, “árvore”, etc. A classe dos nomes manifesta as duas propriedades do número: a indivisibilidade, encontrada na coisa em virtude de sua unidade e a divisibilidade encontrada na coisa em virtude da multidão revelada pela repetição da unidade. O número, como acidente (traço) gramatical, é derivado dessas propriedades e é um modo acidental que significa a propriedade da indivisibilidade (o número singular) e da divisibilidade (o número plural) (KELLY, 2002, p. 87).

OBLÍQUO (*Obliquus*): “[...] assim como a composição é o modo de significar mediante o qual o verbo, primeira e principalmente, depende de qualquer suposto (posicionado) antes de si, assim também a significação é o modo de significar mediante o qual o verbo, primeira e principalmente, depende de algum oblíquo (posicionado) depois de si” (GS XXIX, 58). Saraiva registra a expressão *obliqui casus* como parte da terminologia da gramática em Varrão e Quintiliano. Segundo o mesmo autor, em Prisciano, *obliqui* significa “Casos oblíquos (todos os casos menos o nominativo)” (1896, p. 799). O dicionário *Oxford* traz: 5ª “(opposite of *rectus*) Subjected to grammatical or syntactical modification: a) (of cases other than the nominative), b) (of tenses other than the present indicative), c) (of speech) reported, indirect”. Em Varrão, encontra-se *rectum homo, obliquum hominis* “reto ‘homem’, oblíquo ‘do homem’” (*De lingua latina* VIII, 1); Em Quintiliano: *obliquis casibus* “nos casos oblíquos” (*Institutio* I, VI, 22). Segundo Valenza (2010, p. 21), por diversas vezes no *De lingua latina*, Varrão utiliza o termo oblíquo como uma metáfora de origem para se referir aos casos que se desviam, ou caem, do caso reto, *i.e.*, do caso nominativo. Na GS, o oblíquo é, de modo geral, o nome com marcação de caso que funciona como o término de uma ação verbal. Como o nominativo é sempre considerado como o princípio dessa ação, o termo pode se aplicar a qualquer um dos outros cinco casos. A dependência do verbo transitivo no oblíquo é explicada pela teoria da proporção entre o modo da composição, *compositio*, que possibilita construções de tipo “nominativo-verbo” e o modo da significação, *significatio*, de construções de tipo “V (verbo pessoal) + N (nome com marcação de caso oblíquo)”.

ORDEM (*Ordo*): “[...] A ordem na conjunção deriva-se da ordem nas coisas extramentais. A ordem é, de fato, um modo de significar ativo na conjunção, mediante o qual a conjunção cossignifica a ordem das extremidades. De acordo com essa ordem a conjunção ou é anteposta ou é posposta ou é, indiferentemente, anteposta ou posposta às extremidades conectadas” (GS XL, 79). De acordo com as analogias que os modistas faziam entre propriedades da linguagem e propriedades físicas, entendiam que, assim como as coisas do mundo podem sofrer influências ou influenciar outras coisas, da mesma forma, na língua, palavras e construções podem agir sobre ou sofrer ações oriundas de outras palavras e construções. Segundo TE, o modo accidental da ordem possibilita a cossignificação

da ordem dos elementos que são ligados por uma conjunção. Em virtude desse modo accidental, a conjunção é anteposta ou posposta aos elementos por ela ligados. Como define as posições das conjunções nas construções, o modo da ordem (*ordo*) é o modo de significar respectivo (sintático) da conjunção (BURSILL-HALL, 1972, p. 91).

OUTRO (*Alterum*): No dicionário de Saraiva: 1ª “Um dos dois [...]”; 2ª Segundo; 3ª Um outro, outrem; 4ª Outro, diferente, que já não é o mesmo [...]; 5ª Oposto, contrário” (p.62). No dicionário *Oxford* consta como tradução do grego *héteros* e tem as seguintes acepções: “One or other (of two); *pars altera*, one half; b) the other (of two), the second” (1996, p.107). Segundo Lalande (1999, p. 780), é o oposto de “mesmo/idêntico” (1999, p. 780) “e exprime-se pelas palavras diverso, ou distinto. Este último termo refere-se, de preferência, à operação intelectual pela qual se reconhece a alteridade, enquanto o primeiro se aplica especialmente à existência desta considerada como objetiva. Ainda segundo Lalande (1999, p. 780), “Platão, no *Sofista*, definiu o Outro como diferente do Ser, e restabeleceu, contra Parmênides, a existência do não ser” (1999, p. 780). Os pitagóricos entendiam a alteridade como transcendentalmente oposta à unidade, como dualidade ou como o princípio da diferença (cf. NÚMERO). Na GS, como as construções são sempre entre dois elementos, um e outro, em construções de tipo “nome + verbo pessoal”, este outro é entendido como o sujeito de que se afirma ou nega alguma coisa. A noção de outro como *héteros* ou *pars altera*, da tradição filosófica antiga e medieval, é essencial para a compreensão da teoria do caso nominal da GS (cf. **CASO** (*Casus*) (Nome)).

PALAVRA (*Vox*): “[...] a palavra, enquanto som, não é levada em consideração pelo gramático, mas somente enquanto signo, porque a gramática versa sobre os signos das coisas. E, uma vez que a palavra é o signo mais funcional dentre todos os outros signos, o gramático dá prioridade ao tratamento da palavra significativa antes de todos os outros signos das coisas” (GS VI, 12). Os modistas excluíram o estudo dos sons de sua teoria e, por isso, a fonética e a fonologia não encontram lugar na GS. Na verdade, a teoria modista é uma teoria semântica e a forma “física” de um item significativo é visto como subordinado ao seu significado. Por exemplo, a palavra “montês” é derivada da palavra “monte” não porque existe uma semelhança

formal entre elas, mas porque a existência do significado de “montês” depende semanticamente do significado primitivo de “monte” – suas formas diferentes são resultado de seus diferentes significados: primário, para “monte”, secundário, para “montês”. Portanto, os sons nunca são estudados como fenômenos independentes, mas sempre em sua relação com aos significados (signos) com os quais se combinam na formação dos vocábulos (*dictiones*) e das partes do discurso (*partes orationis*) (BURSILL-HALL, 1972, p. 37).

PARTE DO DISCURSO (*Pars orationis*): “A parte do discurso, por sua vez, existe formalmente por meio de um modo de significar ativo, que é adicionado ao vocábulo, porque a parte do discurso é o vocábulo enquanto possui um modo de significar ativo” (GS VI, 11). A expressão significativa, ou vocábulo, resulta da combinação de um significado (*signum*) e de uma palavra entendida como som (*vox*). Da perspectiva modista, pode-se dizer que a matéria do vocábulo é seu som e que sua significação (ou significado) determina sua forma. O vocábulo, isoladamente, equivale a um item do dicionário e não desenvolve nenhum papel sintático, embora tenha o potencial (*ratio*) de ser uma parte do discurso. Uma vez em contato com outros vocábulos, os modos de cossignificar (sintáticos) de um vocábulo são ativados e o vocábulo passa a funcionar como uma parte do discurso (*pars orationis*). Assim, uma parte do discurso é um vocábulo que se une a outro vocábulo, por meio da conformidade de seus modos de significar respectivos (sintáticos), e forma uma construção (*constructio*). Cf. CONSTRUÇÃO.

PARTICÍPIO (*Participium*): “ O modo de significar essencial mais geral do participío é o modo de ser indistante da substância. Acerca de que é necessário observar que o modo do ser no participío e no verbo origina-se da mesma propriedade da coisa, que é a propriedade da mudança e da sucessão e que, nesse sentido, o participío não se distingue do verbo. No entanto, o modo do indistante da substância, ou o modo do unido à substância, é derivado da mesma propriedade de que se derivam o modo de aderir do nome e da composição do verbo, que é a propriedade do inerente no outro segundo a essência [...] Portanto, o participío é a parte do discurso que significa por meio do modo do ser indistante da substância, ou do unido com a substância, o que é a mesma coisa. E é chamado de participío porque é como se tomasse parte do nome e parte do verbo, mas não a parte essencial, *i.e.*, o modo

essencial de um e do outro. ” (GS XXXIII 64, 65). Na GS, o particípio é apresentado como tendo características tanto do verbo quanto do nome. Essas características são os modos de significar que o particípio compartilha com o nome e com o verbo. Assim, o particípio é a parte do discurso que significa por meio do modo da mudança, que é característico do verbo, e do modo de ser indistinto da substância, que é próprio do nome. O que difere essencialmente as três classes entre si é que, embora o particípio tenha a mesma “matéria” do verbo (o modo da mudança), ele tem como diferença específica o modo de ser indistinto da substância, que é a “forma” essencial dos nomes. O particípio distingue-se do nome porque seu modo de significar mais essencial indica seu caráter verbal: o modo de significar a mudança. Além disso, o particípio, como o adjetivo, significa por meio do modo de aderir a outro que TE identifica tanto com o modo de aderir dos nomes adjetivos como com o modo da composição do verbo. Dessa forma, a natureza mista, verbo-nominal, do particípio é explicada por seu caráter de adjetivo.

PESSOA (*Persona*) (do nome): “[...] deve-se observar que nas entidades racionais verifica-se uma determinada propriedade casual, a saber, a propriedade de falar, da qual se deriva a pessoa, que é um acidente do nome. Portanto, a pessoa é o modo de significar do nome mediante o qual ele cossignifica a propriedade do falar. E, segundo a diversidade do falar – de si, a outro, ou de outro –, a pessoa se constitui por meio de uma tríplice diferenciação, a saber: em primeira, segunda e terceira” (GS XX, 34). TE foi o primeiro modista a introduzir a pessoa como um modo accidental do nome. Para ele, o falar é uma propriedade típica das coisas racionais. Portanto, é da propriedade do falar que se deriva a pessoa como modo accidental do nome. A propriedade do falar varia de acordo com a situação de fala: o falante pode falar de si (*de se*); falar a outro (*ad alium*) ou de outro (*de alio*). A pessoa varia de acordo com essas situações de uso e pode ser de primeira (falar de si), segunda (falar a outro) ou terceira (falar de outro) pessoa (BURSILL-HALL, 1972, p. 62).

PESSOA (do verbo): “[...] Sobre a pessoa, o número e a forma do verbo deve-se declarar o mesmo que se declarou do nome, pois estes acidentes se derivam das mesmas propriedades nos dois casos, embora de maneira diferente. A diferença é que o número e a pessoa não estão no verbo por causa da essência verbal, mas em virtude da essência do suposto. Isso é evidente com relação à pessoa, porque a

pessoa é o modo de significar por meio de que o verbo cossignifica a propriedade do falar não como inerente a si mesmo, mas enquanto a essência do verbo inclina-se à essência do suposto que subsiste por si mesmo segundo a propriedade do falar. Por isso, a pessoa encontra-se no verbo com a aptidão de atribuir ao suposto uma atribuição que varia. A pessoa do verbo diferencia-se por uma tríplice distinção, a saber: em primeira, segunda e terceira. Com base nisso, declaramos que se atribui primeira pessoa ao verbo cujo suposto esteja falando de si mesmo. O mesmo acontece com as outras duas pessoas. Como resultado disso, um verbo é de nenhuma pessoa, quando não é possível aplicar nenhum modo de falar a seu suposto. E deve-se declarar a mesma coisa sobre o número, a forma, etc.” (GS XXXI, 61). Segundo TE, no verbo, a pessoa é um modo accidental de significar por meio de que o verbo cossignifica a propriedade do falar do suposto. Ele ressalta que o modo de significar a propriedade do falar pertence ao elemento nominal (N), ao suposto, das construções de tipo “N + V” e não é inerente ao elemento verbal (V), ao aposto, dessas construções. Assim, enquanto no verbo a propriedade do falar é apenas um potencial de conexão com o elemento nominal do suposto, este, por sua vez, possui essa propriedade de maneira própria. Nesse sentido, a pessoa é um traço verbal na medida em que o verbo a recebe do elemento nominal. Os verbos em construções impessoais são aqueles que não recebem quaisquer modos de significar a pessoa (modos de falar) dos seus supostos, uma vez que fazem referência a coisas não racionais, *i.e.*, não se referem a pessoas (BURSILL-HALL, 1971, p. 238).

PESSOA (Termo técnico da Escolástica): Em Saraiva: 5ª “Pessoa, indivíduo; pessoa (termo gramatical) (1896, p. 881)”. O autor encontra em Quintiliano: “A terceira pessoa (dos verbos)”, e *caerentia personis*, “ausência de pessoa”, em Prisciano: “Que não tem pessoas, impessoais” (1896, p. 882). No dicionário Oxford, encontram-se: 4ª “The actual being of someone, individual, personality”; 6ª “(more generally) An individual person; *personae fictio*, the attribution of personality to an abstraction, personification”; 7ª “(grammatical, in conjugation) A person”, é retirado de Varrão: *personarum natura triplex esset, qui loqueretur, ad quem, de quo* “das pessoas a natureza é tripla: quem fala, a quem ou de quem” (*De lingua latina* VIII, 20) (1996, p. 1336). Segundo Abbagnano, a acepção filosófica de “pessoa” vem do grego *hypóstasis*. No sentido antigo e medieval, a pessoa é uma substância e suas

relações. Para Tomás de Aquino, o indivíduo só é conhecido como indivíduo por sua pessoa, que representa a soma de compreensões (notas) que o fazem distinto de outros indivíduos: “a pessoa, numa natureza qualquer, significa o que é distinto nessa natureza, assim como na natureza humana significa a carne, os ossos e a alma que são os princípios que individualizam o homem” (*Summa theologiae* I, q.29, a.4). A pessoa, portanto, é a expressão do que é próprio de um indivíduo. Ademais, na filosofia medieval, o termo pessoa sempre se refere a um ser de natureza racional “em suas relações com o mundo ou consigo mesmo” (2000, p. 761). Na GS, a pessoa é um modo accidental respectivo (sintático) do nome. Cf. GS XX, 34.

PODER (*Potestas*): “[...] o poder está para a conjunção como a significação está para o advérbio. Porque, assim como a significação no advérbio consiste em um modo especial de determinar, da mesma forma o poder na conjunção consiste em um modo especial de conectar” (GS XXXIX, 77). O modo do poder é dividido em dois submodos: o modo de conectar duas extremidades por força e o modo de conectar duas extremidades por ordem. No submodo de conectar por força, duas palavras ou construções podem ser conectadas de duas maneiras a um terceiro elemento: 1) em termos de sentido, pode haver uma relação de associação entre os dois termos com relação a um terceiro membro da construção, por exemplo: *Socrates et Plato currunt*, “Sócrates e Platão correm”; 2) também em termos de sentido, pode haver uma relação de distinção entre os dois termos (extremos) com relação a um terceiro membro, como em *Socrates vel Plato currit*, “Sócrates ou Platão corre”. No submodo de conectar por ordem, a conjunção conecta os dois elementos tendo em conta suas posições e a origem da ação ou movimento nas construções (antes ou depois da conjunção) e isso também acontece de duas maneiras: 1) o movimento é entendido como originado na primeira construção e transferido para a segunda: *Socrates currit; ergo movetur*, “Sócrates corre, então ele se move”; 2) o movimento é entendido como originado no segundo elemento e transferido para o primeiro: *Terra interponitur inter solem et lumen; ergo luna eclipsatur*, “A terra se interpõe entre o sol e sua luz; logo, a lua é eclipsada”. O submodo do poder por força tem a ver com a lógica, porque uma proposição pode unir ou separar dois conceitos, *i.e.*, pode afirmar ou negar sua identificação.

POTÊNCIA (*Potentia*) (**Termo técnico da Escolástica**): Em Saraiva existe uma acepção principal e várias secundárias para o termo “potência”: “Ação (de um órgão do corpo humano)”. a) “Força, poder (de uma coisa); virtude, propriedade, eficácia”. b) “Poder, faculdade, capacidade, alcance, recurso, meios” (1896, p. 923). No dicionário *Oxford*, encontram-se: 2ª “The ability to do something, power, capacity”; 3ª “An active property (in inanimate things), power. b) efficacy, potency” (1996, p. 1416). Segundo o *Thomas-Lexikon*, *potentia* é sinônimo de *potestas* e significa tanto o princípio de uma ação (*principium actionis*) quanto o princípio de receber uma ação (*quod recipit actionem agentis*). No latim clássico, *potentia*, no primeiro sentido (e como sinônimo de *potestas*), podia significar, nas coisas: (*Potestas*): Oxford: 7ª b) “a particular natural force or substance, element”; 8ª “Meaning, force, function (of a word, law, etc.). b) (of money) value”. O mesmo dicionário cita Gélio: ‘*atque*’ *particula a grammaticis quidem coniunctio esse dicitur conexiua [...] sed interdum alias quasdam potestates habet* “atque é uma partícula dita conectiva pelos gramáticos [...] mas, ocasionalmente, tem outros tipos de poderes” (*Noctes Acticae*, 10.29.1) (1996, p. 1417). Também em Saraiva, encontra-se: “Força (de um agente qualquer)”, que o autor menciona de Vitruvius (*De architectura*): *Naturalis potestas* “força natural” e também em Vitruvius: “Os efeitos das cores”. Além disso, Saraiva também dá estas acepções secundárias ao termo: a) Natureza, essência. b) “Propriedade, virtude, valor, influência, efeito” (1896, p. 923). Na filosofia medieval, o termo potência é sempre correlativo a ato: a matéria é entendida como possuidora de potência e o ato, de forma. Ao longo de toda a GS, a distinção “potência-ato” é constantemente utilizada. Cf. AÇÃO e ATO.

PREPOSIÇÃO (*Praepositio*): “[...] a preposição é a parte do discurso que significa por meio do modo de aderir ao outro casual, restringindo-o e reduzindo-o à ação” (GS XLI, 81). A preposição tem duas funções: 1) restringir (especificar) a significação da palavra que tem os modos acusativo ou ablativo, como em *in via*, “na rua”, *de marmore*, “de mármore”, *a regina* “pela rainha”; 2) associar esse significado restrito (específico) do casual ao significado de uma ação verbal, como em *in via ambulo* “Ando pela rua”, *mensam de marmore emi* “Comprei uma mesa de mármore”, *bella a regina gesta sunt* “As guerras são lideradas pela rainha”.

PRINCÍPIO EFICIENTE EXTRÍNSECO (*Principium efficiens extrinsecum*): “[...] o princípio eficiente extrínseco é o intelecto, que une em ato, na construção e no discurso, os construtíveis dispostos e preparados pelos modos de significar. Os construtíveis, na verdade, não importa o quanto estejam maximamente dispostos para a união por meio de seus modos de significar, nunca se unem um ao outro em ato por si mesmos, porque isso só é feito por meio do intelecto, como já foi dito. E o intelecto é chamado de princípio extrínseco porque como que permanece fora dos construtíveis” (GS XLV, 89). Nessa definição, o autor empresta a doutrina das quatro causas (ou princípios) da física aristotélica e a aplica a sua descrição dos princípios (ou causas) das estruturas sintáticas. Esses princípios de construção (*principia construendi*) são em número de quatro: material, formal, eficiente (extrínseca e intrínseca) e final. O princípio eficiente extrínseco é entendido como a atividade do intelecto humano que combina as partes do discurso na formação de uma sentença. Essa atividade é extrínseca (externa) porque o intelecto é visto como um módulo mental que independe da linguagem: o intelecto aciona “de fora” os modos de cossignificar que existem potencialmente “no interior” das partes do discurso. Cf. seção 4.2.2.3.

PRINCÍPIO EFICIENTE INTRÍNSECO (*Principium efficiens intrinsecum*): “O princípio eficiente da construção é duplo, a saber, extrínseco e intrínseco. O intrínseco são os modos de significar respectivos por meio de que um construtível depende ou determina a dependência de outro. Dois modos de significar gerais podem ser abstraídos desses modos de significar respectivos, a saber: o modo de depender de um construtível e o modo que determina a dependência em outro construtível. E é dito que esses modos produzem uma construção, porque preparam e predispõem os construtíveis para a união ativa, que é feita pelo intelecto, embora alguns mais remotamente e outros mais de perto, como ficará claro a seguir. E esses modos de significar são chamados de princípio intrínseco porque como que permanecem entre os construtíveis” (GS XLV, 89). Para que aconteça uma união entre duas partes do discurso, é preciso que os modos acidentais respectivos (sintáticos) das duas partes sejam compatíveis. Esses modos acidentais são os modos do caso, do gênero, do número, etc. É importante salientar que a compatibilidade entre os modos de significar de duas partes do discurso não significa que elas venham a cossignificar em uma sentença completa, porque a combinação perfeita entre duas partes do

discurso só ocorre com a atividade do intelecto humano que combina as partes do discurso na formação de uma construção de tipo proposicional. Assim, a atividade lógica do intelecto humano constitui-se no princípio (ou causa) eficiente extrínseca de que o princípio eficiente intrínseco depende para a restrição de construções de tipo “a árvore corre”, “capa socrática”, etc. Cf. PRINCÍPIO EFICIENTE EXTRÍNSECO.

PRINCÍPIO FINAL (*Principium finale*): “O princípio final é a expressão de um conceito composto da mente. Porque, como consta no texto 21 do livro X da *Metafísica*, o fim é para o que alguma coisa é feita: a construção das partes da oração é feita para a expressão de um conceito composto da mente. Portanto, a expressão de um conceito composto da mente é o fim da construção. Por isso, Aristóteles diz no primeiro capítulo do primeiro livro do *Da interpretação*, que as coisas que estão em palavras, *i.e.*, as palavras na proferição, que são as sentenças gramaticais, são indícios dos estados das coisas que estão na alma, a saber: sinais de um conceito da mente ou da alma. A finalidade de um sinal é seu significado. A finalidade de uma construção ou sentença na gramática é a expressão de um conceito da mente” (GS XLV, 89). No pensamento aristotélico, a inteligibilidade das coisas depende da forma completa (final) dessas coisas. Na sintaxe de uma sentença, há três princípios (ou causas) para a formação completa de uma construção: esses princípios são as condições formais (disposições) para o estabelecimento de uma construção sintática completa. As duas primeiras são: 1) o mero emparelhamento de duas partes, que TE chama de construção (*constructio*); 2) a compatibilidade dos modos de significar dessas duas partes, que produz a gramaticalidade (*congruentia*). O terceiro e último estágio ou disposição do discurso é a operação do intelecto (do julgamento), que verifica se as primeiras duas partes expressam um conceito composto (completo) da mente, que pode ser reduzido a proposições de tipo “A é B” ou “A não é B”. Essa terceira etapa, ou disposição do discurso, é chamada de completude (*perfectio*). Uma construção completa é chamada de composta porque é formada de conceitos singulares que podem ser unidos (afirmados) ou separados (negados) pelo intelecto. Na verdade, os conceitos compostos (completos) da mente são os correspondentes lógicos de construções completas (perfeitas) da linguagem: o objetivo final das construções sintáticas é a expressão desses conceitos. Há construções que são gramaticais sem serem

completas: “O verde sorri” é gramatical, porém não é completa (*perfecta*), porque seu significado não pode ser verificado ou entendido, a não ser metaforicamente. Como a teoria modista está interessada apenas em enunciados constatáveis, ou redutíveis a eles, metáforas e construções figuradas não são discutidas na GS.

PRINCÍPIO FORMAL (*Principium formale*): “O princípio formal da construção é a união dos construtíveis. A coisa tem o ser a partir de sua forma: a construção tem o ser pela união dos construtíveis. Portanto, a união dos construtíveis é a forma da construção” (GS XLV, 89). O princípio formal é colocado logo depois do material porque ele representa a efetivação do princípio material. Enquanto o princípio material se refere aos construtíveis que podem ser emparelhados para formarem uma construção – por exemplo, aos Ns (nomes) e aos Vs (verbos) de construções básicas de tipo “N + V”, “N + N”, etc. –, o princípio formal diz respeito à combinação adequada, ou final, desses construtíveis. Assim, por meio do princípio formal estabelece-se a forma que os construtíveis tomam uma vez combinados adequadamente em uma construção. Na terminologia aristotélica dos modistas, os construtíveis são a matéria e a construção resultante é a forma do discurso (BURSILL-HALL, 1972, p. 100). Deve-se lembrar que a gramaticalidade se dá por meio da conformidade dos modos de cossignificar (respectivos) dos dois construtíveis, que devem ser compatíveis para que a construção seja adequada.

PRINCÍPIO MATERIAL (*Principium materiale*): “O princípio material da construção são os construtíveis, porque, assim como o sujeito está para o acidente, da mesma forma os construtíveis estão para a construção. Mas o sujeito é a matéria do acidente, porque o acidente não tem matéria ‘de que’, mas ‘em que’. Portanto, os construtíveis são a matéria da construção” (GS XLV, 89). O princípio material equivale às partes significativas mínimas de uma sentença. Para TE, essas partes mínimas são as partes do discurso que, em termos sintáticos, são os construtíveis que se combinam para formar construções de tipo “N (nome) + V (verbo)”, “V + N”, “Conjunção + N”, “N + N”, “Preposição + N”, etc. Assim, de acordo com a metalinguagem aristotélica da GS, as partes do discurso são os acidentes ou a matéria da construção.

PRONOME (*Pronomen*): “O modo de significar essencial mais geral do pronome é o modo de significar por meio do modo de um ente e por meio do modo da apreensão indeterminada. Na verdade, já se discutiu (nos capítulos sobre o nome) de que propriedade deriva-se o modo de um ente e, como se mencionou anteriormente, o pronome não se distingue do nome no que diz respeito a esse modo” (GS XXI, 36). No capítulo sobre o pronome, o autor da GS segue o mesmo padrão de análise para todas as classes de palavras declináveis: o modo essencial mais geral é usado na definição da classe e o inventário das palavras que lhe pertencem é feito detalhadamente nos modos subalterno e mais especial (as subclasses de uma classe de palavras). Além disso, o modo essencial mais geral é dividido em duas partes: 1) a descrição da característica essencial (material) que a classe de palavras possui em comum com outras classes; 2) a descrição da característica (formal) que é específica da classe de palavras em questão. Nesse sentido, TE definiu o pronome como a classe de palavras que significa por meio de um modo essencial mais geral que é dividido em dois submodos: modo de um ente (aspecto material) e em um modo da apreensão indeterminada (aspecto formal). O modo de um ente é o modo que o pronome tem em comum com o nome. Isso significa que o pronome tem a mesma essência significativa do nome: fazer referência a coisas no mundo (substâncias). O modo da apreensão indeterminada é o modo essencial que distingue o pronome de todas as outras classes de palavras, em especial da classe dos nomes, cujo modo essencial específico é o modo da apreensão determinada. Ao afirmar que o pronome significa por meio do modo da apreensão indeterminada, TE indica que o pronome tem o potencial de receber uma forma (uma determinação ou significado), mas que, em si mesmo, ele não tem uma forma (uma determinação) própria. Essa ausência de uma forma significativa no pronome é preenchida pelo significado do nome a que ele se refere. O modo da apreensão indeterminada do pronome é também chamado de modo da matéria, porque TE faz uma analogia entre a distinção metafísica “matéria vs. forma” e a distinção linguística “valência para um significado vs. um significado” para diferenciar o nome do pronome. Nessa analogia, assim como a matéria primeira da metafísica aristotélica possui o potencial de receber todas as formas, assim também o pronome pode receber o significado de qualquer tipo de nome, até mesmo de nomes de privações e negações ou de noções abstratas como “gênero”, “espécie”, “diferença”, “matéria”, “ser”, “proporção”, etc. Cf. GS XXIV, 42-3; BURSILL-HALL, 1972, p. 66.

PRONOME DEMONSTRATIVO (*Pronomen demonstrativum*): “O pronome demonstrativo significa a coisa de acordo com a propriedade da presença ou do conhecimento primeiro. Com efeito, ao pronome demonstrativo sempre correspondem seis demonstrações de presença, ou relacionadas aos sentidos ou relacionadas ao intelecto, embora de maneira diferente. Porque o pronome demonstrativo relacionado aos sentidos demonstra aquilo que significa, como em *ille currit* (“Ele corre”), mas, em relação ao intelecto, não significa o que demonstra – como quando digo da hortaliça que mostro em minha mão: *haec herba crescit in horto meo* (“Este tipo de planta cresce em minha horta”): uma coisa é demonstrada e outra é significada” (GS XXII, 39). Em seu tratado sobre o pensamento humano, que está contido no livro I, questões 85-7 da *Suma Teológica*, Tomás de Aquino utiliza o termo intenção ou compreensão (*intentio*) para designar a orientação, por parte da mente, em direção aos seres cognoscíveis. Tomás de Aquino divide a intenção ou compreensão em primeira (*intentio prima*) e segunda (*intentio secunda*). A intenção ou compreensão primeira é a imagem mental que advém da impressão dos sentidos de uma propriedade cognoscível do mundo, por exemplo, de uma determinada cor ou forma. As primeiras compreensões são armazenadas na memória de acordo como um repertório de conceitos (generalizações). Para uma descrição mais precisa desse processo cf. Pellerrey (1989, p. 81-105). Depois de ser devidamente categorizada e armazenada no intelecto, a compreensão primeira deixa de ser uma apreensão imediata de uma entidade fora do mente e passa a ser um objeto do intelecto: uma compreensão segunda. Em sua definição do pronome demonstrativo, TE afirma que esse tipo de pronome significa uma coisa por meio da propriedade da intenção ou compreensão primeira. Dessa forma, para TE, da mesma maneira que a intenção primeira, no intelecto, indica uma entidade do mundo de forma imediata (dêitica) o pronome demonstrativo, na linguagem, tem um modo de significar uma referência ostensiva. Cf. PRONOME RELATIVO.

PRONOME RELATIVO (*Pronomen relativum*): “[...] o pronome relativo significa a coisa sob a propriedade da ausência e da incerteza ou do conhecimento segundo. Com efeito, o pronome relativo, por sua capacidade de relação, sempre representa a coisa como estando ausente e incerta, estando a coisa a que se refere ausente ou presente. Por exemplo, quando se diz *Socrates currit* (“Sócrates corre”) e *ille*

disputat (“Ele debate”), o relativo *ille* (“Ele”) refere-se ao antecedente *Socrates* (“Sócrates”) como estando sob um ato primeiro ou sob a forma de conhecimento primeiro, reiterando-o por meio de um ato segundo ou sob a forma de conhecimento segundo” (GS XXII, 39). De acordo com essa definição, o pronome relativo é entendido como a parte do discurso que tem significado por meio da propriedade da compreensão segunda. Ou seja, da mesma maneira que a intenção segunda, no intelecto, pode representar um conceito mental que se refere a uma entidade do mundo de maneira indireta (no tempo e no espaço), o pronome relativo, na linguagem, refere-se indiretamente a um nome. Por exemplo, no período “Sócrates disputou. Ele venceu”, a referência de “Ele”, na segunda oração, subsiste sob a forma de um ato de significação secundário, que equivale a uma intenção ou compreensão segunda e que tem significado por meio de sua referência à significação do nome “Sócrates” na primeira sentença. Já a referência do nome “Sócrates”, na primeira sentença, subsiste sob a forma de um ato de significação primário que é o equivalente linguístico de uma intenção ou compreensão primeira. Enquanto um pronome demonstrativo apresenta a significação de um nome aos sentidos (*ad sensum*) como que de maneira imediata, o pronome relativo recorda ao intelecto (*ad intellectum*) a significação de um nome que foi mencionado anteriormente no discurso. Na GS, os pronomes de primeira e segunda pessoa são vistos como essencialmente demonstrativos (dêiticos) e os pronomes de terceira pessoa como relativos (anafóricos). Cf. PRONOME DEMONSTRATIVO.

PRÓPRIO (*Proprium*) (**Termo técnico da Escolástica**): No dicionário de Saraiva: *Proprium*, como substantivo, tem uma única acepção: “O que pertence como próprio”. No mesmo dicionário, *Proprius*, como adjetivo, é vertido como: “Que é propriedade de, que pertence como próprio, particular, próprio, especial”; segundo Saraiva, essa acepção encontra-se em Cícero (1896, p. 956). No dicionário *Oxford* veem-se: *Proprius*: 1ª “One’s own absolutely or in perpetuity”. 2ª “Belonging (to oneself or the person, etc., indicated by the context), one’s own; (neuter singular as subject) one’s own property. b) (of natural possessions or properties). c) (of persons)” (1996, p. 1495). 4ª a) “[...] Peculiar (to someone, something, etc., that)”. b) (neuter as subject) a special feature or property, peculiarity” (1996, p. 1496). Diferentemente de *idem*, *proprium* tem o sentido de “peculiar”, “particular”, “que é próprio de” como *ipsum* em *ut ipsum est alterum* do esquema de substituições da teoria do caso da

GS (cf. seção 4.2.2.2). No dicionário de Abbagnano consta como tradução do grego *ídion*, que se encontra em Aristóteles (*Topica* I, 102a 18-30). Segundo o mesmo autor, na filosofia aristotélica, embora não faça “parte da essência substancial de uma coisa, (o próprio) está estritamente conexo a essa essência ou deriva dela de algum modo. O exemplo aduzido por Aristóteles é o do aprendizado da gramática”: é próprio do homem aprender gramática, embora isso não exprima o que é essencial à definição/à substância de homem (2000, p. 803), pois alguém pode ser homem sem ser gramático. É nesse sentido que, na formalização da teoria do caso de TE, os modos da pessoa e do número, que aparecem na flexão verbal, fazem parte, semanticamente, não da essência do verbo, mas do próprio (*ipsum*) do “outro”, *i.e.*, do nome ou pronome com marcação de caso nominativo, que é o outro elemento da construção sintática “N/PRON (nome/pronome) + V (verbo)”.

QUALIDADE (*Qualitas*) (**Termo técnico da Escolástica**): uma das categorias de Aristóteles. No dicionário de Saraiva: “Qualidade, natureza (das coisas)”, que o autor encontra em Prisciano: *Qualitatis adverbia* “Advérbios que exprimem qualidade”. Também de Prisciano, Saraiva menciona: “Natureza ou forma (termo gramatical)”, e de Carísio: “modo (dos verbos)” (1896, p. 989). O dicionário *Oxford* traz: 2ª c) (grammatical) mood (of a verb): Quintiliano: *in uerbis [...] quis est adeo imperitus ut ignoret genera et potestates et personas et numeros?* “nos verbos [...] quem é tão imperito que ignore as vozes, os poderes, as pessoas e os números (*Institutio*, I, IV, 27; I, V,41) (1996, p. 1536). Segundo Abbagnano, qualidade é “qualquer determinação de um objeto. Como determinação qualquer, a qualidade distingue-se da propriedade, que, em seu significado específico, indica a qualidade que caracteriza ou individualiza o próprio objeto, sendo, portanto própria dele (2000, p. 816). Na GS, os modos de ser, *modi essendi*, são equivalentes às propriedades da coisa e não apenas a suas qualidades. Já os “modos de ser entendido”, *modi intelligendi passivi*, podem ser associados à noção aristotélica de “qualidade sensível” (*Categorias* VIII, 9a 27) – as cores, sons, sabores, etc. –, que os escolásticos denominavam “qualidades passivas” (*Summa theologiae* III, q.49, a.2) (ABBAGNANO, 2000, p. 816).

QUALIDADE (do verbo, nome e pronome): “[...] Em que se deve observar que Donato dá a entender por qualidade dois modos acidentais do verbo, a saber, o

modo e a forma, da mesma maneira que, por qualidade, dá a entender dois modos de significar no nome, a saber, o apelativo e o próprio, e a demonstração e a relação no pronome.” (GS XXVIII, 54). Assim como para Aristóteles e para os gramáticos da Antiguidade tardia, para os medievais, a qualidade era a categoria linguística que permitia que a classe dos nomes fosse diferenciada em duas subclasses: a subclasse dos nomes que fazem referência a conjuntos de coisas e a subclasse dos nomes que fazem referência a coisas singulares. Na GS, os nomes da primeira subclasse são chamados de nomes apelativos, os da segunda, de próprios. Assim, uma definição medieval bastante ampla desse termo, enquanto aplicada ao nome, afirmaria o seguinte: a qualidade é aquilo que um nome representa de comum entre vários indivíduos ou aquilo que é próprio e, portanto, atribuível a um único indivíduo. Essa definição explica a distinção entre nomes próprios e comuns. Na Idade Média, o adjetivo é considerado como um nome comum. Por isso, a função de sua qualidade é a mesma dos nomes comuns: significar conjuntos de indivíduos que compartilham traços comuns. Os nomes comuns adjetivos, diferentemente dos nomes comuns substantivos, significam os acidentes comuns (as características secundárias) das substâncias e não as substâncias em si, que são significadas apenas pelos nomes substantivos. A qualidade é também uma das propriedades do pronome. Prisciano atribuiu dois tipos de qualidade ao pronome: finita e infinita. O pronome finito de Prisciano é aquilo que TE chamará de pronome demonstrativo e o pronome infinito é o que ele chamará de pronome relativo (pronome anafórico) (KELLY, 2002, p. 79). Em seu estudo do verbo, na GS, TE afirma que os modos do verbo (indicativo, imperativo, subjuntivo, etc.) são as qualidades ou formas da ligação entre um N (nome) e um V (verbo pessoal) em uma construção básica de tipo “N + V”. TE chama essa ligação de composição (*compositio*) e atribui ao verbo (que não deve ser confundido com o termo “modo” em “modo de significar”) um modo de significar a qualidade da concatenação entre os modos de significar os elementos N e V desse tipo de construção (BURSILL-HALL, 1971, p. 221). Portanto, ressalte-se que TE faz menção a dois fenômenos diferentes que são denominados com o mesmo termo: a qualidade dos nomes e pronomes, que está ligada ao tipo de referente denotado por essas classes de palavras, e as qualidades dos verbos (traduzidas aqui como “modos” do verbo), que qualificam a relação (*compositio*) entre o elemento nominal e o elemento verbal das construções que representam a estrutura sintática fundamental da GS: “N + V”.

REDIRECIONAR (*Retorqueo*): “O modo de significar mais geral da preposição divide-se em três modos subalternos. O primeiro é o modo de significar por meio do modo de restringir e redirecionar apenas o acusativo. O segundo é o modo de significar por meio do modo de restringir e de redirecionar apenas o ablativo. O terceiro é o modo de significar por meio do modo de restringir e redirecionar tanto o acusativo quanto o ablativo indiferentemente” (GS XLII, 82). Cf. o item **RESTRINGIR** deste Glossário. A acepção principal do dicionário de Saraiva para *retorqueo* é: “Voltar, dirigir para traz”, que ele encontra em Cícero: *retorqueo oculos ad urbem* “Voltar os olhos para a cidade”. Em Ulpiano, Saraiva encontra a acepção: “Retorquir um argumento”. Além destas acepções, há também em Saraiva: a) “Dirigir em direção oblíqua”(1896, p. 1035). O dicionário *Oxford* dá os seguintes significados para esse verbo: 2ª “To reverse the course of, direct backwards. c) “to reverse (one’s purpose) (sentido figurado)”. 4ª “To change the direction of, deflect, turn aside. c) “to deflect from a purpose” (1996, p. 1642-3). Na GS (XLII, 82), o verbo *retorqueo* e o verbo *contraho* (restringir) são utilizados para nomear os três modos de significar subalternos em que se divide o modo de significar essencial mais geral da preposição, que são os modos de restringir (*contrahere*) apenas o acusativo, o modo de restringir e redirecionar (*retorqueo*) apenas o ablativo, o modo de restringir e redirecionar tanto o acusativo quanto o ablativo. Preposições como *ad* (a/para) pertencem ao primeiro grupo, *ab* (por) ao segundo, *in* (em/para) ao terceiro. O verbo *retorqueo* (redirecionar) significa que a preposição transmite o significado da ação do verbo pessoal para o oblíquo e, ao mesmo tempo, transmite esse significado da ação de volta (reflete-o) para o verbo pessoal. Esse redirecionamento deve acontecer porque, na *ordo naturalis*, o oblíquo vem depois, está posposto, ao verbo pessoal (cf. OBLÍQUO). Em Le Ver há um sentido aproximado de “refletir” para *retorqueo*: *reflequir* (1994 [1440], p. 432). Além dessa acepção, Le Ver também registra: *retordre ou retourmenter* (1994 [1440], p. 432).

RESTRINGIR (*Contraho*): “[...] assim como a significação no advérbio consiste em um modo especial de determinar e o poder, na conjunção, em um modo especial de conectar, o caso, na preposição, consiste em um modo especial de restringir e de redirecionar” (GS XLII, 82), cf. **REDIRECIONAR**. Em Saraiva encontram-se as acepções: 1ª “Ajuntar, reunir”; 5ª “Contraír, apertar, restringir, diminuir, encurtar;

coagular, coalhar; cicatrizar, fechar; parar, suspender (termo médico)”. A 1ª acepção é encontrada por Saraiva em César: *Contrahere cohortes* “Reunir as coortes” (1896, p. 301). No dicionário *Oxford*, encontram-se: 1ª “To draw together, draw in, contract, especially the body or parts of it [...]” 2ª “To reduce in size, diminish, narrow, compress, etc. b) (phonetics) to shorten (a syllable, vowel, etc.) c) “to limit the scope of, restrict (passions, etc.)”. O mesmo dicionário *Oxford* cita a seguinte frase de Cícero: *uerba semper contrahunt non usus causa sed aurium* (*Orator* 153) (1996, p. 434). No capítulo sobre a preposição da GS (XLII, 82), o caso da preposição não é considerado simplesmente como um modo especial de significar a restrição (regência) que a preposição exerce na ligação (*contraho*) entre o elemento verbal e o oblíquo posposto ao verbo em uma construção sintática, mas também o redirecionamento (*retorqueo*), por parte da preposição. Esse redirecionamento tem dois sentidos: 1) o direcionamento da ação potencial do verbo ao seu termo (ao seu término ou ato), que equivale ao oblíquo posposto ao verbo, 2) a reflexão dessa ação potencial que foi levada ao seu ato, *i.e.*, que foi conduzida a um término ou ato, no significado geral do verbo pessoal. Na verdade, a restrição ou ligação (*contraho*) entre o verbo e o oblíquo que lhe é posposto na construção sintática depende desses dois aspectos do redirecionamento (*retorqueo*) da ação, que são classificados como modos essenciais subalternos da preposição e, conforme Donato, chamados de caso da preposição. Portanto, na GS, os modos subalternos do caso da preposição correspondem a três fenômenos sintáticos que envolvem as preposições do latim: 1) a regência casual dos nomes com marcação de casos oblíquos, *i.e.*, dos nomes com marcação de caso com exceção do nominativo e do vocativo; 2) a delimitação do significado da ação do verbo ao significado do oblíquo como término dessa ação verbal (*contraho*); 3) a reflexão dessa delimitação no significado do verbo pessoal (*retorqueo*). Ressalte-se que essas relações são assim classificadas com base em construções de tipo “(nome +) verbo pessoal + preposição + oblíquo”. Um sentido aproximado de “contrair” para *contraho* é registrado pelo dicionário medieval de Le Ver: *contrauder* (1994 [1440], p. 92). Le Ver também registra como acepções de *contraho*: *ensemble traire, abregier, acourchier ou marchander* (1994 [1440], p. 92). Cf. OBLÍQUO e REDIRECIONAR.

SER (*Esse* (*sum, es, est, etc.*)): (**Termo técnico da Escolástica**): As duas primeiras acepções gerais (A e B) do dicionário *Oxford* para esse termo possuem várias

acepções secundárias: na acepção geral A, “ser” é entendido como um predicado completo, sem adjuntos: 1ª “(especially of persons) To be (continue) among the living; (of things) to be in existence.” 3ª “(expressing the fact of a thing’s existence in a particular place, circumstances, etc.) To be, be found, occur (the idea expressed in English by ‘there is’, ‘there are’” (1996, p. 1865). 9ª “To exist as a possibility, to be possible or allowable”. 10ª “(with dative) To exist as the property, attribute, etc. (of a particular person, etc.): a) (of material property, possessions, etc.) b) (of physical or abstract qualities, attributes, etc.)”. Na acepção geral B, “ser” é entendido “as the regular copula linking subject and complement” (1996, p. 1866). Em Saraiva, encontram-se: “1ª Ser, existir (com respeito às pessoas e às coisas); 2ª Estar; achar-se em; morar, residir [...] 5ª Ser este ou aquele, desta ou daquela natureza, estar neste ou naquele estado (com respeito às pessoas e às coisas)” (p. 1156). De acordo com Abbagnano (2000, p. 878), a tradição filosófica, desde Platão, distingue entre o uso predicativo do verbo ser, como em “Sócrates é sábio” e seu uso existencial, como em “Sócrates é (= existe). No primeiro uso, “é” = “é isto ou aquilo”, no segundo, é a simples expressão da existência absoluta da entidade independente de suas propriedades. Na GS, o modo do uso predicativo do verbo ser é chamado de modo da composição (*compositio*). Cf. seção 4.2.2.

SIGNIFICAÇÃO (*Significatio*) (**Termo técnico da Escolástica**): Saraiva menciona esse termo em Cícero, com os seguintes sentidos: “Significação, sentido, acepção, valor significativo (de uma palavra)”. O mesmo autor encontra *significatus* em Aulo Gélcio, com acepções semelhantes: “Significação, sentido, denominação”. No dicionário *Oxford* encontram-se os sentidos: 4ª “The meaning, sense (of a word, expression, etc.)”. O mesmo dicionário traz para o verbo *significo* os sentidos: 4ª c) “to mention, **refer to**” 6ª “(of words) to signify, **denote**, Express.” Abbagnano afirma que a tradição filosófica ocidental, desde os estoicos, distingue dois sentidos gerais para o termo “significação”: 1) “‘aquilo que é’, ou ‘sujeito’, que é a significação como objeto, que é o sentido de uma palavra – *sense* em inglês, *Sinn* em alemão, e 2) a significação como “‘representação racional’, que é a significação como ‘nome’, ‘conceito’ ou ‘essência’, que é o significado de uma palavra – *meaning* em inglês, *Bedeutung*, em alemão (2000, p. 890-1). Portanto, uma palavra tem um sentido, mas pode ter vários significados: por exemplo, o nome próprio “Sócrates” é o nome que dá o sentido (a referência no mundo) da entidade que também é conhecida

como “o mestre de Platão”, que é um dos significados dessa entidade ou substância. A lógica escolástica do séc. XIII, com Pedro Hispano (*Summulae logicales* 6.03), chama o sentido de significação (*significatio*) e o significado de suposição (*suppositio*). Assim, nas *Summulae* de Pedro Hispano, a suposição é o termo conotativo das proposições, como “homem” e “sábio” em “Sócrates é sábio”, “Sócrates é homem”, etc. Pode-se dizer que, de um modo geral, enquanto o significado delimita ou orienta a referência da significação, o sentido expressa “o objeto ao qual o nome, o conceito, a essência” dos significados se referem. Também é possível dizer que o significado conota e o sentido denota um objeto no mundo. O sentido também equivale ao *lektón* da lógica estoica. Na GS, a significação, em sentido lógico, deve ser entendida como significado, para o qual TE utiliza o mesmo termo empregado por Pedro Hispano nas *Summulae*: “suposto”. Já a *significatio* da sintaxe da GS remete ao significado completo (proposicional) que o termo posposto ao verbo dá à construção transitiva de atos ou de pessoas. Por exemplo, na construção *Socrates legit librum*, “Sócrates lê um livro”, “um livro” finaliza a construção, *i.e.*, arremata o seu significado. Nessa construção, o significado é explicitado com a redução à cópula: *Socrates est lector libri*, “Sócrates é um leitor de um livro”, em que “é um leitor de um livro” é um dos significados (supostos ou termos conotativos) de Sócrates. Cf. seção 4.2.2.

SIGNIFICAÇÃO (do advérbio): “[...] deve-se observar que a significação é dupla: uma por meio de que a palavra refere-se ao ser e torna-se formalmente um vocábulo [...] e é essencial para qualquer parte do discurso, porque qualquer parte do discurso agrega em si três coisas, a saber: o som, o significado e o modo de significar. A outra significação é um modo de significar, e é uma no advérbio, outra no particípio e outra na interjeição, que são modos de significar. No entanto, qual modo seja a significação no particípio, e na interjeição, ficará claro a seguir. A significação no advérbio, como se disse, é o modo de significar mediante o qual o advérbio representa um modo especial de determinar o verbo ou o particípio, ou de acordo com o significado ou de acordo com o modo de significar. Por isso, a significação não é um modo accidental no advérbio, mas essencial especial [...]” (GS XXXVII, 71). Há dois modos essenciais subalternos do modo essencial do advérbio: 1) o modo dos advérbios que determinam o verbo ou o particípio por meio da denotação da coisa de que se predica o verbo ou o particípio; 2) o modo dos advérbios que

determinam o verbo ou o particípio por meio dos modos de significar do verbo ou do particípio. O primeiro modo subalterno se divide em quatro modos especiais que são quatro das sete espécies de advérbio inventariadas por TE: de lugar, de qualidade, de quantidade e de apelação. Um exemplo de advérbio de lugar é a palavra “onde”, que pode ser empregada de maneira afirmativa ou interrogativa. Ao perguntar, por exemplo, “Onde está Pedro?”, o advérbio “onde” denotaria o elemento denotado pela ação do verbo “estar” sem fazer referência aos modos de significar desse verbo. Os advérbios que determinam o verbo ou o particípio por meio de seus modos de significar, que pertencem ao segundo dos dois modos subalternos do modo essencial do advérbio, constituem as outras três das sete espécies de advérbio listadas na GS: os advérbios de causa, de tempo e de desejo. Esses três modos subalternos determinam o verbo ou o particípio por meio de modos de significar do próprio verbo ou particípio. Isso ocorre porque os modos de significar desses dois tipos de advérbio são, na verdade, correspondentes aos modos acidentais respectivos da composição (*compositio*) dos verbos que se compõe com nomes em função de sujeito. Esses modos respectivos (sintáticos) dos verbos são os modos indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo, infinitivo, e o modo do tempo. Na GS, esses modos acidentais são chamados de qualidades ou formas da ligação entre um nominal (N) e um verbal (V) em construções sintáticas de tipo “N + V”. Sendo assim, os modos de significar dos advérbios classificados de acordo com o segundo modo subalterno são “emprestados” do conjunto dos modos acidentais do verbo e do particípio. Na verdade, o que esses advérbios fazem é explicitar o significado dos verbos ou particípios nas sentenças, como acontece com “não” na sentença: “Ele não corre”. Nessa construção, “não” denota a relação de composição entre o N/PRON (nome/pronome) e o V (verbo pessoal) ao expressar, de forma negativa, o modo acidental da composição, com a qualidade ou forma indicativa, do verbo “corre” com o pronome “Ele” (BURSILL-HALL, 1972, p. 86).

SIGNIFICAÇÃO (da interjeição): “[...] a significação está para a interjeição da mesma forma que a significação está para o advérbio, o poder para a conjunção e o caso para a preposição. Pois, assim como a significação no advérbio consiste em um modo especial de determinar e o poder na conjunção em um modo especial de conectar e o caso na preposição em um modo especial de restringir, da mesma forma, a significação da interjeição consiste em um modo especial de determinar que

representa um movimento especial na alma” (GS XLIV, 85). Na GS, as diferentes interjeições denotam emoções diferentes que podem ser classificadas de acordo com os quatro principais tipos de emoções: dor, prazer, admiração e medo. Cada uma dessas quatro espécies de emoção equivale a um modo especial de significar da interjeição. Assim, a significação da interjeição corresponde ao estado mental ou à emoção suscitada por alguma ação interna ou externa ao indivíduo. Ademais, a interjeição é vista como um determinador da ação verbal e, por isso, como uma classe de palavras com características adverbiais (BURSILL-HALL, 1972 p. 94).

SIGNIFICAÇÃO (do verbo): “Deve-se saber que a significação é derivada de uma propriedade da essência do verbo, que é a propriedade do verbo depender de qualquer oblíquo (posicionado) depois de si que contenha o (modo de) estar por si mesmo. Portanto, a significação accidental é o modo accidental de significar do verbo mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência em qualquer oblíquo depois si. Pois, assim como a composição é o modo de significar mediante o qual o verbo, primeira e principalmente, depende de qualquer suposto (posicionado) antes de si, assim também a significação é o modo de significar mediante o qual o verbo, primeira e principalmente, depende de qualquer oblíquo (posicionado) depois de si” (GS XXIX, 58). Na gramática especulativa, o elemento verbal é sempre dependente do elemento nominal. Essa dependência ocorre tanto em construções de tipo “N/PRON (nome ou pronome) + V (verbo pessoal)” quanto nas de tipo “V (verbo pessoal) + N (nome oblíquo)”. A significação (*significatio*) é o modo de significar a relação entre o elemento nominal do N (oblíquo) e o V das construções sintáticas de tipo “V + N”. Proporcionalmente à suposição, o modo da composição (*compositio*) é o modo de significar a relação entre o N e o V das construções de tipo “N + V”. TE chama de suposto o N (ou PRON) que antecede o V e de oblíquo o N que o sucede. Cf. COMPOSIÇÃO; OBLÍQUO; a seção 4.2.2.1; SIGNIFICAÇÃO como **Termo técnico da Escolástica**.

SUPOSTO (*Suppositum*) (**Termo técnico da Escolástica**): No dicionário de Saraiva existem as seguintes acepções: “Posto debaixo, colocado em baixo de”. O mesmo autor encontra, em Cícero, os sentidos: “Posto em lugar de outro”; “Suposto (termo jurídico)”, como *supposita persona* (1896, p. 1166). O dicionário *Oxford* registra a seguinte acepção para *suppono*: 6ª “To put in the place of another, substitute” (1996,

p. 1883). O dicionário de Le Talleur (2002 [ca. 1490], p. 383) traz acepções semelhantes: *mettre dessoubz ou supposer* e as expressões latinas *subtus ponere*, *subtus locare*, *submittere et pro aliquo ponere [...]*. Segundo Abbagnano (2000, p. 934), o sentido estrito de suposto é conotativo, nesse sentido o suposto equivale a um termo conotativo ou a um dos significados que se atribui a um objeto no mundo. “Nesse sentido, o suposto é definido com uma *positio pro alio*, um *estar em lugar de* alguma outra coisa”. A teoria da suposição é, com exceção de casos isolados, uniforme na Escolástica do séc. XIV, que distinguia três tipos de suposição: (1) suposição pessoal – quando o termo corresponde ao significado do objeto. “Assim, em “O homem é um animal”, “O termo é parte da proposição”, “A espécie é um universal”, diz-se que “homem”, “termo” e “espécie” fazem suposição pessoal; (2) suposição simples – “quando o termo não está no lugar do objeto significado, mas de seu conceito”: por exemplo, o termo “homem”, em “O homem é uma espécie”, está no lugar do conceito “homem” e não do “homem” como classe; (3) suposição material – “quando um termo está no lugar da palavra ou sinal escrito, como nas frases “Homem é um substantivo”, “Homem é um dissílabo”, etc. Em sua teoria da suposição dos termos da proposição, Ockham considera sobretudo a suposição pessoal. Na GS, o suposto é um termo denotativo, geralmente um nome, que é o núcleo de uma construção sintática. Os nomes adjetivos e as outras partes do discurso, que geralmente são periféricos na construção, são chamados de apostos. Para saber mais sobre a teoria da suposição dos termos em Ockham e como esta se contrapõe à teoria dos modos de significar da GS, cf. SIGNIFICAÇÃO como **Termo técnico da Escolástica**; cf. seção 5.

SUBSTÂNCIA (*Substantia*) (**Termo técnico da Escolástica**): Saraiva depreende a acepção “Substância, ser que existe, ser real, realidade” de Quintiliano e, de Agostinho, o sentido: “Substância, essência, natureza” (1896, p. 1147). No dicionário *Oxford* registram-se: 1ª “The quality of being real or having an actual existence; also, of having a corporeal existence; b (with genitive) the reality of a thing (distinct from mere outward appearance of it) [...] 2ª “(usually referring to abstracts) Underlying or essential nature, make-up, constitution, that which makes a thing what it is (p. 1851). De acordo com Lalande, a substância é o “que há de permanente nas coisas que mudam, enquanto esse permanente é considerado como um sujeito que é modificado pela mudança, permanecendo ‘o mesmo’ e servindo de suporte comum

às suas qualidades sucessivas” (1999, p. 1072-3). Na GS, os modos mais essenciais das palavras que fazem parte da classe dos nomes são o modo da substância (ou modo de um ente) e o modo do estado ou da permanência. Em outras palavras, o modo essencial mais geral do nome, na GS, possui dois aspectos: um material, que é o modo do estado e da permanência (*modus habitus et permanentis*), e um formal, que é o modo da apreensão determinada (*modus determinatae apprehensionis*), que é específico da classe dos nomes.

SUJEITO (*Subiectum*) (**Termo técnico da Escolástica**): Saraiva o classifica como participio passado do verbo de *subjicio* e diz ter a acepção “Posto debaixo”, que é encontrada em Cícero, com o sentido mais exato de “Colocado ou situado debaixo ou abaixo”. Segundo o mesmo autor, em Quintiliano, é sinônimo de “Supposto” (p. 1141). O dicionário Oxford traz o seguinte sentido: 1ª “Situating under or on a lower level” (p. 1840). Como no dicionário de Saraiva, o dicionário de Firmin Le Ver (1994 [1440], p. 480) traz *suppositus* como um dos sinônimos de *subiectus*. Abbagnano considera *subiectus* como a tradução latina do *hypokeímenon* aristotélico, e, nesse sentido, sujeito “é o objeto real ao qual são inerentes ou ao qual se referem as determinações predicáveis (qualidade, quantidade, etc.)” (2000, p. 930). Como tradução de *hypokeímenon*, o significado de sujeito é ontologicamente idêntico ao da categoria da substância da metafísica aristotélica. Segundo Lalande, na lógica, desde Aristóteles, o sujeito é também “aquilo de que se fala, por oposição àquilo que se afirma ou nega” (daquilo de que se fala) (1999, p. 1090). Na GS, “sujeito” tem os sentidos mencionados por Abbagnano que correspondem ao *hypokeímenon* aristotélico. Quando TE discute “aquilo de que se fala” utiliza o termo “suposto”. Ou seja, na GS, “sujeito” é sinônimo de “substância”. Cf. SUBSTÂNCIA; SUPOSTO.

TEMPO (*Tempus*) (**Termo técnico da Escolástica**): No dicionário de Saraiva esse termo tem duas acepções: “Tempo” “Ocasião” (1896, p. 1187). No dicionário Oxford encontram-se: 1ª “A moment or period of time (in which an event occurs)” [...] 7ª “The passage of time. b) time as the dimension in which things exist.” [...] 14ª (grammar) a tense.” A acepção gramatical encontra-se em Quintiliano: *in eo (uerbo) fiunt solecismi per genera, tempora, personas, modos* “Nele (no verbo) ocorrem solecismos por vozes, tempos, pessoas, modos” (*Institutio* I, V, 41; IX, III, 11) (1996, p. 1916-7). De um modo geral, na Idade Média, bem como na Antiguidade, o tempo

era entendido como a “ordem mensurável do movimento” (ABBAGNANO, 2000, p. 944-5). O movimento do cosmos era entendido como cíclico e sua expressão eram os períodos planetários, o ciclo constante das estações, a sucessão das idades da vida, etc. Todos esses ciclos eram vistos como metáforas da eternidade sem fim, nem começo. Na teoria modista, o verbo é a parte do discurso que expressa a mudança por meio de seu modo de significar mais essencial: o modo da mudança, da sucessão, do ser e do vir-a-ser (*modus motus, successionis, esse, fieri*). Cf. TEMPO (verbo).

TEMPO (do verbo): “[...] assim como nas coisas extramentais, o tempo é consequência do próprio modo do ser; como a medida está para a coisa medida, assim também o modo do tempo é, de acordo com sua essência, resultante do modo do ser, que é o modo da mudança e da sucessão. Portanto, o tempo, como acidente do verbo, é o modo accidental de significar do verbo, mediante o qual o verbo, além da coisa, cossignifica o modo do tempo. E, segundo sua diversidade ou propriedades, o tempo diferencia-se por meio de três diferenças, a saber: por meio do presente, do pretérito e do futuro” (GS XXXII, 62). O verbo tem dois submodos essenciais: um geral (material), o modo da mudança e da sucessão (*modus motus et successionis*), e um específico (formal), o modo de ser distante da substância (*modus esse distantis a substantia*). O modo accidental do tempo é derivado da propriedade da mudança e da sucessão, que faz parte do modo essencial geral do verbo. Os modistas veem os tempos verbais como condicionamentos (restrições) do estado de mudança perpétua que representa o aspecto mais geral da natureza essencial que o verbo significa. Portanto, a relação entre os tempos verbais e a natureza geral do verbo pode ser comparada à relação espacial entre medida e medido, *sicut mensura mensuratum* (GS XXXII, 62). Como os tempos verbais não significam a natureza essencial do verbo, nem por meio do modo essencial geral nem por meio do modo essencial específico, pode-se afirmar, como o faz Boécio da Dácia, que “significar a coisa do verbo pelo modo de significar essencial geral e pelo modo de significar específico do verbo não é significar a coisa do verbo pelo modo de significar que é o tempo” (*Questiones* 84, C). Boécio da Dácia também observa que assim como a menção de uma palavra isoladamente (*vox*) remete a um objeto que se torna “presente”, “a coisa do verbo pode ser entendida em si mesma para além do que se entende por sua presencialidade (*i.e.*, sua restrição (modo) de tempo

presente)” (*Questiones* 84, C). Portanto, para os modistas, o tempo, por seu aspecto accidental, pode ser omitido da ideia essencial de verbo, *i.e.*, a natureza do modo de significar mais essencial do verbo, enquanto faz referência a um movimento perpétuo (sem começo nem fim) seria essencialmente atemporal. Em terminologia atual, poder-se-ia dizer que o verbo tem uma estrutura profunda atemporal e várias modalidades temporais que se manifestam como estruturas de superfície de acordo com o contexto de uso do verbo. Cf. GS XXXII, 63; cf. VERBO.

VERBO (*Verbum*): “O modo de significar essencial mais geral do verbo é o modo de significar a coisa por meio do modo do ser e (do modo) do distar da substância. Para entender essa definição é necessário observar que, quando o verbo é comparado ao particípio, embora tanto o modo do ser quanto o do distar sejam a forma do verbo tomada em sentido absoluto, nota-se que o modo do ser cumpre o papel de matéria com respeito ao verbo e faz com que o verbo e o particípio tenham características comuns. De fato, ter características comuns é uma propriedade da matéria. O modo do distar cumpre o papel de forma, porque faz o verbo distanciar-se e diferir de todas as outras classes de palavras. E como um é o papel da matéria e outro o da forma, de sua complementaridade resulta um único modo, por meio de uma composição” (GS XXV, 44). Com base na física aristotélica e em uma interpretação intuitiva dos dados da realidade, os modistas reconheciam dois aspectos gerais do mundo: a mudança e a permanência ou estado (*habitus*). A linguagem seria capaz de fazer referência a esses aspectos gerais. Nesse sentido, TE definiu o verbo como a parte do discurso que significa o ser (*esse*), ou a mudança, em contraste com o nome, que significa o ente (*ens*) ou a permanência em um mesmo estado. Isso significa que as referências que os verbos e os nomes fazem são essencialmente diferentes. Na citação acima, TE utiliza o contraste entre matéria e forma para distinguir o verbo tanto do nome quanto do particípio. A “matéria” do verbo, que é o seu modo de significar a mudança (*esse*), distingue-o completamente do nome, cuja matéria é o modo de significar a permanência (*ens*). Na distinção entre o verbo e o particípio, no entanto, a diferença relaciona-se à “forma”, já que o particípio não pode ser o elemento verbal de construções de tipo “N (suposto) + V (verbo pessoal)” ou “V + N (oblíquo): ou seja, o particípio tem a matéria do verbo e a forma do nome. Assim, enquanto o nome e o verbo diferem materialmente (*materialiter*), o verbo difere formalmente (*formaliter*) do particípio. TE

considera o verbo como a segunda classe de palavras mais importante depois do nome, porque seus pressupostos metafísicos obrigam-no a isso: as coisas existem antes de virem a ser isto ou aquilo. De fato, na metafísica modista, a existência de um sujeito é vista como subjacente às suas propriedades. Por exemplo, o nome *homo* (“homem”) pode fazer referência a diversos atributos: *currens* (“corredor”), *laborans* (“trabalhador”), etc., todavia, a existência de *homo* é conhecida pela mente antes de seus atributos. Em resumo, para os modistas, a permanência (*ens*) vem antes de qualquer mudança (*esse*) (BURSILL-HALL, 1972, p. 68-70) e a mudança a que o verbo faz referência é vista como um distanciamento da existência simples da substância.

TERMO (*Termo*): No dicionário de Saraiva, *termus* significa o mesmo que a primeira acepção de *terminus* “O mesmo que *Terminus*” (1896, p. 1192) . De acordo com o dicionário *Oxford*, é a tradução latina do grego *térmon*: “A finishing-post in a race”. Cf. TÉRMINO.

TÉRMINO (*Terminus*) (**Termo técnico da Escolástica**): De acordo com o dicionário de Saraiva, este vocábulo é encontrado em Cícero com os sentidos: “Limite, marco, estrema”, e também com os sentidos figurados de “Termo, limite, fim; extremidade”. Segundo o mesmo autor, também em Cícero, e em Quintiliano, encontra-se o verbo *Termino* com os sentidos: “Limitar, determinar, marcar, fixar” (1896, p. 1192). O dicionário *Oxford* tem as seguintes acepções para *terminus*: 3ª “(in transferred sense) A point marking the furthest extent of an action, condition, etc., a limit, bound (often plural)” 4ª “The point at which an activity or process stops, the end” (1996, p. 1926). O mesmo dicionário traz para *Termino*: 3ª “To limit in scope, extent, etc., restrict; to fix, lay down (a limit) (1996, p. 1926). Na física aristotélica medieval, o termo ou término pode ser “o ponto de partida ou de chegada de um movimento” – respectivamente, *terminus a quo* ou *terminus ad quem* (ABBAGNANO, 2000, p. 956). Assim, costuma-se falar de um *terminus a quo* (o lugar do qual um móvel procura afastar-se) e de um *terminus a quem* (o lugar para o qual um móvel procura dirigir-se). O termo também tem o sentido de signo ou conjunto de signos linguísticos. Nesse caso, termos são “todos os componentes simples presentes nas proposições”: categoremáticos (nomes) e sincategoremáticos (verbos, preposições, conjunções, etc.). Na sintaxe modista, há uma analogia entre o movimento físico e o

discurso, assim, os termos categoremáticos que ocupam a posição de sujeito das sentenças são vistos como *termini a quibus* e os termos categoremáticos que ocupam a posição de objeto são entendidos como *termini ad quos* das construções sintáticas. Cf. seção 4.2.2.1.

VOCÁBULO (*Dictio*): “[...] o vocábulo é assim denominado formalmente em virtude de ter recebido uma disposição de significar que é adicionada à palavra, porque o vocábulo é a palavra que tem significado” (GS VI, 11). De acordo com a metafísica corrente em sua época, os modistas entendem que as coisas possuem várias propriedades ou modos de ser. A mente percebe essas propriedades por meio de modos de entender que correspondem a cada uma dessas propriedades. A mente seleciona uma palavra e lhe impõe um conjunto de modos de cossignificar que correspondem a um conjunto de propriedades coentendidas pelo intelecto. Dessa forma, um vocábulo é um som humano que possui uma determinada significação independente de sua função sintática. Ou seja, o vocábulo é uma palavra enquanto item lexical e não enquanto parte do discurso (BURSILL-HALL, 1972, p. 39).

VOZ (*Genus*) (do verbo): “[...] a voz é um modo de significar accidental do verbo, mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência da essência verbal no oblíquo que lhe é posposto, de acordo com o término. E isso fica claro em Pedro Helias, que define a voz por meio da significação accidental, ao dizer: a voz é a significação accidental com uma terminação como em (*am-*)-o (“am-o”) ou em (*am-*)-or (“sou amado”). Como foi discutido anteriormente, Pedro Helias dá a entender por significação accidental o modo significativo da transitividade, isto é, o modo da dependência do verbo no objeto posposto. Por terminação em -o ou -or, Pedro Helias dá a entender as espécies de voz, as quais são mais observáveis entre as diversas terminações das palavras, segundo os gramáticos, como ficará claro a seguir. Observe-se que essa definição de voz não é formal, mas material. De fato, a voz não equivale formalmente à significação, porque um modo não é o outro. Mas a voz é, de certa forma, a qualidade da significação que determina ou especifica a significação. Da mesma forma que o modo do verbo se comporta na composição, a voz se comporta na significação. Assim como o modo do verbo não é formalmente a sua composição ou inclinação, mas sim a qualidade dessa composição ou inclinação, a voz, de igual maneira, não é formalmente a significação, mas a

qualidade que restringe ou dispõe a significação. Em outras palavras, assim como o modo acompanha o verbo por causa da composição, a voz acompanha o verbo por causa da significação. E este modo de significar é chamado de voz (*genus*), porque é tido como derivado de “gerar”, já que uma palavra de um gênero é gerada de outra de outro gênero, como a palavra passiva é gerada da palavra ativa.” (GS XXX, 59). TE distingue no latim dois tipos principais de construções sintáticas: intransitivas e transitivas. Entre essas construções, as de tipo “N (nome) + V (verbo)” e “N + V + N” são consideradas as mais importantes porque correspondem à forma geral da proposição na lógica aristotélica: “S + P” (sujeito + predicado). Na GS, o N (nome) com função de sujeito é chamado de suposto e o V (verbo), enquanto núcleo do predicado, de aposto. Os modistas chamam a relação entre o suposto e o aposto (nas construções de tipo N + V) de composição (*compositio*). A composição ocorre tanto nas construções transitivas quanto nas intransitivas. Os diferentes tipos de composição são classificados de acordo com os modos do verbo: indicativo, imperativo, subjuntivo, etc. A significação (*significatio*) é a contraparte da composição: enquanto a composição ocorre entre o nome-suposto e o verbo-aposto (N + V), a significação se dá entre o verbo e o oblíquo, *i.e.*, entre o verbo e o nome com marcação de caso que ocupa a posição sintática de objeto nas construções de tipo “V + N”. A significação é, portanto, a relação entre um V e um N que determina e finaliza o significado da ação verbal. A significação acontece somente em construções transitivas como “(N) + V + N” – por exemplo, em construções como “Pedro comeu o pão”. Na GS, a lista das diferentes “qualidades” (formas) da significação verbal são identificadas com as vozes do verbo latino: ativa, passiva, neutra, etc., que são chamadas de “qualidades da significação”. Cf. APOSTO.